



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Luis Miguel Nunes Corujo

**AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE INFORMAÇÃO
ELETRÓNICA**
DA EMERGÊNCIA TEÓRICA AO CONSENSO SOBRE UM MODELO

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação orientada pela
Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e pelo Professor Doutor José
Luis Bonal Zazo e apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e
Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2020

Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE INFORMAÇÃO ELETRÓNICA

Da emergência teórica ao consenso sobre um modelo

Luis Miguel Nunes Corujo

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação orientada pela Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e pelo Professor Doutor José Luis Bonal Zazo e apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2020



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

DEDICATÓRIA

Em homenagem ao passado, a todos os meus amigos, colegas, companheiros e conhecidos que passaram pela minha vida, estejam ou não presentes nela. Incluo aqui a homenagem a quem considero um mentor, Francisco Barbedo, que partiu, mas que resta vivo na minha memória, pela marca que deixou na minha vida.

Em homenagem ao presente, à minha família, principalmente à minha mãe e ao meu pai, ao meu irmão, à Lara e à Diana, os quais foram, por força desta tese, brindados com o meu desaparecimento. Mas, principal e especialmente à minha mulher, garantia da minha sobrevivência, e que, sem esperar, lhe viu ser imputada, por força desta tese, uma carga mental e um trabalho emocional hercúleo, e que só um grande Amor consegue aguentar. Quantos planos, projetos, vontades e ânsias ficaram congelados? Quantos dias testemunharam o que tiveste de aguentar, principalmente a presença de algo semelhante a uma pessoa, mas que constituía uma ausência de companhia, de apoio, e mesmo de afeto? Quantas noites presenciaram o nosso leito despido de mim, enquanto vagueava autisticamente, perdido num mundo de análise e reflexão? Quero, é preciso, voltar à jovialidade na forma de ver a Vida e à abertura ao Mundo, de onde emana a tua Força. É preciso voltar a casa. É preciso eu voltar a casa de forma plena, e completamente, para ti.

Em homenagem ao Artur, um milagre da Vida e reflexo do Amor. Que tenhas a coragem e o coração no sítio certo, que tenhas as certezas, as dúvidas e as ações ajuizadas pelas boas memórias e, principalmente, que saibas ser tu mesmo.

AGRADECIMENTOS

O que está aqui escrito saiu-me do pelo. Convenhamos, o cabelo rareia, as cãs pronunciam-se. Também me saiu do corpo. Aliás, a vesícula foi sacrificada para aplacar os deuses das teses de doutoramento. Saiu-me, perdi também, uma série de anos. Acordei hoje e percebi que os tinha perdido, muito provavelmente em troca destas seiscentas e tal páginas. Estes lamentos iniciais são reflexo do que tiveram de aturar os meus familiares, amigos e colegas que tiveram a paciência de me acompanhar na lide, e de aguentar todos os estados de alma derivados das incertezas, apreensões e anseios. O primeiro agradecimento vai para eles.

Queria agradecer aos meus orientadores, a amiga e confidente Professora Cristina e o Professor Luis Bonal, pelo acompanhamento, sugestões, e pelo fôlego que demonstraram relativamente às dúvidas.

Agradeço também aos docentes, aos meus amigos e colegas do programa doutoral em Ciência da Informação, pela força e incentivo. Incluo aqui uma menção especial à Professora Maria Manuel Borges e à Professora Maria da Graça Simões.

Agradeço aos meus colegas e amigos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Faço uma menção especial ao Carlos e o Jorge, meus companheiros e confidentes.

Agradeço à infinita quantidade de pessoas em Portugal, e a nível internacional, pelas minhas infindáveis questões e pedidos. Incluo aqui uma menção especial ao Fabiano, ao Jorge, ao Mário, ao Paulo, ao Crispulo e à Dra. Valerie Johnson.

Agradeço às minhas colegas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Manifesto o meu mais sincero e profundo reconhecimento a todos aqueles que me ajudaram nesta tese.

RESUMO

Os arquivistas debatem-se com questões originadas pelas mudanças tecnológicas que têm implicações na sua prática e teoria, tais como o uso cada vez mais generalizado da informação de arquivo eletrónica nas organizações e a dificuldade de manter esta informação no longo prazo.

Num tal enquadramento, este estudo pretende responder às seguintes questões: Quais os principais autores, projetos, iniciativas e programas a nível internacional e o seu pensamento sobre a avaliação de informação de arquivo eletrónica?; Qual o contexto da avaliação de informação de arquivo da realidade portuguesa no seio do quadro teórico e técnico internacional?; Que propostas e princípios para a avaliação da informação de arquivo eletrónica podem emergir da análise do pensamento, projetos e programas internacionais? Para tal, esta investigação tem como objetivos gerais: analisar, de um modo evolutivo, conceptual, terminológico, teórico e tendencial, o tema da avaliação da informação de arquivo no âmbito da literatura científica internacional de ponta, com ênfase na informação eletrónica, e compreender, com base numa análise sistemática comparada da literatura científica específica e dos programas, projetos e iniciativas de expressão internacional, as discussões, autores, perceções e significados, em torno do fenómeno da avaliação arquivística de informação eletrónica, num intervalo de dez anos (2006-2016), e daí inferir propostas e princípios.

Nesse sentido, analisa, de um modo evolutivo, a avaliação no contexto da arquivística, realizando uma análise diacrónica das etapas da arquivística e uma contextualização sincrónica da avaliação no conjunto dessas etapas; analisa, contextualmente, a avaliação na atualidade, identificando fatores externos condicionadores, particularmente no que se refere à informação eletrónica; analisa conceptualmente a terminologia referente à avaliação, com especial ênfase na informação eletrónica e nos problemas de interpretação suscitados pelos termos; analisa teórica e tendencialmente as diferentes escolas, perspetivas, estratégias e abordagens da avaliação da informação de arquivo; contextualiza, evolutiva e criticamente, a realidade portuguesa no quadro teórico e técnico tendencial internacional da avaliação; analisa comparativamente, os principais programas, iniciativas e projetos, e autores internacionais, sobre a avaliação da informação de arquivo; identifica os principais autores e contrasta as suas perceções e significados acerca da avaliação da informação de arquivo eletrónica; distingue as propostas e soluções que

emergiram da análise; formula propostas e enuncia princípios para a avaliação da informação de arquivo eletrónica, sustentados nos elementos que emergiram da análise.

Apresenta-se um estudo qualitativo desenvolvido que recorre ao Método da Teoria Fundamentada e à Análise Documental, e cujos resultados incluem uma construção teórica da literatura examinada, uma análise comparada dos principais programas, iniciativas e projetos a nível internacional, uma análise evolutiva do contexto português no âmbito da avaliação, uma análise das perceções e significados dos principais autores acerca do fenómeno em estudo, no período de dez anos, e em que dos elementos que emergiram da análise, resulta num conjunto de propostas e princípios para lidar com a avaliação da informação de arquivo.

Perceciona-se um cenário descortinado numa análise tendencial de 10 anos (2006-2016), em que são mostrados os consensos e os dissensos, as incertezas e as certezas, por trás do que é a avaliação arquivística da informação, e que demonstra o quão imbricado é o contexto, o quão falhas ou bem-sucedidas são as tentativas de aplicar, na prática, aquilo que se almeja para a avaliação, na teoria. Transparece que a avaliação ainda está a tentar encontrar os seus percursos, e regras e princípios pelas quais se deve reger. Verifica-se um contraste entre as necessidades pressentidas pela generalidade dos teóricos a nível internacional e as orientações dos projetos e abordagens aplicadas no contexto português. Percebendo-se que uma das respostas à necessidade de participação plural para garantir a representação equitativa da memória social diversificada da comunidade como um todo, passa por percecionar diferentes abordagens de avaliação a aplicar em cada situação e/ou tipo de informação específicos, e não de um modelo multiusos único, sugerem-se propostas e enunciam-se princípios para a avaliação de informação de arquivo orientadas para uma maior abrangência, inclusão, pluralismo, multiculturalidade, sistematização, transparência, extensiva à Sociedade, com recurso à capacitação de todos participantes, e que se pautam pela ausência de subordinação hierárquica ou qualquer tipo de assimetria no que respeita às relações entre os participantes, e em termos de valores, interações e perspetivas da Sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Informação de Arquivo; Avaliação de informação de arquivo; Informação eletrónica; Memória da Sociedade; Abordagens de Avaliação

ABSTRACT

Archivists are faced with issues arising from technological changes with implications for their practice and theory, such as the widespread use of electronic records in organizations, and the inability to keep this information indefinitely.

This study aims to answer the following questions: using a trend analysis of the specific scientific literature, what are the main authors, projects, initiatives and programs at the international level and their thoughts on the electronic records appraisal; What is the context of the Portuguese records appraisal reality within the international theoretical and technical framework? What recommendations and proposals for electronic records appraisal can emerge from the analysis of international thinking, projects and programs? To this end, it has the general objectives of an evolutionary, conceptual, terminological, theoretical and trend analysis on the subject of records appraisal within the scope of cutting-edge international scientific literature, with special emphasis on the appraisal of electronic records; and, by means of a systematic comparative analysis of the specific scientific literature and programs, projects and initiatives of international expression, addressing the discussions, authors, perceptions and meanings that are carried out in the around the phenomenon of the appraisal of electronic records, over a period of ten years (2006-2016), and infer recommendations and proposals.

In this sense, this study presents an evolutionary analysis about records appraisal in the archival context, by means of a diachronic analysis of the archival stages and a synchronic contextualization within the identified stages; a contextual analysis concerning records appraisal today, identifying the external factors that may affect records appraisal in contemporary times, particularly with regard to the electronic records appraisal; a conceptual analysis of the terminology related to the records appraisal, with special emphasis on the terminology related to the electronic records appraisal and on the interpretation problems raised by the terms; a theoretical and trend analysis of the different schools, perspectives, strategies and approaches regarding records appraisal; contextualizes, in an evolutionary and critical way, the Portuguese reality within the international theoretical and technical framework of trends on strategies and / or approaches to the records appraisal; identifies and analyzes, in a comparative way, the main records appraisal programs and projects at a worldwide level; identifies the main actors and contrast their perceptions and meanings about the electronic records appraisal; distinguishes the proposals and solutions that emerged

from the analysis of perceptions and meanings related to the electronic records appraisal; formulates recommendations and enunciates principles for records appraisal, based on the elements that emerged from the analysis.

A qualitative study was developed through with the collection and analysis of information sources, operating through a progressive spiral to build a structured information corpus, which was analyzed and interpreted using the Grounded Theory Method and Document Analysis, which resulted in a critical and trend-based theoretical construction of the examined literature, a comparative analysis of the main projects worldwide, and evolutionary analysis of the Portuguese archival context, whose contrast resulted in a set of proposals and principles to deal with records appraisal.

This study perceives a scenario revealed in a 10-year (2006-2016) trend analysis, that shows the consensuses and dissents, uncertainties, and certainties behind what is the records appraisal of electronic information. This analysis demonstrates how imbricated is the context, how flawed or successful are the attempts to apply, in practice, what the theory considers to be the aims of records appraisal. It reveals a context in which the records appraisal is still trying to find its directions, and the rules and principles by which it should be governed. There is a contrast between the needs envisaged by most theorists at the international level and the guidelines of the projects and approaches applied in the Portuguese context. Even the most recent international standardization is not sufficient to respond to the needs of plural participation to guarantee the equitable representation of the diverse social memory of the community. Realizing that one of the answers is to perceive different approaches to be applied in each specific situation and / or type of information, and not a single multipurpose model, proposals and principles for records appraisal are suggested, aimed at achieving greater scope, inclusion, pluralism, multiculturalism, systematization, transparency, extended to the society, and with the training/education of all participants. These proposals and principles are guided by the absence of hierarchical subordination or any type of asymmetry regarding the relationships between the participants, and in terms of values, interactions, and perspectives of the Society.

KEYWORDS

Electronic Record; Archival Appraisal; Electronic Information; Society's Memory; Appraisal Approaches

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	xiii
Lista de Quadros	xiii
Lista de Tabelas	xv
Lista de Figuras.....	xvii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xix
Introdução.....	1
1. Justificação do Tema	1
2. Objetivos do Estudo	7
3. Delimitação, Limites, Meios e Alcance	10
4. Estrutura	16
PRIMEIRA PARTE: MARCO TEÓRICO GERAL.....	19
1. Análise do Contexto: A Avaliação no Quadro da Arquivística	21
1.1. A Avaliação no Quadro da Evolução Histórica da Arquivística	22
1.2. A Avaliação no Quadro da Arquivística Contemporânea	35
1.2.1. A Nova Realidade dos Documentos e a Informação Eletrónica	35
1.2.2. A Avaliação no Contexto da Arquivística Contemporânea	40
2. Análise Conceptual e Terminológica	55
2.1. Terminologia Referente à Avaliação	56
2.2. Terminologia Referente à Informação Eletrónica	83
2.3. “Documento Eletrónico” ou “Informação Eletrónica”?	96
2.4. Terminologia Referente à Análise Funcional	101
3. Análise Teórica e Técnica: Estratégias e/ou Abordagens de Avaliação da Informação de Arquivo	103
3.1. As Escolas Clássicas: Jenkinson e Schellenberg.....	104
3.2. As Perspetivas Pós-Modernas	106
3.3. <i>Records Lifecycle versus Records Continuum</i>	117
3.4. A Perspetiva da Norma Internacional para Avaliação da Informação de Arquivo	119
3.5. Estratégias e/ou Abordagens em outros Países	124
3.5.1. Espanha: Perspetiva Teórica e Académica.....	124
3.5.2. Brasil: Perspetiva Teórica e Académica.....	139
3.5.3. Perspetivas Académicas de Outros Países	149
3.6. Estratégias e/ou Abordagens em Portugal	153
3.6.1. Evolução.....	153
3.6.2. Perspetiva Teórica.....	167
3.6.3. Estudos Académicos	174
SEGUNDA PARTE: ESTUDO APLICADO.....	181
4. Procedimentos Metodológicos	183
4.1. Fundamentação Teórica	183

4.1.1. Método Qualitativo	184
4.1.2. Análise Documental	185
4.1.3. Teoria Fundamentada.....	188
4.2. Faseamento do Estudo.....	193
4.2.1. Fase I. Desenvolvimento do Estudo Teórico.....	194
4.2.1.1. Pesquisa de Informação (Bibliográfica e Documental).....	194
4.2.1.2. Análise e Sistematização de Informação.....	201
4.2.2. Fase II. Desenvolvimento do Estudo Empírico.....	204
4.2.2.1. Configuração da Amostra	204
4.2.2.2. Codificação dos Textos.....	217
4.2.2.3. Codificação Aberta e Codificação Axial.....	219
4.2.2.4. Codificação Seletiva	227
4.2.2.5. Análise e Interpretação Teórica e Critérios para a Validação do Estudo.....	231
5. Resultados (I): Programas, Projetos e Iniciativas no Tema da Avaliação Arquivística de Informação Eletrônica: Análise, Interpretação e Síntese	235
5.1. Análise e Interpretação dos Programas, Projetos e Iniciativas	235
5.1.1. Distribuição Cronológica	236
5.1.2. Origem Geográfica-Administrativa.....	238
5.1.3. Entidades.....	241
5.1.4. Foco.....	260
5.1.5. Estratégias e Abordagens	269
5.1.6. Equipas Participantes	285
5.1.7. Perceções sobre as Consequências e Resultados dos Projetos	297
5.2. Síntese sobre os Programas, Projetos e Iniciativas.....	306
6. Resultados (II): Investigação sobre a Avaliação Arquivística de Informação Eletrônica: Análise Tendencial.....	327
6.1. Perfil dos Autores Envolvidos na Avaliação Arquivística de Informação Eletrônica.....	327
6.1.1. Distribuição dos Autores por Países.....	327
6.1.2. Ocupação Profissional.....	330
6.1.3. Distribuição dos Autores por Organismos e Entidades.....	334
6.1.4. Distribuição dos Artigos pelas Revistas e por Ano.....	340
6.1.5. Distribuição dos Autores pelas Revistas e por Procedência.....	342
6.1.6. Autores Mais Frequentes: Produção e Perfil.....	346
6.2. Síntese sobre o Perfil dos Autores.....	351
6.3. Problemas, Críticas, Entornos, Contornos da Avaliação Arquivística de Informação Eletrônica.....	353
6.3.1. Contexto da Avaliação	357
6.3.2. Relação entre a Teoria e a Prática	364
6.3.3. Decisões de Avaliação	378
6.3.4. Critérios de Avaliação.....	379
6.3.5. Perceções.....	383
6.3.6. Massas Documentais Acumuladas	386
6.4. Síntese dos Problemas, Críticas, Entornos, Contornos.....	389

7. Resultados (III): Investigação sobre a Avaliação Arquivística de Informação Eletrónica: Propostas e Soluções para um Modelo.....	393
7.1. Propostas e Soluções sobre Avaliação da Informação de Arquivo Eletrónica:	393
7.1.1. Técnicas para Avaliação da Informação de Arquivo	397
7.1.2. Propostas Participativas e Colaborativas.....	421
7.1.3. Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de Avaliação.....	425
7.1.4. Definição de Estratégias e Políticas de Avaliação	440
7.1.5. Novos Papeis	449
7.1.6. Propostas Centradas no Uso da Informação.....	451
7.1.7. Verificação e Avaliação dos Resultados relativos à Avaliação da Informação de Arquivo	453
7.2. Síntese das Propostas e Soluções	455
8. Propostas e Conclusões	465
8.1. Propostas e Princípios	465
8.2. Conclusões	481
8.3. Linhas Futuras de Investigação	489
Referências Bibliográficas	493
Apêndices	527
Apêndice 1 – Dados Recolhidos	527
Apêndice 2 – Textos da Amostra Sobre Projetos, Programas e Iniciativas	528
Apêndice 3 – Outros Documentos Sobre Projetos, Programas e Iniciativas Consultados.....	529
Apêndice 4 – Códigos e Supercódigos Substantivos (Codificação Aberta e Axial).....	531
Apêndice 5 – Famílias e Superfamílias de Códigos (Codificação Aberta e Axial).....	550
Apêndice 6 – Códigos e Supercódigos Substantivos (Codificação Seletiva)	574
Apêndice 7 – Famílias e Superfamílias de Códigos (Codificação Seletiva).....	586
Apêndice 8 – Valorização e Justificação dos Resultados e Consequências dos Projetos	598
Apêndice 9 – Quadro-Síntese da Informação dos Autores	613

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Quadros

Quadro 1 – Síntese Comparativa das Propostas de Periodização Apresentadas	34
Quadro 2 – Comparação Terminológico-Conceptual - Avaliação e Termos Equivalentes	60
Quadro 3 – Comparação Terminológico-Conceptual - Termos Associados à Avaliação em Distintas Línguas	74
Quadro 4 – Quadro Comparativo Terminológico-Conceptual – Eletrónico e Termos Equivalentes	83
Quadro 5 – Quadro Comparativo Terminológico-Conceptual – Informação Eletrónica e Termos Equivalentes em Distintas Línguas.....	88
Quadro 6 – Quadro Comparativo Terminológico-Conceptual – Digital e Termos Associados em Distintas Línguas	92
Quadro 7 – Quadro Comparativo Terminológico-Conceptual – Outros Termos Internacionais Associados a Informação Eletrónica	95
Quadro 8 – Comparação entre o Documento Eletrónico e a Informação Eletrónica	100
Quadro 9 – Hierarquia de Termos para a Análise Funcional no Âmbito da Norma ISO/TR 26122:2008	101
Quadro 10 – Proposta Terminológica da Abordagem de Âmbito Funcional do Órgão Coordenador da Política Arquivística Portuguesa.....	102
Quadro 11 – Quadro-Síntese das Abordagens da Avaliação Arquivística.....	116
Quadro 12 – Quadro Comparativo dos Modelos <i>Records Lifecycle</i> e <i>Records Continuum</i>	119
Quadro 13 – Quadro-Síntese das Abordagens da Avaliação Arquivística (Espanha).....	137
Quadro 14 – Quadro-Síntese das Abordagens da Avaliação Arquivística (Brasil).....	148
Quadro 15 – Quadro Sinóptico dos Instrumentos Legais Abordados	166
Quadro 16 – Quadro-Síntese das Abordagens da Avaliação Arquivística (Portugal).....	173
Quadro 17 – Fontes Seleccionadas e Dados Recolhidos (N.º Teses e Dissertações) sobre Estudos Prévios relativos à Avaliação de Arquivo.....	200
Quadro 18 – Descrição das Categorias de Análise Empregadas na Escala de Likert	211
Quadro 19 – Distribuição das Entidades Participantes pelos Projetos	247
Quadro 20 – Síntese da Informação dos Projetos.....	322
Quadro 21 – Autores com Mais de Um Artigo	347
Quadro 22 – Etapas para a Avaliação Proativa de Informação Nado-Digital	398
Quadro 23 – Critérios para Distinguir a Importância de Mensagens de Correio Eletrónico.....	399
Quadro 24 – Princípios da Avaliação Aplicados à Informação de Arquivo Governamental.....	400
Quadro 25 – Elementos Necessários para a Consistência do Processo de Avaliação	401
Quadro 26 – Componentes da Documentação da Avaliação da Informação De Arquivo	402
Quadro 27 – Partes Constituintes das <i>Orientações para a Transferência de Informação de Arquivo Definitiva</i>	405
Quadro 28 – Abordagens para Evitar a Acumulação de Massas Documentais.....	407

Quadro 29 – Etapas para Avaliação de Informação em Sítios <i>Web</i>	408
Quadro 30 – Técnicas de Investigação para Apoio à Avaliação de Objetos Nado-Digitais em Organizações	409
Quadro 31 – Proposta de Critérios para Avaliação Arquivística em Bibliotecas Digitais	417
Quadro 32 – Modelos para a Automatização da Avaliação	417
Quadro 33 – Folksonomia de Valores para Arquivos Pessoais.....	420
Quadro 34 – Propostas para Reinventar a Avaliação	426
Quadro 35 – Orientações para Discussão do Enquadramento da Avaliação.....	426
Quadro 36 – Etapas do Projeto de Análise Funcional Institucional da <i>Northern Michigan University</i>	431
Quadro 37 – Fases do Projeto de Definição de Especificações De Seleção, Conservação Permanente e Eliminação para Iniciativas de Dados Abertos e <i>Big Data</i>	433
Quadro 38 – Fases do Projeto de Dados Abertos do Município de Girona	435
Quadro 39 – Aspetos da Reflexão sobre a <i>Documentation Strategy</i>	437
Quadro 40 – Princípios para Desenvolvimento de Ações de Gestão Documental.....	443
Quadro 41 – Recomendações para Documentar Realidades Complexas	445
Quadro 42 – Proposta de Grelha da Matriz de Planeamento da Estratégia Nacional de Documentação	447
Quadro 43 – Qualidades para Avaliar Informação de Arquivo Eletrónica Pública	454
Quadro 44 – Quadro-Síntese das Propostas para a Avaliação de Informação de Arquivo	476
Quadro 45 – Princípios Propostos para a Avaliação da Informação de Arquivo	480

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Fontes Seleccionadas (Publicações Periódicas identificadas).....	207
Tabela 2 – Fontes Seleccionadas e Dados Recolhidos (N.º de Artigos) sobre Avaliação entre 2006 e 2016	209
Tabela 3 – Divisão do Número de Artigos pelos Níveis da Escala de Likert	211
Tabela 4 – Lista de Artigos com Valorização 5 na Escala de Likert	212
Tabela 5 – Lista de artigos com valorização 4 na Escala de Likert	214
Tabela 6 – Lista de Artigos Analisados a Partir dos Códigos Retirados do Texto de Loewen (2005b, 2006).....	228
Tabela 7 – Projetos por Período Cronológico	237
Tabela 8 – Distribuição Geográfica-Administrativa dos Projetos.....	238
Tabela 9 – Projetos por Origem Geográfica e Período Cronológico.....	240
Tabela 10 – Instituições Participantes nos Projetos	242
Tabela 11 – Entidades por Origem Geográfica-Administrativa e Tipo	244
Tabela 12 – Distribuição das Entidades que Participam em Mais de um Projeto, por País	250
Tabela 13 – Projetos que têm a Participação de Mais de uma Entidade, por Origem Geográfica-Administrativa	250
Tabela 14 – Distribuição dos Tipos de Entidades pelos Projetos.....	252
Tabela 15 – Distribuição Cronológica dos Projetos por Tipos de Entidades Participantes	254
Tabela 16 – Tipos de Entidades Participantes nos Projetos por Origem Geográfica-Administrativa	257
Tabela 17 – Focos dos Projetos.....	261
Tabela 18 – Focos de Projetos por Períodos Cronológicos.....	263
Tabela 19 – Focos de Projetos por Origem Geográfica-Administrativa	265
Tabela 20 – Projetos por Foco e Tipos de Entidades Participantes.....	268
Tabela 21 – Estratégia e/ou Abordagem dos Projetos.....	271
Tabela 22 – Estratégias e/ou Abordagens de Projetos por Períodos Cronológicos.....	273
Tabela 23 – Estratégias e Abordagens dos Projetos por Origem Geográfica-Administrativa	276
Tabela 24 – Estratégias e Abordagens dos Projetos por Tipo de Entidade	280
Tabela 25 – Focos de Projetos por Abordagem e/ou Estratégia.....	284
Tabela 26 – Tipos de Participantes dos Projetos.....	287
Tabela 27 – Tipos de Equipas de Participantes nos Projetos por Períodos Cronológicos.....	289
Tabela 28 – Tipos de Equipas de Participantes de Projetos por Origem Geográfica-Administrativa	291
Tabela 29 – Tipos de Equipas Participantes de Projetos por Tipos de Entidades Participantes	292
Tabela 30 – Tipos de Equipas Participantes por Focos de Projetos	294
Tabela 31 – Tipos de Equipa Participante por Abordagem e/ou Estratégia dos Projetos	296
Tabela 32 – Escala de Valorização das Categorias de Análise Referentes aos Resultados e Consequências dos Projetos.....	298

Tabela 33 – Escala da Valorização Final dos Resultados e Consequências dos Projetos	299
Tabela 34 – Valorização dos Resultados e Consequências dos Projetos	300
Tabela 35 – Valorização dos Resultados e Consequências dos Projetos por Estratégia e/ou Abordagem por Foco	304
Tabela 36 – Distribuição das Estratégias e /ou Abordagens por Foco, por Entidade Participante..	316
Tabela 37 – Distribuição dos Autores por País	328
Tabela 38 – Ocupação dos Autores	331
Tabela 39 – Distribuição dos Autores por Organismo, por Tipo de Entidade	334
Tabela 40 – Entidades por Tipo e País	338
Tabela 41 – Distribuição dos Artigos pelas Revistas Científicas.....	341
Tabela 42 – Artigos por Ano.....	342
Tabela 43 – Número de Autores por Revista	343
Tabela 44 – Distribuição Geográfica dos Autores por Revista	344
Tabela 45 – Códigos Referentes a Problemas, Críticas, Entornos e Contornos, por Dimensão e Conjunto	354
Tabela 46 – Autores e Países por Dimensão e/ou Conjunto (Problemas, Críticas, Entornos e Contornos, por Dimensão e Conjunto)	356
Tabela 47 – Códigos Relativos a Propostas e Soluções, por Dimensão e Conjunto	394
Tabela 48 – Autores e Países por Dimensão e/ou Conjunto (Propostas e Soluções)	396

Lista de Figuras

Figura 1 – Aspetos Ligados à Nova Realidade dos Documentos e da Informação Eletrónica	40
Figura 2 – Aspetos Atualmente Ligados à Avaliação	49
Figura 3 – Aspetos Relacionados com a Recolha e Análise de Informação (ISO/TR 21946:2018)	121
Figura 4 – Fases do Processo de Avaliação (ISO/TR 21946:2018)	123
Figura 5 – Fases da Investigação.....	193
Figura 6 – Exemplo de Redução de Códigos <i>In Vivo</i>	220
Figura 7 – Excerto do Memorando Sobre a Família “Terminologia Substantiva”	222
Figura 8 – Exemplos de Códigos e Super-Códigos (Codificação Aberta e Axial).....	224
Figura 9 – Exemplo de Família / Super-Família (Codificação Aberta e Axial).....	226
Figura 10 – Excerto da Lista do <i>Code-Link Manager</i>	226
Figura 11 – Exemplos de Códigos e Super-Códigos Substantivos (Codificação Seletiva).....	229
Figura 12 – Exemplo de Família / Super-Família de Códigos (Codificação Seletiva)	229
Figura 13 – Dimensões do Contexto da Avaliação	357
Figura 14 – Dimensões da Relação entre Teoria e Prática.....	365
Figura 15 – Dimensões dos Critérios de Avaliação	380
Figura 16 – Dimensões das Perceções	383
Figura 17 – As Dimensões do Contexto de Avaliação e a sua Rede de Ligações.....	391
Figura 18 – Dimensões das Técnicas para Avaliação de Informação de Arquivo	397
Figura 19 – Dimensões dos Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de Avaliação ..	425
Figura 20 – Dimensões da Definição de Estratégias e Políticas de Avaliação.....	440
Figura 21 – Dimensões dos Novos Papeis	449
Figura 22 – As Dimensões das Soluções e Propostas e a sua Rede de Ligações	464
Figura 23 – Apresentação dos Dados na Plataforma <i>Zenodo</i>	527

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACE – Administração Central do Estado

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde

African J. Libr. Arch. Inf. Sci. – *African Journal of Library, Archives and Information Science*

AGRkMS – *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard*

AIP – *American Institute of Physics*

Am. Arch. – *The American Archivist*

Arch. – *Archives: The Journal of British Records Association*

Arch (Québec) – *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec*

Arch. Manuscripts – *Archives and Manuscripts*

Arch. Sci. – *Archival Science*

ASIA – Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Cad. Bibl. Arq. e Doc. – Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação

CIA/ICA – Conselho Internacional de Arquivos

CLAV – Plataforma para a Classificação e Avaliação da Informação Pública

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos (Brasil)

CT – Comissão Técnica

DF – Destino Final

DGARQ – Direção-Geral de Arquivos

DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

DoD – *Department of Defense*

EAD – *Encoded Archival Description*

e-EMGDE – *Esquema de Metadatos para la Gestión del Documento Electrónico*

EUA – Estados Unidos da América

GTM – *Grounded Theory Method* / Método da Teoria Fundamentada

HU – Unidade Hermenêutica

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

IES – Instituições de Ensino Superior

Inf. Dev. – Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists

IPA – Instituto Português de Arquivos

IPQ – Instituto Português de Qualidade

ISAD(G) – *General International Standard Archival Description*

ISO – *International Organization for Standardization*

ISO/TC – *ISO Technical Commission*

ISSRD – *International Social Science Risk Database*

J. Arch. Organ. – Journal of Archival Organization

JCR – *Journal Citation Reports*

J. Soc. Arch. – Journal of the Society of Archivists

LAC – *Library and Archives Canada*

LC – Lista Consolidada

LCOMM – *Library Council of Metropolitan Milwaukee*

LGBTIQ – Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Intersexual, and Queer

LISA – *Library and Information Science Abstracts*

LISTA – *Library, Information Science & Technology Abstracts*

MET – MacroEstrutura Temática

METS – *Metadata Encoding & Transmission Standard*

MEF – MacroEstrutura Funcional

MHC – *Medical Heritage Center*

MIAR – *Information Matrix for the Analysis of Journals*

MIP – Metainformação para a InteroPerabilidade

MPLP – *More Product, Less Process*

MoReq – *Model/Modular Requirements for Records Systems*

NAA – *National Archives of Australia*

NARA – *National Archives and Records Administration*

NEH – *National Endowment for the Humanities*

NHPRC – *National Historical Publications and Records Commission*

NP – Norma Portuguesa

OATD – *Open Access Theses and Dissertations*

OCLC – *Online Computer Library Center*

PCA – Prazo de Conservação Administrativa

PDF – *Portable Document Format*

PGD – Portaria de Gestão de Documentos

PIM – *Personal Information Management*

PN – Processo de Negócio

PREMIS – *Preservation Metadata: Implementation Strategies*

RADA – Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada

RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

RDF – *Resource Description Framework*

Rec. Manag. J. – *Records Management Journal*

RENATES – Registo Nacional de Teses e Dissertações

RLG – *Research Libraries Group*

SGBD – Sistema de Gestão de Bases de Dados

TT – Torre do Tombo

UCL – *University College London*

UCLA – Universidade da Califórnia, Los Angeles

UE – União Europeia

UIUC – *University of Illinois - Urbana-Champaign*

VANOC – *Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Games*

WNYLRC – *Western New York Library Resources Council*

INTRODUÇÃO

1. Justificação do Tema

Este estudo situa-se no contexto científico da Ciência da Informação, assumida como estudo e análise sistemática das fontes, e a produção, captura, organização, disseminação, avaliação, uso e gestão da informação em todas as suas formas, incluindo os canais (formais e informais) e a tecnologia utilizada na sua comunicação (Reitz, 2004). O surgimento desta Ciência e sua consolidação na década de 60 do século XX são abordados por vários autores (Araújo, 2013; Borko, 1968; Capurro, 2003; Saracevic, 1996, 1999; Silva & Ribeiro, 2002b), que identificam a confluência de vários fenómenos, como a distinção em relação aos campos da Arquivística, Biblioteconomia e Museologia, a relação com a Documentação, a ocupação do espaço institucional da Biblioteconomia, as atividades dos primeiros “cientistas da informação”, as tecnologias da informação, como o *memex* de Vannevar Bush (1945), e o uso da Teoria Matemática de Shannon e Weaver (1948).

Araújo (2013), Capurro (2003, 2008) e Saracevic (1999) identificam três modelos de Estudo da Informação: um modelo físico de inspiração positivista, ligado à informação como fenómeno objetivo; um modelo cognitivo que estuda os aspetos subjetivos da informação, e o modelo pragmatista, que aborda a informação como fenómeno intersubjetivo. Este último modelo, que insere o contexto sociocultural e a dimensão internacional dos sujeitos no foco do objeto de estudo do campo da informação, considera que o Ser humano é um agente que desenvolve a todo momento ações pedagógicas, administrativas, jurídicas, culturais, sociais, entre outras, demonstráveis na produção de registos materiais do conhecimento (Capurro, 2008), que são acumulados em acervos, que Araújo (2013) indica serem conjuntos documentais, como os que são estudados na Arquivística, Biblioteconomia e Museologia.

Tais acervos documentais são também utilizados como base de apoio à tomada de decisão, testemunho de direitos e obrigações, e comunicação com os outros, entre outras utilizações e finalidades.

Esses registos e suas utilizações introduzem outro contexto em que se insere este estudo, a Arquivística, como disciplina que estuda os aspetos teóricos e práticos (tipologia, organização, funcionamento, planificação, etc.) dos arquivos e o tratamento arquivístico da informação gerada por processos de negócio¹ coerentes e estruturada e registada por esses processos de negócio por forma a poder ser recuperada a partir do seu contexto. O seu objeto inclui os documentos, informação de arquivo e os repositórios/acervos/arquivos pessoais, das comunidades, das organizações públicas e privadas, estudando também a sua criação, gestão, utilização e contexto sociocultural, no sentido de identificar quais as razões, de que forma e em que situações se cria, mantém, altera, conserva ou destrói informação de arquivo. Nesta perspetiva aborda este objeto tanto como testemunho, memória do passado e património histórico cultural, como aplicado ao estudo do desenvolvimento, da gestão e da utilização de sistemas de gestão de informação de arquivo armazenada para fins de evidência e/ou informativos (Subdirección General de los Archivos Estatales, 1995; Thomassen, 2001).

Alguns autores (Bonal Zazo, 2000a; McKemish & Gilliland, 2013) constataam que, embora a perspetiva prática tenha uma tradição mais longa, a literatura científica recente tem demonstrado um crescimento dos estudos académicos independentes das questões profissionais. Na obra *Currents in Archival Thinking* (Eastwood & MacNeil, 2010), autores como MacNeil, Eastwood, Douglas, Trace, Cloonan, Yeo, Duff, Hedstrom, Iacovino e Hobbs demonstram que esta situação permitiu questionar conceitos, teorias e métodos considerados clássicos, quando confrontados com questões que vão desde a necessidade de

¹ Considera-se processo de negócio a “sucessão ordenada de atividades interligadas, desempenhadas para atingir um resultado definido. Alguns processos de negócio carecem da intervenção de diferentes organizações para que o resultado possa ser atingido – casos que designamos de processos transversais, na medida em que a sua tramitação “atravessa” várias organizações.”

Uma atividade constitui um “conjunto de ações interligadas que correspondem a uma unidade coerente de trabalho e se constituem como parte ou fase de um processo de negócio. Idênticas atividades podem ocorrer em diferentes processos de negócio e corresponder ao desempenho de diferentes funções”.

O processo de negócio distingue-se do processo documental, na medida em que este é uma “unidade arquivística constituída por uma agregação de documentos que traduz uma ocorrência de um determinado processo de negócio.” (Fonte: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013a).

modelos de análise que integrem tanto a informação eletrónica como a não eletrónica, até à informação conservada num local e informação distribuída, informação que é totalmente controlada por arquivistas, somente mediada por eles, ou mesmo fora do seu controlo. Tal criou as condições para o surgimento de uma proposta de um enquadramento teórico que Ham apelidou de paradigma pós-custodial (Ham, 1981), e que promoveu a mudança da tradicional orientação centrada no objeto para uma orientação centrada no processo (Brothman, 1999, 2001; Cook, 1997b, 2001; Freitas, 2009; Ketelaar, 2000; Nesmith, 2002; Upward, 1996, 1997). Adicionalmente, levou ao aumento do nível de abstração no pensamento e na análise arquivísticos, ao qual se adicionam as influências do pensamento pós-moderno, com abordagens mais contextuais, pretendendo afastar-se das grandes narrativas anteriormente consideradas universalmente válidas. Estes contextos (sociopolítico, económico, cultural, de produção, gestão, utilização) remetem para questões de intencionalidade, das relações de género e poder, em contraste com a reivindicação de objetividade e neutralidade, e acabam por esbater as fronteiras e ampliar a inter/multi/transdisciplinaridade, alargando a gama de prismas (Harris, 1997; Ketelaar, 2001).

Nesta perspetiva, entende-se que o cerne da teoria arquivística se refere ao processo contínuo de produção, reconstrução e rematerialização da informação de arquivo, sobre as funções paralelas e subsequentes em que essa informação pode ser utilizada no decurso desses processos e a interação entre produtores, curadores e utilizadores, bem como as suas consequências na estabilidade, nos significados, nos efeitos e no valor da informação de arquivo (Douglas, 2010; Thomassen, 2015). A metodologia arquivística, numa perspetiva contextual e orientada para os processos, pretende analisar a relação da informação de arquivo com os processos que lhes dão origem, que os utilizam e reconstróem (Thomassen, 2001). Isto permite desenvolver estratégias para a avaliação dessa informação com o fim de a preservar, manter, reforçar/valorizar, prolongar no tempo, ou mesmo reconstruir continuamente essa relação.

A avaliação de informação de arquivo, considerada como o foco deste trabalho, aborda os elementos teóricos, os fundamentos, as políticas e os procedimentos para a identificação, a aquisição e a seleção de informação de arquivo institucional ou organizacional, mas também pessoal ou privado, independentemente do suporte, e que se considere detendo valor, de acordo com critérios definidos formalmente (Craig, 2007). A seleção, no âmbito da avaliação, prende-se com a escolha do que pode ser eliminado ou do

que deve ser conservado e por quanto tempo, e a definição de critérios de decisão por detrás dessa seleção (Couture, 2005; Kolsrud, 1992).

Embora estes critérios sejam diferentes de país para país, e mesmo de acervo para acervo, verifica-se que tomam em consideração as necessidades legais, de apoio à tomada de decisão e continuidade das atividades, as necessidades dos cidadãos a nível de participação democrática e conhecimento de direitos e responsabilidades, e as necessidades da Sociedade em geral no que diz respeito ao conhecimento do seu passado e à construção da memória social (Cook, 2011; Couture, 2005).

Outro aspeto importante é a compreensão de fatores que estão para além do controlo de um só acervo, e que podem incluir a instabilidade dos suportes de armazenamento, normativas legais como a da liberdade de acesso à informação e proteção de privacidade, os níveis variáveis de apoio financeiro de uma instituição, e que pode ser controlado por outrem, a falta de cooperação e partilha de recursos a nível interinstitucional, e os efeitos imprevisíveis das pressões políticas e sociais (Craig, 2007).

Num importante estudo desenvolvido sobre a avaliação de informação de arquivo, ao nível internacional, Ridener (2009, pp. 139–140) refere que os arquivistas se debatem com as questões originadas pelas profundas mudanças tecnológicas, sendo a mais óbvia o uso generalizado, e praticamente omnipresente, de computadores, na medida em que estes, tal como o registo da informação de arquivo em formatos e suportes eletrónicos, foram adotados como ferramenta principal de comunicação por parte das Administrações Públicas, organizações sem fins lucrativos, e mesmo dos arquivistas. Uma consequência direta deste facto é que a informação de arquivo que só esteja disponível em linha, ou, por exemplo, as mensagens de correio eletrónico produzidas no âmbito da atividade laboral de um arquivista, poderão não ter, alguma vez, uma versão em formato papel. De facto, a evolução da informação de arquivo eletrónica processou-se rapidamente, enquanto a capacidade de utilização e retenção desses registos de informação por parte dos arquivistas não acompanhou a velocidade dessa informação. Os arquivistas trabalham agora com vários formatos digitais que não poderiam ter sido concebidos há 20 anos e, tal como acontece com outras mudanças tecnológicas, o número de documentos disponibilizados para arquivo aumentou. Com a potência de computação a aumentar exponencial e rapidamente, os arquivistas vão começar a sentir cada vez mais as implicações do contexto tecnológico, tanto na prática quanto na criação e/ou reformulação das suas teorias de suporte (Ridener, 2009, p. 190).

Sem um conjunto claro de normas para formatos, metainformação (Bearman, 1996; Bonal Zazo, 2000b; Bonal Zazo & Lorenzo-Cáceres, 2001) ou particular interesse em apoiar programas, que garantam a continuidade digital e do *software* por parte das empresas orientadas para o mercado, os arquivistas continuarão a vivenciar uma posição de insegurança relativamente à salvaguarda da informação de arquivo eletrónica, sendo a sua preservação um problema importante e longe de estar resolvido, constituindo uma oportunidade para mais estudos teóricos, que apoiem as tomadas de decisão relativamente a este assunto (Ridener, 2009, p. 139). Com efeito, Ridener (2009, p. 190) fornece como um dos exemplos do impacto dos fatores tecnológicos, a proposta de reconsiderar a ideia inicial de rejeitar as atividades ligadas à eliminação da informação de arquivo (Duranti & MacNeil, 1996), com base na hipótese de salvaguardar toda a informação de arquivo eletrónica, na medida em que esta pode ser pesquisada por palavras-chave em motores de busca, juntamente com outras fontes de informação, e também pelo facto de o armazenamento eletrónico continuar a ser facilmente disponibilizado e relativamente barato. Verifica-se, desta forma, a importância das considerações a respeito dos limites tecnológicos e económicos no âmbito da criação do próximo quadro teórico relativo aos arquivos, independentemente do momento em que surgir. À medida que os arquivistas vão interagindo e dependendo cada vez mais de computadores, não só para manter instrumentos de pesquisa, mas também para aceder aos próprios registos de informação de arquivo, o contexto tecnológico tornar-se-á ainda mais omnipresente do que é hoje. Freitas (2016) constata que é indesejável manter toda a informação registada indefinidamente, algo que o meio eletrónico veio confirmar. Esta situação implica a ponderação de fatores, a serem cruzados com a especificidade do contexto e a transversalidade dos processos de negócio, no sentido de encontrar alternativas ou soluções através de diretrizes e orientações de espectro nacional e internacional, de boas práticas e pontos de convergência e divergência no estudo desta problemática, com o objetivo de dar cumprimento às funções e à missão dos atuais e futuros curadores (digitais) dessa informação.

Esta investigação parte do entrosamento das questões ligadas à avaliação de informação de arquivo e à informação eletrónica. Neste contexto, a literatura científica demonstra a existência de várias correntes e propostas de abordagem para a avaliação de informação de arquivo, algumas delas contemporâneas entre si. Por outro lado, verifica-se, principalmente em Portugal, que as organizações públicas e privadas estão pouco sensibilizadas para a avaliação, e somente tomam conhecimento desta função arquivística

por reação à acumulação de massas documentais. Apesar do órgão coordenador da política arquivística nacional ter desenvolvido instrumentos de apoio à avaliação documental, de acordo com o Decreto-Lei n.º 447/88 (Decreto-Lei 447/88, de 10 de dezembro, 1988), tais instrumentos tornam-se desadequados e desatualizados face à dinâmica orgânica e funcional derivada dos processos de modernização administrativa. Mesmo nos processos mais recentes, de teor macro-funcional e supra-institucional, verificam-se fenómenos de resistência e paralisia de utilização dos novos instrumentos, por se considerarem ser generalistas e não darem resposta à totalidade dos particularismos (não raro ligados à tradição organizacional). Neste reportório, devem ser incluídas outras limitações que se prendem com o facto de estas abordagens estarem ainda muito ligadas ao suporte papel e às lógicas de produção, tratamento, organização e conservação que nele se centram. Não deixando de considerar que tal lógica tem um fundamento válido de tentativa de resolução de um problema real, considera-se necessário referir que transparece ainda uma grande dificuldade em pensar, refletir, abordar e operacionalizar a avaliação de informação eletrónica ou mista. Com efeito, verifica-se empiricamente que a informação produzida e registada eletronicamente no âmbito das atividades das organizações não é frequentemente considerada, pelo menos por quem tem funções e poder de tomada de decisão, como informação de arquivo, que deve estar submetida às mesmas tarefas/atividades/funções e instrumentos que os restantes registos de informação considerados de arquivo. Tal parece constituir uma falha de planeamento da política de informação das organizações, com riscos acrescidos no cumprimento das suas funções e obrigações legais, fiscais, comunitárias, dada a cada vez maior dependência da informação eletrónica para o exercício das suas atividades. Facilmente se encontram nas organizações exemplos de sistemas eletrónicos de informação utilizados no âmbito de várias funções, e nos quais não podem ser aplicadas as decisões de seleção indicadas nos instrumentos de avaliação, por serem diferenciadas. Tentar aplicá-las cegamente colocaria em risco a estrutura dessa informação e o funcionamento e a utilidade desse sistema. Tal se deve, entre outros, às características do sistema, à lógica do sistema de gestão de bases de dados utilizado e ao planeamento da programação das entidades e relações nas bases de dados. Isto significa que a produção destes sistemas, que nada tem que ver com a lógica do documento bidimensional, não toma em consideração as necessidades atualmente percecionadas em termos de gestão de informação de arquivo, e que decorrem muitas vezes de obrigações legais e fiscais, entre outras.

Considera-se pertinente verificar a existência do que já se estudou no âmbito da avaliação da informação de arquivo. Esta verificação, para além de esclarecer as linhas de investigação, que têm sido exploradas no âmbito da avaliação de informação de arquivo, também fornece discernimento sobre os problemas que contextualizam esses estudos. Tal permite perceber resposta a várias questões como em que medida continua a ser pertinente discutir a avaliação, ou em que tema e linhas de confluência se inserem. Para esse efeito, serão apresentados e discutidos estudos prévios de carácter académico oriundos de plataformas e repositórios portugueses, brasileiros, espanhóis, e mesmo de carácter internacional, para dar conta das questões abordadas pela investigação que se tem desenvolvido no âmbito da avaliação de informação de arquivo.

Tendo em conta que não vislumbramos a existência de outro estudo com as mesmas características, seja no contexto nacional ou internacional, constatamos que estes aspetos permitem justificar a pertinência e a originalidade de um estudo motivado pelas questões que têm sido expostas nesta contextualização, considerando-se que este estudo presta um contributo para a construção do Conhecimento científico sobre esta temática.

2. Objetivos do Estudo

Dada a pertinência, a urgência e a atualidade do tema, e no seguimento do exposto anteriormente, considera-se necessário colocar as seguintes questões de partida, a partir de uma análise tendencial da literatura científica específica:

- Quais os principais autores, projetos, iniciativas e programas a nível internacional e o seu pensamento sobre a avaliação de informação de arquivo eletrónica?
- Qual o contexto da avaliação de informação de arquivo da realidade portuguesa no seio do quadro teórico e técnico internacional?
- Que propostas e princípios para a avaliação da informação de arquivo eletrónica podem emergir da análise do pensamento, projetos e programas internacionais?

Nesta medida, pretende-se apresentar linhas condutoras para o debate científico, aplicar/utilizar um modelo de análise científico para o estudo da avaliação de informação de arquivo eletrónica e fazer emergir propostas e princípios que possam servir de base para a construção de modelos passíveis de lidar com a avaliação da informação de arquivo

eletrónica, e sensibilizar para este conjunto de questões.

Para que tal seja possível, esta investigação procura, em sede de objetivos gerais:

1. Analisar, de um modo evolutivo, conceptual, terminológico, teórico e tendencial, o tema da avaliação da informação de arquivo no âmbito da literatura científica internacional de ponta, dando especial ênfase à avaliação da informação de arquivo em suporte eletrónico.
2. Compreender, com base numa análise sistemática comparada da literatura científica específica e dos programas, projetos e iniciativas de expressão internacional, as discussões, autores, perceções e significados, em torno do fenómeno da avaliação arquivística de informação eletrónica, num intervalo de dez anos (2006-2016), e daí inferir propostas e princípios.

Para tal, considera-se curial adotar como objetivos específicos, relativos ao primeiro objetivo geral:

1. Analisar de um modo evolutivo a avaliação da informação de arquivo no contexto da arquivística, realizando uma análise diacrónica das etapas da arquivística e uma contextualização sincrónica da avaliação no conjunto das etapas identificadas.
2. Analisar o contexto em que se encontra atualmente a avaliação de informação de arquivo, identificando os fatores externos que podem condicionar a avaliação na contemporaneidade, particularmente no que se refere à avaliação de informação de arquivo em suporte eletrónico.
3. Analisar, do ponto de vista conceptual, a terminologia referente à avaliação de informação de arquivo, com especial ênfase na terminologia relativa à avaliação da informação eletrónica e nos problemas de interpretação suscitados pelos termos.
4. Analisar, do ponto de vista teórico e tendencial, as diferentes escolas, perspetivas, estratégias e abordagens da avaliação da informação de arquivo.
5. Contextualizar, de forma evolutiva e crítica, a realidade portuguesa no seio do quadro teórico e técnico das tendências sobre as estratégias e/ou abordagens da avaliação da informação de arquivo internacionais.

Estes objetivos permitirão desenvolver um quadro teórico que vai suportar o estudo empírico desenvolvido em relação aos seguintes objetivos específicos, referentes ao segundo objetivo geral:

6. Identificar e analisar, de forma comparada, os principais programas, iniciativas e projetos, e autores, a nível internacional, sobre a avaliação da informação de arquivo que emergiram da análise.
7. Identificar os principais autores no âmbito da investigação da literatura científica de ponta sobre a avaliação de informação de arquivo, e contrastar as suas perceções e significados acerca da avaliação da informação de arquivo eletrónica que emergiram da análise.
8. Distinguir as propostas e soluções que emergiram da análise das perceções e significados acerca da avaliação de arquivo eletrónica.
9. Formular propostas e enunciar princípios para a avaliação da informação de arquivo eletrónica, sustentadas nos elementos que emergiram da análise.

A estas questões de partida e objetivos enunciados associar-se-ão outros, dada a abordagem metodológica qualitativa que se pretende utilizar, uma vez que este tipo de estudos se destaca pela análise, interpretação e validação dos dados em bruto, e pelo facto de cada etapa se construir sobre os desenvolvimentos, alguns dos quais à partida imprevisíveis, dos estádios precedentes. Assim sendo, considera-se relevante indicar que se observa o enquadramento teórico construtivista como o mais adequado para este estudo, por esta investigação procurar a compreensão do contexto por via da interpretação, com vista à construção de significado (Creswell & Creswell, 2018; Mertens, 2014).

Isto traduz-se numa investigação qualitativa, numa lógica indutiva, desenvolvida com a recolha e a análise das fontes, para construir um *corpus* de informação estruturado. A análise completa dos dados recolhidos dará origem a novas questões, que levarão a novas pesquisas, recolhas e análises de dados, num processo em espiral progressiva, até chegar aos resultados, através da utilização de modelos de investigação como a *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada), e com recurso à Análise Documental.

3. Delimitação, Limites, Meios e Alcance

A delimitação deste estudo consubstancia-se em três aspetos: a delimitação temática, a delimitação cronológica e a delimitação geográfica, as quais vão ser abordadas nos próximos parágrafos.

No que concerne a delimitação temática, este estudo foca-se no fenómeno da avaliação da informação de arquivo eletrónica, como garante da autenticidade, preservação, evidência dos atos e ações, e necessidades da(s) comunidade(s) de interesse ou organizações com acervos. Se é certo que isto exige uma contextualização teórica que aborde a avaliação em geral, o foco que se pretende analisar é a avaliação de informação eletrónica.

Delimita-se assim o foco nos elementos que permitem abordar de forma crítica a evolução da problemática e as suas principais tendências, e também nos projetos e abordagens teóricas, processos e procedimentos relativamente a quem deve decidir, sobre o que deve incidir (o registo de informação de arquivo, a função que o originou, a posição do produtor na estrutura da organização, ou a sua relevância para um grupo, ideia ou assunto), o equilíbrio entre as várias comunidades de interesse (produtores, arquivistas, utilizadores, gerações futuras, entre outras), elementos que favoreçam, não só a consistência dos processos e a revisão ao longo dos procedimentos, mas também auditar a avaliação para verificar se continua a responder à multidimensionalidade de necessidades e perceções atuais e futuras, implicando também as decisões tomadas anteriormente.

Este foco é ainda delimitado pela especificidade da informação eletrónica, com as implicações a nível da avaliação como mais-valia para as organizações, a justificação teórica para a sua avaliação, a base estrutural e procedimental para implementação da sua avaliação, os processos e as políticas institucionais bem documentadas para gestão da informação.

No âmbito da delimitação cronológica, é traçada por um balizamento feito através do estudo da literatura científica de ponta de uma década compreendida entre 2006 e 2016, e que incluem, entre outros, projetos e ou programas desenvolvidos desde os anos 60 do século XX. A escolha do ano 2016 para o fim do recorte cronológico e não para uma data mais recente é justificada por dois argumentos. Um dos argumentos, de natureza metodológica, prende-se com o facto de o Método da Teoria Fundamentada exigir uma análise fina e complexa à literatura, que é exaustiva, não sendo possível atualizá-la permanentemente. A constante atualização obrigaria a uma permanente alteração da revisão da literatura e a reformulação das tabelas e o texto resultante da análise. Outro argumento prende-se com o

facto de que os dados dos últimos três anos (2017-2019) não permitiriam a obtenção de resultados relativamente aos projetos. Isto originaria a dificuldade de se conseguir encontrar resultados e as consequências dos modelos, abordagens, estratégias em projetos mais recentes, em virtude da impossibilidade da sua avaliação.

No que reporta a delimitação geográfica, destaca-se que se pretende abordar o tema a partir de uma perspetiva internacional, em que se assinalam projetos e programas desenvolvidos em países como Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça, para além de projetos de entidades e organizações internacionais, com reconhecido valor no estudo desta área. Acrescenta-se que no marco teórico dará conta do quadro teórico-técnico de Espanha e Brasil, realidades mais próximas geográfica e linguisticamente de Portugal, sobre o qual se fará especial referência.

Verifica-se pertinente indicar que o âmbito do título deste estudo incide na consideração do modelo na ótica de um “modelo de análise” científico da realidade, na lógica de Campenhoudt e Quivy (2011). Nesta perspetiva, pretende investigar se, na perceção dos envolvidos, existe algo que indique haver a possibilidade da existência de um consenso sobre um único modelo de avaliação aplicável à generalidade dos casos. Tal significa que o título não pretende induzir o leitor a pensar que se vai propor um modelo único que modele todas as realidades. Dito de outra forma, este estudo não pretende apresentar um modelo de avaliação, mas aplicar/utilizar um modelo de análise científico (dos estudos) sobre avaliação, daí extraindo conclusões importantes para a comunidade arquivística as tomar em consideração nas discussões teóricas e refletir a sua incorporação na prática.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho vão-se encontrando dificuldades/limitações de diferente tipo que condicionam, em maior ou menor medida, o resultado, e as quais, pelo seu carácter, podem ser classificadas nos seguintes tipos: limitações teóricas, limitações terminológicas e limitações práticas.

Do ponto de vista teórico os maiores problemas derivam do estado dos conhecimentos no âmbito da avaliação da informação eletrónica, derivados, não raro, de modismos que influenciam as temáticas abordadas. Por outro lado, é preciso deixar manifesta a extensão dos campos de conhecimentos ligados à informação eletrónica, a qual pode ser abordada a partir de numerosos pontos de vista (arquivísticos, tecnológicos, de uso, ...).

No que concerne à terminologia, verifica-se o problema da adequação dos termos/conceito, que refletem a realidade técnico-prática e a tradição de cada país. Daí que o ato de identificar sinónimos em línguas diferentes que manifestam realidades diferenciadas implica um trabalho tentativo e a demarcação de alguns termos que se consideram pertinentes. Não obstante a possível problematização ser aprofundada em outros capítulos, considera-se pertinente indicar a adoção de alguns termos no contexto deste trabalho. Um desses termos é a Metainformação, cuja utilização se apresenta como particular ao contexto português. A literatura técnica no âmbito da área da gestão de arquivos incorpora-a, utiliza-a e define-a, como são exemplos o documento técnico oriundo do órgão coordenador da política arquivística portuguesa *Metainformação para Interoperabilidade – MIP* (Barbedo & Corujo, 2012), a versão portuguesa do Estudo ICA 16 (Conselho Internacional de Arquivos, 2005, p. 13) que a refere como “dados acerca de dados”, a norma NP 4438-1:2005 (Instituto Português de Qualidade, 2005b, p. 10) que a indica como “Informação que descreve o contexto, conteúdo e estrutura dos documentos de arquivo e da sua gestão ao longo do tempo”, e a norma NP4041:2005 (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 8) que a aponta como o:

conjunto dos dados que definem o contexto, estrutura e acesso dos documentos e registam o historial da sua utilização ao longo do tempo, fornecendo ainda indicações sobre o seu conteúdo. Mais utilizado no âmbito dos documentos electrónicos. Também designados metadados.

Como se pode verificar, este termo, equivalente a metadados, tem maior implementação no contexto arquivístico português, e é considerado como o mais utilizado no âmbito da informação de arquivo eletrónico. Outro motivo para a preferência deste termo prende-se também com o facto de a informação ser considerada como um conjunto de dados integrados num contexto, a metainformação tem sempre a sua existência derivada do contexto da definição das características da informação sobre a qual informa e, assumindo-se que os dados não têm contexto, percebe-se o termo metadados como menos rigoroso.

Outro termo utilizado é informação de arquivo. A opção por informação em detrimento de documento prende-se com o facto de este termo não exprimir todas as representações ou registos da informação, que atualmente são produzidas, utilizadas, geridas e disseminadas por intermédio de sistemas eletrónicos no âmbito das atividades das organizações e que fazem prova dessas atividades. Tais registos de informação nado-digitais, são, atualmente, por motivos de modernização administrativa e desburocratização, destituídos dos elementos diplomáticos considerados necessários para serem considerados,

em rigor, documentos de arquivo. Mas como não deixam de ser vestígios da atividade, e as suas características arquivísticas (autenticidade, fidedignidade, integridade e usabilidade), estrutura e contexto estão garantidas pelos sistemas aplicativos eletrónicos, não podem deixar de ser considerados como informação de arquivo. Para além disso, esta distinção não se verifica na língua anglo-saxónica, em que o termo *records* é utilizado para exprimir quer o termo documento de arquivo como o termo registo (de informação), como se verá no Capítulo 2.

A escolha pelo termo informação eletrónica em detrimento de informação digital justifica-se pelo facto de a informação eletrónica ser mais abrangente, englobando a primeira. Com efeito, a informação eletrónica que é sujeita a avaliação de arquivo, não se limita aos registos digitais, caracterizadas por conjuntos de código binário, mas também a registos eletrónicos, passíveis de estarem armazenados em suportes que podem ser lidos analogicamente ou digitalmente. Aqui incluem-se a informação registada em cartões perfurados, bandas magnéticas, fitas magnéticas (para registo analógico ou digital).

Os termos produção, reconstrução e rematerialização da informação de arquivo referem-se sobretudo a operações que os arquivistas desenvolvem ou em que intervêm. Assim, a produção está ligada ao ato ou ao processo prático em que procede ao registo de informação. Heredia Herrera (2011, pp. 78–79) refere que os documentos de arquivo não se criam, produzem-se, têm produtor e não criador. O que pode ser criado são os arquivos, os procedimentos, os formulários. Assim, o termo criação parece estar melhor integrado nas fases ou etapas de planeamento, anteriores à execução do procedimento, onde se integra a produção de registos, que vão servir de prova a essa execução. A escolha de produção em detrimento de criação também advém do facto de este último termo estar conotado com um ato artístico – o de criação de obra de arte, resultado de uma escolha. Apesar de o registo de informação ser dotado de originalidade, na atualidade ele transporta um cunho massificado derivado da intensificação informacional, com o fim de dar resposta às necessidades operatórias das organizações. Nesta perspetiva, considera-se que o termo produção (aplicado também no contexto de atividade económica de desenvolvimento de produtos e serviços) é que o melhor enfatiza o carácter quase-industrial (ou pós-industrial) do ato do registo de informação nas organizações.

A reconstrução prende-se com o processo de interpretação ou reinterpretação da informação com o fim de recriar um registo de informação que se perdeu em parte ou no todo, com recurso a fontes contextuais, para que possa ser reutilizada. Esta recriação também

se pode ligar às novas utilizações da informação registada e que pode ser considerada uma mudança de proveniência.

A rematerialização da informação corresponde aos processos ligados à recontextualização da informação, que ocorrem aquando da mudança de suportes dos registos, como sucede no caso da digitalização, para disseminar essa informação noutros contextos, como são exemplo os sítios *web* (Douglas, 2010, pp. 36–37).

Finalmente, a utilização do processo de negócio, termo com origem na área da gestão de processos de negócio, que decorre do facto da informação de arquivo ser informação vinculada aos processos de negócio e que lhe dão origem e contexto. Estes processos de negócio são a forma como as organizações, ou melhor, os agentes ou atores, que fazem parte da organização, cumprem as tarefas derivadas das suas funções e missão. Uma vez que a organização da informação de arquivo faz a representação da sequência de produção, ela constitui-se como vestígio da tramitação do processo de negócio (Thomassen, 2001). Assim, a análise dos processos de negócio permite verificar as funções e as atividades da organização, numa época em que a análise baseada na documentação já não é suficiente para perceber o contexto de produção e utilização da informação registada, até porque esta informação se encontra, por vezes, registada em sistemas eletrónicos que são utilizados para o desenvolvimento de várias tarefas e funções. A utilização deste termo orienta assim para um discurso funcional, que se diferencia do discurso documental, caracterizado por uma hierarquia de agregações (ex.: secção ou subfunção, série, processo documental, subsérie, subprocesso, documento simples) muito marcada pela organização da documentação de arquivo analógica, que já não consegue dar resposta à lógica de organização da informação eletrónica produzida pelas organizações.

Finalmente, no que diz respeito às limitações de carácter prático, faz-se referência às limitadas condições materiais de execução da investigação, como é o caso da existência de fontes que não estão disponíveis em acesso aberto, e a cuja informação apenas se pode chegar indiretamente. Mais especificamente, apesar de a pesquisa e acesso aos resumos de parte dos artigos e dos elementos pré-textuais se conseguir efetuar por via da rede da Universidade de Coimbra, no âmbito da contratualização de serviços com a EBSCO, a pesquisa e recolha de dados na SCOPUS requer o desenvolvimento de contactos fora da esfera institucional, sendo necessário solicitar as pesquisas a contactos pessoais que tinham efetivamente acesso a essa base de dados. Problema maior, agora com a recolha dos textos completos dos artigos, deve-se ao facto de a maioria das publicações periódicas não ser de acesso gratuito, e de, no

período em que a recolha dos dados foi efetuada, não fazem parte dos pacotes contratuais das editoras com as instituições de ensino superior de que fazemos parte. Isto implica recorrer ao contacto, por vezes infrutífero, com os autores dos textos e o recurso a comunidades internacionais de apoio ao acesso à informação e comunicação científicas. Serve esta experiência para refletir que a investigação (e o avanço) científico dificilmente pode ser considerada compatível com a lógica de monetização da comunicação científica imposta pelos grupos editoriais.

No que reporta aos meios utilizados no âmbito deste estudo, explica-se que o foco nas propostas para a avaliação de informação de arquivo constitui um “regresso à origem”, uma vez que é neste contexto, e a título profissional, que o problema em investigação se apresenta. Urge, no entanto, um afastamento da perspetiva profissional, enviesada pela proximidade e pela tecnocracia, e limitada ao estudo de caso, e procurar abrir os horizontes da investigação. Esta necessidade é que motiva a aplicação do método da teoria fundamentada à investigação do fenómeno da avaliação. Este método constitui um dos principais meios de que este estudo se socorre para dar cumprimento às propostas que apresenta. A “fuga” para este método é o fator que contribui, de forma crítica, e ao longo do desenvolvimento da análise, para pôr em questão muitas “ideias feitas” e “lugares-comuns” oriundos da prática profissional.

Outro meio utilizado compreende a Escala de Likert, que serve para refinar a amostra de dados recolhidos. Também se pode considerar que o próprio conjunto de dados recolhidos, constituídos nos artigos, como um dos meios utilizados com o fim de dar cumprimento ao que este estudo se propõe.

Os meios tecnológicos, para além do processador de texto e da folha de cálculo, incluem uma aplicação dedicada à análise qualitativa de dados, o *Atlas.ti*, e uma aplicação dedicada à gestão de referências bibliográficas, o *Zotero*. A utilização destas aplicações é feita sempre com base numa estratégia de segurança contra riscos, e que implica a produção de cópias de segurança no caso do *Atlas.ti*, dado que esta aplicação recorre a formatos proprietários. No caso do *Zotero*, opta-se pela exportação de dados para formatos abertos e normalizados. Tanto as cópias de segurança e os ficheiros dos dados exportados são replicados em dois serviços de nuvem diferentes.

O contributo a dar com esta investigação prende-se com o desenvolvimento de uma maior precisão relativamente àquilo que já se sabe de uma maneira geral, generalizar para além dos factos conhecidos, aplicar conhecimentos a um maior número de casos, fornecer

soluções a um problema ainda sem resolução e, de certa forma, preencher uma lacuna no campo da arquivística (avaliação de informação eletrónica). Desta forma, os contributos percecionados prendem-se com a revisão da literatura e, conseqüentemente, com a necessidade de encontrar alternativas ou soluções através da identificação de projetos, entidades, abordagens, autores, teorias e diretrizes e/ou orientações de espectro nacional e internacional, de boas prática e pontos de convergência e divergência sobre a avaliação de informação de arquivo, com o objetivo de dar cumprimento às funções e missão dos atuais e futuros curadores (digitais) no que diz respeito, ou pelo menos, no que pode ser aplicado/adaptado/integrado, na avaliação da informação de arquivo eletrónica, para com isso proceder à elaboração de propostas e princípios.

4. Estrutura

Esta dissertação é composta por esta introdução que apresenta o contexto científico deste projeto, introduz o enquadramento da problemática e a justificação do tema, seguido dos objetivos em estudo, indicando as perguntas de partida, os objetivos gerais e específicos da investigação, e a delimitação, alcance, limites, meios utilizados e os contributos desta investigação, terminando no apartado sobre a estrutura da dissertação. Segue-se uma primeira parte que fornece o marco teórico geral, um quadro teórico e o quadro conceptual relativo à avaliação de informação de arquivo e à informação eletrónica, definindo o cenário da evolução das perspetivas e teorias, os problemas e os conceitos, que sustentam o quadro geral em que se insere este estudo, contribuindo para o cumprimento do primeiro objetivo geral.

Esta parte inclui um capítulo de contextualização da avaliação no seio da arquivística, e que faz o enquadramento teórico de carácter evolutivo, incluindo o contributo da problemática da informação eletrónica para esta área desde meados dos anos 70 do século passado, e a avaliação no contexto da arquivística contemporânea. Este capítulo pretende assim dar cumprimento aos dois primeiros objetivos específicos, de análise evolutiva da avaliação da informação de arquivo no contexto da arquivística, e da avaliação da informação de arquivo no contexto atual.

Inclui ainda um capítulo de contextualização terminológica que apresenta os conceitos operacionais deste estudo, abordando o conceito de avaliação em consideração à

informação de arquivo, os termos equivalentes e aqueles associados à avaliação e, em seguida, uma exploração acerca dos termos que se relacionam e associados com a Informação Eletrónica: eletrónico, informação eletrónica, digital. Neste capítulo também se justifica a escolha do termo “informação eletrónica” em lugar de “documento eletrónico” e analisa-se a terminologia relativa à análise funcional, por estar relacionada com a avaliação. Este capítulo pretende dar cumprimento ao terceiro objetivo, de análise conceptual e terminológica no seio da avaliação de informação de arquivo.

Esta parte termina com a contextualização teórica e técnica que aborda as estratégias e/ou abordagens da avaliação de informação de arquivo no seio da literatura científica internacional, sendo outro contributo para o cumprimento do primeiro objetivo geral, apresentando a análise de estratégias e/ou abordagens internacionalmente reconhecidas, para identificar quais os fatores, alternativas e soluções no estudo da problemática da avaliação de informação de arquivo eletrónica, e, por outro lado, perceber o que conservar, como, porquê, por quanto tempo, com que meios e consequências. Este capítulo apresenta as Escolas Clássicas de Jenkinson e Schellenberg, as perspetivas pós-modernas, o contraste entre o *Records Lifecycle* e o *Records Continuum*, um recente instrumento normativo internacional para avaliação emanado de um organismo internacional de normalização, e as estratégias e abordagens em outros países, nomeadamente as perspetivas teóricas e académicas de Espanha e Brasil, as perspetivas académicas de outros países. Pretende, assim dar resposta ao quarto objetivo específico, de análise teórica e tendencial das diferentes, escolas, perspetivas, estratégias e abordagens da avaliação da informação de arquivo. De forma mais aprofundada, analisa o contexto nacional português, apresentando, em primeiro lugar, e numa perspetiva evolutiva, a avaliação da informação de arquivo em Portugal, seguida das propostas e/ou abordagens que têm sido aplicadas neste país, particularmente no contexto da Administração Pública, e os estudos académicos desenvolvidos neste país, dando cumprimento ao quinto objetivo específico, de contextualização evolutivas e crítica da realidade portuguesa no seio do quadro teórico e técnico das tendências sobre as estratégias e/ou abordagens da avaliação da informação de arquivo internacionais. Os estudos de carácter académico apresentados neste capítulo constituem-se também como contributos de outros investigadores no âmbito da avaliação de informação de arquivo, reforçando a contextualização da problemática deste estudo no campo da produção e comunicação científica a nível nacional e internacional.

A segunda parte desta dissertação, o estudo aplicado, refere-se à parte empírica deste trabalho e pretende dar cumprimento ao segundo objetivo geral. Esta parte inclui o capítulo dos procedimentos metodológicos, que se refere à fundamentação teórica da metodologia, que especifica os aspetos da Metodologia Qualitativa, no seio da qual se recorreu à Análise Documental e à Teoria Fundamentada, e também apresenta o faseamento do estudo, constituído por uma fase de desenvolvimento do estudo teórico que inclui as etapas de pesquisa de informação bibliográfica e documental e da análise e sistematização da informação, e uma fase de desenvolvimento do estudo empírico, e que incide principalmente nas etapas de configuração da amostra, de codificação dos textos, de codificação aberta e codificação axial, de codificação seletiva, e de análise e interpretação teórica e critérios para a validação do estudo.

A segunda parte da dissertação também apresenta os resultados, sistematizados em três capítulos. O capítulo cinco apresenta uma análise comparativa dos principais projetos, iniciativas e programas a nível internacional sobre esta matéria, em cumprimento do sexto objetivo específico. Constitui-se por uma parte de análise e interpretação e outra de síntese.

Os outros capítulos referentes aos resultados compreendem a apresentação da integração teórica dos resultados que emergiram das perceções dos autores no âmbito da análise dos textos. Assim o capítulo seis, contextualiza os autores e faz a sistematização das suas perceções acerca dos problemas, críticas, entornos e contornos, enquanto que o capítulo sete apresenta a distinção das propostas e soluções que os autores fazem emergir das suas perceções. Estes dois capítulos dão azo ao cumprimento do sétimo e oitavo objetivos específicos.

No capítulo de propostas e conclusões é sugerido, em contraste com as estratégias e/ou abordagens apresentadas no capítulo 3, tanto a nível internacional, como a nível nacional português, um conjunto de propostas e princípios, e que se sustentam nos elementos que emergiram da análise apresentada nos capítulos cinco a sete, cumprindo o nono objetivo específico, recapitula o que se alcançou em termos de cumprimento de objetivos, indicando os meios utilizados, as limitações e as dificuldades sentidas, e apresenta ainda as sugestões e expectativas para o desenvolvimento de linhas de investigação futura.

As referências bibliográficas apresentadas indicam os documentos recolhidos, analisados e utilizados na produção deste estudo e demonstram a literatura que sustenta os resultados e conclusões desta investigação. Os apêndices apresentam elementos de apoio à contextualização e compreensão da investigação.

PRIMEIRA PARTE:
MARCO TEÓRICO GERAL

1. ANÁLISE DO CONTEXTO: A AVALIAÇÃO NO QUADRO DA ARQUIVÍSTICA

Pretende-se neste capítulo efetuar uma história da arquivística, recorrendo a vários autores, com a intenção de contextualizar a evolução do pensamento acerca da avaliação de informação de arquivo. O fito do conteúdo deste capítulo é contribuir para a delimitação da problemática e definir o cenário da evolução das perspectivas e teorias, os problemas e que sustentam o quadro geral em que se insere este estudo.

Este capítulo pretende assim dar cumprimento aos dois primeiros objetivos específicos, de análise evolutiva da avaliação da informação de arquivo no contexto da arquivística através de uma análise diacrónica das etapas da arquivística e da contextualização sincrónica da avaliação no conjunto das etapas identificadas, e também de da avaliação da informação de arquivo no contexto atual, identificando os fatores externos que podem atualmente condicionar essa avaliação, principalmente no que tange a informação de arquivo em suporte eletrónico².

² Os pormenores metodológicos que concernem ao desenvolvimento deste estudo encontram-se no capítulo 4, nos pontos 4.1.2 e 4.2.1.

1.1. A Avaliação no Quadro da Evolução Histórica da Arquivística

Partindo de Ridener (2009), é traçada a evolução da Arquivística até à atualidade, constatando como antecedentes a consolidação da teoria arquivística no fim do século XIX, marcada pela publicação do *Handleiding voor het Ordenen en Beschrijven van Archieven*, ou Manual Holandês, em 1898 (Müller, Feith, & Fruin, 2003) ligada à organização³ e à descrição dos acervos, tendo em conta as necessidades dos historiadores, entendidos como os principais utilizadores, que procuravam documentação oficial e evidência de atos; seguido, após a Primeira Guerra Mundial, de um período de confirmação e reforço das perspetivas desenvolvidas desde o período anterior, e que se identifica com a publicação de *A Manual of Archive Administration including the problems of War Archives and Archive Making* por Jenkinson (1922), defendendo princípios que refletissem a forma como as entidades produziam e utilizavam os documentos, com o fito de fornecer um maior contexto aos historiadores; e de um período identificado como sendo o da Arquivística Moderna, representada pela publicação de *Modern Archives: Principles and Techniques*, por Schellenberg (1956), ligada à profissionalização da área, separando os papéis de arquivista e historiador, o desenvolvimento de abordagens de gestão documental, que incluíam documentos administrativos em uso quotidiano e não somente documentos históricos, e com preocupações relacionadas com o meio analógico, derivadas da acumulação das massas documentais principalmente a partir dos anos 40-50. A este sucede-se ainda o período do questionamento da validade das ideias vigentes nos períodos anteriores, e no qual, segundo o mesmo autor, nos encontramos.

Para além de Ridener, considera-se pertinente apresentar outras propostas de periodização, para o enriquecimento deste enquadramento teórico. Nesta lógica, e percecionando que a avaliação de informação de arquivo surge no século XX, com o desenvolvimento de diferentes técnicas a partir dos anos 30-40 desse século e de um corpo teórico específico em datas posteriores, pretende-se contextualizar a sua origem no âmbito

³ Termo utilizado pela Arquivística portuguesa para referir o conjunto de operações de classificação e ordenação de um acervo (Fonte: Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 13). Equivalente ao termo anglo-saxónico *arrangement*, e ao *arranjo*, utilizado no Brasil (Arquivo Nacional, 2005, p. 37).

das propostas de periodização que em seguida se apresentam.

O apelidado Manual Holandês de 1898 (Müller et al., 2003) refere, no âmbito da realidade dos territórios neerlandeses, uma divisão entre antigos e novos arquivos, cuja distinção é marcada pelas alterações administrativas derivadas da abolição da soberania provincial e cujos direitos emanados dessa soberania passaram para o Estado moderno em 1798.

Jenkinson (1922) apresenta na sua obra já citada, uma distinção entre Arquivos Antigos (onde se incluem os primevos), os Arquivos Modernos, e os Arquivos do Futuro, com indicação de exemplos derivados da prática burocrática/documental da Inglaterra e, mais tarde, do Reino Unido, para as duas primeiras fases. A primeira fase iniciar-se-ia na época medieval (muito possivelmente com a dominação normanda de Inglaterra) e a segunda é apontada como surgindo durante a primeira metade do séc. XIX (provavelmente com a constituição do *Public Record Office*), e presume-se que o autor se referiria à última etapa como aquela teria início após a sua vida. A distinção entre as duas fases é acentuada pelas diferenças da documentação produzida, e pelos procedimentos que a originam, e também relativamente à especificidade das regras/orientações, que o autor aborda quanto à seleção e destruição de documentação. De notar que o texto do autor não parte dos critérios de seleção e à destruição para identificar estas diferentes etapas, partindo antes dessas etapas para estabelecer as diferenças. Segundo Jenkinson (1922) a origem da avaliação encontrar-se-ia na fase qualificada pelo autor como fase dos “Arquivos Modernos” e, presumivelmente, desenvolver-se-ia posteriormente na fase de “Arquivos do Futuro”. Considerando que a fase dos “Arquivos Modernos” se encontra unida à constituição do *Public Record Office*, este órgão é antecedente ao *The National Archives*, que em meados do século XX reorienta a sua atividade para o estabelecimento e aplicação de critérios técnicos para a seleção de documentos que devem ser conservados permanentemente.

Martín-Pozuelo Campillos (1996), ao estudar os contornos da construção teórica na Arquivística no âmbito do Princípio da Proveniência, apresenta as periodizações propostas pelos clássicos Eugenio Casanova e Adolf Brenneke, pela escola italiana representada por Leopoldo Sandri e Elio Lodolini, e pela escola francesa representada por Robert Henri Bautier. Casanova (1928) identifica quatro grandes épocas da história dos arquivos e da Arquivística, em que a primeira vai até ao século XIII, a segunda abarca os períodos entre os séculos XIII e XV, a terceira teria lugar entre os séculos XVI e XVIII, e a quarta diz respeito à arquivística desde o século XVIII. Cada uma das épocas distingue-se pela natureza

das diversas instituições. Assim, a primeira época é considerada essencialmente patrimonial, na medida em que se centra na conservação de tudo aquilo que justifique e assegure, a posse, o território, o domínio das fronteiras relativamente ao estrangeiro, tendendo a conservar-se o título jurídico de determinado domínio ou posse. Por outro lado, destrói-se tudo o que se refira à gestão interna determinado património, a correspondência, as garantias, as decisões entre particulares, que se considera terem um valor transitório. Durante os séculos XVI e XVIII, com ênfase nos finais deste último, o autor considera assistir-se a uma tendência para considerar o arquivo como fonte para a história. Trata-se de um século que luta contra as superstições, defendendo o conhecimento aprofundado das ciências naturais sem quaisquer barreiras. Nota-se a influência exercida pelos Humanistas sobre a Arquivística, derivada da difusão das fontes históricas, e que resulta num forte impulso para a Paleografia, contribuindo, em grande medida, para o favorecimento do acesso aos arquivos, anteriormente dificultado, afirmação forte acerca deste período, relativamente a arquivos. Este conceito converter-se-á em eminentemente histórico ao longo do período seguinte. Consequentemente, Casanova considera que não basta conservar, sendo necessário organizar a documentação para constituir um arquivo, o que define a necessidade de ordem [neste caso ordem original] na concetualização do mesmo. No que concerne a avaliação, Casanova (1928) aborda a eliminação do que indica serem os escritos inúteis no seio da administração governativa, no seio da administração autárquica, no âmbito privado e ainda de outros países como a França e o Reino Unido. Transparece para o autor que a eliminação é uma tarefa delicada que requer a criação de uma comissão de funcionários competentes para redigir o elenco das propostas de descarte, de forma a garantir que a eliminação não recaia na documentação que pudesse ter importância para os estudos históricos presentes e futuros. Estes aspetos são situados em datas que se enquadram na Quarta Época indicada pelo autor.

Brenneke, na segunda parte da sua obra publicada postumamente *Archivkunde* (Brenneke, 1953), debruça-se sobre a História dos Arquivos, centrada nos diferentes meios de que se serviam os arquivistas para organizar a documentação contida nos arquivos. Identifica três grandes épocas que considera serem de grande desenvolvimento da teoria arquivística. O primeiro período situa-se entre os séculos XVI e XVII, em que perceciona um predomínio do método, que o autor denomina prático indutivo de classificação arquivística. O segundo momento englobaria o século XVIII, caracterizado pelo sistema de classificação teórico-dedutivo. O último momento decorre no século XIX, com o surgimento

do princípio de proveniência como novo sistema de classificação arquivística, com as suas variantes no princípio francês de Fundo, no neerlandês de Registo, e no prussiano de Corpo Arquivístico. No que se refere à avaliação, e de acordo com a análise que Schellenberg (1956) da obra de Brenneke (1953), é feita menção de orientações/diretivas de avaliação alemãs formuladas pelo Arquivo Secreto do Estado Prussiano no início do século XX e a criação de uma comissão por parte dessa instituição para formular normas nesse âmbito, pouco tempo antes do início da Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, propõe-se enquadrar a avaliação fora do terceiro período, consagrado ao século XIX.

Schellenberg (1956) refere que a definição de arquivo deve ser modificada em cada país para se adequar às suas necessidades específicas, e que tal definição deve fornecer a base a partir da qual os arquivistas devem lidar com os materiais produzidos pelo governo que servem. Nessa linha, e tendo em conta a especificidade dos EUA, que não tinham documentação medieval, mas sim documentação moderna, estabelece uma divisão entre *records* e *archives*, em que os primeiros existiam por necessidades legais, probatórias e/ou informativas das entidades que produziam ou recebiam essa documentação, e os segundos existiam por questões de referência e investigação, sendo por isso depositados em instituições arquivísticas. Por esse motivo, a diferenciação cronológica que faz, relativamente ao seu país, tem como marco o estabelecimento do *National Archives* em 1934. Com efeito, transparece que a avaliação decorre nesse mesmo período denominado de Arquivos Modernos, tendo em conta a análise dos valores primário e secundário.

A escola francesa é representada por Bautier (1968), que apresenta um quadro da evolução arquivística a partir da análise dos diferentes tipos documentais que predominaram ao longo da história, e os estudos sobre a transformação dos métodos administrativos e o surgimento dos “métodos” propriamente arquivísticos. Desta feita, estrutura a história dos arquivos em quatro grandes etapas. A primeira corresponde aproximadamente à Antiguidade, sendo denominada por Época dos Arquivos de Palácio, e cujo estudo corresponderia aos arqueólogos encarregados de decifrar as tábuas de argila, sendo, na verdade, a época de documentos como tratados, correspondência administrativa e diplomática, contas e documentos financeiros em geral, marca de uma conceção do arquivo eminentemente patrimonial e administrativo. A segunda é apelidada de Época dos tesouros de *chartes*, título que se refere aos documentos que consignam atos jurídicos, que manifestam a vontade do seu autor e que eram geralmente selados, identificado entre os séculos XII a XVI, e em que permanece a conceção do arquivo eminentemente patrimonial

e administrativo. A terceira corresponde à Época dos arquivos como arsenal da autoridade, entre os séculos XVI e início de XIX, marcado pelo estabelecimento de um novo sistema administrativo, que leva ao desenvolvimento dos arquivos estatais e, logo, ao nascimento da arquivística e ao surgimento gradual de cada um dos princípios que o moldarão mais tarde. Segundo Bautier, esta é a fase crucial da História dos Arquivos, que são, nesse período, concebidos como um instrumento, que se coloca à disposição do poder. O último momento, desde o início do século XIX até meados do século XX, é a Época dos Arquivos como laboratórios da História, em que os arquivos deixam de ser considerados exclusivamente como um arsenal de “armas legais e políticas” e também se tornam laboratórios de investigação histórica e, conseqüentemente, a arquivística numa disciplina auxiliar da história. Não se encontrando qualquer menção sobre a avaliação neste autor, propõe-se que o desenvolvimento das técnicas da avaliação se enquadre no período que o autor refere por Arquivos como laboratórios da História.

A escola italiana, representada por Lodolini (1984, 1991) e Sandri (1968), refere a existência de três períodos importantes no desenvolvimento da Arquivística, que determinam três conceitos importantes e distintos de arquivo. O primeiro reporta-se ao período que decorre desde a Antiguidade até o início do século XVIII, e onde domina uma concepção patrimonial-administrativa, determinada pelo valor jurídico dos documentos, pela sua classificação orgânica, e pela inacessibilidade como arma defensiva pelos principais depositários. O segundo período, enquadrado no período Iluminista, reflete a crescente relevância da investigação, e dota o documento de um valor fundamentalmente histórico, o que motiva a organização dos arquivos por assunto. Estas circunstâncias favorecem a abertura das fronteiras e uma acessibilidade sem precedentes. Estamos na presença de um conceito de arquivo eminentemente histórico. A terceira fase, que inclui o final do século XIX e grande parte do século XX, em que o aumento das competências da Administração Pública e o conseqüente aumento no volume documental, levam a uma dualidade conceptual, que poderia ser considerado um resultado da sobrevivência dos conceitos dos momentos anteriores. Neste marco, a avaliação enquadra-se na terceira fase proposta pelos autores, como efeito lógico de “ação-reação”: perante o aumento do volume de documentos é necessário o desenvolvimento de técnicas que permitam dar resposta a esse problema, neste caso, ligado diretamente ao âmbito da administração pública.

A perspetiva de Thomassen (1999) parte de uma visão kuhniana (Kuhn, 1962), em que apresenta uma evolução da Arquivística desde o século XIX, com uma fase pré-

paradigmática que se encerra com o surgimento do Manual Holandês em 1898 (Müller et al., 2003), sendo que esta obra representa uma revolução científica de onde emerge a fase do paradigma clássico ou moderno situada no século XX. A segunda revolução científica decorre da evolução digital das tecnologias da informação e comunicação, e origina um novo paradigma, que o autor nomeia como pós-custodial ou pós-moderno, com base numa proposta de Terry Cook (1993, 1995). A fase pré-paradigmática tem como objetos, na perspectiva diplomática, o diploma, e do ponto de vista administrativo, os fundos. De acordo com o autor, nos Países Baixos o fundo era visto como a totalidade dos registos não correntes de uma comunidade, ou seja, da cidade, província, o estado, etc. Isto significa que não era visto como os registos não correntes das várias entidades que administravam a dita comunidade. A entidade fundamental era, do ponto de vista diplomático, o diploma ou registo, mas do ponto de vista administrativo era o item individual. O objetivo, na perspectiva da tradição diplomática, era a publicação crítica dos registos para permitir a investigação histórica. Na perspectiva da tradição administrativa pretendia-se a identificação e a consulta fácil dos registos. No âmbito dos métodos e técnicas, a abordagem diplomática requeria a pesquisa da totalidade dos diplomas emitidos e a sua descrição e, se possível, a sua publicação crítica por ordem cronológica. A abordagem administrativa solicitava a descrição de todas as séries e itens dos fundos, vistos como a totalidade dos registos não correntes da comunidade, organizados de acordo com o princípio do respeito dos fundos e o princípio da proveniência, aplicados à totalidade dos registos não correntes dessa comunidade. A primeira fase paradigmática (arquivística clássica) identifica o seu objeto como a totalidade de registos criados ou recebidos por uma administração ou agente público, e identifica o item físico como a sua identidade fundamental, pelo que as interações entre as entidades fundamentais devem ser consideradas de natureza orgânica. Os objetivos são o controlo físico e administrativo dos documentos, em parte para preparação para a sua publicação. A metodologia consistia na aplicação do princípio da proveniência e do princípio da ordem original. A técnica caracterizava-se pela descrição formal dos documentos físicos e a sua organização não de acordo com a sua forma, mas de acordo com a classificação natural, que espelha a organização do produtor dos registos. Assim, a nível de objeto, verifica-se que os fundos deixam de ser definidos como os arquivos de uma comunidade, mas como arquivos de uma das entidades que tomam parte na administração da comunidade, e o item substitui o diploma ou documento como componente básico dos fundos, mudança ligada à introdução do princípio da ordem original, que anteriormente se referia exclusivamente ao nível do item e ao nível das séries de itens da mesma forma de material. O objetivo principal deixou de ser

a publicação de documentos arquivísticos, tendo o acesso e a consulta eficiente ganhado prioridade, e a ligação entre item e fundo tornou-se o enquadramento interpretativo para a análise histórica. De acordo com o autor, os anteriores métodos de organização primeiramente de acordo com a forma do material e, em segundo lugar, cronologicamente ou de acordo com uma classificação artificial, foram substituídos por um sistema de organização integrado no qual os registos são organizados de acordo com a classificação original, classificação derivada da estrutura do próprio material. Thomassen afirma que, muito embora os autores do Manual Holandês não tivessem redefinido explicitamente os conceitos de respeito dos fundos e o princípio da proveniência, fizeram-no implicitamente, ao redefinirem o conceito de Fundo: ao definir o objeto como os registos não correntes da comunidade, o princípio do respeito dos fundos impede que se misturem os registos não correntes de duas comunidades, mas permite misturar os registos não correntes das diferentes administrações de uma comunidade de acordo com os diferentes aspetos da vida da comunidade documentados nesses registos e até estimula a separação dos registos não correntes de uma entidade administrativa se esses registos documentarem mais que uma comunidade. Aplicado ao conceito de comunidade, o princípio de proveniência é um princípio local, que liga arquivos e séries à cidade, região ou país onde reside a comunidade documentada. No entanto, a aplicação do princípio da proveniência aos registos não correntes de uma entidade administrativa exige a vinculação de um fundo não ao seu contexto geográfico, mas ao seu contexto administrativo, ligando assim os fundos não ao local onde a comunidade mora, mas aos arquivos com os quais eles estão organicamente relacionados, por exemplo, os arquivos dos seus antecessores e sucessores, isto é, refere-se à entidade produtora ou à sua sucessora, independentemente da sua sede estar situada dentro do habitat da comunidade ou noutra local. A consequência prática da interpretação do princípio de proveniência, em termos administrativos, levou à decisão de que arquivos deveriam ser mantidos por qual repositório de arquivo (ou cidade, província ou mesmo país). A segunda fase paradigmática tem como objeto a informação ligada ao processo de negócio, ou seja, informação gerada pelos processos de negócios e estruturadas por esses processos, a fim de permitir a recuperação contextual, tendo o contexto desses processos como ponto de partida. Trata-se de um objeto duplo, porque se refere a informação de arquivo e ao seu contexto de geração, os processos de criação de registos. A entidade fundamental também é dupla: é o documento lógico individual na sua relação com a tramitação do processo de negócio, que o gerou. O objetivo é mais do que acessibilidade, mas sim a qualidade arquivística, que representa a transparência, a força e a estabilidade duradoura do vínculo

entre a informação e os processos de negócios que as geram. A metodologia consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise das ligações entre registos e produtores de registos, a fim de estabelecer, manter e analisar a autenticidade, a credibilidade e a confiabilidade dos registos. As técnicas incluem a modelação e as normas de descrição. O autor indica que este paradigma da ciência arquivística é trazido pela revolução digital, mas não tem um carácter digital específico. A segunda revolução científica na Arquivística é mais do que uma mudança do papel para a informação eletrónica: é uma mudança do clássico ou moderno para o que é chamado de pós-custodial ou paradigma pós-moderno da Arquivística. Thomassen afirma que, pela primeira vez, a Arquivística se está a tornar uma ciência real, dado que na fase pré-paradigmática, não era uma ciência real; na sua fase clássica, não era mais que uma ciência auxiliar da história, mas na sua fase pós-moderna, está a ganhar o estatuto de uma ciência real, tão autónoma como as outras ciências da informação e tão autónoma quanto a história. Daqui se verifica que o objetivo evolui da problemática custodial do controlo físico dos acervos para a questão pós-custodial do acesso à informação de qualidade, para atingir a transparência, a força e a ligação estável entre a informação e os processos de negócio. De igual forma, o foco passa da utilização dos arquivos (históricos, diplomáticos) com fins de investigação histórica, para a informação registada no âmbito dos processos das atividades das organizações da administração pública e privada. Thomassen assinala ainda que o primeiro paradigma é europeu, enquanto que o segundo tem origem norte-americana, mas o elemento que o espoleta tornou-o num paradigma global. De notar que o autor não defende a existência de uma substituição de um paradigma por outro, uma vez que os objetos e objetivos iniciais não foram abandonados, tendo antes sofrido uma ampliação, estando embebidos por novas abordagens em sede do novo paradigma. Com efeito, Thomassen considera a existência da integração do antigo paradigma dentro do novo paradigma, que não se postula numa divisão entre a tradição clássica derivada da Europa e o paradigma pós-moderno originário da América do Norte, nem um corte entre a comunidade arquivística entre o Velho e o Novo Mundo. Muito embora o novo paradigma traga uma nova orientação e uma extensão do domínio, o antigo paradigma não é completamente posto de lado, mas é integrado no domínio recém-definido. Ao perspetivar o objeto da ciência arquivística, o paradigma pós-moderno observa principalmente os documentos nas suas dimensões lógicas e dinâmicas. No entanto, essa visão abrangente também permite um enfoque nos documentos físicos e objetos estáticos. Os métodos e técnicas do paradigma clássico continuam ainda a ser válidos no seu campo de aplicação tradicional, mesmo dentro do domínio do paradigma pós-moderno da “ciência arquivística”.

Considera-se importante indicar que esta perspetiva estava enquadrada em 1999, ou seja, há 20 anos. No que respeita ao objetivo da ciência arquivística, Thomassen permite verificar que o esforço para o estabelecimento e manutenção das relações entre a informação e os processos que lhe deram origem também pode ser utilizado para melhorar a acessibilidade. No âmbito da metodologia arquivística, o autor considera que, apesar dos princípios da proveniência e da ordem original terem sido reconcetualizados em termos de gestão de qualidade, esses princípios ainda podem ser utilizados para reconstruir um fundo na sua ordem original. No que tange o surgimento das técnicas de avaliação, considera-se que tal se enquadra no seio do período do Paradigma Clássico ou Moderno, continuando pelo Paradigma Pós-Custodial.

A obra *Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação* (Silva, Ribeiro, Ramos, & Real, 1998) elabora uma retrospectiva desde a origem e o desenvolvimento dos arquivos com o surgimento da escrita, passando pela transição do Mundo Antigo para a Idade Média, e daí para a Idade Moderna, até chegar ao Iluminismo e ao fim do Antigo Regime. Após esse largo período de desenvolvimento, os autores apresentam uma perspetiva que defende a existência de três fases. A fase sincrética e custodial, que é delimitada entre o século XVIII e 1898, com origem na Revolução Francesa (1789), e que é caracterizada pela incorporação maciça da documentação de organismos extintos nos Arquivos Nacionais, criados com fins de conservação patrimonial como fontes historiográficas. A Arquivística é, nesta fase, considerada um saber auxiliar da História, da Diplomática e da Paleografia, em que o profissional é o Arquivista Paleógrafo ou o Arquivista Auxiliar da História. Nesta fase desenvolve-se a noção de Fundo, e os princípios da Proveniência e da Ordem Original. A fase técnica e custodial tem origem com o aparecimento do Manual Holandês (1898) (Müller et al., 2003), e caracteriza-se pela dupla existência de Arquivos Históricos e Arquivos Administrativos, pelo surgimento da gestão documental, apoiada por uma crescente normalização a nível da terminologia e da classificação, dando lugar a uma reformulação crítica da noção de fundo. A Arquivística passa a ser considerada uma disciplina autónoma e com um reforço pela especialização técnica, que resulta numa especialização profissional do arquivista. Nesta fase, desenvolve-se a Teoria das três idades, e a divisão entre Arquivos Históricos (preocupados com a custódia e considerados laboratórios da História), e os Arquivos Administrativos (que surgem como resposta às necessidades derivadas das industrialização e burocratização). A fase científica e pós-custodial inicia-se nos anos 80 do século XX, até à atualidade, e distingue-se pelo facto de os arquivos serem considerados

Sistemas de Informação, de haver um reconhecimento do Conhecimento Arquivístico e uma normalização do acesso aos arquivos e à informação. A Arquivística é considerada uma Ciência da Informação, dotada de um objeto de estudo (a informação social), com um enquadramento teórico sistémico, e um método (método quadripolar). Isto resulta numa dicotomia de papéis relativamente ao arquivista que, para além de ser considerado um profissional da Informação, emerge também como Cientista da Informação. No entanto esta proposta será reenquadrada tendo em conta a renegação (a expressão utilizada é rejeição epistemológica) da Arquivística como uma Ciência feita pelos principais autores, Silva e Ribeiro (2002b, p. 79), que é reduzida ao papel de ramo ou disciplina aplicada da Ciência da Informação (Silva, 2006, p. 137). Assumindo um enquadramento kuhniano (Kuhn, 1962), sugerem a existência de um (pré-)paradigma sincrético, originário do século XVIII e que designam por historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista, custodial, estático, e um paradigma pós-custodial, dinâmico, informacional e científico, que tem origem da Sociedade da Informação e como resposta à difusão das tecnologias da informação e comunicação digitais. Os autores tentam justificar uma analogia, em termos epistemológicos e à luz da proposta kuhniana, entre o termo fase e a noção operatória de paradigma (Silva & Ribeiro, 2002a, p. 18) No primeiro paradigma, perspetivam-se os documentos e os seus conteúdos, com base numa matriz historicista e técnico-profissional/procedimental, caracterizando-se pelo primado da História como fonte legitimadora e matriz modeladora, pela necessidade custodial para alimentar o discurso historiográfico e ideológico-identitário e sustentar o mercado dos bens materiais antigos e raros e dos objetos de Arte, pela operacionalização do acesso e das condições de custódia através de um corpo normativo e procedimental muito empírico, alguns anacrónicos e outros de base científica. O segundo paradigma é perspetivado de forma distinta do paradigma anterior, deixando de se preocupar com a custódia e “ritualização” [e monumentalização] do documento como artefacto e/ou suporte, para se centrar na investigação científica e na intervenção teórico-prática na produção, fluxo e comunicação da informação, considerada como representações mentais e emocionais (mentefacto), que pode estar em diversos suportes em mutação constante e/ou meios através dos quais acedemos virtualmente à informação (Silva, 2006). Sublinha-se a influência/proximidade do pensamento de Terry Cook (1997b, 2001) na formulação do pensamento de Silva e Ribeiro, particularmente no que se refere à mudança de paradigma. Neste autor transparece inicialmente que o surgimento das técnicas de avaliação ocorre na Fase técnica e custodial, continuando na Fase científica e pós custodial (Silva et al., 1998). Na sua obra posterior (Silva, 2006), o surgimento ocorre no seio do Paradigma historicista,

empírico-patrimonialista, tecnicista, custodial, estático, continuando Paradigma pós-custodial, dinâmico, informacional e científico.

Comparativamente à proposta paradigmática de Thomassen (1999), Silva (2006) engloba no Paradigma que apelida “custodial” alguns atributos que Thomassen define como exclusivamente pré-paradigmáticos.

Vivas Moreno (2004) apresenta o desenvolvimento arquivístico enquadrado em quatro espaços de racionalidade histórica. No primeiro espaço, considera a Arquivística como instrumento indutivo e funcional, compreendendo o período desde as primeiras formalizações de arquivos até ao período equivalente à Baixa Idade Média, caracterizado pela inexistência de corpo teórico, por procedimentos empíricos, em que o arquivo é considerado sujeito individual e um agente da função administrativa, surgindo o conceito de arquivo público e avanços no “tratamento arquivístico”. O segundo espaço é identificado como o da Arquivística como doutrina patrimonial e jurídico-administrativa, que acaba na segunda metade do século XVIII, em que a Arquivística é considerada uma doutrina jurídica ao serviço da administração, que leva ao desenvolvimento da organização administrativa e da complexidade da prática documental, resultando no arquivo como instrumento de poder, o que leva ao desenvolvimento da literatura arquivística para apoio dos arquivos para a maior eficácia administrativa e, finalmente, ao surgimento de uma rede de arquivos embrionária e muito elementar. No terceiro espaço, a Arquivística é considerada como desenvolvimento historiográfico e teoria especulativa e decorre até ao segundo terço do século XX, concebendo a Arquivística como uma disciplina historiográfica, o que leva à formalização da teoria arquivística (como o Princípio da Proveniência), ao desenvolvimento da descrição arquivística e à elaboração de instrumentos de pesquisa, à formação profissional específica, à criação de grandes centros de ensino arquivístico e legislação específica. Esta situação permite a existência de conquistas no âmbito da literatura teórica e na estruturação gradual da Arquivística Moderna, e o surgimento de Arquivos Administrativos incipientes. No quarto e último espaço, considera a Arquivística integral na Sociedade do Conhecimento, que decorre na atualidade, caracterizando-se pela ampliação do campo de atuação e expansão científica da Arquivística, pela inserção da área no âmbito das Ciências da Informação e Documentação, pela consideração dos arquivos como sistemas de informação, na decorrência do impacto das novas tecnologias. Vivas Moreno (2006) menciona a avaliação e seleção de documentos no âmbito do período indicado como Arquivística integral na Sociedade do Conhecimento, mas também se refere a teorização que decorre no período

anterior, apelidada de Arquivística como desenvolvimento historiográfico e teoria especulativa, e que considera as distintas operações do tratamento metodológico arquivístico que permitem conhecer a importância e o valor dos arquivos. Também neste período, a partir da década de 30 do século XX, há um aumento da burocratização e complexidade administrativa e documental, o que implica a necessidade de técnicos que ponham em prática operações para organizar a numerosa documentação e para ser consultada no âmbito das atividades administrativas. Nesta perspectiva, percebe-se que o surgimento das técnicas de avaliação seja um dos marcos desse período.

Sousa (2006), no seu estudo sobre a trajetória do conceito de classificação de documentos arquivísticos, defende uma perspectiva, que considera, grosso modo, dois grandes períodos na história das classificações de documentos arquivísticos. O primeiro, que tem origem na Antiguidade e vai até ao século XIX, e segundo que decorre até à atualidade. O elemento que marca a passagem é o estabelecimento dos Princípios do Respeito pelos Fundos e da Ordem Original. O autor considera não serem períodos estanques, na medida em que existem práticas do primeiro período que podem ser encontradas no segundo. Sobre a avaliação, infere-se que as técnicas surgiram no segundo período da história das classificações de documentos arquivísticos, mas somente após o surgimento do Manual Holandês de 1898 (Müller et al., 2003) e da defesa da não intervenção de avaliação ou classificação de Jenkinson (1922).

O Quadro 1 apresenta uma síntese comparada das propostas de periodização apresentadas.

Quadro 1 – Síntese Comparativa das Propostas de Periodização Apresentadas

Autor	Mundo Antigo	Época Medieval	Antigo Regime		Século XIX	Século XX		Século XXI
Müller et al. (1898)		Arquivos Antigos (até 1798)			Arquivos Novos (desde 1798)			
Jenkinson (1922)		Arquivos Antigos (séc. XI(?) – primeira metade do século XIX)			Arquivos Modernos (primeira metade do século XIX – meados séc. XX?)		Arquivos do Futuro(?)	
Casanova (1928)	Primeira época (até ao Séc. XIII)		Segunda época (Séc. XIII – XV)	Terceira época (séc. XVI – XVIII)	Quarta época (desde o séc. XVIII)			
Brenneke (1953)				Primeiro Período (séc. XVI e XVII)	Segundo Período (séc. XVIII)	Terceiro Período (Séc. XIX)		
Schellenberg (1956)						Arquivos Modernos (1930s-actualidade)		
Escola Italiana -Sandri (1968); Lodolini (1984, 1991)	Primeira época (até início do séc. XVIII)			Segunda Época (séc. XVIII-XIX)		Terceira época (fim séc. XIX – XX)		
Bautier (1968)	Arquivos de Palácio (Antiguidade)		Tesouros de <i>chartes</i> (séc. XII a XVI)	Arquivos arsenais da Autoridade (Séc. XVI-inícios XIX)		Arquivos como laboratórios da História (início séc. XIX – meados séc. XX)		
Silva et al. (1998)	Origem dos Arquivos (civilizações pré-clássicas – cultura greco-latina)	Singularização (Mundo Antigo – Idade Média)		Arquivos de Estados Monárquicos (Idade Moderna – Rev. Francesa)		Fase sincrética e custodial (Séc. XVIII-1898)	Fase técnica e custodial (1898-1980)	Fase científica e pós-custodial (1980-actualidade)
Thomassen (1999)					Fase pré-paradigmática (Séc. XIX)	Paradigma Clássico ou moderno (Sec. XX)		Paradigma Pós Custodial ou Moderno (Sec. XXI)
Vivas Moreno (2004)	Arquivística como instrumento indutivo e funcional (origens até Baixa Idade Média)		Arquivística como doutrina patrimonial e jurídico-administrativa (Baixa Idade Média – segunda metade do séc. XVIII)		Arquivística como desenvolvimento historiográfico e teoria especulativa (segunda metade do séc. XVIII - anos 1960s)			Arquivística integral na Sociedade do Conhecimento (a partir dos anos 1960s)
Silva (2006)					Paradigma historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista, custodial, estático (Séc. XVIII-XX)		Paradigma pós-custodial, dinâmico, informacional e científico (Séc. XXI)	
Sousa (2006)	O primeiro período da história das classificações de documentos arquivístico				O segundo período da história das classificações de documentos arquivísticos			
Ridener (2009)					Consolidação da Teoria (1898-1922)	Confirmação e Reforço (1922-1940s)	Arquivística Moderna (1940s-1970s)	Período do Questionamento (1970s- atualidade)

FONTE - Produção própria (2018), de acordo com Bautier (1968), Brenneke (1953), Casanova (1928), Jenkinson (1922), Kuhn (1962), Lodolini (1984, 1991), Martin-Pozuelo Campillos (1996), Ridener (2009), Sandri (1968), Silva (2006), Silva & Ribeiro (2002b), Silva et al. (1998), Sousa (2006), Thomassen (1999), Vivas Moreno (2004)

1.2. A Avaliação no Quadro da Arquivística Contemporânea

Nas páginas anteriores abordou-se a situação da avaliação no contexto das diferentes etapas históricas da arquivística. Pretende-se agora apresentar uma contextualização da avaliação no momento atual, destacando os fatores externos que influem na atividade de hoje.

1.2.1. A Nova Realidade dos Documentos e a Informação Eletrônica

A partir dos anos 70, vários autores (Bearman, 1992, 1999; Dollar, 1978; Dollar & Geda, 1979; Fishbein, 1972) começam a abordar a problemática da documentação eletrônica, contribuindo para o surgimento de novos contextos e suportes caracterizados por elementos como a alta densidade e a capacidade de armazenagem, a portabilidade, a fluidez e a duplicabilidade, no seio do desenvolvimento da Arquivística Contemporânea. Com estes autores, começa a dar-se prioridade ao conhecimento sobre o contexto da produção de documentos e as suas inter-relações, independentemente do lugar (ou arquivo) onde estes se conservam, característica esta própria dos sistemas arquivísticos analógicos. Bearman (1996) afirma que os documentos eletrônicos não poderiam satisfazer os requisitos de evidência sem que estivessem irrevocavelmente associados à informação relativa ao contexto da sua criação e incorporação e à informação acerca da sua estrutura. Tal informação corresponde à metainformação, que se captura a nível do item (objeto digital). Sobre esse ponto, refere ainda que a avaliação da documentação eletrônica deve ser realizada ao nível da agregação, com o foco no conhecimento das transações, que originaram a informação registada, e associando os prazos de conservação e o destino final aos documentos concretos a partir do momento da sua produção. Isto constitui uma rutura com a visão tradicional, e uma mudança do quadro teórico. Assim, Freitas (2016) considera que, no meio digital, se exacerbam realidades que já eram complexas, sendo a questão de fundo a manifesta dependência do documento de arquivo em termos de contexto, conteúdo, estrutura, e relação com outros documentos. Segundo a autora, cabe aos arquivistas, como “curadores” pró-ativos, a responsabilidade/o desafio/a oportunidade de, no ato de produção (a aquisição feita no presente), dotar os documentos de informação consistente e suficiente para a sua compreensão (para a sua preservação no futuro). Ou seja, a informação de arquivo eletrônica está dependente da metainformação (Hedstrom, 1993) para garantir a presunção

da integridade, base da autenticidade e fidedignidade (Conselho Internacional de Arquivos, 2005; Duranti, 1995, 2001; Duranti & MacNeil, 1996; MacNeil, 1998) e a sua difusão (Bonal Zazo & Lorenzo-Cáceres, 2001), o que implica a preservação conjunta e imperativa. Esta metainformação, sendo informação estruturada, que descreve, localiza ou facilita a recuperação, a utilização ou a gestão da informação, compreende atributos e propriedades dessa mesma informação. Por essa razão, é usualmente estruturada, no âmbito da informação eletrónica por tipos de metainformação, que dão origem a esquemas. Exemplos de esquemas de metainformação eletrónica são apresentados com recurso a modelos ou normas: A *Encoded Archival Description* (EAD) para a metainformação descritiva; a *Metadata Encoding & Transmission Standard* (METS) e o esquema *Resource Description Framework* (RDF) para a metainformação estrutural; *NISO Z30.86* para metainformação técnica de imagens digitais estáticas; *Preservation Metadata: Implementation Strategies* (PREMIS) para a metainformação de preservação (Corujo, 2015, p. 127). Também se considera conveniente fazer referência a esquemas de metainformação de gestão documental, por terem uma relação mais direta com o tema da avaliação, em particular os esquemas de realidades de outros países como o *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard* (AGRkMS) (National Archives of Australia, 2015), e o *Esquema de Metadatos para la Gestión del Documento Electrónico* (e-EMGDE) espanhol (Subdirección General de Información, Documentación y Publicaciones, 2016). A nível internacional, indica-se a série de normas ISO 23081: *ISO 23081-1:2017 Information and documentation - Records Management Processes - Metadata for Records - Part 1: Principles*; a *ISO 23081-2:2009 Information and documentation - Managing metadata for records - Part 2: Conceptual and implementation issues*; e a *ISO/TR 23081-3:2011 Information and documentation - Managing metadata for records - Part 3: Self-assessment method* (ISO, 2009, 2011b, 2017b).

O novo quadro teórico, na perspetiva de Cook (2001), considera que, face ao princípio da proveniência, o documento eletrónico já não está vinculado a um determinado produtor localizado num único sítio na estrutura de uma organização, sendo antes produzido em organizações, que trabalham em rede. A proveniência estará relacionada mais com atividades e funções do que com a estrutura e o tempo. No que respeita o princípio da ordem original, a informação eletrónica está armazenada de forma aleatória, podendo o mesmo registo de informação ser utilizado por diferentes utilizadores para diferentes fins e públicos-alvo. Em relação às três partes dos documentos (contexto, estrutura e conteúdo),

comparativamente com os documentos físicos, são agora separados em conjuntos de dados geridos por diferentes *softwares* aplicativos controlados pela metainformação.

Apesar de se verificar que as lógicas que contextualizam estas propostas são as do documento digital, em ficheiros cujo formato é normalmente utilizado para texto estruturado, como os produzidos por processadores de texto, ou PDF, ou mesmo mensagens de correio eletrónico, verifica-se que cada vez mais as organizações utilizarem sistemas eletrónicos de informação como ferramentas para a tramitação dos seus processos de negócio. Tais sistemas, ao estarem assentes em sistemas de gestão de bases de dados (SGBD) relacionais, inviabilizam qualquer tipo de operação, nomeadamente divisão, alteração, extração ou eliminação de partes da informação em detrimento de outra, porque a lógica dos SGBD, o esquema Entidade-Relação, se manifesta por intermédio de redes de tabelas interligadas. Esta lógica, e a forma de programação e desenvolvimento dos sistemas de informação eletrónica não permitem o tratamento da informação de arquivo da mesma maneira que é feita com a informação de arquivo em suporte papel/analógica. Qualquer operação semelhante a operações, que se executam quotidianamente no âmbito do trabalho técnico arquivístico nos processos documentais em formato analógico das organizações, nomeadamente divisão dos processos, alteração, substituição, extração ou eliminação de partes da informação, pode levar à corrupção dos dados constantes da base de dados e mau funcionamento do sistema de informação. Um mesmo sistema de informação eletrónico pode ser usado ou conter informação respeitante a vários processos de negócio, que, muito embora, possam ter Prazos de Conservação Administrativa e Destinos Finais diferentes, o entrosamento das tabelas que contêm os dados, que no seu conjunto constituem a informação de arquivo, invalida a aplicação de qualquer medida decorrente da avaliação arquivística, sem pôr em risco a base de dados.

Adicionalmente, há que ter em conta as questões da impossibilidade de aceder à informação eletrónica diretamente, dado que se está dependente do sistema intermediário (*hardware* e *software*) e dos elementos de acesso, nomeadamente da metainformação. Ora, juntando estes elementos às questões de preservação, seja por causa dos suportes, dos formatos, dos sistemas de armazenamento, da leitura e interpretação, da obsolescência, do *bit rot*, das falhas mecânicas, do fim do período de suporte por quem desenvolveu e comercializa a tecnologia que permite aceder e utilizar os sistemas que contêm a informação, e ainda da necessidade de saber operar com todos estes instrumentos e tecnologias, tudo isto dificulta a preservação e a curadoria, operações necessárias, que dão sentido à decisão de

conservação permanente.

O que se percebe é que a informação eletrónica constante nos SI digitais, principalmente a que está dependente de SGBD, implica uma fragmentação dos conteúdos de informação de arquivos e elementos de metainformação aquando da tentativa de aplicação dos instrumentos arquivísticos de organização, classificação, seleção e avaliação desenvolvidos. Tal parece ocorrer porque as técnicas arquivistas, e por consequência muito do pensamento (para não dizer teoria) arquivístico, estão construídas à volta de uma prática analógica (Cook, 1995, pp. 301–302; Schwartz, 1995, p. 43). Mais explicitamente, Cook (1995) e Schwartz (1995) apontam para o facto de a maioria dos conceitos, das práticas e dos procedimentos, e até a terminologia aceite referente à profissão arquivística/gestão documental refletir o legado dos documentos em papel. Com efeito, percebe-se que os arquivistas têm mentes analógicas (de papel) quando têm de lidar com realidades eletrónicas (Cook, 1995, pp. 301–302; Schwartz, 1995, p. 43). Autores como Terry Cook referem, para além disso, que a avaliação tradicional, sendo *bottom-up*, reflete a orientação geral da diplomática e falha frente à realidade das burocracias modernas e registos de informação de arquivo contemporâneos (Cook, 1992, p. 43). Os profissionais [e também os teóricos], que lidam diariamente com a documentação que existe quase exclusivamente em formato papel, terão que desenvolver novo pensamento e novas abordagens para os registos de informação de arquivo eletrónica, que irão receber (Cook, 1995, pp. 301–302; Schwartz, 1995, p. 43). Numa perspetiva mais técnica, pode passar por considerarem-se as características específicas da informação de arquivo eletrónica, no âmbito da avaliação. Para além dos critérios de integridade, originalidade, barreiras à acessibilidade, relações com outros documentos de arquivo, há que ter em conta a independência do conteúdo, a estrutura e o contexto; a durabilidade; a vida útil; a manutenção; a facilidade de edição, a cópia, o apagamento e a reformatação (manipulação); a facilidade de manipulação, incluindo a dificuldade de rastrear a manipulação; a necessidade de documentação de suporte para descrever o conteúdo, a organização, os códigos e as características técnicas; a necessidade de pessoal especializado para o tratamento e a manutenção da informação de arquivo eletrónica, introduzindo um novo ator no grupo normal de arquivista, produtor e utilizador (Naugler, 1984). Autores, como Sunderman propõem, com base nisto, quatro novos critérios de avaliação: Durabilidade; Apresentação / Renderização (o processamento necessário dos dados para a sua apresentação); Manipulabilidade; Contexto Técnico (Suderman, 2001). No entanto, isto não garante que a evolução tecnológica e os novos enquadramentos de produção,

disseminação e utilização de formatos de informação digital, no âmbito das atividades quotidianas das organizações e das pessoas, não obrigue a uma constante análise das potencialidades e características das ferramentas de informação e dos usos, que lhes são feitos para identificação de novas características, que importa ter em linha de conta para avaliar a informação de arquivo.

Pesa aqui também a questão da falta de reconhecimento da informação constante em SI eletrónicos ou proveniente dos aparelhos de comunicações móveis com informação de arquivo, seja por parte dos arquivistas ou da generalidade da organização, com o risco de perda de memória institucional e, logo, de património. Referem-se aqui as mensagens de correio de voz, mensagens de texto, fotos e vídeos criados por telemóveis, *smartphones*, *tablets*, que, muito embora, sejam frequentemente considerados como efémeros, também podem criar registos de informação de arquivo com valor permanente. Apesar da importância da informação gerada por aparelhos de comunicações móveis, poucos estudos abordaram os problemas de como avaliar, fornecer acesso e preservar esses materiais. Considera-se assim pertinente tratar das questões de avaliação, aquisição, preservação, autenticidade e descrição dos documentos, ou melhor, dos registos de informação de arquivo gerados por este e outros tipos de aparelhos móveis, como *drones*, sinalizadores de sinal de localização geográfica, câmaras de vigilância, etc. (Caswell, 2009).

Exemplo dessa falta de reconhecimento (por parte dos arquivistas ou da generalidade da organização, e dos poucos estudos arquivísticos sobre esses materiais) é o facto de alguns autores considerarem que as mentes logocêntricas dos arquivistas [mas não só, na nossa percepção], por estarem mais orientadas para o texto, para a palavra escrita, estão a ser forçadas a lidar com realidades [áudio]visuais (Schwartz, 1995, p. 43). Apesar disso, a visão mais positiva de outros autores como O'Donnell (1994), considera verificar-se uma mudança relativamente ao domínio da informação de arquivo baseada na palavra escrita (O'Donnell, 1994, p. 105). Isto é significativo no âmbito da explosão de novas tipologias documentais, que já não tem na palavra escrita o foco da informação, e que trazem para a liça novas formas de criar evidência, memória e, conseqüentemente, património.

Apresenta-se na Figura 1 um esquema que sintetiza os aspetos ligados à nova realidade dos documentos e da informação eletrónica.



Figura 1 – Aspetos Ligados à Nova Realidade dos Documentos e da Informação Eletrónica
FONTE: Produção própria (2020)

1.2.2. A Avaliação no Contexto da Arquivística Contemporânea

Conscientemente, a curadoria do património documental, i.e., a responsabilidade pelo cuidado e tratamento da informação para a sua salvaguarda e futuro acesso e disponibilização, quando e pelo tempo que for necessário, requer que se exerça conscientemente a função arquivística da Avaliação, no sentido de identificar o que se deve conservar, como o guardar, por quanto tempo, com que meios, justificações e que consequências. Ridener (2007, p. 167) aponta que Ketelaar (2001, p. 136) aborda especificamente o papel que a avaliação desempenha na criação de valor, na medida em que as sociedades não se podem lembrar de tudo, concluindo que a memória cultural é criada através de esquecimento. Exemplo cabal são os Estados Modernos, que não investem em mecanismos de controlo relativos à informação que produzem e detêm e que permitam o acesso pelos cidadãos, o que contraria o princípio dos Estados de Direito Democráticos a nível de transparência, demonstrando fragilidade na maior parte de suas estruturas e recursos informacionais. Esta situação demonstra um claro desequilíbrio entre o Estado e a Sociedade, com consequências na invenção da memória coletiva, que é produzida somente a partir de informação que o Estado decidiu, num processo de avaliação opaco, conservar

como património cultural monumentalizado, em detrimento de outra. Essa opacidade e falta de transparência põem em causa o carácter neutro desse tipo de memória coletiva, porque depende das escolhas do que se quer deixar para o futuro, e o que fica destinado ao esquecimento (Eastwood, 2003; Freitas, 2003; Jardim, 1996). Cox (2003) amplia a questão da memória no âmbito da avaliação e a relação entre a memória e os documentos, abordando aspetos que configuram a monumentalização do documento.

O quadro teórico da avaliação contemporânea aceita este esquecimento como parte da aposta arquivística, pretendendo dar conta das suas lacunas na tentativa de criar uma teoria autorreflexiva com maleabilidade suficiente para permitir alterações, permanecendo atenta aos utilizadores e arquivistas. Harris (1998) considera a avaliação pós-moderna como uma atividade pela qual os arquivistas identificam os processos sociais, que consideram que importa recordar e os registos de informação que promoverão tal lembrança, em que é feita a narrativa de uma história, usando sistemas de informação de arquivo e locais de produção dessa informação como matéria-prima, identificando-a como uma febre caracterizada pela lembrança e o esquecimento obsessivos.

Terry Cook, um exímio teórico e crítico destas questões associadas à memória e ao património, e ao papel dos arquivos nessa matéria, introduz a ideia da “documentabilidade”, que faz depender a capacidade de documentar, prestar contas, em suma, cumprir funções de memória, da qualidade da informação sobre o contexto, conteúdo e estrutura (Cook, 1997a). Este autor, ao prefaciá-la obra de Ridener (Cook, 2009, pp. xiii–xvi), refere que a avaliação é o ato arquivístico fundamental desenvolvido por arquivistas, e que tem como consequência a determinação do que o futuro vai saber sobre o passado, sobre quem terá uma voz contínua e quem será silenciado. Desta forma, os arquivistas estão a co-criar o arquivo, ao decidir quais os produtores, funções e atividades geradoras de informação estarão representados nos arquivos, definindo, identificando e selecionando quais os documentos e que suportes farão parte dos arquivos.

No mesmo prefácio, Cook (2009) pondera que a avaliação é também uma função que constitui uma porta de entrada para toda a atividade subsequente. Mesmo que a informação tenha sido avaliada como tendo valor arquivístico e seja alvo de curadoria por parte da instituição de arquivo, tal não garante posterior igualdade de tratamento, dado que os documentos estão continuamente a ser avaliados e reavaliados pelo seu “valor” quando o arquivista decide, contra a realidade de enormes atrasos, recursos limitados e pressões externas, profissionais e dos utilizadores, que documentos irão beneficiar de todas, muitas,

ou apenas algumas dimensões limitadas dos numerosos procedimentos de arquivo subsequentes, referindo os seguintes, sequencialmente: ordenação de forma de organização e agrupamentos considerados mais "lógicos", da informação que tenha sido avaliada e considerada de arquivo; diferenciação de níveis de tratamento técnico para documentos em suporte audiovisual e som dependentes de máquina e para informação de arquivo gerada por computador; análise de séries ou agrupamentos de documentos de arquivo para destacar as pessoas, lugares, ideias e eventos mais importantes, num ou dois parágrafos sintéticos de uma descrição de arquivo típico de uma série documental, que pode conter milhões de páginas ou milhares de imagens; criação para alguns documentos de arquivo de catálogos, listagens, auxiliares de pesquisa ou guias especializados ou temáticos mais detalhados; fornecimento de serviços de conservação e estabilização do suporte físico; implementação de programas de migração (especialmente para informação audiovisual e digital) para novos suportes de armazenamento e novas plataformas de leitura / *software* à medida que os ambientes antigos se deterioram ou ficam obsoletos; cópia para preservação por meio da microfilmagem ou digitalização; e a função mais diretamente visível para os investigadores – seleção (por intermédio da própria formação e experiência do arquivista) de quais desses documentos de arquivo já bastante filtrados (por aquelas intervenções anteriores, ou a ausência delas) devem ser agora apresentadas em exposições, publicações, programas educacionais e serviços de referência especializados, ou selecionados para integrarem auxiliares de pesquisa em linha, como imagens digitalizadas de documentos, e para exposições virtuais, para estarem acessíveis em permanência.

E uma vez que cada função arquivística requer que o arquivista avalie o valor, a importância, a relevância e o impacto da ação (ou inação) que os arquivos podem executar, Cook (2009) considera que, na realidade, a avaliação é, muito provavelmente, a única função de arquivo que não termina, encontrando-se sempre aberta a novas possibilidades, ligando a esta ideia a percepção de Ridener (2009) de equiparar a teoria de arquivo à de avaliação, uma vez que o arquivista está continuamente a atribuir e reatribuir valor. Cook (2009) enuncia que considera teoria como o conjunto da literatura sobre as ideias, os conceitos e as estratégias de alto nível, em contraste com a prática e a metodologia, e que no caso da teoria de arquivo, abordam as características da evidência da informação de arquivo, a organização e a descrição, o planeamento público, a preservação, cada um dos suportes e formatos de informação de arquivo, desde mapas a fotografias, até ao filme, e também os registos gerados por computador e a evolução digital, para não falar dos arquivos pessoais e dos produtores

de informação de arquivo particulares.

No entanto, Cook (2009), refere que a avaliação pode ser mais estreitamente definida como a decisão de manter ou destruir a informação que o arquivo realmente adquire, o que define o arquivo, o que coloca, não só, alguns documentos e seus produtores (e as funções e atividades em que estavam envolvidos), no “pedestal da memória”, mas também, de maneira crua e determinada, decide quais os documentos e registos que serão destruídos, excluídos dos arquivos e de todas essas funções, processos e melhorias de arquivamento subsequentes, sendo assim, efetivamente removidos da memória social. Teoricamente, isto significa que o resultado do processo de avaliação arquivística levaria a que um máximo de cinco por cento da informação produzida pelas grandes instituições e Administração Pública fosse preservado como arquivo, e um percentual ainda menor da totalidade informação de todos os possíveis cidadãos, grupos e organizações privados (Cook, 1991, p. 33).

Cook (2009), para referir que a avaliação considerada como uma função (Couture, 1999, pp. 16–17, 2003) desafia os estereótipos dos historiadores e os mitos sobre o papel do arquivista na sociedade, que apesar de, na generalidade, “já não serem atualmente descritos como vetustos antiquários barbudos arqueados sobre livros empoeirados”, ainda não são reconhecidos como as pessoas que constroem memória social para atender / refletir as necessidades, valores e suposições contemporâneos (tal é identificado como o papel dos historiadores e outros utilizadores do arquivo). Em vez disso, o arquivista ainda é amplamente percecionado como uma espécie de mediador honesto entre os produtores de informação de arquivo e a posterior utilização dessa informação de arquivo pelos investigadores, incluindo historiadores.

Para Cook (2009), ele próprio um historiador, a base destes estereótipos e mitos foi a procura diligente, por arquivistas e historiadores, de objetividade, de imparcialidade, da Verdade, exaltadas como virtudes profissionais, com origens em Jenkinson (1922). O pendor marcadamente positivista da perspetiva jenkinsoniana ainda serve de base a estudos e projetos que têm por fito a autenticidade e a fidedignidade, mesmo com informação eletrónica, como é o caso do projeto *InterPares* (Duranti, 2003). No entanto, Cook (2009) defende que a avaliação feita com base em pressupostos positivistas não se coaduna com a inescapável subjetividade percecionada na visão pós-moderna da realidade, em que atividades como a avaliação arquivística implicam a criação e a aplicação de valor. Nesse sentido, expoentes do pensamento arquivístico pós-moderno, como Brothman, (1999, 2001), Cook (1997b, 2001), Ketelaar (2000, 2001), Nesmith (2002), Upward (1996, 1997) e Harris

(1997, 1998), desafiam a imagem do arquivista imparcial, produto da mentalidade tradicional curatorial e restritiva, expondo a contínua tensão histórica entre objetividade e subjetividade.

Nessa medida, Freitas (2016) apoia-se nas sete teses sobre a avaliação de Harris (1998), que remetem para uma visão de âmbito pós-moderna, em que os documentos se consideram resultado de um complexo processo de construção. Nesta visão, o processo de Avaliação acrescenta camadas adicionais nessa construção, razão pela qual o arquivista pode ser considerado um coprodutor do documento de arquivo, criando e recriando o valor arquivístico (do documento) em cada exercício de avaliação. Isto permite considerar que os documentos conservados no processo de avaliação dizem muito mais sobre esse mesmo processo do que sobre eles próprios enquanto resultados, pura e simplesmente.

No entanto, para que este processo seja transparente, a avaliação deve inserir-se num quadro analítico sustentado em teorias, metodologias, políticas e programas explícitos, para os arquivistas prestarem contas do que fazem e de como o fazem na realidade, para que assim os resultados do seu trabalho possam ser mais bem contextualizados e percebidos pela sociedade para a qual trabalham. Tal exige que a avaliação deva ser exercida de maneira democrática, transparente, reflexiva e com base de evidência e justificativa (identificação e explicitação das decisões tomadas), já que ela é prova do poder exercido pelos arquivistas, cujas decisões têm reflexo no futuro, nomeadamente sobre as histórias que serão contadas (informação conservada) e as que não o serão (informação eliminada). Este ideário de Harris é também partilhado por diversos autores (Cook, 1997b, 2001; Eastwood, 2003; Freitas, 2003, 2016; Jardim, 1996; Ketelaar, 2000, 2001; Ridener, 2009), ao estudar a questão da subjetividade no seio da avaliação e das formas a usar para exercer o seu controlo.

Isto leva a que Freitas (2016) identifique dez pontos de divergência em diferentes abordagens arquivísticas, que são apresentadas seguidamente: A abordagem Moderna (custodial) valorizando a guarda e a conservação, introduzindo o *Records Management*, caracterizando-se pela forte defesa no papel “evidencial” da documentação, na existência de imparcialidade e objetividade, em que o arquivista deve assumir o papel de custodiador, com uma visão orgânica do contexto, enfatizando o resultado e o exclusivismo, e que se traduz numa visão reducionista, que leva em consideração apenas as micro-realidades. A visão Pós-moderna (pós-custodial) valorizando o acesso, introduzindo o *Records Continuum*, caracterizando-se pela forte defesa do papel informativo da documentação, na existência de parcialidade de subjetividade, em que o arquivista deve assumir o papel de facilitador, com

uma visão funcional do contexto, enfatizando o processo e a transversalidade, e que se traduz numa visão holística, que considera as macro-realidades.

Para Ridener (2007, p. 191) os quadros teóricos arquivísticos, que o autor apelida através do recurso ao conceito de paradigma (Ridener, 2009, pp. 8–10), têm origem no facto de que cada arquivo contém informação única. A originalidade (*uniqueness*) (O’Toole, 1994) da informação é a razão de base da sua retenção, uma vez que se tal informação estivesse duplicada por vários arquivos, não haveria muito interesse na sua conservação ou avaliação. Isto leva a que, de acordo com o autor, os arquivos estejam presos numa tensão entre a necessidade de preservar informação única e as necessidades da organização para reter a informação de forma económica e legalmente razoável. Esta dinâmica também influi na criação e na modificação de paradigmas arquivísticos (Ridener, 2007, pp. 191–192).

A transversalidade assume atualmente um papel fundamental na avaliação, e para Freitas (2016), é o que permite a vinculação desta a outras funções arquivísticas. Tal verifica-se pelo facto de estar ligada às principais tendências, como a análise funcional, que aposta na estabilidade das funções das instituições ao longo do tempo, permitindo a existência da macro-avaliação, que serve de base à normalização de procedimentos, como as normas que consideram a análise funcional como requisito dos sistemas de gestão de documentos eletrónicos, como são exemplo a ISO 15489-1:2001 (ISO, 2001), ISO 16175-1:2010 (ISO, 2010), a ISO 21946:2018 (ISO, 2018), a NP 4438:2005 (Instituto Português de Qualidade, 2005b), o *DoD Directive 5015.02-STD* (Department of Defense, 2015), o projeto *MoReq* (Comissão Europeia, 2001; DLM Forum, 2008, 2011) e o Estudo ICA 16 (Conselho Internacional de Arquivos, 2005), e que permitem evidenciar as possibilidades no seio da transversalidade. Esta permite, assim, identificar arquivos de titularidade semelhante, que usam estratégias comuns para criação e adaptação de soluções conjuntas, em que se inclui a justificação dos procedimentos num quadro amplo (conservação/retenção/preservação ou eliminação), como é o caso dos programas, projetos e instrumentos de instituições públicas ao nível nacional e internacional. Esta dicotomia entre transversalidade e exclusividade está patente nos projetos para a criação de Portarias de Gestão Documental Comuns no setor autárquico (Penteado & Lourenço, 2015; Silva et al., 2015) e mais recentemente no setor do ensino superior público (Freitas, Corujo, & Sousa, 2015), no seio de relevantes programas de modernização administrativa desenvolvidos em Portugal, e em outros países, como o projeto PIVOT dos Países Baixos (Jonker, 2005). A aposta na transversalidade no âmbito da avaliação da informação da administração pública portuguesa começa a transparecer na

legislação já em 1992 (Decreto-Lei 121/92, de 2 de julho, 1992), com a intenção de normalizar as designações e o destino final de cada uma das séries documentais relativos a recursos humanos, recursos financeiros e recursos patrimoniais dos serviços da administração direta e indireta do Estado. Isto incluía a produção de uma tabela geral de avaliação, seleção e eliminação de documentos, que será desenvolvida pelo órgão coordenador da política arquivística portuguesa, e denominada por Tabela de Seleção das Funções-Meio (Fidalgo & Ucha, 2006). Este trabalho espoletou um processo de desenvolvimento de uma macroestrutura: entre 2004 e 2008, a partir de um ponto de vista organizacional e temático, e baseada na diferenciação entre funções-meio (processos de suporte de qualquer organismo) e funções-fim de cada serviço ou organismo (a definir por cada Ministério na sua área de intervenção), pretendeu-se desenvolver uma Macroestrutura Temática (MET); entre 2008 e 2011, numa abordagem transversal para o cumprimento dos objetivos de interoperabilidade, e verificando-se que as funções-meio, que se observam em alguns organismos, são funções fim de outros, e que as áreas ditas de intervenção específica de cada ministério são frequentemente da Administração Local, como demonstrara o Grupo de Trabalho sobre a Macroestrutura Funcional (MEF) para as Autarquias Locais, transformando a Macroestrutura Funcional para a Administração Central do Estado na Macroestrutura Funcional para a Administração Pública. A MEF tem como objetivos facilitar a representação da informação e assegurar a capacidade de um sistema (informatizado ou não) de comunicar de forma transparente com outro sistema (semelhante ou não); disponibilizar um modelo de classificação (sintaxe e significado) passível de ser compreendido da mesma forma pelas distintas entidades da Administração Pública; promover a utilização de uma única estrutura para classificar e organizar a documentação do setor público, potenciando uma maior eficácia na gestão e um acesso facilitado à informação pelos organismos, mas também pelo cidadão; contribuir para a transparência na Administração e para o incremento de um processo de *accountability*. Este documento apresenta uma representação conceptual de funções desempenhadas por organizações do setor público, desenvolvida em dois níveis (funções e subfunções), constituindo um esquema de representação normalizado de um subelemento obrigatório do esquema de Metainformação para Interoperabilidade (MIP) <classificação> inserido no elemento 2 <identificador> (Barbedo & Corujo, 2012). A estrutura das classes atendeu ao seguinte modelo conceptual de base: funções de suporte, que incluem as Funções de apoio à governação, centradas na estratégia, no planeamento e no controlo de gestão, e as Funções de suporte à gestão de recursos, centradas na gestão eficiente dos recursos complementares

mas necessários à realização das missões operacionais; missões operacionais, que incluem as Funções normativa, reguladora e fiscalizadora, e as funções produtiva e prestadora de serviço. Decorrente deste trabalho, considerou-se necessário concretizar as funções/subfunções executadas pela Administração Pública, de modo a possibilitar a construção de planos de classificação a partir de uma base comum que garantisse um maior grau de interoperabilidade semântica entre os organismos. Tal deu origem ao projeto “Harmonização de classes de 3º nível em planos de classificação conformes à MEF”, e que implicou a identificação e harmonização da representação dos processos de negócio (PN), enquanto classes de 3º nível dependentes hierarquicamente de uma subfunção MEF (classe de 2º nível), presumindo uma interpretação unívoca do que a Administração faz, independentemente da natureza da participação de cada entidade, num qualquer processo de negócio, ou das motivações específicas de cada organismo participante. Na sequência destes projetos, considerou-se necessário determinar os prazos de conservação e destino final da informação, tendo em vista a constituição de um referencial para a eliminação da informação supérflua e a adequada conservação da informação garante de direitos e deveres, bem como da memória, o que deu origem ao Projeto “Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística” – ASIA. O objetivo procurado foi associar os valores e critérios de completude, densidade, complementaridade com os dispositivos legais que orientam e condicionam a definição dos prazos e destinos. Tal levou ao surgimento de um possível 4.º nível, que representa a subdivisão dos processos de negócio para efeitos de avaliação. Esta classe apenas foi definida nos casos em se revelou necessário atribuir diferentes prazos e destinos finais à materialização informacional de distintas etapas dos PN. Destes dois últimos projetos resultou a Lista Consolidada (LC) (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2019), documento de natureza incremental emanado do órgão coordenador, e que contém os terceiros níveis (processos de negócio) conformes à MEF para a classificação e a avaliação da informação pública numa perspetiva supra-institucional, como referência para elaboração de portarias de gestão de documentos (organizacionais ou pluri-organizacionais).

Para Ridener (2007, p. 160), à medida que os produtores e os arquivistas de informação de arquivo eletrónica se tornam mais dependentes das tecnologias digitais, essa informação de arquivo eletrónico e as questões pós-custodiais vão continuar a ampliar a sua importância em termos de prática e teoria (Cocciolo, 2016b; Raventós Pajares & Alfier, 2016; Rodríguez, Bonilla, & Olivera, 2016).

Apesar disso, há sempre quem esteja preparado para abandonar uma visão abrangente dos arquivos e da avaliação, com a justificativa de conciliar a redução de recursos e as novas solicitações referentes à prestação de contas e transparência burocrática derivada da *accountability*. Trata-se, assim, de abdicar da responsabilidade de prestar contas no âmbito sociocultural, com a desculpa de que a proliferação massiva da informação de arquivo tem levado a que as grandes burocracias despendessem cada vez mais recursos na gestão sistemática da informação de arquivo produzida, recebida e utilizada. Essas novas prioridades, por sua vez, afetaram as prioridades arquivísticas: as prioridades culturais, uma vez consideradas primordiais, foram suplantadas por prioridades administrativas em relação à gestão da informação de arquivo ao longo do seu ciclo de vida (Hives, 1994, p. 158). Para além de ignorar os vínculos profundos entre a prestação de contas institucional e sociocultural, apresenta uma abordagem incompatível com a visão pós-moderna de que os arquivistas não estão simplesmente a adquirir e a preservar registos de informação de arquivo de valor, mas também a criar valor (Brothman, 2007; Schwartz, 1995).

Perceciona-se que este alerta de Schwartz (1995) de que existe quem defenda, como Hives (1994), a redução do papel dos arquivos a um serviço meramente tecnocrático, que espelha as necessidades imediatas das organizações. Os arquivistas têm, nesse ponto de vista, uma função meramente burocrática. Nos arquivos dos organismos da Administração Pública falha completamente, por menosprezo, incompreensão ou desfasamento, a defesa da memória da Sociedade, da Pluralidade. Caron e Kellerhals (2011) referem que evolução da governança nos estados democráticos, bem como as alterações substanciais nas culturas administrativas das administrações públicas e o desenvolvimento de tecnologias facilitadoras têm impactado e influenciado constantemente a maneira como a informação de arquivo é gerida pelo Estado. Os autores explicam que, ao longo do século XX, a capacidade de gerir a informação de arquivo coletivamente como sociedade, e mais especificamente dentro de organizações governamentais, não evoluiu à velocidade correspondente para satisfazer todas as novas solicitações e expectativas, que emergem por meio das transições e transformações da natureza e contexto dos valores democráticos e pelas restrições resultantes por meio de novas e muito acessíveis tecnologias de informação e comunicação digitais. Demonstrem assim que os organismos, os arquivos, os profissionais [e os teóricos] não foram capazes de se adaptar e perderam gradualmente de vista o propósito e a lógica da própria gestão documental (Caron & Kellerhals, 2011).

Sistematizando, considera-se um cenário presente ao processo de avaliação, que o

tornam mais complexo e dificultam o seu planeamento e a sua execução, em que: os SI que não estão adequados ao tratamento arquivístico; os Instrumentos arquivísticos que não se adequam à informação tal como ela se encontra nos SI eletrónicos; se verifica a desadequação do SI analógico e SI digital. Ao mesmo tempo, percebe-se a falta de reconhecimento dessas duas realidades (analógica e digital); diálogo entre as partes; sensibilidade da gestão para o problema. Esta situação põe em evidência o risco de perda de memória institucional e, logo, de património.

Apresenta-se na Figura 2 um esquema que sintetiza os aspetos atualmente ligados ao processo de avaliação.



Figura 2 – Aspetos Atualmente Ligados à Avaliação
 FONTE: Produção própria (2020)

Nesta perspetiva, considera-se que somente se salvaguarda – conserva - o que as organizações consideram - avaliam – como importante para si (para as suas necessidades e obrigações) e considera-se isso Memória e Património. Mas o que está representado nessa informação não é a Sociedade, mas a visão limitada (o ponto de vista institucional, oficial) da relação do poder, da elite, com os vários grupos constituintes da Sociedade. Trata-se da informação “oficial”, que muitas vezes é produzida sem ter sensibilidade, noção, ou mesmo ferramentas enquadradoras e terminológicas para interpretar os movimentos e os dinamismos que ocorrem na Sociedade, e que muitas vezes são interpretados como

marginalidades. Assim, como cumprir o papel de avaliador, de guarda da memória (por referência, por exemplo, ao guarda-mor da Torre do Tombo)? Com a explosão da produção de informação de carácter não oficial em inúmeros canais e tecnologias de âmbito digital (expressa por diversas maneiras: fotografia, vídeos, som, música, conteúdos multimédia e interativos, etc.), por indivíduos ou movimentos e organizações, que não têm muitas vezes carácter oficial, como garantir esta memória, a sua avaliação dos arquivos? Por um lado Caron e Kellerhals (2011) exploram propostas para recuperar a capacidade de gerir eficazmente os documentos, ao serviço do interesse cívico e sugerem uma série de ações, que permitem abordar o progresso tecnológico e as solicitações da Sociedade relativamente a um governo aberto, além de outras necessidades relacionadas com o funcionamento da democracia contemporânea. Estas propostas incluem uma administração pública responsável e governança democrática, com base nos princípios fundamentais de abertura, transparência e especialmente acessibilidade aos recursos de informação, criticamente dependentes; Presença contínua de documentos e registos de informação criados propositada e conscientemente e capturados pelas instituições e organizações governamentais ao longo do tempo; A produção, a gestão, a capitalização e a preservação desses documentos e registos de informação exige disciplina e rigor institucional e organizacional em todos os níveis da administração pública, por meio de regras, regulamentos e protocolos normativos, da gestão dos processos de negócios; A gestão documental como manifestação do desenvolvimento de recursos de informação - produção, gestão, capitalização, preservação - deve ser totalmente integrada nos programas públicos e na prestação de serviços aos cidadãos como um componente básico para habilitar o *ethos* administrativo; O desenvolvimento intelectual e a gestão dos recursos de informação no setor público, tanto *de facto* como *de jure*, porque, de acordo com os autores, a *causa materialis* do Estado democrático deve ser neutra em relação à tecnologia - na medida em que o significado e o valor da documentação transcendem o contexto da tecnologia, e as intervenções organizacionais no domínio do desenvolvimento de recursos de informação puramente centradas na tecnologia falham geralmente; À medida que os elementos epistemológicos, normativos e tecnológicos vão sendo implicados no desenvolvimento abrangente de recursos de informação ao serviço do Estado democrático, isto também pode implicar transformações socioculturais na administração pública. A aplicação destas propostas exigirá um processo de socia(bi)lização considerável, o que necessariamente exigirá avançar em direção à modificação comportamental aos níveis da organização, grupo e indivíduo. No fim, esse pode ser o desafio mais profundo, mas o que oferecerá maiores oportunidades. De notar que a afirmação dos autores no âmbito da relação

da *causa materialis* do Estado democrático com a tecnologia remete para a questão da neutralidade, aspeto que já se verificou anteriormente ser difícil de obter (Cook, 2011; Duranti, 1994; Eastwood, 2003; Freitas, 2003; Harris, 1997; Jardim, 1996; Ketelaar, 2001).

Outra proposta que surge é a “descolonização dos arquivos”. Se um dos papéis da teoria arquivística é o da criação de espaços de arquivo imaginativos e materiais, em que os arquivistas e investigadores desenvolvem o seu trabalho, e tal trabalho e teoria estão delimitados pelo enquadramento intelectual, há que questionar de forma crítica as maneiras como os arquivos e os arquivistas reproduzem as relações assimétricas de poder, para que se possa negociar a tensão emanada dessas críticas entre desenvolvimento de uma teoria arquivística mais democrática, socialmente justa e o enquadramento intelectual que reiteram as divisões entre o que é considerado moderno e arcaico, entre as Sociedades Pós-Modernas e as comunidades tradicionais, entre o mandato da escrita e o [costume] oral, entre a razão e sentimento/emoção (Gordon, 2014). Aproveitando este movimento, surgido no âmbito das propostas da arquivística pós-modernas (Christen, 2015; McKemmish, Faulkhead, & Russell, 2011), e ter o ensejo, não só para os povos e nações colonizados em outros continentes (“ultramarinos”), mas também abrir as portas para a crítica das instituições do Estado, que lidam com a população e comunidades locais do território, e que reproduz as relações de poder e a desigualdade entre a elite (próxima e apoiada no aparelho de Estado através de uma rede de relações e de interesses) e o resto da população, e numa perspetiva centralista e unitária, forçando mesmo uma homogeneização cultural e identitária vincada desde o período Absolutista, de uma forma que enquadra as práticas de gestão da informação e os seus arquivos. Isto apela a que se “descolonize” - se tal expressão é permitida para o efeito - os Arquivos de Estado, para que deixem de ser Públicos só no papel, para que deixem de avaliar e conservar somente a informação produzida oficialmente – enquanto afirmam que conservam a memória representativa da Sociedade. Ou seja, os arquivistas devem questionar-se para quem trabalham: para o Estado e o seu aparelho burocrático centralista que se concilia com os interesses da elite, ou para a população, as comunidades – os “indígenas” ou “autóctones”. Isto implica problematizar e redefinir o conceito de memória e património da Sociedade e nivelar/equilibrar o poder das grandes instituições, Administração Pública, grandes empresas e grupos económicos, elites, *lobbies*, para dar margem saudável aos elementos da Sociedade, que são pouco, mal ou nada representados na memória escrita arquivística.

A informação digital pode servir para ampliar o espectro de alcance e disseminação,

mas também é preciso ter em conta como matéria em que se encontram os vestígios de memória dos não representados oficialmente. Ao avaliar esta informação, o arquivista será a ponte entre as instituições da Administração Pública e, mais do que a chamada “Sociedade Civil”, deverá ir mais além, e procurar a memória de quem não está representado, de quem é considerado marginal. Só assim é possível transmitir uma visão plural da Sociedade para o futuro.

Disto discorre-se que se notam tensões entre binómios de forças que parecem ser opostas. Temos, em primeiro lugar, a tensão entre duas forças: uma delas caracteriza-se por querer forçar as tecnologias digitais a aceitar os constructos intelectuais baseados nas práticas arquivísticas analógicas. A outra força manifesta-se pela tentativa de adaptar ou recriar os constructos intelectuais da arquivística para a realidade digital emergente, com a agravante que a única constante dessa realidade tem sido o seu dinamismo e transmutação. Outra tensão ocorre entre a força que quer abrir margem para o arquivo desenvolver trabalho de valorização da informação como memória e património, e a força que quer limitar o papel do arquivo como uma unidade orgânica ao serviço das necessidades imediatas da instituição. Outra tensão verifica-se ainda entre o papel do arquivo como identificador e avaliador da informação que é expressão da Sociedade democrática, plural, diversa (para lá da informação produzida pelos organismos burocráticos) e o papel do arquivo como legitimador do *status quo* nas relações do Estado, elites, grupos económicos com as comunidades locais e a população.

Dado este quadro teórico pós-moderno, pós-custodial, e o facto de a história intelectual da Arquivística tender a alterar-se significativamente com o surgimento de cada nova geração de teóricos, Ridener (2007, p. 183) aventa a probabilidade de estar a caminho outra mudança de paradigma nos próximos dez a vinte anos, e que poderá caracterizar-se por uma organização e tratamento arquivístico mais informal, centrada no computador, ou ser uma reação ao aumento da subjetividade no âmbito das responsabilidades dos arquivistas nos últimos 50 anos. Segundo o autor, tal mudança surgirá, muito provavelmente, de uma crise na retenção e na acessibilidade da informação de arquivo eletrónica. Não se deve esquecer também a influência que poderão ter os críticos ao pós-modernismo como Hitchens (2002), Dawkins (1998), Chomsky (1995) ou Sokal e Bricmont (1998). Hitchens (2002, p. 150) refere que as escolas do pós-modernismo e da desconstrução de textos são cultos do arcano e da virtualidade, dado que consideram a objetividade como uma ideologia, promovem a ideia de os factos passíveis de serem demonstrados não existirem realmente,

apontando o exemplo de Baudrillard acerca da Guerra do Golfo⁴. Chomsky (1995) considera que o pós-modernismo não tem sentido porque não acrescenta nada ao conhecimento analítico ou empírico, e questiona porque é que os intelectuais pós-modernos não respondem de forma clara às questões relativas aos princípios das suas teorias, em que evidências se baseiam, que novas explicações trazem que já não fossem óbvias, tecendo dúvidas sobre a qualidade de alguns deles. Dawkins (1998, p. 142) indica que os pós-modernistas afirmam estar apenas a fazer jogos (de palavras), a finalidade da sua filosofia, e que vale tudo, não existe verdade absoluta, qualquer escrito tem idêntico estatuto ao de qualquer outra coisa, e que nenhum ponto de vista deve ser privilegiado, ou seja, normas de verdades relativas. Para este autor, estes jogos de palavras são, apesar de tudo, maçadores. Hebdige (2006, pp. 410–411) critica o carácter vago do termo, enumerando uma lista de conceitos não relacionados, que são comumente apelidados de pós-modernistas, e que não passam de palavras da moda ou termos em voga. Sokal e Bricmont (1998) criticam o pós-modernismo em termos académicos pelo alegado uso indevido de conceitos científicos e matemáticos na escrita pós-moderna por um pequeno grupo de filósofos e intelectuais influentes, e também os problemas do relativismo no Conhecimento, que parte da ideia de que a Ciência Moderna é um mito, uma narrativa legitimada, ou uma construção social, que existe entre muitos outros. Na generalidade, os críticos do pós-modernismo, muito embora intelectualmente heterogêneos, consideram que aquele se caracteriza por uma ausência de coerência e negação da noção dos absolutos, como a verdade. Um dos aspetos mais criticados prende-se com a ausência de uma definição do que é que o pós-modernismo é em si mesmo e qual a especificidade dos atributos de tudo o que é considerado pós-moderno. Daí que possa ser

⁴ Jean Baudrillard publicou um conjunto de artigos que foram reunidos em livro (Baudrillard, 1991) e que podem ser considerados provocatórios, na medida em que refere que a primeira Guerra do Golfo foi uma não-guerra, publicitária, especulativa e virtual, o inverso da fórmula Clausewitziana, ou seja, não "a continuação da política por outros meios", mas "a continuação da ausência da política por outros meios" (Baudrillard, 1991, p. 21). Consequentemente, Saddam Hussein não estava a lutar contra a Coligação, mas sim a usar as vidas dos seus soldados como uma forma de sacrifício para preservar o seu poder (Baudrillard, 1991, pp. 80–82). A Coligação que combateu as forças armadas iraquianas estava simplesmente a lançar 10 mil toneladas de bombas diariamente, como se fosse para provar a si mesma que existia um inimigo para combater (Baudrillard, 1991, p. 65). O mesmo aconteceu com os meios de comunicação social ocidentais cúmplices, que apresentavam a guerra em tempo real, reciclando imagens de guerra para propagar a noção de que a coligação liderada pelos EUA e o governo iraquiano estavam realmente a combater, mas tal não era o caso. Saddam Hussein não usou a sua capacidade militar (Força Aérea Iraquiana). O seu poder não foi enfraquecido, evidenciado pela forma como reprimiu facilmente os levantamentos internos que se seguiram logo após a Guerra de 1991. No conjunto, Baudrillard refere que pouco mudou: o conflito não alterou nada no Iraque, Saddam permaneceu invicto, os "vencedores" não foram vitoriosos e, portanto, não houve guerra - ou seja, argumenta que a Guerra do Golfo "não ocorreu" e que nenhum lado poderia cantar vitória.

visto como promotor de obscurantismos, utilizador do relativismo ao ponto de impossibilitar qualquer juízo ou decisão, e mesmo desprovido de sentido, cumulando numa resistência à existência de um Conhecimento fidedigno.

Longe de extinguir-se o debate, Eastwood e MacNeil (2010) e Freitas (2016) reafirmam que os desafios postos pelo contexto digital polarizaram o debate teórico, sistematizado entre moderno e pós-moderno, sendo que os pontos de convergência/divergência podem ser superados pela adoção de abordagens holísticas, apoiadas, uma vez mais, numa visão transversal da avaliação.

2. ANÁLISE CONCEPTUAL E TERMINOLÓGICA

Após o enquadramento teórico de caráter evolutivo, apresenta-se agora a contextualização terminológica. A intenção é apresentar os conceitos operacionais deste estudo, o quadro conceptual em que a avaliação se encaixa, com a pretensão de fazer uma análise conceptual com equivalência teórica em vários idiomas, relativamente à avaliação no âmbito arquivístico e à informação eletrónica, abordando também outros termos ligados a esses conceitos. Ainda no âmbito dessa contextualização, é efetuada uma análise interpretativa sobre aspetos intimamente ligados aos conceitos da avaliação da informação de arquivo e da informação eletrónica. Em primeiro lugar, aborda-se o conceito de avaliação em consideração à informação de arquivo, os termos equivalentes e aqueles associados à avaliação e, em seguida, uma exploração acerca dos termos que se relacionam e associados com a Informação Eletrónica: eletrónico, informação eletrónica, digital. Neste capítulo também se justifica a escolha do termo “informação eletrónica” em lugar de “documento eletrónico” e analisa-se a terminologia relativa à análise funcional, por estar relacionada com a avaliação. Acompanham esta contextualização um conjunto de quadros de comparação terminológico-conceptual.

Este capítulo pretende, assim, dar cumprimento ao terceiro objetivo, de análise conceptual e terminológica no seio da avaliação de informação de arquivo e contribuir para a delimitação da problemática e definir o cenário dos conceitos que sustentam o quadro geral em que se insere este estudo⁵.

⁵ Os pormenores metodológicos que concernem ao desenvolvimento deste estudo encontram-se no capítulo 4, nos pontos 4.1.2 e 4.2.1.

2.1. Terminologia Referente à Avaliação

No fim do século passado a avaliação era definida, em normas como a ISAD(G) do *International Council on Archives* (ICA), como o processo para determinação dos períodos de retenção dos documentos de arquivo (Conselho Internacional de Arquivos, 1999, p. 13).

A este termo era feito equivaler, na língua francesa, o termo *Évaluation*, que o *Dictionnaire de terminologie archivistique* referia como função arquivística fundamental prévia ao desenvolvimento de uma tabela de arquivo (*table d'archivage*) para determinar a utilidade administrativa, o interesse histórico e o tratamento final do documento (Direction des Archives de France, 2002, p. 20).

Nos países anglo-saxónicos, o termo equivalente era *Appraisal*, cujo ICA (2004a), considerava ser a função básica de gestão documental/arquivo de determinação do valor e, logo, o destino final de documentos de arquivo com base no seu uso administrativo, legal e fiscal corrente, no seu valor evidencial e informativo, na sua organização e estado, e a sua relação com outros documentos de arquivo.

Com efeito, a *Society of American Archivists* referia que se tratava de um processo de identificação de materiais oferecidos a arquivos com valor suficiente para haver interesse na sua disponibilização ao público. Tal processo de determinação dos prazos deveria ser mantido com base nos requisitos legais e na sua utilidade atual e potencial. Adicionalmente, identificava este termo com o processo de determinação do valor de mercado de um item, no sentido de avaliação monetária. Anotavam que a avaliação é o processo de determinar se a informação registada e outros materiais têm valor (arquivístico) permanente, podendo ser feita ao nível da coleção, produtor, série, processo documental ou documento simples, e ocorrer antes da doação e da transferência física, ou durante ou após esta. As decisões de avaliação podem basear-se em vários fatores, incluindo a proveniência e o conteúdo da informação registada, a sua autenticidade e fiabilidade, a sua ordem e integridade, o seu estado e custos para conversão, para além do seu valor intrínseco. A avaliação ocorre geralmente no âmbito de uma política e missão institucionais de recolha/coleção mais amplas. Ela diferencia-se da avaliação monetária, que estima o valor comercial. Digno de nota é a distinção que apresenta entre *appraisal* e *evaluation*, que indicam ser utilizada no âmbito da gestão documental para efetuar uma avaliação preliminar do valor com base nas

tabelas de temporalidade (Pearce-Moses, 2005, pp. 22–23).

A língua castelhana apresenta a peculiaridade de utilizar como termo equivalente não tanto a *Evaluación*. Em Espanha, o *Diccionario de terminología archivística* (Subdirección General de los Archivos Estatales, 1995) apresenta o conceito de *Valoración* como a fase do tratamento arquivístico, que consiste na análise e determinação dos valores primário e secundário das séries documentais, e na determinação dos prazos de transferência, acesso e conservação ou eliminação total ou parcial, ligando-o às questões da eliminação, seleção, e dos valores administrativo, arquivístico, fiscal, histórico, informativo, jurídico, legal, permanente, primário e secundário.

Cruz-Mundet (2011b, pp. 355–356) refere que se trata de um ato de formular juízo a partir do estudo das séries documentais, da sua origem funcional, a natureza dos atos que registam, a tipologia documental, o valor que tiveram ou que podem conservar para a entidade produtora ou que possam oferecer para a sua história, para a investigação em geral e para a difusão cultura, ou seja, o seu valor administrativo, legal e histórico, de informação e de investigação, presente e futuro. No fundo, trata-se de apreciar o valor dos documentos para estabelecer critérios que regulem o seu destino, que pode ser a conservação permanente total, a conservação permanente parcial, a conservação temporal ou a eliminação, sendo essa apreciação feita por uma comissão ou órgão colegial.

Heredia Herrera (2011, p. 192) considera que a *valoración archivística* remete sempre para a *valoración documental*, que considera uma função arquivística da gestão documental com vários processos que permite, depois da determinação dos valores dos documentos, especificar e planear quais as séries documentais a conservar total ou parcialmente para o futuro, e quais podem ser eliminadas, quando e onde. A autora considera que foi a primeira função arquivística a ser partilhada, tornando-se interdisciplinar e não exclusiva dos arquivistas. Heredia Herrera (2011, p. 193) indica também que atualmente ocorre previamente à etapa de produção documental. A equipa mexicana, que integra o projeto *InterPares*, também remete para esse termo, considerado como o processo de determinação do valor dos documentos de arquivo com a finalidade de definir o período de retenção e destino final (destruição ou transferência), bem como os termos e condições da sua transferência do produtor para que o vai preservar (InterPARES, 2012), explicitando que este termo se usa em Espanha, México, América Central, Colômbia e Perú, sendo que na Argentina e Uruguai se opta pelo termo *evaluación*.

Em 2005, a norma portuguesa NP 4041:2005 entendia a Avaliação, no sentido de

função dos serviços de arquivo, como a “Determinação do valor arquivístico de documentos ou arquivos, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação” (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 13). Tal definição contém semelhanças com a referida pelo coetâneo *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Arquivo Nacional, 2005, p. 41): “Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos”.

No seio dos estudos sobre a problemática da preservação da informação de arquivo eletrónica, o projeto *InterPares* sugere, em 2007, que se trata de um processo de estimativa do valor de documentos de arquivo com a finalidade de determinar a sua duração e as condições da sua preservação (InterPARES, 2007).

No ano seguinte, o *Dicionário do Livro* (Faria & Pericão, 2008, p. 121), identifica a avaliação neste âmbito como o conjunto de processos de análise da documentação de um arquivo, que visa estabelecer o seu destino, de acordo com o valor probatório e informativo (que serão aprofundados no Capítulo 3) e que determina a sua guarda permanente ou a sua eliminação, incluindo-se também que, no geral, é o valor que é determinado por quem avalia. A avaliação documental é identificada como o processo de análise e seleção da documentação arquivística que teria como finalidade a fixação do prazo para retenção ou descarte, estabelecendo o seu destino, considerando a validade permanente ou temporária de cada documento, de acordo com as prescrições legais.

Já em 2010, no âmbito do projeto ICA-Req, ligado aos requisitos para documentos eletrónicos em ambiente burótico⁶, e numa linguagem que plasma os contributos da gestão de projetos, a avaliação é apresentada como um processo de seleção de atividades para determinar quais os documentos de arquivo que devem ser capturados e por quanto tempo deverão ser mantidos para atender às necessidades de negócio, requisitos de prestação de contas e expectativas da comunidade (Conselho Internacional de Arquivos, 2010, p. 73).

A norma internacional para os fundamentos e vocabulário sobre informação e

⁶ Termo português que se refere ao conjunto das técnicas e dos meios que tendem a automatizar as atividades de escritório e, principalmente, o tratamento e a comunicação da palavra, da escrita e da imagem. Também indica o conjunto de tecnologias relativas à informatização e automatização dos trabalhos de escritório (Fonte: *Grande Dicionário da Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo*, 1996). Tem equivalência com o termo anglo-saxónico *Electronic Office*.

documentação, ISO 5127:2017 (ISO, 2017a), indica que a avaliação é o processo de determinação do valor da informação de arquivo ou outros documentos, para fins de determinar as ações de destino [disposition] ou aquisição, ou em alguns casos, o valor financeiro (ISO, 2017a, p. 179).

Finalmente, em 2018 a ISO/TR 21946: 2018 (ISO, 2018), relatório técnico relativo à avaliação de informação de arquivo (que será abordado posteriormente) refere que a Avaliação para a gestão de informação de arquivo é o processo recorrente de avaliar atividades de negócio para determinar que informação de arquivo precisa de ser produzida e capturada e, também, como e por quanto tempo é necessário manter essa informação de arquivo. Nesse sentido, é identificada como uma abordagem estratégica e proativa (e não tanto reativa) para a produção, captura e gestão de informação de arquivo. Para o efeito tem um caráter consultivo e de prestação de contas, devendo, em certos casos, ser conduzido em parceria com as partes interessadas na produção, captura e gestão de classes específicas de informação de arquivo (International Organization for Standardization, 2018, p. v). Essa norma indica também que nela se aplicam os termos e definições apresentadas da norma internacional de gestão documental ISO 15489-1:2016 (ISO, 2016).

Assim, a avaliação tem sido identificada como função (por influência canadiana), mas principalmente como processo, e opera-se pela análise dos documentos de arquivo, para decidir quanto tempo deveria ser guardado/retido, e o seu destino final (eliminação e/ou preservação). Tal análise pretende identificar o valor do documento de arquivo com base em fatores diferenciados, muitas vezes percebidos pelo contexto de produção e utilização. De notar que, tanto no âmbito internacional, como no âmbito nacional, verifica-se a confusão entre a avaliação e a seleção. São exemplos disso o projeto ICA-Req e o *Dicionário do Livro*, que, como se constatou anteriormente, indicam que a avaliação é um processo de seleção, de atividades ou da documentação.

Apresenta-se no Quadro 2 uma sistematização terminológico-conceptual sobre a avaliação e termos equivalentes.

Quadro 2 – Comparação Terminológico-Conceptual - Avaliação e Termos Equivalentes

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Avaliação</i>	PT	ISAD(G)	International Council on Archives (ICA)	1999	ICA, 1999, p. 13	Processo para determinação dos períodos de retenção dos documentos de arquivo.
<i>Évaluation</i>	FR	Dictionnaire de terminologie archivistique	Direction des Archives de France	2002	Direction des Archives de France, 2002, p. 20	Função arquivística fundamental prévia ao desenvolvimento de uma tabela de arquivo (<i>table d'archivage</i>) para determinar a utilidade administrativa, o interesse histórico e o tratamento final do documento.
<i>Appraisal</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (DAT/III)	International Council on Archives (ICA)	2004	ICA, 2004	Função básica de gestão documental/arquivo de determinação do valor e, logo, o destino final de documentos de arquivo com base no seu uso administrativo, legal e fiscal corrente, no seu valor “evidencial” e informativo, na sua organização e estado, e a sua relação com outros documentos de arquivo.
<i>Appraisal</i>	EN	A glossary of archival and records terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, pp. 22–23	Processo de identificação de materiais oferecidos a arquivos e que tenham valor suficiente para serem disponibilizados. Tal processo de determinação dos prazos deveria ser mantido com base nos requisitos legais e na sua utilidade atual e potencial. Adicionalmente, identifica este termo com o processo de determinação do valor de mercado de um item, no sentido de avaliação monetária.
<i>Valoración</i>	ES	Diccionario de terminología archivística	Subdirección General de los Archivos Estatales	1995	Subdirección General de los Archivos Estatales, 1995	Fase do tratamento arquivístico que consiste na análise e determinação dos valores primário e secundário das séries documentais, e na determinação dos prazos de transferência, acesso e conservação ou eliminação total ou parcial, ligando-o às questões da eliminação, seleção, e dos valores administrativo, arquivístico, fiscal, histórico, informativo, jurídico, legal, permanente, primário e secundário.
<i>Valoración</i>	ES	Diccionario de Archivística	Cruz Mundet	2011	Cruz Mundet, 2011, pp. 355–356	Ato de formular juízo a partir do estudo das séries documentais, da sua origem funcional, a natureza dos atos que registam, a tipologia documental, o valor que tiveram ou que podem conservar para a entidade produtora ou que possam oferecer para a sua história, para a investigação em geral e para a difusão cultural, ou seja, o seu valor administrativo, legal e histórico, de informação e de investigação, presente e futuro. No fundo trata-se de apreciar o valor dos documentos para estabelecer critérios que regulem o seu destino, que pode ser a conservação permanente total, a conservação permanente parcial, a conservação temporal ou a eliminação, sendo essa apreciação feita por uma comissão ou órgão colegial.
<i>Valoración archivística, que remete para valoración documental</i>	ES	Lenguaje y Vocabulario Archivísticos	Heredia Herrera	2011	Heredia Herrera, 2011, p. 192-193	Função arquivística da gestão documental com vários processos que permite, depois da determinação dos valores dos documentos, especificar e planear quais as séries documentais a conservar total ou parcialmente para o futuro, e quais podem ser eliminadas, quando e onde. A autora considera que foi a primeira função arquivística a ser partilhada, tomando-se interdisciplinar e não exclusiva dos arquivistas. Indica também que atualmente ocorre previamente à etapa de produção documental.
<i>Valoración</i>	ES	Base de Datos de Terminologia Arquivística do Interpares 3	InterPares	2012	InterPARES, 2012	Processo de determinação do valor dos documentos de arquivo com a finalidade de definir o período de retenção e destino final (destruição ou transferência), bem como os termos e condições da sua transferência do produtor para que o vai preservar.
<i>Avaliação, no sentido de função dos serviços de arquivo</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 13	Determinação do valor arquivístico de documentos ou arquivos, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação.

<i>Termo</i>	Língua	Publicação	Autor	Data	Dados de Publicação	Definição
<i>Avaliação</i>	PT	Dicionário brasileiro de terminologia arquivística	Arquivo Nacional	2005	Arquivo Nacional, 2005, p. 41)	Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos.
<i>Appraisal</i>	EN	InterPares 2 Terminology database	InterPares	2007	InterPARES, 2007	Processo de estimativa do valor de documentos de arquivo com a finalidade de determinar a sua duração e as condições da sua preservação.
<i>Avaliação</i>	PT	Dicionário do Livro	Faria e Pericão	2008	Faria & Pericão, 2008, p. 121	Conjunto de processos de análise da documentação de um arquivo, que visa estabelecer o seu destino, de acordo com o valor probatório e informativo. e que determina a sua guarda permanente ou a sua eliminação, incluindo-se também que, no geral, é o valor que é determinado por quem avalia. A avaliação documental seria o processo de análise e seleção da documentação arquivística que teria como finalidade a fixação do prazo para retenção ou descarte, estabelecendo o seu destino, considerando a validade permanente ou temporária de cada documento, de acordo com as prescrições legais.
<i>Appraisal; Évaluation; Valoración</i>	EN; FR; ES	ICA-Req	International Council on Archives (ICA)	2010	ICA, 2010, p. 73	Processo de seleção de atividades para determinar quais os documentos de arquivo que devem ser capturados e por quanto tempo deverão ser mantidos para atender às necessidades de negócio, requisitos de prestação de contas e expectativas da comunidade.
<i>Appraisal</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 179	Processo de determinação do valor da informação de arquivo ou outros documentos, para fins de determinar as ações de destino [disposition] ou aquisição, ou em alguns casos, o valor financeiro.
<i>Appraisal for managing records</i>	EN	ISO/TR 21946:2018	International Organization for Standardization (ISO)	2018	ISO, 2018, p. v	Processo recorrente de avaliar atividades de negócio para determinar que informação de arquivo precisa de ser produzida e capturada e, também, como e por quanto tempo é necessário manter essa informação de arquivo.

FONTE - Produção própria (2020), de acordo com Arquivo Nacional (2005), Conselho Internacional de Arquivos (1999, 2004a, 2010), Cruz Mundet (2011b), Direction des Archives de France (2002), Faria e Pericão (2008), Heredia Herrera (2011), Instituto Português de Qualidade (2005a), International Organization for Standardization (2017a, 2018), InterPares (2007, 2012), Pearce-Moses (2005), Subdirección General de los Archivos Estatales (1995).

Para além disso, verifica-se a existência de termos que orbitam à volta do termo central Avaliação, sendo que alguns só têm existência no seio de determinada realidade ou contexto de tradição arquivística de um país específico ou de países que partilham a mesma língua.

Um exemplo é o termo *Tri*, identificado no Québec como uma atividade de arquivo decorrente da avaliação, que consiste na aplicação de um método de seleção ou de amostragem (Université de Montréal, École de bibliothéconomie et des sciences de l'information, 1999), e em França com a operação que consiste em separar, no âmbito de uma avaliação, num conjunto de documentos, aqueles que devem ser preservados devido ao seu interesse histórico ou patrimonial daqueles destinados à eliminação, sendo esta uma das três possibilidades de tratamento final dos documentos disponíveis numa tabela de arquivo (*table d'archivage*) (Direction des Archives de France, 2002).

O termo Seleção é identificado pelo ICA como o processo formal pelo qual um arquivo elimina (*disposition*, no original) o material sob a sua custódia. Tal material pode ser selecionado porque foi reavaliado e considerado inadequado para estar nos seus fundos documentais, ou porque o proprietário legal solicitou a devolução permanente de materiais, ou a instituição compromete-se a transferir os materiais para outro repositório (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a). Paralelamente, a *Society of American Archivists* utiliza-o não só para indicar o processo de identificação de materiais a serem preservados devido ao seu valor duradouro, especialmente os materiais a serem transferidos fisicamente para um arquivo, mas também o processo de escolha de materiais para exposição, publicação ou reformatação (Pearce-Moses, 2005, p. 356). Heredia Herrera (2011, p. 165) apresenta-o como a última fase ou processo da avaliação (*valoración*) documental, que permite, depois da determinação dos valores dos documentos, especificar e planear quais as séries documentais a conservar total ou parcialmente para o futuro, e quais podem ser eliminadas, quando e onde. A língua francesa apresenta-a como uma modalidade de triagem, que consiste na escolha, para efeito de conservação permanente, de alguns documentos de um conjunto documental, com base em critérios qualitativos (Association Internationale des Archives Francophones, 2015). Na língua portuguesa, este termo é feito equivaler à “operação decorrente da avaliação e que consiste em separar os documentos de arquivo de conservação permanente daqueles que poderão ser objeto de eliminação” em Portugal (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 14), e à “separação dos documentos de valor

permanente daqueles passíveis de eliminação, mediante critérios e técnicas previamente estabelecidos em tabela de temporalidade” no Brasil (Arquivo Nacional, 2005).

A reavaliação, também conhecida por revisão do prazo de conservação/retenção, é identificada na língua anglo-saxónica como *reappraisal*, sendo essencialmente o processo de reavaliar fundos arquivísticos para determinar que documentos de arquivo devem ser mantidos e quais devem ser eliminados (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a). A *Society of American Archivists* distingue dois tipos de reavaliação, sendo a que se refere a arquivos é considerada o processo de identificação de materiais, que já não merecem ser preservados e que são candidatos a serem alienados, enquanto que, no âmbito da gestão documental, diz respeito ao processo de revisão de materiais para reapreciar (*reassess* no original) a sua conservação (*retention value* no original) (Pearce-Moses, 2005, p. 326). A norma ISO 5127:2017 refere *reappraisal* como a reavaliação dos fundos arquivísticos ou parte de um fundo de um arquivo de uma organização para determinar o que deve e o que não deve ser sujeito a remoção (*de-accessioning* no original) (International Organization for Standardization, 2017a, p.197). De referir que este termo não é utilizado no contexto brasileiro (Conselho Internacional de Arquivos & InterPARES, 2016), e não se encontra registo dele na literatura científica portuguesa ou espanhola.

Apesar de o termo *descarte* ser utilizado no Brasil para indicar a “exclusão de documentos de arquivo após avaliação” e fazê-lo equivaler ao termo anglo-saxónico de *disposal*, ao termo francófono *sort final*, ou aos termos castelhanos *expurgo*, *tria*, *eliminación* (Arquivo Nacional, 2005, p. 66), o termo *disposition* não transparece na literatura em português. Se, no âmbito da Diplomática é referido como a parte de um registo ou informação de arquivo que expressa a vontade ou o juízo do autor (Pearce-Moses, 2005, p. 124) ou mesmo um elemento intrínseco da forma documental, que concilia a essência do texto de um documento que narra a expressão da vontade do autor e a ação do registo (Duranti, 1991), no âmbito específico da avaliação é apontada como a destruição final ou transferência para um arquivo do material, tal como definido no âmbito da sua avaliação (InterPARES, 2007; Pearce-Moses, 2005, p. 124), ou seja, a ação administrativa final relativa à informação de arquivo, incluindo a destruição, a transferência para outra entidade, ou a preservação permanente (ARMA International, 2007). No entanto, a ISO 15489 (ISO, 2001, 2016) define-a como o conjunto de processos relacionados com a aplicação das decisões sobre prazos de retenção, conservação, eliminação ou transferência de informação de arquivo, consignadas em instrumentos legais de avaliação arquivística (*disposition*

authorities no original) ou outros instrumentos reguladores. A norma ISO 5127:2017 apresenta os termos *disposition* e *disposal* como o conjunto de processos associados com a aplicação de decisões de retenção, destruição ou transferência de informação de arquivo, e que estão documentados em instrumentos legais de avaliação arquivística (*disposition authorities* no original) ou outros instrumentos (International Organization for Standardization, 2017a, p.197). Ora, muito embora esta definição tenha como equivalente o termo *disposición* na versão espanhola desta norma (AENOR, 2016), já a norma portuguesa correspondente, a NP 4438-1 (Instituto Português de Qualidade, 2005b, p. 9), aplica o termo destino. Ainda em português, o *Multilingual Archival Terminology* (Conselho Internacional de Arquivos & InterPARES, 2016) associa a este termo a *destinação*, na definição dada no Brasil pelo Arquivo Nacional no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), “decisão, com base na avaliação, quanto ao encaminhamento de documentos para guarda permanente, descarte ou eliminação”. De notar, porém, que este dicionário não apresenta nenhum termo equivalente em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano ou português europeu. Também são feitas associações e/ou equivalências a termos de outras línguas na obra do ICA e *InterPARES* (2016). Em francês surge-nos o termo *sort final*, definido como o destino de um documento aquando da expiração do prazo de utilidade administrativa, consubstanciado na destruição ou na conservação em arquivos definitivos (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a), o devir físico dos documentos arquivados no fim do prazo de conservação é, na maioria dos casos, a destruição ou, para uma minoria de documentos, a transferência para os arquivos históricos (Chabin, 2010), possíveis destinos dos documentos ao aplicar as decisões de conservação, destruição ou transferência de documentos arquivados, de acordo com as regras estabelecidas no referencial de conservação ou noutras ferramentas (Conselho Internacional de Arquivos, 2010), conjunto de operações para aplicar a conservação definitiva, a destruição ou a transferência de documentos arquivados, de acordo com as regras de conservação/destruição (DLM Forum, 2008). Na língua anglo-saxónica, a associação é feita ao termo *disposal*, a transferência de informação de arquivo, especialmente informação de arquivo não-corrente, para o seu estado final, seja a destruição ou transferência para um arquivo (Pearce-Moses, 2005, p. 124), ações tomadas em relação à informação de arquivo não-corrente após a sua avaliação e expiração se os prazos de conservação estiverem de acordo com a legislação, regulamentação ou procedimento administrativo. As ações incluem transferência para arquivos ou destruição. Nos Estados Unidos, a eliminação também é conhecida como “*disposition*” (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a). Neste termo *disposal* há também uma associação ao

termo francês *destruction*, operação física da eliminação de informação de arquivo cuja conservação não se justifica (Ecole Nationale des Chartes & Association Française de Normalisation, 1991, p. 83), processo de eliminação ou supressão de documentos sem possibilidade de recuperação [de dados] (Conselho Internacional de Arquivos, 2010) ou ação para suprimir documentos de maneira irreversível, pela aplicação das opções finais de “*disposition*” enunciadas no referencial de conservação (Chabin, 2010). Na língua castelhana, o termo “*disposición*” surge pela mão de autores como Cermeno Martorell e Rivas Palá (2010, 2011), com base na terminologia da norma ISO 15489, indicando que é o resultado da avaliação como processo prévio e que compreende as duas operações de eliminação e transferência (para os arquivos históricos) por efeito da aplicação do destino final. De notar que norma ISO 5127:2017 apresenta o termo *destruction* como o processo de eliminar ou apagar documentos ou outros objetos materiais, de forma a impossibilitar qualquer reconstrução (International Organization for Standardization, 2017a, p.5).

Em Portugal, a entrada *Disposição*, que consta no *Dicionário do Livro* refere-se à composição tipográfica, mas também a Prescrição Legal. Neste âmbito, surge a entrada *Prescrição de Documento*, referente à perda do valor probatório do documento derivada do fim da necessidade do mesmo para fins administrativos, mantendo somente valor histórico (Faria & Pericão, 2008, pp. 399, 997).

O termo *disposition date* (ou *Disposal date*) é descrito como a data em que as ações especificadas relativamente ao destino devem ser iniciadas conforme especificado numa tabela documental (*records schedule* no original) (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a), isto é, um momento especificado numa tabela documental (*records schedule* no original), em que a informação de arquivo registada deve ser destruída ou transferida para um arquivo (Pearce-Moses, 2005, p. 124). Estes termos surgem relacionados aos termos, na língua portuguesa a *data de destinação*, em língua castelhana a *fecha de eliminación* e *fecha de transferencia* e ao termo francês *délai d'élimination*, período em que os documentos podem ser eliminados de acordo com a tabela de triagem (*tableau de tri* no original) (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a). Este termo em francês é ainda feito equivaler ao termo em língua castelhana *plazo de eliminación*. O *Multilingual Archival Terminology* (Conselho Internacional de Arquivos & InterPARES, 2016) também faz remissão para outro termo francês: *date d'élimination*, data (ano) em que se pode proceder à eliminação de um documento ou conjunto de documentos, por ter atingido o fim da sua utilidade administrativa e não ter interesse histórico (Direction des Archives de France, 2002).

Relacionado com esse termo surge o *disposition Schedule*, referido como um documento que descreve a documentação de uma instituição, entidade ou unidade orgânica, definindo um calendário ou tabela de temporalidade para o seu ciclo de vida, e fornecer autorização para a sua eliminação (*disposition* no original). Uma tabela (ou calendário) documental (*records schedule* no original) também é referida como *comprehensive records schedule*, *disposal schedule*, *records retention schedule*, *records disposition schedule*, *retention schedule*, *transfer schedule* e *general records schedule* (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a). Também pode ser definido como um documento, que fornece descrição de uma série documental e/ou classe e especifica a sua eliminação (*disposition* no original) autorizada (InterPARES, 2007). Outro nome para esse documento é *retention and disposition schedule*, considerado um documento que identifica e descreve a documentação de uma organização, normalmente ao nível das séries, fornecendo instruções para a eliminação (*disposition* no original) dos documentos ao longo do seu ciclo de vida, podendo ser ainda ligado ao *destruction schedule* (Pearce-Moses, 2005), ou *retention schedule* como lista abrangente de séries documentais, indicando para cada uma delas o período de tempo em que deve ser mantido e a sua eliminação (*disposition* no original) (ARMA International, 2007). A norma ISO 5127:2017 refere a *disposal schedule* também como *retention schedule* e *records schedule*, para indicar o documento que descreve a informação de arquivo de uma organização para estabelecer prazos de conservação (*retention periods* no original) e fornecer autorização para a sua eliminação (*disposal* no original) (International Organization for Standardization, 2017a, p.152). Esta norma ainda identifica o *general records schedule*, que também apelida de *general schedule* ou *common records schedule*, como a tabela de temporalidade que regulamenta séries documentais específicas de informação de arquivo comum a várias ou à totalidade dos organismos ou unidades administrativas de um organismo (International Organization for Standardization, 2017a, p.153). Há ainda que referir, no contexto anglo-saxónico, o termo *disposition authority*, o instrumento que define as ações de eliminação (*disposition* no original), que são autorizadas para documentos de arquivo específicos (ISO, 2016). Estes termos estão associados, na língua francesa, ao termo *calendrier de conservation*, considerado como uma ferramenta de gestão - totalmente integrada no procedimento administrativo, na medida em que faz parte das operações de gestão da organização em questão - que reúne as regras de conservação, que uma instituição adota para otimizar a conservação dos seus arquivos. Permite disseminar as regras de conservação, aplicá-las, aprová-las e controlá-las, monitorizá-las, mantê-las e atualizá-las. É assim, o veículo que reúne e divulga as regras de conservação (Couture, 1999, p. 117). Na

língua portuguesa, este termo está associado à *tabela de seleção*, identificado como o “instrumento que fixa os prazos e condições da conservação permanente e/ou da eliminação dos documentos de um arquivo” (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 14), e também ao termo *tabela de temporalidade*, “instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos” (Arquivo Nacional, 2005). Na língua castelhana, este termo está relacionado com *calendario de conservación*, o instrumento oficial para servir de referencia no momento de uma proposta de eliminação ou de justificar uma eliminação direta e para cumprir os prazos das transferências, e a *tabla de valoración*, instrumento que estabelece os prazos de conservação e de transferência de uma série determinada juntamente com os requisitos para o acesso (Heredia Herrera, 2011, pp. 55 e 174).

Para além do já indicado termo *retention Schedule*, surge-nos o termo *retention period*, o tempo decorrido, geralmente com base numa estimativa da frequência de uso dos processos de negócio atuais e futuros, em que os documentos de arquivos devem ser retidos em escritórios ou centros de documentação antes de serem transferidos para um arquivo, ou descartados de outra forma (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a) ou o período de tempo em que os documentos de arquivo devem ser mantidos num determinado local ou forma para fins administrativos, legais, fiscais, históricos ou outros (Pearce-Moses, 2005). Neste âmbito, encontra-se equivalência entre *período de retenção* e *prazo de guarda*, “o prazo, definido na tabela de temporalidade e baseado em estimativas de uso, em que documentos deverão ser mantidos no arquivo corrente ou no arquivo intermediário, ao fim do qual a destinação é efetivada” (Arquivo Nacional, 2005), e também o *prazo de retenção*, “período fixado para a permanência dos documentos de arquivo no serviço de arquivo corrente, antes da sua eliminação ou transferência para o serviço de arquivo intermédio ou definitivo. Este prazo é definido em regulamento próprio, normalmente registado na tabela de seleção” (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 14). O termo *retention* surge como a função de preservar e manter os documentos de arquivo para a sua utilização contínua. Estes podem ser mantidos no sistema de origem, ou transferidos para um repositório separado, tal como um sistema fora de linha, um centro de documentação ou uma instituição arquivística (Griffin, Keakopa, Mansfield, Millar, & Nordland, 2009).

A eliminação também abrange um conjunto variado de termos. Este termo é identificado com a “operação decorrente da avaliação que consiste na destruição dos

documentos que foram considerados sem valor arquivístico. O processo a utilizar na eliminação deve assegurar a impossibilidade de reconstituir os documentos eliminados (por exemplo: corte, incineração, maceração e trituração)” (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 13) e o “processo de destruir ou apagar documentos, de forma irreversível” (Instituto Português de Qualidade, 2005b, p. 9). No Brasil considera-se eliminação a “destruição de documentos que, na avaliação, foram considerados sem valor permanente” estando também associado ao termo *expurgo*, e é utilizado o termo *descarte* para indicar a “exclusão de documentos de arquivo após avaliação” (Arquivo Nacional, 2005). Sugere-se a equivalência deste termo a *destruction* e *destrucción*, nas línguas anglo-saxónica e castelhana respetivamente, identificados como o processo de eliminação ou apagamento de documentos de arquivo, impossibilitando por completo qualquer tentativa reconstrução dos mesmos (AENOR, 2016; ISO, 2016). Na língua francesa, o termo *destruction* é identificado como a operação material de eliminação dos documentos cuja conservação não se justifica (Ecole Nationale des Chartes & Association Française de Normalisation, 1991, p. 83), como o processo de eliminação ou supressão de documentos sem qualquer possibilidade de recuperação (Conselho Internacional de Arquivos, 2010), ou ação de suprimir os documentos de maneira irreversível pela aplicação das decisões de destino final (*sort final* no original) enunciados no referencial de conservação (Chabin, 2010).

O termo *valor arquivístico* refere-se ao “valor atribuído a um documento de arquivo ou outra unidade arquivística, para efeitos de conservação permanente num serviço de arquivo. Resulta do seu valor probatório e/ou da relevância do seu valor informativo”, considerando a *conservação permanente* como a “custódia por tempo ilimitado dos documentos de arquivo” (Instituto Português de Qualidade, 2005a, pp. 10 e 12). Encontra-se equivalência com o termo anglo-saxónico *permanent value*, a utilidade ou importância continuada dos documentos de arquivo, com base nas informações administrativas, legais, fiscais, probatórias ou históricas que eles contêm, que justificam sua preservação contínua (Pearce-Moses, 2005, p. 290). Também equivale ao termo em castelhano *valor permanente*, referente aqueles valores – administrativo, fiscal, legal, intrínseco, evidencial e/ou informacional – que justificam a retenção indefinida ou permanente dos documentos de arquivo (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a).

A norma 5127:2017 também apresenta um conjunto de definições à volta do valor. O *primary value* corresponde ao valor que os documentos, informação de arquivo, ou arquivos possuem, em virtude dos seus conteúdos e por suportarem continuamente as

transações dos negócios que motivaram a sua produção (International Organization for Standardization, 2017a, p. 84). Neste são incluídos: o *administrative value*, indicado como o valor primário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para a condução dos negócios administrativos; o *fiscal value*, como o valor primário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para a condução dos negócios financeiros ou fiscais ou sua evidência; o *legal value* como o valor primário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para a condução dos negócios legais ou para evidência legal (International Organization for Standardization, 2017a, p. 84). No que reporta o *secondary value*, identifica-o com o valor que os documentos, informação de arquivo, ou arquivos possuem, em virtude dos seus conteúdos, para outras pessoas ou organizações que não os seus produtores (International Organization for Standardization, 2017a, p. 85). Este valor inclui: o *evidential value*, o valor secundário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para fornecer evidência da origem, funções e atividades do produtor; o *information value*, o valor secundário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para referência e investigação que deriva da informação que contêm. Também apresenta o *intrinsic value*, como o valor inerente aos documentos ou outros objetos materiais que não a fonte da informação explicitamente expressa/declarada (International Organization for Standardization, 2017a, p. 85).

Adicionalmente, considera-se pertinente apresentar outros termos, como o de *pré-arquivagem*, “designação tradicionalmente atribuída ao conjunto de operações de avaliação, seleção, eliminação e organização dos arquivos intermédios” (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 12), termo que transpõe em Portugal do decreto-lei (ainda) em vigor e que Regula a pré-arquivagem de documentação (Decreto-Lei 447/88, de 10 de dezembro, 1988). Este documento é o que regula a produção de Portarias de Gestão Documental para os organismos da Administração Pública portuguesa. Nesta lógica tradicional, evidencia-se a distinção entre o *prazo de retenção*, “período fixado para a permanência dos documentos de arquivo no serviço de arquivo corrente, antes da sua eliminação ou transferência para o serviço de arquivo intermédio ou definitivo”, e *prazo de conservação*, “período fixado para a custódia dos documentos de arquivo por um serviço de arquivo” (Instituto Português de Qualidade, 2005a, pp. 13–14). Nas duas situações, o prazo é definido em regulamento próprio, normalmente registado em tabela de seleção.

O termo anglo-saxónico *deaccession* (que podemos fazer equivaler ao termo *alienação* ou *baixa de documentos*) é identificado como o processo pelo qual um arquivo,

museu ou biblioteca remove de forma permanente materiais que integravam o seu acervo (Pearce-Moses, 2005, p. 107). A norma 5127:2017 refere *de-accessioning* como o processo de remoção formal de um documento de uma coleção ou acumulação de documentos (International Organization for Standardization, 2017a, p. 179). Outra definição considera que se trata do processo pelo qual um arquivo remove formalmente documentos de sua custódia. Um arquivo pode dar baixa de documentos que foram reavaliados e julgados inadequados para seu acervo; ou cujos proprietários requisitaram o retorno permanente dos documentos; ou que o arquivo decidiu transferir para outro repositório/instituição arquivística. Este termo está relacionado com o termo *withdrawal*, a devolução ou retorno de documentos da custódia física e legal dos arquivos para a entidade produtora ou a sua sucessora ou, no caso de arquivos ou documentos privados, aos seus proprietários, equivalendo ao termo francês *sortie définitive* (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a). Relativamente ao termo *withdrawal*, a norma 5127:2017 identifica-o de duas formas. A primeira indica o documento ou item retirado de uma coleção durante o período do relatório (International Organization for Standardization, 2017a, p. 115), e a segunda como o retorno/devolução da custódia física e legal de documentos dos arquivos, bibliotecas ou museus à entidade de origem ou o seu sucessor, ou, no caso de depósitos, ao seu proprietário (International Organization for Standardization, 2017a, p. 181).

Perceciona-se que o termo tem alguma reação com o termo da língua francesa *restitution*, a apresentação de um documento arquivado eletronicamente fornecido pelo sistema de arquivo eletrónico a um utilizador (DLM Forum, 2008), ou entrega de arquivos mantidos num serviço de arquivo ao proprietário original (Direction des Archives de France, 2002, p. 31).

Uma das técnicas utilizadas no processo de avaliação é a amostragem, uma “técnica de seleção em que, de um dado conjunto de documentos, elege-se um subconjunto representativo do todo” (Arquivo Nacional, 2005), sendo também considerado um “Critério de avaliação que tem por base a conservação de documentos considerados representativos do arquivo a que pertencem” (Alves, 1993, p. 5) ou uma “forma particular de triagem que visa reter documentos considerados representativos de um conjunto que a massa não permite conservar”, podendo os critérios ser variados (Faria & Pericão, 2008, p. 65). Na língua anglo-saxónica, o termo *sampling* é usado, no âmbito da avaliação, para definir a seleção de itens de um conjunto de documentos de arquivo, que é feita de tal forma que, o grupo de documentos selecionados é considerado representativo do conjunto documental (Conselho

Internacional de Arquivos, 2004a), ou a seleção de itens de um conjunto de informação de arquivo para expressar a totalidade desse conjunto (International Organization for Standardization, 2017a, p. 197). No âmbito da estatística, este termo é identificado com o processo de seleção de itens de uma coleção para representação da totalidade da coleção, enquanto que, no âmbito da produção musical, se refere à frequência e precisão com que um sinal analógico é medido aquando da sua conversão para formato eletrónico (Pearce-Moses, 2005, p. 351). O termo castelhano equivalente é o *muestreo*, técnica de seleção segundo critérios sistemáticos (numéricos, alfabéticos, topográficos ou qualitativos) de uma certa proporção de documentos em representação de um conjunto (Heredia Herrera, 2011, p. 141), enquanto que o termo encontrado na língua francesa é a *échantillonnage*, uma forma particular de avaliação (*tri* no original), visando reter um certo número de documentos que se estima serem representativos de um conjunto cujo o volume não justifica conservar integralmente (Association Internationale des Archives Francophones, 2015).

O termo conservação surge, no contexto português como a:

Função primordial do serviço de arquivo que tem por objetivo assegurar a manutenção das características essenciais dos arquivos/documentos de modo a garantir a sua eficácia através do tempo. Exerce-se mediante recurso à avaliação, recolha, custódia, preservação, conservação física, restauro e tratamento arquivístico (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 11).

Surge, ainda em Portugal, o conceito de *conservação permanente*, identificado com a custódia por tempo ilimitado dos documentos de arquivo (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 12). No âmbito brasileiro é considerada a “promoção da preservação e da restauração dos documentos” (Arquivo Nacional, 2005). A língua castelhana considera a *conservación* como a função arquivística que afeta os edifícios e as instalações dos arquivos e os documentos que eles contêm e é composta por todas as ações preventivas e de curadoria para manter as boas condições umas das outras (Heredia Herrera, 2011, pp. 73–74). Na esfera anglo-saxónica, o termo *conservation* é referido como a reparação ou estabilização de materiais através de tratamento químico ou físico para garantir a sua sobrevivência na sua forma original o maior tempo possível, ou a profissão dedicada à preservação dos bens culturais para o futuro através da exame, documentação, tratamento e cuidados preventivos, suportados pela investigação e educação (Pearce-Moses, 2005, p. 87), ou mesmo a componente de preservação que lida com o tratamento físico ou químico de documentos (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a). A ISO 5127:2017 indica-o como as medidas e ações de preservação aplicadas para prevenir, travar ou atrasar a deterioração de um

documento ou outro objeto material, podendo consistir em conservação preventiva ou conservação corretiva/de remediação (International Organization for Standardization, 2017a, p. 254). Na língua francófona, a *conservation* tem uma dupla conotação, referente tanto à obrigação legal ou regulamentar de manter à disposição das autoridades ou da comunidade certos documentos que servem de evidência das atividades de uma empresa ou organização em vários domínios regulamentados: gestão financeira, saúde, meio ambiente, património histórico, etc., como ao conjunto das operações técnicas que permitem manter os objetos documentais (independentemente do suporte), preservar a integridade e garantir o acesso ao conteúdo, numa clara correspondência aos termos anglo-saxónicos *retention* (que somente encontramos associado a *tabelas de retenção* e *período de retenção* e termo equivalentes, tal como identificado anteriormente) e *preservation* (Chabin, 2010).

Sem pretender ser redundante face à análise dos conceitos de preservação e de preservação digital, que efetuámos em estudo anterior (Corujo, 2015, pp. 9–17), podemos referir que, no que diz respeito ao termo preservação, na língua portuguesa refere-se à “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (Arquivo Nacional, 2005), ou os “processos e operações necessárias para assegurar a sobrevivência de documentos autênticos através do tempo” (Instituto Português de Qualidade, 2005b, p. 10), com equivalência ao termo anglo-saxónico *preservation*, o conjunto de princípios, políticas, regras e estratégias que visa prolongar a existência de um objeto, mantendo-o em condições adequadas para uso, seja no seu formato original ou num um formato mais persistente, mantendo intacta a forma intelectual do objeto (InterPARES, 2007), a totalidade dos processos e operações envolvidos na estabilização e proteção de documentos contra danos ou deterioração e no tratamento de documentos danificados ou deteriorados. A preservação também pode incluir a transferência de informações para outro suporte, como microfímes (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a). Também é considerada a disciplina profissional de proteção de materiais, pela minimização da deterioração e danos químicos e físicos, para minimizar a perda de informação e prolongar a vida útil dos bens culturais, o ato de evitar danos, deterioração ou destruição, especialmente através de tratamento não invasivo, a obrigação de proteger informação de arquivo e outro material potencialmente relevante para questões probatórias e sujeitos a descoberta (Pearce-Moses, 2005, pp. 304–305). A ISO 5127:2017 indica-a como todas as medidas aplicadas, incluindo decisões financeiras e estratégicas, para manter a integridade e aumentar a vida de documento ou coleções (International Organization for

Standardization, 2017a, p. 68). No universo francófono encontra-se a palavra *préservation*, considerada um anglicismo associando a noção de preservação às funções de conservação preventiva e material (Direction des Archives de France, 2002, p. 28), ou um termo genérico referente a todos os processos e medidas destinados a garantir a proteção física dos arquivos contra todos os agentes de deterioração (Université de Montréal, École de bibliothéconomie et des sciences de l’information, 1999). A pesquisa e análise documental permitiu verificar que, na língua castelhana, o termo *preservación* surge essencialmente ligado ao contexto digital. No contexto português, a preservação digital está identificada com o “conjunto de atividades desenvolvidas com o fim de aumentar a vida útil da informação de arquivo [...], salvaguardando a utilização operacional e protegendo-os das falhas de suportes, perda física e obsolescência tecnológica”, “conjunto de atividades que promovem a acessibilidade continuada aos conteúdos”, “conjunto de atividades que assistem na preservação do conteúdo intelectual, forma, estilo, aparência e funcionalidade” (Barbedo, Corujo, & Sant’Ana, 2011). No Brasil, é identificado com o “conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário” (Conselho Nacional de Arquivos, 2016). Em Espanha, o termo *Preservación digital* é apontado como os processos de conservação, migração de formatos eletrônicos e outros processos orientados para a conservação permanente dos documentos eletrônicos (Heredia Herrera, 2011, pp. 149–150). Na língua anglo-saxónica, tiramos como exemplo a definição de *digital preservation* da iniciativa *InterPARES*, o processo específico para manutenção de materiais digitais durante e ao longo das diferentes gerações de tecnologia ao longo do tempo, independentemente da sua localização (InterPARES, 2007), e o da ISO 5127:2017, como o armazenamento, manutenção e acesso digital relativo a um objeto digital a longo prazo, usualmente como consequência da aplicação de uma ou mais estratégias de preservação (International Organization for Standardization, 2017a, p. 257).

Apresenta-se no Quadro 3 uma síntese comparativa de termos associados à avaliação em distintas línguas.

Quadro 3 – Comparação Terminológico-Conceptual - Termos Associados à Avaliação em Distintas Línguas

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Tri</i>	FR	Terminologie archivistique de base proposé aux étudiants	Université de Montréal, École de bibliothéconomie et des sciences de l'information	1999	Université de Montréal, École de bibliothéconomie et des sciences de l'information, 1999	Atividade de arquivo decorrente da avaliação, que consiste na aplicação de um método de seleção ou de amostragem.
<i>Tri</i>	FR	Dictionnaire de terminologie archivistique	Direction des Archives de France	2002	Direction des Archives de France, 2002	Operação que consiste em separar, no âmbito de uma avaliação, num conjunto de documentos, aqueles que devem ser preservados devido ao seu interesse histórico ou patrimonial daqueles destinados à eliminação, sendo esta uma das três possibilidades de tratamento final dos documentos disponíveis numa tabela de arquivo (<i>table d'archivage</i>)
<i>Selection</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Processo formal pelo qual um arquivo elimina o material sob a sua custódia. Tal material pode ser selecionado porque foi reavaliado e considerado inadequado para estar nos seus fundos documentais, ou porque o proprietário legal solicitou a devolução permanente de materiais, ou a instituição compromete-se a transferir os materiais para outro repositório.
<i>Selection</i>	EN	A glossary of archival and records terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p. 356	Processo de identificação de materiais a serem preservados devido a seu valor duradouro, especialmente os materiais a serem transferidos fisicamente para um arquivo, mas também o processo de escolha de materiais para exposição, publicação ou reformatação.
<i>Selección</i>	ES	Lenguaje y Vocabulario Archivísticos	Heredia Herrera	2011	Heredia Herrera, 2011, p. 165	Última fase ou processo da avaliação (<i>valoración</i>) documental que permite, depois da determinação dos valores dos documentos, especificar e planear quais as séries documentais a conservar total ou parcialmente para o futuro, e quais podem ser eliminadas, quando e onde.
<i>Sélection</i>	FR	PIAF 2.0 Portail International Archivistique Française. Glossaire	Association Internationale des Archives Francophones	2015	Association Internationale des Archives Francophones, 2015	Modalidade de triagem que consiste na escolha, para efeito de conservação permanente, de alguns documentos de um conjunto documental, com base em critérios qualitativos.
<i>Seleção</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 14	Operação decorrente da avaliação e que consiste em separar os documentos de arquivo de conservação permanente daqueles que poderão ser objeto de eliminação.
<i>Reappraisal</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Processo de reavaliar fundos arquivísticos para determinar que documentos de arquivo devem ser mantidos e quais devem ser eliminados.
<i>Reappraisal</i>	EN	A glossary of archival and records terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p. 326	Dois tipos de reavaliação, sendo que a que se refere a arquivos é considerada o processo de identificação de materiais que já não merecem ser preservados e que são candidatos a serem alienados, enquanto que, no âmbito da gestão documental, diz respeito ao processo de revisão de materiais para reapreciar a sua conservação.
<i>Reappraisal</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 197	Reavaliação dos fundos arquivísticos ou parte de um fundo de um arquivo de uma organização para determinar o que deve e o que não deve ser sujeito a remoção (<i>de-accessioning</i> no original).
<i>Disposition</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p. 124	(Diplomática) Parte de um registo ou informação de arquivo que expressa a vontade ou o juízo do autor

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Disposition</i>	EN	Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part V	Duranti	1991	Duranti, 1991	(Diplomática) Elemento intrínseco da forma documental que concilia a essência do texto de um documento que narra a expressão da vontade do autor e a ação do registo.
<i>Disposition</i>	EN	InterPARES 2 Terminology Database	InterPARES	2007	InterPARES, 2007	Destruição final ou transferência para um arquivo do material, tal como definido no âmbito da sua avaliação.
<i>Disposition</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p. 124	Destruição final ou transferência para um arquivo do material, tal como definido no âmbito da sua avaliação.
<i>Disposition</i>	EN	Glossary of Records and Information Management Terms	ARMA International	2007	ARMA International, 2007	Ação administrativa final relativa à informação de arquivo, incluindo a destruição, transferência para outra entidade, ou a preservação permanente.
<i>Disposition</i>	EN	ISO 15489-1:2001 ISO 15489-1:2016	International Organization for Standardization (ISO)	2001, 2016	ISO, 2001, 2016	Conjunto de processos relacionados com a aplicação das decisões sobre prazos de retenção, conservação, eliminação ou transferência de informação de arquivo, consignadas em instrumentos legais de avaliação arquivística (<i>disposition authorities</i> no original) ou outros instrumentos reguladores.
<i>Disposition Disposal</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 197	Conjunto de processos associados com a aplicação de decisões de retenção, destruição ou transferência de informação de arquivo, e que estão documentados em instrumentos legais de avaliação arquivística (<i>disposition authorities</i> no original) ou outros instrumentos.
<i>Destino</i>	PT	NP 4438-1:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005b, p. 9	Conjunto de processos relacionados com a aplicação das decisões sobre prazos de retenção, conservação, eliminação ou transferência de informação de arquivo, consignadas em regulamentos de conservação arquivística ou outros instrumentos reguladores.
<i>Disposición</i>	ES	UNE-ISO 15489-1:2016	AENOR	2016	AENOR, 2016	Conjunto de processos relacionados com a aplicação das decisões sobre prazos de retenção, conservação, eliminação ou transferência de informação de arquivo, consignadas em regulamentos de conservação arquivística (<i>calendarios de conservación</i> no original) ou outros instrumentos reguladores.
<i>Destinação</i>	PT	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional (Brasil)	2005	Arquivo Nacional 2005	Decisão, com base na avaliação, quanto ao encaminhamento de documentos para guarda permanente, descarte ou eliminação.
<i>Disposição</i>	PT	Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Electrónico.	Faria e Pericão	2008	Faria e Pericão, 2008, p. 399	Prescrição Legal.
<i>Prescrição de Documento</i>	PT	Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Electrónico.	Faria e Pericão	2008	Faria e Pericão, 2008, p. 997	Perda do valor probatório do documento derivada do fim da necessidade do mesmo para fins administrativos, mantendo somente valor histórico.
<i>Sort Final</i>	FR	Dictionary of Archival Terminology (DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Destino de um documento aquando da expiração do prazo de utilidade administrativa, consubstanciado na destruição ou conservação em arquivos definitivos.
<i>Sort Final</i>	FR	Nouveau Glossaire de L'archivage	Chabin	2010	Chabin, 2010	Devir físico dos documentos arquivados no fim do prazo de conservação é, na maioria dos casos, a destruição ou, para uma minoria de documentos, a transferência para os arquivos históricos.
<i>Sort Final</i>	FR	ICA-Req: Principes et Exigences Fonctionnelles pour L'archivage dans un Environnement Électronique	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2010	ICA, 2010	Possíveis destinos dos documentos ao aplicar as decisões de conservação, destruição ou transferência de documentos arquivados, de acordo com as regras estabelecidas no referencial de conservação ou noutras ferramentas.
<i>Sort Final</i>	FR	Moreq 2 - Exigences types pour la maîtrise de l'archivage électronique	DLM-Forum	2008	DLM-Forum, 2008	Conjunto de operações para aplicar a conservação definitiva, a destruição ou a transferência de documentos arquivados, de acordo com as regras de conservação/destruição.

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Eliminación</i>	ES	Multilingual Archival Terminology	Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e InterPARES	2016	(ICA e InterPARES, 2016)	Associação feita a <i>Sort Final</i> no ICA e InterPARES, 2016.
<i>Disposal</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p.124	Transferência de informação de arquivo, especialmente informação de arquivo não-corrente, para o seu estado final, seja a destruição ou transferência para um arquivo.
<i>Disposal</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Ações tomadas em relação à informação de arquivo não-corrente após a sua avaliação e expiração se os prazos de conservação estiverem de acordo com a legislação, regulamentação ou procedimento administrativo. As ações incluem transferência para arquivos ou destruição. Nos Estados Unidos, o descarte também é conhecido como “ <i>disposition</i> ”.
<i>Destruction</i>	FR	Dictionnaire des archives: français-anglais-allemand : de l'archivage aux systèmes d'information	Ecole Nationale des Chartes e Association Française de Normalisation (AFNOR)	1991	Ecole Nationale des Chartes e Association Française de Normalisation, 1991, p. 83	Operação física da eliminação de informação de arquivo cuja conservação não se justifica.
<i>Destruction</i>	FR	ICA-Req: Principes et Exigences Fonctionnelles pour L'archivage dans un Environnement Électronique	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2010	ICA, 2010	Processo de eliminação ou supressão de documentos sem possibilidade de recuperação [de dados].
<i>Destruction</i>	FR	Nouveau Glossaire de L'archivage	Chabin	2010	Chabin, 2010	Ação para suprimir documentos de maneira irreversível, pela aplicação das opções finais de “ <i>disposition</i> ” enunciadas no referencial de conservação.
<i>Destruction</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 5	Processo de eliminar ou apagar documentos ou outros objetos materiais, de forma a impossibilitar qualquer reconstrução.
<i>Disposition Date (ou Disposal Date)</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Data em que as ações especificadas relativamente ao destino devem ser iniciadas conforme especificado numa tabela de documentos (<i>records schedule</i> no original).
<i>Disposition Date (ou Disposal Date)</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p. 124	Momento especificado numa tabela documental (<i>records schedule</i> no original), em que a informação de arquivo registada deve ser destruída ou transferida para um arquivo.
<i>Délai d'élimination</i>	FR	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Período em que os documentos podem ser eliminados de acordo com a tabela de triagem (<i>tableau de tri</i> no original).
<i>Date d'élimination</i>	FR	Dictionnaire de Terminologie Archivistique	Direction des Archives de France	2002	Direction des Archives de France, 2002	Data (ano) em que se pode proceder à eliminação de um documento ou conjunto de documentos, por ter atingido o fim da sua utilidade administrativa e não ter interesse histórico.
<i>Data de destinação</i>	PT	Multilingual Archival Terminology	Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e InterPARES	2016	ICA e InterPARES, 2016	Associação feita a <i>Disposition Date/Disposal Date</i> no ICA & InterPARES, 2016.

Termo	Língua	Publicação	Autor	Data	Dados de Publicação	Definição
<i>Fecha de Eliminación</i>	ES	Multilingual Archival Terminology	Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e InterPARES	2016	ICA e InterPARES, 2016	Associação feita a <i>Disposal date</i> no ICA, 2004.
<i>Fecha de Transferencia</i>	ES	Multilingual Archival Terminology	Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e InterPARES	2016	ICA e InterPARES, 2016	Associação feita a <i>Disposal date</i> no ICA, 2004.
<i>Plazo de Eliminación</i>	ES	Multilingual Archival Terminology	Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e InterPARES	2016	ICA e InterPARES, 2016	Associação feita a <i>délai d'élimination</i> no ICA, 2004.
<i>Disposition Schedule</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Documento que descreve a documentação de uma instituição, entidade ou unidade orgânica, definindo um calendário ou tabela de temporalidade para o seu ciclo de vida, e fornecer autorização para a sua eliminação (<i>disposition</i> no original).
<i>Disposition Schedule</i>	EN	InterPARES 2 Terminology Database	InterPARES	2007	InterPARES, 2007	Documento de fornece descrição de uma série documental e/ou classe e especifica a sua eliminação (<i>disposition</i> no original) autorizada.
<i>Retention Schedule</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p.347	Documento que identifica e descreve a documentação de uma organização, normalmente ao nível das séries, fornecendo instruções para a eliminação (<i>disposition</i> no original) dos documentos ao longo do seu ciclo de vida.
<i>Retention Schedule</i>	EN	Glossary of Records and Information Management Terms	ARMA Internacional	2007	ARMA International, 2007	Lista abrangente de séries documentais, indicando para cada uma delas o período de tempo em que deve ser mantido e a sua eliminação (<i>disposition</i> no original).
<i>Disposal Schedule</i> <i>Retention Schedule</i> <i>Records Schedule</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 152	Documento que descreve a informação de arquivo de uma organização para estabelecer prazos de conservação (<i>retention periods</i> no original) e fornecer autorização para a sua eliminação (<i>disposal</i> no original).
<i>General Records Schedule</i> <i>General Schedule</i> <i>Common Records Schedule</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 153	Tabela de temporalidade que regulamenta séries documentais específicas de informação de arquivo comum a várias ou à totalidade dos organismos ou unidades administrativas de um organismo.
<i>Disposition Authority</i>	EN	ISO 15489-1	International Organization for Standardization (ISO)	2016	ISO 15489-1:2016	Instrumento que define as ações de eliminação (<i>disposition</i> no original) que são autorizadas para documentos de arquivo específicos.
<i>Calendrier de Conservation</i>	FR	Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine	Couture	1999	Couture, 1999, p. 117	Ferramenta de gestão - totalmente integrada no procedimento administrativo, na medida em que faz parte das operações de gestão da organização em questão - que reúne as regras de conservação que uma instituição adota para otimizar a conservação dos seus arquivos.
<i>Tabela de Seleção</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 14	Instrumento que fixa os prazos e condições da conservação permanente e/ou da eliminação dos documentos de um arquivo.
<i>Tabela de Temporalidade</i>	PT	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional (Brasil)	2005	Arquivo Nacional, 2005	Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos.

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Calendario de Conservación</i>	ES	Lenguaje y Vocabulario Archivísticos: Algo más que un diccionario	Heredia Herrera	2011	Heredia Herrera, 2011, p. 55	Instrumento oficial para servir de referência no momento de uma proposta de eliminação ou de justificar uma eliminação direta e para cumprir os prazos das transferências.
<i>Tabla de Valoración</i>	ES	Lenguaje y Vocabulario Archivísticos: Algo más que un diccionario	Heredia Herrera	2011	Heredia Herrera, 2011, p.174	Instrumento que estabelece os prazos de conservação e de transferência de uma série determinada juntamente com os requisitos para o acesso.
<i>Eliminação</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 13	Operação decorrente da avaliação que consiste na destruição dos documentos que foram considerados sem valor arquivístico. O processo a utilizar na eliminação deve assegurar a impossibilidade de reconstituir os documentos eliminados (por exemplo: corte, incineração, maceração e trituração)
<i>Eliminação</i>	PT	NP 4438-1: 2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005b, p. 9	Processo de destruir ou apagar documentos, de forma irreversível.
<i>Eliminação</i>	PT	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional (Brasil)	2005	Arquivo Nacional, 2005	Destruição de documentos que, na avaliação, foram considerados sem valor permanente.
<i>Descarte</i>	PT	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional (Brasil)	2005	Arquivo Nacional, 2005	Exclusão de documentos de arquivo após avaliação.
<i>Destrucción</i>	ES	UNE-ISO 15489-1:2016	AENOR	2016	AENOR, 2016	Processo de eliminação ou apagamento de documentos de arquivo, impossibilitando por completo qualquer tentativa reconstrução dos mesmos.
<i>Destruction</i>	EN	ISO 15489-1:2016	International Organization for Standardization (ISO)	2016	ISO, 2016	Processo de eliminação ou apagamento de documentos de arquivo, impossibilitando por completo qualquer tentativa reconstrução dos mesmos.
<i>Destruction</i>	FR	Dictionnaire des archives : français-anglais-allemand : de l'archivage aux systèmes d'information	Ecole Nationale des Chartes e Association Française de Normalisation (AFNOR)	1991	(Ecole Nationale des Chartes e Association Française de Normalisation, 1991, p. 83)	Operação material de eliminação dos documentos cuja conservação não se justifica.
<i>Destruction</i>	FR	ICA-Req: Principes et Exigences Fonctionnelles pour L'archivage dans un Environnement Électronique	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2010	ICA, 2010	Processo de eliminação ou supressão de documentos sem qualquer possibilidade de recuperação.
<i>Destruction</i>	FR	Nouveau Glossaire de L'archivage	Chabin	2010	Chabin, 2010	Ação de suprimir os documentos de maneira irreversível pela aplicação das decisões de destino final.
<i>Valor Arquivístico</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 10	Valor atribuído a um documento de arquivo ou outra unidade arquivística, para efeitos de conservação permanente num serviço de arquivo. Resulta do seu valor probatório e/ou da relevância do seu valor informativo.
<i>Conservação Permanente</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 12	Custódia por tempo ilimitado dos documentos de arquivo.
<i>Permanent Value</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p.290	Utilidade ou importância continuada dos documentos de arquivo, com base nas informações administrativas, legais, fiscais, probatórias ou históricas que eles contêm, e que justificam sua preservação contínua.

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Valor Permanente</i>	ES	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Valores – administrativo, fiscal, legal, intrínseco, evidencial e/ou informacional – que justificam a retenção indefinida ou permanente dos documentos de arquivo.
<i>Primary Value</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 84	Valor que os documentos, informação de arquivo, ou arquivos possuem, em virtude dos seus conteúdos e por suportarem continuamente as transações dos negócios que motivaram a sua produção.
<i>Administrative Value</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 84	Valor primário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para a condução dos negócios administrativos.
<i>Fiscal Value</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 84	Valor primário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para a condução dos negócios financeiros ou fiscais ou sua evidência.
<i>Legal Value</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 84	Valor primário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para a condução dos negócios legais ou para evidência legal.
<i>Secondary Value</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 85	Valor que os documentos, informação de arquivo, ou arquivos possuem, em virtude dos seus conteúdos, para outras pessoas ou organizações que não os seus produtores.
<i>Evidential Value</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 85	Valor secundário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para fornecer evidência da origem, funções e atividades do produtor.
<i>Information Value</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 85	Valor secundário dos documentos, informação de arquivo, ou arquivos para referência e investigação que deriva da informação que contém.
<i>Intrinsic Value</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 85	Valor inerente aos documentos ou outros objetos materiais que não a fonte da informação explicitamente expressa/declarada.
<i>Pré-Arquivagem</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 12	Designação tradicionalmente atribuída ao conjunto de operações de avaliação, seleção, eliminação e organização dos arquivos intermédios.
<i>Prazo de Retenção</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 14	Período fixado para a permanência dos documentos de arquivo no serviço de arquivo corrente, antes da sua eliminação ou transferência para o serviço de arquivo intermédio ou definitivo.
<i>Prazo de Conservação</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 13	Período fixado para a custódia dos documentos de arquivo por um serviço de arquivo.

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Deaccession</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p.107	Processo pelo qual um arquivo, museu ou biblioteca remove de forma permanente materiais que que integravam o seu acervo.
<i>De-accessioning</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 179	Processo de remoção formal de um documento de uma coleção ou acumulação de documentos.
<i>Deaccession</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Processo pelo qual um arquivo remove formalmente documentos de sua custódia-
<i>Withdrawal</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Devolução ou retorno de documentos da custódia física e legal dos arquivos para a entidade produtora ou a sua sucessora ou, no caso de arquivos ou documentos privados, aos seus proprietários.
<i>Withdrawal</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 115	Documento ou item retirado de uma coleção durante o período do relatório.
<i>Withdrawal</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 179	Retorno/devolução da custódia física e legal de documentos dos arquivos, bibliotecas ou museus à entidade de origem ou o seu sucessor, ou, no caso de depósitos, ao seu proprietário.
<i>Sortie Définitive</i>	FR	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Devolução ou retorno de documentos da custódia física e legal dos arquivos para a entidade produtora ou a sua sucessora ou, no caso de arquivos ou documentos privados, aos seus proprietários.
<i>Restitution</i>	FR	Moreq 2 - Exigences types pour la maîtrise de l'archivage électronique	DLM-Forum	2008	DLM-Forum, 2008	Apresentação de um documento arquivado eletronicamente fornecido pelo sistema de arquivo eletrônico a um utilizador-
<i>Restitution</i>	FR	Dictionnaire de Terminologie Archivistique	Direction des Archives de France	2002	Direction des Archives de France, 2002, p. 31	Entrega de arquivos mantidos num serviço de arquivo ao proprietário original-
<i>Amostragem</i>	PT	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional (Brasil)	2005	Arquivo Nacional, 2005	Técnica de seleção em que, de um dado conjunto de documentos, elege-se um subconjunto representativo do todo.
<i>Amostragem</i>	PT	Dicionário de Terminologia Arquivística	Alves	1993	Alves, 1993, p. 5	Critério de avaliação que tem por base a conservação de documentos considerados representativos do arquivo a que pertencem.
<i>Sampling</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Seleção de itens de um conjunto de documentos de arquivo, que é feita de tal forma que, o grupo de documentos selecionados é considerado representativo do conjunto documental.
<i>Sampling</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 197	Seleção de itens de um conjunto de informação de arquivo para expressar a totalidade desse conjunto.
<i>Sampling</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p.351	(Estatística) Processo de seleção de itens de uma coleção para representação da totalidade da coleção.

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Muestreo</i>	ES	Lenguaje y Vocabulario Archivísticos: Algo más que un diccionario	Heredia Herrera	2011	(Heredia Herrera, 2011, p. 141)	Técnica de seleção segundo critérios sistemáticos (numéricos, alfabéticos, topográficos ou qualitativos) de uma certa proporção de documentos em representação de um conjunto.
<i>Échantillonnage</i>	FR	PIAF 2.0 Portail International Archivistique Française. Glossaire	Association Internationale des Archives Francophones	2015	Association Internationale des Archives Francophones, 2015	Forma particular de avaliação visando reter um certo número de documentos que se estima serem representativos de um conjunto cujo seu volume não justifica conservar integralmente.
<i>Conservação</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 11	Função primordial do serviço de arquivo que tem por objetivo assegurar a manutenção das características essenciais dos arquivos/documentos de modo a garantir a sua eficácia através do tempo. Exerce-se mediante recurso à avaliação, recolha, custódia, preservação, conservação física, restauro e tratamento arquivístico.
<i>Conservação</i>	PT	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional (Brasil)	2005	Arquivo Nacional, 2005	Promoção da preservação e da restauração dos documentos.
<i>Conservação Permanente</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 12	Custódia por tempo ilimitado dos documentos de arquivo.
<i>Conservación</i>	ES	Lenguaje y Vocabulario Archivísticos: Algo más que un diccionario	Heredia Herrera	2011	Heredia Herrera, 2011, pp. 73–74	Função arquivística que afeta os edifícios e as instalações dos arquivos e os documentos que eles contêm e é composta por todas as ações preventivas e de curadoria para manter as boas condições umas das outras.
<i>Conservation</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p. 87	Reparação ou estabilização de materiais através de tratamento químico ou físico para garantir a sua sobrevivência na sua forma original o maior tempo possível, ou a profissão dedicada à preservação dos bens culturais para o futuro através da exame, documentação, tratamento e cuidados preventivos, suportados pela investigação e educação.
<i>Conservation</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Componente de preservação que lida com o tratamento físico ou químico de documentos.
<i>Conservation</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 254	Medidas e ações de preservação aplicadas para prevenir, travar ou atrasar a deterioração de um documento ou outro objeto material, podendo consistir em conservação preventiva ou conservação corretiva/de remediação.
<i>Conservation</i>	FR	Nouveau Glossaire de L'archivage	Chabin	2010	Chabin, 2010	Obrigação legal ou regulamentar de manter à disposição das autoridades ou da comunidade certos documentos que servem de evidência das atividades de uma empresa ou organização em vários domínios regulamentados: gestão financeira, saúde, meio ambiente, património histórico, etc; Conjunto das operações técnicas que permitem manter os objetos documentais (independentemente do suporte), preservar a integridade e garantir o acesso ao conteúdo.
<i>Preservação</i>	PT	NP 4438-1: 2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005b, p. 10	Processos e operações necessárias para assegurar a sobrevivência de documentos autênticos através do tempo.
<i>Preservação</i>	PT	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional (Brasil)	2005	Arquivo Nacional, 2005	Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.
<i>Preservation</i>	EN	InterPares 2 Terminology database	InterPares	2007	InterPARES, 2007	Conjunto de princípios, políticas, regras e estratégias que visa prolongar a existência de um objeto, mantendo-o em condições adequadas para uso, seja no seu formato original ou num um formato mais persistente, mantendo intacta a forma intelectual do objeto.

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Preservation</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Totalidade dos processos e operações envolvidos na estabilização e proteção de documentos contra danos ou deterioração e no tratamento de documentos danificados ou deteriorados. preservação também pode incluir a transferência de informações para outro suporte, como microfílm.
<i>Preservation</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, pp. 304–305	Disciplina profissional de proteção de materiais, pela minimização da deterioração e danos químicos e físicos, para minimizar a perda de informação e prolongar a vida útil dos bens culturais, o ato de evitar danos, deterioração ou destruição, especialmente através de tratamento não invasivo, a obrigação de proteger informação de arquivo e outro material potencialmente relevante para questões probatórias e sujeitos a descoberta.
<i>Preservation</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 68	Todas as medidas aplicadas, incluindo decisões financeiras e estratégicas, para manter a integridade e aumentar a vida de documento ou coleções.
<i>Préservation</i>	FR	Dictionnaire de Terminologie Archivistique	Direction des Archives de France	2002	Direction des Archives de France, 2002, p. 28	Anglicismo associado à noção de preservação às funções de conservação preventiva e material.
<i>Préservation</i>	FR	Terminologie archivistique de base proposé aux étudiants	Université de Montréal, École de bibliothéconomie et des sciences de l'information	1999	Université de Montréal, École de bibliothéconomie et des sciences de l'information, 1999	Termo genérico referente a todos os processos e medidas destinados a garantir a proteção física dos arquivos contra todos os agentes de deterioração.
<i>Preservação Digital</i>	PT	Recomendações para a Produção de Planos de Preservação Digital	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e Bibliotecas (Portugal)	2011	Barbedo, Corujo, e Sant'Ana, 2011	Conjunto de atividades desenvolvidas com o fim de aumentar a vida útil da informação de arquivo, salvaguardando a utilização operacional e protegendo-os das falhas de suportes, perda física e obsolescência tecnológica. Conjunto de atividades que promovem a acessibilidade continuada aos conteúdos. Conjunto de atividades que assistem na preservação do conteúdo intelectual, forma, estilo, aparência e funcionalidade.
<i>Preservação Digital</i>	PT	Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrónicos	Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (Brasil)	2016	CONARQ, 2016	Conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário.
<i>Preservación Digital</i>	ES	Lenguaje y Vocabulario Archivísticos: Algo más que un diccionario	Heredia Herrera	2011	Heredia Herrera, 2011, pp. 149–150	Processos de conservação, migração de formatos eletrónicos e outros processos orientados para a conservação permanente dos documentos eletrónicos.
<i>Digital Preservation</i>	EN	InterPARES 2 Terminology Database	InterPARES	2007	InterPARES, 2007	Processo específico para manutenção de materiais digitais durante e ao longo das diferentes gerações de tecnologia ao longo do tempo, independentemente da sua localização.
<i>Digital Preservation</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 257	Armazenamento, manutenção e acesso digital relativo a um objeto digital a longo prazo, usualmente como consequência da aplicação de uma ou mais estratégias de preservação.

FONTE - Produção própria (2018), de acordo com AENOR (2016), Alves (1993), ARMA International (2007), Arquivo Nacional (2005), Association Internationale des Archives Francophones (2015), Barbedo et al. (2011), Chabin (2010), Conselho Internacional de Arquivos (2004a, 2010), Conselho Internacional de Arquivos e InterPARES (2016), Conselho Nacional de Arquivos (2016), Couture (1999), Direction des Archives de France (2002), DLM-Forum (2008), Duranti (1991), École Nationale des Chartes e Association Française de Normalisation (1991), Faria e Pericão (2008), Heredia Herrera (2011), Instituto Português de Qualidade (2005a, 2005b), International Organization for Standardization (2001, 2016, 2017a), InterPARES (2007), Pearce-Moses (2005), Université de Montréal. École de bibliothéconomie et des sciences de l'information (1999).

2.2. Terminologia Referente à Informação Eletrónica

Após a contextualização terminológica referente à avaliação e dos conceitos relacionados, apresenta-se uma exploração acerca da Informação Eletrónica e dos termos que com ela se relacionam e/ou estão associados.

O projeto *InterPares* identifica o termo eletrónico como dispositivos ou tecnologia com associação ou emprego de correntes de baixa voltagem e circuitos integrados ou componentes em estado sólido, geralmente destinados à transmissão e/ou processamento de dados analógicos ou digitais (InterPARES, 2007). A este termo era feito equivaler, na língua inglesa, o termo **electronic**, que a *Society of American Archivists* relaciona com a utilização de aparelhos, que operam por intermédio de cargas elétricas (Pearce-Moses, 2005, p. 140). Nos países francófonos, existe o termo equivalente *électronique*, que se refere ou corresponde a dispositivos, circuitos ou sistemas que utilizam a ação dos eletrões (Governo do Canadá, 2016). O Quadro 4 apresenta a comparação desses termos e conceitos.

Quadro 4 – Quadro Comparativo Terminológico-Conceptual – Eletrónico e Termos Equivalentes

Termo	Língua	Publicação	Autor	Data	Dados de Publicação	Definição
<i>Electronic</i>	EN	InterPARES 2 Terminology Database	InterPARES	2007	InterPARES, 2007	Dispositivos ou tecnologia com associação ou emprego de correntes de baixa voltagem e circuitos integrados ou componentes em estado sólido, geralmente destinados à transmissão e/ou processamento de dados analógicos ou digitais.
<i>Electronic</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p. 140	Utilização de aparelhos que operam por intermédio de cargas elétricas.
<i>Électronique</i>	FR	TERMIUM Plus - The Government of Canada's terminology and linguistic data bank.	Governo do Canadá	2016	Governo do Canadá, 2016	Dispositivos, circuitos ou sistemas que utilizam a ação dos eletrões.

FONTE - Produção própria (2018), de acordo com Governo do Canadá (2016), InterPARES (2007) e Pearce-Moses (2005)

Assim, com base nessa perspetiva, surge o termo informação digital que se refere à “informação que se encontra codificada de forma binária, podendo ser lida por um computador, ligando isto à documentação digital” (Faria & Pericão, 2008, p. 667). O documento eletrónico é aquele que é “elaborado mediante processamento eletrónico de dados ou suporte informático com informação computadorizada que pode ser decodificada por meio de uma máquina” (Faria & Pericão, 2008, p. 410), aludindo ao recurso eletrónico que inclui como “...informação (dados e/ou programas) codificada para ser tratada por

computador. Esta informação compreende os documentos utilizáveis com a ajuda de um periférico (...) ligado ao computador e os serviços em linha (por exemplo os diálogos eletrónicos, os fóruns, as listas de discussão, os sítios *World Wide Web*. Documento legível por computador, qualquer que seja a sua apresentação física, o seu modo de acesso ou o seu conteúdo”. No plural refere-os como “...recursos informativos com acesso eletrónico: bases de dados, programas interativos, catálogos de referências bibliográficas, etc.” (Faria & Pericão, 2008, pp. 1047–1048), e ao registo eletrónico como o “conjunto de dados acerca de um item armazenados num computador, constando, em geral, de quatro elementos: conteúdo, estrutura, contexto e apresentação” (Faria & Pericão, 2008, p. 1060). Este termo aparenta ser equivalente ao termo anglo-saxónico *electronic resource*, o recurso que pode ser armazenado na forma de sinais elétricos, usualmente num computador (International Organization for Standardization, 2017a, p. 91). O Documento Eletrónico, de acordo com a norma NP4041:2005, é um “documento existente sob uma forma eletrónica acessível pela tecnologia informática. A forma de um documento eletrónico original obedece a requisitos próprios de validação como, por exemplo, a assinatura digital” (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 7). A maioria das definições deste termo (em língua francesa surge como *document électronique*) incluem os documentos, que se apresentam de forma eletrónica (DLM Forum, 2008), documentos em suporte eletrónico ou somente acessíveis por equipamentos eletrónicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais (Arquivo Nacional, 2005), ou mesmo “informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico” (Conselho Nacional de Arquivos, 2016). Em Espanha, o *Portal Administración Electrónica* (Secretaría General de Administración Digital, 2016) considera o Documento eletrónico como informação de qualquer natureza em forma eletrónica, arquivada num suporte eletrónico segundo um formato determinado e suscetível de identificação e tratamento diferenciado. Cruz-Mundet (2011b, p. 149) remete para essa definição legal, mas também o caracteriza como documento gerado, gerido, conservado e transmitido por meios eletrónicos, informáticos ou telemáticos, sempre que incorporem dados assinados eletronicamente.

No âmbito específico do termo anglo-saxónico *electronic records*, usualmente traduzido como informação ou documento de arquivo eletrónico, estes são referenciados no documento *MoReq* como documento de arquivo sob forma eletrónica (Comissão Europeia, 2001), enquanto o ICA os aponta como documento (ou informação) de arquivo, que se

encontra num suporte eletrónico, ligando-os aos documentos de arquivo/ficheiros legíveis por máquinas (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a). A *Society of American Archivists* considera-os dados ou informação capturados e fixados para armazenamento e manipulação num sistema automatizado e que requer a utilização do sistema para torná-lo inteligível por uma pessoa (Pearce-Moses, 2005, p. 141), sendo que o *Bureau of Canadian Archivists* os apresenta especificamente como informação de arquivo codificada para manipulação por um computador (Bureau of Canadian Archivists, 2008).

Digno de nota é também o apontamento do *Council of State Archivists* (2009), que embora indique apenas o termo *records*, refere que, no âmbito da gestão documental, este termo refere-se a qualquer material, que documente uma transação ou atividade de um processo de negócio, seja esse material um documento, mapa, fotografia, entre outros. No entanto, quando usado no âmbito das tecnologias digitais da informação, este mesmo termo refere-se a uma coleção de itens individuais numa base de dados que compõe um conjunto completo de informações, exemplificando que um registo (*record* no original) para descrição de uma pessoa incluiria nome, endereço, telefone número, entre outros elementos. Perceciona-se que este apontamento permite verificar a amplitude da informação de arquivo eletrónico, dado que cada vez mais se utilizam registos de bases de dados como forma de documentar as transações e atividades decorrentes dos processos de negócio.

O documento *MoReq2010* (DLM Forum, 2011) amplia a definição inicial, afirmando tratar-se de Informação como factos conhecidos por uma pessoa ou organização. Quando a informação fornece evidência das atividades ou transações de negócio da organização, ela deve ser capturada como um documento de valor arquivístico (*record* em inglês). Os documentos de arquivo de uma organização podem ser descritos como um subconjunto da informação disponível para a organização. A informação pode ser gerida por um sistema de informação (SI) e os documentos de arquivo podem ser geridos por um tipo de SI especializado conhecido por sistema gestão de documentos de arquivo. Um sistema de gestão de informação de arquivo implementa funcionalidades específicas que o tornam adequado para a gestão de documentos de arquivo. Ainda de acordo com o *MoReq2010*, o adjetivo eletrónico significa que tem uma representação puramente digital, que é armazenada e transmitida eletronicamente. O projeto *InterPares* enfatiza os elementos técnicos, ao apresentar uma definição que identifica o termo como documento de arquivo analógico ou digital, que consiste numa mensagem elaborada com base em impulsos eletrónicos que podem ser armazenados num dispositivo, com a intenção de ser transmitida através de um

canal ou rede, e reconstruída em linguagem natural ou forma original por intermédio de equipamentos eletrónicos, que são essenciais para tornar a informação novamente inteligível por uma pessoa (InterPARES, 2012). Em 2016, o Arquivo Nacional da Austrália veio especificar que se trata de informação de arquivo criada, comunicada e/ou mantida por meio de equipamentos eletrónicos, e que embora esse termo se possa referir a materiais analógicos (p. ex., cassetes de vídeo), refere-se geralmente a informação de arquivo mantida em formato digital em suportes magnéticos ou óticos (National Archives of Australia, 2016). Mais recentemente, a norma ISO 5127:2017 refere que o *electronic record* é informação de arquivo legível por máquinas (*machine-readable record* no original) ou informação de arquivo armazenada num suporte legível por máquina (*machine-readable medium* no original) (International Organization for Standardization, 2017a, p. 92).

No Brasil, este termo é feito equivaler ao Documento Arquivístico Eletrónico, como “documento eletrónico reconhecido e tratado como um documento arquivístico (Conselho Nacional de Arquivos, 2016, p. 21). Em Espanha, Heredia Herrera (2011, p. 93) apresenta o *Documento Electrónico de Archivo* como o documento de arquivo produzido eletronicamente, e que contém informação de qualquer natureza registada num suporte eletrónico com um formato suscetível de identificação e tratamento diferenciado e com dados de identificação, que permitam a sua individualização, podendo ser administrativo (expedido) e privado (recebido por particulares), e ser formado eletronicamente de origem ou ser uma reprodução eletrónica do documento em papel. No caso português, este termo era feito corresponder a documento de arquivo eletrónico nas traduções do *MoReq* (Henriques, Gomes, Barbedo, & Lagoas, 2002) e do Estudo ICA 16 (Conselho Internacional de Arquivos, 2005). No entanto, a investigação que decorreu no âmbito do desenvolvimento das *Recomendações para a Produção de Planos de Preservação Digital* (Barbedo et al., 2011) permitiu concluir que o termo "documento de arquivo" era limitativo quando se queria aludir a outro, como a que existe nos sistemas de informação e que não correspondem a documentos. Tal levou ao surgimento da Informação de Arquivo Eletrónica (IAE), identificada como “Conjunto de dados e/ou objetos digitais (p. ex. ficheiros num repositório de um SI) integrados num SI, e que são produzidos e/ou utilizados no âmbito das atividades da organização e servem de prova às atividades dessa organização” (Barbedo et al., 2011, p. 106). Considerando que, no âmbito da língua portuguesa, este termo exprime com maior rigor o significado de *record* na literatura internacional mais recente, optamos, nesta tese, preferencialmente pela sua utilização. Apresenta-se no Quadro 5 uma síntese comparativa

dos conceitos relativos à Informação Eletrónica e termos equivalentes.

Em paralelo, é também utilizado o termo *digital*, considerado como uma representação de dados como variáveis discretas sob a forma de caracteres numéricos, como em um relógio digital ou em um computador digital (National Archives and Records Administration, 1990), como representação de informação através de uma sequência de unidades discretas, especialmente código binário (Pearce-Moses, 2005, pp. 115–116) ou, de outra forma, relacionado com dados codificados como uma série de uns e zeros para utilização em computadores (ARMA International, 2007). O projeto *InterPares* aborda esse termo, definindo-o como representação de um objeto ou processo físico por intermédio de valores numéricos diferenciados - discretos ou descontínuos - geralmente valores numéricos binários (bits), de acordo com um código ou convenção pré-estabelecidos. Ao contrário de uma representação analógica de um objeto ou processo físico, a representação digitalmente codificada nunca se assemelha ao original (InterPARES, 2007, 2012).

O Modelo de Referência OAIS (ISO, 2012) introduz o conceito de Objeto Digital, referido como um objeto composto por um conjunto de sequências de bit. Esse documento considera informação todo o tipo de conhecimento que pode ser trocado, sendo que numa troca essa Informação é representada por dados. Um exemplo disso é um conjunto ou cadeia de bits (os dados) acompanhados por uma descrição de como interpretar esse conjunto de bits como números que representam observações de temperatura medidos em graus Celsius (a Informação de Representação). Esta abordagem da informação como conhecimento faz remeter, no âmbito da Organização e Gestão do Conhecimento, para a definição de Buckland (1991) de Informação como Conhecimento, de algo intangível.

Quadro 5 – Quadro Comparativo Terminológico-Conceptual – Informação Eletrónica e Termos Equivalentes em Distintas Línguas

Termo	Língua	Publicação	Autor	Data	Dados de Publicação	Definição
<i>Informação Digital</i>	PT	Dicionário do Livro	Faria e Pericão	2008	Faria e Pericão, 2008, p. 667	Informação que se encontra codificada de forma binária, podendo ser lida por um computador, ligando isto à documentação digital.
<i>Documento Eletrónico</i>	PT	Dicionário do Livro	Faria e Pericão	2008	Faria e Pericão, 2008, p. 410	Elaborado mediante processamento eletrónico de dados ou suporte informático com informação computadorizada que pode ser descodificada por meio de uma máquina.
<i>Documento Eletrónico</i>	PT	NP 4041:2005	Instituto Português de Qualidade (IPQ)	2005	IPQ, 2005a, p. 7	Documento existente sob uma forma eletrónica acessível pela tecnologia informática. A forma de um documento eletrónico original obedece a requisitos próprios de validação como, por exemplo, a assinatura digital.
<i>Document Électronique</i>	FR	Moreq 2 - Exigences types pour la maîtrise de l'archivage électronique	DLM-Forum	2008	DLM-Forum, 2008	Documentos que se apresentam de forma eletrónica.
<i>Documento Eletrónico</i>	PT	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional (Brasil)	2005	Arquivo Nacional, 2005	Documentos em suporte eletrónico ou somente acessíveis por equipamentos eletrónicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais
<i>Documento Eletrónico</i>	PT	Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrónicos	Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (Brasil)	2016	CONARQ, 2016	Informação registada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrónico
<i>Documento Electrónico</i>	ES	Portal Administración Electrónica	Secretaría General de Administración Digital	2016	Secretaría General de Administración Digital, 2016	Informação de qualquer natureza em forma eletrónica, arquivada num suporte eletrónico segundo um formato determinado e suscetível de identificação e tratamento diferenciado
<i>Documento Electrónico</i>	ES	Diccionario de Archivística	Cruz Mundet	2011	Cruz Mundet, 2011, p. 149	Informação de qualquer natureza em forma eletrónica, arquivada num suporte eletrónico segundo um formato determinado e suscetível de identificação e tratamento diferenciado; Documento gerado, gerido, conservado e transmitido por meios eletrónicos, informáticos ou telemáticos, sempre que incorporem dados assinados eletronicamente.
<i>Recurso Eletrónico</i>	PT	Dicionário do Livro	Faria e Pericão	2008	Faria e Pericão, 2008, pp. 1047–1048	Informação (dados e/ou programas) codificada para ser tratada por computador. Esta informação compreende os documentos utilizáveis com a ajuda de um periférico (...) ligado ao computador e os serviços em linha (por exemplo os diálogos eletrónicos, os fóruns, as listas de discussão, os sítios world wide web. Documento legível por computador, qualquer que seja a sua apresentação física, o seu modo de acesso ou o seu conteúdo.
<i>Recursos Eletrónicos</i>	PT	Dicionário do Livro	Faria e Pericão	2008	Faria e Pericão, 2008, pp. 1047–1048	Recursos informativos com acesso eletrónico: bases de dados, programas interativos, catálogos de referências bibliográficas, etc.
<i>Electronic Resource</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 91	Recurso que pode ser armazenado na forma de sinais elétricos, usualmente num computador.
<i>Registo Eletrónico</i>	PT	Dicionário do Livro	Faria e Pericão	2008	Faria e Pericão, 2008, p. 1060	Conjunto de dados acerca de um item armazenados num computador, constando, em geral, de quatro elementos: conteúdo, estrutura, contexto e apresentação.
<i>Electronic Records</i>	EN	MoReq	Comissão Europeia	2001	Comissão Europeia, 2001	Documento de arquivo sob forma eletrónica.

<i>Termo</i>	Língua	Publicação	Autor	Data	Dados de Publicação	Definição
<i>Electronic Records</i>	EN	MoReq 2011	DLM-Forum	2011	DLM-Forum, 2011	Informação como factos conhecidos por uma pessoa ou organização. Quando a informação fornece evidência das atividades ou transações de negócio da organização, ela deve ser capturada como um documento de valor arquivístico (<i>record</i> em inglês). Os documentos de arquivo de uma organização podem ser descritos como um subconjunto da informação disponível para a organização. A informação pode ser gerida por um sistema de informação (SI) e os documentos de arquivo podem ser geridos por um tipo de SI especializado conhecido por sistema gestão de documentos de arquivo. Um sistema de gestão de informação de arquivo implementa funcionalidades específicas que o tornam adequado para a gestão de documentos de arquivo. Ainda de acordo com o moreq2010, o adjetivo eletrónico significa que tem uma representação puramente digital, que é armazenada e transmitida eletronicamente.
<i>Electronic Record</i>	EN	Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2004	ICA, 2004	Documento (ou informação) de arquivo que se encontra num suporte eletrónico, ligando-os aos documentos de arquivo/ficheiros legíveis por máquinas.
<i>Electronic Records</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p. 141	Dados ou informação capturados e fixados para armazenamento e manipulação num sistema automatizado e que requer a utilização do sistema para torná-lo inteligível por uma pessoa.
<i>Electronic Records</i>	EN	Rules for Archival Description	Bureau of Canadian Archivists	2008	Bureau of Canadian Archivists, 2008	Informação de arquivo codificada para manipulação por um computador.
<i>Records (nas TICs)</i>	EN	Council of State Archivists Key Terms Webpage	Council of State Archivists	2014	Council of State Archivists, 2014	Coleção de itens individuais numa base de dados que compõe um conjunto completo de informações, exemplificando que um registo (<i>record</i> no original) para descrição de uma pessoa incluiria nome, endereço, telefone número, etc.
<i>Electronic Records</i>	EN	InterPARES 3 Terminology Database	InterPARES	2012	InterPARES, 2012	Documento de arquivo analógico ou digital, que consiste numa mensagem elaborada com base em impulsos eletrónicos que podem ser armazenados num dispositivo, com a intenção de ser transmitida através de um canal ou rede, e reconstruída em linguagem natural ou forma original por intermédio de equipamentos eletrónicos que são essenciais para tornar a informação novamente inteligível por uma pessoa.
<i>Electronic Records</i>	EN	Glossary of Records Management Terms	National Archives of Australia	2016	National Archives of Australia, 2016	Informação de arquivo criada, comunicada e / ou mantida por meio de equipamentos eletrónicos, e que embora esse termo se possa referir a materiais analógicos (p. Ex., cassetes de vídeo), refere-se geralmente a informação de arquivo mantida em formato digital em suportes magnéticos ou óticos.
<i>Electronic Record</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 92	Informação de arquivo legível por máquinas (<i>machine-readable record</i> no original) ou informação de arquivo armazenada num suporte legível por máquina (<i>machine-readable medium</i> no original).
<i>Documento Arquivístico Eletrónico</i>	PT	Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrónicos	Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (Brasil)	2016	CONARQ, 2016, p. 21	(Equivale a <i>electronic record</i>) Documento eletrónico reconhecido e tratado como um documento arquivístico.
<i>Documento Electrónico de Archivo</i>	ES	Lenguaje y Vocabulario Archivísticos: Algo más que un diccionario	Heredia Herrera	2011	Heredia Herrera, 2011, p. 93	(Equivale a <i>electronic record</i>) Documento de arquivo produzido eletronicamente, e que contém informação de qualquer natureza registada num suporte eletrónico com um formato suscetível de identificação e tratamento diferenciado e com dados de identificação que permitam a sua individualização, podendo ser administrativo (expedido) e privado (recebido por particulares), e ser formado eletronicamente de origem ou ser uma reprodução eletrónica do documento em papel.

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Documento de Arquivo Eletrónico</i>	PT	Programa SIADE - Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos - 2. Modelo de requisitos para a gestão de arquivos electrónicos	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IANTT) e Instituto de Informática	2002	Henriques, Gomes, Barbedo, e Lagoas, 2002	(Equivale a <i>electronic record</i>) Um documento de arquivo que se encontra em formato eletrónico. Nota: um documento de arquivo pode estar em formato eletrónico em consequência de ter sido produzido através de software de aplicações ou por meio de digitalização. Por exemplo, digitalizando-se com um scâner documentos em papel ou microforma.
<i>Documento de Arquivo Eletrónico</i>	PT	Estudo ICA 16: Documentos de arquivo electrónicos: Manual para arquivistas	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	2005	ICA, 2005	(Equivale a <i>electronic record</i>) Documentos produzidos em sistemas buróticos ou ambientes de rede (ou seja, documentos electrónicos, incluindo bases de dados, objetos de qualquer tipo ou formato que resultem de atividades e transações de organizações e indivíduos).
<i>Informação de Arquivo Eletrónica</i>	PT	Recomendações para a Produção de Planos de Preservação Digital	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Portugal)	2011	Barbedo, Corujo, e Sant'Ana, 2011, p 106	(Equivale a <i>electronic record</i>) Conjunto de dados e/ou objetos digitais (p. Ex. Ficheiros num repositório de um SI) integrados num SI, e que são produzidos e/ou utilizados no âmbito das atividades da organização e servem de prova às atividades dessa organização.

FONTE - Produção própria (2018), de acordo com Arquivo Nacional (2005), Barbedo et al. (2011), Bureau of Canadian Archivists (2008), Comissão Europeia (2001), Conselho Internacional de Arquivos (2004a, 2005), Conselho Nacional de Arquivos (2016), Council of State Archivists (2009), Cruz Mundet (2011b), DLM-Forum (2008, 2011), Faria e Pericão (2008), Heredia Herrera (2011), Henriques et al. (2002), Instituto Português de Qualidade (2005a), International Organization for Standardization (2001, 2016, 2017a), InterPARES (2007, 2012), National Archives of Australia (2016), Pearce-Moses (2005), Secretaría General de Administración Digital (2016).

Nesta linha, surge o termo documento digital, considerado um “documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional” (Arquivo Nacional, 2005, p. 75) ou “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional (Conselho Nacional de Arquivos, 2016, p. 21). Tal equivale ao *digital document* que a ISO 5127:2017 refere como unidade de informação com um conteúdo definido que foi alvo de digitalização ou que foi produzido originalmente em forma digital. Tal inclui livros eletrônicos, patentes eletrônicas, documentos audiovisuais em rede e outros documentos quando em forma digital, como relatórios documentos cartográficos e musicais, *preprints*. A norma exclui explicitamente desta definição as bases de dados e as publicações em série eletrônicas, e refere que um documento digital pode ser estruturado em um ou mais ficheiros e que consiste em um ou mais unidades de conteúdo (International Organization for Standardization, 2017a, p. 90).

Tal definição encontra-se em sintonia com as relativas ao termo *digital record* (informação ou documento de arquivo digital), apresentado como dados ou informação que foi capturada e fixada para armazenamento e manipulação num sistema automatizado e que requer o uso do sistema para o tornar inteligível por uma pessoa (Pearce-Moses, 2005, pp. 118, 141), ou informação digital que é tratada e gerida como informação de arquivo (InterPARES, 2007). No Brasil, este termo é feito equivaler a Documento Arquivístico Digital, que é um “Documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (Conselho Nacional de Arquivos, 2016, p. 21).

O Quadro 6 apresenta a comparação entre os conceitos e termos associados ao Digital.

No âmbito dos países francófonos, percebe-se a utilização preferencial do termo *Numérique*, cuja versão francesa do documento *Moreq2* considera ser a qualidade das informações construídas com base em dígitos ou números e não usando grandezas ou quantidades contínuas (DLM Forum, 2008). No Quebec, refere-se a quaisquer dados que tenham um número limitado e predeterminado de valores discretos e que sejam representados por números, assim como os processos e os dispositivos baseados neste tipo de dados (Office Québécoise de la Langue Française, 2012).

Quadro 6 – Quadro Comparativo Terminológico-Conceptual – Digital e Termos Associados em Distintas Línguas

Termo	Língua	Publicação	Autor	Data	Dados de Publicação	Definição
<i>Digital</i>	EN	Managing Electronic Records	National Archives and Records Administration (NARA)	1990	NARA, 1990	Representação de dados como variáveis discretas sob a forma de caracteres numéricos, como num relógio digital ou num computador digital.
<i>Digital</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, pp. 115-116	Representação de informação através de uma sequência de unidades discretas, especialmente código binário.
<i>Digital</i>	EN	Glossary of Records and Information Management Terms	ARMA International	2007	ARMA International, 2007	Dados codificados como uma série de uns e zeros para utilização em computadores.
<i>Digital</i>	EN	InterPARES 2 Terminology Database; InterPARES 3 Terminology Database	InterPARES	2007, 2012	InterPARES, 2007, 2012	Representação de um objeto ou processo físico por intermédio de valores numéricos diferenciados - discretos ou descontínuos - geralmente valores numéricos binários (bits), de acordo com um código ou convenção pré-estabelecidos. Ao contrário de uma representação analógica de um objeto ou processo físico, a representação digitalmente codificada nunca se assemelha ao original.
<i>Digital Object</i>	EN	ISO 14721	International Organization for Standardization (ISO)	2012	ISO 14721:2012	Objeto composto por um conjunto de sequências de bit. Esse documento considera informação todo o tipo de conhecimento que pode ser trocado, sendo que numa troca essa informação é representada por dados. Um exemplo disso é um conjunto ou cadeia de bits (os dados) acompanhados por uma descrição de como interpretar esse conjunto de bits como números que representam observações de temperatura medidos em graus celsius (a informação de representação).
<i>Documento Digital</i>	PT	Dicionário brasileiro de terminologia arquivística	Arquivo Nacional (Brasil)	2005	Arquivo Nacional, 2005, p. 75	Documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional.
<i>Documento Digital</i>	PT	Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos	Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (Brasil)	2016	CONARQ, 2016, p. 21	Informação registada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.
<i>Digital Document</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 90	Unidade de informação com um conteúdo definido que foi digitalização ou que foi produzido originalmente em forma digital.
<i>Digital Record</i>	EN	A Glossary of Archival and Records Terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, pp. 118, 141	(Equivalente a <i>electronic record</i>) Informação ou documento de arquivo digital), apresentado como dados ou informação que foi capturada e fixada para armazenamento e manipulação num sistema automatizado e que requer o uso do sistema para o tornar inteligível por uma pessoa.
<i>Digital Record</i>	EN	InterPARES 2 Terminology Database;	InterPARES	2007	InterPARES, 2007	Informação digital que é tratada e gerida como informação de arquivo.
<i>Documento Arquivístico Digital</i>	PT	Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos	Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (Brasil)	2016	CONARQ, 2016, p. 21	(Equivalente a <i>digital record</i>) Documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico.

FONTE - Produção própria (2018), de acordo com ARMA International (2007), Arquivo Nacional (2005), Conselho Nacional de Arquivos (2016), International Organization for Standardization (2012, 2017a), InterPARES (2007, 2012), National Archives of Australia (2016), National Archives and Records Administration, (1990), Pearce-Moses (2005).

Recentemente, o ICA e o projeto *InterPares* avançaram com uma definição conjunta de *information numérique*, como conteúdo criado, manipulado, disseminado, armazenado e utilizado de forma digital, por intermédio de ferramentas informáticas (Conselho Internacional de Arquivos & InterPARES, 2016).

Outro termo francófono, que transparece com alguma antiguidade, é o de *archives informatiques*, que nos anos 80 do século passado era identificado como conjunto de documentos tradicionais e documentos geralmente codificados, legíveis apenas por máquina, registados em suportes como discos, tambores ou bandas magnéticas ou cartões ou fitas perfuradas, incluindo os documentos preparatórios, folhas de notas de coleta, os documentos de processamento e os produtos de saída obtidos informaticamente (Walne, 1988). Já neste século é definido como documentos produzidos ou recebidos por um organismo no exercício das suas atividades e armazenados como registos de informação eletrónicos, em suportes como fitas magnéticas, discos magnéticos, discos óticos, entre outros, que só podem ser lidos por através de uma máquina (Direction des Archives de France, 2002).

Este termo aparenta ter alguma equivalência com o termo anglo-saxónico *electronically stored information*, elemento que, de acordo com *The Sedona Conference* (2010), é referenciado no *United States Federal Rules of Civil Procedure* como informação que é armazenada eletronicamente, independentemente do suporte ou se ele se encontra no formato original de criação, ao contrário de armazenado em papel. Muito recentemente, foi definido como conteúdo criado, manipulado, comunicado, mantido e utilizado em formato digital, requerendo o uso de *hardware* e *software* de computador, constatando-se igualmente que este termo não é utilizado no contexto brasileiro (Conselho Internacional de Arquivos & InterPARES, 2016), não se encontrando também na literatura portuguesa e espanhola.

O termo *machine-readable record* remete para os registos de informação de arquivo criados e mantidos de tal modo que a informação que contêm é inacessível sem a ajuda de máquina adequada, como por exemplo, gravações de som (discos e cassetes), gravações de vídeo e fitas e discos de computador (Ellis, 1993). Para o ICA (Conselho Internacional de Arquivos, 2004a; Naugler, 1984, p. 14), consistem em Registos de informação/ficheiros de arquivo, geralmente em código, gravados em suportes como disco magnético, fita magnética ou cartão / fita perfurada, cujo conteúdo só é acessível por máquina e organizado de acordo com o princípio de proveniência, distinto dos ficheiros de dados. Na prática, refere-se a conteúdos que se encontram num suporte ou formato que requer um dispositivo mecânico

para o tornar inteligível para os seres humanos (Pearce-Moses, 2005, p. 237), mais precisamente, informação digitalizada e codificada que, para ser compreendida, tem de ser traduzida por um computador ou outro tipo de equipamento (ARMA International, 2007). Importa indicar que a norma ISO 5127:2017 faz equivaler *machine-readable record* a *electronic record*, já mencionado anteriormente como Informação de arquivo armazenada num suporte legível por máquina (*machine-readable medium* no original) (International Organization for Standardization, 2017a, p. 92).

O Quadro 7 apresenta a comparação destes termos internacionais associados à Informação Eletrónica.

Quadro 7 – Quadro Comparativo Terminológico-Conceptual – Outros Termos Internacionais Associados a Informação Eletrônica

<i>Termo</i>	<i>Língua</i>	<i>Publicação</i>	<i>Autor</i>	<i>Data</i>	<i>Dados de Publicação</i>	<i>Definição</i>
<i>Numérique</i>	FR	Moreq 2 - Exigences types pour la maîtrise de l'archivage électronique	DLM-Forum	2008	DLM-Forum, 2008	Qualidade das informações construídas com base em dígitos ou números e não usando grandezas ou quantidades contínuas.
<i>Numérique</i>	FR	La grande dictionnaire terminologique	Office Québécoise de la Langue Française	2012	Office Québécoise de la Langue Française, 2012	Quaisquer dados que tenham um número limitado e predeterminado de valores discretos e que sejam representados por números, assim como os processos e dispositivos baseados neste tipo de dados.
<i>Information Numérique</i>	FR	Multilingual Archival Terminology	Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e InterPARES	2016	ICA e InterPARES, 2016	Conteúdo criado, manipulado, disseminado, armazenado e utilizado de forma digital, por intermédio de ferramentas informáticas.
<i>Archives Informatiques</i>	FR	Dictionary of Archival Terminology / Dictionnaire de terminologie archivistique	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	1988	Walne, 1988	Conjunto de documentos tradicionais e documentos geralmente codificados, legíveis apenas por máquina, registados em suportes como discos, tambores ou bandas magnéticas ou cartões ou fitas perfuradas, incluindo os documentos preparatórios, folhas de notas de coleta, os documentos de processamento e os produtos de saída obtidos informaticamente.
<i>Archives Informatiques</i>	FR	Dictionnaire de Terminologie Archivistique	Direction des Archives de France	2002	Direction des Archives de France, 2002	Documentos produzidos ou recebidos por um organismo no exercício das suas atividades e armazenados como registos de informação eletrônicos, em suportes como fitas magnéticas, discos magnéticos, discos óticos, etc., e que só podem ser lidos por através de uma máquina.
<i>Electronically Stored Information</i>	EN	Glossary: E-Discovery & Digital Information management	United States Federal Rules of Civil Procedure; The Sedona Conference	2010	The Sedona Conference (2010)	Informação que é armazenada eletronicamente, independentemente do suporte ou se ele se encontra no formato original de criação, ao contrário de armazenado em papel.
<i>Electronically Stored Information</i>	EN	Multilingual Archival Terminology	Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e InterPARES	2016	ICA e InterPARES, 2016	Conteúdo criado, manipulado, comunicado, mantido e utilizado em formato digital, requerendo o uso de hardware e software de computador.
<i>Machine-Readable Record</i>	EN	Keeping Archives, 2.ªed.	Ellis	1993	Ellis, 1993	Registos de informação de arquivo criados e mantidos de tal modo que a informação que contém é inacessível sem a ajuda de máquina adequada, como por exemplo, gravações de som (discos e cassetes), gravações de vídeo e fitas e discos de computador.
<i>Machine-Readable Record</i>	EN	The Archival Appraisal of Machine-Readable Records: A RAMP Study with Guidelines; Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III)	Conselho Internacional de Arquivos (ICA)	1994 2004	Naugler, 1984, p. 14; ICA, 2004;	Registos de informação/ficheiros de arquivo, geralmente em código, gravados em suportes como disco magnético, fita magnética ou cartão / fita perfurada, e cujo conteúdo só é acessível por máquina e organizado de acordo com o princípio de proveniência, distinto dos ficheiros de dados.
<i>Machine-Readable Record</i>	EN	A glossary of archival and records terminology	Society of American Archivists	2005	Pearce-Moses, 2005, p. 237	Conteúdos que se encontram num suporte ou formato que requer um dispositivo mecânico para o tornar inteligível para os seres humanos.
<i>Machine-Readable Record</i>	EN	Glossary of Records and Information Management Terms	ARMA International	2007	ARMA International, 2007	Informação digitalizada e codificada que, para ser compreendida, tem que ser traduzida por um computador ou outro tipo de equipamento.
<i>Machine-Readable Record</i>	EN	ISO 5127:2017	International Organization for Standardization (ISO)	2017	ISO, 2017a, p. 92	Equivalente a <i>electronic record</i> . Informação de arquivo armazenada num suporte legível por máquina (<i>machine-readable medium</i> no original).

FONTE - Produção própria (2018), de acordo com ARMA International (2007), Conselho Internacional de Arquivos (2004a), Conselho Internacional de Arquivos e InterPARES (2016), Direction des Archives de France (2002), DLM-Forum (2008), Ellis (1993), International Organization for Standardization (2017a), Naugler (1984), Office Québécoise de la Langue Française (2012) Pearce-Moses (2005), The Sedona Conference (2010), Walne (1988)

2.3. “Documento Eletrónico” ou “Informação Eletrónica”?

Com base nestes elementos apresentados, é possível aventar que a escolha do termo informação em detrimento do termo documento se baseia na percepção de que a definição de informação é mais abrangente, porque o conceito de documento é redutor e quase que se resume ou falsamente nos leva ao contexto tradicional, ao passo que a informação nos leva aos conteúdos e nos afasta do suporte, havendo situações em que a produção de registos eletrónicos refere-se a conteúdos que não estão estruturados nem são apresentados da mesma forma que documentos. Isto é reforçado pela ISO 5127:2017, que refere que *digital document* não inclui as bases de dados (International Organization for Standardization, 2017a, p. 90), enquanto faz corresponder *electronic record* a qualquer informação de arquivo legível por máquinas (*machine-readable record* no original) ou informação de arquivo armazenada num suporte legível por máquina (International Organization for Standardization, 2017a, p. 92). Aqui se incluem muitos dos sistemas eletrónicos de informação que vão substituindo os tradicionais processos documentais para apoio da condução dos processos de negócio das organizações, e que têm no seu cerne bases de dados. Destes sistemas podem ser retiradas certidões a partir da informação neles registada, sendo tais certidões consideradas documentos, mas pela própria complexidade e relações entre entidades em sede do sistema de gestão de bases de dados, dificilmente será possível transferir para documento toda a informação passível de ser usada nas diversas atividades exercidas com apoio do dito sistema. Esta opção pelo termo eletrónico relativamente ao termo digital prende-se com facto de o Digital se reduzir a uma classe de informação produzida mais recentemente, e enquadrada no âmbito dos documentos eletrónicos, sendo esta, pois, a definição mais abrangente.

Outro aspeto prende-se com o facto, já referido no Capítulo 1, de haver uma generalização da utilização de sistemas eletrónicos de informação como ferramentas por parte das organizações no âmbito do desenvolvimento das suas atividades. De igual forma, aludiu-se ao facto de esses sistemas de informação estarem sustentados por SGBD baseados em esquemas relacionais de Entidade-Relação, substanciado em conjuntos de tabelas interligadas, onde são armazenados os dados que são registados, utilizados e comunicados. Estes sistemas não permitem o tratamento da informação de arquivo da mesma maneira que é feita com a informação de arquivo em suporte papel/analógica, porque levaria à corrupção

da base de dados e mal funcionamento do sistema de informação.

De igual forma é necessário debruçarmo-nos sobre a informação constante em SI eletrónicos ou proveniente dos aparelhos de comunicações móveis com informação de arquivo, porque, como se viu no Capítulo 1, se verifica uma falta de reconhecimento por parte dos arquivistas ou da generalidade da organização, e os poucos estudos que abordaram os problemas de como avaliar, fornecer acesso e preservar esses materiais, tornam pertinente tratar das questões de avaliação, aquisição, preservação, autenticidade e descrição dos registos de informação de arquivo gerados por este e outros tipos de aparelhos móveis (Caswell, 2009).

Também transparece no Capítulo 1 que autores como Cook (1995) e Schwartz (1995) percecionam que as técnicas e o pensamento arquivísticos estão construídas à volta de uma prática analógica e, conseqüentemente, que os arquivistas têm mentes analógicas (de papel) quando têm de lidar com realidades eletrónicas, em que as primeiras apreendem um contexto textual, da palavra escrita, e as segundas apresentam um contexto [áudio]visual (Cook, 1995, pp. 301–302; Schwartz, 1995, p. 43).

A perspetiva aqui apresentada parece ser consensual com as afirmações de autores como Kaczmarek (2007), que referem que a proliferação de materiais nadodigitais e digitalizações de materiais analógicos tem trazido dificuldades em termos de delimitação das coleções de recursos intelectuais ou informacionais de forma precisa e constante (imutável), e que tal dificuldade se amplia com a tal proliferação de materiais digitais. Nesta lógica, perceciona-se que, no universo digital, é difícil fazer conjuntos (físicos) de informação registada, tal como o eram concebidos em formatos analógicos, como é o caso das séries documentais. A autora propõe, como solução para a questão da definição de delimitações de coleções digitais com flexibilidade, o desenvolvimento de novas estratégias e/ou abordagens de partilha de responsabilidades de gestão de coleções, com recurso à colaboração em rede dos profissionais da informação.

Se por um lado os gestores documentais/arquivistas não percecionam os registos dos SI baseados em SGBD ou produzidos por aparelhos de comunicação móvel como informação de arquivo [ou desenvolvem instrumentos que pretendem a aplicar a essa informação, mas que continua a partir de uma lógica de enquadramento analógico], as próprias organizações nem sempre consideram essa informação como sendo de arquivo, no sentido em que requer as mesmas operações que são aplicadas à informação de cariz analógico produzida no âmbito das suas atividades. Talvez seja essa uma das razões pelas

quais a produção e desenvolvimento de SI digitais não tem em conta os requisitos que a informação de arquivo deve cumprir. As organizações não consideram que a informação constante nos SI digitais é de arquivo, não a encarando também como elemento de prova e memória das instituições, logo não é considerada património.

Estes elementos aqui considerados afiguram-se presentes ao processo de avaliação de informação de arquivo, tornando-o mais complexo, dificultando também o seu planeamento e a sua execução.

No campo da eletrónica, considera-se que a eletrónica digital funciona só com valores binários⁷, enquanto que a eletrónica analógica funciona como sinal contínuo variável⁸. Transportando esta questão para o âmbito da informação, podemos afirmar que informação digital será aquela que é codificada binariamente e muitas vezes identificada como amostragem de informação de informação analógica, pelo que a informação eletrónica diz respeito a um conjunto mais extenso de informação. Tal é corroborado por António (2009, p. 33), relativamente a uma época em que só existiam os documentos eletrónicos (e logo informação eletrónica), e o fenómeno físico de movimento de eletrões usado para registar a informação, gravada em suportes magnéticos analógicos, e que atualmente a codificação digital e o refrescamento para suportes digitais, cujos equipamentos, apesar de baseados em circuitos elétricos e eletrónicos, utilizam uma representação interna da informação essencialmente digital. No entanto, ao contrário do que este autor considera, verifica-se a adequação terminológica, que distinga informação eletrónica de informação digital, em que a primeira engloba a segunda, na medida em que a informação eletrónica a ser alvo de avaliação arquivística não está limitada a registos digitais. Mais uma vez se alude à diferenciação apresentada pela norma ISO 5127:2017 entre *digital document*, que considera não incluir as bases de dados (International Organization for Standardization, 2017a, p. 90), e *electronic record* (International Organization for Standardization, 2017a, p. 92), entendendo-se o termo *record* como [registo de] informação de arquivo. Assim este trabalho pretende analisar informação eletrónica, porque ela pode estar em armazenamento que pode ser lido analogicamente, ou pode estar em armazenamento que pode ser lido digitalmente.

⁷ Nos circuitos digitais, o nível lógico binário (1 e 0) correspondem a +5V ou 0V.

⁸ Ou seja, por gama de valores contínuos como 1V, 2V, 3V, etc.

Tal faz transparecer a centralidade da informação perspectivada como registo num suporte. De facto, e apesar de Silva (2006) considerar que o atributo eletrónico qualifica o suporte e não o conteúdo no que respeita ao documento e logo, a informação, eletrónica, afirma-se a necessidade de indicar a importância do suporte no âmbito desta investigação, elemento necessário para o registo da informação que se pretende objeto de avaliação, e que em sede de arquivo requer a sua permanência, por intermédio de variadas estratégias.

É pertinente indicar que, no âmbito da questão de a avaliação de informação de arquivo incidir sobre suporte ou o conteúdo, parece prevalecer este último. Aqui também se verifica determinante, no que diz respeito à avaliação, a adoção do termo informação em detrimento do termo documento.

Sendo a avaliação usualmente feita em relação a conjuntos de informação/documentos, e não a informação/documentos individuais, considera-se que os aspetos anteriormente apresentados ampliam problemáticas no âmbito das agregações, nomeadamente as séries documentais. Sendo uma série documental uma:

“unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originariamente, foi dada uma ordenação sequencial, de acordo com um sistema de recuperação da informação. Em princípio, os documentos de cada série correspondem ao exercício de uma mesma função ou actividade, dentro de uma mesma área de actuação” (Instituto Português de Qualidade, 2005a, p. 29).

Como se pode constatar nas portarias de avaliação de documentos, peças legislativas que fixam os regulamentos de gestão documental em Portugal, os prazos de conservação administrativa e o destino final das entidades do sector público, que seguem regras e princípios que remontam ao manual holandês⁹, as decisões de avaliação, tradicionalmente, afetavam a série como um todo. Mas, atualmente, com os processos de negócio, verifica-se que as propostas se encaminham no sentido de eliminar documentação de suporte. O termo utilizado deixa de ser a série e passa a ser a agregação (de documentos), termo mais abrangente, baseado no MoReq, que a define como uma acumulação de documentos/registos de informação de arquivo que, no seu conjunto, podem existir num nível acima do de

⁹ Tal verifica-se, por exemplo, na aplicação de elementos derivados das regras de organização de documentos de arquivo, indicados nesse Manual, na classificação que surge nas Tabelas de Seleção dessas Portarias. Essas regras baseiam-se no princípio da Proveniência, orientado para os órgãos administrativos, na leitura que Thomassen (1999) faz do Manual Holandês.

documento/registo de informação simples. Estas agregações podem refletir relações como propriedades ou atributos partilhados, ou a existência de relações sequenciais entre documentos/registos de informação de arquivo relacionados (DLM Forum, 2011, p. 196),

O MoReq 2010 também surge da perceção de mudança de uma tendência de um modelo de repositório centralizado único onde o sistema de gestão documental/de informação de arquivo de cada organização captura documentos/registos de informação de arquivo para dentro do seu armazenamento de dados, vindos de uma variedade de fontes externas, incluindo utilizadores e outros sistemas de (gestão de processos de) negócio, para uma tendência em expansão, de arquiteturas alternativas. Estas arquiteturas alternativas podem caracterizar-se por um sistema de gestão documental/de informação de arquivo sem armazenamento, que gere os documentos/informação de arquivo *in situ* dentro dos sistemas de (gestão de processos de) negócio de onde têm origem, em vez de os duplicar no seu repositório centralizado (o que evita redundâncias de informação). Outra arquitetura alternativa é a adoção de controlos de documentação/informação de arquivo por parte do próprio sistema de (gestão de processos de) negócio, que passa a ser, simultaneamente, um sistema de gestão documental/de informação de arquivo, embora se preste somente à gestão de um conjunto específico de documentação/informação de arquivo capturada ou gerada por esse mesmo sistema de (gestão de processos de) negócio (DLM Forum, 2011, pp. 18–19).

Apresenta-se, no Quadro 8, uma síntese da comparação apresentada.

Quadro 8 – Comparação entre o Documento Eletrónico e a Informação Eletrónica

Documento Eletrónico	Informação Eletrónica
Como documento, está delimitado por elementos diplomáticos.	Mais abrangente do que os elementos diplomáticos do documento.
Recurso a sistemas de dedicados para a sua gestão (sistemas de gestão de documentos).	Proveniência de diversos SI e aparelhos de comunicação móveis. Pode existir ser gerido em qualquer sistema tecnológico de informação.
Limitado a processos documentais (no âmbito das atividades das organizações).	O sistema tecnológico de informação pode emitir certidões que podem ser considerados documentos eletrónicos. Crescente contexto tecnológico baseado em sistema de gestão de bases de dados.
Crescente reconhecimento por parte dos profissionais de arquivo.	Falta de reconhecimento por parte dos profissionais de arquivo, generalidade da organização. Existência de poucos estudos sobre como gerir informação derivada das novas plataformas e aparelhos de comunicação móvel.
Organizados, normalmente, em séries documentais.	Novas propostas de organização orientada para a agregação.

FONTE: Produção própria, baseado em António (2009), Caswell (2009), Cook (1995), DLM Forum (2011), International Organization for Standardization (2017a), Instituto Português de Qualidade (2005a), Kaczmarek (2007), Schwartz (1995), Silva (2006)

2.4. Terminologia Referente à Análise Funcional

A introdução da perspectiva da gestão e de uma abordagem funcional é um outro aspeto a referir, pelo impacto que tem causado na teoria e prática arquivísticas, incluindo na avaliação, e cujo aspeto mais visível é uma mudança de tendência de um discurso documental, associado também a uma dimensão orgânica, para um discurso funcional. Esta situação é constatável pela profusão de normas internacionais no âmbito da informação e documentação que têm sido publicadas nos últimos quinze anos, como é o caso da ISO/TR 26122:2008, a ISO 15489:2016, a ISO 21946:2018 as séries ISO 30300 e ISO 23081 e ISO 16175 (ISO, 2008, 2010, 2011a, 2016, 2017b, 2018), que dizem respeito à gestão de informação produzida, recebida, utilizada e avaliada pelas organizações no âmbito do desempenho das suas funções. A título de exemplo, a ISO/TR 26122:2008 (ISO, 2008) apresenta uma hierarquia de termos relativos à análise de processos de negócio para documentos/informação de arquivo. Esta hierarquia contempla, de forma descendente, a função; a agregação de processos; o processo; a operação ou a transação (Quadro 9).

Quadro 9 – Hierarquia de Termos para a Análise Funcional no Âmbito da Norma ISO/TR 26122:2008

Termo	Exemplo 1 (numa Universidade)	Exemplo 2 (num consultório médico)
Função	Investigação	Serviço a pacientes
Agregação de Processos	Financiamento da investigação	Examinação, diagnóstico e tratamento dos pacientes
Processo ou Atividade	Aprovação dos pedidos de financiamento de investigação	Examinação de um paciente
Operação ou Transação	Apresentação de um pedido de financiamento para investigação	Entrega ao paciente de uma receita de medicamentos

FONTE - (ISO, 2008), adaptado.

Tendo em conta a existência desta hierarquia terminológica, dá-se conta, neste contexto, do surgimento de propostas, como é o caso da emanada do órgão coordenador da política arquivística portuguesa no âmbito dos projetos relativos à Macroestrutura Funcional para a Administração Pública (MEF), Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA) e a Lista Consolidada (LC) (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2019), em que se constata a mudança de uma abordagem centrada nos documentos, em que as agregações no âmbito da classificação respeitavam os documentos integrados numa estrutura orgânico-funcional (numa hierarquia descendente poderíamos ter, dentro de um fundo, uma secção ou subfundo; série; processo documental; subsérie; subprocesso documental; documento simples) para uma abordagem de âmbito funcional, que integra a Função; Processo de Negócio; Atividade e Ato. Desta forma, e em termos de

equivalência, as distintas materializações de cada processo de negócio são feitas equivaler às séries documentais, sendo que cada ocorrência do processo de negócio está materializada no processo documental que lhe diz respeito, em que cada ocorrência da atividade desse processo de negócio está dentro do subprocesso, e cada ato tem como vestígio o documento/registo de informação de arquivo simples (vide Quadro 10). O processo de negócio é assim a “sucessão ordenada de atividades interligadas, desempenhadas para atingir um resultado definido (produto ou serviço), no âmbito de uma função”, enquanto que o processo documental é uma “agregação de documentos gerados por atos praticados durante a tramitação de uma ocorrência de um processo de negócio” (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013c, pp. 11, 15). Esta mudança de tendência prende-se com o facto de a organização da documentação/informação representar a sequência da sua produção, estando agregada de acordo com essa lógica, e também porque a análise do negócio/função da entidade é cada vez mais usada em alternativa à abordagem baseada no conteúdo dos documentos ou no levantamento da sua disposição física. Isto oferece vantagens para o conhecimento e a representação do que a organização faz, indo para além da visão limitada que é imposta pela forma como o serviço ou unidade orgânica dispõe os documentos (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013c, p. 10). Neste aspeto considera-se pertinente especificar que esta proposta de relação entre o “discurso funcional” e “discurso documental” da autoridade arquivística portuguesa considera o termo “atividade” se encontra subordinado ao termo “processo”, enquanto que a ISO/TR 26122:2008 considera que o termo “processo” é sinónimo de “atividade” (International Organization for Standardization, 2008). Por outro lado, também há que ter em conta que um processo pode dar lugar a várias séries documentais.

Quadro 10 – Proposta Terminológica da Abordagem de Âmbito Funcional do Órgão Coordenador da Política Arquivística Portuguesa

Discurso Funcional	Discurso Documental	Classificação
<i>Função</i>	Secção (subfundo)	Classe de 1.º / 2.º nível
<i>Processo de negócio</i>	Série	Classe de 3.º nível
<i>Cada ocorrência do processo de negócio</i>	Processo documental	
<i>Atividade</i>	[Subsérie]	[Classe de 4.º nível]
<i>Cada ocorrência da atividade</i>	[Subprocesso]	
<i>Ato</i>	Documento simples	

FONTE - (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013c)

3. ANÁLISE TEÓRICA E TÉCNICA:

ESTRATÉGIAS E/OU ABORDAGENS DE AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE ARQUIVO

Pretende-se, neste capítulo, abordar a avaliação arquivística no seio da literatura científica internacional. Para tal, estruturou-se uma análise que foi efetuada a estratégias e/ou abordagens internacionalmente reconhecidos, com o fim de identificar que fatores, alternativas e soluções propõem para a avaliação da informação de arquivo, no que se refere ao que conservar, como, porquê, por quanto tempo, com que meios e consequências. Para além das Escolas Clássicas e das perspetivas pós-modernas onde decorre o contraste entre os modelos de *Records Lifecycle* e de *Records Continuum* analisa-se um instrumento normativo técnico para a avaliação a ISO/TR 21946:2018 (ISO, 2018), e que constitui uma proposta recente emanada de um organismo internacional de normalização. Considerou-se também apresentar nesta análise a perspetiva teórica e estudos académicos em sede de estratégias e/ou abordagens da avaliação de origem espanhola, brasileira e portuguesa, e ainda as perspetivas académicas de outros países. Relativamente ao cenário português também se apresenta uma sistematização da perspetiva evolutiva, para dar conta das propostas e/ou abordagens que têm sido aplicadas neste país, particularmente no contexto da Administração Pública.

Os estudos académicos portugueses, brasileiros, espanhóis, e de outros países aqui apresentados constituem contributos de investigadores no âmbito da avaliação de informação de arquivo, vinculados a programas universitários conducentes aos graus de Mestre ou Doutor não só de Portugal, Brasil, Espanha, tendo-se aberto o amplexo à produção científica de outros países. Nesse sentido, também permitiram o enquadramento e a verificação da pertinência das reflexões do presente estudo no seio da problemática

da investigação e a sua contextualização no campo da produção e comunicação científica a nível nacional e também internacional.

Este capítulo pretende, assim dar resposta ao quarto objetivo específico, de análise teórica e tendencial das diferentes, escolas, perspectivas, estratégias e abordagens da avaliação da informação de arquivo, e também ao quinto objetivo específico, de contextualização evolutiva e crítica da realidade portuguesa no seio do quadro teórico e técnico das tendências sobre as estratégias e/ou abordagens da avaliação da informação de arquivo internacionais¹⁰.

3.1. As Escolas Clássicas: Jenkinson e Schellenberg

Ridener (2009, p. 2) refere que, com o desenvolvimento da teoria arquivística nos últimos 130 anos e a existência de uma vasta gama de arquivos e circunstâncias arquivísticas, foi surgindo um conjunto de abordagens teóricas, nomeadamente no campo dos discursos, que envolvem a avaliação arquivística. Neste sentido, o desacordo relativo à forma como os arquivistas deveriam selecionar o material que deveria fazer parte dos arquivos é central para a compreensão dos vários discursos da teoria arquivística. Apesar dos grandes teóricos da arquivística dos finais do século XIX não darem reconhecimento à importância da avaliação, Cook (2011) e Duranti (1994) consideram que emerge a partir desse período, associada à responsabilidade de conservar informação de arquivo, centrada em conceitos como a imparcialidade, a evidência e a perpetuação da memória, para apoiar a investigação histórica de carácter positivista (factual e em busca da verdade única e neutra).

O aumento da produção documental na Primeira Guerra Mundial e a explosão de informação registada a partir dos anos 40 do século passado, levaram a que a avaliação se tornasse representativa dos discursos teóricos na profissão, pela necessidade de fazer o equilíbrio entre as necessidades materiais e teóricas, e ao mesmo tempo manter a precisão evidencial. Os avanços do século XX demonstraram também a necessidade de

¹⁰ Os pormenores metodológicos que concernem ao desenvolvimento deste estudo encontram-se no capítulo 4, nos pontos 4.1.2 e 4.2.1.

proceder a uma seleção, o que deu origem a questões ligadas com a determinação de quem deveria ser responsável pela tomada de decisão e que critérios utilizar para determinar o valor.

De um lado, surge a escola Jenkisoniana, que enfatizava a objetividade do arquivista e a imparcialidade da informação de arquivo, na medida em que a decisão caberia ao produtor ou administrador, em melhores condições para determinar o que deveria continuar a responder às suas necessidades, deixando de fora o arquivista (Cook, 2011).

Noutra perspetiva, surge a escola Schellenbergiana, que defendia o envolvimento do arquivista na tomada de decisão, como responsável pela custódia a longo prazo da informação de arquivo, por ser o único capaz de fazer o equilíbrio entre as necessidades evidenciais, de utilização, memória e investigação. Desta escola surge a diferenciação entre o valor primário atribuído pelos produtores (“evidencial”, ligado a questões administrativas, legais, fiscais) e o valor secundário (ligado ao testemunho institucional/memória e ao valor informacional para outros fins) para uma vasta gama de utilizadores e as suas necessidades futuras de evidência e informação histórica (Kolsrud, 1992). Segundo Hernández Olivera (2013), a avaliação taxonómica desenvolvida por Schellenberg foi um contributo essencial para o desenvolvimento da Arquivística contemporânea, ao definir os conceitos de valor primário e valor secundário. Segundo o autor, o primeiro é determinado pelo produtor dos documentos, baseando-se nas aplicações iniciais do documento, nos motivos que originaram a sua existência. Esta importância do documento estabelece-se em relação à função de prova administrativa, jurídica ou financeira, as três categorias do valor primário que Schellenberg estabeleceu. O valor secundário é aquele que os documentos adquirem quando deixam de ser considerados úteis para a administração produtora. Este valor refere-se a dois componentes, o valor probatório ou testemunhal (*evidential value*) e o valor informacional (*informational value*). Schellenberg concebe o primeiro como a capacidade de os documentos demonstrarem o funcionamento e a organização das entidades de onde provêm, e o segundo abarca uma dimensão extrainstitucional e expõe a ideia de dar testemunho da atividade de outros componentes da Sociedade e que deriva das informações contidas em documentos públicos sobre pessoas, lugares, temas e congéneres de que tratam as agências (Hernández Olivera, 2013, pp. 8–9).

3.2. As Perspetivas Pós-Modernas

O aumento do número e de tipos de arquivos ocorridos daí em diante fizeram florescer um conjunto de novas necessidades percebidas em novos públicos (utilizadores) que, em simultâneo com as novas tecnologias, provocaram novos enquadramentos teóricos, abordagens metodológicas e análise crítica, que se autoidentificam, na literatura científica, como Pós-Modernas.

Esta mudança da avaliação passiva para uma avaliação ativa é considerada por Cook (2011), como o marco em que as instituições de arquivo deixam de ser somente centros de evidência e passam também a ser locais de memória e construção de narrativa. O fim do século XX vê chegar novas perspetivas ligadas ao surgimento do planeamento estratégico apriorístico, com o fim de desenvolver acervos com base em critérios temáticos persistentes, ou funcionais e/ou organizacionais, no âmbito de uma sociedade, grupo ou organização, e que permitem alargar o número de grupos participantes na avaliação, ao mesmo tempo que surgem e crescem repositórios arquivísticos, que servem organizações não governamentais e de comunidades informais, que partilham os mesmos valores e necessidades (Cook, 2011).

Torna-se patente que os argumentos e as normas que servem organizações estáveis e duradouras como autarquias e governos, não são adequadas para o desenvolvimento de programas arquivísticos para o setor privado, pessoas e comunidades informais de interesse, ou mesmo projetos multi-institucionais e multi-jurisdicionais. As teorias da avaliação arquivística dos fins do século XX iniciavam muitas vezes a sua abordagem pela análise da importância da função, unidade orgânica ou pessoa que produzia o material, ou pela definição de temáticas, movimentos ou pessoas que o acervo pretende documentar, e aplicar metodologias como a *documentation strategy* (Samuels, 1986) ou *documentation plan* (Booms, 1991).

Se a avaliação deve focar-se nos próprios registos de informação de arquivo, com o objetivo de tentar compreender se detêm valor intrínseco, ou estruturalmente em relação a outros materiais, ou por estarem associados a um grupo ou acontecimento, vários teóricos da avaliação arquivística do século XXI defendem um processo de avaliação mais abstrato, justificando essa opção com o custo dos recursos investidos e a dificuldade em prever as necessidades e interesses futuros relativamente a essa informação. Uma dessas propostas é a macro-avaliação, que se foca no significado do contexto, alocando a

informação em grandes temáticas, e relaciona-os com um mandato específico ou responsabilidade social bem definida (Cook, 2005, 2011; Williams, 2006).

Daí se considerar importante apresentar sucintamente alguns dos projetos que a partir dos anos 70 do século XX desembocaram em metodologias de avaliação, que Makhoulf Shabou (2011a) classifica em cinco estratégias e/ou abordagens: *Documentation Plan*, *Documentation Strategy*, Macro-avaliação, Abordagem do utilizador, Abordagem da avaliação integrada.

A *Documentation Plan* surge como uma resposta às críticas dos arquivistas da República Democrática Alemã (RDA), que afirmavam que os arquivistas ocidentais não conseguiam avaliar corretamente a documentação por falta de base para determinar o valor social. Hans Booms, que se tornaria presidente dos Arquivos Federais Alemães entre 1972 e 1989, no sentido de ultrapassar a proposta da RDA, analisa a história das teorias de avaliação arquivística na Alemanha e as suas falhas, desenvolve a abordagem que identifica pessoas, organizações, assuntos, atividades ou funções que uma instituição ou grupos de instituições de arquivo propõem ou assumem documentar com o seu património arquivístico. Esta abordagem compreende um instrumento de gestão proativa, tanto para a aquisição como para a avaliação da documentação de arquivo com base em critérios, que não derivam dos próprios documentos ou dos seus produtores, mas das realidades da sociedade, agora percecionada como objeto da documentação arquivística (Menne-Haritz, 1994).

Originalmente a abordagem de Booms propunha o desenvolvimento de um plano documental como uma taxonomia de acontecimentos ou fenómenos históricos, hierarquizados de acordo com o seu significado para a sociedade, e que serviria de base para medir o valor dos documentos de arquivo. Esse instrumento de avaliação requeria o reforço da informação de ou sobre a proveniência, por pretender ter como base as pessoas físicas e morais, isto é, não deveria somente identificar as funções ou unidades da instituição, que produziu os documentos, mas também identificar objetos que documentassem a sociedade como um todo, e que pudessem ser relacionados com os assuntos identificados nos documentos de arquivo. Outro aspeto era a utilização dos valores da época em que foram produzidos os documentos, que se traduzia na necessidade de os arquivistas produzirem e usarem um conjunto claro de valores para regularem a ordenação dos objetos de documentação de acordo com a sua pertinência relativa. Esses valores seriam recolhidos não dos próprios documentos, mas de publicações

contemporâneas, declarações públicas e expressões culturais. O contexto deveria ser pluralista, com o fim de ultrapassar qualquer avaliação condicionada por determinada crença ideológica, o que se traduzia na necessidade da equipa, que produzia o plano, ser representativa de todos os segmentos da sociedade, e não um pequeno grupo de uma sociedade dominada por um grupo político ou pessoa em particular (Booms, 1987, pp. 104–107).

Já depois da reunificação alemã, Booms apresenta aperfeiçoamentos e clarificações a este processo, indicando um conjunto de atividades, que passam pela: produção de uma crónica histórica (e já não a hierarquia rígida de acontecimentos e fenómenos históricos), que serviria de guia à tomada de decisão dos arquivistas, e cuja objetividade seria assegurada por uma escolha de acordo com os valores da sociedade na altura da produção dos documentos; análise e preparação dos documentos de arquivo, tendo por base a proveniência, numa avaliação e manutenção, que considerava o contexto institucional, funcional e técnico originais, implicando a função de produção documental e que pretendia reduzir a duplicação e redundância; identificar os documentos de arquivo que melhor documentam a crónica, ou seja que representam e documentam os acontecimentos e fenómenos históricos e os valores da sociedade da época em que foram produzidos (Booms, 1991, 2001).

Esta abordagem fornece um enquadramento abrangente, sistemática e transparente para os arquivistas orientarem e avaliarem as suas decisões de avaliação no sentido de documentar a realidade social dentro do seu foro de competência operacional. No entanto, as necessidades em termos de esforço, recursos e consenso entre os arquivistas e representantes dos vários segmentos da sociedade, levaram a que as instituições de arquivo hesitassem na produção destes planos. Apesar disso, esta abordagem despertou nos arquivistas a vontade de estudar as implicações sociais mais amplas do seu trabalho e deixar de apoiar a sua tomada de decisão de avaliação somente nos grupos de profissionais e académicos tradicionais (Duranti & Franks, 2015, pp. 190–192).

A abordagem da *Documentation Strategy* surge pela mão de Helen Samuels, a partir de 1986, que aprofunda em 1992 com a Análise Funcional, em resposta às mudanças na natureza e no volume da documentação de arquivo, ao seu inter-relacionamento, diversidade de formatos e aos pontos fracos das abordagens de avaliação arquivísticas existentes. A abordagem intelectual da *Documentation Strategy* inclui a

análise funcional, afirmando a complementaridade das técnicas (Samuels, 1991), razão pela qual Makhlouf-Shabou (2011b) as apresenta como uma só abordagem. Ela consiste em quatro etapas cujas atividades compreendem a escolha e a definição do tema a documentar, selecionar os consultores e estabelecer o local onde se vai executar a estratégia, estruturar o inquérito e examinar a forma e a substância da documentação disponível, e a seleção e a alocação da documentação. Estas etapas implicam, por exemplo, uma análise temática, funcional ou geográfica, que encoraja os arquivistas a explorar as coleções das instituições e a planear a adequada retenção do material num ambiente apropriado, ou preocupação por parte dos arquivistas relativamente aos documentos de arquivo, que deveriam supostamente existir, ao invés dos documentos de arquivo que efetivamente existem, e também determinar qual o repositório adequado para armazenar e preservar os documentos de arquivo. Esta abordagem procurava, *a posteriori*, analisar as funções asseguradas pelo conjunto de instituições consideradas essenciais da sociedade moderna e que influenciam a criação e retenção dos documentos de arquivo. Os arquivistas eram considerados participantes ativos na criação, na análise e na seleção de documentos de arquivo, e não apenas guardadores passivos de informação (Marshall, 1998; Samuels, 1986, 1991).

Tal traduzia-se em quatro componentes: um instrumento analítico, que fornece um enquadramento de abordagem a um determinado aspeto do universo documental; um processo interdisciplinar, que reúne diversas instituições e indivíduos; um reconhecimento dos problemas documentais inerentes; e um plano para determinar o que concebe a documentação adequada numa área em análise (Marshall, 1998, p. 60).

O contributo relativo à análise funcional diz respeito aos instrumentos de carácter interinstitucional e geral (*Functional Guide*) ou intrainstitucional e contextual (*Institutional Documentation Plan*), que permitem selecionar material documental relevante e representativo das funções no seio das quais foi produzido. Instrumentalmente, o foco foi no carácter completo, significativo e abrangente dos arquivos, que permitam fornecer um testemunho de qualidade da sociedade. Também dava importância à integridade do material documental por intermédio dos critérios de avaliação, sem os quais seria afetada a capacidade de os arquivos serem utilizados como prova para os vários factos e atividades institucionais (Makhlouf Shabou, 2011b).

A análise funcional é ainda o contexto em que se insere o relatório técnico ISO/TR 26122:2008 *Information and documentation. Work Process Analysis for Records*,

respeitante à análise de processos de negócio para a gestão de documentos (ISO, 2008), assim como o relatório técnico ISO/TR 21946:2018 *Information and documentation. Appraisal for managing records* (ISO, 2018), que será analisada no subcapítulo 3.4. A ISO/TR 26122:2008 refere que a análise dos processos de negócio no âmbito de uma organização é levada a cabo para determinar os requisitos para criação, incorporação e controlo dos documentos, descrevendo e analisando o que ocorre o âmbito de uma função, num contexto específico de negócio, estando assim dependente de informação detalhada e da compreensão fundamentada do contexto e da missão da organização. Tal implica identificar: a relação entre os processos de negócio e o seu contexto; a relação entre os processos de negócio e as regras, que regem a sua aplicação, tendo em conta o ambiente regulatório; a decomposição hierárquica dos processos de negócio pelos seus componentes ou partes constitutivas; a interdependência sequencial entre processos de negócio diferenciados ou simples transações. A análise dos processos de negócio orientada para a gestão documental procura proporcionar uma identificação dos requisitos para a criação dos documentos/registos informação de arquivo, facilitando a incorporação automática e a gestão documental enquanto se vai realizando a atividade. Adicionalmente, pretende definir os vínculos contextuais entre os documentos, contribuindo para a sua organização lógica, garantindo que os processos de negócio sejam claramente documentados, facilitando a recuperação e a decisão de destino final dos documentos a partir do conhecimento do negócio.

As ISO/TR 26122:2008 e ISO/TR 21946:2018 a identificam e propõem dois tipos de análise: A análise funcional (decomposição das funções em processos); a análise sequencial (estudo do fluxo de transações). Cada um destes tipos de análise implica um estudo preliminar do contexto de aplicação, descrevendo, assim, a aplicação prática da teoria descrita na ISO 15489 (ISO, 2016), ligada à gestão documental. No que respeita à análise funcional, a ISO/TR 21946:2018 remete para a ISO/TR 26122:2008, que descreve os seguintes passos: Identificar os objetivos e as estratégias da organização; Determinar as funções da organização com as quais cumpre os objetivos; Identificar os processos da organização, que constituem essas funções; Analisar todos os elementos constitutivos de cada processo para identificar as operações/transações que o compõe. A ISO/TR 26122:2008 apresenta também uma lista de questões a colocar durante processo de identificação de funções, processos e as operações/transações. Para além dos passos e das questões a colocar no âmbito da análise sequencial, também apresenta os elementos

necessários para proceder à validação da análise dos processos de negócio com os participantes.

A **Macro-avaliação** foi concebida e apresentada em 1992 por Terry Cook, após exercer vários cargos no Arquivo Nacional do Canadá. De acordo com o autor, esta metodologia implica uma abordagem teórica da avaliação, que determine o valor dos documentos de arquivo e uma nova abordagem prática (estratégia, metodologia e critérios) para implementar essa teoria (Cook, 2005, p. 102). O seu enfoque é o estudo da organização produtora de arquivos e estruturas-chave identificadas com funções de interesse primário, e que deveriam fornecer um conjunto de provas documentais suficientes para refletirem, de forma concisa, e através dos melhores suportes de registo, o impacto de uma função ou projeto numa população e a sua interação com o grande público (Cook, 2004). Tal desenvolve-se a partir de uma base teórica sustentada no princípio da proveniência, e através da análise das funções destas estruturas, as suas missões e as suas atividades. Depois disso, é estudada a estrutura e o conteúdo dos fundos arquivísticos, com base nas ligações entre esses diferentes elementos (Cook, 1994, 2005). De acordo com o autor, as estruturas organizacionais fornecem uma representação precisa da lógica particular do seu produtor, permitindo compreender melhor o modelo de gestão de unidade administrativa e a dinâmica das interações com o ambiente interno e externo do contexto social em geral (Cook, 2004).

Cook vai beber à técnica de análise funcional o estudo das funções das estruturas da organização produtora, dos arquivos e das suas unidades, por permitirem um amplo conhecimento das unidades administrativas com poder de decisão dentro da hierarquia institucional e distinguir a documentação pertinente da considerada menos importante. As funções institucionais são consideradas as relativas às estruturas, missões e atividades da instituição (Cook, 2004, 2005).

Para Cook (2004, 2005) a avaliação dos arquivos deve basear-se em critérios que justifiquem o valor informacional e que sejam claramente definidos pelo arquivista, em vez de impostos pelo produtor dos documentos. Nesse sentido, propõe um conjunto de critérios gerais para orientar a determinação do valor dos documentos e particularmente o valor da informação. Tais critérios visam a integridade ou completude, a autenticidade, a originalidade ou singularidade, as ligações de organicidade ou interdependência com outros documentos, a antiguidade (data e cobertura temporal), a exaustividade dos temas tratados, a facilidade de utilização e manuseio do documento e o seu suporte, e o estado

material dos documentos. Este critérios permitem a produção do relatório da avaliação, instrumento de responsabilização e auditoria do próprio processo de avaliação (Cook, 2005), que, como resposta a um pedido de autorização de eliminação documental, apresenta recomendações fundamentadas e informação suficiente para a tomada de decisão adequada acerca do destino final dos documentos e os termos e as condições da sua aplicação, justificando, deste modo, as razões que determinam a escolha documental relevante para a memória de todas as instituições governamentais, e fornecendo prova das suas atividades passadas.

A **abordagem centrada no utilizador** foi desenvolvida por Terry Eastwood (1993), consistindo na avaliação dos documentos baseada na análise detalhada do *corpus* documental, da sua estrutura global, dos seus componentes, e a ligação orgânica entre as várias secções. O autor refere que a avaliação também deve prestar atenção à informação que reflete os valores da sociedade dos utilizadores do passado e do presente, para traçar um perfil do potencial utilizador. Assim recorre-se a uma técnica de análise científica com duas fases: a análise objetiva das características intrínsecas dos documentos e a análise dos seus usos passados e presentes. Para Eastwood, as qualidades intrínsecas (imparcialidade, autenticidade, natureza, interdependência, originalidade) serão fundamentais para argumentar a análise da relevância dos documentos na memória de uma sociedade. Findas as duas fases, a análise científica estaria em condições de prever as tendências de utilização futuras da documentação, em função das quais será decidido o seu destino final. Para que essa decisão seja defensável, deve apoiar-se em critérios claros, que derivem da natureza intrínseca dos arquivos, e que consistem na imparcialidade, na autenticidade, na naturalidade, na interdependência e na singularidade (Duranti, 1994; Eastwood, 1994), conceitos que vão beber à escola Jenkinsioniana. Embora não apresente nenhum instrumento particular no âmbito desta abordagem, os critérios patenteados dão pistas para a identificação de características, que suportam o valor probatório de documentos de arquivo, entendidos como um registo tangível de um ato, uma ação ou um evento.

A **Abordagem da avaliação integrada** surge das experiências profissionais e académicas de Carol Couture (1998) relativas à gestão documental. Ela baseia-se no equilíbrio entre três componentes considerados: o produtor e o contexto interno e externo da criação; o utilizador dos documentos, e as suas especificidades; e os documentos de arquivo na perspetiva dos seus dois componentes: conteúdo e suporte. Couture (1999)

também defende que a avaliação é uma intervenção planeada, pensada e organizada a montante do ciclo de vida dos documentos. Assim esta perspetiva integrada, defendida pelos arquivistas canadianos, contraria a Teoria do Ciclo de Vida, porque defende o alargamento da arquivística a todo o ciclo de vida dos documentos, abrangendo a produção.

Para Couture (1998, pp. 10–15, 1999, pp. 110–115), a função de avaliação baseia-se na teoria dos valores de Schellenberg (1956) e em cinco princípios orientadores: 1) a contemporaneidade da decisão; 2) a consideração dos documentos como prova preferencial de todas as atividades das instituições de uma sociedade; 3) a consideração da relação entre a função de avaliação com as outras funções de arquivo; 4) o respeito pelo equilíbrio entre as metas de gestão e metas patrimoniais e, 5) o respeito pelo equilíbrio entre a consideração do contexto de produção de documentos e do seu contexto de uso. Esta abordagem considera que a avaliação deve consistir num processo de duas fases: a fase preparatória de macro-avaliação, centrada no contexto de produção do documento, os mandatos e funções do produtor, o estabelecimento de prioridades nas unidades administrativas a estudar; e uma fase final de micro-avaliação, centrada no utilizador e nos potenciais usos da documentação, integrada com o objetivo de determinar o valor dos documentos e o seu destino final, mas também estabelecer as regras de gestão da sua conservação, que serão reunidas num instrumento adequado, o calendário de conservação/tabela de seleção (Couture, 2003).

A avaliação integrada desenvolve-se de acordo com a técnica da análise das necessidades que pretende fazer um balanço da situação geral, que caracteriza a gestão dos arquivos de uma instituição, o diagnóstico de problemas e a adoção de um programa de ação adequado à sua resolução (Couture, 1999; Rousseau & Couture, 1994). Esta técnica baseia-se em três vertentes: a análise do contexto do produtor dos documentos, na perspetiva da missão da organização, das suas funções, atividades, parceiros, e particularmente a sua política de gestão documental; a análise dos documentos de arquivo, a sua estrutura, o seu conteúdo e as suas ligações orgânicas internas; a análise dos aspetos relacionados com o uso dos documentos, incluindo os tipos de utilizadores e as suas necessidades, para além da frequência e circuito de utilização.

Os critérios de avaliação desta abordagem pretendem captar o valor primário ou administrativo dos documentos, considerado como fundamento da qualidade de arquivo. Estes critérios dividem-se nos valores de prova administrativa, legal e financeira. O

primeiro pretende verificar se os arquivos atestam funções e atividades administrativas, o seu posicionamento, estrutura e ligações internas e externas, e assegurar que os documentos refletem claramente o circuito de utilização de documentos na organização e as informações nele contidas. O segundo pretende garantir que esses documentos preservam os direitos definidos nos regulamentos e/ou legislação em vigor, dizendo também respeito aos períodos de retenção dos documentos exigidos por lei ou regulamento. O último pretende verificar se os documentos testemunham as atividades financeiras e se é respeitada a duração do ciclo de auditoria ou financeiro da organização produtora ou instituição de tutela (Rousseau & Couture, 1994).

Para Couture, a arquivística contemporânea não conseguiu desenvolver uma grelha de critérios de avaliação, que se apliquem de forma consistente a todos os arquivos, sinal de que os arquivistas devem desenvolver critérios de avaliação baseados nas especificidades institucionais da organização produtora dos documentos, nomeadamente com base na análise de estruturas, funções, atividades, de cada *corpus* documental e da natureza da utilização desses documentos. Tal permitirá a produção do calendário de conservação/tabela de seleção, instrumento que gere as diferentes fases do processo de avaliação, devendo o arquivista propor períodos de retenção e registar a decisão relativa à disposição dos documentos, e servir como norma de conservação (Couture, 1999, 2003). Segundo o autor, a produção deste instrumento deve ter em conta quatro elementos: o equilíbrio entre a avaliação para conservação e avaliação para eliminação, as unidades de trabalho de suporte à intervenção, os tipos de suporte a avaliar, e as partes interessadas na utilização. O primeiro deve orientar-se tanto pelos interesses administrativos, que visam eliminar documentos, a fim de reduzir os investimentos necessários para a sua gestão a nível de recursos materiais, humanos e financeiros, e, por outro lado, o interesse patrimonial, que deseja manter recursos documentais relevantes para a memória da instituição e, portanto, para o património de uma organização. Tal deve contribuir para atingir o objetivo de deter o máximo de informação no mínimo de documentação possível. O segundo elemento, a unidade de trabalho, vai variar consoante as fases da produção do instrumento: na fase da macro-avaliação, a unidade de trabalho poderá ser a unidade administrativa, isto é, a estrutura com poder de decisão para operar de forma autónoma, enquanto que na fase da micro-avaliação, a unidade de trabalho será principalmente o tipo de documentos ou processos (Couture, 1999).

As abordagens anteriores indicam-nos também propostas de respostas às questões

relativas ao “que” é avaliado, “como” é feita a avaliação e “quem” avalia, como se constata no quadro-síntese (Quadro 11).

Quadro 11 – Quadro-Síntese das Abordagens da Avaliação Arquivística

Abordagem	Autores / Exponentes	Países / Escolas	Conceitos e /ou Ideias-chave	O quê	Quem	Como
<i>Documentation Plan</i>	Hans Booms; Angelika Menne-Haritz	Alemanha	Baseado nos Assuntos; Utilização dos valores da época; Contexto pluralista	Documentos que reflitam os valores da Sociedade da época em que foram criados;	O arquivista, à luz dos resultados da análise da opinião pública (vários intervenientes);	Análise Histórica crítica das temáticas significativas da sociedade e análise da opinião pública num dado período, para criar um Plano ou Crónica que serve de guia à avaliação e seleção;
<i>Documentation Strategy</i>	Helen Samuels; Larry Jackman; Patricia Aronson	EUA	Análise Funcional; Arquivistas participantes ativos; Processo interdisciplinar;	Material documental relevante e representativo das funções no seio das quais foi produzido, do conjunto de instituições consideradas essenciais (tendo em conta os assuntos) da sociedade moderna;	Processo colaborativo entre arquivista e produtor; Arquivistas como participantes ativos na criação, análise e seleção de documentos de arquivo;	Análise Funcional: interinstitucional e geral, para encontrar os assuntos essenciais à Sociedade, e intrainstitucional contextual (do produtor) essenciais à Sociedade Moderna; Planeamento para determinar o que é a documentação apropriada para cada área analisada;
<i>Macroavaliação</i>	Terry Cook	Canadá (Austrália e Nova Zelândia)	Abordagem teórica para determinar o valor dos documentos e nova abordagem prática para implementar essa teoria;	Documentos pertinentes para a memória de todas as instituições governamentais e fornecer prova das suas atividades passadas;	Arquivista, mas centrada no produtor;	Análise Funcional: estudo da estrutura organizacional com funções de interesse primários;
<i>Abordagem do utilizador</i>	Terry Eastwood; Luciana Duranti (?)	Canadá	Abordagem centrada no documento e na sua utilização; Critérios jenkinsonianos (imparcialidade, autenticidade);	Documentos com qualidades intrínsecas com relevância para a memória da sociedade (prova tangível de um ato, ação, acontecimento);	Arquivista, mas centrado no utilizador;	Análise objetiva das características intrínsecas dos documentos e a análise dos seus usos passados e presentes, para prever tendências de utilização futuras da documentação;
<i>Abordagem da avaliação integrada</i>	Carol Couture	Canadá	Equilíbrio entre os contextos de produção e utilização, e os documentos (conteúdo e suporte); Critérios de avaliação: captar o valor primário ou administrativo; Proposta baseada nas teorias Schellenbergianas;	O número mínimo de documentos com o máximo de informação pertinente à memória de uma instituição (ou pessoa) e, logo, ao património da Sociedade;	Feita pelo arquivista, centrado no equilíbrio entre o produtor e o utilizador;	Análise de necessidades, para implementação de programa antes da produção dos documentos; Processo de duas fases: macro-avaliação centrada no contexto de produção e micro-avaliação, centrada no contexto de utilização;

FONTE - Elaboração própria (2017), de acordo com Booms (1987, 1991, 2001), Cook (1994, 2004, 2005), Couture (1998, 1999, 2003), Duranti (1994), Duranti e Franks (2015), Eastwood (1993, 1994), Makhoul Shabou (2011b, 2011a), Marshall (1998), Menne-Haritz (1994), Rousseau e Couture (1994), e Samuels (1986, 1991).

3.3. *Records Lifecycle versus Records Continuum*

Decorrente da evolução teórica e técnica abordada nos apartados anteriores, torna-se imperativo perceber como os enquadramentos que forneceram o contexto para essas abordagens e/ou técnicas consideram o momento em que se deve operar a avaliação. Trata-se de dar resposta à questão “Quando”? Para tal, é necessário abordar o *Records Lifecycle* e o *Records Continuum*. De acordo com Rousseau e Couture (1994) a ideia do ciclo de vida dos documentos tem origem na abordagem da existência do valor administrativo e do valor de testemunho dos documentos, identificadores de um período ativo e de um período inativo, e pelo facto da explosão documental dos anos 40 do século XX ter feito evidenciar a existência de um período de semiatividade, em que os documentos ainda teriam uma utilidade administrativa, embora reduzida (Schellenberg, 1956, pp. 37–38). Assim, o ciclo de vida perspetiva a existência de etapas claramente definidas na gestão documental, constituindo-se como um modelo. Apesar de diferenças consoante a época e o país, todas as estratégias e/ou abordagens incluem criação ou receção, uso e eliminação. Algumas estratégias e/ou abordagens distinguem entre uso ativo e inativo, e entre destruição e conservação. Esta abordagem serve atualmente de base a projetos ligados a sistemas de gestão documental como o *DoD Standard 5015.2* (Department of Defense, 2015), e preservação digital, como o do *Digital Curation Centre* (Pennock, 2007). Ainda sobre o princípio do ciclo de vida dos documentos proposto por Schellenberg, considera-se pertinente referir que Cermeno Martorell e Rivas Palá (2010) afirmam que está incluído na definição dos processos de gestão documental da norma ISO 15489, em que os processos identificados com as ações de destino corresponderiam à fase final do ciclo de vida. Os autores indicam que esta conceptualização foi transportada para a legislação e normativa arquivística em Espanha (Cermeno Martorell & Rivas Palá, 2010, p. 28), mas constata-se que em Portugal também existem abundantes exemplos, podendo-se considerar a prática arquivística portuguesa muito influenciada pela teoria arquivística schellenberguiana.

Paralelamente, An (2003) afirma que o termo *continuum* surge pela primeira vez pela mão do arquivista australiano Ian Maclean nos anos 50 do século XX, mas só começa a ganhar expressividade em 1985 com o arquivista canadiano Jay Atherton. Nos anos 90 do século XX, Upward (1996, 1997) desenvolve o *Records Continuum* como uma estratégia e/ou abordagem mais ligada à necessidade de controlar e gerir informação

eletrónica de forma consistente desde a produção da informação (e antes da produção, na conceção dos sistemas de gestão de arquivo) até à preservação e utilização fora dos âmbitos para os quais foram criados. Esta estratégia e/ou abordagem considera que a gestão da informação de arquivo é um processo contínuo em quatro dimensões (criação, captura, organização e pluralização), que não se baseia no tempo ou em etapas dos documentos.

An (2003) apresenta uma comparação entre as duas estratégias e/ou abordagens, referindo que o *Records Lifecycle* se foca nos documentos como entidade física, principalmente os produzidos em papel, contrastando com o *Records Continuum*, que se foca no conteúdo, contexto e estrutura, e nas questões de processo, finalidade e as relações dos documentos, principalmente em ambiente digital. Para além disso, o *Records Lifecycle* considera que os documentos passam por uma sequência de fases bem definidas e com distintas formas de gestão e por grupos profissionais diferenciados, até serem eliminados ou conservados, por vezes, para fins diferentes aos que conduziram a sua produção, enquanto o *Records Continuum* perspetiva os documentos de forma multidimensional e com uma gestão integrada do processo de negócio e do processo documental, que permite cumprir simultaneamente com várias finalidades, independentemente do seu ponto de existência. Assim o *Records Lifecycle* considera diferentes valores (corrente ou histórico) na seleção documental, sendo a avaliação uma fase final do ciclo, tendo os profissionais de arquivo um papel passivo e reativo ligado a estratégias custodiais, enquanto o *Records Continuum* considera um valor contínuo que inclui o corrente e o histórico (a informação-memória), em que a avaliação se inicia no momento da criação, decorre durante todo o tempo, sendo que os profissionais de arquivo têm um papel proactivo e pós-custodial com responsabilidades na produção de políticas e normas de gestão documental, planeamento e implementação de sistemas de gestão documental, consultores e formadores.

A crítica à gestão dos documentos baseados no ciclo de vida considera que esta visão perpetua a distinção entre gestores de documentos (*record managers*), dedicados à gestão da documentação ativa e semi-ativa, e os arquivistas (*archivists*), dedicados à gestão de documentação histórica. Outra crítica a esta estratégia e/ou abordagem é que é um conceito baseado na documentação física e, portanto, em operações associadas à custódia e transferência do papel, elemento que não se produz em ambiente eletrónico (Cermeno Martorell & Rivas Palá, 2010, pp. 28–29)

Consistem, assim, em duas posições distintas – modernas e pós-modernas - de gestão de documentos eletrónicos. Podemos mesmo considerar que, enquanto a *Records Lifecycle* desenvolve uma avaliação posterior à produção da informação, o *Records Continuum Model* segue os preceitos de uma avaliação *a priori* à produção da informação, pela aplicação dos instrumentos de avaliação produzidos antes da sua produção e registo.

Apresenta-se no Quadro 12 uma comparação entre os modelos de *Records Lifecycle* e *Records Continuum*.

Quadro 12 – Quadro Comparativo dos Modelos *Records Lifecycle* e *Records Continuum*

<i>Records Lifecycle</i>	<i>Records Continuum</i>
Origem na abordagem da existência do valor administrativo e do valor de testemunho dos documentos.	Ligada à necessidade de controlar e gerir informação eletrónica desde o momento anterior à produção até à preservação e utilização fora dos âmbitos que lhe deram origem.
Perspetiva a existência de etapas claramente definidas na gestão documental.	Considera um processo contínuo em quatro dimensões (criação, captura, organização e pluralização), que não se baseia no tempo ou em etapas dos documentos.
Documentos passam por uma sequência de fases bem definidas e com distintas formas de gestão e por grupos profissionais diferenciados, até serem eliminados ou conservados, por vezes, para fins diferentes aos que conduziram a sua produção.	Documentos considerados de forma multidimensional e com uma gestão integrada do processo de negócio e do processo documental, que permite cumprir simultaneamente com várias finalidades, independentemente do seu ponto de existência.
Considera diferentes valores (corrente ou histórico) na seleção documental.	Considera um valor contínuo que inclui o corrente e o histórico (a informação-memória).
A avaliação é uma fase final do ciclo	A avaliação inicia-se no momento da criação, decorre durante todo o tempo
Os profissionais de arquivo têm um papel passivo e reativo ligado a estratégias custodiais.	Os profissionais de arquivo têm um papel proactivo e pós-custodial com responsabilidades na produção de políticas e normas de gestão documental, planeamento e implementação de sistemas de gestão documental, consultores e formadores.
Perpetua a distinção entre gestores de documentos (<i>record managers</i>), dedicados à gestão da documentação ativa e semi-ativa, e os arquivistas (<i>archivists</i>), dedicados à gestão de documentação histórica.	
Baseado na documentação física e em operações associadas à custódia e transferência do papel.	Segue os preceitos de uma avaliação <i>a priori</i> à produção da informação, pela aplicação dos instrumentos de avaliação produzidos antes da sua produção e registo
Desenvolve uma avaliação posterior à produção da informação.	

Fontes: Produção própria (2020), baseado em An (2003), Cermeno Martorell e Rivas Palá (2010), *Department of Defense* (2015), Pennock (2007), Rousseau e Couture (1994), Schellenberg, (1956), Upward (1996, 1997)

3.4. A Perspetiva da Norma Internacional para Avaliação da Informação de Arquivo

No âmbito das perspetivas anteriormente analisadas, deu-se conta da existência de uma proposta para desenvolver a avaliação no seio da normalização, que foi publicada no fim de 2018. Esta norma internacional para avaliação de informação de arquivo, consubstanciada no relatório técnico ISO/TR 21946:2018 (ISO, 2018) considera a avaliação como uma abordagem estratégica e proativa (e não tanto reativa) para a produção, captura e gestão de informação de arquivo, e também como um processo

recorrente de avaliação de atividades (processos) de negócio para determinar que informação de arquivo precisa de ser produzida e capturada e também como e durante quanto tempo essa informação tem que ser conservada (International Organization for Standardization, 2018, p. v). Ao combinar a compreensão das atividades de negócio e os seus contextos com a identificação das necessidades de negócio, requisitos regulamentares e expectativas societárias relativas à informação de arquivo e à verificação de oportunidades e riscos associados com a produção e gestão de informação de arquivo, percebe-se que esta norma está orientada para a gestão de informação de arquivo dos organismos, tomando como base as normas ISO 15489 (ISO, 2016) e a série ISO 30300 (ISO, 2011a). Nesta lógica, apresenta como benefícios da avaliação a conformidade com os requisitos legais e regulamentares para informação de arquivo; a satisfação das necessidades da atividade de negócio no que se refere à gestão de informação de arquivo e providenciar a eliminação atempada dessa informação; a identificação de requisitos para a retenção dessa informação em arquivos; a implementação de medidas para proteger e gerir informação de arquivo de acordo com o seu nível de criticidade para a organização e/ou os seus requisitos de retenção; o melhoramento da eficiência organizacional através do uso adequado dos recursos; a gestão de risco eficaz relativamente à informação de arquivo; e maior responsabilização/prestação de contas relativamente à produção, captura e gestão de informação de arquivo. Daí que os resultados que considera poderem derivar da avaliação são, para além da identificação de requisitos para a retenção de informação de arquivo ou produzir um instrumento legal de seleção e avaliação, o desenvolvimento de políticas, sistemas, processos e elementos de controlo de informação de arquivo, como esquemas de metainformação, planos de classificação, regulamentos de acesso e permissões. Por este motivo defende que deve ser desenvolvida numa parceria entre partes interessadas na produção, captura e gestão de agregações de informação de arquivo específicas.

O processo de avaliação é apresentado como sendo composto por quatro fases recorrentes ao longo do tempo: a recolha e análise de informação; a verificação e implementação; a monitorização; e a revisão. A fase de recolha e análise de informação caracteriza-se pelas tarefas prévias que vão permitir determinar o foco da avaliação, quem deve estar envolvido no processo de avaliação. Isto permitirá delimitar a própria recolha de informação e a sua análise. Esta análise é feita em consideração ao contexto de negócio, ao contexto tecnológico, para além da análise funcional para identificar funções

e atividades/processos de negócio desenvolvidas pelos vários agentes, seguida da análise sequencial para identificar as transações e/ou tarefas dentro de cada processo de negócio. Isto permite a identificação dos vários agentes para alocação de responsabilidades no âmbito dos processos de negócio e da informação de arquivo produzida, capturada e conservada no âmbito desses processos. Outra tarefa desta fase é a identificação das áreas críticas de negócio para a organização, e que devem ser priorizadas aquando do desenvolvimento de controlos, sistemas, políticas, procedimentos e processos. Esta fase termina com a tarefa de determinação dos requisitos da informação de arquivo, tendo em conta as necessidades de negócio, os requisitos legais e regulamentares e as expectativas da comunidade ou Sociedade.

Apresenta-se na Figura 3 um esquema que sintetiza a fase de recolha e análise de informação, em sede do processo de avaliação de acordo com a norma internacional ISO/TR 21946:2018.

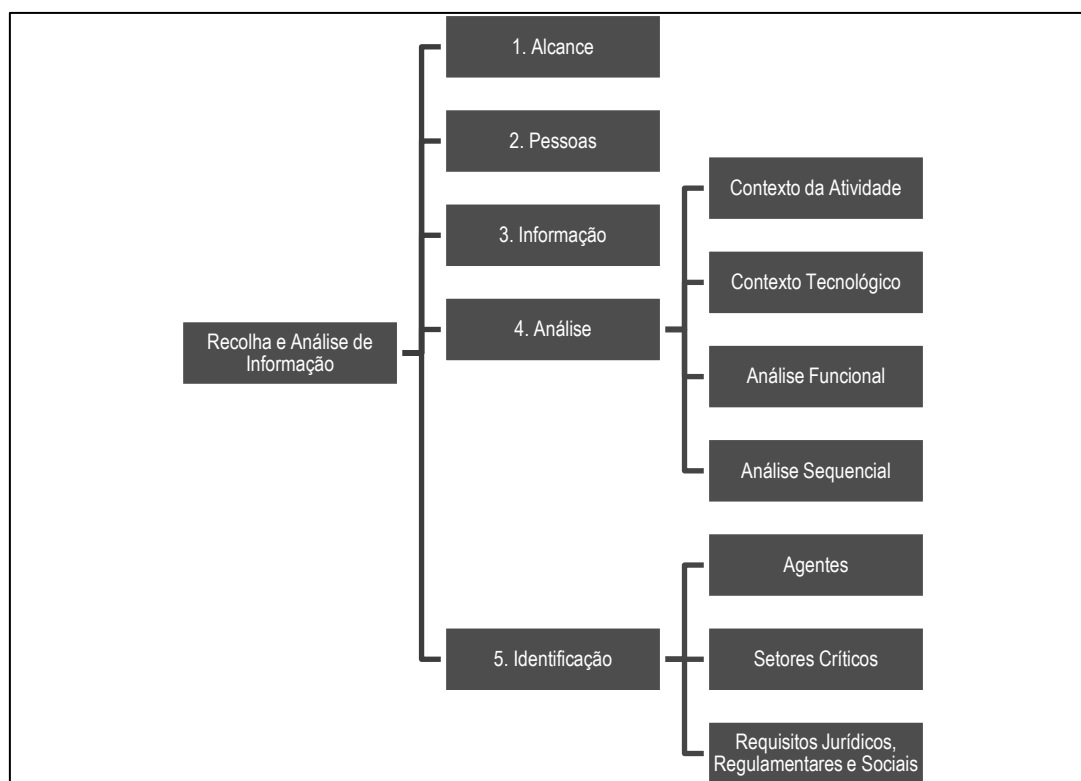


Figura 3 – Aspectos Relacionados com a Recolha e Análise de Informação (ISO/TR 21946:2018)

FONTE: Produção própria (2020), baseado na International Organization for Standardization (2018)

A fase de verificação e implementação caracteriza-se pelas tarefas de ligação dos requisitos da informação de arquivo às funções e processos de negócio, que permite contextualizar esses requisitos. Outra tarefa desta fase passa pela verificação e tratamento

dos riscos associados à implementação dos requisitos da informação de arquivo, em que se se devem identificar os riscos possíveis no caso de cumprimento de cada requisito, a probabilidade de ocorrência, o impacto da ocorrência, elementos que permitem definir o grau de risco, e ainda o custo (tangível ou não tangível) do não cumprimento dos requisitos, as opções de tratamento, e o custo (tangível ou não tangível) do tratamento. Esta tarefa pretende assim minimizar o risco, funcionando também como uma oportunidade para melhorar o processo de negócio, a tomada de decisão e a celeridade das atividades, na medida em que permite decidir que requisitos são cumpridos apenas parcialmente e planejar o investimento em recursos necessários. Também outra tarefa desta fase refere-se à documentação do processo de avaliação propriamente dito, e que deve identificar cada ocorrência de avaliação e todas as autorizações necessárias, no sentido de garantir a responsabilização/prestação de contas das decisões tomadas, a comunicação dos resultados aos envolvidos na sua aplicação, e investigações futuras sobre o que levou a que a informação de arquivo sobre determinadas atividades de negócio foi produzida e conservada. A última tarefa desta fase prende-se com a utilização dos resultados do processo de avaliação. Estes resultados podem incluir a documentação do contexto e história transacional, social e regulamentar de uma área de negócio; análises funcionais ou sequenciais das atividades; verificação de riscos e estratégias de mitigação; e lista de requisitos de informação de arquivo acordados para as áreas de negócio em foco. Esta informação pode ser usada para o planeamento e aplicação de sistemas e controlos de informação de arquivo, identificação de informação a transferir para arquivos, identificação de informação de arquivo com dados pessoais ou passível de ser partilhada publicamente ou para uma audiência restrita, planos de migração para sistemas de negócio orientados para a salvaguarda e gestão de informação de arquivo, e o desenvolvimento ou revisão de políticas e procedimentos orientados para o negócio ou a informação de arquivo.

A fase de monitorização refere-se às operações de monitorização dos sistemas, controlos e processos de informação de arquivo, à revisão da adequabilidade das políticas e procedimentos relativos à informação de arquivo, à monitorização das mudanças dos contextos de negócio e tecnológico, à monitorização das alterações dos requisitos da informação de arquivo, e à monitorização das alterações dos riscos.

A fase de revisão inclui a revisão dos resultados de monitorização e análise, a decisão sobre as medidas de mitigação, e a decisão sobre novo processo de avaliação.

Apresenta-se na Figura 4 um esquema que sintetiza as fases do processo de avaliação à luz da ISO/TR 21946:2018.

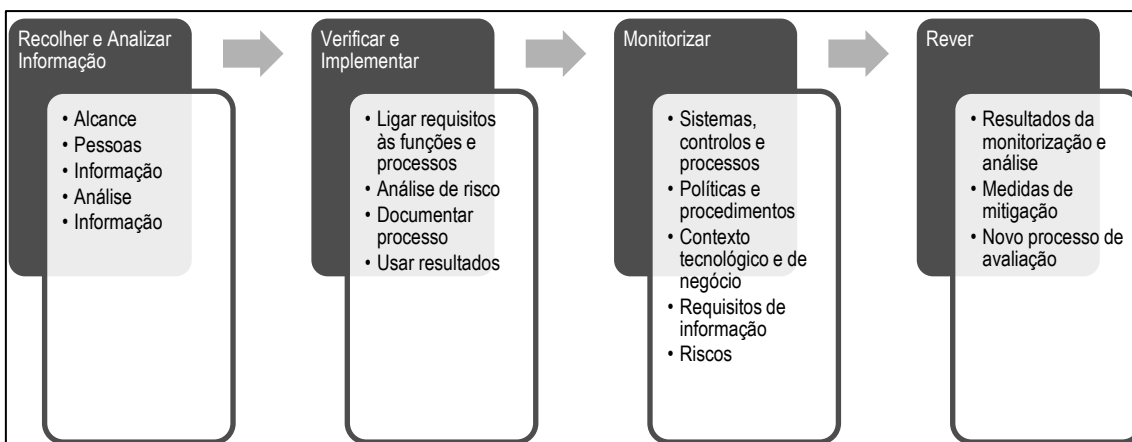


Figura 4 – Fases do Processo de Avaliação (ISO/TR 21946:2018)

FONTE: Produção própria (2020), baseado na International Organization for Standardization (2018)

Perceciona-se que esta norma tem uma forte influência derivada da abordagem da análise funcional, orientada somente para as organizações e as suas atividades.

Apesar de anteriormente terem havido propostas de normalização internacional que surtiram efeitos na unificação no âmbito da prática arquivística, como é o caso da ISAD-G (Conselho Internacional de Arquivos, 1999) em sede da descrição, verifica-se que o âmbito da ISO/TR 21946:2018 está orientada para as organizações, e numa lógica da gestão documental, tal como a ISO 15489. Isto significa que caberá à gestão de topo das organizações a decisão de definir orientações estratégicas para aplicação desta norma, o que dependerá, sobretudo da sua sensibilidade e/ou da capacidade dos profissionais de arquivo das várias organizações para demonstrarem a pertinência de aplicar esta norma, e até ir para além dela, no sentido de despertar para a importância da avaliação de informação de arquivo como elemento central para a determinação da memória organizacional, inclusivamente contextualizada no âmbito mais abrangente da Sociedade.

Malgrado esta possibilidade, aventa-se que a especificidade e cultura organizacionais levarão a interpretações diferenciadas na norma, seja em termos de procedimentos e instrumentos, seja em termos de resultados, o que poderá dificultar os esforços de unificação pretendidos com esta norma.

No entanto, seria interessante o desenvolvimento de relatórios e estudos comparativos que se focassem em projetos de aplicação desta norma (e, já agora, na aplicação das normas ISO 15489 e ISO 26122), que abordassem aspetos como as estratégias de sensibilização, a planificação, os instrumentos desenvolvidos, as alterações promovidas em termos das atividades e processos de negócio das organizações, os recursos investidos nesse projeto e manutenção das tarefas que espoletou, e os resultados desses projetos.

3.5. Estratégias e/ou Abordagens em outros Países

A apresentação das propostas e das abordagens ficaria incompleta se não fossem apresentadas abordagens de avaliação mais próximas em termos geográficos e linguísticos. Daí que se apresentem propostas surgidas dos contextos espanhol, brasileiro, nas perspetivas teórica e académica. As perspetivas académicas decorrem da pesquisa e análise de estudos prévios relativos a avaliação de informação de arquivo, tal como se indicou no início do capítulo. Daí que esta secção também dê conta de alguns estudos académicos de outros países.

3.5.1. Espanha: Perspetiva Teórica e Académica

No caso das propostas de teóricos espanhóis, faz-se referência a Heredia Herrera (1989, 2003, 2007, 2013). A reflexão produzida por esta autora acerca da avaliação acompanha a evolução das propostas, que vão surgindo ao longo dos últimos 30 anos, notando-se um olhar atual e crítico a propostas que vão surgindo no contexto internacional. Para o efeito, a autora refere a existência de uma estratégia e/ou abordagem de avaliação comum em Espanha, salvo o caso de Castela-Leão (analisado à luz de Moro Cabero e Hernández Olivera (2003)), que refere pretender aproximar-se das experiências canadianas (Heredia Herrera, 2003, p. 210), apesar da existência de disparidades em termos de critérios, instrumentos e procedimentos. Estas disparidades existem, por exemplo, no formato ou questionário para materializar a análise da identificação e da avaliação para desenvolvimento de uma proposta de seleção. Esta estratégia e/ou abordagem contempla algumas características das estratégias e/ou abordagens Schellenberguiana, de Luciana Duranti, e de Terry Cook. A autora indica estar numa

posição intermédia entre as propostas da macro e da micro-avaliação, tendo sempre em conta os documentos. Tal se orienta por uma análise do geral do particular: a análise da instituição e do seu fundo primeiramente e, de seguida, a análise das séries documentais. Para a autora, a avaliação é uma função arquivística com os objetivos de racionalizar e simplificar a produção documental para agilizar e tornar eficaz a gestão administrativa, e configurar e delimitar o Património documental histórico de um território. Esta função estava anteriormente adstrita aos arquivos intermédios, mas tem passado para as áreas de produção documental, deixando de ser sinónima de expurgo ou eliminação. Heredia Herrera identifica que o processo de avaliação se refere às séries documentais, consideradas como testemunho e prova de uma mesma atividade, que deve estar regulada por regras ou um procedimento administrativo e vinculada a uma instituição. Este processo é composto pelas etapas mais arquivísticas de identificação, avaliação, seleção, conservação ou eliminação, e etapas mais administrativas de aprovação ou sancionamento, execução ou aplicação, controlo e quantificação, requerendo uma responsabilidade partilhada e multidisciplinar entre arquivistas, produtores, juristas, gestores e utilizadores (Heredia Herrera, 2003, p. 211).

A identificação corresponde a uma análise funcional, relativa à contextualização (estudo das competências, das funções, das atividades da instituição) da série documental, a análise dos seus conteúdos e o reconhecimento da sua originalidade.

A avaliação exige a definição prévia dos valores para o reconhecimento expresso dos mesmos nas unidades documentais, que transcendem as teses (com a fixação dos prazos, intensidade e qualidade). Os valores em questão, e que são os documentos que os têm, são o administrativo, o fiscal, o legal-jurídico, o informativo, e o histórico, indicando a autora que os arquivistas não os podem determinar, mas somente reconhecê-los, descrevê-los e expressá-los.

A seleção traduz-se numa proposta, que contempla a conservação permanente ou a eliminação total, referindo-se ainda a conservação ou eliminação parcial, que exigem uma amostragem. A aprovação ou o sancionamento supõe uma responsabilidade partilhada, por intermédio de órgãos colegiais ou comissões de qualificação ou de avaliação, vinculadas às instituições com competências no âmbito dos arquivos e/ou património documental. A execução da eliminação implica que os arquivistas devem dar conhecimento dessa ação à respetiva comissão. Também está prevista a delegação da eliminação a empresas da área, sob o cumprimento de obrigações estabelecidas

contratualmente.

O controlo ou quantificação está ligada aos processos de qualidade (quantas análises, quantas tabelas ou calendários, percentagens de eliminação. As ferramentas para este processo podem ser denominadas de estudo de identificação e avaliação, tabela de avaliação, calendário de conservação. (Heredia Herrera, 2003, pp. 211–212).

José Ramón Cruz Mundet (2001, 2006), apesar de apresentar uma evolução relativa à avaliação e seleção desde Schellenberg, passando pelas tradições britânicas e alemãs, até Terry Cook (Cruz Mundet, 2006, pp. 254–255), considerando que os critérios, que atualmente regem a avaliação, foram sistematizados com bases nas ideias Schellenberguianas, fazendo o seu cruzamento com os critérios e procedimentos definidos pela norma ISO 15489. Nesta lógica, segue a proposta dos valores primário e secundário e do ciclo de vida da documentação no âmbito da organização (conquanto apresente a teoria do *Records Continuum* na obra por si dirigida *Administración de documentos y archivos* (Cruz Mundet, 2011a). Assim, a avaliação refere-se às séries documentais das organizações, devendo fazer-se com base no conhecimento geral dos documentos de uma entidade. O autor refere que a avaliação é uma função cooperativa, em que cabe ao arquivista geri-la, dirigi-la e impulsioná-la com a colaboração de especialistas com conhecimento e experiência nas atividades sustentadas pela documentação (representantes das áreas organizacionais que produzem as séries, os representantes das áreas jurídica e económica, um historiador especialista), por intermédio de uma comissão, que também pode ter a responsabilidade de se ocupar da gestão dos processos, à luz da ISO 15489 (Cruz Mundet, 2006, p. 260).

A avaliação (e a eliminação) ocorre no arquivo intermédio, embora refira que é preferível que ocorra logo quando se implementa o sistema de informação, implicando a análise que resulta das fases anteriores do planeamento desenvolvido com base na ISO 15489, e que se refere à organização, a sua estrutura, funções e séries produzidas, e aquando da produção do quadro de classificação. Assim, inclui o estudo das séries documentais, da sua origem funcional, a natureza dos atos documentados, a tipologia documental e a determinação do valor que eles têm ou podem ter para a entidade. Os critérios de avaliação, que apresenta, são a hierarquia administrativa e funcional (direção, desenvolvimento e gestão), os valores primários (direitos administrativos, legais, fiscais, científico-tecnológicos, direitos dos cidadãos) e valores secundários (importância para a investigação, questões de testemunho e informação). O autor identifica duas etapas da

seleção, uma conceptual, de preparação das tabelas de expurgo, e outra prática, de ação direta sobre a série documental. Os métodos de seleção podem variar de acordo com o tamanho do fundo documental, a etapa do ciclo de vida e as características de cada série documental, conseguindo distinguir-se três métodos: peça por peça (organismos e fundos muito pequenos); seleção qualitativa (intrínseca e extrínseca); seleção por amostragem (estatística). Os princípios, que baseiam a avaliação e a seleção são aplicáveis para qualquer informação de arquivo independentemente do suporte. Deste processo resulta uma proposta de avaliação (permanência em arquivos de gestão, valor administrativo, valor histórico), uma proposta de acessibilidade (livre ou com restrições e por quanto de tempo) e uma proposta de resolução (eliminação, amostragem, conservação permanente ou conservação parcial).

Perceciona-se que, quer Heredia Herrera, quer Cruz Mundet apresentam, nas suas obras, a perspetiva pragmática, técnica, dos arquivistas, bem como pela tradição da arquivística espanhola, sendo as suas obras de natureza sobretudo pedagógica, enquanto manuais, que são, distinguindo-se de outros estudos de natureza científica.

Moro Cabero e Hernández Olivera (2003) consideram a avaliação enquanto função ou enquanto processo, que faz parte do sistema de gestão documental de uma organização ou território (no caso destes autores, reporta-se a Castela-Leão) e que está delimitado não só pelo contexto jurídico-político onde se pretende aplicar, mas também pelo conhecimento científico existente nesta área. Para tal fazem referência às condições derivadas dos novos contextos de trabalho eletrónico, que têm caracterizado as questões no âmbito da Arquivística como disciplina. Assim, apresentam o processo de avaliação como uma sequência de atividades de uma série de entradas e saídas e que resulta num valor acrescentado. Nesta lógica, constata-se ser um processo orientado para os resultados, consubstanciados na consecução de um fluxo informativo controlado e a conservação inteligente dos documentos. A finalidade destes resultados é contribuir para a satisfação dos utilizadores. Assim, contribui para a consecução do funcionamento do programa de gestão documental.

Nesta lógica, propõem uma metodologia de trabalho sobre avaliação, que é possível aplicar a qualquer organização. Esta abordagem é considerada uma proposta de norma de avaliação baseada na estratégia e/ou abordagem da Gestão Documental, na lógica do Quebeque (recorrendo à produção escrita de Couture), porque oferece uma continuidade das intervenções do arquivista independentemente do estado de atividade,

semi-atividade, inatividade. Verifica-se estar ligada ao modelo de gestão de qualidade (série ISO 9000), que permite a normalização e a regulação de funções, atividades e tarefas, e documentação das mesmas, às normas de gestão de documentos - ISO 15489 – que referem terem origem na lógica do *Records Continuum*, que contam com influência das estratégias e/ou abordagens do Quebeque (Moro Cabero & Hernández Olivera, 2003, p. 135), e também ligada aos modelos teóricos, que surgem face ao contexto do trabalho eletrónico. Da ISO 15489 retiram-se as responsabilidades de exigência da produção de documentos adequados (tendo em conta as necessidades e as evidências), de garantia da sua manutenção e conservação, e de assegurar o respeito pelos cronogramas de conservação.

Em termos de conceitos e ideias-chave, esta abordagem surge no âmbito do sistema de gestão documental à luz da ISO 15489, para conhecer as necessidades documentais e informativas, os métodos arquivísticos e de gestão da organização, e também a necessidade de formação tanto para os utilizadores da informação como para os responsáveis pelo sistema de informação (arquivistas). Outro aspeto digno de nota é o facto de considerar a diferenciação e o estabelecimento de valores primários e secundários.

Na lógica das normas de qualidade, há que referir um conjunto de aspetos, como a atribuição de diferentes responsabilidades, ligada ao conceito de responsabilidade partilhada na organização sobre o processo de avaliação. Esta responsabilidade deve ser documentada em todos os procedimentos. Outros aspetos ligados às normas de qualidade incluem o controlo de toda a documentação exigida pela organização para assegurar o funcionamento efetivo e o controlo do processo, e desenvolver e atualizar a base documental do sistema de qualidade, com a necessidade de comunicação de políticas, responsabilidades e metodologias para descrever e normalizar política, objetivos, funções, processos, procedimentos, instruções e registos. Assim, verifica-se a necessidade de documentação do processo para sistematizar a documentação derivada da qualidade, incluindo os calendários de conservação, instrumento de controlo da normalização do processo de avaliação.

Outra ideia-chave é o facto de estar focado no utilizador final, o que requer conhecer não só as necessidades informativas da organização, mas também as do utilizador final. Tal necessidade é resolvida através da macro-análise funcional para perceber as relações de produção da organização com o seu contexto com o fim de

conhecer as necessidades documentais e informativas, mas também através da micro-análise, que mostra as inter-relações das partes constituintes de uma organização com o seu todo, por forma a compreender as atividades e tarefas, que realiza, e os documentos que as evidenciam. Estes elementos resultam na informação, que vai permitir que a comissão de avaliação determine um juízo de valor em torno de cada série de forma individual, mas também colegial. Estas decisões tomadas em consenso e que consideram o utilizador final ligam-se ao aspeto da forma participativa e reflexiva do processo de decisão mediante os representantes diretos na comissão de avaliação.

Outra ideia-chave consiste no controlo e na auditoria do processo: para garantir o grau de integridade de um processo, como o da avaliação, depende da existência de registos de controlo em cada uma das suas partes componentes. Os autores incluem neste ponto os registos de conformidade e evidências destinadas a monitorizar o desempenho de funções, atividades e tarefas relacionadas com o cumprimento dos regulamentos e a verificação da execução de cada atividade. Assim, o objeto da avaliação são os documentos de uma organização derivados de cada atividade administrativa, diferenciada entre ativa, semi-ativa e inativa, para a adequação à manutenção das necessidades informativas, sendo esta avaliação feita por séries documentais.

A avaliação é feita tendo em consideração um princípio de delegação participativa e reflexiva, em que os arquivistas são assessorados por um jurista, com a confirmação dos serviços produtores da documentação. Trata-se assim de uma tarefa colegiada com a participação de diferentes sectores com interesse no projeto (arquivo; secretariado ou assessor jurídico; departamento financeiro-económico; unidade responsável pela atividade a que se refere o documento; historiador especialista no conteúdo e valor histórico da documentação), e com diferentes responsabilidades (de acordo com as normas da qualidade) para os órgãos operativos (arquivo), assessores (conselhos de arquivos e de qualidade) e executivos/diretivo.

A avaliação processa-se com base na legislação sobre os arquivos e património documental, que regula o Programa de gestão documental, que inclui a avaliação. Ela requer a identificação documental, com o objetivo de estudar a estrutura orgânica e funcional do órgão produtor da documentação e determinar as séries documentais, que são testemunho da atividade desse órgão no exercício das suas funções, e a criação de um calendário e regras de conservação como instrumentos de avaliação, através da análise sistemática e pormenorizada dos fundos, incluindo a elaboração dos critérios de avaliação

e a conseqüente validação do instrumento.

No âmbito do processo de avaliação, a elaboração do calendário de conservação, passa pela tomada de decisão, que requer que os membros da comissão disponham de informação suficiente sobre a documentação e o seu contexto. O processo de avaliação divide-se em três fases: o Desenvolvimento do instrumento de avaliação, que inclui uma investigação preliminar (o arquivista documenta a informação sobre o contexto e a série documental, para a comissão obter conhecimento da história da instituição e do contexto da Sociedade em que se insere. Este estudo representa a macro e micro avaliação (Moro Cabero & Hernández Olivera, 2003, p. 142)), a definição do projeto de regras de conservação (a comissão determina o valor dos documentos, em que os autores aconselham a aplicação dos elementos sistematizados por Boles e Young (1991): valor informativo, custos de conservação, implicações das decisões de avaliação), a decisão final (a comissão reúne-se e define uma proposta de regra de conservação), a aprovação da proposta pelas unidades orgânicas com responsabilidades na documentação a ser avaliada, o desenvolvimento do calendário de conservação pelo arquivista (com base nas regras aprovadas), a aprovação da proposta pelo organismo titular da documentação; Aprovação do calendário de conservação, que inclui a solicitação da entidade titular da documentação à comissão qualificadora da documentação, a produção de relatórios de análise pela Comissão qualificadora de documentos e pelo conselho de arquivos (os órgãos assessores), e a aprovação pelo órgão executivo (publicação do ato e notificação do organismo titular); Execução do calendário de conservação, que se refere à aplicação do calendário sob a responsabilidade dos vários organismos (unidades orgânicas, arquivos semi-ativos, gestão de topo do organismo), incluindo a transferência da documentação (tendo em conta os prazos para as suas etapas ativa e semi-ativa) para depósitos semi-ativos e definitivos, a eliminação total ou parcial da documentação, que chega à etapa inativa e sem valor (nas unidades orgânicas e depósitos de documentos semi-ativos: inclui o registo e a aplicação da regra da amostragem definida quando necessário). Depois disso, há ainda o controlo do processo, constituído no seguimento e na análise de melhoria para demonstrar a conformidade do processo e a melhoria continua da sua eficácia, para demonstrar a capacidade do processo de avaliação para alcançar os resultados pretendidos. O controlo do processo de avaliação é feito pela determinação de: a necessidade de documentar o processo de avaliação numa instituição; o grau de cumprimento da finalidade do processo de avaliação quando este já está implementado;

o nível de controlo dos subprocessos levados a cabo para a elaboração, aprovação e execução do calendário de conservação. Aqui também se inclui o registo de sugestões e propostas para alterações de regras pelos utilizadores e entidades afetadas pelas decisões de avaliação aplicadas, para serem analisadas pela comissão de avaliação e poderem ser consideradas nas alterações de decisões de avaliação, e também a produção de documentos de controlo de procedimento para controlo exaustivo de cada uma das tarefas, no âmbito da gestão da qualidade e das da ISO 15489.

A abordagem de Cermeno Martorell e Rivas Palá (2010, 2011) é considerada puramente técnica, vinculada às fases de identificação e descrição da informação. Considera que a importância da informação não é definida só por ter um alcance histórico, mas também pela sua finalidade ou uso, seguindo assim o conceito schellenberguiano da distinção dos valores primário e secundário. A avaliação é considerada parte integrante dos sistemas arquivísticos, como um processo analítico e fator determinante na gestão documental das organizações, à luz da norma ISO 15489. Neste sentido, está ligada ao cumprimento das obrigações das organizações de recolher, manter, organizar e disponibilizar os documentos produzidos e recebidos aos cidadãos. Para tal deve documentar o processo de avaliação como um sistema transparente e confiável.

A avaliação deve ser prévia e por série documental, ligada ao contexto funcional, nos diferentes níveis de estrutura das administrações, derivada de uma visão do geral para o particular. Esta abordagem incorpora ainda o conceito de análise de risco no âmbito de um sistema regulado e documentado, e a coordenação e a colaboração entre diversos sistemas de arquivo de diversas administrações no âmbito da avaliação.

O objeto da avaliação são os documentos entendidos como informações criadas ou recebidas, mantidas como informação e prova, por uma organização ou um indivíduo no desenvolvimento das suas atividades ou em virtude das suas obrigações legais, devendo ser considerados autênticos, confiáveis, completos e disponíveis de um organismo.

Pretendendo seguir a lógica da macro-avaliação, considera relevantes os documentos que: expressam a origem e a evolução de uma instituição e a suas ações no ambiente social; permitem conhecer os processos de elaboração de leis e regulamentos; permitem avaliar o impacto de programas ou atividades (conceito de responsabilidade social); contêm dados significativos acerca de pessoas, eventos ou locais; contêm dados para a proteção dos direitos de indivíduos ou instituições (cidadania, segurança,

propriedade, profissão), com dados significativos relativos a ciências e técnicas (várias disciplinas, investigações, projetos, infraestrutura, desenvolvimento), com dados significativos sobre acontecimentos, movimentos ou tendências relevantes na história política, económica e social; completam a informação de outros fundos ou séries documentais (contexto, inter-relações); respondem a necessidades estatísticas e da história quantitativa.

Os critérios mais aceites para a eliminação incluem a documentação que faz o resumo da série documental, informação publicada (relatórios anuais) e os custos (muito embora considerado um critério discutível).

No que respeita a quem detém o papel de efetuar avaliação, esta abordagem apresenta-a como uma decisão corporativa em que todos os pontos de vista envolvidos na gestão de documentos devem estar presentes, sendo necessária a contribuição de diferentes especialistas da organização (juristas e técnicos), seja para garantir a autorização da chefia da organização no âmbito da destruição de documentos, seguros e confidenciais, seja o trabalho conjunto dos arquivistas e informáticos para o desenvolvimento de estratégias de longo prazo para a preservação de documentos em ambiente eletrónico. Assim, os autores propõem para participar no processo de avaliação, no contexto organizacional, os criadores dos documentos, um técnico jurídico-administrativo, um técnico em assuntos económicos, um especialista em história contemporânea, um especialista em tecnologias da informação e comunicação, outros especialistas, conforme os fundos documentais a serem avaliados, o arquivista do sistema e um representante da gestão de topo.

Quanto à forma de avaliação, a abordagem defende que se deve fazer de forma prévia e por séries documentais, devendo para criar e promover sistemas de avaliação de documentos incorporados no sistema de gestão de documentos da organização, adequados às normas vigentes, que observem todas as cautelas e precauções necessárias e que impliquem a organização como um todo. Ou seja, uma questão transversal e corporativa, que deve ser planeada, mantida e executada sistematicamente. A atribuição de valor aos documentos será efetivada através da atribuição de critérios, sendo necessário estabelecer prazos de conservação ou eliminação, integrados, juntamente com políticas de conservação, regras de transferência ou acesso, nos chamados calendários de conservação.

O processo de avaliação deve ser documentado como um sistema transparente e

confiável, detalhando todas as etapas do processo e especialmente os critérios que fundamentam as decisões. Um dos aspetos apontados refere-se ao facto de não se dever fazer qualquer distinção em relação à avaliação de documentos eletrónicos, uma vez que a sua metodologia está vinculada a estudos de valor e não ao suporte ou formato do documento. De uma forma mais sistematizada, consideram que o sistema de avaliação deve basear-se em três aspetos: a) Ter uma norma de regulamentação; b) Atribuir poderes e responsabilidades; c) Produzir e aplicar decisões refletidas nos calendários de conservação. Deve ter como objetivo, contribuir para o controlo do ciclo de vida dos documentos produzidos por uma organização ou sistema de arquivos, para que eles sejam um verdadeiro reflexo de sua realidade. As suas funções incluem: a) Análise do produtor e documentos, identificação e estudo da série documental; b) Atribuição de valores de cada série e os seus prazos; c) Determinação dos prazos de transferência entre arquivos do sistema; d) Desenvolver instruções e recomendações; e) Monitorização e controlo das decisões alcançadas; f) Intervir nos circuitos e procedimentos; g) Abordar situações especiais, como riscos e emergências.

A metodologia de trabalho passa pela realização de trabalhos preparatórios, formando grupos de estudo em áreas específicas e recolhendo informações prévias, realizando a avaliação das séries documentais relacionadas ao mesmo tempo, reunindo atempadamente com o órgão em questão, produzindo uma ata detalhada da reunião, refazendo os formulários de avaliação de acordo com as decisões tomadas, aprovando formalmente os cronogramas de avaliação, evitando a multiplicação de esforços, aliviando o que foi feito por arquivos semelhantes. É essencial recolher informações prévias para a tomada de decisão, fazer a análise do organismo produtor para ter uma ideia clara da história do organismo, das suas funções e legislação aplicável.

Para os autores, é necessário normalizar o procedimento de avaliação, com diretrizes sistemáticas, facilitadoras da autoridade arquivística, propondo um formulário de avaliação modelado com base na estrutura da Norma de descrição ISAD (G). As ações resultantes serão a transferência (que envolve a calendarização), a seleção (registo e controlo do processo de seleção, eliminação e amostragem, conforme cronogramas de conservação), a eliminação (controlo rigoroso vinculado à aplicação de calendários de conservação no momento da destruição), a amostragem (forma de seleção, constituída por uma parte representativa do todo), a destruição (garantir que os documentos permanecem inutilizáveis e ilegíveis), o registo e o controlo da eliminação (deve ser

comunicada ao órgão, que tomou a decisão, e anexar o ato de eliminação), o acesso (os acordos de decisão devem ser indicados nos instrumentos de controle e descrição). No caso dos documentos eletrónicos, a sua avaliação deve refletir-se desde o começo, devendo haver uma relação entre os procedimentos (categorização) e os sistemas de classificação e de avaliação que terão automaticamente determinada metainformação associada.

Hernández Olivera (2013, p. 8) observa a vinculação das estratégias e/ou abordagens de avaliação espanholas à conceção taxonómica schellenberguiana dos valores primário e secundário na avaliação, tecendo-lhe críticas no que respeita à sua ineficácia e insuficiência para construir um património documental, que reflita a sociedade espanhola. Assim, considera que a estratégia e/ou abordagem espanhola, inclinado para a avaliação tradicional, é arcaico (por ter sido desenvolvido num contexto de escasso volume de produção documental e tecnologias de produção, armazenamento e conservação elementares), é centrado no documento (o que, tendo em conta a quantidade dos documentos produzidos e a multiplicidade e a diversidade de organismos que os produzem, torna inabarcável a tarefa da avaliação para as possibilidades atuais dos arquivos), muito ligado ao seu conteúdo (informação sobre o seu produtor e o desenvolvimento das suas atividades), ressaltando a relação com a História e o utilizador preconizado pelas propostas modernistas da avaliação de informação de arquivo: o historiador. Daqui resulta que não esteja tão centrado no objetivo de refletir as atividades da Sociedade.

Outro aspeto prende-se com a insuficiência derivada de se basear na seleção de documentos produzidos pela administração pública que, por muito que tenha expandido o seu campo de intervenção, não chega a cobrir todo o âmbito social. Isto porque, para construir a memória social, o património documental, é necessário mais do que a seleção de informação produzida pela administração pública. Esta insuficiência também é notada pela descontextualização causada pelo facto de a única informação requerida para a avaliação se limitar geralmente a dados relativos à própria documentação (denominações, origem, tramitação, conteúdo), sendo que a informação contextual necessária para a constituição de um verdadeiro património documental requer, nas palavras do autor, que os arquivistas sejam “adivinhos”. Hernández Olivera (2013, p. 12) indica que as propostas schellenberguianas suscitaram dúvidas em outros países, juntamente com um ceticismo sobre as fontes e as influências em que se deve basear o “valor”, a “transcendência” e a

“importância” dos documentos e a sua aplicação. Alternativamente, as novas propostas organizadas em torno da pós-modernidade já não se fixam no objetivo da avaliação da procura de valores, em conhecer que dados contêm os documentos, saber que utilidade podem ter no futuro ou as suas características físicas ou estrutura interna, focando-se antes no porquê da sua criação, no uso que se lhes deu e os mandatos ou funções do produtor de quem dão testemunho.

O autor refere que a representação documental da Sociedade que se obtém através das estimativas sobre a utilização real ou futura dos documentos pelos investigadores não é boa, podendo ser aperfeiçoada com o recurso à macro-avaliação, não numa lógica puramente mimética da abordagem canadiana, mas com a intenção de ampliar o seu conhecimento e trazer elementos para a reflexão e debate que os arquivistas devem realizar sobre a teoria e a metodologia da avaliação. Isto permite perceber que o pensamento destes autores não é estático, mas que evolui, que tem por base a análise e a reflexão sobre a aplicação das suas propostas.

Sobre a perspetiva académica espanhola, os estudos que se encontraram, abordam essencialmente as estratégias e/ou abordagens de avaliação documental, como a comparação de estratégias e/ou abordagens de avaliação (Colás Ayllón, 2017) e uma proposta de modelo de avaliação baseado na Diplomática (Cezimbra, 2014); o planeamento e a implementação de sistemas de gestão documental que incluem a avaliação, como o estudo sobre o sistema de gestão integral de documentos de arquivo para empresas de construção civil do território de Camagüey, em Cuba (Campillo Torres, 2010); e as questões ligadas com a atribuição de valor e património cultura, como o estudo referente à coleção factícia do historiador Emilio Roig de Leuchsenring, também ligada ao tema dos arquivos pessoais (Terrón Quintero, 2016).

Mais explicitamente, surge um trabalho de investigação que desenvolve um estudo comparativo de três estratégias e/ou abordagens de avaliação documental, partindo da análise dos procedimentos, instrumentos e quadro normativo relativos a esta tarefa arquivística (Colás Ayllón, 2017). Pretendendo conhecer como se trabalha neste âmbito no território catalão, desenvolve a comparação com o Canadá, país pioneiro na avaliação de informação de arquivo, e o México, cuja estratégia e/ou abordagem foi desenvolvido mais recentemente.

Também surge um estudo que propõe uma estratégia e/ou abordagem de avaliação de informação de arquivo baseada na Diplomática, que inclui a análise documental diplomática e tipológica como etapa preparatória para o processo de avaliação. Considera assim que a análise fornece elementos, que permitem proceder à identificação e decisão acerca do destino final de series documentais (Cezimbra, 2014). Apresenta também a aplicação desta estratégia e/ou abordagem na documentação produzida no registo das Sessões Plenárias da Câmara Legislativa do Distrito Federal do Brasil, o que permitiu concluir que a série documental referente às gravações áudio da Sessão Plenária devem ter o destino final de conservação permanente, e que a série documental referente às Atas publicadas no *Boletim Oficial* devem ser de eliminação, uma vez que os documentos que compõem a primeira agregação foram considerados como documentos de arquivo originais, e os documentos que compõem a segunda agregação foram considerados como cópias provisórias.

Outro trabalho relaciona-se com o sistema de gestão integral de documentos de arquivo para empresas de construção civil do território de Camagüey, em Cuba (Campillo Torres, 2010). Aplica metodologia da norma ISO 15489:2001 para o planeamento e a implementação de sistemas de gestão documental e propõe um Sistema de Gestão integral de Documentos de arquivo, incluindo a tarefa de avaliação, sustentado nas tecnologias da informação.

Surge ainda um estudo de caso sobre a coleção factícia do historiador Emilio Roig de Leuchsenring (Terrón Quintero, 2016). Inclui a importância da avaliação feita pela personalidade que considerou relevante cada um dos documentos que integram a coleção que ele reuniu, e também sobre a avaliação da coleção como património cultural.

Apresenta-se no Quadro 13 a síntese da análise da perspectiva teórica sobre as abordagens e/ou estratégias espanholas.

Quadro 13 – Quadro-Síntese das Abordagens da Avaliação Arquivística (Espanha)

Abordagem	Autores / Exponentes	Países / Escolas	Conceitos e /ou Ideias-chave	O quê	Quem	Como
Heredia Herrera”	Heredia Herrera	Espanha	Contempla algumas características das estratégias e/ou abordagens de Schellenberg, de Luciana Duranti, e de Terry Cook; Está numa posição intermédia entre as propostas da macro e da micro-avaliação; Tem sempre em conta os documentos; Orienta-se por uma análise do geral do particular	As séries documentais, tendo em conta os valores administrativo, fiscal, legal-jurídico, informativo, e histórico dos documentos	Responsabilidade partilhada e multidisciplinar entre arquivistas, produtores, juristas, gestores e utilizadores.	Nos arquivos intermédios ou nas áreas de produção documental; Recurso a instrumentos como o estudo de identificação e avaliação, tabela de avaliação, calendário de conservação Processo que inclui as fases de identificação, avaliação, seleção, conservação ou eliminação, aprovação ou sanção, execução ou aplicação, controlo e quantificação.
Cruz Mundet	Cruz Mundet	Espanha	Estratégias e/ou abordagens de Schellenberg, dos valores primário e secundário e do ciclo de vida da documentação; Baseado nos critérios e procedimentos da ISO 15489 Princípios de avaliação e seleção são aplicáveis a qualquer informação de arquivo independentemente do suporte	As séries documentais, produzidas no âmbito das atividades das organizações	Função cooperativa; Comissão composta por arquivista, representantes das áreas organizacionais que produzem as séries, os representantes das áreas jurídica e económica, um historiador especialista.	A definição da avaliação ocorre aquando do planeamento do sistema à luz da ISO 15489, sendo a seleção aplicada no arquivo intermédio, com base nos instrumentos produzidos anteriormente
Moro Cabero e Hernández Olivera	Moro Cabero e Hernández Olivera	Espanha/ Salamanca	Baseada na estratégia e/ou abordagem da Gestão Documental, na lógica do Quebeque Ligado aos modelos de gestão de qualidade (série ISO 9000) e às normas de gestão de documentos (ISO 15489). Necessidade de formação para os utilizadores e os responsáveis pelo sistema de informação (arquivistas); Responsabilidades partilhadas no processo de avaliação; Estabelecimento dos valores primários e secundários; Focado no utilizador final; Existência de controlo e auditoria do processo;	Documentos de uma organização derivados de cada atividade administrativa, diferenciada entre ativa, semi-ativa e inativa; Adequação à manutenção das necessidades informativas;	No âmbito da delegação participativa e reflexiva: Tarefa colegiada com a participação de diferentes sectores com interesse no projeto (arquivo; secretariado ou assessor jurídico; departamento financeiro-económico; unidade responsável pela atividade a que se refere o documento; historiador especialista no conteúdo e valor histórico da documentação) Diferentes responsabilidades (de acordo com as normas da qualidade) para os órgãos operativos (arquivo), assessores (conselhos de arquivos e de qualidade) e executivos/diretivo.	Avaliação feita por séries documentais; Processo de avaliação: Elaboração do calendário de conservação, com recurso ao estudo do arquivista equivalente à macro e micro avaliação; Definição do projeto de regra e calendários de conservação e sua aprovação Execução do calendário de conservação: Aplicação do calendário Transferência e Eliminação Controlo do processo:

Abordagem	Autores / Exponentes	Países / Escolas	Conceitos e /ou Ideias-chave	O quê	Quem	Como
Cermeno Martorell, e Rivas Palá	Cermeno Martorell, e Rivas Palá	Espanha	<p>Proposta Schellenberguiana dos valores primário e secundário;</p> <p>Processo analítico, de base funcional, dentro dos sistemas arquivísticos de uma organização, na lógica da norma ISO 15489;</p> <p>Vinculada às fases de identificação e descrição;</p> <p>Disposição (composta por duas operações: eliminação e transferência) como resultado do processo prévio de avaliação;</p> <p>Processo regulado que deve ser documentado como um sistema transparente e fiável;</p> <p>Incorporação do conceito de análise de risco;</p> <p>Segue aspetos derivados da macroavaliação</p>	<p>Documentos produzidos, recebidos e conservados como informação e prova por uma organização ou um indivíduo no âmbito das suas atividades ou em virtude das suas obrigações legais.</p>	<p>Decisão de carácter organizacional, em que devem estar presentes todos os pontos de vista implicados na gestão documental;</p> <p>Vários especialistas (arquivistas, juristas, economistas, historiador, produtores da documentação informáticos, representante da gestão de topo)</p>	<p>Deve-se criar e promover um sistema de avaliação de informação de arquivo integrado no sistema de gestão documental e transversal a toda a organização;</p> <p>Implica a definição e aplicação de critérios, a fixação de prazos de conservação ou eliminação, integrados, com normativas sobre as ações e responsabilidades, em calendários de conservação;</p> <p>Documentação de todo o processo de avaliação e critérios que fundamentaram a decisão;</p> <p>Autorização da gestão de topo da organização para a eliminação segura e confidencial;</p> <p>Elaboração de estratégias a longo prazo para a preservação de informação eletrónica pelos arquivistas e informáticos;</p>

FONTE - Elaboração própria (2019), de acordo com Boles e Young (1991), Cermeno Martorell e Rivas Palá (2010, 2011), Cruz Mundet (2001, 2006, 2011a), Heredia Herrera (1989, 2003, 2007, 2013), Hernández Olivera (2013), Moro Cabero e Hernández Olivera (2003).

3.5.2. Brasil: Perspetiva Teórica e Académica

No contexto brasileiro, faz-se referência às considerações da autora Heloísa Liberalli Bellotto (1990, 2008). A visão de Bellotto refere-se aos arquivos públicos brasileiros face ao desafio da transferência de grandes volumes de massas documentais procedente dos organismos públicos. Nesse sentido, sustenta-se nos conceitos Schellenberguianos dos valores primário e secundário dos documentos e na Teoria das Três Idades, que coloca a área da avaliação e seleção no arquivo intermédio, que corresponde à segunda idade. A autora defende que os arquivos permanentes ou históricos, ligados à terceira idade do ciclo de vida dos documentos, devem constituir-se por um conjunto reduzido de documentos que representem de forma significativa as funções, decisões, políticas e procedimentos da entidade produtora, com mais de 25 ou 30 anos. Bellotto considera que a avaliação é uma das responsabilidades mais penosas do arquivista, referindo que o descarte deve ser uma operação coletiva, possuidora de uma metodologia e de uma teoria que impeçam qualquer eliminação inadequada que torne a massa documental inconsistente. Sem a avaliação e a seleção não é possível garantir a diminuição de massas documentais sem perdas de informação, que resultam em “pesadelo para os arquivistas e desespero para os historiadores” (Bellotto, 1990, p. 749). A análise documental que origina as tabelas de temporalidade, é assim uma tarefa desenvolvida por um conjunto de pessoas, que inclui a representantes da gestão/administração, o arquivista, o jurista e o historiador. Apesar de referir que a avaliação se processa no arquivo intermédio, defende que o desenvolvimento das tabelas de retenção deve efetuar-se antes da produção dos documentos, muito antes da sua transferência para os arquivos históricos. Tal requer uma análise da produção documental, elemento-chave para a eliminação de documentação considerada inútil.

Outra perspetiva brasileira é a de José Maria Jardim (1996). O autor considera que o conjunto de técnicas identificadas como avaliação e seleção configuram o processo de constituição do património documental, principalmente por parte dos arquivos públicos, sendo determinante para a constituição dos seus acervos permanentes/históricos. Tal processo de avaliação e seleção, considerado um dos “pilares da arquivologia contemporânea” (Jardim, 1996), é norteado pelo conceito/noção de memória, apesar de, tendencialmente, não se referir aos pressupostos e implicações teóricas que giram à volta dessa memória. Cabe assim aos arquivos públicos, de acordo com as diretrizes definidas,

escolherem os documentos considerados socialmente relevantes para serem alvo de conservação permanente. Estes documentos são decorrentes da gestão arquivística das entidades que os produzem, de acordo com a lógica de que à medida que vão sendo menos utilizados no âmbito do processo de tomada de decisão há uma tendência para a sua eliminação ou para conservação temporária em arquivos intermédios geridos pela própria organização ou já pelas instituições arquivísticas. Isto significa que o processo de avaliação e seleção se inicia na fase corrente, nos órgãos da administração pública, de acordo com as normas definidas pelos arquivos públicos. Tal implica considerar a potencialidade de um eventual uso dessa informação pela entidade produtora ou do seu valor permanente. A fase final definiria a sua integração nos arquivos permanentes à guarda das instituições arquivísticas públicas, tendo em conta não só a potencial utilidade para a investigação científica, mas também o valor de testemunho das ações do Estado e de garantia dos direitos dos cidadãos. Jardim refere que estas práticas tendem a procurar a sua legitimação numa narrativa discursiva de conservação do património histórico e “democratização da memória nacional”. Esta perspetiva, em que se refere a existência de três fases, que se manifestam pela existência de uma fase ativa e de arquivos intermédios e permanentes, reflete a Teoria das Três Idades, muito embora num artigo posterior (Jardim, 2015) apresente a crítica a essa teoria, à luz da teoria do *records continuum*, muito por conta das transformações e problemáticas derivadas da informação de arquivo eletrónica. O autor refere também que os valores primário e secundário orientam o processo de avaliação. O primeiro prende-se com os aspetos da gestão do documento e as necessidades da organização que o produziu, sejam elas de apoio à tomada de decisão, ou ligadas aspetos administrativos, legais e financeiros. O segundo refere às necessidades de potenciais utilizadores, fora do contexto que originou o documento, ligados ao valor informativo. Independentemente destes, o documento apresenta sempre um valor evidencial, e como objeto material da memória está sempre dotado dos atributos de valor permanente, valor secundário, valor de prova e valor informativo. A avaliação documental é assim:

o recurso técnico mais eficaz (na verdade, o único legitimado pela arquivologia) para a escolha de documentos “históricos” arquivísticos, passíveis de integrar o património documental de uma sociedade, em razão da sua capacidade de expressar a memória desse grupo. (Jardim, 1996)

Isto origina uma monumentalização de alguns documentos sobre outros, tendo em conta critérios opacos, que não têm em conta as necessidades dos investigadores ou dos

cidadãos, que procuram comprovação dos seus direitos. O autor refere ainda, apontando como um problema a ser aprofundado, que a justificação da avaliação privilegia o papel do arquivista como construtor da memória, ao emitir valores que orientam e definem a seleção, a eliminação e a conservação do que é património e memória documental.

No contexto da perspectiva académica, os estudos oriundos do Brasil transparecem assuntos ligados às abordagens (teóricas e metodológicas) de avaliação, como o estudo que apresenta a análise de diferentes abordagens da avaliação de documentos de arquivo (Guimarães, 2018); os documentos e arquivos fotográficos e/ou audiovisuais, com estudos sobre o acervo fotográfico do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina (Tonello, 2019), o impacto da gestão de documentos no processo de produção digital da TV Senado (aqui também ligado à informação e aos arquivos digitais) (Carvalho, 2010), a análise do fluxo de documentos fotográficos de arquivo no âmbito da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (Pereira, 2016); sobre a informação e os arquivos digitais, como o arquivo pessoal digital do escritor, músico e artista plástico Rodrigo de Souza Leão (também ligado à informação e arquivos pessoais) (Abreu, 2017), sobre um projeto ligado a uma ferramenta para gestão de *Big Data* (Pereira, 2018a), relativo a procedimentos que permitem a correta eliminação de documentos arquivísticos digitais presentes em ações judiciais contextualizado na Justiça Trabalhista Paraibana (Silva, 2015), o estudo sobre a produção e a organização de documentos arquivísticos digitais em contexto organizacional (Montoya Mogollón, 2017), e a discussão arquivística relacionada com o documento digital no seio das atividades dos funcionários públicos (Silva, 2009); nos aspetos ligados às questões de arquivo e memória, património, atribuição de valor, e Verdade e fontes documentais, em que surgem estudos como a reflexão sobre a teoria e as práticas relativas à avaliação de informação de arquivo no âmbito da constituição do património e da memória documental (abordando também as questões de teoria e práticas de avaliação) (Menezes, 2015), um estudo sobre a relação entre uma “vontade da verdade”, a informação e os arquivos observando os seus desdobramentos por meio da ação de documentar na sua génese (Elias, 2012), sobre os usos efetivos de documentos arquivísticos em centros de memória do Poder Judiciário Federal brasileiro para promoção da memória (Japiassu, 2017), relativa à relação entre o documento arquivístico e o documento oral num contexto de preservação da memória organizacional (com ligações às questões relacionadas com a informação audiovisual) (Cruz, 2012), o estudo de caso sobre os impactos da legislação

arquivística da Prefeitura de Joinville (SC), no que se refere à gestão de documentos e à preservação do patrimônio documental arquivístico, fontes de história e de memória da cidade e direito de todos os cidadãos (ligado também às questões da legislação arquivística e da gestão documental na administração pública) (Souza, 2018), e o estudo na atuação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) brasileiro no âmbito dos acervos privados declarados como de Interesse público e social (que também se refere às questões ligadas aos arquivos privados) (Silva, 2011b); e um grande conjunto de aspetos ligados às práticas gestão documental, desde as Políticas Arquivísticas das organizações e as públicas, passando pelos projetos de implementação, aplicação e medição de resultados no que se refere às práticas de gestão de documentos, e que incluem os processos de negócio e a definição de processos de avaliação elaboração de instrumentos de avaliação. Destes fazem parte os estudos como a inter-relação entre os fluxos informacionais nas organizações, a identificação de tipos documentais e a avaliação de documentos (Nascimento, 2019), sobre a avaliação de documentos de arquivo na Administração Pública Federal Brasileira à luz das concepções teóricas e da legislação e quadro normativo brasileiro (Nascimento, 2015), relativo às dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal brasileira (Indolfo, 2013), sobre o processo de implantação das bases da Gestão de Documentos numa Instituição Federal de Ensino de Superior brasileira (Amorim, 2011), relacionado com a avaliação de documentos no contexto da política pública arquivística municipal em Belo Horizonte (Arreguy, 2016), um estudo sobre avaliação de prontuários de interesse para investigação clínica do Instituto Nacional de Infetologia Evandro Chagas – Fiocruz (também ligado à avaliação de informação para investigação científica) (Lopes, 2017), relativo aos arquivos de instituições de ensino superior público brasileiro (Carvalho, 2012), estudos de caso como o que aborda a gestão dos documentos na administração pública estadual de Minas Gerais (Santos, 2013), ou no âmbito da gestão documental em agências bancárias (Nishitani, 2010), estudo sobre a identificação das políticas e os programas de gestão de documentos e de arquivos no Poder Executivo Estadual Brasileiro, com objetivo de descrever os elementos e apresentar os procedimentos e instrumentos elaborados (Oliveira, 2016), e também sobre a aplicação de abordagens arquivométricas para verificação de resultados no âmbito de procedimentos e operações técnicas da gestão documental (Elias, 2015).

Mais especificamente, um dos estudos contempla uma análise de diferentes abordagens da avaliação de documentos de arquivo (Guimarães, 2018). Pretende sistematizar e articular as perspectivas teóricas e metodológicas Schellenberguianas, da Macro-avaliação, da *Documentation Strategy*, e a da apelidada “Escola do Porto”.

Outro estudo pretende apresentar a inter-relação entre os fluxos informacionais nas organizações, a identificação de tipos documentais e a avaliação de documentos (Nascimento, 2019). A interação destes processos, materializados nas tarefas de mapeamento dos fluxos, identificação de tipos documentais e avaliação documental, enformam uma dinâmica relacionada com o processo de tomada de decisão em contextos organizacionais, que potencializam diferenciais competitivos.

A avaliação de documentos de arquivo na Administração Pública Federal Brasileira é o tema de um estudo que aborda esta realidade à luz das concepções teóricas e da legislação e quadro normativo brasileiro (Nascimento, 2015). Ao pretender identificar as concepções de avaliação, que norteiam a avaliação de documentos de arquivo na Administração Pública Federal, conclui que a avaliação de documentos consiste numa prática relevante para a administração pública, como para a preservação da memória.

Um estudo foca-se no acervo fotográfico do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina (Tonello, 2019). Este estudo parte da estratégia e/ou abordagem *RAMP - Records and Archives Management Programme* da UNESCO para propor uma estratégia e/ou abordagem para a resolução do problema da acumulação documental das fotografias custodiadas, com o propósito de efetuar a seleção, a avaliação e a organização desta informação de arquivo, de modo a criar condições para garantir a acessibilidade e a utilização das fotografias consideradas de conservação permanente.

Outro estudo centra-se nas dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal brasileira (Indolfo, 2013). Para o efeito, analisa a atuação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, no período entre 2004 e 2012, à luz das dimensões política e técnico-científica da avaliação de documentos de arquivo.

A gestão de documentos numa Instituição Federal de Ensino de Superior brasileira é o mote de um estudo abrangente que analisa o processo de implantação das bases da Gestão de Documentos na Universidade Federal da Paraíba, a partir das ações

desenvolvidas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (Amorim, 2011). Tal processo de implantação inclui a necessidade de definição de processos de avaliação de informação de arquivo.

Um outro trabalho apresenta uma reflexão sobre a teoria e as práticas relativas à avaliação da informação de arquivo, tendo como mote a constituição do património e memória documental (Menezes, 2015). Para tal, aborda a gestão documental numa perspetiva cronológica, enfatizando princípios considerados norteadores da avaliação de informação de arquivo por alguns teóricos, problematizando aspetos como os conceitos de arquivo, de documento e o perfil do arquivista, mas também as questões da interpretação e leitura no âmbito da prática da avaliação de informação de arquivo à luz da Teoria do Discurso de linha francesa.

Um dos trabalhos debruça-se sobre a avaliação de documentos no contexto da política pública arquivística municipal em Belo Horizonte (Arreguy, 2016). A autora conclui que não existe uma política arquivística implementada nesse organismo do poder local, apesar do trabalho desenvolvido pelo Arquivo Público Municipal.

Outro trabalho refere-se a um estudo de caso sobre a gestão dos documentos na administração pública estadual de Minas Gerais (Santos, 2013). Apresenta o projeto de elaboração de instrumentos de gestão de documentos, como o plano de classificação e tabela de temporalidade e destino final de documentos de arquivo.

O trabalho mais recente diz respeito à elaboração de critérios para identificar valor informativo e definição de prazo de guarda auxiliares na avaliação de prontuários de interesse para pesquisa clínica do Instituto Nacional de Infetologia Evandro Chagas - Fiocruz (Lopes, 2017). Recorrendo à técnica *Delphi*, obtiveram-se os critérios de avaliação nos exames, atendimentos e internamentos arquivados nos prontuários, que possuem valor informativo para pesquisa clínica, até mesmo um prontuário sem qualquer documento anexado. O prazo de conservação foi definido em 20 anos para o prontuário original (papel) a partir do último registo e, findo este prazo, mantém-se apenas uma cópia autêntica digitalizada com assinatura digital. A determinação deste critério possibilitou a realização de uma avaliação arquivística de prontuários completa, que contribuirá com a redução da massa documental acumulada.

Um dos trabalhos apresenta um estudo de caso centrado num arquivo pessoal digital do escritor, músico e artista plástico Rodrigo de Souza Leão (Abreu, 2017).

Aborda as questões relativas à informação nadodigital e à Gestão de Informações Pessoais (*personal information management* - PIM), dentro da qual se inclui também a avaliação dessa informação.

Outro trabalho reporta-se a um projeto ligado a uma ferramenta para um ecossistema de *Big Data* (Pereira, 2018a). Ao analisar as relações existentes entre as práticas arquivísticas e o documento de arquivo digital inseridos num sistema de *Big Data*, conclui que a gestão documental, incluindo a tarefa da avaliação, é relevante para a organização e a recuperação da informação na era da *Big Data*, e que o papel do arquivista se mantém fundamental.

Um estudo investiga a possível relação entre uma vontade da verdade, a informação e os arquivos, observando os seus desdobramentos por meio da ação de documentar na sua génese (Elias, 2012). Situando o estudo no contexto da discussão sobre a abertura dos arquivos do período do Regime Militar Brasileiro, observa o confronto entre a vontade de verdade e as fontes documentais sob custódia dos Arquivos. Para tal aborda a questão do reconhecimento dos múltiplos contextos de validação da informação de arquivo, incluindo os aspetos sobre a atribuição de valor e validade através da avaliação e seleção documental.

Numa linha semelhante, surge um estudo sobre os usos efetivos de documentos arquivísticos em centros de memória do Poder Judiciário Federal brasileiro para a promoção da memória (Japiassu, 2017). Introduzindo na problematização as relações entre arquivo e memória, património e os seus valores, as funções arquivísticas de avaliação, preservação e acesso, concetualização de centro de memória e a caracterização das políticas informacionais, regimes de informação e regimes de valor subjacentes nesses centros, verifica que há uma mobilização predominante, mas não exclusiva, da memória institucional na realização dos trabalhos memoriais com documentos arquivísticos, havendo poucos trabalhos de promoção de uma memória das dinâmicas sociais verificadas a partir destes documentos.

Ainda dentro da relação entre o documento de arquivo e as questões da memória, surge um estudo sobre a relação entre o documento arquivístico e o documento oral (essencialmente gravações áudio) num contexto de preservação da memória organizacional (Cruz, 2012). Estes aspetos incluem as diferenças e as semelhanças no âmbito das várias atividades arquivísticas, incluindo a avaliação.

Um estudo de caso incide sobre arquivos de instituições de ensino superior público brasileiro (Carvalho, 2012). Ao desenvolver a análise, a identificação das funções dos arquivos universitários, fluxo e sistemas de informação da UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro e da UNIRIO-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, verificam, entre outros aspetos, a adesão à legislação nacional vigente, na institucionalização das atividades dos dois arquivos universitários, incluindo a avaliação de informação de arquivo.

Também, o estudo de caso que aborda o impacto da gestão de documentos no processo de produção digital da TV Senado (Carvalho, 2010), em que se incluem as questões da aplicação instrumentos de arquivo referentes à atividade de avaliação.

Outro estudo de caso remete para a análise do fluxo de documentos fotográficos de arquivo no âmbito da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (Pereira, 2016). Aborda o fenómeno do documento fotográfico digital à luz da Diplomática, articulado com as funções da gestão de informação, concluindo que a compreensão da utilização do documento fotográfico, como documento de arquivo acumulado em decorrência de funções e atividades de seu produtor, exige intervenções metodológicas que possibilitem a definição de uma política de avaliação dos documentos fotográficos acumulados pela instituição.

Os procedimentos que permitem a correta eliminação de documentos arquivísticos digitais presentes em ações judiciais compõem o tema de outro estudo de caso contextualizado na Justiça Trabalhista Paraibana (Silva, 2015). Aborda a eliminação segura de documentos arquivísticos digitais mediante a utilização do sistema intitulado “Sistema Unificado de Administração de Processos (SUAP)”, verificando que a eliminação segura de documentos digitais difere da eliminação em suporte físico, pois necessita de aplicativos de software, procedimentos e/ou mecanismos que assegurem a irrecuperabilidade da informação armazenada nos dispositivos digitais. Apresenta, entre outros, mecanismos e softwares, que permitem a eliminação segura de documentos arquivísticos digitais, e uma estratégia e/ou abordagem de descarte de documentos arquivísticos em suporte digital, que considera as características da função e das atividades do organismo e os tipos de suportes e formatos informáticos disponíveis.

Os impactos da legislação arquivística da Prefeitura de Joinville (SC), no que se refere à gestão de documentos e à preservação do património documental arquivístico, fontes de história e de memória da cidade e direito de todos os cidadãos é a problemática

de outro estudo de caso (Souza, 2018). Para além de apresentar uma proposta de Manual de Gestão de Documentos, em que inclui instrumentos de avaliação, conclui também que uma legislação arquivística desfasada causa impactos negativos na gestão de documentos, com reflexos na preservação do património documental arquivístico por não se conseguir garantir a proteção dos documentos arquivísticos públicos de carácter permanente.

Ainda como estudos de caso, surge um no âmbito da gestão documental em agências bancárias (Nishitani, 2010). Apresenta investigação relativa ao cumprimento da Tabela de Temporalidade de Documentos no suporte papel de um banco da cidade de Londrina, no tocante a determinados relatórios de processamento, que compõem o acervo de Arquivo Intermediário, procurando saber se existem formas alternativas de arquivamento visando a redução de custos.

Um estudo centra-se na atuação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) brasileiro no âmbito dos acervos privados declarados como de Interesse público e social (Silva, 2011b). Ao analisar o processo e os efeitos da classificação dos acervos declarados como tendo interesse público e social, são apontados os critérios de seleção e classificação utilizados pela Comissão Técnica de Avaliação utilizados para o efeito.

A discussão arquivística relacionada com o documento digital no seio das atividades dos funcionários públicos (Silva, 2009) revela a dificuldade destes em associarem o documento em meio digital às suas características arquivísticas, o que dificulta a aplicação de instrumentos arquivísticos, como os que são utilizados para a avaliação e seleção de informação de arquivo.

Similarmente outro estudo aborda a produção e a organização de documentos arquivísticos digitais em contexto organizacional (Montoya Mogollón, 2017). Pretende ilustrar as principais vantagens do documento digital dentro de um adequado sistema de gestão documental, que melhore os processos dos fluxos documentais e os métodos de descrição, análise, avaliação e recuperação documental.

Surge também um estudo de identificação das políticas e dos programas de gestão de documentos e de arquivos no Poder Executivo Estadual Brasileiro, com o objetivo de descrever os elementos e apresentar os procedimentos e os instrumentos elaborados (Oliveira, 2016). Nesse sentido aborda as ações governamentais que controlam a produção, o uso, a tramitação, a avaliação, a seleção e a determinação e aplicação da decisão de destino final da documentação produzida pela administração pública,

garantindo ao cidadão o direito de acesso à informação nos documentos custodiados pelos arquivos.

O tema da arquivometria surge num estudo, que pretende aplicar essa abordagem a procedimentos e operações técnicas da gestão documental (Elias, 2015). O seu objetivo passa pela geração e aplicação de métricas nas operações referentes à gestão documental, incluindo a avaliação, a seleção e a eliminação, resultando em indicadores com vistas à melhoria do fluxo informacional e no processo decisório institucional.

Apresenta-se no Quadro 14 a síntese da análise da perspetiva teórica sobre as abordagens e/ou estratégias brasileiras.

Quadro 14 – Quadro-Síntese das Abordagens da Avaliação Arquivística (Brasil)

Abordagem	Autores / Exponentes	Países / Escolas	Conceitos e /ou Ideias-chave	O quê	Quem	Como
Heloísa Liberalli Bellotto	Heloísa Liberalli Bellotto	Brasil	Proposta dos Valores de Schellenberg (Valor Primário e Secundário); Orientada pela lógica da Teoria das três Idades; Avaliação e seleção decorre no Arquivo Intermédio.	Documentos pertencendo à terceira idade do ciclo de vida; Conjunto reduzido de documentos que representam significativamente as funções, decisões, políticas e procedimentos da entidade produtora.	Arquivos Públicos; Arquivista, em conjunto com o administrador, o jurista e o historiador, produzem a tabela de temporalidade.	O desenvolvimento das tabelas de temporalidade deve ocorrer antes da produção dos documentos; Requer a análise da produção documental; A avaliação processa-se no Arquivo Intermédio.
José Maria Jardim	José Maria Jardim	Brasil	Orientada para a constituição do património e para a memória documental; Proposta dos Valores de Schellenberg (Valor Primário e Secundário); Orientada pela lógica da Teoria das três Idades	Documentos produzidos por organizações (públicas); considerados socialmente relevantes	Arquivos Públicos; Arquivista	Mediante diretrizes, os arquivos públicos escolhem documentos considerados socialmente relevantes; Integrado na gestão dos documentos

FONTE - Elaboração própria (2019), de acordo com Bellotto (1990, 2008), Carvalho et al. (2016), Jardim (1996, 2015).

3.5.3. Perspetivas Académicas de Outros Países

A pesquisa anteriormente indicada no âmbito internacional apresentou estudos com origem em instituições de ensino superior dos EUA, Canadá e Suécia.

Os estudos suecos abordam questões centradas na memória, incluindo um estudo relativo às consequências das práticas de avaliação nas organizações no que se refere ao património cultural, em que aborda a qualidade dos arquivos empresas de construção da Suécia, no sentido de encontrar práticas de arquivo num setor importante para o património cultural (Högman, 2010), e outro estudo no âmbito dos arquivos particulares, sobre arquivos de pais que perderam os filhos (Hedman, 2013).

Os estudos emanados dos EUA centram-se nas questões da memória e património cultural, bem como da atribuição de valor, seja no âmbito dos arquivos particulares, como o trabalho sobre o tratamento arquivístico de um arquivo pessoal composto por *memorabilia* de teatro do século XIX (Smith, 2013), e o estudo sobre tratamento arquivístico de um espólio documental de um legislador, que foi adquirido pelo Arquivo Estatal da Califórnia (Evans, 2015), seja no âmbito dos arquivos públicos, mais especificamente sobre os arquivos audiovisuais, como o estudo que enquadra os documentos de imagem em movimento, como os filmes de cinema, enquanto informação de arquivo governamental (Holmstrom, 2012); sobre os profissionais de arquivo e o seu papel na tomada de decisão e as suas consequências para a memória coletiva, como o estudo sobre a documentação de arquivo, que reporta eventos trágicos, que toma o exemplo da preservação da memória coletiva relativa a um ato terrorista, ou o estudo sobre a necessidade de existirem protocolos de responsabilização, de prestação de contas e de justificação por parte dos arquivistas no âmbito do processo de decisão decorrente da avaliação (Cross, 2011); e sobre a informação e arquivos digitais, como o estudo que analisa os problemas ligados ao trabalho arquivístico à volta de material nado-digital, especialmente a avaliação (Newby, 2014).

Nos estudos canadianos são abordados assuntos como a atribuição de valor e definição de critérios de avaliação, como o estudo que aborda a definição e a medição de atributos de arquivos definitivos para a avaliação documental (Makhlouf Shabou, 2011b); o desenvolvimento de estratégias e/ou abordagens de avaliação, como uma proposta de estratégia de avaliação para os arquivos do *curling* (um desporto com grande representação no Canadá) na província do Manitoba (Neyedly, 2011); e as questões

relativas à maneira como os arquivos audiovisuais no âmbito da informação e os arquivos digitais, em que se incluem os arquivos particulares, são perspetivados como representações da Sociedade e motivadores de modelos de arquivos comunitários, renovando e aumentando a abrangência das perspetivas arquivísticas, como o estudo relativo ao valor e às utilizações dos filmes de família em ambiente digital e as práticas alternativas para o seu arquivo (Brochu, 2019).

De uma forma mais explícita, refere-se que, para os estudos de língua sueca, recorreu-se aos resumos disponibilizados em língua anglo-saxónica. Um desses estudos aborda a qualidade dos arquivos de empresas de construção da Suécia, no sentido de encontrar práticas de arquivo num setor importante para o património cultural (Högman, 2010). Refere que a informação de arquivo desta área permite efetuar investigação sobre várias gerações de construtores, mas conclui que praticamente não conseguiu encontrar estratégias arquivísticas, nomeadamente avaliação para fins de património e memória cultural, dado que a maioria das empresas só conserva a sua informação de arquivo de acordo com os prazos indicados pela legislação e as suas necessidades imediatas.

Outro estudo em língua sueca aborda o tema dos arquivos pessoais de pais que perderam os filhos (Hedman, 2013). A autora refere, no que concerne a avaliação (conservação/eliminação) de materiais documentais, que os pais expressam a necessidade de conservar tudo, constatando uma ligação emocional ao objeto-documento por se sentirem (temporariamente) mais perto das crianças que perderem. Assim, raramente se desenvolvem ações de eliminação de documentos.

Um dos estudos originários dos EUA reporta-se ao tratamento arquivístico de um arquivo pessoal composto por *memorabilia* de teatro do século XIX (Smith, 2013). No que se refere à avaliação documental, indica ter usado o método Schellenberguiano, analisando o material em relação ao seu valor informacional e evidencial, mas também se procurou efetuar a avaliação de acordo com o seu valor monetário (Smith, 2013, pp. 49–50)

Outro estudo deste país enquadra os filmes, como os de cinema, enquanto informação de arquivo governamental (Holmstrom, 2012). Para tal, aborda a evolução da literatura e da teoria arquivística sobre este tipo de informação e analisa as propriedades significativas a ter em conta nos processos de avaliação, para consideração de processos de digitalização com fins de preservação.

A documentação de arquivo que reporta eventos trágicos é o tema de outro trabalho dos EUA (Folkerts, 2011). Nele, o autor explora a questão da memória coletiva na sua relação com a tragédia, e os seus efeitos no arquivista. Tomando o exemplo de um ato terrorista como o tiroteio ocorrido no *campus* da Universidade de *Northern Illinois* em 2008, verifica o papel que os profissionais de arquivo têm na preservação da memória coletiva do evento, tendo em conta os aspetos emocionalmente delicados, dado que a perspetiva contemporânea da avaliação coloca a decisão de avaliação nas mãos dos arquivistas.

Ainda sobre o papel dos arquivistas na tomada de decisão no âmbito da avaliação da informação, um outro estudo remete para a necessidade de existirem protocolos de responsabilização, de prestação de contas e de justificação por parte dos arquivistas no âmbito do processo de decisão decorrente da avaliação (Cross, 2011). Tal deve-se à necessidade de o arquivista admitir os seus vieses e ganhar a confiança do público no âmbito das decisões de avaliação que faz, por conta do impacto que poderá ter na moldagem das memórias da Sociedade para os futuros utilizadores.

A avaliação de informação de arquivo na Era Digital surge no estudo que analisa os problemas ligados ao trabalho arquivístico à volta de material nadodigital, especialmente a avaliação (Newby, 2014). Para além de terem de avaliar informação, que só poderá ser acedida através de aplicações informáticas e hardware obsoletos, os profissionais de arquivo apresentam uma formação inadequada para lidar com os desafios digitais, sendo também necessário reexaminar as teorias e as metodologias arquivísticas sobre avaliação. O autor considera que este conjunto de problemas configura uma situação de medo e receio por quem tem de efetuar as práticas arquivísticas no âmbito de este tipo de informação.

O estudo mais recente dos EUA refere-se ao tratamento arquivístico de um espólio documental de um legislador, que foi adquirido pelo Arquivo Estatal da Califórnia (Evans, 2015). No âmbito do processo de avaliação, o autor apresenta os critérios e o enquadramento que foram tidos em consideração para essa tarefa (Evans, 2015, pp. 12–15).

Um dos estudos de origem canadiana aborda a definição e medição de atributos de arquivos definitivos para a avaliação documental (Makhlouf Shabou, 2011b). A autora pressente a necessidade destes instrumentos para apoiar o processo de tomada de decisão no âmbito da avaliação de informação de arquivo, propondo para tal um quadro

conceptual para a definição de critérios de qualidade no âmbito do arquivo histórico, um método de medição das propriedades e um guia para a sua aplicação.

Outro estudo canadiano apresenta uma proposta de estratégia de avaliação para os arquivos do *curling* (um esporte com grande representação no Canadá) na província do Manitoba (Neyedly, 2011). A estratégia e/ou abordagem de avaliação proposta utiliza uma combinação da macro-avaliação com a *documentation strategy*, que levou a examinar o contexto histórico e contemporâneo do esporte no Canadá para enquadrar o *curling* e, em seguida, identificar cinco funções principais do *curling* para avaliar a qualidade da informação conservada nos arquivos, com recurso a metodologias de avaliação funcionais. Considera também que esta estratégia e/ou abordagem pode ser aplicada para a avaliação da informação de arquivo referente a qualquer esporte.

O estudo canadiano mais recente aborda o valor e as utilizações dos filmes de família em ambiente digital e as práticas alternativas para o seu arquivo, e como tal contribui para uma renovação das perspetivas arquivísticas (Brochu, 2019). O autor verifica os usos e as razões que justificam o seu arquivo e inclusão no património audiovisual da Sociedade, numa perspetiva pós-moderna de necessidade de preservar e disseminar representações mais diversificadas da Sociedade. Assume também uma abordagem das práticas de arquivo contemporâneas ligadas ao uso dos arquivos e ao envolvimento direto dos membros da comunidade em todas as etapas do processo arquivístico. Apresenta também exemplos de projetos baseados em modelos de arquivos comunitários, analisando a forma como utilizam o ambiente digital para reunir os filmes nas coleções de interesse de modo a torná-los visíveis e inteligíveis para a comunidade através da sua edição e narração, estabelecendo espaços comuns de partilha, que favorecem a sua consulta, interpretação e utilização como forma de garantir o seu potencial de significação ao longo do tempo.

3.6. Estratégias e/ou Abordagens em Portugal

Este apartado analisa o contexto nacional português, apresentando, em primeiro lugar, uma sistematização da evolução sobre a avaliação da informação de arquivo em Portugal, seguida das propostas e/ou abordagens que têm sido aplicadas neste país, particularmente no contexto da Administração Pública, e os estudos académicos desenvolvidos neste país sobre esse tema.

3.6.1. Evolução

Este apartado leva em conta o que já foi relatado nos subcapítulos 1.2 e 2.4 sobre os projetos para a criação de Portarias de Gestão Documental Comuns no setores autárquico (Penteado & Lourenço, 2015; Silva et al., 2015), ensino superior público (Freitas et al., 2015), fruto da legislação da avaliação da informação da administração pública portuguesa que começa a surgir em 1992 (Decreto-Lei 121/92, de 2 de julho, 1992), com a intenção de normalizar as designações e o destino final de cada uma das séries documentais relativas a recursos humanos, recursos financeiros e recursos patrimoniais dos serviços da administração direta e indireta do Estado, com a Tabela de Seleção das Funções-Meio (Fidalgo & Ucha, 2006), a evolução da Macroestrutura Temática (MET) para a Macroestrutura Funcional para a Administração Pública (MEF), o esquema de Metainformação para Interoperabilidade (MIP), o projeto “Harmonização de classes de 3º nível em planos de classificação conformes à MEF”, o Projeto “Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística” – ASIA, a Lista Consolidada (LC) (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2019), e da mudança de uma abordagem centrada nos documentos para uma abordagem de âmbito funcional.

Parece pertinente dar contexto a todos os elementos, por intermédio do estudo da legislação portuguesa no âmbito da avaliação arquivística. Para o efeito, recorreu-se a uma pesquisa da legislação em causa, sendo que, no caso das Portarias se recorreu a uma recolha das mesmas pelo método de amostragem, com base no critério de pertinência para esta análise. Com a designação da Torre do Tombo como Arquivo Nacional (Regulamento Provisional de 30 de Abril, 1823), no âmbito do liberalismo, iniciou-se o processo das incorporações da documentação dos tribunais, cartórios das corporações religiosas e outros organismos extintos. O decreto de 29 de dezembro de 1887, que cria a Inspeção Geral das Bibliotecas e dos Arquivos, proibia a alienação de livros, documentos

ou outros objetos dos arquivos do Estado, “a não ser que estejam inteira e provadamente inutilizados” (art.º 9.º), sendo que o destino dos objetos inutilizados seria regulamentado (Decreto de 29 de dezembro, 1887). Esta situação ainda encontra eco na Ditadura Militar, no decreto n.º 19952 de 27 de junho de 1931, que, no art.º 54, que explicitava que competia à Inspeção das Bibliotecas e Arquivos efetuar pareceres relativos à alienação e à destruição de manuscritos e outros materiais documentais de estabelecimentos do Estado ou administrativos, devendo esta Inspeção indicar as condições em que se efetuariam tais operações (Decreto-Lei 19952, de 27 de julho, 1931).

É já no centro do período do Estado Novo, que se identifica a primeira peça legislativa, que aborda o problema das massas documentais, estratégias de gestão arquivística como a redução dos prazos de arquivo ou a substituição de documentos através da migração para outros suportes, como o microfilme. O Decreto-Lei 39446, de 21 de novembro de 1953, autoriza a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones a proceder à microfilmagem dos documentos, que a lei manda arquivar. Este diploma também ordenava a eliminação dos originais após a microfilmagem, e que, para todos os efeitos, poderiam ser substituídas por fotocópias autenticadas com selo branco do serviço (Decreto-Lei 39446, de 21 de novembro, 1953).

Também digna de nota é a Circular L.º 39-A, Pº Z-1/12, Nº A-18/67, de março de 1967, destinada às autarquias locais, que continha em anexo o que se pode considerar como tabela de seleção, dado ter uma relação de documentos, definindo os seus prazos de conservação e destino final. Este documento, que regulou a avaliação da documentação das autarquias até meados da década de 80 do século passado, consagrava ainda a obrigatoriedade da elaboração de autos relativos às operações de eliminação ou alienação dos documentos (Ministério do Interior. Direção-Geral da Administração Política e Civil, 2.ª Repartição, 1967).

Só com o Decreto-Lei 29/72, de 24 de janeiro, é estendida a todos os organismos públicos a autorização para microfilmagem e eliminação da documentação de arquivo original, ficando cada Ministério competente de fixar em Portaria os prazos mínimos de conservação em arquivo dos documentos na posse dos serviços, e a indicação de que os documentos de conservação permanente, pelo seu interesse histórico ou outro motivo, deveriam ser transferidos para os correspondentes arquivos eruditos. Estes documentos, mesmo que microfilmados, não poderiam ser alvo de eliminação. Também referia a necessidade de indicação de um funcionário responsável pela microfilmagem em cada

serviço (Decreto-Lei 29/72, de 24 de janeiro, 1972). Ao abrigo deste decreto-lei, surgem portarias como a Portaria n.º 390/72, de 15 de julho, que determina que a empresa pública Correios e Telecomunicações de Portugal e a empresa pública Telefones de Lisboa e Porto observem no tratamento da sua documentação determinados prazos e formalidades, nomeadamente a indicação dos prazos mínimos de conservação em arquivo de documentação sobre determinados processos e “temas” (Portaria 390/72, de 15 de julho, 1972). No entanto, verifica-se que, para além dos prazos estipulados nesta portaria, a entidade teria de seguir os prazos de conservação indicados por legislação especial, prazos de reclamação concedidos a utentes ou estabelecidos por tratados, convenções e acordos, os quais não estão especificados na peça legislativa, o que permite perceber que tal situação obrigaria a uma análise posterior da legislação vigente para determinar os prazos de conservação obrigatórios. Esta portaria também indicava que a documentação poderia ser inutilizada antes dos prazos estipulados, salvo a que tivesse interesse histórico ou de outro tipo, desde que tivesse sido previamente microfilmada. Estipulava também que os responsáveis pelas operações de microfilmagem eram os dirigentes dos serviços onde tal tarefa era executada, estando a autenticidade dos microfimes garantida por um boletim de controlo, que antecipava cada processo ou grupo de documentos, visado pelo responsável. A inutilização dos documentos deveria ser feita por corte ou rasgamento manual ou usando dispositivos apropriados, após a conferência dos respetivos microfimes. Esta legislação nada indica sobre a necessidade de elaboração de autos de eliminação. No entanto, dá-se nota de um aspeto de nomenclatura na Portaria n.º 738/73 de 25 de outubro, que especifica a aprovação de um *Regulamento da Conservação Arquivística*, neste caso do Ministério das Obras Públicas (Portaria 738/73, de 25 de outubro, 1973).

Conhece-se também um despacho de 1979, emanado do município de Lisboa, subordinado à pré-arquivagem e inutilização da documentação, em que se constata a listagem de séries e tipologias documentais divididas por três categorias em termos de conservação: permanente; temporária; e inutilização imediata. Define um destino final para cada categoria, tendo em conta o seu valor administrativo e/ou histórico, e apresenta indicações sobre os procedimentos de microfilmagem e de eliminação (Despacho 56/P/79, de 30 de outubro, 1979).

O decreto-lei n.º 149/83, de 5 de abril, ao definir o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas, refere que competia aos diretores dos arquivos

distritais o suscitar o cumprimento do art.º 54 do decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931 (Decreto-Lei 149/83, de 5 de abril, 1983). Por sua vez, o decreto-lei n.º 424/85, de 22 de outubro, que aprova a Lei Orgânica do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, dota competências à Divisão de Tecnologia Arquivística para proceder à pré-arquivagem dos documentos e às incorporações julgadas convenientes (Decreto-Lei 424/85, de 22 de outubro, 1985). Perceciona-se que tal julgamento decorreria de um processo de avaliação, mas tal não é explicitado.

Paralelamente, vai decorrendo a publicação de várias portarias baseadas nos preceitos do Decreto-Lei n.º 29/72. Assim, diplomas legais como a Portaria n.º 503/86, de 9 de setembro (Portaria 503/86, de 9 de setembro, 1986) ou a Portaria n.º 553/88, de 16 de agosto (Portaria 553/88, de 16 de agosto, 1988), apresentam já tabelas em anexo indicativas dos prazos mínimos de conservação de documentos em arquivo. Determinam também: a forma de contagem do prazo de conservação de documentos referentes a atos suscetíveis de recurso; a possibilidade de transferência dos documentos de conservação permanente para os arquivos distritais após 50 anos; a possibilidade de destruição dos documentos de arquivo após o término do prazo de conservação; a utilização da técnica da amostragem na documentação passível de destruição, de acordo com o indicado no mapa indicativo dos prazos mínimos de conservação, e por despacho do dirigente do organismo, segundo critérios que atendessem a alterações legislativas ou de modelos de impresso com incidência direta nos documentos em uso e aos anos política e economicamente mais relevantes; obrigatoriedade de elaboração de um auto de destruição devidamente especificado e assinado pelo responsável do serviço de microfilmagem. Outros aspetos considerados pertinentes incluem a necessidade de consulta do Instituto Português de Arquivos (IPA) em caso de dúvida quanto ao interesse histórico dos documentos, e explicitação dos cuidados a ter nas ações de microfilmagem. No último diploma, refere-se ainda a possibilidade de inutilização, sem prévia microfilmagem, de documentos desde há muito arquivados e já sem qualquer interesse, dado que a sua microfilmagem seria dispendiosa e não teria nenhuma razão de utilidade. Estes elementos parecem demonstrar uma evolução relativa à forma como eram preparados estes instrumentos de avaliação, desde o Decreto-Lei n.º 29/72, ligado a uma maior preocupação por parte dos profissionais da informação de arquivo e da sensibilidade das tutelas para o problema da gestão documental e, em específico, da necessidade de avaliar a documentação. No entanto, os preceitos verificados nestas portarias não estavam ainda

sistematizados por uma cobertura legal que estendesse a sua obrigatoriedade a todos os instrumentos de avaliação produzidos à luz do referido Decreto-Lei.

De facto, o surgimento do referido IPA, em 1988, explicita que tais preocupações requeriam um “corpo legislativo que permita definir uma política arquivística coerente e adaptada às necessidades atuais da administração e das ciências da informação”. Com efeito, com a extinção da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos, em 1965, as suas atribuições passaram sucessivamente para as Direções-Gerais dos Assuntos Culturais e do Património Cultural e, em 1980, para o Instituto Português do Património Cultural.

O texto introdutório do diploma referia que a política arquivística se subordinou a “objectivos de natureza muito diferente e que não tinham em conta as exigências técnicas muito específicas do sector” e que a falta de medidas necessárias para lidar com a documentação que já não era necessária para administração corrente, e pelo crescimento avultado da documentação produzida tinham tornado preocupante a situação dos arquivos portugueses. Tal requeria a definição de normas para a seleção e a preservação da documentação, que estivessem ao nível das exigências das técnicas derivadas das “ciências da informação”, em termos da seleção e classificação desses materiais. Estas normas deveriam estar contextualizadas numa política definida explícita e sistematicamente para evitar a acumulação de massas documentais acumuladas e a destruição não autorizada de documentação. Pretendia-se, assim, que o IPA fosse o órgão coordenador e executor de uma política integrada de arquivos direcionada para a preservação, seleção, ordenação e valorização do património arquivístico nacional, que permitisse planear e estabelecer um sistema nacional de arquivo e definir normas e orientar a sua aplicação a nível nacional, para criar as condições de utilização e disseminação da informação contida na documentação de arquivo, nomeadamente por motivos identitários. Tal incluía até a coordenação da articulação dos arquivos definitivos com os arquivos da administração corrente (Decreto-Lei 152/88, de 29 de abril, 1988).

No âmbito da avaliação, a sua ação verifica-se pela publicação do decreto-lei n.º 447/88, de 10 de dezembro (Decreto-Lei 447/88, de 10 de dezembro, 1988), que revoga e substitui o Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de janeiro, e introduz alterações, contextualizadas num processo de revisão global do regime jurídico dos arquivos, não só às disposições legais referentes à publicação das portarias que orientam a avaliação, a seleção e a eliminação dos documentos de arquivo que deixem de ter interesse administrativo, mas também com a admissão da necessidade de intervenção dos serviços

que superintendem a política arquivística como garantia de assegurar a correta apreciação da documentação com potencial interesse histórico e o seguimento de critérios uniformes e tecnicamente corretos para a avaliação, a seleção e a eliminação dos documentos. Tal situação efetivava-se pela obrigatoriedade das portarias, que regulamentavam as normas de pré-arquivagem passarem a ser aprovadas não só pelo ministro que tutela o serviço, mas também pelo membro do governo que superintende a área da cultura. Especificava-se, pela primeira vez, que as normas definidas pelas portarias teriam de compreender os aspetos ligados à: avaliação, seleção e eliminação de documentos; definição de prazos de conservação; elaboração das tabelas de seleção; tipologia e formalidades da microcópia; conservação da documentação audiovisual e legível por máquina; transferência da documentação de conservação permanente para arquivos definitivos. Confirmava também que as cópias obtidas a partir de microcópia autenticada tinham força probatória do original e que as portarias publicadas ao abrigo do decreto-lei anterior deveriam ser reformuladas de acordo com os preceitos indicados neste diploma, o que marca o início de processo de revisão de portarias de avaliação de documentos. Finalmente, sujeitava à elaboração das portarias não só os serviços da administração direta e indireta do Estado e autarquias locais, mas também as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e outras entidades públicas ou privadas cujos arquivos fossem declarados de relevante interesse cultural. Neste âmbito, e a título de exemplo, aponta-se o *Regulamento de Conservação e Eliminação de Documentos em Arquivo nos Tribunais Judiciais* fixado na Portaria n.º 330/91, de 11 de abril, que apresenta termos e aspetos como prazo de conservação administrativa, tabela de avaliação e seleção, transferência para os arquivos intermédios, e distinção de tipologias de classificação dos suportes de substituição (microfilme) (Portaria 330/91, de 11 de abril, 1991).

Apesar de o fim do IPA e a integração da sua missão nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT) (Decreto-Lei 106-G/92, de 1 de junho, 1992), o processo de revisão global do regime jurídico dos arquivos continua mesmo com o Decreto-Lei n.º 121/92, de 2 de julho, que estabelece os princípios de gestão de documentos relativos a recursos humanos, recursos financeiros e recursos patrimoniais dos serviços da administração direta e indireta do Estado. Neste sentido, pretendia atingir o objetivo de normalizar as designações e o destino final de cada uma das séries documentais. Isto tinha como finalidade a racionalização do ciclo de vida dos documentos

de arquivo, minimizando os custos e rentabilizando a utilização e a conservação administrativa dos documentos e da informação, e promover a adequada preservação, que garantisse os acervos de conservação permanente, para fins de investigação histórica. Isto passava pela definição normativa, que garantisse uma atuação integrada, que permitisse a identificação sistemática da documentação das áreas referidas, a programação de eliminações de documentos, a libertação de espaços e a recuperação expedita dos processos documentais. Este diploma previa ainda a aprovação de uma tabela geral de avaliação, seleção e eliminação de documentos, mas referia que a questão dos prazos de conservação administrativa dos documentos ainda tinha que ser trabalhada, isto é, normalizada (Decreto-Lei 121/92, de 2 de julho, 1992). De notar que é este diploma que dá origem à Tabela de Selecção das Funções-Meio (Fidalgo & Ucha, 2006).

O surgimento do *Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico* é outro marco, na medida em que refere que cabe ao Estado, entre outros, programar e regulamentar a avaliação, a seleção e a eliminação da documentação. Este diploma também apresenta um conjunto de definições relativas a arquivos e suas tipologias, gestão de documentos, e agregações de documentos. Neste âmbito, apresenta-se uma visão sistémica e mais abrangente de arquivo, que já não se limita aos documentos que já não são considerados necessários para as atividades correntes dos organismos, e vai para além dos suportes de registo em papel, o que implicava a necessidade de os organismos disporem de sistemas de gestão de documentos (Decreto-Lei 16/93, de 23 de janeiro, 1993). Perceciona-se que esta visão mais abrangente permitiu considerar também os aspetos da avaliação da informação de arquivo eletrónica.

A lei orgânica, que formaliza a sucessão do AN/TT pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) (Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de março), explicita que compete a este organismo emitir parecer sobre os projetos de portarias de gestão de documentos, de acordo com o previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44/88, de 10 de dezembro, o que incluía decidir sobre a conservação permanente da documentação com relevante valor informativo e ou probatório, em articulação com as administrações produtoras, emitir parecer sobre a eliminação de documentos proposta pelas administrações produtoras, apoiar tecnicamente o processo de avaliação relativo aos arquivos pertencentes a serviços e organismos extintos ou a extinguir, emitir parecer sobre os processos de avaliação de massas documentais acumuladas, a pedido das administrações produtoras. Para além disso, este diploma considera que o património

arquivístico nacional, que o organismo deveria salvaguardar e valorizar, era fundamento da memória coletiva e individual, fator da identidade nacional e fonte de investigação científica (Decreto-Lei 60/97, de 20 de março, 1997). Depreende-se que estes constituíssem critérios a ter em conta no processo de avaliação documental.

O Despacho Conjunto 264/97, de 22 de agosto, cria um grupo de trabalho com a finalidade de proceder ao recenseamento das séries documentais produzidas e recebidas nas autarquias locais, propor o estabelecimento e respetiva tabela de seleção (reformulando para isso a Portaria 503/86, de 9 de setembro) e promover a uniformização de estratégias e metodologias de trabalho para a elaboração de um manual de procedimentos arquivísticos. Este grupo de trabalho tem a participação de representantes da Direção Geral da Administração Autárquica, do IAN/TT, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e de um conjunto de Autarquias (Despacho Conjunto 264/97, de 22 de agosto, 1997). Perceciona-se que se pretendia reformular o diploma legal, que se pode considerar como a primeira portaria conjunta para a gestão documental, uma vez que seria utilizada pelos vários organismos da administração local.

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural considera que devem ser protegidos os arquivos públicos de âmbito nacional, regional ou municipal conservados a título permanente na sequência de um processo de avaliação concluído nos termos da lei, qualquer arquivo público com mais de cem anos, os arquivos privados e coleções factícias, que se revelem de inestimável interesse cultural e/ou se encontrem na posse do Estado, ou que mostrem ser possuidores de interesse cultural relevante e cujos proprietários nisso consintam (Lei 107/2001, de 8 de setembro, 2001). Perceciona-se que isto aumentava a abrangência da regulamentação da avaliação arquivística por via de Portarias, dado que qualquer documento público com mais de 100 anos passava automaticamente a ser considerado de conservação permanente, para além de alguns arquivos privados.

O Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março, ao definir o regime geral das incorporações da documentação de valor permanente em arquivos públicos, refere que as incorporações teriam de incluir processos de avaliação, seleção e eliminação, definidos em portaria de gestão de documentos, e ainda da elaboração de relatórios de avaliação. A designação de portaria de gestão de documentos compreendia a portaria conjunta do ministro que superintende nos serviços e entidades envolvidos e do Ministro da Cultura

que regulamenta a avaliação, seleção e eliminação de documentos, determina os respetivos prazos de conservação administrativa, o seu destino final e ainda a conservação permanente dos documentos em suportes alternativos ao suporte tradicional de papel (Decreto-Lei 47/2004, de 3 de março, 2004).

Os diplomas, que fazem substituir o IAN/TT pela Direção-Geral de Arquivos (D GARQ) e apresentam a sua orgânica (Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de março e Portaria n.º 372/2007, de 30 de março), explicitam a inclusão dos arquivos eletrónicos no âmbito da atuação do organismo e o poder de fiscalização, pela realização de ações de auditoria em todos os arquivos do Estado, autarquias locais e empresas públicas, bem como em todos os conjuntos documentais considerados como património arquivístico e fotográfico protegido (Decreto-Lei 93/2007, de 29 de março, 2007; Portaria 372/2007, de 30 de março, 2007). Perceciona-se agora que a avaliação arquivística tenha de incluir de forma explícita os registos de informação eletrónica produzidos ou recebidos e utilizados no âmbito do desempenho das atividades, e que a D GARQ passaria a ter o poder de fiscalizar e auditar os organismos quanto às práticas de gestão documental, incluindo a avaliação, a seleção e a eliminação de informação de arquivo.

A análise das várias portarias publicadas desde a década de 90 permitem percecionar que a produção dos diplomas legais com esta finalidade começa a apresentar uma estrutura tendencialmente normalizada, que inclui não só os procedimentos para a avaliação e a seleção, mas também os procedimentos de transferência, seja de suporte, seja de unidade orgânica com funções de arquivos intermédios ou definitivos. Os anexos passam a incluir não só a tabela de seleção, mas também um conjunto de modelos de guias de remessa, autos de entrega e autos de eliminação. Também se verificam alguns aspetos interessantes relativos às portarias produzidas, como o facto de algumas indicarem que o regulamento não é aplicável à documentação acumulada existente no organismo, nem a arquivos que receba de outras entidades, como a Portaria n.º 116/2011, de 25 de março. Verifica-se que estes instrumentos legais são considerados apenas para avaliação da informação de arquivo produzida em data posterior à entrada em vigor da respetiva portaria. Perceciona-se até a evolução do entendimento técnico no seio dos profissionais de arquivo e, especificamente, das equipas técnicas do órgão coordenador, nas próprias tabelas de seleção, dado que começam a organizar as agregações documentais por séries e subséries pelo enquadramento orgânico-funcional e, mais tarde, pelos próprios quadros de classificação funcionais, e indicação que os procedimentos para

substituição de suporte, com vista à conservação e consulta dos documentos, que passam também a incluir a digitalização, devem ser definidos em documentos próprios, como o Regulamento de Microfilmagem e/ou Plano de Preservação Digital, a aprovar pelo órgão coordenador da política arquivística nacional (Portaria 116/2011, de 25 de março, 2011). Isto permite perceber que se passou da lógica em que as portarias de gestão de documentos são produzidas quando a documentação já se encontrava numa fase semi-ativa ou como massa acumulada, para uma lógica de desenvolvimento de portarias de gestão documental *a priori* da produção documental. Assim, o nexos da avaliação e seleção passa da pré-arquivagem para o âmbito da gestão contínua dos documentos, que encara a avaliação como um processo integrado com as demais funções arquivísticas. Trata-se de uma mudança da lógica de avaliação *a posteriori* percebido no Decreto-Lei 447/88, de 10 de dezembro, para uma lógica de avaliação *a priori* à produção dos documentos. Daí que se passe a considerar a portaria somente para a documentação em fase ativa e, assim, consigná-la como instrumento de classificação documental, apresentando-se a tabela de seleção como espelho do quadro de classificação da informação de arquivo produzida e recebida pela organização após a publicação da portaria. Tal situação é de tal forma evidente, que, para além de passarem a ser designadas por portarias de gestão documental e não apenas de portarias de seleção e avaliação de documentos ou de conservação arquivística, incluem explicitamente no seu âmbito como regulamento de gestão documental as funções de classificação, avaliação, seleção, remessa, substituição de suporte e eliminação. No âmbito da classificação, explicita mesmo que a estrutura para a classificação dos documentos se fundamenta na Macroestrutura Funcional (MEF) (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013b), documento emanado do órgão coordenador, que apresentava inicialmente uma classificação funcional de dois níveis (funções e subfunções) da Administração Central do Estado (ACE) e, mais tarde, se estende para a totalidade da Administração Pública (AP). A tabela em anexo passa a apresentar o âmbito e conteúdo (Portaria 6/2017, de 4 de janeiro, 2017). Em 2019 verificou-se que surgem no articulado destas portarias aspetos como: as garantias do sistema de informação da entidade; definição terminológica; a introdução de regulamentação sobre o registo como atividade da gestão documental; a estipulação da Lista Consolidada (LC) (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2019), documento de natureza incremental emanado do órgão coordenador que contém os terceiros níveis (processos de negócio) conformes à MEF para a classificação e a avaliação da informação pública, como referência para atualização da tabela de seleção, implicando a submissão e a

integração de propostas na Lista Consolidada, para que possa haver lugar à alteração do regulamento de gestão documental. A tabela, que pode incluir os quartos níveis (representação de subdivisão dos processos de negócio para efeitos de avaliação da materialização informacional de distintas etapas dos processos de negócio), passa a apresentar em anexo a forma de contagem do prazo de conservação administrativa, a entidade responsável pelo cumprimento da decisão de destino final, enquanto que os anexos de auto de entrega e auto de eliminação se percebem como sendo formulários eletrónicos (Portaria 11/2019, de 14 de janeiro, 2019). Um dos aspetos, que transparece nestas portarias, é o facto de só um dos detentores ser o responsável pela conservação permanente da informação, medida considerada necessária para evitar a conservação redundante da informação, evitando investimentos supérfluos em armazenamento. Isto significa que o processo de avaliação da informação da Administração Pública passa a ser feito de forma suprainstitucional e transversal. No entanto, os critérios de determinação do destino final e do prazo de conservação administrativa baseiam-se somente nos dispositivos legais, nas relações entre processos de negócio e nos intervenientes (apenas considerando os intervenientes públicos), critérios gestionários, e/ou de utilidade administrativa, considerando-se difícil de perceber que estes critérios respondam criticamente à presunção de salvaguarda da memória do Estado, para não falar do fundamento da memória coletiva e individual da Sociedade Portuguesa. Isto parece vir na linha do que Hives (1994) afirma sobre as novas prioridades administrativas/gestionárias, em relação à gestão da informação de arquivo ao longo do seu ciclo de vida, terem afetado as prioridades arquivística, suplantando as prioridades culturais, anteriormente consideradas primordiais (Hives, 1994, p. 158).

A análise desenvolvida permite aventar que esta abordagem, para além de pretender orientar o processo de avaliação para a fase anterior à produção da informação, implica que as organizações utilizem a proposta classificativa e avaliativa emanada dos referenciais do órgão coordenador, ou adaptem as que utilizam internamente, com o objetivo de orientar para uma uniformização da classificação e da avaliação da informação de arquivo independentemente da cultura organizacional e tradição administrativa. Para além disso, não se consegue perceber nos valores subjacentes à avaliação, a preocupação com as questões da memória pública da Sociedade. Percebem-se que os participantes na produção dos referenciais, das portarias de gestão documental e dos relatórios de avaliação de massas acumuladas sejam profissionais de arquivo,

profissionais das áreas da informação, das áreas jurídicas, económico-financeiras e da área da gestão de organizações públicas pertencentes ao órgão coordenador, as entidades produtoras ou responsáveis pela informação de arquivo alvo da avaliação, ou provenientes de entidades prestadoras de serviço nesta área.

Para além disso, o ponto de vista funcional é-o na perspetiva da Administração Pública. Ou seja, o que se salvaguarda é a memória do aparelho do Estado (incluindo a Administração Central, Desconcentrada, Regional, Local, empresas públicas), ou melhor, dos seus organismos, na perspetiva dessa Administração Estatal.

Não concorrem, para esta avaliação, nem a representatividade da Sociedade (pluralista, multicultural), que se estende para além das relações do Estado com as comunidades, organizações não governamentais e empresas, nem os pontos de vista dos indivíduos, grupos e comunidades sem poder para se fazerem ouvir, nem a colaboração de entidades, comunidades e grupos no âmbito da identificação dos valores, no processo seleção e avaliação. Estas comunidades, grupos, organizações, entidades são também o sujeito abordado na informação de arquivo avaliada pelos organismos estatais, uma vez que é o registo dessas interações entre esses sujeitos e o Estado.

Daqui também discorrem as questões acerca da transparência e o direito do acesso à informação pública, na medida em que apenas se verifica a existência de dois relatórios durante o século XXI, um de 2003 sobre os Arquivos Intermédios da Administração Central (Observatório das Actividades Culturais & Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2003) e outro de 2009, assente num questionário sobre aplicação de Portarias de Gestão de Documentos (Grupo de Trabalho da Macroavaliação. Direção-Geral de Arquivo, 2009), sendo que se tem conhecimento de relatórios setoriais em alguns casos limitados à região de Lisboa, e que surgem entre 1989 e 1992 (Instituto Português de Arquivos, 1989) (Tribunais (Instituto Português de Arquivos, 1990d), Contabilidade Pública (Instituto Português de Arquivos, 1990a), Serviços Prisionais (Instituto Português de Arquivos, 1990c), Contribuições e Impostos (Instituto Português de Arquivos, 1990b), Indústria (Instituto Português de Arquivos, 1991c), Higiene e Segurança no Trabalho (Instituto Português de Arquivos, 1991b), Investigação Científica e Tecnológica (Instituto Português de Arquivos, 1991f), Administração Pública (Instituto Português de Arquivos, 1991a), Registos e Notariado (Instituto Português de Arquivos, 1991e), Geologia e Minas (Instituto Português de Arquivos, 1991d), Presidência do Conselho de Ministros (Instituto Português de Arquivos, 1991g), Transportes Terrestres

(Instituto Português de Arquivos, 1992a), Marinha (Instituto Português de Arquivos, 1992b)).

A sua análise permite afirmar a não existência de relatórios públicos sobre os autos de eliminação enviados para a DGLAB, que reportem sobre a informação avaliada e eliminada em termos quantitativos (metros lineares) como em termos qualitativos (a que funções, atividades, processos de negócio diziam respeito).

No que se refere aos Relatórios de Avaliação de Documentação Acumulada, por se enquadrarem no epíteto de instrumento técnico e não como instrumento na forma de diploma legal, não são alvo de publicação e acesso público, desconhecem-se as entidades que desenvolveram projetos para este fim e também como decorre a sua aplicação e os seus resultados, com exceção da que é alvo de investigação e comunicação científica, como são exemplo os indicados no capítulo sobre os estudos prévios e também sobre o setor do ensino superior público (Freitas et al., 2015).

Sistematizando, os valores são identificados de acordo com critérios definidos pelos profissionais que, apesar de qualquer código deontológico ao qual possam estar moralmente vinculados, estão comprometidos com os organismos da administração pública e não o de outros participantes, o que se salvaguarda é a memória da execução das funções e atividades desses organismos e não da Sociedade multifacetada, o ponto de vista ou o prisma é o desses organismos e não a diversidade de perspetivas, e não são comunicados os resultados dessa avaliação.

Desta memória, a ser utilizada pelos investigadores, só é possível aferir uma visão parcial (leia-se oficial) sobre a Sociedade, o que interessa aos organismos públicos registar acerca das suas interações com as entidades, comunidades e grupos, de acordo com a interpretação que fazem sobre essas interações.

Apresenta-se no Quadro 15 uma sinopse dos instrumentos legais aqui abordados.

Quadro 15 – Quadro Sinóptico dos Instrumentos Legais Abordados

Documento	Designação/Conteúdo
Regulamento Provisional de 30 de abril de 1823	“Regulamento Provisional para o regimen, e direcção do Archivo Nacional da Torre do Tombo”
Decreto de 29 de dezembro de 1887	Criação da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos
Decreto-Lei 19952, de 27 de julho de 1931	Remodela os serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, bem como da respetiva Inspeção
Decreto-Lei 39446, de 21 de novembro de 1953	Autoriza a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones a proceder à microfilmagem dos documentos que a lei manda arquivar
Circular L.º 39-A, Pº Z-1/12, Nº A-18/67, de março de 1967	Circular que regulamenta a avaliação das Autarquias Locais
Decreto-Lei 29/72, de 24 de janeiro de 1972	Torna extensivo à generalidade dos serviços de natureza pública, estabelecendo as normas para a sua uniformização, o uso da microfilmagem dos documentos em arquivo, com a consequente inutilização dos respetivos originais
Portaria 390/72, de 15 de julho de 1972	Determina que a empresa pública Correios e Telecomunicações de Portugal e a empresa pública Telefones de Lisboa e Porto observem no tratamento da sua documentação determinados prazos e formalidades
Portaria 738/73, de 25 de outubro de 1973	Aprova o Regulamento da Conservação Arquivística do Ministério das Obras Públicas
Despacho 56/P/79, de 30 de outubro, 1979	Despacho do Município de Lisboa que define procedimentos para a pré-arquivagem e inutilização da documentação
Decreto-Lei 149/83, de 5 de abril de 1983	Define o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas
Decreto-Lei 424/85, de 22 de outubro de 1985	Aprova a Lei Orgânica do Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Portaria 503/86, de 9 de setembro de 1986	Autoriza a microfilmagem de documentação em arquivo existente nas autarquias locais e serviços municipalizados
Portaria 553/88, de 16 de agosto de 1988	Fixa os prazos mínimos de conservação em arquivo dos documentos na posse dos governos civis e autoriza a microfilmagem dos documentos que devam manter-se em arquivo e a consequente inutilização dos originais
Decreto-Lei 152/88, de 29 de abril de 1988	Cria o Instituto Português de Arquivos (IPA)
Decreto-Lei 447/88, de 10 de dezembro de 1988	Regula a pré-arquivagem de documentação. Revoga o Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de janeiro
Portaria 330/91, de 11 de abril de 1991	Aprova o Regulamento de Conservação e Eliminação de Documentos em Arquivo nos Tribunais Judiciais
Decreto-Lei 106-G/92, de 1 de junho de 1992	Aprova a Lei Orgânica dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
Decreto-Lei 121/92, de 2 de julho de 1992	Estabelece os princípios de gestão de documentos relativos a recursos humanos, recursos financeiros e recursos patrimoniais dos serviços da administração direta e indireta do Estado
Decreto-Lei 16/93, de 23 de janeiro de 1993	Regime geral dos arquivos e do património arquivístico
Decreto-Lei 60/97 de 20 de março de 1997	Aprova a orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, do Ministério da Cultura
Despacho Conjunto 264/97, de 22 de agosto de 1997	Cria um grupo de trabalho com a finalidade de promover a uniformização de estratégias e metodologias de trabalho para procedimentos arquivísticos, para as autarquias locais.
Lei 107/2001, de 8 de setembro de 2001	Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural
Decreto-Lei 47/2004, de 3 de março de 2004	Define o regime geral das incorporações da documentação de valor permanente em arquivos públicos
Decreto-Lei n.º 93/2007 de 29 de março	Aprova a orgânica da Direção-Geral de Arquivos
Portaria n.º 372/2007 de 30 de março	Estabelece a estrutura nuclear da Direção-Geral de Arquivos e as competências das respetivas unidades orgânicas
Portaria 116/2011, de 25 de março de 2011	Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística da Direção-Geral do Tesouro e Finanças
Portaria 6/2017, de 4 de janeiro de 2017	Aprova o Regulamento de Gestão de Documentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e revoga a Portaria n.º 509/2004, de 14 de maio
Portaria 11/2019, de 14 de janeiro de 2019	Aprova o regulamento para a classificação e avaliação da informação produzida no exercício de funções da Infraestruturas de Portugal, S. A., e suas empresas - Grupo IP

FONTE: Produção do autor (2020), com base na legislação consultada.

3.6.2. Perspetiva Teórica

Do ponto de vista teórico, em Portugal destaca-se a proposta de Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro (2002a) à luz do que consideram ser o paradigma científico e pós-custodial emergente, em confronto com o paradigma documental, técnico e custodial clássico, e que configura a Arquivística como uma disciplina aplicada da Ciência da Informação. Aplicando um modelo de compreensão da metodologia de investigação derivado de De Bruyne, Herman e De Schoutheete (1974) a que apelidam de método quadripolar (por inclusão dos polos epistemológico, teórico, técnico e morfológico), consideram que a avaliação não pode continuar a ser concebida como operação técnica e atividade profissional exclusiva do arquivista, uma vez que só atinge a inteligibilidade metodológica num esquema quadripolar centrado na investigação científica, uma vez que está para além do nível prático e empírico da atividade arquivística, incluindo também as problemáticas dos sistemas tecnológicos de informação e mesmo da biblioteconomia (Silva & Ribeiro, 2002a, pp. 25 e 29). No âmbito do polo técnico, a avaliação está ligada à análise, sendo precedida pela observação e pela experimentação, com a influência dos polos epistemológico e teórico. O objetivo da avaliação passa a ser o conhecimento do sistema informacional (como estudo de caso), de equacionar problemas relativos ao seu funcionamento e/ou de reconfigurar o seu desempenho para rentabilizar interna e externamente a memória institucional, e não somente a avaliar para conservar informação como um bem histórico e cultural ou a seleção para eliminação com fim de libertar espaço. Daí que os autores também inscrevam a teoria sistémica na avaliação, uma vez que esta incide sobre os sistemas de informação sejam eles arquivísticos, biblioteconómicos ou sistemas de informação tecnológicos. No caso específico do arquivo, os autores consideram a existência de dois fatores essenciais, referentes às estruturas organizacional (unicelular e pluricelular) e às funções do serviço ou uso (centralizado ou descentralizado), e um terceiro, a memória, ligado aos anteriores. Para além disso, identificam o arquivo como ativo (ligado ao funcionamento ou atividade da entidade produtora) ou desativado (em que a entidade cessou a sua atividade), sendo comum a sua transferência para arquivos especializados ou centros de arquivos. A avaliação efetua-se por parâmetros científicos, incidindo no fluxo da informação do sistema, com base em três indicadores: a pertinência (mensurável pelo conjunto dos objetivos principais da entidade, da estrutura orgânica, competência/funções, e a

memória); a densidade (saber se o ato/documento é primário/original ou secundário); frequência (quantificação da periodicidade de uso/acesso à informação desde a fase genésica ou decisória até à fase pós-genésica e pós-decisória, que apresentam como alternativa à teoria das três idades). O primeiro parâmetro pressupõe uma recolha de dados acerca da estrutura da organização e uma análise/avaliação pelo arquivista, com a participação interdisciplinar dos administrativos, gestores e outros intervenientes no processo, que se manifesta no estudo orgânico-funcional. No que se refere à densidade, ao identificar os atos informacionais primários, ela permite dispensar os duplicados e evitar que sejam substituídos, a título de memória institucional, pelos atos secundários. O parâmetro da frequência permite compreender o processo informacional e como as organizações lidam com a própria memória. A partir destes parâmetros de avaliação, desenvolvem uma matriz com base em índices de ponderação quantitativa, que tipifica as situações de cruzamento entre os ditos parâmetros, para tomar uma decisão objetiva sobre a retenção ou a eliminação da memória institucional. Em alternativa aos valores primário e secundário, propõem que cientistas da informação e especialistas em economia e gestão se debrucem, numa lógica interdisciplinar, e à luz da teoria sistémica, sobre o estudo da importância estratégica, do peso decisório, da memória institucional, como parte integrante e indissociável do sistema de informação arquivístico. É da importância estratégica interna e externa da memória institucional que depende a validade da estratégia e/ou abordagem de avaliação sistémica que propõem, e que visa conservar para rentabilizar e beneficiar o acesso, a eficácia da gestão e o autoconhecimento.

Consideram ainda não haver qualquer vantagem prática ou científica na publicação das tabelas de temporalidade por parte dos órgãos coordenadores, propondo alternativamente a solução de alteração do suporte tecnológico. Apesar disso, inscrevem-nas no polo morfológico, circunscritas ao registo exclusivo dos atos informacionais elimináveis ao fim dos seus prazos prescricionais e precaucionais. Digno de nota é o aviso que deixam relativamente às consequências da memória coletiva continuar a ser alimentada regularmente apenas pelos organismos político-administrativos da sociedade, nomeadamente o facto do pretendido autoconhecimento histórico-social se manterá minúsculo e controlado pelas classes dominantes, sendo preciso controlá-la com uma cidadania esclarecida, democrática, reivindicativa e geradora de um futuro cada vez mais participado, justo e igualitário.

A proposta emanada do órgão coordenador da política arquivística portuguesa (atual DGLAB), e que já foi apresentada em traços largos no contexto no subcapítulo 1.2, pretende a concretização de uma política pública de classificação e avaliação da informação de arquivo e de uma política integrada de gestão da informação ao nível organizacional, refletindo a abordagem da análise funcional e os pressupostos derivados do planeamento proposto pela ISO 15489/NP4438. Sustenta-se nas bases legais que determinam que todas as informações criadas, enviadas e recebidas pelo Estado português são ativos importantes e património cultural, pelo que devem ser geridas e armazenadas de forma a garantir a sua acessibilidade para uso próprio e do cidadão, proteger direitos e deveres e salvaguardar a identidade nacional (Decreto-Lei 16/93, de 23 de janeiro, 1993; Decreto-Lei 93/2007, de 29 de março, 2007; Decreto-Lei 447/88, de 10 de dezembro, 1988; Lei 107/2001, de 8 de setembro, 2001). De acordo com essa entidade, tal requer a utilização de instrumentos que possibilitem a organização e avaliação dessa informação, respetivamente o plano de classificação e a tabela de seleção, que determinem que informação poderá ser eliminada e qual deve ser conservada. No enquadramento legal português a eliminação só é possível ao abrigo de um dispositivo legal aprovado / autorizado pela entidade coordenadora da política nacional de arquivos (Decreto-Lei 447/88, de 10 de dezembro, 1988; Portaria 192/2012, de 19 de junho, 2012). Desde 2018, o órgão coordenador tem desenvolvido esforços para a atualização do regime jurídico atual, que determina que as decisões de avaliação sejam publicitadas através de portaria publicada no *Diário da República*, para que se torne obrigatória a elaboração e a implementação da Tabela de classificação e avaliação (atuais tabelas de seleção), derivada da Lista Consolidada, para cada entidade ou conjunto de entidades congéneres, indo ao encontro das novas tendências de modernização administrativa e dos princípios de transparência, eficiência, simplificação e interoperabilidade semântica, que se pretende aplicar nas entidades que exercem funções públicas ou que são objeto de intervenção de carácter financeiro ou gestionário por parte da Administração Pública (Lourenço et al., 2019). Este dispositivo pode tomar a forma de Portaria de Gestão de Documentos (PGD) ou de Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada (RADA), sendo o primeiro obrigatório para a avaliação da documentação corrente da entidade (integrando atualmente também a componente relativa à classificação), e o segundo destinado à documentação acumulada que não está abrangida por uma portaria de gestão de

documentos, constituindo um recurso para avaliações pontuais. A elaboração destes instrumentos deve ser antecedida por um diagnóstico ao sistema de arquivo, com o fim de identificar as suas principais características, o universo documental a avaliar, os recursos e a metodologia de trabalho necessários para a concretização da tarefa. Tal como se indicou anteriormente, a DGLAB desenvolveu o referencial Lista Consolidada para a classificação e a avaliação da informação pública (LC), com base na MEF e no projeto ASIA, no sentido de uniformizar a produção destes instrumentos de gestão da informação por parte dos organismos públicos. Isto significa que se desenvolveu uma análise funcional de nível macro, a título supra-institucional, das funções administrativas consideradas funções do Estado/Administração Pública (sem se explicitar o enquadramento do que se considera como funções do Estado, mas que o Estado também nunca discutiu). Assim a avaliação que se pretende é de carácter supra-institucional, numa visão global e supra-institucional da atuação da Administração Pública, em oposição à tradicional visão organizacional e segmentada dos processos. Esta análise funcional foi desenvolvida com recurso às abordagens orientadas para a gestão de processos de negócio, uma vez que só as ocorrências dos terceiro e quarto níveis se materializam em processos documentais, por motivos de concretização de diferentes prazos de conservação administrativa e destinos finais. A intenção destes referenciais é a criação de instrumentos de avaliação de âmbito organizacional ou pluri-organizacional, que utilizem uma linguagem comum para a classificação da informação a partir de um esquema de classes representativo das funções e dos processos executados pela Administração Pública e a avaliação supra-institucional da informação de arquivo. Assim, a componente da PGD referente ao Plano de Classificação pretende ser um instrumento de suporte à classificação, constituído por um esquema de classes pré-definidas e por um conjunto de regras ou instruções de aplicação, com o objetivo de possibilitar a organização e recuperação estruturada da informação, facilitar o acesso integrado à informação de arquivo e a interoperabilidade semântica entre sistemas, e servir de base para a avaliação da informação. Dada a orientação da MEF para os níveis das funções e subfunções, trata-se de um plano de classificação funcional e hierárquico, em conformidade com a Lista Consolidada, sendo os terceiros níveis para identificar os processos de negócio e os quartos níveis referentes aos subprocessos de negócio, somente para efeitos de avaliação, referentes aos documentos, quando o seu destino final não é único, de conservação ou de eliminação, sendo parte dos documentos eliminada. No caso do RADA, esta componente funcional deixa de ser obrigatória e já não encerra em si a lógica do processo de negócio,

utilizando-se em alternativa as divisões da estrutura hierárquica utilizada pela entidade para a organização das séries ou agregações documentais (Chaves & Lourenço, 2016). A componente tabela de seleção é, por sua vez, o instrumento resultante da avaliação arquivística em que se fixam os prazos de conservação administrativa, a respetiva forma de contagem, e os destinos finais da informação, visando a redução legal do volume dos documentos, permitindo a segurança nas transferências e migrações, contribuindo para a libertação de espaço físico, bem como para a salvaguarda da informação relevante, garantindo direitos e deveres no médio e longo prazo, e salvaguardando a memória e o património arquivístico. Note-se que não refere se considera esta memória e património arquivístico como somente da organização (institucional), à luz da ISO 15489/NP4438 ou mais abrangente, da Sociedade. A PGD pretende ser aplicada em sistemas manuais ou inserida em sistemas de gestão documental ou em sistemas orientados ao negócio, sendo também considerada a base para a definição de Planos de Preservação Digital, no que reporta informação de arquivo eletrónica (Gomes & Lourenço, 2016). Esta situação pode ser interpretada como um movimento de centralização do processo de avaliação e de decisão relativamente à informação por parte do órgão coordenador, ficando as entidades apenas com o papel de aplicar as decisões. De facto, o processo de avaliação pode considerar-se determinado *a priori* pelo órgão coordenador (para não dizer concluído), competindo ao organismo que produziu a PGD a aplicação dos prazos de conservação e as decisões do destino final. Com a introdução da plataforma CLAV (Plataforma para a Classificação e Avaliação da Informação Pública), este processo poderá adquirir níveis superiores de transversalidade e interoperabilidade semântica, podendo levar até a uma PGD única para toda a Administração Pública portuguesa (objetivo em parte conseguido pela Lista Consolidada, na perspetiva em esta atua como um plano de classificação e de avaliação, com distintas materializações nos instrumentos legais de avaliação), o que iria ter impacto na forma como os organismos gerem a sua informação. Esta transversalidade já está plasmada no critério de completude informacional que considera que num processo em que intervêm várias entidades (processo transversal), o dono do processo de negócio é a entidade que detém o processo mais completo, integrando, ainda que de forma parcelar, os contributos de todos os participantes. Tal serve de justificação ao surgimento do princípio da corresponsabilização, que possibilita a articulação de responsabilidades entre dono e participante no âmbito da eliminação das partes dos processos documentais que se encontram nos sistemas de arquivo das entidades produtoras participantes e responsabilizando, caso o destino final seja a conservação permanente, o dono por essa

conservação (Lourenço, 2019). Outros valores subjacentes à avaliação consignados a esta abordagem são a densidade informacional e a complementaridade informacional, ambas derivadas da relação entre processos de negócio, em que a primeira se pode manifestar na decisão conservação de processos síntese, a segunda na conservação de processos que se complementem. Daqui decorrem os critérios para determinação do prazo de conservação administrativo, a saber, critério de utilidade gestonária (tem na sua base a diferenciação entre o planeamento e a gestão estratégica e a execução de funções), o critério legal (estabelecido ou inferido) e o critério de utilidade administrativa (tem por base a utilização obrigatória de informação existente num processo de negócio para se cobrir ações ou procedimentos documentados noutra processo de negócio). Para a determinação do destino final, existe o critério da densidade informacional (derivado de uma relação assimétrica de síntese de informação ou de inexistência de síntese de informação de um processo de negócio noutra(s) processo(s) de negócio, o critério da complementaridade informacional (partindo da perceção de que modo é necessária a informação constante de um PN, para que se possa compreender outro PN) e o critério legal (Lourenço et al., 2019). Apesar de se percecionar que a produção dos ditos referenciais resulta do trabalho dos profissionais de arquivo do órgão coordenador, em conjunto com os profissionais das áreas da informação (arquivistas, bibliotecários, informáticos), e das áreas jurídicas, económico-financeiras, da gestão das organizações públicas participantes nos projetos, o órgão coordenador não refere quem deve aplicar as decisões de Destino Final (conservação ou eliminação) constantes numa PGD, estando tal responsabilidade dependente de definição interna pela entidade. Somente indica que a responsabilidade da produção do auto de eliminação, necessário para o controlo da informação eliminada, compete ao serviço (ou unidade orgânica) responsável pelo sistema de arquivo, de acordo com o previsto no Regulamento de Gestão de Documentos da entidade. No caso do RADA, a aplicação das decisões de Destino Final compete à entidade detentora do arquivo, uma vez que a unidade produtora pode já ter sido extinta (Carvalho et al., 2016).

Em forma de síntese, a análise das perspetivas teóricas das estratégias e/ou abordagens portuguesas, mas também a de outros países, permite percecionar que o facto de algumas abordagens incluírem aspetos identificados com as propostas da arquivística moderna, schellenberguiana, juntamente com aspetos identificados com a arquivística pós-moderna, como o uso da macro-avaliação, pode dar azo a duas interpretações: são propostas que se situam numa posição intermédia entre a arquivística moderna e a pós-

moderna, não tendo ainda ultrapassado todos os elementos modernistas, para se considerar puramente pós-moderna; ou representam um carácter abrangente, holístico da arquivística pós-moderna, que acolhe no seu seio os aspetos dos quadros teóricos anteriores, numa lógica de evolução do pensamento arquivístico sobre a avaliação, em que o desenvolvimento da reflexão teórica em relação à realidade emergente espoletou uma evolução da chamada arquivística moderna para a pós-moderna, sem a existência ou necessidade de um corte epistemológico. Ou seja, a primeira interpretação é feita à luz de uma visão de rotura e mudança súbita, e a segunda interpretação é feita numa lógica de evolução contínua.

Apresenta-se no Quadro 16 a síntese da análise da perspetiva teórica sobre as abordagens e/ou estratégias portuguesas.

Quadro 16 – Quadro-Síntese das Abordagens da Avaliação Arquivística (Portugal)

Abordagem	Autores / Exponentes	Países / Escolas	Conceitos e/ou Ideias-chave	O quê	Quem	Como
Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro	Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro	Portugal	“Método Quadripolar” Centrada na investigação científica; Para conhecer o sistema informacional (como estudo de caso), e equacionar problemas relativos ao seu funcionamento e/ou de reconfigurar o seu desempenho	Sistemas de Informação (Arquivos, Bibliotecas, Sistemas Tecnológicos de Informação); Fluxos de Informação	O arquivista, com a participação interdisciplinar dos administrativos, gestores e outros intervenientes no processo;	Pela análise precedida pela observação e pela experimentação, com a influência dos pólos epistemológico e teórico; Com base nos parâmetros de a pertinência, densidade e frequência.
Órgão coordenador da política arquivística portuguesa	Alexandra Lourenço, Pedro Penteado	Portugal	Com base na estratégia e/ou abordagem da macro-avaliação; Análise Funcional supra-institucional; Determinação implícita das Funções do Estado/Administração Pública Abordagem orientada para a gestão de processos de negócio	Informação produzida, recebida e enviada pela Administração Pública Portuguesa	PGD: aplicação das decisões de Destino Final dependente de definição interna pela entidade; Produção do auto de eliminação compete ao serviço responsável pelo sistema de arquivo; RADA, a aplicação das decisões de Destino Final compete à entidade detentora do arquivo,	Elaboração e aplicação do Relatório de Avaliação para Documentação Acumulada e de Portaria de Gestão Documental para a informação a produzida depois da sua publicação. PGD elaborada com base em referenciais de classificação e avaliação do órgão coordenador

FONTE - Elaboração própria (2019), de acordo com Carvalho et al. (2016), Chaves e Lourenço (2016), De Bruyne, Herman e De Schoutheete (1974), Decreto-Lei n.º 447/88, de 19 de dezembro (1988), Decreto-Lei 16/93, de 23 de janeiro (1993), Decreto-Lei 93/2007, de 29 de março (2007), Gomes e Lourenço (2016), Instituto Português de Qualidade (2005b), International Organization for Standardization (2016), Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro (2001), Lourenço (2019), Lourenço et al. (2019), Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho (2012), Silva e Ribeiro (2002a)

3.6.3. Estudos Académicos

No caso específico português, verifica-se a existência de estudos referentes aos princípios da avaliação, como o estudo que aborda os princípios da avaliação de informação de arquivo em Portugal à luz das estratégias e/ou abordagens internacionais (Pinto, 2015); sobre as políticas de avaliação, como o estudo sobre a política de avaliação e aquisição de documentos de arquivo pelo Estado Português nos séculos XIX e XX (Silva, 2011a), ou sobre políticas de avaliação de informação de arquivo na administração pública regional da Região Autónoma da Madeira (Macedo, 2015), ou mesmo um estudo de caso, que propõe uma política de avaliação contextualizada numa Instituição de Ensino Superior (Cadilhe, 2013); sobre os arquivos fotográficos e audiovisuais, que inclui o estudo dedicado ao estado e tratamento do património arquivístico de natureza fotográfica pertencente aos arquivos nacionais e distritais portugueses, incluindo avaliação e seleção (Dias, 2013), a avaliação e a seleção nos arquivos fotográficos digitais do Arquivo Histórico Parlamentar (Figueiredo, 2013), a avaliação, armazenamento e preservação da Informação Audiovisual dos "brutos" de Reportagem da SIC – Porto (Fernandes, 2014), e o relatório de estágio sobre o Arquivo Audiovisual da SIC, com destaque nas tarefas de Avaliação e Seleção documental (Rodrigues, 2015); a avaliação de massas documentais acumuladas, com estudos contextualizados nos Governos Cívicos (Rodrigues, 2017), no Ministério de Negócios Estrangeiros (Maciel, 2013), numa Unidade de Cuidados de Saúde Primários (Pocariço, 2016), estes dois últimos na forma de relatórios de estágio; sobre o desenvolvimento de propostas de avaliação no seio da gestão da informação nas organizações, como o relatório de estágio efetuado no arquivo da Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Lisboa Norte (Candeias, 2016); e relativo ao património e memória cultural e atribuição de valor no contexto dos arquivos pessoais, como o estudo referente às instituições de memória em Portugal detentoras de arquivos pessoais (Pereira, 2018b).

De forma mais aprofundada, um dos estudos aborda os princípios da avaliação da informação de arquivo em Portugal, balizando os seus critérios, princípios e estratégias e/ou abordagens no âmbito das principais teorias no contexto internacional (Pinto, 2015). São apresentadas as estratégias e/ou abordagens dos EUA e Reino Unido e as estratégias e/ou abordagens Europeias, onde se enquadra o trabalho realizado em Portugal, fazendo reflexão sobre a avaliação baseada na função da informação e a suas implicações na

Arquivística em Portugal.

De igual forma, surge uma investigação relativa à avaliação e aquisição de documentos de arquivo pelo Estado Português, nos séculos XIX e XX (Silva, 2011a). Indagando acerca dos desígnios que orientaram as decisões do Estado português em relação à aquisição de documentos de arquivo, por intermédio do Arquivo Nacional e dos Arquivos Distritais, pretendeu-se verificar se esses desígnios se formalizaram numa política de avaliação e aquisição de documentos de arquivo coerente e sistemática. A autora defende que existiu uma visão constitutiva dos arquivos enquanto repositórios documentais da memória nacional.

Outro estudo, de caráter mais abrangente, apresenta um diagnóstico ao estado do património arquivístico de natureza fotográfica pertencente aos arquivos nacionais e distritais portugueses, no que respeita às questões ligadas à sua gestão, tratamento e disponibilização, incluindo as tarefas de avaliação e seleção (Dias, 2013). Deste diagnóstico resultam propostas de linhas orientadoras para a gestão, o tratamento e a disponibilização destes mesmos arquivos.

Uma investigação relativa à avaliação da informação acumulada dos Governos Civis pretende conhecer o modo como o Estado avaliou a informação acumulada pelos Governos Civis desde o 25 de Abril de 1974 e a extinção *de facto* destes organismos de administração pública em 2011 (Rodrigues, 2017). Tendo presente as distintas correntes arquivísticas e o conceito, evolutivo, de avaliação, desenvolve três estudos de caso, em cujos resultados se apoia para defender que a quase totalidade da informação acumulada dos Governos Civis, produzida entre 1974 e 2011, se destina à conservação permanente.

Surge também uma investigação sobre as Políticas de avaliação da informação de arquivo na administração pública regional da Região Autónoma da Madeira (Macedo, 2015). A análise das políticas de avaliação de informação de arquivo é desenvolvida a partir de um *corpus* científico, jurídico e normativo, incluindo as portarias de gestão documental, no âmbito do sistema regional de arquivos da Região Autónoma.

Um trabalho reporta-se ao estudo de caso relativo à avaliação da informação de uma Instituição de Ensino Superior (Cadilhe, 2013). Tal diagnóstico inclui a comparação das práticas de avaliação da informação adotadas na instituição tanto no que se refere à informação acumulada como à que é atualmente produzida/ recebida na instituição, com a portaria de gestão de documentos em vigor. Tal permitiu desenvolver uma proposta de

política de avaliação da informação com vista à melhoria da eficácia das práticas de avaliação de informação da instituição.

Dá-se conta também de vários relatórios de estágio. Um destes desenrola-se no Ministério de Negócios Estrangeiros português centrado na avaliação de documentação acumulada (Maciel, 2013). Tal estágio desenvolve-se no âmbito da implementação de um processo de avaliação documental, com a organização e a inventariação dos fundos documentais e melhoria das condições no acesso à informação, com a reorganização do espaço destinado à guarda do arquivo sem investimentos de vulto.

Outro relatório descreve o estágio no Arquivo Audiovisual da SIC, com destaque nas tarefas de Avaliação e Seleção documental (Rodrigues, 2015). Aborda o processo (incluindo a política de avaliação e seleção) praticado no Arquivo Audiovisual da estação de televisão e aplicado essencialmente aos telejornais da SIC Notícias, desde a criação até à sua conservação ou eliminação. A autora conclui ser necessária a revisão do processo de avaliação dos telejornais do canal televisivo, para a rentabilização e a racionalização do espaço de armazenamento, a manutenção da qualidade e a melhoria da capacidade de resposta aos utilizadores.

Um dos estudos, cujo registo do RENATES informa ter sido concluído em 2016 mas que não está disponível em nenhum repositório, tem como título “A avaliação documental nos Cuidados de Saúde Primários: estudo de caso do Centro de Saúde da Lapa” (Pocariço, 2016). Tendo-se encontrado o que se supõe ser uma apresentação sobre o referido estudo, tal informação permite inferir que aborde o desenvolvimento de um relatório de avaliação de massas documentais acumuladas no âmbito de um estágio nesse Centro de Saúde.

Outro estudo apresenta um estudo do caso sobre Avaliação, Armazenamento e Preservação da Informação Audiovisual dos "brutos" de Reportagem da SIC – Porto (Fernandes, 2014). Aborda, assim, as questões da gestão de conteúdos audiovisuais, enfatizando a necessidade de estruturar uma nova abordagem e orientações para garantir o acesso continuado e a preservação dessa informação, com vista à sua eficiente e eficaz gestão no âmbito desse canal de televisão. No que se refere à avaliação, apresenta uma grelha para apoio na determinação do valor dos conteúdos para a empresa com critérios de pertinência, densidade, frequência, disposições contratuais e potencialidade de reutilização, sem, no entanto, indicar qualquer especificidade em relação à avaliação de informação eletrónica face à informação analógica.

Outro estudo de caso reporta-se à avaliação e à seleção nos arquivos fotográficos digitais do Arquivo Histórico Parlamentar (Figueiredo, 2013). Analisa o impacto do aumento do volume da documentação fotográfica em ambiente digital e de que forma a intervenção do arquivista no momento da produção pode minimizar o aumento dos custos de tratamento e conservação. Daí resulta uma proposta de regulamento de ingresso de imagens na instituição e que tem como objetivo a diminuição do volume das imagens que entram no arquivo.

Um dos estudos portugueses refere-se a um estágio ao arquivo da Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Lisboa Norte (Candeias, 2016). Relata as atividades desenvolvidas no âmbito da avaliação documental com base na análise orgânico-funcional e no fluxo informacional da Unidade de Saúde Pública, trabalhando a distinção entre informação clínica e administrativa, na perspetiva da sua reutilização. Procurando aferir e comparar o modo como as organizações interpretam e lidam com a própria informação e memória, apresenta uma proposta de avaliação da documentação e recomendações para aplicação futura, sob a perspetiva de uma gestão integrada da informação que favoreça a eficiência e a eficácia do fluxo informacional.

Outro estudo apresenta um reconhecimento das instituições de memória em Portugal detentoras de arquivos pessoais, bem como a identificação destes arquivos, refletindo sobre as motivações para a sua preservação, os critérios de seleção, e as consequências de algumas práticas inerentes aos processos de incorporação e tratamento da informação (Pereira, 2018b). A autora considera que o processo de avaliação da informação destes arquivos está orientado para a construção da memória individual e coletiva, condicionados pela atuação de diversos intervenientes e por diferentes imperativos e propósitos.

Em jeito de síntese, importa indicar que a produção académica vinculada a programas universitários de mestrado e doutoramento sobre a problemática da avaliação da informação de arquivo que se analisou no âmbito das Estratégias e/ou Abordagens não só de Portugal mas também e outros países, apesar da sua origem académica, ao tentarem aplicar instrumentos normativos para a avaliação revelam ser sobretudo estudos de natureza técnica muito assentes em estudos de caso, mais centrados nos aspetos técnicos e profissionais e levados a cabo maioritariamente por arquivistas.

A análise faz transparecer que, pelo menos nesta amostra, os estudos não se focam nos aspetos mais abstratos, epistemológicos, não se orientando para discutir os

fundamentos, os princípios, os requisitos e os critérios de avaliação de informação em arquivo. Pelo contrário, buscam soluções concretas para problemas reais com que os arquivistas se deparam, tendo por base uma perspetiva de natureza técnica, baseados mais na prática e na legislação.

Estes estudos académicos também permitiram realizar uma análise da qual emergiu o ponto de situação do estado da questão, que levou à considerar que se justifica o desenvolvimento desta investigação que aqui se apresenta, e em que medida ela irá contribuir (ou pretende contribuir) para o avanço do que se conhece sobre o tema.

Tendo surgido das pesquisas efetuadas em plataformas e repositórios portugueses, brasileiros, espanhóis, e mesmo de carácter internacional, estes estudos académicos dão conta das questões abordadas pela investigação que se tem desenvolvido no âmbito da avaliação de informação de arquivo. De entre estes estudos, reforçamos a referência do estudo de Silva (2009) porque enfatiza a dificuldade dos atores humanos das organizações em associarem o documento em meio digital às suas características arquivísticas, o que dificulta a aplicação de instrumentos arquivísticos, nomeadamente os instrumentos de avaliação de informação de arquivo. Isto vem na linha das problemáticas, que têm sido apresentadas.

Como já se indicou, estes estudos são baseados mais na prática e na legislação, do que sustentados em princípios e políticas de avaliação coerentes, não indagando por vezes os fundamentos, e, ao tentarem aplicar instrumentos normativos para a avaliação, percebe-se que dão maior relevo aos aspetos técnicos, profissionais, em desfavor dos epistemológicos. Tal não significa que não se reconheça que esses estudos não partilhem aspetos comuns a esta investigação, mormente, sejam enriquecedores do debate e da diversidade de perspetivas das questões em foco e também como elementos de sensibilização. Nessa perspetiva, é possível verificar a intenção de identificar fatores e propor alternativas e soluções passíveis de responder às necessidades percebidas de avaliar informação de arquivo, para servir de recomendação ou orientação e preencher lacunas relativas a propostas para lidar com o problema no âmbito da tomada de decisão sobre o que conservar, como, porquê, por quanto tempo, com que meios e consequências. Esta intenção parece estar em linha com o ensejo de participar no processo de desenvolvimento/construção do Conhecimento científico. Outro aspeto percebido passa pela missão, implícita ou explícita, de sensibilizar para as questões da avaliação da informação de arquivo, enformando linhas condutoras para o debate, numa perspetiva de

crítica construtiva da evolução técnica e teórica, face ao contexto dinâmico em que se enquadra a dimensão da informação de arquivo eletrónica, seja na sua utilização quotidiana a título pessoal ou organizacional, seja no âmbito das práticas arquivísticas, seja na problematização científica, e mesmo no papel que vem adquirindo na Sociedade, ou que esta lhe vai atribuindo.

No entanto, o presente estudo assume um carácter de originalidade face a estes trabalhos, dado que dá uma ênfase ao foco da informação eletrónica e pretende compreender, as discussões, autores, perceções e significados sobre o fenómeno da avaliação de informação de arquivo, em termos internacionais, que se levam a cabo na literatura científica específica, num intervalo de dez anos, com base na análise sistemática comparada de teoria e de programas e projetos de expressão internacional, e estabelecendo um contraste com quadro teórico e técnico internacional e também da realidade portuguesa. Esta análise das teorias e das tendências sobre a avaliação da informação de arquivo, com especial ênfase à avaliação da informação de arquivo em suporte eletrónico constitui um contributo para a discussão sobre a avaliação de informação de arquivo, mas ao nível dos fundamentos, dos princípios, dos requisitos e dos critérios da avaliação. Outro elemento de originalidade passa por inferir das propostas e soluções que emergiram da análise, propostas e princípios sistematizados para a avaliação da informação de arquivo eletrónica, e em contraste com o quadro teórico e técnico que observa na realidade.

Neste capítulo pretendeu-se apresentar as estratégias e/ou abordagens de avaliação de arquivo que transpareceram da análise teórica e técnica. Para tal, optou-se por iniciar com uma visão internacional, mais abrangente, e depois focar a análise nas estratégias e/ou abordagens espanhola e brasileira, mais próximas geográfica e linguisticamente da realidade portuguesa, com a análise da qual se encerra este capítulo.

SEGUNDA PARTE:
ESTUDO APLICADO

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pretende-se neste capítulo dar conta dos procedimentos metodológicos desenvolvidos no âmbito deste estudo. Para esse efeito é delineada a metodologia que sustenta o estudo, nomeadamente o desenho da investigação, seguindo-se os aspetos ligados às técnicas e aos processos de recolha e análise de dados nas duas fases da investigação. A produção científica, a construção teórica, não resulta de uma *tabula rasa*, pelo que se considera pertinente referir a aplicação de procedimentos metodológicos semelhantes aos que já têm provas demonstradas da sua eficácia, pela mão de Freitas (2009). Com efeito, está a transferir-se para o campo empírico deste estudo e a proceder à sua adaptação à realidade em apreço.

Apresenta-se a fundamentação metodológica, que especifica os aspetos do Método Qualitativo, no seio do qual se recorreu à Análise Documental e à Teoria Fundamentada, aqui consideradas como métodos de análise principais, e também apresenta o faseamento do estudo.

4.1. Fundamentação Teórica

Pretende-se neste apartado apresentar a justificação teórica dos métodos utilizados. Dão-se a conhecer os aspetos pertinentes do Método Qualitativo que enforma este estudo, no seio do qual se recorreu à Análise Documental (fase I) e à Teoria Fundamentada (fase II).

4.1.1. Método Qualitativo

Dado que este enquadramento teórico procura a compreensão do contexto por via da interpretação, com vista à construção de significado (Creswell & Creswell, 2018; Mertens, 2014), verifica-se que as estratégias de investigação mais adequadas a esta investigação remetem para uma abordagem qualitativa. Tal se deve ao facto de os dados que se operam incluírem palavras, imagens, artefactos e métodos, que se caracterizam por serem emergentes, com questões abertas, relativos a documentos, com a análise textual e interpretação de temas e/ou padrões e ainda dados derivados de painéis de questionários, ou seja múltiplas formas de recorrer aos vários dados e também pela forma usada para recolher esses dados.

Taylor, Bogdan e DeVault (2016, p. 163) referem que a maioria dos estudos qualitativos são orientados para a construção de teoria ou para a ampliação do conhecimento acerca dos processos sociais gerais (ou básicos). O objetivo dos estudos teóricos é a compreensão ou a explicação de aspetos da vida social mais abrangentes do que as pessoas e contextos estudados especificamente. Nesses estudos, os investigadores interpretam e indicam ativamente o que é importante para o seu público, utilizando dados descritivos para ilustrar as suas propostas (modelos) conceptuais e teóricas e convencer os leitores de que o que o investigador afirma é verdade. Neste âmbito, Glaser e Strauss (1967) distinguiram entre dois tipos de teoria: a teoria substantiva, que se refere a uma área concreta de investigação, como por exemplo, escolas, prisões, delinquência juvenil e atendimento a doentes; e a teoria formal, que diz respeito a uma área conceptual de investigação, como o estigma, as organizações formais, a socialização, e os comportamentos desviantes, cuja relevância abrange vários tópicos. Taylor, Bogdan e DeVault (2016, p. 163) indicam que, na investigação qualitativa, a maioria dos estudos concentra-se numa única área substantiva.

Tratando-se de um trabalho com uma fase inicial, de carácter teórico, e, posteriormente, uma parte empírica, recorre-se a uma estratégia de investigação sequencial, mas a funcionar em espiral sucessiva, constatada pela recolha de dados qualitativos, o desenvolvimento de uma lógica para combinação e integração dos dados em diferentes estádios da investigação, e a descrição dos procedimentos adotados no estudo, à medida que se faz a interpretação dos dados, num processo indutivo cuja

profundidade e a riqueza da investigação permitem atingir ou desenvolver um padrão de significado ou teoria (Creswell & Creswell, 2018; Mackenzie & Knipe, 2006).

No âmbito desta investigação, esta abordagem qualitativa orienta quer a forma pela qual são efetuadas as recolhas de dados, quer o desenvolvimento da Análise Documental e da *Grounded Theory*.

4.1.2. Análise Documental

Na primeira fase, de carácter preparatório, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica com vista ao desenvolvimento do enquadramento teórico (apresentado nos capítulos 1, 2 e 3) que antecede e sustenta o estudo empírico. Para analisar os dados provenientes desta pesquisa bibliográfica recorreu-se ao método da análise documental.

A análise documental (Bowen, 2009) é considerada um procedimento sistemático de revisão ou avaliação de material documental com informação textual ou de imagem registada sem a intervenção do investigador, que recorre ao exame e à interpretação dos dados, com o fim de extrair significado, ganhar compreensão e desenvolver conhecimento empírico (Bowen, 2009; Corbin & Strauss, 2015). Este procedimento analítico envolve identificar, seleccionar, avaliar (dar sentido) e sintetizar dados contidos em documentos. A análise de documentos produz dados - excertos, citações ou passagens inteiras - que são então organizados em temas principais, categorias e exemplos de casos especificamente por meio de análise de conteúdo (Labuschagne, 2003).

Segundo Bowen (2009), os documentos fornecem antecedentes e contexto, perguntas adicionais a serem feitas, dados suplementares, um meio de detetar mudanças e desenvolvimento, e a verificação de resultados de outras fontes de dados. Além disso, os documentos podem ser o meio mais eficaz de recolha de dados quando os fenómenos já não podem ser observados ou quando os informantes se esquecem dos pormenores (Bowen, 2009, pp. 29–31).

Autores como Bowen (2009), Merriam (1988) e Yin (1994), apresentam as vantagens e desvantagens do recurso à análise documental. Consideram-na um método eficiente, por ser menos moroso que os outros métodos e requerer seleção de dados em vez de recolha de dados (Bowen, 2009); com maior disponibilidade e facilidade de encontrar os recursos a analisar (documentos) (Merriam, 1988); menos custoso,

principalmente quando a recolha de novos dados já não é possível (Bowen, 2009); pouco intrusivo e reativo, na medida em que os documentos não são afetados pelo processo de investigação (Bowen, 2009); com maior estabilidade, derivada dos documentos e do facto da presença do investigador não alterar o que está a ser estudado (Merriam, 1988); com maior exatidão, derivada da inclusão de nomes, referências e detalhes de eventos nos documentos (Yin, 1994); com cobertura abrangente, em termos cronológicos, quantidade de eventos e de configurações/ambientes (Yin, 1994). As limitações da análise documental podem decorrer de aspetos como: o detalhe insuficiente, uma vez que os documentos são produzidos com propósitos diferentes da investigação que a eles recorre, podendo não dar respostas com detalhe suficiente para responder às perguntas da investigação (Bowen, 2009); a possibilidade de dificuldade ou impossibilidade de recuperação dos documentos (1994); e a seletividade enviesada, quando se verifica que o conjunto dos documentos disponíveis resulta de uma seleção prévia, por motivo externos à investigação (Yin, 1994).

Como método de investigação, a análise documental é particularmente aplicável a estudos intensivos que produzem descrições ricas de um fenómeno, evento, organização ou programa (Stake, 1995; Yin, 1994). A análise de documentos envolve uma leitura “na diagonal” (verificação superficial), leitura aprofundada (verificação completa) e interpretação, num processo iterativo que combina elementos de análise de conteúdo, considerado o processo de organizar informação em categorias relacionadas às questões em foco na investigação (Bowen, 2009; Corbin & Strauss, 2015), e de análise temática, identificada como uma forma de reconhecimento de padrões nos dados, em que os temas emergentes se vão tornando em categorias de análise (Fereday & Muir-Cochrane, 2006). A primeira envolve uma primeira revisão de documento, de “passagem”, na qual são identificadas blocos de texto ou outros dados relevantes e com pertinência para o estudo, devendo o investigador demonstrar a capacidade de identificar informação pertinente e separá-la daquela que não é pertinente (Corbin & Strauss, 2015). A segunda requer uma releitura e revisão dos dados mais cuidadosa e focada, em que o investigador examina mais aprofundadamente os dados selecionados e desenvolve a codificação e a construção de categorias, com base nas características dos dados, para descobrir temas pertinentes no âmbito de um fenómeno. Pode recorrer-se ao uso de códigos predefinidos, especialmente quando a análise documental for complementar a outros métodos de investigação utilizados no estudo. Os códigos e os temas gerados servem para integrar os dados

recolhidos por diferentes métodos. Espera-se que o investigador demonstre objetividade (procurando representar o material de investigação de forma adequada) e sensibilidade (respondendo até mesmo a sugestões subtis de significado) na seleção e análise de dados dos documentos (Bowen, 2009; Fereday & Muir-Cochrane, 2006).

Bowen (2009) considera que os investigadores devem ter uma perspectiva crítica para com os documentos e ser cuidadosos na sua utilização. Tal requer identificar o significado e o contributo de cada documento para as questões que estão a ser estudadas. Para isso, apresenta um conjunto de aspetos a ter em conta, e que passam por determinar a relevância dos documentos para o problema e objetivos do estudo; verificar se o documento se enquadra no enquadramento conceptual do estudo; determinar a autenticidade, credibilidade, exatidão e representatividade dos documentos selecionados; verificar o quão completo é o documento em termos de abrangência ou seletividade dos aspetos do tópico estudado; verificar se é equilibrado ou aborda aspetos em maior detalhe em relação a outros; considerar o propósito original do documento e o público-alvo, mormente através da informação sobre o autor e das fontes originais de informação; verificar se resultou de experiência direta ou de fontes secundárias, se foi solicitado ou espontâneo, alterado o não-editado, anónimo ou de autoria declarada. No caso de os dados terem origem em estudo prévios, é importante estudar mais do que os dados recolhidos, devendo identificar ainda o desenho da investigação, a metodologia utilizada e o enquadramento teórico de cada estudo. A inexistência, raridade ou falta de completude de documentos pode sugerir, por exemplo, que o objeto da investigação não granjeia de grande atenção, ou que algumas pessoas envolvidas não são ouvidas/tomadas em consideração. Isto leva a que o investigador tenha que estar preparado para mais pesquisas adicionais, a documentos que podem preencher lacunas nos dados e esclarecer as questões em investigação (Bowen, 2009).

4.1.3. Teoria Fundamentada

O desenvolvimento do marco teórico, que deriva da pesquisa bibliográfica/documental e com recurso à análise documental, permitiu o enquadramento teórico do estudo. Para o desenvolvimento da parte empírica desta investigação recorreu-se à Teoria Fundamentada.

A Teoria Fundamentada refere-se simultaneamente a um método de investigação qualitativa e aos produtos dessa investigação. Na perspetiva metodológica, o método da teoria fundamentada consiste num conjunto de orientações sistemáticas, mas flexíveis, para conduzir a investigação qualitativa indutiva voltada para a construção da teoria. Este método concentra-se diretamente nas fases analíticas da investigação, embora tanto a recolha como a análise dos dados se moldem e imbuam mutuamente e sejam conduzidas em conjunto. As estratégias analíticas são inerentemente comparativas e interativas, uma vez que este método orienta os investigadores a fazerem comparações sistemáticas e a envolverem ativamente os dados e a teoria emergente durante todo o processo de investigação (Charmaz & Bryant, 2008, pp. 374–377). Para Taylor et al. (2016, p. 164) a abordagem da teoria fundamentada é um método para descobrir teorias, conceitos, hipóteses e proposições diretamente dos dados, e não de suposições *a priori*, outras investigações ou enquadramentos (modelos) teóricos existentes.

A origem da GTM encontra-se na investigação que resultou na publicação *Awareness of dying* (Glaser & Strauss, 1965). Os autores apresentaram a metodologia desenvolvida nessa investigação no livro *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research* (Glaser & Strauss, 1967), e com o qual pretendiam demonstrar como algumas formas de investigação qualitativa poderiam reivindicar uma robustez e autoridade igual à investigação quantitativa. Juntamente com *Time for dying* (Glaser & Strauss, 1968) formam o conjunto de textos fundacionais da GTM canónica (Bryant, 2009, 2017, pp. ix–ix). Desde a publicação do livro de Glaser e Strauss (1967), os investigadores qualitativos discutiram se o objetivo dos estudos teóricos deveria ser o desenvolvimento ou a verificação da teoria social, ou de ambas (Charmaz, 2006; Corbin & Strauss, 2008; Strauss & Corbin, 1990). Numa altura em que os estudos quantitativos eram dominantes, Glaser e Strauss (1967) consideravam que os cientistas sociais enfatizavam demasiado o teste e a verificação das teorias e negligenciavam a atividade

importante de gerar a teoria sociológica, pelo que os investigadores qualitativos e outros investigadores de ciências sociais deveriam direcionar a sua atenção para o desenvolvimento ou a geração de teoria e conceitos sociais (Charmaz, 2014; Corbin & Strauss, 2008; Glaser, 1978), tendo projetado o método da teoria fundamentada para tal. Um aspeto relevante é o facto de que, ao gerar a teoria fundamentada, os investigadores não procuram provar as suas teorias, mas apenas demonstrar apoio plausível a essas mesmas teorias (Taylor et al., 2016, p. 165).

As bases que compõem o método refletem as diferentes origens académicas de Strauss e Glaser. Se Strauss retira das tradições do Pragmatismo, do Interacionismo Simbólico e do trabalho de campo etnográfico da Universidade de Chicago a ênfase pragmatista na Ação, no Significado, na Linguagem e na natureza provisória da Verdade, Glaser reflete a experiência de rigor e codificação dos métodos quantitativos da Universidade de Columbia na proposta para usar a codificação nos métodos qualitativos. Assim, as bases de Strauss deram à Teoria Fundamentada o seu carácter aberto através das noções de agência individual, indeterminação interacional e multiplicidade de perspetivas, enquanto as bases de Glaser enformaram a lógica e a linguagem utilizadas neste método, que acabam por ser fatores de diferenciação relativamente a outras abordagens qualitativas. Tanto Strauss quanto Glaser enfatizaram a investigação indutiva, os processos emergentes e a modificabilidade da teoria (Charmaz & Bryant, 2008).

Charmaz e Bryant (2008) apresentam um conjunto de ferramentas, estratégias e conceitos metodológicos distintivos da Teoria Fundamentada. No que se refere à codificação, enquanto a maioria dos tipos de codificação qualitativa, que se baseiam em tópicos estáticos e características gerais pré-estabelecidas, a Teoria Fundamentada distingue-se por uma codificação inicial aproximada dos dados recolhidos, com o objetivo de perguntar o que está a acontecer nesses dados, recorrendo a rótulos analíticos curtos na forma de gerúndios (mas não só) para identificar processos específicos e tratá-los teoricamente. À medida que os investigadores vão definindo um conjunto de códigos provisórios, utilizam esses códigos para comparar, classificar e sintetizar grandes volumes de dados, transformando-os em categorias de análise. Outra ferramenta indicada são os memorandos escritos ao longo do processo, detalhando os códigos através da identificação das suas propriedades, as condições do surgimento do código, e comparando-os com dados específicos e outros códigos. A produção de memorandos permite o envolvimento do investigador com os dados e as suas análises comparativas

emergentes, ajuda-o a identificar lacunas na análise, fornece-lhe materiais para comunicações e produção científica, e encoraja-o a registar e a desenvolver as suas ideias durante as várias etapas do projeto de investigação. Para além disso, quanto mais analítico for o conteúdo dos memorandos, mais elevado será o nível teórico do trabalho desenvolvido. Outra estratégia que diferencia a Teoria Fundamentada e a torna muito mais do que um simples sistema de codificação é a amostragem teórica, isto é, a procura e a amostragem de dados, que sirvam para informar as categorias teóricas. Na amostragem teórica, o investigador seleciona novos casos para estudar de acordo com seu potencial para ajudar a expandir ou refinar os conceitos e a teoria que já foram desenvolvidos. Esta amostragem teórica ocorre depois de os investigadores terem selecionado categorias-chave e precisarem de as detalhar e refinar. A recolha e a análise de dados prosseguem juntas. Este trabalho analítico adicional pode levar os investigadores a efetuarem uma amostragem em áreas empíricas inteiramente novas e diferentes daquelas em que eles iniciaram a sua investigação e, ao estudar diferentes áreas substantivas, o investigador pode expandir uma teoria substantiva para uma formal. Assim, a amostragem teórica difere claramente da amostragem representacional, muito embora seja frequentemente confundida com ela. Outro conceito metodológico relevante é a saturação teórica, que se refere à busca de dados para identificar e preencher as propriedades de uma categoria teórica. Este conceito metodológico não é, por vezes, tão bem articulado, uma vez que os investigadores acreditam, muitas vezes erradamente, que atingiram a saturação teórica quando os dados que recolheram se tornaram repetitivos, quando, afinal, ainda não preencheram as propriedades das suas categorias (Charmaz & Bryant, 2008). Porém, considera-se que, no caso dos estudos que recorrem a amostras delimitadas, por exemplo, cronologicamente, deixa de fazer sentido pretender atingir uma saturação dos dados, pelo facto de estes já terem limites definidos, fazendo mais sentido parar a recolha e análise de dados quando se atinge os objetivos. Depois dos investigadores construírem um conjunto de categorias desenvolvidas, organizam os seus memorandos, explicando essas categorias de acordo com a lógica da sua análise teórica. Os memorandos vão sendo escritos ao longo da investigação, fornecem materiais prontamente disponíveis para organizar e integrar, e evitam a sobrecarrega de dados não analisados e ideias incompletas. Essa organização teórica de memorandos integra a comunicação feita nos textos científicos (Charmaz & Bryant, 2008). O método promove seções de desenvolvimento da análise durante todo o processo de investigação.

Taylor et al. (2016) mencionam ainda o Método da Comparação Constante, que se refere à codificação e à análise simultânea dos dados para desenvolver conceitos. Ao aplicar a comparação de incidentes específicos nos dados de forma continuada, o investigador refina esses conceitos, identifica as suas propriedades, explora as suas relações entre si e integra-as numa teoria coerente (Taylor et al., 2016, p. 164).

De acordo com Denzin (2007), existem sete versões de GTM (positivista, póspositivista, construtivista, objetivista, pós-moderna, situacional, e assistida por computador). Morse (2009) nomeia uma lista de cinco (Strausseriana, Glaseriana, Construtivista, Análise Dimensional e Análise Situacional).

Se a obra magistral de Glaser e Strauss descreve estratégias metodológicas fundamentais, o manual de Glaser, *Theoretical Sensitivity* (Glaser, 1978), foi o primeiro a aprofundar a abordagem da teoria fundamentada, tendo sido seguido por várias versões distintas, que abordaremos posteriormente. Glaser delineou o seu modelo conceptual de teorização, definindo conjuntos de códigos teóricos vagamente relacionados entre si, uma codificação feita linha a linha e identificou o foco dos estudos de Teoria Fundamentada na análise dos processos sociais básicos (Glaser, 1978). Posteriormente, Glaser apresenta a sua versão da teoria fundamentada de indicador de conceitos como sendo a versão clássica, apesar de ter abandonado várias estratégias principais suas, como a codificação linha a linha e a análise de processos sociais básicos (Glaser, 1992).

O manual metodológico de Strauss e Corbin, de 1998, *Basics of Qualitative Research*, publicado pela primeira vez em 1990, constituiu o primeiro grande desvio dos livros anteriores, na medida em que faltava a representação de uma abordagem flexível, enfatizava a verificação e não tanto a emergência de conceitos, e acrescentava dois novos procedimentos técnicos. Strauss e Corbin acrescentam outro tipo de codificação, a codificação axial, na qual os investigadores tratam uma das categorias como um eixo em torno do qual identificam as dimensões das suas propriedades e estabelecem a sua relação com as outras categorias. Adicionalmente, propõem o desenvolvimento de uma matriz condicional para mapear as interseções das micro, meso e macro condições nas ações, e delinear as conexões entre esses níveis de análise (Strauss & Corbin, 1998, p. 377).

A Teoria fundamentada construtivista, inicialmente definida em separado por Bryant e Charmaz (Bryant, 2002, 2003; Bryant & Charmaz, 2007; Charmaz, 2000, 2005, 2006), surgiu como a principal alternativa às versões anteriores. A teoria construtivista fundamentada pressupõe que tanto o processo de investigação, como o mundo estudado

são socialmente construídos por meio de ações, mas que as condições históricas e sociais restringem essas ações. A versão construtivista da teoria fundamentada retém e até enfatiza as principais facetas do método, mas reconhece que o investigador desempenha um papel ativo e vital no processo de investigação, particularmente no desenvolvimento do diálogo entre investigador e os dados a partir dos quais devem resultar códigos e categorias, e, eventualmente, uma teoria fundamentada. Assim, esta versão do método fortalece as orientações de base, dando resposta a questões como a reflexividade, o contexto da investigação, o efeito inevitável do Conhecimento da literatura existente previamente. Também oferece visões sobre as maneiras pelas quais se desenvolvem novas impressões teóricas, por intermédio do envolvimento com as questões epistemológicas, fornecendo, assim, uma explicação mais sofisticada de indução e dedução do que a contida nos primeiros livros sobre o método (Charmaz & Bryant, 2008).

Adele Clarke (2005) também adota princípios construtivistas e combina-os com o pós-modernismo na sua versão da teoria fundamentada, chamada análise situacional (Clarke, 2005). Bryant, Charmaz e Clarke defendem a adoção de estratégias-chave da Teoria Fundamentada livres de fundamentos positivistas, que incluem a descoberta de uma realidade externa, um cientista social objetivo, a procura de explicações e previsões, e a rasura de como as condições do processo de investigação, incluindo as experiências e subjetividades do investigador, afetam o processo de investigação. Em vez disso, o construtivismo adota uma visão relativista e enfatiza as condições sociais da situação da investigação, as perspectivas, posições e práticas do investigador, a participação do investigador na construção dos dados, e a construção social de atos de investigação, assim como os mundos dos participantes. O construtivismo mantém os focos centrais de ação, processo e significado das outras versões, mas favorece a compreensão teórica sobre as generalizações explanatórias. Os construtivistas procuram localizar as suas análises nas condições históricas, sociais e interacionais específicas da sua produção, em vez de construir conceitos abstraídos e separados das suas origens. Em suma, os construtivistas procuram a compreensão abstrata dos fenómenos empíricos como conhecimento situado (Charmaz & Bryant, 2008).

4.2. Faseamento do Estudo

O estudo qualitativo (Creswell & Creswell, 2018) depreende uma lógica indutiva, em que o Investigador identifica generalizações ou teorias a partir de experiências passadas e da literatura. Posteriormente, analisa dados para formar padrões, generalização ou teoria de temas ou categorias, para depois elaborar questões abertas aos participantes ou registar notas de campo, e poder em seguida recolher informação. Esta abordagem metodológica estabelece que cada etapa se construa sobre os resultados (imprevisíveis) das etapas anteriores, não sendo possível apresentar um esquema pormenorizado da circulação entre fases que já se indicou existir, numa perspetiva de processo dinâmico de vai-e-vem (movimento que deriva de se avançar e regressar às diferentes fases da análise) em espiral sucessiva (no sentido de se atingir a compreensão do processo social básico, pela redução dos dados). No entanto, considera-se necessário apresentar uma esquematização aproximada dos trabalhos que se efetuaram para dar cumprimento aos objetivos definidos para esta investigação.

Pretende-se, assim, relatar a aplicação dos procedimentos metodológicos antes indicados. Para tal apresentam-se aqui as fases do desenvolvimento do estudo e reitera-se que as etapas apresentadas não são lineares, dado o modelo qualitativo e progressivo desta investigação. Neste sentido, deverão ser consideradas apenas como demarcações importantes que servem de guias de clarificação relativamente ao que se realizou e em que sequência (Figura 5).

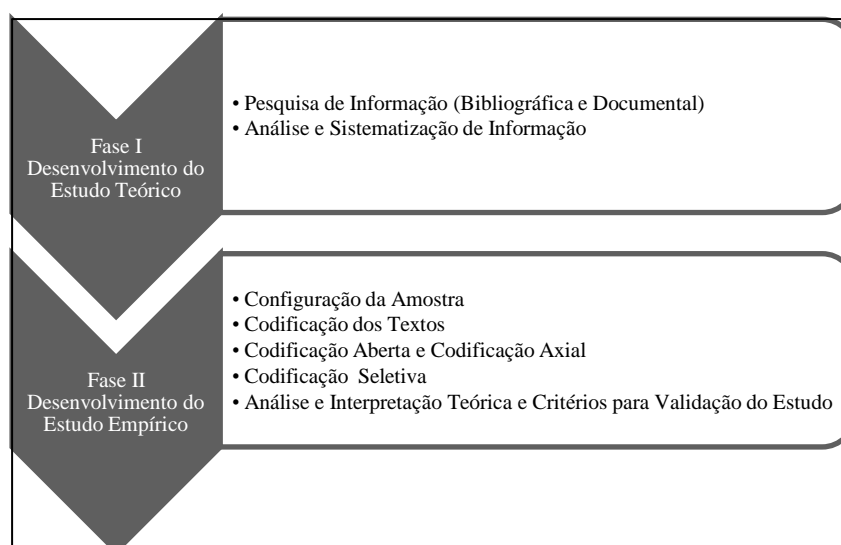


Figura 5 – Fases da Investigação

FONTE: Produção própria (2020).

4.2.1. Fase I. Desenvolvimento do Estudo Teórico

Os objetivos principais ao desenvolver o estado da arte relativo ao contexto da avaliação da informação de arquivo, no quadro da arquivística e numa perspetiva evolutiva, prenderam-se com a identificação dos elementos externos que podem condicionar atualmente essa avaliação, aos aspetos conceptuais e terminológicos relativos à avaliação da informação de arquivo e à informação eletrónica, e aos aspetos teóricos e tendenciais relativos às diferentes escolas, perspetivas, estratégias e abordagens da avaliação da informação de arquivo.

Assim, esta primeira fase desenvolveu-se à luz de uma pesquisa de informação, realizada em fontes bibliográficas e documentais (académicas, lexicográficas, normativas e legislativas), que, uma vez identificadas e selecionadas, foram alvo de análise documental, nos moldes descritos em 4.1.2.

Considera-se, assim, que a pesquisa e a análise de informação, em conjunto, permitiram a realização do enquadramento teórico do estudo (apresentado nos capítulos 1, 2 e 3).

4.2.1.1. Pesquisa de Informação (Bibliográfica e Documental)

A parte inicial da pesquisa incidiu sobre a literatura emanada da produção científica referente a teoria, conceitos, normativas, abordagens, orientações, projetos e políticas arquivísticas cujo âmbito se prende com a avaliação de informação de arquivo e da informação de arquivo eletrónica. Este trabalho exploratório de recolha iniciou-se em maio de 2016, inicialmente de forma não estruturada e, posteriormente, pela pesquisa sistemática desenvolvida no âmbito da revisão da literatura.

No que respeita às **fontes bibliográficas**, a recolha iniciou-se pela pesquisa e seleção de informação, inicialmente, pela correlação entre as referências bibliográficas listadas nos trabalhos científicos que se iam explorando. Para além destas referências, dá-se conta de se ter recorrido às bases de dados relativas aos acervos bibliográficos de algumas das principais entidades de ensino superior portuguesas, como a Universidade de Lisboa, a Universidade de Coimbra, a Universidade do Minho e a Universidade de Aveiro, e uma instituição de ensino espanhola, a Universidade de Salamanca. Estas

situações implicaram o recurso a empréstimos interbibliotecários, para aceder às obras monográficas.

Também se recorreu a plataformas eletrónicas como o *Google Scholar*, o *Academia.edu*, o *Research Gate*, para além da EBSCO e dos sítios Web das publicações periódicas de associações como a *Association of Canadian Archivists*, *Association des Archivistes du Québec*, *Society of American Archivists*, *Asociación de Archiveros de Castilla y León* e a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. No entanto, em muitas das situações, os textos completos dos artigos científicos não estavam disponíveis, pelo que se recorreu a contactos informais no âmbito de bibliotecas a nível internacional, como a *British Library*, e tentou-se contactar informalmente alguns autores para lhes solicitar os artigos pretendidos. Também, e na medida do possível, se optou por adquirir alguns números de revistas cujos artigos eram dedicados à avaliação de informação de arquivo e à gestão de informação de arquivo eletrónica.

Similarmente às fontes bibliográficas, as **fontes lexicográficas**, e também as **fontes normativas**, foram alvo de pesquisa nas bases de dados das entidades de ensino superior já anteriormente identificadas. Tal se deve ao facto de existirem monografias, dicionários e enciclopédias e normas nacionais portuguesas e internacionais dedicadas à informação e documentação, à arquivística, à informação eletrónica.

No que tange especificamente as fontes lexicográficas, também se recorreu a bases de dados terminológicas de iniciativas internacionais como a do Projeto o *Interpares*, e a do Conselho Internacional de Arquivos. Dado o seu carácter multilíngue, estas bases de dados terminológicas constituem dicionários que apresentam os termos equivalentes nas diversas línguas e “tradições” arquivísticas de cada país, com a identificação das referências para cada termo e conceito. A escolha dos termos pertinentes decorreu da própria literatura científica relativa à arquivística e, dentro desta, à avaliação e à informação de arquivo eletrónica.

No âmbito das fontes normativas, recorreu-se também à base de dados de normas do *Instituto Português de Qualidade*, procurando as normas emanadas da comissão técnica referente à informação e documentação (CT-7), e à base de dados de normas da *International Organization for Standardization*, pesquisando as normas oriundas dos comités técnicos de informação e documentação (ISO/TC 46), de arquivos e gestão documental (ISO/TC 46/SC 11), de sistemas de transferência de dados e informação

espacial (ISO/TC 20/SC 13), de fotografia (ISO/TC 42), de aplicações de gestão documental (ISO/TC 171), de processos, e de elementos de dados e documentos no comércio, indústria e administração (ISO/TC 154).

Também se recorreu a uma pesquisa da legislação portuguesa específica¹¹. As fontes legislativas concentraram-se na base de dados do Diário da República Eletrónico (DRE), partindo da literatura científica que abordava a evolução do contexto arquivístico português. Posteriormente, os preâmbulos da legislação constituíram também de onde se tiraram as referências de legislação anterior. Para a legislação que não se conseguiu angariar no DRE, recorreu-se *Colleção da Legislação Moderna Portuguesa*, por via do *Google Books*. No caso das Portarias recorreu-se a uma recolha das mesmas pelo método de amostragem, com base no critério de pertinência, no âmbito da análise da avaliação da informação de arquivo em Portugal.

Quanto às **fontes emanadas da produção académica**, inicialmente, procedeu-se à pesquisa de algumas teses e dissertações referenciadas nas monografias e artigos científicos de publicações teóricas, sendo que alguns destes resultam da investigação que originou essas dissertações, como são exemplo as dissertações de Ridener (2007) e de Makhoulf-Shabou (2011b). Posteriormente, optou-se por alargar a recolha de dados e respetiva análise para os contributos vinculados a programas universitários conducentes aos graus de Mestre ou Doutor de Portugal, Brasil, Espanha, e outros países.

No caso específico dos contributos vinculados a programas universitários conducentes aos graus de Mestre ou Doutor não só de Portugal, Brasil, Espanha, foram definidas como fontes: a plataforma Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2016b); o Registo Nacional de Teses e Dissertações (RENATES) (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2019); a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2019); o Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação CAPES (Fundação CAPES, 2019); o do agregador espanhol *Recolecta* (Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, 2016); a *Base de datos de*

¹¹ A literatura científica, na forma de monografia, artigos científicos e teses e dissertações, também deu azo à recolha de literatura técnica-prática, particularmente a que emana da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

Tesis Doctorales (TESEO) (Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2019); e o agregador internacional *Open Access Theses and Dissertations* (OATD.org, 2019).

Começando pela produção científica portuguesa e brasileira, efetuou-se uma pesquisa na plataforma Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2016b) com a pretensão de obter como resultados referências com o termo “Avaliação” que estivesse relacionado com palavras cuja raiz é “Arquivo” no campo <Assunto>, utilizando-se os operadores booleanos OR e AND e a truncatura à direita. Recorreu-se aos filtros avançados para delimitar as datas para um período mais recente e também os tipos de documento pretendidos (“Dissertação de Mestrado” e “Tese de Doutoramento”). O RCAAP dispõe de uma ligação que permite incluir nos resultados registos do agregador Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (OASISBR) (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2016), o que permitiu um resultado com 21 referências, surgindo uma referência com dois registos idênticos. Delimitando ao universo português os resultados permitiram obter 10 referências.

Destes foram usados quinze estudos, uma vez que os restantes se reportavam à avaliação de competências de informação em serviços de arquivo, biblioteca e museus; avaliação de mecanismos de armazenamento em ambientes de computação em nuvem; medição sobre captura e reprodução de rastros de sistemas de ficheiros; avaliação da comunicação em serviços de arquivo, biblioteca e documentação; avaliação de requisitos de sistemas aplicativos de gestão de arquivos. Para além da questão de o vocábulo arquivo também ser utilizado no Brasil no sentido de ficheiro informático, as restantes situações ilustram exemplos de avaliação em contexto de arquivo, mas que não se reportam à avaliação de informação de arquivo.

Para despistar possíveis desfasamentos que possam existir quanto à disseminação das teses e dissertações destes agregadores de repositórios académicos, considerou-se pertinente verificar os catálogos de registos de teses.

No caso português consultou-se o Registo Nacional de Teses e Dissertações (RENATES) (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2019) referentes a todas as teses e dissertações concluídas ou em curso, delimitado pelo campo referente a todos os campos de texto, com os termos avaliação e arquivo, uma vez que o formulário de pesquisa não aceita truncaturas. A plataforma devolveu 25 resultados e, após análise, verificou-se que quinze não diziam respeito a questões relacionadas com a avaliação de

informação de arquivo, e outros cinco já tinham sido encontrados no RCAAP, e dois registos referem-se a estudos ainda não concluídos.

No âmbito brasileiro, efetuou-se a pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2019). Procurou-se as teses e dissertações cujo assunto continha as palavras avaliação e palavras começadas com o radical *arquiv*, com recurso a truncatura. Dos catorze resultados, verificou-se que três não se referiam à avaliação de informação de arquivo (mais uma vez se recorda a questão de o vocábulo *arquivo* também é utilizado no Brasil no sentido de ficheiro informático), oito registos reportam-se a teses e dissertações, que já se abordaram anteriormente.

Recorreu-se igualmente ao Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação CAPES (Fundação CAPES, 2019), para encontrar possíveis teses e dissertações, que não surgiram nas pesquisas anteriores. A pesquisa incidiu nos termos avaliação e as palavras começadas com o radical *arquiv**, com recurso a truncatura, e também delimitado às áreas de conhecimento de Arquivologia e Ciência da Informação. Foram retornados 723 resultados, que o recurso à análise do título e resumo levou a excluir 701, por não se centrarem na avaliação da informação de arquivo. Dos restantes 23 resultados, seis já tinham sido encontrados nas pesquisas anteriores.

Tentou-se também procurar a produção de estudos em teses doutorais e de dissertações de mestrado em Espanha, por intermédio do agregador *Recolecta* (Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, 2016). No entanto, apesar de várias buscas realizadas, com palavras começadas com o radical *archiv* no assunto e a palavra *valoración* em todos os campos ou somente com a palavra *archivo*, *archivos*, *archivística* não retornaram resultados ou somente foram devolvidos resultados que não abordavam a avaliação de informação de arquivo. Somente a pesquisa dos termos *valoración documental* em todos os campos deu quatro resultados pertinentes num total de 65, sendo que esse número se reduz a dois, pelo facto de três registos dizerem respeito ao mesmo documento.

Recorreu-se também à *Base de datos de Tesis Doctorales* (TESEO) (Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2019), para encontrar possíveis teses e dissertações que não surgiram na pesquisa anterior. Inicialmente a pesquisa incidiu nos termos *valoración* e as palavras começadas com o radical *archiv**, com recurso a truncatura, no título ou resumo. No entanto, o número de registos encontrados superou o limite estabelecido pelo

sistema de pesquisa, pelo que se optou por ultrapassar o problema efetuando duas pesquisas idênticas à anterior, recorrendo-se à delimitação dos anos letivos. Assim a pesquisa delimitada entre os anos letivos 2008/2009 e 2012/13 apresentou 50 resultados, que a análise do título e do resumo levou a excluir 49, por não se centrarem na avaliação da informação de arquivo. A pesquisa delimitada entre os anos letivos 2012/2013 e posteriormente alargada para o período de 2019/2020 apresentou 244 resultados, que a análise do título e resumo levou a excluir 242, por também não se centrarem na avaliação da informação de arquivo. Verificou-se que, dos restantes resultados, um já tinha surgido na pesquisa anterior.

Finalmente, recorreu-se ao agregador internacional *Open Access Theses and Dissertations* (OATD.org, 2019) com a pretensão de encontrar teses e dissertações internacionais. Para tal, efetuou-se a pesquisa delimitada a palavras cujo radical fosse *archiv** e *apprais** no campo assunto/palavra-chave. A pesquisa retornou 13 resultados com origem em instituições de ensino superior de países como EUA (seis resultados), Canadá (três resultados), Portugal (dois resultados) e Suécia (dois resultados).

Considera-se pertinente referir que estas pesquisas começaram a ser efetuadas em 2016, com a delimitação cronológica definida entre 2009 e 2016. Posteriormente, pretendeu-se complementar a pesquisa, efetuando nova recolha em 2019 para preencher lacunas e atualizar os dados, estendendo a delimitação até esse ano.

O Quadro 17 apresenta os critérios de pesquisa, a delimitação cronológica, e número de resultados obtidos em cada uma das fontes, e os que foram analisados no seio do capítulo 3.

Quadro 17 – Fontes Seleccionadas e Dados Recolhidos (N.º Teses e Dissertações) sobre Estudos Prévios relativos à Avaliação de Arquivo

Fontes	Critérios	Delimitação Cronológica	N.º de Resultados	N.º Resultados Analisados
Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)	Referências com o termo “Avaliação” relacionado com palavras cuja raiz é “Arquivo” no campo <Assunto>, utilizando-se os operadores booleanos OR e AND e a truncatura à direita; Tipos de documento “Dissertação de Mestrado” e “Tese de Doutoramento”	2009 e 2019	10	10
Registo Nacional de Teses e Dissertações (RENATES)	Todas as teses e dissertações concluídas ou em curso; Delimitado pelo campo referente a todos os campos de texto, com os termos avaliação e arquivo	-	25	3
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Assunto com as palavras avaliação e palavras começadas com o radical é archiv, com recurso a truncatura	2009 e 2020	14	3
Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação CAPES	Termos avaliação e as palavras começadas com o radical archiv*, com recurso a truncatura	2009 e 2018	723	16
Recolecta	Termos <i>valoración documental</i> em todos os campos	2009-2019	65	2
Base de datos de Tesis Doctorales (TESEO)	Termos <i>valoración</i> e as palavras começadas com o radical archiv*, com recurso a truncatura, no título ou resumo	2008/2009 e 2012/13	50	1
		2012/2013 e 2019/2020	244	1
Open Access Theses and Dissertations	Palavras cujo radical fosse <i>archiv*</i> e <i>apprais*</i> no campo assunto/palavra-chave	2009-2020	13	13

FONTE - Elaboração própria, 2019

Apesar de se ter recorrido a mais que uma plataforma de bases de dados relativas a dissertações e teses de Portugal, no Brasil ou em Espanha para recolher uma visão mais fidedigna sobre as perspetivas e linhas de investigação, considera-se pertinente indicar que não é possível garantir que esta ilustração dos estudos sobre avaliação da informação de arquivo aqui recolhidos constitua a totalidade dos estudos sobre este assunto nestes países, dada a perceção de que este tema tem despertado o interesse pelas questões ligadas com a importância da decisão de avaliação e os seus efeitos para a memória futura. De igual forma, é necessário referir que o conjunto dos trabalhos de outros países aqui apresentado não é exaustivo, e que se tem consciência de que não se consegue aferir em termos quantitativos o seu nível de representatividade, face ao universo de estudos sobre o assunto. No entanto, considera-se que as investigações aqui reportadas ilustram perspetivas pelas quais se tem orientado a investigação contemporânea a nível internacional no âmbito deste tema.

4.2.1.2. *Análise e Sistematização de Informação*

A análise dos textos resultantes da pesquisa (bibliográfica e documental) que se efetuou na etapa anterior desenvolveu-se com recurso à análise documental (nos moldes descritos no ponto 4.1.2). Procurou-se, no âmbito desta análise, contextualizar a avaliação de informação de arquivo no quadro da evolução histórica da arquivística e na atualidade, identificar os termos e conceitos relativos à avaliação de informação de arquivo e à informação de arquivo eletrónico utilizados nas várias línguas e “tradições” arquivísticas, e sistematizar as perspetivas teóricas e técnicas acerca das estratégias e/ou abordagens de avaliação de informação de arquivo.

A **análise do tema da avaliação de informação no seio da arquivística** procurou identificar nos principais autores que se dedicaram ao estudo da construção teórica da arquivística, propostas de periodização da história dos arquivos e da arquivística. Cada uma destas propostas foi analisada com a intenção de identificar as principais características, qualidades ou dimensões, de cada uma das fases que compunham cada periodização. Tal procedeu-se por via da codificação simples desses elementos, em que, em termos práticos, cada fase foi constituída como uma categoria analítica. Isto permitiu efetuar a sistematização comparativa das propostas de periodização e a contextualização sincrónica da avaliação da informação de arquivo no conjunto das etapas identificadas.

Esta análise orientada para a contextualização da avaliação da informação de arquivo também pretendeu dar conta do contexto atual, o que levou a identificar os fatores externos que podem condicionar a avaliação na contemporaneidade e identificar um conjunto de aspetos que, também eles, constituídos como categorias de análise, foram caracterizados como elementos ligados à nova realidade dos documentos e da informação eletrónica e, também, aos aspetos atualmente ligados à avaliação.

Adicionalmente, **a análise efetuada nas fontes legislativas** também concorreu para levar à compreensão do cenário da avaliação de informação de arquivo em Portugal, numa perspetiva evolutiva, encaminhando também para a literatura de caráter técnico dos projetos e programas desenvolvidos. A análise da legislação, da produção técnica emanada da DGLAB e a literatura teórica e académica permitiram contextualizar, de forma evolutiva e crítica, a realidade portuguesa no seio do quadro teórico e técnico das tendências sobre as estratégias e/ou abordagens da avaliação da informação de arquivo internacionais.

Por sua vez, **a análise que orientou a contextualização terminológica**, procurou a equivalência teórica em vários idiomas e “tradições” arquivísticas, relativamente às categorias previamente definidas, concernentes à avaliação no âmbito arquivístico e à informação eletrónica. Pretendia-se com isto apresentar os conceitos operacionais deste estudo e estabelecer o quadro conceptual em que a avaliação se encaixa. Tal conduziu também a uma análise interpretativa sobre aspetos intimamente ligados aos conceitos por trás das categorias identificadas da avaliação da informação de arquivo e da informação eletrónica, e implicou ainda abordar termos ligados a esses conceitos. Nesta linha foram constituídas ainda outras categorias analíticas ligadas à terminologia relativa à análise funcional, considerada relacionada com a avaliação, e ainda as que permitiram justificar a escolha do termo “informação eletrónica” em lugar de “documento eletrónico”.

A análise que levou à **contextualização teórica e técnica da avaliação de informação de arquivo** decorreu no sentido de identificar e sistematizar as principais escolas, perspetivas, estratégias e/ou abordagens de avaliação da informação de arquivo a nível internacional. Num primeiro momento foram identificadas as categorias de análise que conduziram a codificação, e que correspondem às questões relativas à avaliação da informação de arquivo: Quem? Onde? Quando? Como? A codificação feita com base nestas categorias permitiu dar a conhecer as abordagens, os seus autores e expoentes, os países ou escolas de origem, e os conceitos e/ou ideias-chave. Inicialmente, esta análise foi feita relativamente às escolas clássicas e às perspetivas pós-modernas, incluindo as categorias do *Records Lifecycle* e do *Records Continuum*. Posteriormente, e com as pesquisas de fontes que se foram efetuando, considerou-se pertinente estender a análise com recurso às categorias previamente definidas, às perspetivas teóricas e técnicas de contextos mais específicos, nomeadamente as oriundas de países como Espanha, Brasil e Portugal.

A esta categorização e caracterização das estratégias e/ou abordagens da avaliação da informação de arquivo considerou-se pertinente juntar as **perspetivas académicas sobre a avaliação que decorreram da análise dos estudos prévios** vinculados a programas universitários conducentes aos graus de Mestre ou Doutor de Portugal, Brasil, Espanha, e outros países. Tal decorreu para encontrar teses e dissertações. Esta escolha justifica-se com a necessidade de garantir que o problema em estudo mantinha a qualidade de originalidade e também com a necessidade definir os limites e alcance do estudo, na fase empírica que viria a seguir (problema, perguntas de partida, objetivos específicos,

etc.). Assim, este conjunto de estudos, ao apresentar em diferentes contextos, países, prisms e linhas de análise a questão de avaliação da informação de arquivo, seja de uma forma mais abrangente ou de maneira mais diretamente ligada à informação eletrônica, tomam a forma de ponto de situação do estado da questão, que permite contextualizar e situar a presente investigação referente à avaliação da informação de arquivo eletrônica.

A análise documental levou, assim, a perceber o que conservar, como, porquê, por quanto tempo, com que meios e consequências, tendo consciência de que parece não haver respostas simples a algumas dessas questões, já que tanto a avaliação como a eliminação, operação consequente daquela, trazem consigo, aparentemente, graus de risco e subjetividade. Estes dados permitem desenvolver uma análise comparativa e obter resultados extremamente úteis para a compreensão das discussões e das percepções e significados à volta do fenómeno da avaliação da informação de arquivo.

Em forma de síntese, é possível dizer que a análise documental permitiu resolver dois aspetos: por um lado, permitiu proceder à contextualização necessária para delinear a problemática e definir o cenário da evolução das perspetivas e teorias, os problemas e os conceitos, que sustentam o quadro geral em que se insere este estudo; e, por outro lado, contribuiu para o desenvolvimento da abordagem do tema da avaliação da informação de arquivo no seio da literatura científica internacional e portuguesa de um modo teórico e tendencial. A sistematização destes aspetos encontra-se, conforme foi dito, plasmada na primeira parte desta dissertação, relativa ao marco teórico geral, e em linha com o objetivo geral de analisar, de um modo evolutivo, conceptual, terminológico, teórico e tendencial, o tema da avaliação da informação de arquivo no âmbito da literatura científica internacional de ponta, dando especial ênfase à avaliação da informação de arquivo em suporte eletrónico.

4.2.2. Fase II. Desenvolvimento do Estudo Empírico

A presente investigação inclui uma segunda parte referente ao estudo empírico (Fase II), que se desenha a partir dos resultados obtidos na primeira (Fase I), na qual se pretende lançar mão de uma amostra sistemática de fontes de informação relativas: (i) à literatura científica (revistas e artigos científicos); a (ii) programas, iniciativas e projetos de avaliação de relevo, a nível nacional e internacional, que serão sujeitas a uma posterior análise e interpretação teórica, à luz do Método da Teoria Fundamentada.

4.2.2.1. Configuração da Amostra

Para orientar o processo de recolha de dados, é preciso identificar, primeiramente, as fontes de informação pertinentes. Neste estudo, textos provenientes da literatura científica de ponta, visível a nível nacional e internacional, e vinculadas à Ciência da Informação, de um modo geral, e à Arquivística, de um modo específico, são as fontes de informação que num primeiro momento são consideradas privilegiadas para o efeito. A elas são agregadas, num segundo momento, os projetos, os programas e as iniciativas em avaliação de informação de arquivo.

Todas estas fontes, pelo seu teor, são identificadas e selecionadas de forma criteriosa e sistemática, e deste modo configuram uma amostra com características heterogéneas e com variabilidade suficiente para conferir a riqueza de dados necessária à construção de um quadro consistente que permita a compreensão do fenómeno investigado (Freitas, 2009; Minayo, 1994).

No que respeita ao **recorte cronológico**, considera-se o período 2006-2016. A escolha do ano 2016 para o fim do recorte, e não para uma data mais recente, é justificada por três argumentos. O primeiro, de natureza metodológica, prende-se com o facto de o Método da Teoria Fundamentada, aplicado a esta parte da investigação, exigir uma análise fina e complexa da literatura, que é intensiva, mas não exaustiva, não sendo possível atualizá-la permanentemente. O segundo prende-se com o facto de que os dados dos últimos três anos (2017-2019) não permitiriam a obtenção de resultados decisivos relativamente aos projetos e outras iniciativas e programas com origem mais recente. O terceiro, e último argumento, sustenta que tal intervalo temporal é suficiente para abarcar as tendências atuais no âmbito da análise pretendida.

No que respeita à **identificação e seleção de fontes de informação provenientes da literatura científica de ponta sobre Avaliação Arquivística de Informação Eletrónica**, opta-se pela realização de pesquisa em bases de dados científicas definidas *a priori*, ligadas à Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação, e Arquivística. Isto inclui identificar estudos teóricos e empíricos, definindo blocos de análise tal como na perspetiva de Fredriksson (2003 citado por Freitas, 2009), que aponta para uma “Arquivística Normativa” e para uma “Arquivística Empírica”, e construir um *corpus* de informação estruturado e relevante para abordar as discussões, autores, perceções e significados, em torno do fenómeno da avaliação arquivística de informação eletrónica, em termos nacionais e internacionais.

Para se chegar a essa literatura científica, procede-se, em primeiro lugar, à (i) identificação dos títulos das revistas nas quais esses textos estariam publicados e, em segundo lugar, à (ii) identificação dos próprios artigos científicos aí incluídos.

No primeiro caso (identificação dos títulos), escorando-nos nos requisitos definidos no estudo de Freitas (2009), as publicações a consultar deveriam preencher os seguintes critérios: i) estar em atividade; ii) requerer arbitragem científica (*peer review*); iii) disponibilizar o acesso a um conjunto de informações descritivas necessárias ao seu exame; iv) incluir no seu foco a Arquivística, devendo este aspeto ser indicado no título da publicação.

A identificação e a seleção dessa literatura de “topo” (revistas) não pode ser totalmente feita através do entrosamento com o *Journal Citation Reports* (JCR), porque, muito embora forneça o *ranking* das revistas com maior fator de impacto nos últimos cinco anos, incluindo as que são consideradas incontornáveis no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, e dentro destas, da Ciência da Informação, não transparecem, à data das recolhas de dados, as melhores revistas de Arquivística, em função de indicadores de visibilidade e de qualidade dos títulos. No entanto, tal como no estudo realizado por Freitas (2009), foi possível mapear e selecionar revistas científicas da área através da consulta da base de dados do projeto *Information Matrix for the Analysis of Journals - MIAR*, da Universidade de Barcelona, (Universitat de Barcelona. Facultat de Biblioteconomia i Documentació, 2016), que inclui as revistas de Arquivística, podendo assim recolher-se indicadores de visibilidade e de qualidade destes títulos. Sumariamente, estes indicadores permitem verificar se as revistas estão no *ranking* e, depois, com vista a averiguar a disponibilidade de acesso às revistas, consultar a listagem de fontes

indexadas da base de dados. Em algumas situações, verificou-se a necessidade de consultar os sítios *Web* das entidades editoriais ou de publicação para obter informações necessárias à identificação e à caracterização das publicações.

No segundo caso (identificação dos artigos científicos), opta-se por consultar os portais agregadores de conteúdos *EBSCO*, por intermédio do agregador *B-On* (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2016a), mas também no *SCOPUS* (Elsevier, 2016), aos quais se consegue acesso e nos quais se encontram disponíveis bases de dados específicas da Ciência da Informação, como é o caso da *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA), que agrega resumos, o que permite ir diretamente às revistas científicas da área da Arquivística e/ou da Ciência da Informação nelas indexadas. Justifica-se a não utilização da base de dados *Library and Information Science Abstracts* (LISA) neste estudo pela razão de não se ter verificado acesso disponível para nela efetuar pesquisas.

Assim, verificou-se que o universo das publicações periódicas listadas na base de dados MIAR na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação era constituído por 855 revistas científicas, das quais foram selecionadas 20, correspondendo a 2,34% dos títulos. De referir que a seleção destas 20 revistas teve em conta os quatro critérios de seleção acima indicados. Verificou-se também que as seguintes publicações definidas para a amostra: *Journal of the Society of Archivists*, passa a ser publicada em 2013 com o título *Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association*, e o *Library & Archival Security* é absorvido em 2014 pelo *Journal of Archival Organization*.

A análise das publicações selecionadas levou, ainda, à exclusão do *Records Management Quarterly*, por não se encontrar disponível na *SCOPUS* e, no caso da *B-On*, encontrar-se disponível em um período não abarcado por este estudo (de 1970 a 1998); *Páginas a & b: Arquivos e Bibliotecas*, por não estar disponível na *B-On* nem na *SCOPUS*, no momento da pesquisa (novembro de 2016); e o *New Zealand Archivist*, por não estar disponível para consulta no período estipulado, tendo sido inferida a sua inatividade (o último volume terá sido disponibilizado no ano de 2004), e também por se tratar de uma publicação não arbitrada, não cumprindo um dos critérios de qualidade definidos (Tabela 1).

Tabela 1 – Fontes Seleccionadas (Publicações Periódicas identificadas)

Título da Publicação	Origem	Periodicidade	Língua	ISSN	Antiguidade (Anos)	Pervivência	ICDS
<i>African Journal of Library, Archives and Information Science</i>	Nigéria	Semestral	EN	0795-4778	25	+1.4	10.9
<i>American Archivist, The</i>	EUA	Semestral	EN	0360-9081; 2327-9702	78	+1.5	10
<i>Archifacts</i>	Nova Zelândia	Semestral	EN	0303-7940	42	+1.5	6.5
<i>Archival Science</i>	Países Baixos	Trimestral	EN	1389-0166 1573-7500	16	+1.2	9.7
<i>Archivaria</i>	Canadá	Semestral	EN	1923-6409 0318-6954	41	+1.5	10
<i>Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec</i>	Canadá	Semestral	FR	0044-9423 2369-9256	47	+1.5	6.5
<i>Archives and Manuscripts</i>	Austrália	Semestral	EN	0157-6895 2164-6058	61	+1.5	10
<i>Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association</i>	Reino Unido	Semestral	EN	2325-7962	3	-	9.5
<i>Archives: The Journal of British Records Association</i>	Reino Unido	Semestral	EN	0003-9535	10	+1.5	10
<i>Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología</i>	Perú	Trimestral	SP PT EN	1562-4730	17	+1.2	7.7
<i>Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação</i>	Portugal	Semestral	PT	0007-9421	63	+1.5	6.5
<i>Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists</i>	EUA	Cinco vezes por ano	EN	0266-6669 1741-6469	31	+1.5	11
<i>Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información</i>	México	Trimestral	SP EN	0187-358X	30	+1.5	11
<i>Journal of Archival Organization</i>	EUA	Trimestral	EN	1533-2748 1533-2756	14	+1.1	9.6
<i>Journal of the Society of Archivists</i>	Reino Unido	Semestral	EN	0037-9816 1465-3907	61	+1.5	6.5
<i>Library & Archival Security</i>	EUA	Semestral	EN	0196-0075 1540-9511	41	+1.5	6.5
<i>Páginas a & b: Arquivos e Bibliotecas</i>	Portugal	Semestral	PT	0873-5670	49	+1.3	6.3
<i>Records Management Journal</i>	Reino Unido	Trimestral	EN	0956-5698 1758-7689	27	+1.4	9.9
<i>Records Management Quarterly</i>	EUA	Trimestral	EN	1050-2343	30	+1.5	6.5
<i>New Zealand Archivists</i>	Nova Zelândia	Trimestral	EN	0114-7676	26	+1.4	-

FONTE: Elaboração própria (2016), com base em (Universitat de Barcelona. Facultat de Biblioteconomia i Documentació, 2016).

Nota: 1- ICDS: *Índice Compuesto de Difusión Secundaria*. É um indicador criado pela Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Barcelona, que se calcula em função da difusão das publicações periódicas em bases de dados bibliográficas especializadas e em índices de citações.

A análise e o mapeamento dos dados apresentados na Tabela 1 em relação aos critérios estipulados para a seleção permitiram constatar que as publicações seleccionadas tinham como características comuns o facto de se focalizarem nas questões arquivísticas, terem um carácter académico e/ou profissional, estarem ativas e serem provenientes de dez países diferentes, conferindo à amostra uma variabilidade significativa. Para além disso, tal como referiu Freitas (2009), no seu estudo, são publicações cujos índices ICDS permitem verificar que se encontram disseminadas em bases de dados regionais ou

internacionais, canais prestigiados de difusão de informação. Também se verifica que o conjunto das publicações tem uma boa média de longevidade, tendo em conta a periodicidade informada e, ainda, na maioria dos casos (11; 64,7%), por serem possuidoras de um índice de pervivência de +1.5, indicador de estabilidade da publicação ao longo da sua vida.

A identificação dos artigos incluídos nas revistas científicas desenrolou-se nos recursos antes mencionados (*EBSCO*, por intermédio do agregador *B-On*, e *SCOPUS*) e os critérios utilizados nas buscas de informação aí realizadas foram delimitados pelos periódicos previamente selecionados e identificados pelos seus ISSN (cf. Tabela 2), pelas balizas cronológicas indicadas e pela referência ao termo avaliação (no título, resumo, palavras-chave, texto, bem como quaisquer outros campos de indexação existentes) em português e termos equivalentes (com base na informação constante no Capítulo 2) nas línguas castelhana, anglo-saxónica, francesa, com recurso a truncatura. No caso da *B-On*, a busca foi feita com o campo “*SO/Journal/Title/Source*”, incluindo-se ali a designação oficial da revista, conjugada com o seu número internacional normalizado ou ISSN. Dado o volume de resultados inicialmente recuperados, optou-se por refinar a pesquisa, recorrendo-se ao campo Tipo de Fontes na opção *Revistas Académicas* como filtro, o que reduziu o tempo de busca e incrementou as possibilidades de recuperação de resultados pertinentes. Na *SCOPUS*, a pesquisa foi feita com recurso ao campo ISSN, com a delimitação cronológica a ser configurada para identificar artigos cujo ano de publicação era posterior ao ano de 2005.

Em conformidade com estes critérios, os resultados retornados apresentam-se diferenciados, verificando-se a inexistência de registos de artigos referentes à publicação *Archifacts*. Outra constatação é a diferenciação dos resultados dados pelo agregador *B-On* e pelo *SCOPUS*, apresentando o primeiro um maior número de resultados em comparação com o segundo.

Deste modo, obteve-se um conjunto de 2610 artigos recolhidos no portal agregador de conteúdos *EBSCO* e 118 recolhidos na *SCOPUS*. Após verificação dos registos, chegou-se a um conjunto de 2351 artigos selecionados. Esses artigos tiveram origem em 16 revistas científicas da área de CI e da Arquivística, com origem em 10 países. Apesar dos Estados Unidos e do Reino Unido estarem representados, cada um, com quatro publicações, a maioria dos artigos é originária de publicações dos EUA. De entre estes artigos, tendo sido publicados num período de 10 anos (2006-2016),

identificam-se 1977 publicados na língua inglesa e outros, em minoria nas línguas francesa, castelhana e portuguesa (Tabela 2).

Tabela 2 – Fontes Seleccionadas e Dados Recolhidos (N.º de Artigos) sobre Avaliação entre 2006 e 2016

Título da Publicação	Origem	Língua	ISSN	Resultados SCOPUS	Resultados EBSCO	Resultados Finais
<i>African Journal of Library, Archives and Information Science</i>	Nigéria	EN	0795-4778	4	23	23
<i>American Archivist, The</i>	EUA	EN	0360-9081; 2327-9702	50	419	281
<i>Archifacts</i>	Nova Zelândia	EN	0303-7940	0	0	0
<i>Archival Science</i>	Países Baixos	EN	1389-0166 1573-7500	11	243	251
<i>Archivaria</i>	Canadá	EN	1923-6409 0318-6954	17	19	20
<i>Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec</i>	Canadá	FR	0044-9423 2369-9256	0	152	150
<i>Archives and Manuscripts</i>	Austrália	EN	0157-6895 2164-6058	8	504	319
<i>Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association</i>	Reino Unido	EN	2325-7962	3	165	94
<i>Archives: The Journal of British Records Association</i>	Reino Unido	EN	0003-9535	3	3	4
<i>Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología</i>	Brasil	SP PT EN	1562-4730	0	137	98
<i>Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação</i>	Portugal	PT	0007-9421	0	87	87
<i>Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists</i>	EUA	EN	0266-6669 1741-6469	3	628	551
<i>Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información</i>	México	SP EN	0187-358X	0	19	19
<i>Journal of Archival Organization</i>	EUA	EN	1533-2748 1533-2756	7	235	148
<i>Journal of the Society of Archivists</i>	Reino Unido	EN	0037-9816 1465-3907	3	171	54
<i>Library & Archival Security</i>	EUA	EN	0196-0075 1540-9511	0	77	75
<i>Records Management Journal</i>	Reino Unido	EN	0956-5698 1758-7689	9	178	177
Total				118	2610	2351

FONTE - Elaboração própria, 2016

De posse desses resultados, prosseguiu-se para a recolha de dados preliminares de identificação dos textos seleccionados (autor, título e data de publicação) e procedeu-se também à verificação dos resultados duplicados. Seguidamente, recolheram-se os resumos dos textos, para efeitos de verificação da sua pertinência para os objetivos do estudo. Os textos completos só foram analisados em casos muito pontuais, nomeadamente pela ausência de resumo. Esta decisão justificou-se pelo volume considerado alto de dados obtidos. Esses resultados foram disponibilizados na plataforma Zenodo, cuja forma de acesso se apresenta no Apêndice 1.

A verificação da pertinência dos textos relativamente aos objetivos do estudo levou à utilização da Escala de Likert (Likert, 1932), escala psicológica, que tem a ver com o posicionamento, a opinião, a atitude de quem está a tomar a decisão face ao objeto, neste caso ao artigo (Allen & Seaman, 2007). A utilização desta escala baseou-se na estratégia utilizada por Freitas (2009, pp. 133–135). Produziu-se assim uma escala ordinal em grau de relação com o âmbito dos propósitos da investigação, que foi aplicada em três etapas, em conformidade com os procedimentos indicados para a análise documental: a primeira consistiu numa pré-análise rápida dos textos, seguida da primeira análise propriamente dita, tendo sido feita, ainda, uma segunda análise para controlar a subjetividade. Nesta segunda análise efetuou-se também uma reverificação das escolhas que tinham sido feitas anteriormente para os níveis 1, 2 e 3 da escala, após o amadurecimento de ideias e de outras leituras feitas. Disto resultou a identificação de alguns artigos cuja classificação no seio da escala de Likert efetuada na fase anterior tinha gerado dúvida.

Tanto a leitura dos resumos como a dos textos integrais permitiu identificar que assunto abordava cada um dos textos e o seu potencial analítico para os propósitos do estudo. Tal permitiu a construção de uma folha de cálculo composta por seis tabelas: uma com a listagem da totalidade dos artigos recolhidos, e que incluía os nomes dos autores, o título, a publicação de origem, o número, as páginas e o ano da publicação, uma coluna para indicar a classificação dada dentro da escala de Likert definida (5 valores) e outra coluna com a indicação sucinta do assunto do artigo, que justificava a sua valorização. Após a análise e classificação dos textos nesta folha de cálculo, foram divididos pelas restantes cinco tabelas, conforme o nível de escala atribuído.

O Quadro 18 apresenta a descrição das categorias de análise e valorização demarcadas em cinco posições numéricas, indicando exemplos de assuntos abordados pelos textos que foram alvo de análise.

Quadro 18 – Descrição das Categorias de Análise Empregadas na Escala de Likert

Item	Categoria	Descrição Sumária	Exemplos	Valorização
1	Maior pertinência	Textos com alto potencial de informação no âmbito dos propósitos da investigação	Abordam implícita ou explicitamente (dado o caráter holístico da forma como discutia o assunto) as questões e teorias acerca da avaliação da informação de arquivo eletrônica	5
2	Probabilidade de pertinência	Textos com potencial médio-alto de informação no âmbito dos propósitos da investigação	Abordam a avaliação da informação de arquivo não eletrônica, ou mesmo avaliação de informação não arquivística, mas eletrônica	4
3	Pertinência indecisa	Textos sobre os quais há dúvida quanto ao potencial no âmbito dos propósitos da investigação, face às suas lacunas, sendo para o efeito considerados com potencial mediano	Textos referentes aos arquivos como instituições e suas responsabilidades, ao papel da arquivística e dos arquivistas no âmbito da memória da sociedade, questões sobre estratégias para a gestão de informação eletrônica de arquivo, e artigos sobre assuntos ligados à arquivística e/ou informação eletrônica que podem abordar a avaliação.	3
4	Baixa pertinência	Textos com potencial médio-baixo no âmbito dos propósitos da investigação,	Textos que abordam, por exemplo, questões de teoria e prática arquivística como a descrição, acesso, digitalização, normalização, fluxos documentais, armazenamento de documentação, arquivos pretéritos, implementação de aplicações de gestão de informação e sobre os profissionais de arquivo, como a carreira, a formação;	2
5	Nenhuma pertinência	Textos com baixo potencial no âmbito dos propósitos da investigação	Textos que apenas abordam questões da biblioteconomia, do uso das TIC, de conferências, da investigação em CI, projetos de implementação de aplicações informáticas, obituários, efemérides, assuntos referentes ao associativismo profissional, preservação digital e repositórios. Para além disto, incluíram-se aqui os registos duplicados dos artigos que foram retornados pela pesquisa	1

FONTE - Elaboração própria (2017), com base em Allen e Seaman (2007) Freitas (2009).

Após este processo, definiu-se que os artigos que obtiveram a valorização 5 e 4, ou seja, aqueles que foram considerados pertinentes ou com alguma pertinência, seriam as unidades iniciais a compor a amostra dos textos (*corpus* de dados) que seriam alvo da análise com recurso à Teoria Fundamentada nos dados.

A Tabela 3 sintetiza os resultados da aplicação da escala de Likert à análise da pertinência dos artigos.

Tabela 3 – Divisão do Número de Artigos pelos Níveis da Escala de Likert

Escala de Likert	N.º de referências
5	23
4	60
3	368
2	593
1	1307

FONTE: Elaboração Própria (2018)

Assim, a definição de critérios de importância, relevância e pertinência contribuiu para a redução significativa do número inicial de textos (2351) e para a seleção dos textos considerados mais pertinentes para os objetivos do estudo (83). Estes 83 artigos (tabela

3) consistem no material que vai permitir iniciar as análises pelo método da Teoria Fundamentada e dar resposta aos objetivos cruciais do estudo.

Identificam-se na Tabela 4 e na Tabela 5 os 83 artigos com valorização 5 e 4 na Escala de Likert.

Tabela 4 – Lista de Artigos com Valorização 5 na Escala de Likert

Autor	Título	Publicação	N.º	Páginas	Ano
Cook, T.	'We are what we keep; we keep what we are': archival appraisal past, present and future	J. Soc. Arch.	32	173–189	2011
Man, E.	A functional approach to appraisal and retention scheduling	Rec. Manag. J.	20	104–116	2010
Hughes, K.	Appraisal as Cartography: Cultural Studies in the Archives.	Am. Arch.	77	270–296	2014
Caron, D. e Brown, R.	Appraising Content for Value in the New World: Establishing Expedient Documentary Presence	Am. Arch.	76	135–173	2013
Caron, D. J. e Kellerhals, A.	Archiving for self-ascertainment, identity-building and permanent self-questioning: archives between scepticism and certitude	Arch. Sci.	13	207–216	2013
Moore, E. A.	Birds of a feather: Some fundamentals on the archives-ecology paradigm	Archivaria	63	103–119	2007
Oliver, G., Kim, Y. e Ross, S.	Documentary genre and digital recordkeeping: red herring or a way forward?	Arch. Sci.	8	295–305	2008
Malkmus, D. J.	Documentation Strategy: Mastodon or Retro-Success?	Am. Arch.	71	384–409	2008
Craig, B. L.	Doing archival appraisal in Canada. results from a postal survey of practitioners' experiences, practices, and opinions	Archivaria	64	1–45	2007
Cocciolo, A.	Email as cultural heritage resource: appraisal solutions from an art museum context	Rec. Manag. J.	26	68–82	2016
Cunningham, A.	Eternity revisited: in pursuit of a national documentation strategy and a national archival system.	Arch. Manuscripts	42	165–170	2014
Convery, N.	From reactive to proactive appraisal	Arch. Manuscripts	42	158–160	2014
Pugh, M., ¹² Robyns, M. e Woolman, J.	Institutional Functional Analysis at Northern Michigan University: A New Process of Appraisal and Arrangement of Archival Records	Am. Arch.	74	241–256	2011
Baillargeon, D.	Les archives, un patrimoine clé pour la culture.	Arch. (Québec)	39	155–168	2007
Lacombe, C.	Les principes directeurs de l'évaluation archivistique en question.	Arch. (Québec)	44	35–43	2012
Greene, M. A.	MPLP: It's Not Just for Processing Anymore.	Am. Arch.	73	175–203	2010
Shilton, K. e Srinivasan, R.	Participatory Appraisal and Arrangement for Multicultural Archival Collections.	Archivaria	63	87–101	2007
Cumming, K. e Picot, A.	Reinventing appraisal	Arch. Manuscripts	42	133–145	2014
Williams, C.	Studying Reality: The Application of Theory in an Aspect of UK Practice.	Archivaria	62	77–101	2006
Caron, D. J. e Brown, R.	The Documentary Moment in the Digital Age: Establishing New Value Propositions for Public Memory.	Archivaria	71	1–20	2011
Loewen, C.	The evolution, application, and future of macroappraisal	Arch. Sci.	5	93–99	2005
Taylor, I.	The German appraisal discussion since 1990: an overview.	Arch. Manuscripts	44	14–23	2016
Bailey, C.	Turning Macro-appraisal Decisions into Archival Holdings: Crafting Function-based Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records.	Archivaria	61	147–179	2006
Loewen, C.	The evolution, application, and future of macroappraisal	Arch. Sci.	6	263	2006

¹² Apesar de este artigo ser identificado como tendo três autores na base de dados da publicação periódica *American Archivist*, verifica-se que o texto completo não contempla Mary Pugh (cf. Robyns e Woolman (2011)).

FONTE – Elaboração própria (2018)

Tabela 5 – Lista de artigos com valorização 4 na Escala de Likert

Autor	Título	Publicação	N.º	Páginas	Ano
Frogner, R. O.	'Lord, Save Us from the Et Cetera of the Notary': Archival Appraisal, Local Custom, and Colonial Law.	Archivaria	79	121–158	2015
Yeo, G.	'Nothing is the same as something else': significant properties and notions of identity and originality	Arch. Sci.	10	85–116	2010
Mumma, C. C. , Dingwall, G. e Bigelow, S.	A first look at the acquisition and appraisal of the 2010 Olympic and Paralympic winter games fonds: Or, select * from VANOC_records as archives where value='true'	Archivaria	72	93–122	2011
Condé, A.-M.	A 'gift to the nation': the diaries and notebooks of CEW Bean.	Arch. Manuscripts	39	43–64	2011
Taavetti, R.	A marshal in love. Remembering and forgetting queer pasts in the Finnish archives.	Arch. Sci.	16	289–307	2016
Bass, J.	A PIM perspective: Leveraging personal information management research in the archiving of personal digital records	Archivaria	75	49–76	2013
Fritzke, L.	An examination of the impact of records on the value of artworks.	Rec. Manag. J.	18	221–235	2008
Delaney, J.	An inconvenient truth? scientific photography and archival Ambivalence	Archivaria	65	75–95	2008
Cook, Michael	Appraisal and access: We should expect changes driven by the media and by public awareness.	Rec. Manag. J.	20	72–77	2010
Beneito Arias, P.	Appraising the value of statistical records of the European Central Bank for retention scheduling purposes	Rec. Manag. J.	18	205–220	2008
Mancuso, L.	Archival appraisal in Brazil	Arch. Manuscripts	41	146–159	2013
Rhee, H. L.	Archival appraisal practice in U.S. state archives and records management programs	Arch. Sci.	16	167–194	2016
Sternfeld, J.	Archival Theory and Digital Historiography: Selection, Search, and Metadata as Archival Processes for Assessing Historical Contextualization.	Am. Arch.	74	544–575	2011
Youn, E.	Archival traditions in Korean history: from medieval practice to the contemporary Public Records Management Act.	Arch. Sci.	13	23–44	2013
Jimerson, R.	Archives for all: professional responsibility and social justice	Am. Arch.	70	252–281	2007
Senécal, S.	Archives historiques et organisation: une difficile rencontre.	Arch. (Québec)	45	201–214	2013
Evans, M. J.	Archives of the People, by the People, for the People.	Am. Arch.	70	387–400	2007
Waters, J.	Archives Office of Tasmania.	Arch. Manuscripts	35	136–137	2007
Sloyan, V.	Born-digital archives at the Wellcome Library: appraisal and sensitivity review of two hard drives	Arch. Rec.	37	20–36	2016
Boles, F.	But a Thin Veil of Paper.	Am. Arch.	73	19–25	2010
Cocciolo, A.	Challenges to born-digital institutional archiving: the case of a New York art museum	Rec. Manag. J.	24	238–250	2014
Lebeau, M.	Comment préparer une évaluation monétaire d'archives privées? (French)	Arch. (Québec)	45	53–68	2013
Jones, M.	Contrapuntal archival methods.	Arch. Manuscripts	42	184–186	2014
Johnson, V.	CREATING HISTORY? CONFRONTING THE MYTH OF OBJECTIVITY IN THE ARCHIVE.	Arch.	32	128–143	2007
White, S.	Crippling the Archives: Negotiating Notions of Disability in Appraisal and Arrangement and Description.	Am. Arch.	75	109–124	2012
Mnjama, N.	Dealing with Backlog Accumulations of Archival Materials in Eastern and Southern Africa.	Inf. Dev.	22	48–57	2006
Makhlouf Shabou, B.	Digital diplomacy and measurement of electronic public data qualities.	Rec. Manag. J.	25	56–77	2015
Novara, E.	Documenting Maryland Women State Legislators: The Politics of Collecting Women's Political Papers	Am. Arch.	76	196–214	2013
Soyka, H. e Wilczek, E.	Documenting the American Military Experience in the Iraq and Afghanistan Wars.	Am. Arch.	77	175–200	2014
Daniel, D.	Documenting the immigrant and ethnic experience in American archives	Am. Arch.	73	82–104	2010
Makhlouf Shabou, B.	Étude sur la définition et la mesure des qualités des archives définitives issues d'une évaluation	Arch. (Québec)	43	39-70	2011
Prom, C. J. e Swain, E. D.	From the College Democrats to the Falling Illini: Identifying, Appraising, and Capturing Student Organization Websites.	Am. Arch.	70	344–363	2007
Findlay, C.	Full docs or it didn't happen.	Arch. Manuscripts	42	178–180	2014

Autor	Título	Publicação	N.º	Páginas	Ano
Rhee, H. L.	Genres and genre repertoires of user and use information sources in U.S. state archival and records management appraisal practice	Arch. Sci.	12	461–483	2012
Caswell, M.	Hannah Arendt's World: Bureaucracy, Documentation, and Banal Evil.	Archivaria	70	1–25	2010
Rydén, R.	Implementation of appraisal regulations including the selection of sample archives. A case study on the Swedish country district police	Arch. Rec.	35	43–53	2014
Parr, A.	In an interconnected world - why do we think in functions?	Arch. Manuscripts	42	197–199	2014
Caswell, M.	Instant Documentation: Cell-Phone-Generated Records in the Archives.	Am. Arch.	72	133–145	2009
Waiser, B.	Integrity and Accountability: Why It Matters.	Archivaria	78	161–163	2014
McCarthy, G. J. ., Smith, A. e Zinn, J. O. .	Knowledge for the 'risk society': developing an International Social Science Risk Database (ISSRD).	Arch. Manuscripts	39	23–42	2011
Gorzalski, M.	Minimal Processing: Its Context and Influence in the Archival Community	J. Arch. Organ.	6	186–200	2008
Anchor, R.	'More product, less process': method, madness or practice?	Arch. Rec.	34	156–174	2013
Levi, C.	Notes and Communications five hundred 5.25-inch Discs and one (Finicky) machine: A report on a legacy e-records pilot project at the Archives of Ontario	Archivaria	72	239–246	2011
Johnson, E.	Our archives, our selves: documentation strategy and the re-appraisal of professional identity	Am. Arch.	71	190–202	2008
Preston, L.	Parramatta City Council Archives.	Arch. Manuscripts	37	163–164	2009
Bailey, C. A.	Past imperfect? reflections on the evolution of Canadian federal government records appraisal	Archivaria	75	5–47	2013
Roberts, P.	Philatelic materials in archival collections: Their appraisal, preservation, and description	Am. Arch.	70	70–92	2007
Fidalgo, M. J. V. e Ucha, P. C.	Projecto de Tabela de Avaliação e Seleção das 'Funções-Meio.'	Cad. Bibl. Arq. e Doc.	2	30–36	2006
Evans, J.	Reflections on the promise and pitfalls in reinventing recordkeeping metadata.	Arch. Manuscripts	42	175–177	2014
Crookston, M.	Reinventing archival methods: am I part of the problem or part of the solution?	Arch. Manuscripts	42	161–164	2014
Iacovino, L.	Shaping and reshaping cultural identity and memory: maximising human rights through a participatory archive	Arch. Manuscripts	43	29–41	2015
Kaczmarek, J.	The Complexities of Digital Resources: Collection Boundaries and Management Responsibilities	J. Arch. Organ.	4	215–227	2007
Wiener, J. A.	The Element of Surprise: Preparing for the Possibility of Hazardous Materials Within Archival Collections	J. Arch. Organ.	5	33–49	2008
Casellas Serra, L. E.	The mapping, selecting and opening of dataThe records management contribution to the Open Data project in Girona City Council.	Rec. Manag. J.	2	87-98	2014
Kingsley, N.	The Maurice Bond Lecture 2007: Architectural Archives: Opportunities and Challenges.	Arch.	33	58–69	2008
Hackman, L.	The origins of documentation strategies in context: recollections and reflections	Am. Arch.	72	436–459	2009
Chaudron, G.	The Potential of 'Function' as an Archival Descriptor	J. Arch. Organ.	6	269–287	2008
Ceeney, N.	The Role of a 21st-century National Archive—The Relevance of the Jenkinsonian Tradition, and a Redefinition for the Information Society.	J. Soc. Arch.	29	57–71	2008
Garaba, F.	The State of Archival Appraisal Practices in the ESARBICA Region.	African J. Libr. Arch. Inf. Sci.	17	59-63	2007
McDonald, J. e Léveillé, V.	Whither the retention schedule in the era of big data and open data?	Rec. Manag. J.	24	99–121	2014

FONTE – Elaboração própria (2018)

No entanto, é preciso ressaltar que a recolha de dados no âmbito de uma abordagem feita numa perspetiva tendencial e construtiva só termina quando se atinge a certeza de se ter cumprido esses mesmos objetivos. Assim, e até que os objetivos sejam de facto cumpridos, a espiral progressiva de investigação implica a recolha de mais dados,

com o fim de preencher lacunas e contextualizar as ideias referenciadas nos textos deste *corpus* de informação.

Num tal sentido, e com o decorrer do estudo, deparou-se com a necessidade de alargar os objetivos iniciais e, conseqüentemente, a amostra inicialmente obtida de textos, para também incluir **projetos, programas e iniciativas no âmbito da avaliação em arquivos**, o que se obteve examinando-se novamente os resumos dos artigos selecionados de acordo com a escala de Likert, para encontrar menções desta natureza. O exame levou à leitura dos textos completos dos 33 resumos que faziam menção de projetos, programas e iniciativas, procurando codificar estas incidências que, mais tarde, reuniram-se numa única família (de códigos) que recebeu esta designação. A identificação desses textos é feita no Apêndice 2.

Dá-se conta de que a análise não permitiu evidenciar o formato/suporte da documentação avaliada em alguns projetos, e de que outros projetos transparecem ser de caráter híbrido, por avaliarem tanto informação eletrónica como informação em suporte analógico. Nesse sentido, nesta análise se abriu o leque a projetos, programas e iniciativas de avaliação de informação de arquivo que não são somente específicos da informação eletrónica. Alguns desses projetos, programas e iniciativas são apresentados nesses textos examinados apenas de relance, tendo tal situação implicado pesquisa e consulta de outros tipos de documentos que os apresentassem de forma mais aprofundada. Os 42 documentos que deste modo se juntaram à amostra e que estão indicados no Apêndice 3 compreendem artigos científicos, relatórios, legislação, sítios Web e documentação técnica. Em algumas situações, verificou-se que, pelo facto dos produtos derivados desses projetos e iniciativas já não se encontrarem disponíveis, os recursos de informação sobre os mesmos limitaram a profundidade da análise.

E desta forma chegou-se à identificação de um conjunto de 43 projetos/iniciativas/programas relativos à avaliação de informação de arquivo, cuja sub-amostra de 33 textos identificados na amostra inicial e de outros 42 documentos forneceu informação relativa às instituições e tipo de entidade, país de origem, cronologia, foco do projeto/iniciativa, estratégia e/ou abordagem utilizada e tipo de participantes, e que se espelham como variáveis apresentadas no Quadro 20, que se encontra no fim do capítulo 5.

Ainda, refira-se que neste novo exame dos textos, recorreu-se a fontes primárias ou secundárias relativas aos projetos e iniciativas mencionadas pelos autores, mas

verificou-se que, em alguns casos, a investigação não permitiu recolher informação que explicitasse a tipologia dos participantes, o tipo de abordagem ou a estratégia.

Considera-se ademais importante indicar que poderão existir muitos outros projetos, e cuja pertinência não deixa de existir, mas que não foram identificados no âmbito do exame realizado para compor a amostra de projetos usada nesse estudo.

4.2.2.2. Codificação dos Textos

Para cumprir os objetivos específicos de análise dos principais programas, iniciativas e projetos, e autores, a nível internacional, sobre a avaliação da informação de arquivo, e de identificação e contraste das perceções e significados no âmbito da investigação da literatura científica de ponta sobre a avaliação de informação de arquivo e, a partir dessa compreensão, inferir propostas e soluções e, em contraste com o quadro teórico e técnico internacional, formular propostas e enunciar princípios para a avaliação da informação de arquivo eletrónica, sustentados nos elementos que emergiram da análise, cumprindo com os objetivos referentes à segunda parte, empírica, desta investigação e, sobretudo, após obter um *corpus* de dados que permita cumprir esses objetivos previamente identificados, pretendeu-se iniciar o processo de codificação sistemática dos textos, sem o qual não seria possível atingir as análises e interpretações teóricas pretendidas.

Tendo por base o exposto, selecionou-se a Teoria Fundamentada para desenvolver a análise e a comparação constante dos dados, pretendendo-se codificar texto, produzir memorandos, até desenvolver teoria estruturada a validar pela descrição dos procedimentos e resultados do estudo.

Neste sentido recorreu-se à utilização de aplicações informáticas para tratamento de dados qualitativos, nomeadamente o *ATLAS.ti*¹³. Este *software* teve um papel

¹³ O *ATLAS.ti* é uma aplicação informática usada principalmente, mas não exclusivamente, na investigação qualitativa ou na análise de dados qualitativos, e cujo objetivo é ajudar os investigadores a descobrir e a analisar de forma sistemática fenómenos complexos ocultos em dados não estruturados (texto, multimédia, geoespaciais). A aplicação fornece ferramentas, que permitem localizar, codificar e anotar os resultados encontrados nos dados primários, avaliar a sua importância e visualizar as relações, muitas vezes complexas, entre eles. O *ATLAS.ti* permite consolidar grandes volumes de documentos e mantém o registo

determinante na aplicação do Método da Comparação Constante e no desenvolvimento de códigos cada vez mais abstratos, isto é, categorias de análise, contribuindo para a redução dos dados, sobre o qual se efetua a integração teórica com outras categorias de análise, com a intenção de encontrar o eixo central, ou pelo menos um conjunto de eixos principais, representativos do problema central, ou questões principais que constituem o processo central analítico-interpretativo, dando origem a uma teoria fundamentada nos dados manipulados com a ajuda desta aplicação informática.

Assim, a nossa pretensão foi iniciar a codificação, **iniciando pela análise dos 83 resumos dos artigos avaliados com os valores 5 e 4 na Escala de Likert**, com a intenção de recolher elementos que dessem resposta ao conjunto de perguntas sensibilizadoras identificadas por Corbin e Strauss (2015, p. 92) e com o objetivo de apreender as Condições, Ações/Interações e Consequências. As questões de sensibilização centram-se e procuram dar resposta aos seguintes aspetos: O que se está a passar/Quais os assuntos, problemas, preocupações? Quem são os autores envolvidos? Como definem a situação? Qual o significado para eles? O que estão a fazer os vários autores? São as suas definições e significados idênticas ou diferentes? Quando, Como e com que consequências estão a agir? Em que medida as ações são iguais ou diferentes para os vários autores e noutras situações (Corbin & Strauss, 2015, p. 92)? É de referir que estas questões sensibilizadoras foram adaptadas de acordo com a investigação de Freitas (2009, pp. 266–267 e capítulos seguintes) e de Ralph, Birks e Chapman (2014), uma vez que a codificação ocorre sobre conteúdos de artigos científicos, que passaram

de notas, apontamentos, códigos e memorandos em todos os campos, que exigem um estudo detalhado e análise do material primário, que pode ser texto, imagem, áudio, vídeo e dados geográficos. Além disso, fornece ferramentas analíticas e de visualização destinadas a permitir novas visões interpretativas sobre os dados. Esta aplicação permite lidar com enormes volumes de dados de forma facilitada, o que se traduz em uma poupança de tempo, que pode ser investido pelos investigadores nas tarefas de análise. Muito embora as aplicações informáticas não tomem decisões concetuais, elas cumprem a função de auxiliar a análise, neste caso, a análise textual, correspondendo a uma sequência lógica de procedimentos de manipulação de dados. O *ATLAS.ti* permite aplicar funções analíticas em termos da gestão, da leitura e relativamente aos dados, desenvolver a representação por intermédio de códigos, super-códigos, famílias e super-famílias, bem como definir relações entre estes elementos através de interligações e redes, e proceder à anotação de todas estas operações e reflexões. Outro aspeto pertinente é a clareza e a possibilidade de sistematização, no âmbito da aplicação/adaptação no software, das etapas definidas pela metodologia utilizada, o que concorre para decisões uniformes. Tal aspeto é reforçado pela utilização extensiva dos memorandos e dos apontamentos nos campos de comentários que, juntamente com a possibilidade de produção automática de relatórios, são elementos essenciais para a reflexão analítica e a garantia da validação da investigação (Corujo, Revez, & Silva, 2019; Silver & Lewins, 2014).

por um “crivo” de valorização face à pertinência percebida relativamente ao tema da investigação (Escala de Likert), quando a maioria das propostas metodológicas de GTM se centra na codificação de entrevistas, sendo o tipo de dados distinto dos que são usados na maioria dos estudos que aplicam a GTM. Este método recorre a um processo sistemático de codificação, conforme adiante se procurará explicar e situar, no âmbito deste estudo.

Quanto à **codificação dos 43 projetos, iniciativas e programas**, que veio na sequência da análise dos resumos dos artigos avaliados com os valores 5 e 4 na Escala de Likert, procurou-se identificar os textos que mencionavam projetos e outros elementos que dessem resposta ao conjunto de perguntas sensibilizadoras identificadas por Corbin e Strauss (2015, p. 92) que atrás se abordaram. Essas perguntas foram adaptadas para identificar quantos e quais são os projetos mencionados, as estratégias que são predominantes, os países, as instituições no seio das quais se desenvolvem, o período cronológico, as relações (equipas), o significado que eles tiveram para os autores, as percepções sobre os resultados ou consequências, e em que medida as ações são iguais ou diferentes para os vários autores e em outras situações (isto é, verificar se usam estratégias comuns, estratégias diferentes, se falharam, tiveram sucesso, na percepção dos autores).

4.2.2.3. *Codificação Aberta e Codificação Axial*

Neste estudo, o uso da Teoria Fundamentada, propriamente dita, iniciou-se na etapa denominada de **codificação aberta**, uma vez que os códigos criados nesta etapa são abertos e abundantes. Seguindo os procedimentos adotados por Freitas (2009), foram codificados os elementos pré-textuais dos resumos, que compreendem a identificação do título, dos autores, da publicação periódica onde se inserem (volume, número, páginas), a data de publicação e hiperligação através do qual foi recolhido (EBSCO ou SCOPUS).

Esta utilização iniciou-se com a recolha e a integração dos dados pré-textuais e os resumos (e no caso dos artigos em que não existiam resumos optou-se por colocar o texto completo) em dois documentos primários, um em formato *Microsoft Word* e outro em formato texto, que foram importados para uma base de trabalho (*Unidade Hermenêutica*) sediada no programa informático *ATLAS.ti* (versão 7.5.18).

Esta primeira etapa, que começou pela codificação desses elementos pré-textuais, seguindo as perguntas sensibilizadoras antes mencionadas, prosseguiu pela leitura dos

conteúdos dos resumos (elementos textuais) e marcação de citações que originaram códigos *in vivo* (*Code In Vivo* na linguagem do programa), em que a designação do código replica a citação. Alguns destes códigos *in vivo* foram sendo reduzidos a códigos com designações mais abstratas à medida que se torna evidente a existência de redundâncias, como se exemplifica na Figura 6, que apresenta elementos textuais (citações) que tinham sido anteriormente codificados *in vivo* e cujos códigos foram reduzidos a um só.

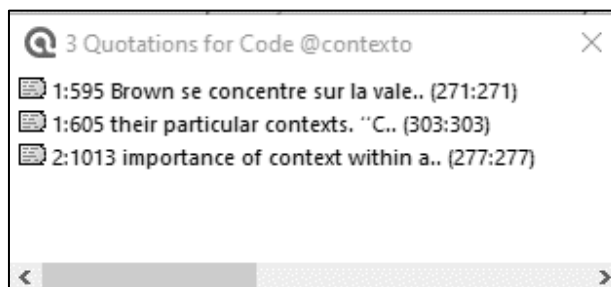


Figura 6 – Exemplo de Redução de Códigos *In Vivo*
 FONTE: Produção própria (2019)

No caso específico da procura da terminologia substantiva, recorreu-se à ferramenta de codificação automática (*auto-coding* na linguagem do programa), para procurar as ocorrências dos termos escolhidos nos documentos primários e codificá-los. De notar que o *ATLAS.ti* possibilita a utilização de um mesmo código em várias citações, permitindo verificar a recorrência e a fundamentação desses códigos.

A Unidade Hermenêutica (HU) que era composta inicialmente pelos resumos (*abstracts*) passou a conter códigos, que são etiquetas fixadas a partir da análise minuciosa e persistente desses resumos. Há, assim, uma primeira redução resultante do processo de análise em que, partindo dos resumos, são criados códigos, unidades de significado menores, criadas para resumir esta primeira informação. Como esta redução não é ainda suficiente para os fins analíticos, porque nesta fase ainda são manejados muitos dados e de forma desestruturada, são precisos novos procedimentos.

Assim, os procedimentos desenvolvidos em sede da Teoria Fundamentada passaram a ter uma lógica de **codificação axial**. Esta etapa de codificação axial caracteriza-se pelo facto de os códigos criados tenderem para a descoberta da categoria central deste estudo, o eixo central, ou pelo menos um conjunto de categorias que se constituem em eixos principais, representativos do problema central, ou questões principais que constituem o processo central analítico-interpretativo.

Assim, e a partir dos códigos anteriormente criados, foi feita uma nova redução, ao reuni-los por famílias ou categorias (de códigos). Estas famílias/categorias são também códigos, que reduzem, porque agrupam, no âmbito de um processo de análise, os códigos anteriormente criados. Trata-se de um segundo nível de abstração, integrado na fase de codificação axial. Para tal, e partindo das Perguntas Sensibilizadoras (o objetivo da análise do texto, que aqui é a Avaliação da informação de arquivo eletrónica), pretendeu-se distinguir o papel das Famílias/Categorias. A intenção foi verificar quais Famílias/Categorias teriam um papel central, transversal, ou apenas interesse colateral. Para esta distinção, houve que recorrer à análise de textos completos ligados a estas famílias, para verificar como se relacionam entre si (as famílias) e o objetivo da análise.

Assume-se aqui a pretensão de alcançar o fio analítico, o processo social básico, necessário para abordar o problema central. Esta fase resultou numa Unidade Hermenêutica mais concisa, com maior densidade (conceito associado, no GTM, à quantidade de relações estabelecidas entre códigos e entre famílias de códigos) e com muito mais possibilidades analíticas. Esta integração em torno das categorias ou famílias foi imprescindível para pôr ordem, organizar os códigos, que se foram criando e acumulando livremente na codificação aberta, resultando num conjunto de dados desestruturados. Estas operações contribuíram para entrever novos significados e mais perceções, e fazer mais conexões, usar filtros para visualizar apenas uma ou duas famílias e respetivos códigos, etc.

Para efetuar a contextualização de cada um dos códigos nas famílias, recorreu-se a várias estratégias, nomeadamente o memorando reflexivo com as perceções retiradas, a citação (na forma de tradução do texto), a justificação nas situações que se considerou que o código fazia sentido estar integrado em mais do que uma família, a indicação do número de vezes que o código surgia nos textos (no caso dos códigos da família "Terminologia Substantiva").

A Figura 7 apresenta um excerto do memorando sobre a Família "Terminologia Substantiva".

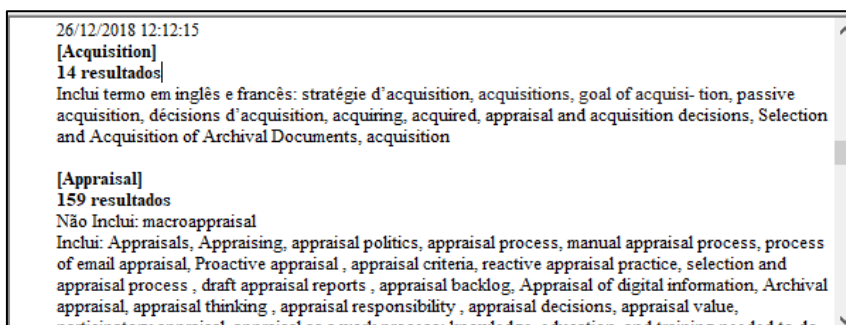


Figura 7 – Excerto do Memorando Sobre a Família “Terminologia Substantiva”

FONTE: Produção própria (2019)

Esta organização dos códigos em famílias/categorias também implicou um cuidado para não fazer crescer desnecessariamente o número de famílias. Este cuidado levou a dúvidas e experimentações por tentativa e erro, que por exemplo implicaram a fusão de famílias que, em dado momento foram percebidas como duplicações da mesma categoria analítica, mas que, durante a reflexão da contextualização dos códigos, se verificou que havia pertinência em mantê-las em separado, por representarem duas categorias analíticas diferentes.

Nesse sentido, e porque se continuava a perceber uma potencial relação, optou-se pela criação de uma superfamília envolvendo ambas as famílias, porque assim elas estariam irremediavelmente ligadas, o que aumentou a sua densidade. Exemplo disso é a superfamília “Nomes dos autores que transparecem nos textos como produtores de investigação sobre a Avaliação” que reúne as famílias "Autores referenciados nos textos" e "Nomes dos autores dos textos", com a intenção de identificar os nomes dos autores que transparecem nos textos como produtores de investigação sobre a Avaliação. Esta estratégia permitiu garantir que ambas as famílias ficassem juntas e assim poderiam ser analisadas em conjunto, num dado momento. Esta necessidade surge quando se pretende analisar essas categorias separadamente para só depois as relacionar.

Outro aspeto a ter em consideração, no âmbito da criação das famílias, foi a reflexão feita acerca das suas designações, com o fito de garantirem a abrangência dos códigos que as constituíssem, por um lado e, por outro, serem suficientemente específicas para retirar qualquer ambiguidade. Este cuidado da nomenclatura das designações também já se tinha revelado necessário no âmbito da designação dos códigos mais estruturados, e ao longo das progressivas abstrações.

No entanto, há que ter em atenção que este processo dinâmico de vai-e-vem em espiral progressiva levou, em algumas situações, a voltar à fase de codificação aberta, à medida que se verificava a necessidade de procurar novos dados para dar resposta às questões que surgiam com a análise dos códigos. A esta situação não foi estranho o uso Método da Comparação Constante, ferramenta analítica que acompanha a GTM desde as suas origens (Glaser & Strauss, 1967), que sempre acompanhou este processo empírico-reflexivo. A título de exemplo, considera-se que a leitura e análise desses códigos dentro das famílias permitiu uma reflexão que levou a perceber que os códigos não tinham o mesmo nível e densidade/ granularidade.

Houve, ainda, situações em que se verificou a existência, na mesma família, de códigos abertos (principalmente os *in vivo*) em conjunto com códigos muito estruturados. Ao analisar e comparar as incidências (comparação incidente com incidente) representadas nesses códigos mais abertos e nos códigos mais estruturados, percebeu-se serem ou parecerem ser idênticas (ou seja, tratavam-se das mesmas coisas, mas com outros nomes), pelo que o recurso ao Método da Comparação Constante foi permitindo ir eliminando essas situações que acabavam por ser redundâncias, integrando as citações (*quotations*) nuns códigos e eliminando outros, tendo o cuidado de adotar esta medida só nos casos em que ficou claro que, no fundo, ambos os códigos estavam a abordar da mesma coisa, isto é, para eliminar as redundâncias.

Naqueles códigos que não revelaram ser verdadeiramente redundantes, mas que se percebeu que a sua incidência dizia respeito a elementos que faziam parte de outros códigos dessa mesma família, numa lógica hierárquica (como se constituíssem propriedades ou dimensões) optou-se por juntar esses códigos em super-códigos, solução considerada mais acertada, porque se enquadrou no processo idiossincrásico de codificação com vista já a uma maior integração dos dados.

Aqui se verifica, como indicado mais uma vez, o processo de espiral progressiva, de vai-e-vem, na medida em que, no âmbito do processo de codificação axial, cujo objetivo é a integração de conjuntos de códigos em super-códigos, de conjuntos de códigos em famílias, de conjuntos de famílias em superfamílias, de criação de novos

códigos e super-códigos¹⁴, para os integrar em famílias e superfamílias, com o objetivo de atingir a integração e, uma vez mais, a redução dos dados para facilitar o seu manuseamento e a sua transposição para novas etapas de análise.

No âmbito da codificação axial, procedeu-se, assim, à contextualização e aprofundamento dos conceitos, o que foi operacionalizado através desse processo constante de integração de conjuntos de códigos e de famílias nesses grupos maiores (supercódigos e superfamílias).

A Figura 8 apresenta alguns exemplos dessas situações.

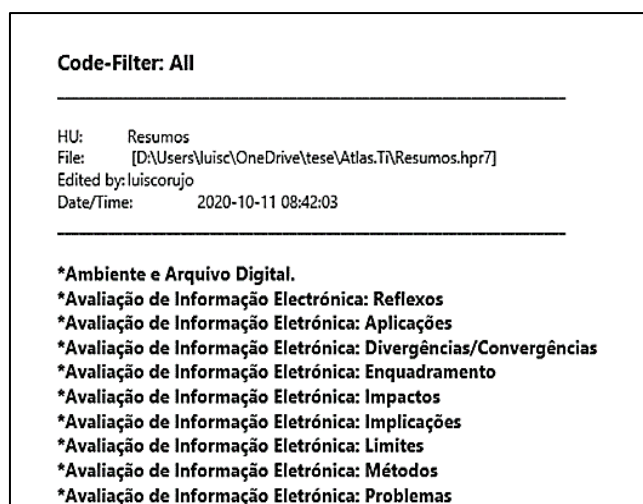


Figura 8 – Exemplos de Códigos e Super-Códigos (Codificação Aberta e Axial)
FONTE: Produção própria (2020)

A reflexão também conduziu à perceção da necessidade de um melhor apuramento dos códigos, das famílias, e das suas designações, para garantir que se centravam no assunto em apreço – a avaliação da informação de arquivo eletrónica. Isto remeteu para a necessidade de destringir os elementos que não traziam um aporte pretendido, com o fim de os descartar, e assim garantir a diminuição do ruído, e uma melhor delimitação da abrangência da análise e a redução dos dados (como por exemplo, separar o que é princípio e fundamento de arquivo do que é princípio e fundamento de avaliação). Uma das preocupações que foi surgindo ao longo da primeira fase de codificação e se manteve

¹⁴ De notar que o *ATLAS.ti* possibilita a criação de super-códigos, que reúnem dentro de si vários códigos, que podem ser considerados aspetos, propriedades e dimensões dos super-códigos.

na segunda fase foi a identificação e a análise das definições propostas pelos autores, ou por eles recuperadas nas suas revisões de literatura.

Embora a codificação axial ainda se caracterizasse pela análise dos resumos dos artigos, e se considerasse que essas definições só aparecem nos textos completos, em alguns resumos verificou-se já conterem indícios (incidentes nos dados) de definições/conceitos (quer no título, quer em qualquer outro elemento metadado). Esses incidentes foram codificados, particularmente nos textos completos, que foram analisados aquando da ausência do respetivo resumo, tendo levado à criação de códigos que revelavam conceitos, e que estavam divididos por várias famílias. Posteriormente, houve condições para fazer a integração desses códigos numa família.

Adicionalmente, no caso dos códigos sobre definições e conceitos que surgiam nos resumos, beneficiaram da análise dos textos completos na terceira e última fase, dado que apontavam claramente para textos que tiveram de ser escrutinados nesse âmbito. Outro aspeto a ter em conta, para efeitos de controlo, é a verificação do número de códigos de família, no sentido de garantir que a quantidade de códigos dá condições de manejo, para que o investigador consiga trabalhar com esse volume de códigos no âmbito da sua análise integradora. Um grande volume de códigos pode indiciar a existência de códigos redundantes, incidências que não se centram no assunto em apreço, a necessidade de criação de super-códigos, e/ou a divisão da família/categoria em duas mais específicas, que também poderão ficar unidas numa superfamília.

A sistematização dos códigos em famílias também abriu as portas a questões ligadas à identificação do pendor mais teórico ou mais prático do cenário, que se apresenta no período cronológico delimitado para este estudo. Isto abriu a possibilidade para uma verificação da existência de uma maior tendência dos autores para os aspetos práticos ou teóricos, revelando-se importante na hora de fazer a integração no âmbito da sistematização/explicação teórica. Para tal concorreria uma nova codificação para identificar cada um dos resumos como teórico ou empírico, dando origem a duas novas famílias. A Figura 9 apresenta um exemplo de família/super-família e alguns códigos que a constituem.

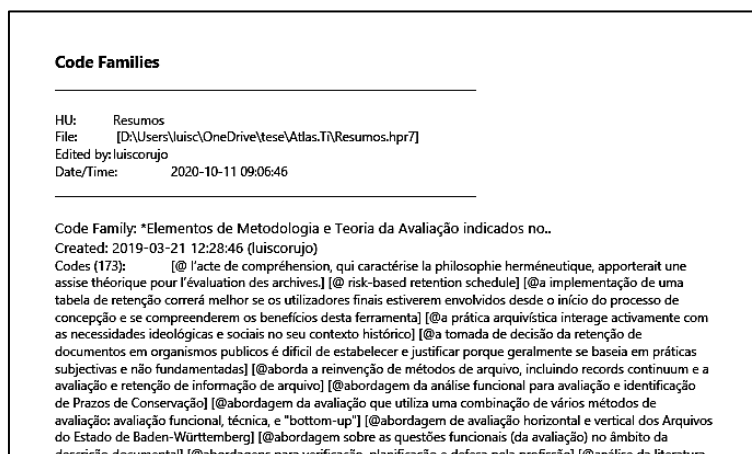


Figura 9 – Exemplo de Família / Super-Família (Codificação Aberta e Axial)

FONTE: Produção própria (2020)

Nesta etapa, portanto, os códigos abertos e os códigos pré-textuais, num total de 794 códigos e super-códigos (Apêndice 4), foram reunidos por categorias ou Famílias (*Families* na linguagem da aplicação) com designações suficientemente abrangentes, e produziram-se memorandos, que refletem as perceções que impactaram na decisão de alocação de cada um dos códigos. Estas famílias foram também agrupadas em categorias mais abstratas através da ferramenta de criação de Superfamílias (*Super Family Tool* na linguagem da aplicação). Neste ponto há a contabilizar um total de 23 Famílias e Superfamílias (Apêndice 5). Ainda, nesta fase, efetuou-se a verificação de interligações entre os códigos, recorrendo ao gestor de ligações entre códigos (*Code-Link Manager* na linguagem da aplicação), e entre as famílias, o que resultou no aumento da densidade da análise, por meio do gestor de redes (*Network Manager* na linguagem do programa). A Figura 10 apresenta um excerto da lista de ligações entre os códigos.

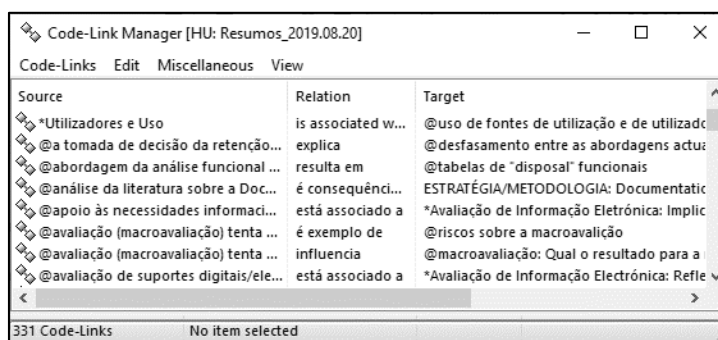


Figura 10 – Excerto da Lista do Code-Link Manager

FONTE: Produção própria (2019)

4.2.2.4. Codificação Seletiva

A terceira etapa da Teoria Fundamentada refere-se à codificação seletiva e tem em vista a integração teórica.

Neste estudo, a integração teórica desenvolveu-se sobre os textos completos correspondentes aos resumos que tinham sido alvo de codificação. Para o efeito, a pesquisa pretendia, a partir dos códigos e das famílias considerados pertinentes, encontrar um eixo central, ou pelo menos um conjunto de eixos principais, representativos do problema central, ou questões principais que constituem o processo central analítico-interpretativo.

Conforme foi dito, verificou-se que os códigos e famílias reunidos na etapa prévia (codificação axial) tinham origem em 72 (setenta e dois) resumos do universo de 83 artigos selecionados com recurso à escala de Likert. Assim, os textos completos desses artigos foram constituídos como unidades hermenêuticas e analisados tendo como ponto de partida os códigos e as famílias encontrados nas fases analíticas anteriores, em busca de incidências e co-incidências, fazendo conexões entre os dados/informação à luz do Método da Comparação Constante. Nesse sentido, procurou-se organizar os conjuntos de códigos e verificar relações entre esses conjuntos e quais desses conjuntos são mais abordados para tentar encontrar qual a questão central, o eixo à volta do qual orbitam os outros conjuntos.

Considera-se pertinente indicar que a análise do texto de Candace Loewen (2005b, 2006) permitiu verificar tratar-se de um texto introdutório de um número especial da *American Archivist* dedicado à macro-avaliação, em que a autora procede ao resumo dos artigos presentes nesse número. Por esse motivo, optou-se nesta fase por proceder também à análise dos textos completos a que se referiam os ditos artigos, nas situações em que o texto de Candace Loewen (2005b, 2006) tinha dado origem a códigos. A lista desses textos encontra-se na Tabela 6.

Tabela 6 – Lista de Artigos Analisados a Partir dos Códigos Retirados do Texto de Loewen (2005b, 2006)

Autor	Título	Publicação	N.º	Páginas	Ano
Badgley, K. Meunier, C.	Macroappraisal, the Next Frontier: An Approach for Appraising Large and Complex Government Institutions	Arch. Sci.	5	261-283	2005
Terry, C.	Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000	Arch. Sci.	5	101-161	2005
Craig, B.	Setting the Students' Bearings and Balance in Appraisal	Arch. Sci.	5	391-402	2005
Kretzschmar, R.	Archival Appraisal in Germany: A Decade of Theory, Strategies, and Practices	Arch. Sci.	5	219-238	2005
Robert, J.	Macroappraisal Kiwi Style: Reflections on the Impact and Future of Macroappraisal in New Zealand	Arch. Sci.	5	185-201	2005

FONTE – Elaboração própria (2020)

As interligações entre códigos permitiram a identificação de categorias de análise relevantes e das suas dimensões, e quais sobressaem como eixos – categorias centrais – sobre as quais giram as restantes categorias no contexto da avaliação de informação de arquivo. Essas categorias centrais referem-se aos programas, projetos e iniciativas no tema da avaliação arquivística de informação eletrónica, às perceções dos autores acerca dos problemas, críticas, entornos e contornos da avaliação arquivística de informação eletrónica, e às propostas e soluções percecionadas pelos autores no âmbito desse fenómeno. Tal permitiu que, na terceira fase, se identificassem os elementos do processo social básico.

As tarefas e as reflexões analíticas foram sendo registadas nos memorandos e nos campos de comentários dos códigos, super-códigos, famílias e superfamílias. Também a análise de cada um dos textos completos, tendo em conta os códigos e famílias das questões apreendidas pela codificação aberta e a codificação axial, à luz das perguntas sensibilizadoras, levou à produção de memorandos. Esses memorandos, já no âmbito da fase da integração teórica, foram então codificados para identificar e analisar as categorias de análise e as suas dimensões, tendo como resultado o preenchimento das categorias pouco desenvolvidas, o refinamento das categorias mais abrangentes, e fazer sobressair os eixos principais, com o fim de fazer emergir um cenário consistente sobre os programas, projetos, as discussões, autores, perceções e significados sobre a avaliação de informação de arquivo, a nível internacional e nacional.

No caso do objetivo de identificar e analisar, de forma comparada, os principais programas e projetos e autores, a nível internacional, sobre a avaliação da informação de arquivo, que emergiram da análise, foram desenvolvidos memorandos sobre cada um dos projetos, o que requereu ir buscar textos científicos que não faziam parte das fontes selecionadas originalmente, mas que informavam sobre os projetos com dados que as

fontes codificadas nas etapas de codificação aberta e de codificação axial não exprimiam. Desses memorandos foram identificadas as categorias de análise, pela codificação orientada pelas perguntas sensibilizadoras, o que deu origem à informação veiculada no capítulo 5.

A Figura 11 e a Figura 12 apresentam exemplos de códigos e super-códigos substantivos e uma família/superfamília resultante de códigos e super-códigos substantivos.

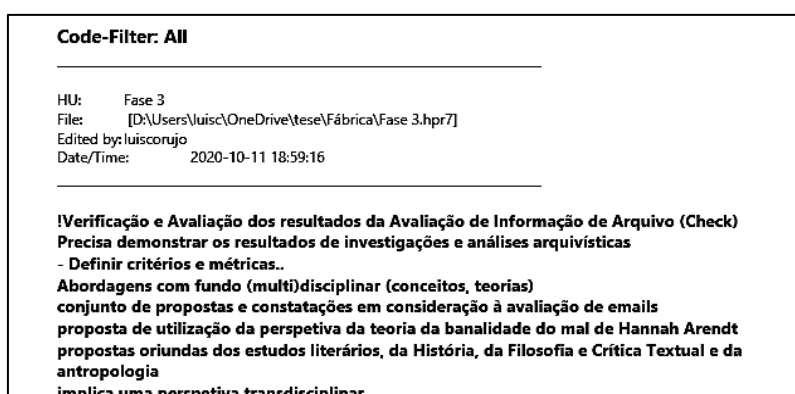


Figura 11 – Exemplos de Códigos e Super-Códigos Substantivos (Codificação Seletiva)

FONTE: Produção própria (2020)

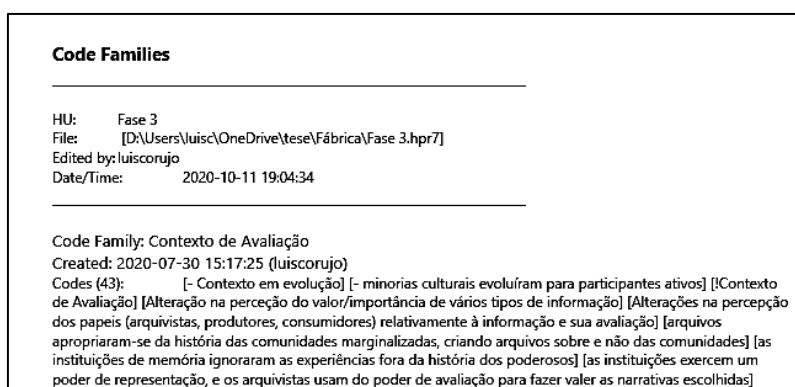


Figura 12 – Exemplo de Família / Super-Família de Códigos (Codificação Seletiva)

FONTE: Produção própria (2020)

A intuição fina apontou também para que a integração não ocorresse somente numa perspectiva hierárquica e nem só pela criação de Famílias, Super-Códigos e Superfamílias, mas de outro tipo de ligações. É aqui que entra a análise para aferição de ligações (*Code-Link Manager*) ou de Redes (*Network Manager*). As redes permitiram verificar em torno do quê se desenvolve a gravitação dos códigos/famílias que vão

surgindo. Estas redes conceituais dão a indicação das vias analíticas por onde seguir na última fase, consubstanciada nos textos completos. Isto explica-se pelo facto de as fases de codificação aberta e codificação axial funcionarem tão juntas quer na reflexão que o investigador vai fazendo, quer nas operações que se vão executando na HU, que muitas vezes se percebe estar a efetuar tarefas das duas fases ao mesmo tempo. Na lógica da GTM, uma dessas ligações pode resultar numa via analítica que passe pelo desenvolvimento de uma rede de conceitos/termos, recorrentes ou não, no âmbito da avaliação, com exemplos típicos de emprego, ou pela quantificação do número de vezes que aparece um termo, e que pode ser importante para verificar, mais tarde, por exemplo, com qual termo ele coocorre. Estes são exemplos de tipos de via analítica que se pode agarrar ou dispensar mais tarde, dependendo do que vão dizendo os objetivos específicos que se pretendem atingir. Mas, também na lógica da GTM, é preciso ter em conta que estes objetivos podem ir sofrendo alterações, consoante se vão projetando as perguntas e respostas, que só vão surgindo ao longo do percurso, mesmo na fase da integração das explicações teóricas, e não antes. No âmbito deste estudo, foram criadas redes de ligação simples entre as categorias cujas dimensões partilhavam códigos para identificar graficamente as ligações entre os diferentes componentes percecionados na análise da qual derivaram os capítulos 6 e 7, não se tendo chegado a usar as redes para a concetualização. Tal se justifica pelo facto de se considerar que as categorias foram preenchidas em sede do cumprimento dos objetivos, permitindo a identificação dos principais autores, projetos, iniciativas e programas a nível internacional e o seu pensamento sobre a avaliação de informação de arquivo eletrónica, distinguindo as suas propostas e soluções.

Assim, o desenrolar desta fase resulta no preenchimento das categorias pouco desenvolvidas e no refinamento das categorias mais abrangentes, com recurso aos textos completos, com o fim de fazer emergir um cenário consistente sobre os programas, projetos, as discussões, autores, perceções e significados sobre a avaliação de informação de arquivo, a nível internacional e nacional. A esta altura, já se sabiam ser estes os eixos centrais a desenvolver pelo estudo.

A fase de integração teórica deu origem a 520 códigos e super-códigos (Apêndice 6), organizados em 27 famílias e superfamílias (Apêndice 7). Estas famílias e superfamílias compreendem as categorias que veiculam a etapa seguinte.

4.2.2.5. *Análise e Interpretação Teórica e Critérios para a Validação do Estudo*

Para Creswell e Creswell (2018), a análise e a interpretação típica das abordagens qualitativas inicia-se pela organização e preparação dos dados para análise, passando-se à leitura de todos os dados, que serão em seguida codificados (manual ou informaticamente) por temas e descrições. Posteriormente, é desenvolvido um trabalho de relacionar os temas e descrições, para que seja possível interpretar os significados desses temas/descrições. Todas estas etapas requerem que seja efetuada uma constante validação dos dados. Assim, a validação qualitativa significa que o investigador verifica a coerência (o rigor dos resultados) e a fiabilidade (consistente relativamente a outros investigadores e projetos) dos resultados através da aplicação de determinados procedimentos. Paralelamente, a interpretação do significado dos temas/descrições constituirá uma narrativa, a qual é necessária validar cientificamente, nomeadamente pela verificação da fiabilidade qualitativa, em que o investigador verifica se a sua abordagem é consistente com estudos de outros investigadores e diferentes projetos.

Creswell e Creswell (2018), também apresentam um conjunto de estratégias de validação a serem aplicadas na investigação qualitativa, como são exemplo a triangulação, a verificação de membros da (equipa de) investigação, a transmissão dos resultados através de uma descrição detalhada e profunda, o esclarecimento de todo o viés que o investigador possa transportar para a investigação, a apresentação da informação discrepante ou que negue e contrarie os temas apresentados, o dispêndio de bastante tempo no trabalho de campo, a verificação por pares, que assim revêm e fazem perguntas sobre o estudo qualitativo para que se tenham em conta interpretações que não a do investigador, e a utilização de auditores externos ao estudo. Ainda, segundo este autor, a generalização nos estudos qualitativos só pode ocorrer quando os investigadores estudam casos adicionais e generalizam os resultados aos novos casos, tal como ocorre com a replicação usada na investigação experimental. No entanto, a repetição dos resultados de um estudo de caso num novo cenário exige procedimentos qualitativos bem documentados, nomeadamente a existência de um protocolo para documentar detalhadamente o problema e o desenvolvimento de uma meticulosa base de dados de estudos de caso.

Nesta investigação, no âmbito da segunda fase, a análise e interpretação desenvolveu-se por meio de tarefas e operações necessárias para o cumprimento dos objetivos referentes à parte empírica, do estudo aplicado, desta investigação, ligados à

compreensão das discussões, autores, percepções e significados que se levam a cabo na literatura científica específica, num intervalo definido (2006-2016), em torno do fenómeno da avaliação da informação de arquivo, em termos internacionais, e daí inferir propostas e princípios. Desse modo, a análise e interpretação de dados, à luz da Teoria Fundamentada, inclui o tratamento e a codificação aberta dos dados, a codificação axial e seletiva, a interpretação dos resultados e a integração teórica, e a validação. Sobre esta análise importa ainda indicar que, derivado ao processo dinâmico de vai-e-vem da codificação, houve situações em que, durante a codificação axial, se considerou necessário voltar à codificação aberta, e, durante a codificação seletiva, se considerou necessário voltar à codificação axial. De referir que para a validação externa, partes deste estudo foram publicadas previamente. Pondera-se aqui também o peso da possibilidade de, num contexto de dados abertos, disponibilizar esta base (a HU) para ser utilizada noutros estudos futuros, por nós ou outrem. Tal situação implica que a base tenha condições para que, à partida, as outras pessoas possam compreendê-la. Essa perspetiva ajuda na abordagem de disciplinar e a sistematizar o processo de análise, duas exigências absolutas da GTM.

Neste estudo, para dar resposta à necessária validação interna (Creswell, 2014) relativa ao estudo resultante da Teoria Fundamentada, no sentido de verificar a sua aplicabilidade, considerou-se pertinente a identificação das etapas para verificar a coerência e a credibilidade dos resultados da sua investigação e a verificação da fiabilidade qualitativa derivada da consistência da sua abordagem com estudos de outros investigadores e diferentes projetos. Tal implica a transmissão dos resultados através de uma descrição detalhada e profunda do trabalho desenvolvido durante as várias etapas, aspeto e objetivo que se faz cumprir neste capítulo e também nos capítulos ligados à apresentação dos resultados e da análise. A verificação da fiabilidade qualitativa foi sendo feita pelo recurso aos dados recolhidos dos estudos de outros investigadores e diferentes projetos, que são a matéria e o fundamento da parte empírica deste estudo. Com efeito, o método utilizado aponta para o desenvolvimento de teoria fundamentada nos dados e, neste caso, nos dados recolhidos dos estudos referidos.

A fase da escrita da dissertação teve como ponto de partida a produção e a sistematização dos memorandos que foram sendo produzidos ao longo das fases anteriores, e que tomam corpo nesta dissertação. De certa forma, e dado que não é possível dissociar os memorandos do texto desta dissertação, pode-se perceber que a escrita da

dissertação começou no início da investigação e acompanhou o seu desenvolvimento. Refere-se ainda a utilização das ferramentas tecnológicas que auxiliaram a produção do texto, como são o *Atlas.ti*, e o gestor de referência bibliográficas *Zotero*, utilizado na organização intelectual dos textos utilizados durante a investigação, principalmente aqueles sobre os quais se desenvolveu a análise ¹⁵.

¹⁵ Apesar desta estratégia, há a relatar uma ocorrência com o *Zotero*, que levou à perda da organização dos registos bibliográficos por coleções e subcoleções. Mesmo tomando medidas preventivas para mitigar o risco de perda da informação no âmbito das plataformas e aplicações digitais que pretendem facilitar a investigação científica, conclui-se não basta fazer *backups*, sem ter garantias de que estes permitem a acessibilidade e renderização dos dados (organização do conteúdo) tal como se encontravam disponíveis para o utilizador.

5. RESULTADOS (I):

PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS NO TEMA DA AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE INFORMAÇÃO ELETRÓNICA: ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E SÍNTESE

Este capítulo pretende identificar e analisar, de forma comparada, os principais programas, projetos e iniciativas identificados na literatura científica internacional visível e que se debruça sobre essa matéria, dando cumprimento ao sexto objetivo específico. Esta análise decorre dos resultados efetuados no terreno empírico, recorrendo-se à teoria fundamentada, com a intenção de incluir não só projetos e iniciativas que incluam aspetos ligados à avaliação, mas também propostas, que se podem considerar com potencial para o desenvolvimento de projetos e/ou aspetos, que devem ser considerados no âmbito de projetos ou iniciativas, independentemente de serem ou não anunciados como projetos. Na análise procurou-se dar resposta às perguntas sensibilizadoras (Corbin & Strauss, 2015, p. 92): O que se está a passar/Quais os assuntos, problemas, preocupações?; Quem são os autores envolvidos?; Onde, Quando, como e com que consequências estão a agir?; Em que medida as ações são iguais ou diferentes para os vários autores e em outras situações ?

5.1. Análise e Interpretação dos Programas, Projetos e Iniciativas

A codificação desenvolvida permitiu a redução dos dados do universo dos quarenta e três projetos/iniciativas identificados nas categorias de análise, relativas às instituições e tipo de entidade, país de origem, cronologia, foco do projeto/iniciativa, estratégia e/ou abordagem utilizada e tipo de participantes, e que se espelham como variáveis no quadro

apresentado no Quadro 20, que se encontra no sub-capítulo 5.2. A análise apresenta cada uma das variáveis e recorre-se a tabelas com os dados absolutos e relativos, com a intenção de permitir a leitura direta das maiorias e minorias, com tópicos de informação no texto acerca do que não é passível de surgir nas tabelas. No fim, apresenta-se o que se considera serem as principais linhas conclusivas.

Considera-se pertinente explicitar que o conteúdo desta análise e interpretação se refere e limita aos dados e aos projetos derivados da amostra, não se pretendendo apresentar esta informação como extrapolação para descrever o universo que está para lá da amostra.

5.1.1. Distribuição Cronológica

A categoria de análise referente à distribuição cronológica pretende enquadrar o início dos projetos numa das dimensões que balizam os períodos cronológicos, tal como se pode verificar na Tabela 7 e que apresenta a sua distribuição por seis períodos cronológicos. Cada uma destas dimensões compreende dez anos. De notar que se optou por não recorrer à convenção de que as décadas terminam, e não começam, nos anos terminados em zero. A lógica utilizada neste capítulo definiu que cada período de dez anos tem início no ano começado em zero e termina no fim do ano terminado em nove. De notar que há situações em que o projeto teve um cronograma que definiu a data do seu fim, outros mantêm-se e integram as práticas das instituições que os promovem, tendo em conta que a procura de salvaguardar a memória impacta e é impactada na continuada produção de informação que é avaliada e selecionada como pertinente para constituir parte dessa memória.

A **distribuição cronológica dos projetos e/ou iniciativas** mostra que a literatura analisada identifica que os primeiros projetos têm início nos anos 60 do século XX, que contabilizam dois projetos. Verifica-se que o período 2000-2009 enquadra o maior número de projetos (praticamente metade, 48,84%), os anos 1970-1979 surgem apenas com um projeto. Excetuando essa dimensão, percebe-se uma evolução cronológica positiva do número de projetos por período, e justifica-se que número de projetos identificados na dimensão relativa ao período 2010-2019 está delimitado pelo facto de a amostra tendencial definida para a seleção das fontes estar balizada entre 2006 e 2016.

Os resultados desta categoria de análise permitem dar resposta à pergunta: Quando?

Tabela 7 – Projetos por Período Cronológico

Período Cronológico	Nome do Projeto	Datas	N.º de Projetos	Percentagem Total
1960-1969	<i>History of Recent Physics</i>	(1961-1965)	2	4,65%
	Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção	(1969)		
1970-1979	Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres	(1970s)	1	2,33%
1980-1989	<i>Government-Wide Plan for the Disposition of Records</i>	(A partir de 1980s)	7	16,28%
	<i>Documenting Western New York</i>	(1986-1988)		
	<i>Seven States Project</i>	(1986-1988)		
	<i>Government Records Project</i>	(1988-1990)		
	<i>Intergovernmental Records Program</i>	(1988-1990s)		
	<i>Documenting Metropolitan Milwaukee</i>	(1989-1991)		
1990-1999	Projeto PIVOT	(1991-2001 e seguintes)	4	9,3%
	Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”	(1992-2006)		
	Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos	(1997)		
	<i>Postal History Project</i>	(1997)		
2000-2009	<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>	(a partir de 2000)	21	48,84%
	Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos	(2001)		
	<i>September 11th Digital Archive</i>	(A partir de 2001)		
	Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa	(2002)		
	<i>Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project</i>	(2002)		
	<i>Re-engineering of the government records disposition program</i>	(2002-2004)		
	Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – <i>Multi-Institutional Disposition Authority</i>	(2002-2004)		
	<i>Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide</i>	(2002-2004)		
	Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	(2002-2006)		
	<i>NAA macroappraisal project</i>	(2003-2004)		
	Estudo de sítios web de organizações estudantis	(2004)		
	Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489	(2004)		
	<i>ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>	(2004-2010)		
	<i>Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System</i>	(2004)		
	Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais Hub – digital human rights archives	(2005-2010) (2007)		
	Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística do Banco Central Europeu	(2007)		
Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo	(2007)			
<i>The South Asian Web</i>	(2007-2009)			
<i>“A Story Like No Other”</i>	(2008)			
<i>Legacy E-records pilot</i>	(2008)			
2010-2016	<i>Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)</i>	(2010)	8	18,6%
	<i>International Social Science Risk Database (ISSRD)</i>	(2010)		
	<i>Library’s Collecting Genomics project</i>	(2010)		
	Revisão da Metodologia de Macro-avaliação	(2010)		
	Projeto QADEP (2011-2015)	(2011-2015)		
	Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e <i>big data</i>	(2012-2019)		
	<i>Open Data Project</i>	(2013)		
Projeto para avaliação de e-mails	(2013-2014)			
Total Geral			43	100%

FONTE: Elaboração Própria (2020)

5.1.2. Origem Geográfica-Administrativa

A categoria de análise identificada em causa pretende agregar os projetos pelas dimensões relativas à sua origem geográfico-administrativa, normalmente identificada pelos países e entidades territoriais que agregam países. Também inclui os projetos com dimensão supranacional. A Tabela 8 identifica os projetos pelas doze dimensões encontradas para esta categoria de análise.

Tabela 8 – Distribuição Geográfica-Administrativa dos Projetos

País	Nome do Projeto	Datas	N.º de Projetos	Percentagem Total
Austrália	Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos	(1997)	4	9,3%
	NAA macroappraisal project	(2003-2004)		
	Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System	(2004)		
	International Social Science Risk Database (ISSRD)	(2010)		
Canadá	Government-Wide Plan for the Disposition of Records	(A partir de 1980)	9	20,93%
	Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project	(2002)		
	Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – Multi-Institutional Disposition Authority	(2002–2004)		
	Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide	(2002–2004)		
	Re-engineering of the government records disposition program	(2002–2004)		
	Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais	(2005-2010)		
	Legacy E-records pilot	(2008)		
	Revisão da Metodologia de Macro-avaliação	(2010)		
Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)	(2010)			
Espanha	Open Data Project	(2013)	1	2,33%
EUA	History of Recent Physics	(1961-1965)	18	41,86%
	Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres	(1970s)		
	Documenting Western New York	(1986–1988)		
	Seven States Project	(1986–1988)		
	Government Records Project	(1988-1990)		
	Intergovernmental Records Program	(1988-1990s)		
	Documenting Metropolitan Milwaukee	(1989–1991)		
	Study of Multi-Institutional Collaborations	(1989–2001)		
	Postal History Project	(1997)		
	Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network	(a partir de 2000)		
	Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos	(2001)		
	September 11th Digital Archive	(2001)		
	Estudo de sítios web de organizações estudantis	(2004)		
	ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation	(2004-2010)		
Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo	(2007)			

País	Nome do Projeto	Datas	N.º de Projetos	Porcentagem Total
	<i>The South Asian Web</i>	(2007-2009)		
	<i>"A Story Like No Other"</i>	(2008)		
	Projeto para avaliação de e-mails	(2013-2014)		
Finlândia	Criação da coleção de arquivo LGBTQI finlândesa	(2002)	1	2,33%
Internacional	Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	(2002-2006)	3	6,98%
	<i>Hub – digital human rights archives</i>	(2007)		
	Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e <i>big data</i>	(2012-2019)		
Países Baixos	Projeto PIVOT	(1991–2001 e seguintes)	1	2,33%
Portugal	Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”	(1992-2006)	1	2,33%
Reino Unido	Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489	(2004)	2	4,65%
	<i>Library’s Collecting Genomics project</i>	(2010)		
Suécia	Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção	(1969)	1	2,33%
Suíça	Projeto QADEP	(2011-2015)	1	2,33%
União Europeia	Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística do banco Central Europeu	(2007)	1	2,33%
Total Geral			43	100%

FONTE: Elaboração Própria (2020)

Os dados apresentados permitem constatar que os projetos identificados têm origem na Austrália, no Canadá, na Espanha, nos Estados Unidos, na Finlândia, nos Países Baixos, em Portugal, no Reino Unido, na Suécia, na Suíça, e em entidades supranacionais como a União Europeia. Verifica-se ainda a existência de três projetos internacionais. A maior parte dos países europeus tem apenas um projeto. Os Estados Unidos surgem como o país com mais projetos (41,86%), seguidos do Canadá, que tem metade do número de projetos do primeiro país (20,93%). Esta representação queda-se pela Europa Ocidental e do Norte, Oceânia e América do Norte. Aventa-se que estes dados se justificam pelo facto de as publicações utilizadas serem originárias de países maioritariamente anglófonos.

Os resultados desta categoria da análise concorrem para responder à pergunta onde decorrem as ações. O cruzamento de dados entre as categorias de análise relativas à distribuição cronológica e a origem geográfica-administrativa surgem na Tabela 9, que apresenta o número e a percentagem de projetos pela geografia política e período cronológico. Isto permite verificar que só os Estados Unidos é que têm projetos em todos os períodos cronológicos indicados; que, excetuando o caso isolado da Suécia, os projetos fora da América do Norte só começam a transparecer nos anos 90 do século XX, e que só a partir de 2010 os Estados Unidos são ultrapassados no número de projetos por outro país (Canadá).

Tabela 9 – Projetos por Origem Geográfica e Período Cronológico

Países	1960-1969				1970-1979				1980-1989				1990-1999				2000-2009				2010-2016				(5)	(6)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)		
Austrália													1	2,33%	25%	25%	2	4,65%	50%	9,52%	1	2,33%	25%	12,5%	4	9,3%
Canadá								1	2,33%	11,11%	14,29%					6	13,95%	66,67%	28,57%	2	4,65%	22,22%	25%	9	20,93%	
Espanha																				1	2,33%	100%	12,5%	1	2,33%	
EUA	1	2,33%	5,56%	50%	1	2,33%	5,56%	100%	6	13,95%	33,33%	85,71%	1	2,33%	5,56%	25%	8	18,6%	44,44%	38,1%	1	2,33%	5,56%	12,5%	18	41,86%
Finlândia																	1	2,33%	100%	4,76%					1	2,33%
Internacional																	2	4,65%	66,67%	9,52%	1	2,33%	33,33%	12,5%	3	6,98%
Países Baixos													1	2,33%	100%	25%									1	2,33%
Portugal													1	2,33%	100%	25%									1	2,33%
Reino Unido																	1	2,33%	50%	4,76%	1	2,33%	50%	12,5%	2	4,65%
Suécia	1	2,33%	100%	50%																					1	2,33%
Suíça																					1	2,33%	100%	12,5%	1	2,33%
União Europeia																	1	2,33%	100%	4,76%					1	2,33%
Total Geral	2	4,65%			1	2,33%			7	16,28%			4	9,3%			21	48,84%			8	18,6%			43	100%

LEGENDA: (1) – Número de projetos; (2) – Percentagem no conjunto de projetos; (3) – Percentagem nos projetos do país; (4) – Percentagem de projetos no período cronológico; (5) – Total de projetos por país; (6) – Total de Percentagem dos projetos por país.

FONTE: Elaboração própria (2020)

5.1.3. Entidades

A categoria de análise sobre as entidades pretende identificar as instituições que promovem os projetos, e enquadrá-las em tipologias, que se constituem nas dimensões desta categoria, tal como se demonstra na Tabela 10. Nestes termos, as entidades académicas incluem todas as entidades ligadas à Investigação & Desenvolvimento, como instituições de ensino superior, centros de investigação e comunidades e grupos de investigação. Para efeitos desta parte da investigação, considera-se que as entidades que cumprem funções no âmbito da Biblioteca e/ou de Arquivos de estabelecimentos de ensino superior são entidades académicas. A dimensão da administração pública refere-se às entidades integradas na esfera pública e ligadas à ação governativa, seja ao nível do poder local, seja ao nível do poder estatal ou nacional. A dimensão da administração pública e bibliotecas públicas refere-se a consórcios, que incluem organismos da administração pública e bibliotecas públicas, e/ou que cumprem as duas funções. A dimensão arquivo privado corresponde a entidades não públicas e cuja finalidade dá salvaguarda e garantia de acesso de património e memória documental. A dimensão sobre a biblioteca pública refere-se a bibliotecas com financiamento público e orientadas para o acesso do público em geral. A dimensão sobre a Comunidade, refere-se a entidades representativas de grupos dentro da Sociedade. Estas entidades podem dizer respeito a comunidades étnicas, territoriais, de orientação sexual e/ou de género. A dimensão do organismo internacional corresponde a entidades supranacionais, que podem ou não estar delimitadas territorialmente. A dimensão organismo não governamental compreende as entidades que não têm envolvimento governamental e que, por regra, não têm como fito o lucro, incluindo associações profissionais e entidades constituídas juridicamente com o fim de representar uma comunidade, e que promovem tanto as questões da salvaguarda da memória, como a sensibilização para o reconhecimento dos direitos humanos. A dimensão organismo privado corresponde às entidades financiadas por privados, sejam empresas ou pessoas individuais. A dimensão sobre o organismo público de arquivo refere-se às entidades públicas com funções de salvaguarda e garantia de acesso da memória e património documental, incluindo os órgãos coordenadores da política arquivística do país, região ou estado. Para efeitos desta parte da investigação, as entidades com funções e denominações de Bibliotecas e Arquivos Públicas (como o caso da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, da *Library and Archives Canada* ou o *Arizona State Library and Archives*) são apenas consideradas na perspetiva de Organismos Públicos de Arquivo.

Tabela 10 – Instituições Participantes nos Projetos

Tipos de Entidade	Instituição	País	N.º Instituições	Porcentagem Total
Entidade Acadêmica	<i>American Institute of Physics (AIP)</i>	EUA	17	26,98%
	<i>American Institute of Physics Center for the History of Physics</i>	EUA		
	<i>Central Upper Peninsula and Northern Michigan University Archives</i>	EUA		
	<i>City University of New York Graduate Center</i>	EUA		
	Departamento de Estudos Ambientais da Universidade de Victoria	Canadá		
	<i>Geneva Business School</i>	Suíça		
	<i>George Mason University</i>	EUA		
	<i>Medical Heritage Center (MHC), Prior Health Sciences Library, The Ohio State University</i>	EUA		
	<i>Michigan State University Library</i>	EUA		
	<i>Monash University</i>	Austrália		
	Projeto InterPARES	Internacional		
	Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	Internacional		
	Seção de Coleções Especiais da Universidade de Maryland	EUA		
	<i>Tufts University Perseus Project</i>	EUA		
	Universidade da Califórnia	EUA		
Universidade de Melbourne	Austrália			
<i>University of Illinois - Urbana-Champaign (UIUC)</i>	EUA			
Administração Pública	<i>Archives Working Group of the Cultural Ministers Council</i>	Austrália	5	7,94%
	<i>Louisiana Office of Tourism</i>	EUA		
	Município de Girona	Espanha		
	Município de Vancouver	Canadá		
	<i>National Patient Safety Agency</i>	Reino Unido		
Administração Pública e Biblioteca Pública	<i>Research Libraries Group</i>	EUA	1	1,59%
Arquivo Privado	<i>Labour Archives (Työväen Arkisto, archive for the Social Democratic Party and labour unions)</i>	Finlândia	1	1,59%
Biblioteca Pública	<i>Connecticut State Library</i>	EUA	7	11,11%
	<i>Illinois State Library</i>	EUA		
	<i>Library Council of Metropolitan Milwaukee (LCOMM)</i>	EUA		
	<i>North Carolina State Library</i>	EUA		
	<i>Online Computer Library Center (OCLC)</i>	EUA		
	<i>Western New York Library Resources Council (WNYLRC)</i>	EUA		
	<i>Wisconsin State Library</i>	EUA		
Comunidade	Comunidade LGBT	EUA	1	1,59%
Organismo Internacional	Banco Central Europeu	União Europeia	1	1,59%
Organismo não-Governamental	<i>Australian Society of Archivists Indigenous Issues Special Interest Group</i>	Austrália	5	7,94%
	<i>Chicago Theological Seminary</i>	EUA		
	<i>Koorie Heritage Trust Inc.</i>	Austrália		
	<i>National Association of Government Archives and Records Administrators</i>	EUA		
	<i>Witness</i>	Internacional		

Tipos de Entidade	Instituição	País	N.º Instituições	Porcentagem Total
Organismo Privado	Fundação <i>Wellcome</i>	Reino Unido	2	3,17%
	Museu no nordeste dos EUA - Não identificado	EUA		
Organismo Público de Arquivo	<i>Archives of the State of Geneva</i>	Suíça	23	36,51%
	<i>Archives of the State of Wallis</i>	Suíça		
	<i>Arizona State Library and Archives</i>	EUA		
	Arquivo Estadual da Carolina do Norte	EUA		
	Arquivos do Ontário	Canadá		
	Arquivos Nacionais da Suécia	Suécia		
	Arquivos Nacionais dos Países Baixos	Países Baixos		
	Arquivos Regionais de Estocolmo	Suécia		
	Arquivos Regionais de Gothenburg	Suécia		
	Arquivos Regionais de Härnösand	Suécia		
	Arquivos Regionais de Lund	Suécia		
	Arquivos Regionais de Östersund	Suécia		
	Arquivos Regionais de Uppsala	Suécia		
	Arquivos Regionais de Vadstena	Suécia		
	Arquivos Regionais de Värmland	Suécia		
	Arquivos Regionais de Visby	Suécia		
	<i>Library and Archives Canada</i>	Canadá		
	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo / Direção-Geral de Arquivos (DGARQ)	Portugal		
	<i>National Archives and Records Administration</i>	EUA		
	<i>National Archives of Australia</i>	Austrália		
<i>Public Record Office of Victoria</i>	Austrália			
<i>Swiss Federal Archives</i>	Suíça			
<i>Victorian Koorie Records Taskforce</i>	Austrália			
Total Geral			63	100%

FONTE – Elaboração própria (2020)

As entidades, que participam nestes projetos compreendem um total de sessenta e três instituições, em que mais de um terço (36,51%) são organismos públicos de arquivo, correspondendo as entidades académicas a mais que um quarto (26,98%). Por outro lado, só se verificou a existência de um arquivo privado, uma comunidade, um organismo internacional e uma entidade composta por organismos da Administração Pública e Biblioteca Pública. O número de dimensões que integra uma entidade é menor que o número de dimensões que integram mais que uma entidade.

Esta categoria de análise fornece respostas à pergunta relativa aos autores envolvidos.

A Tabela 11 reflete a distribuição dos tipos de entidade por origem geográfica-administrativa.

Tabela 11 – Entidades por Origem Geográfica-Administrativa e Tipo

Países	Indicadores	Entidade Académica	Administração Pública	Administração Pública e Biblioteca Pública	Arquivo Privado	Biblioteca Pública	Comunidade	Organismo Internacional	Organismo não-Governamental	Organismo Privado	Organismo Público de Arquivo	Total Geral
Austrália	(1)	2	1						2		3	8
	(2)	3,17%	1,59%						3,17%		4,76%	12,7%
	(3)	11,76%	20%						40%		13,04%	12,7%
	(4)	25%	12,5%						25%		37,5%	100%
Canadá	(1)	1	1								2	4
	(2)	1,59%	1,59%								3,17%	6,35%
	(3)	5,88%	20%								8,7%	6,35%
	(4)	25%	25%								50%	100%
Espanha	(1)		1									1
	(2)		1,59%									1,59%
	(3)		20%									1,59%
	(4)		100%									100%
EUA	(1)	11	1	1		7	1		2	1	3	27
	(2)	17,46%	1,59%	1,59%		11,11%	1,59%		3,17%	1,59%	4,76%	42,86%
	(3)	64,71%	20%	100%		100%	100%		40%	50%	13,04%	42,86%
	(4)	40,74%	3,7%	3,7%		25,93%	3,70%		7,41%	3,7%	11,11%	100%
Finlândia	(1)				1							1
	(2)				1,59%							1,59%
	(3)				100%							1,59%
	(4)				100%							100%
Internacional	(1)	2							1			3
	(2)	3,17%							1,59%			4,76%
	(3)	11,76%							20%			4,76%
	(4)	66,67%							33,33%			100%
Países Baixos	(1)										1	1
	(2)										1,59%	1,59%
	(3)										4,35%	1,59%
	(4)										100%	100%
Portugal	(1)										1	1
	(2)										1,59%	1,59%
	(3)										4,35%	1,59%
	(4)										100%	100%
Reino Unido	(1)		1							1		2
	(2)		1,59%							1,59%		3,17%
	(3)		20%							50%		3,17%
	(4)		50%							50%		100%
Suécia	(1)										10	10

Países	Indicadores	Entidade Académica	Administração Pública	Administração Pública e Biblioteca Pública	Arquivo Privado	Biblioteca Pública	Comunidade	Organismo Internacional	Organismo não-Governamental	Organismo Privado	Organismo Público de Arquivo	Total Geral
	(2)										15,87%	15,87%
	(3)										43,48%	15,87%
	(4)										100%	100%
Suíça	(1)	1									3	4
	(2)	1,59%									4,76%	6,35%
	(3)	5,88%									13,04%	6,35%
	(4)	25%									75%	100%
União Europeia	(1)							1				1
	(2)							1,59%				1,59%
	(3)							100%				1,59%
	(4)							100%				100%
	(5)	17	5	1	1	7	1	1	5	2	23	63
	(6)	26,98%	7,94%	1,59%	1,59%	11,11%	1,59%	1,59%	7,94%	3,17%	36,51%	100%

Legenda: (1) - Número de Entidades por Tipo; (2) - Percentagem no Conjunto das Entidades; (3) Percentagem nas Entidades do País ou entidade geográfica- administrativa; (4) - Percentagem por Tipo de Entidade; (5) - Total de Entidades por Tipo; (6) – Total de Percentagem no Conjunto das Entidades

FONTE: Elaboração própria (2020)

Isto permite verificar que quase metade das entidades é dos Estados Unidos (42,86%) e que o país do continente europeu com mais entidades participantes em projetos é a Suécia (15,87%). Os três países representados com uma só entidade são europeus. Os Estados Unidos detêm a totalidade dos consórcios de Administração Pública e Biblioteca Pública, das Bibliotecas Públicas e das Comunidades, e a maioria das entidades académicas (64,71%), organismos não governamentais (40%) e organismos privados (50%). O único organismo internacional pertence à União Europeia e o único arquivo privado pertence à Finlândia. A maioria dos organismos públicos de arquivo pertence à Suécia (43,48%). A categoria de entidades de Administração Pública parece ter uma distribuição mais equilibrada (um quinto, 20%, para cada país, incluindo os Estados Unidos). A dimensão Organismo Público de Arquivo é a que surge na maioria dos países (36,51%), seguida das entidades académicas (26,98%) e das bibliotecas públicas (11,11%).

Um aspeto relevante é como se distribui a participação das entidades nos projetos, informação, que o Quadro 19 espelha.

Quadro 19 – Distribuição das Entidades Participantes pelos Projetos

Nome do Projeto	Nome da Entidade	Tipo de Entidade
<i>History of Recent Physics</i>	<i>American Institute of Physics (AIP)</i>	Entidade Acadêmica
Aplicação de regulamentos de avaliação, que incluem a amostragem na seleção	Arquivos Nacionais da Suécia	Organismo Público de Arquivo
	Arquivos Regionais de Estocolmo	Organismo Público de Arquivo
	Arquivos Regionais de Gothenburg	Organismo Público de Arquivo
	Arquivos Regionais de Härnösand	Organismo Público de Arquivo
	Arquivos Regionais de Lund	Organismo Público de Arquivo
	Arquivos Regionais de Östersund	Organismo Público de Arquivo
	Arquivos Regionais de Uppsala	Organismo Público de Arquivo
	Arquivos Regionais de Vadstena	Organismo Público de Arquivo
	Arquivos Regionais de Värmland	Organismo Público de Arquivo
	Arquivos Regionais de Visby	Organismo Público de Arquivo
Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres	Seção de Coleções Especiais da Universidade de Maryland	Entidade Acadêmica
<i>Government-Wide Plan for the Disposition of Records</i>	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo
<i>Seven States Project</i>	<i>Research Libraries Group</i>	Administração Pública e Biblioteca Pública
<i>Documenting Western New York</i>	<i>Western New York Library Resources Council (WNYLRC)</i>	Biblioteca Pública
<i>Government Records Project</i>	<i>Research Libraries Group</i>	Administração Pública e Biblioteca Pública
<i>Intergovernmental Records Program</i>	<i>National Archives and Records Administration</i>	Organismo Público de Arquivo
	<i>National Association of Government Archives and Records Administrators</i>	Organismo não-Governamental
<i>Documenting Metropolitan Milwaukee</i>	<i>Library Council of Metropolitan Milwaukee (LCOMM)</i>	<i>Biblioteca Pública</i>
<i>Study of Multi-Institutional Collaborations</i>	<i>American Institute of Physics Center for the History of Physics</i>	Entidade Acadêmica
Projeto PIVOT	Arquivos Nacionais dos Países Baixos	Organismo Público de Arquivo
Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos	Archives Working Group of the Cultural Ministers Council	Administração Pública
Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo / Direção-Geral de Arquivos (D GARQ)	Organismo Público de Arquivo
<i>Postal History Project</i>	Arquivo Estadual da Carolina do Norte	Organismo Público de Arquivo

Nome do Projeto	Nome da Entidade	Tipo de Entidade
<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>	Comunidade LGBT	Comunidade
	<i>Chicago Theological Seminary</i>)	Organismo não-Governamental
Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos	<i>Medical Heritage Center (MHC), Prior Health Sciences Library, The Ohio State University</i>	Entidade Académica
<i>September 11th Digital Archive</i>	<i>City University of New York Graduate Center</i>	Entidade Académica
	<i>George Mason University</i>	Entidade Académica
Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	Entidade Académica
Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa	<i>Labour Archives (Työväen Arkisto, archive for the Social Democratic Party and labour unions)</i>	Arquivo Privado
<i>Re-engineering of the government records disposition program</i>	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo
<i>Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide</i>	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo
Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – Multi-Institutional Disposition Authority	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo
Estudo de sítios web de organizações estudantis	<i>University of Illinois - Urbana-Champaign (UIUC)</i>	Entidade Académica
<i>NAA macroappraisal project</i>	<i>National Archives of Australia</i>	Organismo Público de Arquivo
Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo	<i>Central Upper Peninsula and Northern Michigan University Archives</i>	Entidade Académica
<i>The South Asian Web</i>	Universidade da Califórnia	Entidade Académica
Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489	<i>National Patient Safety Agency</i>	Administração Pública
<i>International Social Science Risk Database (ISSRD)</i>	Universidade de Melbourne	Entidade Académica
Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo
Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi	Banco Central Europeu	Organismo Internacional
Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e big data	Projeto InterPARES	Entidade Académica
<i>Hub – digital human rights archives</i>	<i>Witness</i>	Organismo não-Governamental
Projeto QADEP	<i>Geneva Business School</i>	Entidade Académica
	<i>Swiss Federal Archives</i>	Organismo Público de Arquivo
	<i>Archives of the State of Geneva</i>	Organismo Público de Arquivo
	<i>Archives of the State of Wallis</i>	Organismo Público de Arquivo

Nome do Projeto	Nome da Entidade	Tipo de Entidade
<i>Legacy E-records pilot</i>	Arquivos do Ontário	Organismo Público de Arquivo
<i>“A Story Like No Other”</i>	<i>Louisiana Office of Tourism</i>	Administração Pública
<i>ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>	<i>University of Illinois - Urbana-Champaign (UIUC)</i>	Entidade Acadêmica
	<i>Online Computer Library Center (OCLC)</i>	Biblioteca Pública
	<i>Arizona State Library and Archives</i>	Organismo Público de Arquivo
	<i>Connecticut State Library</i>	Biblioteca Pública
	<i>Illinois State Library</i>	Biblioteca Pública
	<i>North Carolina State Library</i>	Biblioteca Pública
	<i>Wisconsin State Library</i>	Biblioteca Pública
	<i>Tufts University Perseus Project</i>	Entidade Acadêmica
<i>Michigan State University Library</i>	Entidade Acadêmica	
<i>Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)</i>	Município de Vancouver	Administração Pública
<i>Library’s Collecting Genomics project</i>	Fundação Wellcome	Organismo Privado
Revisão da Metodologia de Macro-avaliação	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo
<i>Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System</i>	<i>Monash University</i>	Entidade Acadêmica
	<i>Public Record Office of Victoria</i>	Organismo Público de Arquivo
	<i>Koorie Heritage Trust Inc</i>	Organismo não-Governamental
	<i>Victorian Koorie Records Taskforce</i>	Organismo Público de Arquivo
	<i>Australian Society of Archivists Indigenous Issues Special Interest Group</i>	Organismo não-Governamental
<i>Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project</i>	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo
	Departamento de Estudos Ambientais da Universidade de Victoria	Entidade Acadêmica
<i>Open Data Project</i>	Município de Girona	Administração Pública
Projeto para avaliação de e-mails	Museu no nordeste dos EUA - Não identificado	Organismo Privado

FONTE – Elaboração própria (2020)

Isto permite verificar a existência de entidades que participam em mais que um projeto e de projetos em que participam mais que uma entidade. A Tabela 12 sistematiza os dados sobre a distribuição das entidades que participam em mais de um projeto, por origem geográfico-administrativa.

Tabela 12 – Distribuição das Entidades que Participam em Mais de um Projeto, por País

Entidade	(1)	(2)	(3)	País	(4)	(5)
<i>Library and Archives Canada</i>	7	16,28%	77,78%	Canadá	16,28%	77,78%
<i>American Institute of Physics</i>	2	4,65%	11,11%	Estados Unidos	13,95%	33,33%
<i>Research Libraries Group</i>	2	4,65%	11,11%			
University of Illinois - Urbana-Champaign	2	4,65%	11,11%			

Legenda: (1) - N.º de Projetos; (2) - Percentagem do conjunto de projetos; (3) - Percentagem nos projetos do país; (4) - Total da percentagem do conjunto de projetos por país; (5) – Total da percentagem nos projetos do país.

FONTE: Elaboração própria (2020)

Estes dados permitem verificar que a *Library and Archives Canada* é a entidade que participa em mais projetos no universo apresentado e também no próprio país. As restantes três entidades pertencem aos Estados Unidos e participa, cada uma, em dois projetos. Isto significa que mais de três quartos (77,78%) dos projetos canadenses são participados pela *Library and Archives Canada*.

Por outro lado, ao verificar-se no Quadro 19 que existem sete projetos (16,28%) em que se manifesta a participação de mais de uma entidade, optou-se por se sistematizar a informação a informação por origem geográfica na Tabela 13.

Tabela 13 – Projetos que têm a Participação de Mais de uma Entidade, por Origem Geográfica-Administrativa

Projeto	(1)	(2)	(3)	(4)	País	(5)	(6)	(7)
<i>September 11th Digital Archive</i>	2	a)	3,17%	7,41%	Estados Unidos	6,98%	42,86%	16,87%
<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>	2	b); c)	3,17%	7,69%				
<i>ECHO DEPOSITORY: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>	9	a); d); e)	14,29%	33,33%				
Projeto QADEP	3	a); e)	4,76%	100%	Suíça	2,33%	14,29%	100%
<i>(T&T Project) / Koorie Archiving System</i>	5	a); c); e)	7,94%	62,5%	Austrália	2,33%	14,29%	25%
<i>Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project</i>	2	a); e)	3,17%	50%	Canadá	2,33%	14,29%	11,11%
Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção	11	e)	17,46%	100%	Suécia	2,33%	14,29%	100%

Legenda: (1) - Número de Entidades; (2) – Tipo de Entidades; (3) – Percentagem do conjunto de entidades; (4) Percentagem das entidades da área geográfica-administrativa; (5)- Percentagem da totalidade dos projetos; (6) – Percentagem dos projetos com mais que uma entidade; (7) – Percentagem nos projetos na área geográfica-administrativa; a) – Entidade Académica; b) - Comunidade; c) - Organismo Não Governamental; d) – Bibliotecas Públicas; e) – Organismo Público de Arquivo

FONTE: Elaboração própria (2020)

Estes dados permitem a leitura de que o projeto sueco sobre a aplicação de regulamentos de avaliação, que incluem a amostragem na seleção, tem o maior número de entidades participantes, seguido do projeto dos Estados Unidos *ECHO DEPOSITORY: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation*. Este último projeto, juntamente com o *Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System*, são os que incluem mais entidades de diferentes tipologias. A participação de entidades de diferentes tipologias num mesmo projeto orientou a decisão de constituir agregações de dimensões de tipos de entidade diferentes, fruto das parcerias motivadas pelo projeto em que participam. Estes tipos são: Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública; Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais; Comunidade e Organismo não-governamentais; Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica; Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental; e Comunidade e Organismo não-governamentais. Nota-se que a dimensão Administração Pública e Biblioteca Pública não representa uma agregação, mas uma entidade, neste caso a *Research Libraries Group*. A decisão de criar as agregações motivou o surgimento da Tabela 14, que identifica os projetos por tipos de entidade participante, diferenciando aqueles que são participados por parcerias de entidades de diferentes tipos.

Isto permite verificar que os projetos participados apenas por organismos públicos do arquivo representam uma maioria (27,91%), seguidos das entidades académicas (25,58%). Cada uma compreende mais de um quarto da totalidade dos projetos analisados. O único agregado de dimensões de tipos de entidade (parcerias) com mais de um projeto é o relativo a Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica, tendo os restantes têm somente um projeto, assim como a dimensão organização não governamental, Organismo Internacional, Organismo Privado e Arquivo Privado.

Tabela 14 – Distribuição dos Tipos de Entidades pelos Projetos

Tipos de Entidades Participantes	Projetos	N.º de Projetos	Percentagem Total
Entidade Académica	Estudo de sítios web de organizações estudantis	11	25,58%
	<i>History of Recent Physics</i>		
	Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres		
	International Social Science Risk Database (ISSRD)		
	Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais		
	Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e <i>big data</i>		
	Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos		
	Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo		
	<i>September 11th Digital Archive</i>		
	<i>Study of Multi-Institutional Collaborations</i>		
	<i>The South Asian Web</i>		
Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública	<i>ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>	1	2,33%
Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais	<i>Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System</i>	1	2,33%
Administração Pública	<i>"A Story Like No Other"</i>	5	11,63%
	<i>Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)</i>		
	<i>Open Data Project</i>		
	Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489		
	Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos		
Administração Pública e Biblioteca Pública	<i>Government Records Project</i>	2	4,65%
	<i>Seven States Project</i>		
Arquivo Privado	Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa	1	2,33%
Biblioteca Pública	<i>Documenting Metropolitan Milwaukee</i>	2	4,65%
	<i>Documenting Western New York</i>		

Tipos de Entidades Participantes	Projetos	N.º de Projetos	Percentagem Total
Comunidade e Organismo não-governamentais	<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>	1	2,33%
Organismo Internacional	Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi	1	2,33%
Organismo Privado	<i>Library's Collecting Genomics project</i>	2	4,65%
	Projeto para avaliação de e-mails		
Organismo Público de Arquivo	Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção	12	27,91%
	<i>Legacy E-records pilot</i>		
	<i>Government-Wide Plan for the Disposition of Records)</i>		
	<i>NAA macroappraisal project</i>		
	<i>Postal History Project</i>		
	Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”		
	Projeto PIVOT		
	<i>Re-engineering of the government records disposition program</i>		
	Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais		
	Revisão da Metodologia de Macro-avaliação		
	Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – Multi-Institutional Disposition Authority		
<i>Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide</i>			
Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica	<i>Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project</i>	2	4,65%
	Projeto QADEP		
Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental	<i>Intergovernmental Records Program</i>	1	2,33%
Organização não governamental	<i>Hub – digital human rights archives</i>	1	2,33%
Total Geral		43	100%

FONTE: Elaboração própria (2020)

O cruzamento dos dados sobre as entidades e a distribuição cronológica está expresso na Tabela 15.

Tabela 15 – Distribuição Cronológica dos Projetos por Tipos de Entidades Participantes

		1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2016	Total Geral
Entidade Acadêmica	(1)	1	1	1		6	2	11
	(2)	2,33%	2,33%	2,33%		13,95%	4,65%	25,58%
	(3)	9,09%	9,09%	9,09%		54,55%	18,18%	100%
	(4)	50,00%	100%	14,29%		28,57%	25%	25,58%
Entidade Acadêmica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					100%		100%
	(4)					4,76%		2,33%
Entidade Acadêmica, Organismo de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					100%		100%
	(4)					4,76%		2,33%
Administração Pública	(1)				1	2	2	5
	(2)				2,33%	4,65%	4,65%	11,63%
	(3)				20%	40%	40%	100%
	(4)				25%	9,52%	25%	11,63%
Administração Pública e Biblioteca Pública	(1)			2				2
	(2)			4,65%				4,65%
	(3)			100%				100%
	(4)			28,57%				4,65%
Arquivo Privado	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					100%		100%
	(4)					4,76%		2,33%
Biblioteca Pública	(1)			2				2
	(2)			4,65%				4,65%
	(3)			100%				100%
	(4)			28,57%				4,65%
Comunidade e Organismo não-governamentais	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					100%		100%
	(4)					4,76%		2,33%
Organismo Internacional	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					100%		100%

		1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2016	Total Geral
	(4)					4,76%		2,33%
Organismo Privado	(1)						2	2
	(2)						4,65%	4,65%
	(3)						100%	100%
	(4)						25%	4,65%
Organismo Público de Arquivo	(1)	1		1	3	6	1	12
	(2)	2,33%		2,33%	6,98%	13,95%	2,33%	27,91%
	(3)	8,33%		8,33%	25%	50%	8,33%	100%
	(4)	50%		14,29%	75%	28,57%	12,5%	27,91%
Organismo Público de Arquivo e Entidade Acadêmica	(1)				1	1		2
	(2)				2,33%	2,33%		4,65%
	(3)				100%	100%		100%
	(4)				4,76%	4,76%		4,65%
Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental	(1)			1				1
	(2)			2,33%				2,33%
	(3)			100%				100%
	(4)			14,29%				2,33%
Organização não governamental	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					100%		100%
	(4)					4,76%		2,33%
	(5)	2	1	7	4	21	8	43
	(6)	4,65%	2,33%	16,28%	9,30%	48,84%	18,60%	100%

Legenda: (1) - Número de Projetos; (2) - Percentagem no conjunto de projetos; (3) Percentagem de projetos por tipos de entidades participantes; (4) - Percentagem de projetos por período cronológico; (5) – Total de Projetos por período cronológico; (6) – Total de Percentagem de projetos por período cronológico.

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados permitem dizer que, no âmbito dos projetos identificados na amostra, nos períodos 1960-1969 e 1970-1979, os projetos eram desenvolvidos somente por entidades acadêmicas ou organismos públicos de arquivo. Curiosamente, os dados da amostra indicam que, é nos anos 1970-1979 que se nota um hiato de projetos originários nos organismos públicos de arquivo, período dominado por projetos de entidades acadêmicas. Os anos 1980-1989, no âmbito dos dados da amostra, são característicos pelo surgimento de projetos com a participação de bibliotecas públicas e também fruto de consórcios e parcerias. Durante os anos 1990-1999, de acordo com os dados da amostra, começam a surgir projetos emanados de organismos da administração pública, possivelmente enquadrados na aplicação de medidas derivadas do *New Public Management*, notando-se nesse período um hiato de projetos das entidades acadêmicas. Os anos 2000-2009, no âmbito dos projetos identificados na amostra, revelam a maior variedade de projetos quanto ao tipo de entidades participantes

e verifica-se que o maior número de projetos é desenvolvido pelas entidades académicas em *ex-aequo* com os organismos públicos de arquivo.

Desse período, nos dados recolhidos e na amostra, são originários os projetos derivados dos arquivos privados, organismos internacionais e das comunidades e dos organismos não-governamentais.

A Tabela 16 organiza os projetos identificados por tipos de entidades participantes por países.

Assim, podemos verificar que, no âmbito dos projetos identificados nos dados da amostra, a maioria dos projetos internacionais é desenvolvida por entidades académicas (66,67%), apesar de o grosso dos projetos desenvolvidos por este tipo de participantes ser dos Estados Unidos (72,73%).

Os projetos com participação de entidades da Administração pública estão divididos na mesma percentagem (20%) por a Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos e Reino Unido, e o tipo de entidade, que apresenta projetos em mais dimensões de origem geográfica-administrativa, são os organismos públicos de arquivo, que surgem em metade das dimensões relativas à origem geográfica-administrativa, tendo mais de metade origem no Canadá.

Os únicos tipos de entidades que não desenvolvem projetos nos Estados Unidos, sem ser em parceria (agregado de dimensões de tipos de entidade), são a organização não governamental, cujo projeto é de origem internacional, o organismo internacional, que é da União Europeia, e o arquivo privado, que é finlandês.

As bibliotecas públicas são o tipo de entidade que só apresenta projetos nos Estados Unidos.

Tabela 16 – Tipos de Entidades Participantes nos Projetos por Origem Geográfica-Administrativa

		Austrália	Canadá	Espanha	EUA	Finlândia	Internacional	Países Baixos	Portugal	Reino Unido	Suécia	Suíça	União Europeia	Total Geral
Entidade Académica	(1)	1			8		2							11
	(2)	2,33%			18,6%		4,65%							25,58%
	(3)	9,09%			72,73%		18,18%							100%
	(4)	25%			44,44%		66,67%							25,58%
Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública	(1)				1									1
	(2)				2,33%									2,33%
	(3)				100%									100%
	(4)				5,56%									2,33%
Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais	(1)	1												1
	(2)	2,33%												2,33%
	(3)	100%												100%
	(4)	25%												2,33%
Administração Pública	(1)	1	1	1	1					1				5
	(2)	2,33%	2,33%	2,33%	2,33%					2,33%				11,63%
	(3)	20%	20%	20%	20%					20%				100%
	(4)	25%	11,11%	100%	5,56%					50%				11,63%
Administração Pública e Biblioteca Pública	(1)				2									2
	(2)				4,65%									4,65%
	(3)				100%									100%
	(4)				11,11%									4,65%
Arquivo Privado	(1)					1								1
	(2)					2,33%								2,33%
	(3)					100%								100%
	(4)					100%								2,33%
Biblioteca Pública	(1)				2									2

		Austrália	Canadá	Espanha	EUA	Finlândia	Internacional	Países Baixos	Portugal	Reino Unido	Suécia	Suíça	União Europeia	Total Geral
	(2)				4,65%									4,65%
	(3)				100%									100%
	(4)				11,11%									4,65%
Comunidade e Organismo não-governamentais	(1)				1									1
	(2)				2,33%									2,33%
	(3)				100%									100%
	(4)				5,56%									2,33%
Organismo Internacional	(1)												1	1
	(2)												2,33%	2,33%
	(3)												100%	100%
	(4)												100%	2,33%
Organismo Privado	(1)				1					1				2
	(2)				2,33%					2,33%				4,65%
	(3)				50%					50%				100%
	(4)				5,56%					50%				4,65%
Organismo Público de Arquivo	(1)	1	7		1			1	1		1			12
	(2)	2,33%	16,28%		2,33%			2,33%	2,33%		2,33%			27,91%
	(3)	8,33%	58,33%		8,33%			8,33%	8,33%		8,33%			100%
	(4)	25,00%	77,78%		5,56%			100%	100%		100%			27,91%
Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica	(1)		1									1		2
	(2)		2,33%									2,33%		4,65%
	(3)		50%									50%		100%
	(4)		11,11%									100%		4,65%
Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental	(1)				1									1
	(2)				2,33%									2,33%
	(3)				100%									100%

		Austrália	Canadá	Espanha	EUA	Finlândia	Internacional	Países Baixos	Portugal	Reino Unido	Suécia	Suíça	União Europeia	Total Geral
	(4)				5,56%									2,33%
Organização não governamental	(1)						1							1
	(2)						2,33%							2,33%
	(3)						100%							100%
	(4)						33,33%							2,33%
	(5)	4	9	1	18	1	3	1	1	2	1	1	1	43
	(6)	9,30%	20,93%	2,33%	41,86%	2,33%	6,98%	2,33%	2,33%	4,65%	2,33%	2,33%	2,33%	100%

Legenda: (1) - Número de Projetos; (2) - Percentagem no conjunto de projetos; (3) Percentagem de projetos por tipos de entidades participantes; (4) - Percentagem de projetos por área geográfica-administrativa; (5) – Total de Projetos por área geográfica-administrativa; (6) – Total de Percentagem de projetos por área geográfica-administrativa.

FONTE: Elaboração própria (2020).

5.1.4. Foco

A categoria de análise relativamente ao foco inclui a dimensão Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação, referindo-se aos projetos que se centram no desenvolvimento, na melhoria, na atualização de aspetos teóricos e na sua adaptação e tradução para instrumentos técnicos, nomeadamente de avaliação. Outra dimensão é o foco nas infraestruturas tecnológicas / memória de organismos governamentais, que se centra na problemática e na procura de soluções de infraestruturas tecnológicas no âmbito da gestão, da salvaguarda e da garantia de acesso / disseminação da memória informacional de organismos públicos, particularmente para a informação de arquivo eletrónica. A dimensão memória territorial prende-se com a avaliação e a seleção de informação relativa a uma determinada área geográfica, administrativa, territorial e que não se limite à informação dos e sobre os organismos públicos dessa área geográfica. A dimensão memória e informação científica refere-se aos projetos orientados para a avaliação e a seleção de informação de arquivo de caráter científico e/ou que seja valorizada como memória para a ciência, particularmente orientado para a história da ciência. A dimensão da representatividade da Sociedade compreende os projetos, que se centram na salvaguarda da memória de comunidades ou de acontecimentos manifestamente marcantes. Estas comunidades podem referir-se a etnias, orientação sexual e/ou de género, grupos sociais e culturais, e os acontecimentos podem referir-se a registos comprovativos de atos de repressão, violação de direitos humanos e quaisquer atos violentos promovidos contra civis / não-combatentes. A dimensão Tipologia de informação refere-se aos projetos, que se focam num determinado tipo de registo, formato ou suporte, como fotografia ou material filatélico. A Tabela 17 apresenta a distribuição dos projetos pelas diversas dimensões de foco.

Estes dados permitem verificar que a maioria dos projetos identificados nos dados da amostra está ligada a problemas relativos a Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação (41,86%), seguida dos problemas ligados à representatividade da Sociedade, com pouco mais de metade dos projetos da primeira dimensão (23,26%). Somente em terceiro lugar surgem os projetos que dão conta dos problemas das Infraestruturas Tecnológicas no âmbito da Memória de organismos governamentais (16,28%). Em último lugar, surgem, em *ex aequo*, as dimensões relativas às questões da memória de unidades territoriais e das tipologias de informação (4,65% cada).

Tabela 17 – Focos dos Projetos

Foco	Nome do Projeto	Nº de Projeto	Porcentagem Total
Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção	18	41,86%
	<i>Government-Wide Plan for the Disposition of Records</i>		
	Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi		
	<i>NAA macroappraisal project</i>		
	Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais		
	Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489		
	Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”		
	Projeto para avaliação de e-mails		
	Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e <i>big data</i>		
	Projeto PIVOT		
	Projeto QADEP		
	Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos		
	Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo		
	<i>Re-engineering of the government records disposition program</i>		
	Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais		
	Revisão da Metodologia de Macro-avaliação		
Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – <i>Multi-Institutional Disposition Authority</i>			
<i>Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide</i>			
Infraestruturas Tecnológicas / Memória de organismos governamentais	<i>Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)</i>	7	16,28%
	<i>Legacy E-records pilot</i>		
	<i>Government Records Project</i>		
	<i>Intergovernmental Records Program</i>		
	<i>Open Data Project</i>		
	<i>ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>		

Foco	Nome do Projeto	Nº de Projeto	Percentagem Total
	<i>Seven States Project</i>		
Memória de Unidade Territorial	<i>Documenting Metropolitan Milwaukee</i>	2	4,65%
	<i>Documenting Western New York</i>		
Memória e Informação Científica	<i>History of Recent Physics</i>	4	9,3%
	<i>International Social Science Risk Database (ISSRD)</i>		
	<i>Library's Collecting Genomics project</i>		
	<i>Study of Multi-Institutional Collaborations</i>		
Representatividade da Sociedade	<i>"A Story Like No Other"</i>	10	23,26%
	Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa		
	Estudo de sítios web de organizações estudantis		
	<i>Hub – digital human rights archives</i>		
	Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres		
	<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>		
	Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos		
	<i>September 11th Digital Archive</i>		
	<i>The South Asian Web</i>		
	<i>Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System</i>		
Tipologia de Informação	<i>Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project</i>	2	4,65%
	<i>Postal History Project</i>		
	Total Geral	43	100%

FONTE: Elaboração própria (2020).

Esta categoria analítica fornece respostas à questão dos assuntos, problemas e preocupações. A distribuição cronológica dos projetos das diversas dimensões da categoria de análise dos focos apresenta-se na Tabela 18.

Tabela 18 – Focos de Projetos por Períodos Cronológicos

		1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2016	Total Geral
Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	(1)	1		1	2	10	4	18
	(2)	2,33%		2,33%	4,65%	23,26%	9,3%	41,86%
	(3)	50%		14,29%	50%	47,62%	50%	41,86%
	(4)	5,56%		5,56%	11,11%	55,56%	22,22%	100%
Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais	(1)			3		2	2	7
	(2)			6,98%		4,65%	4,65%	16,28%
	(3)			42,86%		9,52%	25%	16,28%
	(4)			42,86%		28,57%	28,57%	100%
Memória de Unidade Territorial	(1)			2				2
	(2)			4,65%				4,65%
	(3)			28,57%				4,65%
	(4)			100%				100%
Memória e Informação Científica	(1)	1		1			2	4
	(2)	2,33%		2,33%			4,65%	9,3%
	(3)	50%		14,29%			25%	9,30%
	(4)	25%		25%			50%	100%
Representatividade da Sociedade	(1)		1		1	8		10
	(2)		2,33%		2,33%	18,6%		23,26%
	(3)		100%		25%	38,1%		23,26%
	(4)		10%		10%	80%		100%
Tipologia de Informação	(1)				1	1		2
	(2)				2,33%	2,33%		4,65%
	(3)				25%	4,76%		4,65%
	(4)				50%	50%		100%
	(5)	2	1	7	4	21	8	43
	(6)	4,65%	2,33%	16,28%	9,3%	48,84%	18,6%	100%

Legenda (1) - Número de Projetos; (2) – Percentagem de Projetos; (3) – Percentagem de Projetos por Período Cronológico; (4) – Percentagem de Projetos por Foco; (5) - Total N.º de Projetos por Período Cronológico; (6) – Percentagem total de projetos por Período Cronológico.

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados desta tabela informam-nos sobre os assuntos, as preocupações e os problemas focados nos projetos de cada período cronológico. Estes dados permitem indicar que, na amostra em questão, os projetos dos anos 1960-1969 se dedicavam às questões das Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e aos assuntos da Memória e Informação Científica. No período 1970-1979, surge o primeiro projeto com preocupações

referentes à representatividade da Sociedade. Os anos 1980-1989 veem chegar as preocupações em termos das Infraestruturas Tecnológicas no Âmbito da Memória de organismos governamentais e os únicos projetos cujo assunto reporta à memória de unidade territorial. Os anos 1990-1999 apresentam o primeiro projeto cuja preocupação central são as tipologias da informação, sendo o segundo do período 2000-2009. Os períodos 1980-1989 e 2000-2009 partilham a maior variedade de focos. Mais de metade dos projetos relativos a Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação inicia-se nos anos 2000-2009 (55,56%, e corresponde à maior parte dos projetos desse período, 47,62%), a maioria dos projetos de Infraestruturas Tecnológicas, no Âmbito da Memória de organismos governamentais, ocorre nos anos 1980-1989 (42,86%, em que assume também a maior quota-parte de projetos desse período, 42,86%), metade dos projetos de Memória e Informação Científica ocorre nos anos 1960-1969 (50%), os anos 2000-2009 têm oito vezes mais projetos direcionados para a representatividade da Sociedade (80%) do que os períodos 1970-1979 e 1990-1999 (10%, cada um).

A informação sobre a distribuição dos projetos por foco e origem geográfica-administrativa mostra-se na Tabela 19.

Os dados desta tabela informam-nos sobre os assuntos, preocupações e problemas focados por cada área geográfica-administrativa nos seus projetos.

Verifica-se, na amostra em questão, que os Estados Unidos são a única área geográfica em que se desenvolvem projetos de todos os focos percecionados, incluindo a totalidade dos projetos relativos à Memória de Unidades Territoriais, mais de metade dos projetos relativos ao problema da representatividade da Sociedade (60%) e das Infraestruturas Tecnológicas / Memória de Organismos Governamentais (57,14%). Este país somente não acumula a maioria dos projetos no que tange as Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação (16,67%), em que o Canadá detém a primeira posição, com um terço dos projetos (33,33%).

A Austrália e o Canadá partilham a segunda posição quanto à variedade de abordagens, e somente um dos países europeus, o Reino Unido, distribui os seus projetos por mais do que um foco.

Tabela 19 – Focos de Projetos por Origem Geográfica-Administrativa

		Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Infraestruturas Tecnológicas / Memória de Organismos Governamentais	Memória de Unidade Territorial	Memória e Informação Científica	Representatividade da Sociedade	Tipologia de Informação	Total Geral
Austrália	(1)	1			1	2		4
	(2)	2,33%			2,33%	4,65%		9,3%
	(3)	5,56%			25%	20%		9,3%
	(4)	25%			25%	50%		100%
Canadá	(1)	6	2				1	9
	(2)	13,95%	4,65%				2,33%	20,93%
	(3)	33,33%	28,57%				50%	20,93%
	(4)	66,67%	22,22%				11,11%	100%
Espanha	(1)		1					1
	(2)		2,33%					2,33%
	(3)		14,29%					2,33%
	(4)		100%					100%
Estados Unidos	(1)	3	4	2	2	6	1	18
	(2)	6,98%	9,3%	4,65%	4,65%	13,95%	2,33%	41,86%
	(3)	16,67%	57,14%	100%	50%	60%	50%	41,86%
	(4)	16,67%	22,22%	11,11%	11,11%	33,33%	5,56%	100%
Finlândia	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					10%		2,33%
	(4)					100%		100%
Internacional	(1)	2				1		3
	(2)	4,65%				2,33%		6,98%
	(3)	11,11%				10%		6,98%
	(4)	66,67%				33,33%		100%
Países Baixos	(1)	1						1
	(2)	2,33%						2,33%
	(3)	5,56%						2,33%
	(4)	100%						100%
Portugal	(1)	1						1
	(2)	2,33%						2,33%
	(3)	5,56%						2,33%
	(4)	100%						100%
Reino Unido	(1)	1			1			2
	(2)	2,33%			2,33%			4,65%
	(3)	5,56%			25%			4,65%
	(4)	50%			50%			100%
Suécia	(1)	1						1
	(2)	2,33%						2,33%
	(3)	5,56%						2,33%
	(4)	100%						100%

		Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Infraestruturas Tecnológicas / Memória de Organismos Governamentais	Memória de Unidade Territorial	Memória e Informação Científica	Representatividade da Sociedade	Tipologia de Informação	Total Geral
Suíça	(1)	1						1
	(2)	2,33%						2,33%
	(3)	5,56%						2,33%
	(4)	100%						100%
União Europeia	(1)	1						1
	(2)	2,33%						2,33%
	(3)	5,56%						2,33%
	(4)	100%						100%
	(5)	18	7	2	4	10	2	43
	(6)	41,86%	16,28%	4,65%	9,3%	23,26%	4,65%	100%

Legenda: (1) - Número de Projetos por Foco; (2) - Percentagem no conjunto de projetos; (3) Percentagem de projetos do Foco; (4) - Percentagem de projetos da área geográfica-administrativa; (5) – Total de Projetos por Foco; (6) – Total de Percentagem de projetos por Foco.

FONTE: Elaboração própria (2020).

O foco, que abrange uma maior variedade de origens geográficas-administrativas, é a Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação, tendência que é acompanhada pela maioria dos países europeus. É também nesta dimensão que o Canadá orienta o foco de dois terços dos seus projetos (66,67%).

Metade dos projetos australianos é relativa a preocupações de representatividade da Sociedade (50%).

Os dados, que nos informam sobre a distribuição das entidades participantes nos projetos pelos focos, permitem aventar quais os principais assuntos, problemas e preocupações que essas entidades perceberam e que as induziu a desenvolverem estes projetos, e são apresentados na Tabela 20.

Nesta lógica, os dados da amostra transparecem que a maioria dos projetos, pouco mais de um quinto (23,26%), é desenvolvida por organismos públicos de arquivo com o fito de dar resposta a questões ligadas a Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação. Abaixo destes, surgem os projetos desenvolvidos por entidades académicas e orientados para estes mesmos assuntos, em *ex aequo* com os projetos deste mesmo tipo de entidades orientados para as preocupações da representatividade da Sociedade, cada um com menos de um décimo (9,3%) do conjunto dos projetos. Somente depois surgem os projetos dedicados à memória e à informação científica, também desenvolvidos pelas entidades académicas (6,98%).

Os projetos que se focam nas Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e os que se focam na representatividade da Sociedade têm ambos a mesma variedade em termos de número de tipos de entidades participantes, enquanto que os projetos dedicados aos assuntos de memória de unidade territorial são apenas desenvolvidos por bibliotecas públicas. Estas entidades, fora as parcerias, também só desenvolvem projetos sobre esta questão.

As entidades académicas, as entidades da Administração Pública e os organismos públicos de arquivo partilham a mesma variedade em termos de número de focos de projetos.

Os tipos de entidades referentes às dimensões de Arquivo Privado e de Organização não governamental orientam os seus projetos para o foco da representatividade da Sociedade, e o organismo internacional orienta o seu projeto para as Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação. Cada uma das parcerias de entidades orienta os seus projetos para um foco.

Tabela 20 – Projetos por Foco e Tipos de Entidades Participantes

	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação				Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais				Memória de Unidade Territorial				Memória e Informação Científica				Representatividade da Sociedade				Tipologia de Informação				(5)	(6)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)		
Entidade Acadêmica	4	9,3%	36,36%	22,22%									3	6,98%	27,27%	75%	4	9,3%	36,36%	40%					11	25,58%
Administração Pública	1	2,33%	20%	5,56%	2	4,65%	40%	28,57%									2	4,65%	40%	20%					5	11,63%
Administração Pública e Biblioteca Pública					2	4,65%	100%	28,57%																	2	4,65%
Arquivo Privado																	1	2,33%	100%	10%					1	2,33%
Biblioteca Pública									2	4,65%	100%	100%													2	4,65%
Comunidade e Organismo não-governamentais																	1	2,33%	100%	10%					1	2,33%
Organismo Internacional	1	2,33%	100%	5,56%																					1	2,33%
Organismo Privado	1	2,33%	50%	5,56%									1	2,33%	50%	25%									2	4,65%
Organismo Público de Arquivo	10	23,26%	83,33%	55,56%	1	2,33%	8,33%	14,29%													1	2,33%	8,33%	50%	12	27,91%
Organização não governamental																	1	2,33%	100%	10%					1	2,33%
Entidade Acadêmica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública					1	2,33%	100%	14,29%																	1	2,33%
Entidade Acadêmica, Organismo de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais																	1	2,33%	100%	10%					1	2,33%
Organismo Público de Arquivo e Entidade Acadêmica	1	2,33%	50%	5,56%																	1	2,33%	100%	50%	2	4,65%
Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental					1	2,33%	100%	14,29%																	1	2,33%
Total Geral	18	41,86%	100%	7	16,28%	100%	2	4,65%	100%	4	9,3%	100%	10	23,26%	100%	2	4,65%	100%	2	4,65%	100%	43	100%			

Legenda: (1) - Número de Projetos por tipos de entidades participantes; (2) - Percentagem no conjunto de projetos; (3) Percentagem de projetos por tipos de entidades participantes; (4) - Percentagem de projetos por focos; (5) – Total de Projetos por tipos de entidades participantes; (6) – Total de Percentagem de projetos por tipos de entidades participantes.

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os projetos referentes a consórcios de Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica dividem-se entre os focos de Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e tipologias de informação.

5.1.5. Estratégias e Abordagens

Sobre a categoria de análise relativa às estratégias e abordagens, estas compreendem a abordagem da rede social, orientada para analisar e avaliar a informação em função do papel social do emissor e do recetor da informação e a relação com quem detém a informação (Cocciolo, 2016a). O modelo participativo refere-se à inclusão de participantes no projeto, que não fazem parte das organizações que promovem os projetos, ou que fazendo, apenas desempenham funções de utilizadores da informação. Estes participantes podem incluir membros da comunidade a que se refere a informação, sujeitos da informação em geral, ou utilizadores da informação (externos ou internos à organização), e pode recorrer a técnicas como o método *Delphi* (Beneito Arias, 2008).

No que se refere às dimensões apelidadas de Análise funcional, o *Documentation Plan*, a *Documentation Strategy*, a macro-avaliação e o *Records Continuum* já foram aprofundados no capítulo 3.

A dimensão reconhecida como *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação identifica estratégias e/ou abordagens de projetos que contactam todos os indivíduos e organizações identificáveis envolvidos nas ações, que levaram à produção da informação de arquivo, que é avaliada como parte do objeto do projeto (*Documentation Strategy*), desenvolvem a análise das funções no âmbito do fenómeno em estudo nesse projeto, a análise técnica dos suportes e formatos de informação em estudo, e uma abordagem *bottom-up*, que compreende a utilização de micro-avaliação numa amostra da informação de arquivo para verificar se a identificação dos objetos de informação é precisa e averiguar uma classificação mais abrangente (Sloyan, 2016).

A dimensão da história digital compreende a estratégia e a abordagem interdisciplinar entre a História e a Arquivística, com recurso a elementos técnicos, e que parte da criação de novo vocabulário partilhado para a produção, a utilização e a avaliação de representações históricas digitais (Sternfeld, 2011).

A dimensão relativa à Macro-Avaliação e análise funcional refere-se aos projetos que

utilizam a macro-avaliação, mas enfatizando explicitamente as estratégias e/ou abordagens orientadas para a análise das funções. A dimensão sobre as Políticas de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção refere-se aos projetos que selecionam a informação de arquivo, que pretendem que a sua instituição adquira e acrescente aos seus repositórios, de acordo com critérios, que são definidos à luz do objeto do projeto (Novara, 2013).

A dimensão indicada como Técnica de amostragem, compreende as estratégias e/ou abordagens que definem critérios para definição de uma amostra de registo no seio do universo documental sobre o qual incide o projeto, sendo que são esses critérios que determinam o valor da informação a conservar ou a eliminar (Rydén, 2014).

A dimensão da tipologia documental refere-se às estratégias e/ou abordagens, que promovem o desenvolvimento e a aplicação de taxonomias de tipologias documentais para definição de critérios de avaliação de informação de arquivo (Oliver, Kim, & Ross, 2008).

Existe também uma dimensão relativa a projetos, que não explicitam e/ou não foi possível perceber com firme certeza a estratégia e/ou abordagem utilizada.

A identificação das estratégias e/ou abordagens dos projetos, à luz das dimensões identificadas está plasmada na Tabela 21.

Estes dados permitem afirmar que, no âmbito da amostra, mais de um quarto (25,58%) dos projetos não expressa claramente a sua estratégia e/ou abordagem (ou pelo menos não foi possível aferi-la). A maioria dos projetos, que indica a sua estratégia e/ou abordagem, recorre à macro-avaliação (16,28%), seguida da *Documentation Strategy* (13,95%). Em terceiro lugar, em *ex-aequo*, surgem o modelo participativo e a análise funcional (11,63%, cada). As restantes dimensões surgem com um projeto cada uma.

Esta categoria de análise permite identificar as ações que os autores desenvolvem como propostas de soluções para os assuntos, os problemas e as preocupações.

Tabela 21 – Estratégia e/ou Abordagem dos Projetos

Estratégia e/ou Abordagem	Nome do Projeto	N.º de Projetos	Percentagem Total
Abordagem de Rede Social	Projeto para avaliação de e-mails	1	2,33%
Análise Funcional	<i>Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)</i>	5	11,63%
	<i>Open Data Project</i>		
	Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489		
	Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”		
	Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e <i>big data</i>		
Documentation Plan (Análise Funcional)	Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo	1	2,33%
Documentation Strategy	<i>Documenting Metropolitan Milwaukee</i>	6	13,95%
	<i>Documenting Western New York</i>		
	<i>History of Recent Physics</i>		
	<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>		
	Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos		
	<i>Study of Multi-Institutional Collaborations</i>		
Documentation Strategy e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação	<i>Library’s Collecting Genomics project</i>	1	2,33%
História Digital	<i>“A Story Like No Other”</i>	1	2,33%
Macro-avaliação	<i>Government-Wide Plan for the Disposition of Records</i>	7	16,28%
	<i>NAA macroappraisal project</i>		
	<i>Re-engineering of the government records disposition program</i>		
	Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais		
	Revisão da Metodologia de Macro-avaliação		
	Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – <i>Multi-Institutional Disposition Authority</i>		
	<i>Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide</i>		
Macro-Avaliação e análise funcional	Projeto PIVOT	1	2,33%

Estratégia e/ou Abordagem	Nome do Projeto	N.º de Projetos	Percentagem Total
Modelo Participativo	Hub – digital human rights archives	5	11,63%
	Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi		
	September 11th Digital Archive		
	The South Asian Web		
	Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System		
Não Identificado	Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa	11	25,58%
	<i>Legacy E-records pilot</i>		
	Estudo de sítios web de organizações estudantis		
	Government Records Project		
	Intergovernmental Records Program		
	Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project		
	Postal History Project		
	<i>ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>		
	Projeto QADEP		
	Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos		
Seven States Project			
Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção	Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres	1	2,33%
Records Continuum	International Social Science Risk Database (ISSRD)	1	2,33%
Técnica de amostragem	Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção	1	2,33%
Tipologia Documental	Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	1	2,33%
Total Geral		43	100%

FONTE: Elaboração própria (2020).

Face a esta situação, importa verificar a distribuição das estratégias e/ou abordagens dos projetos pelos períodos cronológicos em que têm origem, o que é mostrado pela Tabela 22.

Tabela 22 – Estratégias e/ou Abordagens de Projetos por Períodos Cronológicos

		1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2016	Total Geral
Abordagem de Rede Social	(1)						1	1
	(2)						2,33%	2,33%
	(3)						12,5%	2,33%
	(4)						100%	100%
Análise Funcional	(1)				1	1	3	5
	(2)				2,33%	2,33%	6,98%	11,63%
	(3)				25%	4,76%	37,5%	11,63%
	(4)				20%	20%	60%	100%
Documentation Plan (Análise Funcional)	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					4,76%		2,33%
	(4)					100%		100%
Documentation Strategy	(1)	1		3	1	1		6
	(2)	2,33%		6,98%	2,33%	2,33%		13,95%
	(3)	50%		42,86%	25%	4,76%		13,95%
	(4)	16,67%		50%	16,67%	16,67%		100%
Documentation Strategy e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação	(1)						1	1
	(2)						2,33%	2,33%
	(3)						12,5%	2,33%
	(4)						100%	100%
História Digital	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					4,76%		2,33%
	(4)					100%		100%
Macro-avaliação	(1)			1		5	1	7
	(2)			2,33%		11,63%	2,33%	16,28%
	(3)			14,29%		23,81%	12,5%	16,28%
	(4)			14,29%		71,43%	14,29%	100%
Macro-Avaliação e análise funcional	(1)				1			1
	(2)				2,33%			2,33%
	(3)				25%			2,33%
	(4)				100%			100%
Modelo Participativo	(1)					5		5
	(2)					11,63%		11,63%
	(3)					23,81%		11,63%
	(4)					100%		100%

		1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2016	Total Geral
Não Identificado	(1)			3	1	6	1	11
	(2)			6,98%	2,33%	13,95%	2,33%	25,58%
	(3)			42,86%	25%	28,57%	12,5%	25,58%
	(4)			27,27%	9,09%	54,55%	9,09%	100%
Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção	(1)		1					1
	(2)		2,33%					2,33%
	(3)		100%					2,33%
	(4)		100%					100%
Records Continuum	(1)						1	1
	(2)						2,33%	2,33%
	(3)						12,5%	2,33%
	(4)						100%	100%
Técnica de amostragem	(1)	1						1
	(2)	2,33%						2,33%
	(3)	50%						2,33%
	(4)	100%						100%
Tipologia Documental	(1)					1		1
	(2)					2,33%		2,33%
	(3)					4,76%		2,33%
	(4)					100%		100%
	(5)	2	1	7	4	21	8	43
	(6)	4,65%	2,33%	16,28%	9,3%	48,84%	18,6%	100%

Legenda (1) - Número de Projetos; (2) – Percentagem de Projetos; (3) – Percentagem de Projetos por Período Cronológico; (4) – Percentagem de Projetos por Estratégia e/ou Abordagem; (5) - Total N.º de Projetos por Período Cronológico; (6) – Percentagem total de projetos por Período Cronológico.

FONTE: Elaboração própria (2020).

Verifica-se, nos dados da amostra, que a *Documentation Strategy* e a técnica de amostragem são utilizadas já no período 1960-1969, e as políticas de aquisição de documentação baseada em critérios de seleção surgem nos anos 1970-1979. A utilização da macro-avaliação nos projetos tem o seu início nos anos 1980-1989, e os projetos integrados na dimensão da análise funcional surgem nos anos 1990-1999, tal como os projetos de macro-avaliação, que enfatizam a análise funcional. No período 2000-2009, surgem os projetos relativos às dimensões de *Documentation Plan*, História Digital, Modelo Participativo e Tipologia Documental. Nos anos 2010-2016 surgem os projetos relativos à Abordagem de Rede Social, da dimensão da agregação de estratégias e/ou abordagens relativas a *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação e *Records Continuum*.

Também se verifica que a maioria de projetos de *Documentation Strategy* decorre

nos anos 1980-1989 (50%). No caso da macro-avaliação, essa maioria decorre nos anos 2000-2009 (71,43%), e os projetos de Análise Funcional ocorrem maioritariamente no período cronológico de 2010-2016 (60%). De referir também que, no período cronológico em que decorre a maioria de projetos da macro-avaliação, o número de projetos relativos a esta dimensão é o mesmo que o de projetos ligados à dimensão do modelo participação, que somente têm início nesse período.

Refere-se ainda que, de acordo com os dados da amostra, os projetos com estratégia e/ou abordagem não indicada têm origem no período 1980-1989, e ocorrem, na sua maioria, no período de 2000-2009 (28,57%).

O cruzamento entre as dimensões referentes às estratégias e/ou abordagens e da origem geográfica-administrativa apresentam-se na Tabela 23. Estes dados permitem verificar como se distribui geograficamente o desenvolvimento e a aplicação de propostas para solução das questões, que os projetos pretendem resolver.

Assim, percebe-se que a estratégia e/ou abordagem com maior abrangência geográfica é a análise funcional, com uma distribuição por cinco países, seguido do modelo participativo. Em terceiro lugar, em *ex-aequo*, surge a *documentation strategy* e a macro-avaliação. As duas dimensões de agregados de estratégias e/ou abordagens apresentam-se cada uma num só país (macro-avaliação e análise funcional nos Países Baixos e *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação no reino Unido).

A maior parte dos países só aplica uma estratégia e/ou abordagem, sendo que tal decorre por terem apenas um projeto cada um. Os Estados Unidos são o país com maior variedade de estratégias e/ou abordagens, e onde decorre a maioria dos projetos de *Documentation Strategy* (83,33%), Modelo Participativo (40%), e projetos com a estratégia e/ou abordagem não identificada (63,64%). A Austrália fica em segundo lugar em termos de variedade, com a *Documentation Strategy*, macro-avaliação, modelo participativo e o seu *Records Continuum Model*. Os projetos internacionais incluem-se em três estratégias e/ou abordagens: análise funcional, modelo participativo e tipologia documental. O Canadá compreende a maioria dos projetos de macro-avaliação (85,71%), mas também inclui projetos de análise funcional (20%), e dois com a estratégia e/ou abordagem não identificada (18,18%). O Reino Unido divide os seus projetos entre a dimensão da Análise Funcional e *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação.

Tabela 23 – Estratégias e Abordagens dos Projetos por Origem Geográfica-Administrativa

		Austrália	Canadá	Espanha	EUA	Finlândia	Internacional	Países Baixos	Portugal	Reino Unido	Suécia	Suíça	União Europeia	Total Geral
Abordagem de Rede Social	(1)				1									1
	(2)				2,33%									2,33%
	(3)				5,56%									2,33%
	(4)				100%									100%
Análise Funcional	(1)		1	1			1		1	1				5
	(2)		2,33%	2,33%			2,33%		2,33%	2,33%				11,63%
	(3)		11,11%	100%			33,33%		100%	50%				11,63%
	(4)		20%	20%			20%		20%	20%				100%
Documentation Plan (Análise Funcional)	(1)				1									1
	(2)				2,33%									2,33%
	(3)				5,56%									2,33%
	(4)				100%									100%
Documentation Strategy	(1)	1			5									6
	(2)	2,33%			11,63%									13,95%
	(3)	25%			27,78%									13,95%
	(4)	16,67%			83,33%									100%
Documentation Strategy e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação	(1)									1				1
	(2)									2,33%				2,33%
	(3)									50%				2,33%
	(4)									100%				100%
História Digital	(1)				1									1
	(2)				2,33%									2,33%
	(3)				5,56%									2,33%
	(4)				100%									100%

		Austrália	Canadá	Espanha	EUA	Finlândia	Internacional	Países Baixos	Portugal	Reino Unido	Suécia	Suíça	União Europeia	Total Geral
Macro-avaliação	(1)	1	6											7
	(2)	2,33%	13,95%											16,28%
	(3)	25,00%	66,67%											16,28%
	(4)	14,29%	85,71%											100%
Macro-Avaliação e Análise Funcional	(1)							1						1
	(2)							2,33%						2,33%
	(3)							100%						2,33%
	(4)							100%						100%
Modelo Participativo	(1)	1			2		1						1	5
	(2)	2,33%			4,65%		2,33%						2,33%	11,63%
	(3)	25%			11,11%		33,33%						100%	11,63%
	(4)	20%			40%		20%						20%	100%
Não Identificado	(1)		2		7	1						1		11
	(2)		4,65%		16,28%	2,33%						2,33%		25,58%
	(3)		22,22%		38,89%	100%						100%		25,58%
	(4)		18,18%		63,64%	9,09%						9,09%		100%
Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção	(1)				1									1
	(2)				2,33%									2,33%
	(3)				5,56%									2,33%
	(4)				100%									100%
Records Continuum	(1)	1												1
	(2)	2,33%												2,33%
	(3)	25%												2,33%
	(4)	100%												100%
Técnica de amostragem	(1)										1			1
	(2)										2,33%			2,33%

		Austrália	Canadá	Espanha	EUA	Finlândia	Internacional	Países Baixos	Portugal	Reino Unido	Suécia	Suíça	União Europeia	Total Geral
	(3)										100%			2,33%
	(4)										100%			100%
Tipologia Documental	(1)						1							1
	(2)						2,33%							2,33%
	(3)						33,33%							2,33%
	(4)						100%							100%
	(5)	4	9	1	18	1	3	1	1	2	1	1	1	43
	(6)	9,30%	20,93%	2,33%	41,86%	2,33%	6,98%	2,33%	2,33%	4,65%	2,33%	2,33%	2,33%	100%

Legenda: (1) – Número de Projetos; (2) - Percentagem de projetos; (3) - Percentagem de Projetos da área geográfica-administrativa; (4) Percentagem de Projetos da abordagem; (5) Total do Número de Projetos da geográfica-administrativa; (6) – Percentagem total de projetos da área geográfica-administrativa;

FONTE: Elaboração própria (2020)

Isto permite perceber que os projetos dos Estados Unidos, no que respeita à amostra de textos em questão, não utilizam a macro-avaliação e a análise funcional, na mesma medida em que o Canadá não recorre à *Documentation Strategy*. Ao mesmo tempo, e como já se indicou, a Austrália recorre na mesma medida à *Documentation Strategy*, à macro-avaliação, ao modelo participativo e ao seu *Records Continuum Model*. A dimensão de estratégia e/ou abordagem que colhe mais projetos de países europeus é a análise funcional.

Outro aspeto pertinente é o cruzamento entre a dimensão das estratégias e/ou abordagem com a dimensão dos tipos de entidade, que é apresentado na Tabela 24.

Esta informação permite verificar que propostas de soluções as entidades propõem e/ou aplicam nos seus projetos.

Assim, pode perceber-se que são as entidades académicas que recorrem a uma maior variedade de estratégias e/ou abordagens, sendo seguidas pelos organismos públicos de arquivo, e, em terceiro lugar, pelos organismos da administração pública.

As dimensões das estratégias e/ou abordagens que têm maior escolha pelas várias dimensões de tipos de entidade, são a *Documentation Strategy* e o modelo participativo. Em segundo lugar fica a análise funcional, cuja maioria dos projetos que a aplica é de organismos da Administração Pública.

No caso da *Documentation Strategy*, as dimensões de entidades participantes que mais a utilizam são as entidades académicas e as bibliotecas públicas (33,33%, cada), mas também se verifica a sua utilização pela Administração Pública e as Comunidades com o apoio de Organismos não-governamentais (16,67%, cada).

O modelo participativo tem como maiores utilizadores as entidades académicas (40%), tendo também projetos desenvolvidos por organismos internacionais, organizações não governamentais e consórcios em que entram Entidades Académicas, Organismos de Arquivo Público e Organismos não-Governamentais (20%, cada).

Todos os projetos de macro-avaliação são desenvolvidos por organismos públicos de arquivo.

Curiosamente, dos agregados de consórcios de entidades participantes, somente o consórcio de Comunidade e Organismo não-governamentais e o consórcio de Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais, identificam a estratégia e/ou abordagem utilizada.

Tabela 24 – Estratégias e Abordagens dos Projetos por Tipo de Entidade

		A)	B)	C)	D)	E)	F)	G)	H)	I)	J)	K)	L)	M)	N)	Total Geral
Entidade Acadêmica	(1)		1	1	2					2	2	1	1		1	11
	(2)		2,33%	2,33%	4,65%					4,65%	4,65%	2,33%	2,33%		2,33%	25,58%
	(3)		20%	100%	33,33%					40%	18,18%	100%	100%		100%	25,58%
	(4)		9,09%	9,09%	18,18%					18,18%	18,18%	9,09%	9,09%		9,09%	100%
Entidade Acadêmica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública	(1)									1						1
	(2)									2,33%						2,33%
	(3)									9,09%						2,33%
	(4)									100%						100%
Entidade Acadêmica, Organismo de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais	(1)									1						1
	(2)									2,33%						2,33%
	(3)									20%						2,33%
	(4)									100%						100%
Administração Pública	(1)		3		1		1									5
	(2)		6,98%		2,33%		2,33%									11,63%
	(3)		60%		16,67%		100%									11,63%
	(4)		60%		20%		20%									100%
Administração Pública e Biblioteca Pública	(1)									2						2
	(2)									4,65%						4,65%
	(3)									18,18%						4,65%
	(4)									100%						100%
Arquivo Privado	(1)									1						1
	(2)									2,33%						2,33%
	(3)									9,09%						2,33%
	(4)									100%						100%
Biblioteca Pública	(1)				2											2

		A)	B)	C)	D)	E)	F)	G)	H)	I)	J)	K)	L)	M)	N)	Total Geral
	(2)				4,65%											4,65%
	(3)				33,33%											4,65%
	(4)				100%											100%
Comunidade e Organismo não-governamentais	(1)				1											1
	(2)				2,33%											2,33%
	(3)				16,67%											2,33%
	(4)				100%											100%
Organismo Internacional	(1)									1						1
	(2)									2,33%						2,33%
	(3)									20%						2,33%
	(4)									100%						100%
Organismo Privado	(1)	1				1										2
	(2)	2,33%				2,33%										4,65%
	(3)	100%				100%										4,65%
	(4)	50%				50%										100%
Organismo Público de Arquivo	(1)		1					7	1		2				1	12
	(2)		2,33%					16,28%	2,33%		4,65%			2,33%		27,91%
	(3)		20%					100%	100%		18,18%			100%		27,91%
	(4)		8,33%					58,33%	8,33%		16,67%			8,33%		100%
Organismo Público de Arquivo e Entidade Acadêmica	(1)										2					1
	(2)										4,65%					2,33%
	(3)										18,18%					2,33%
	(4)										100%					100%
Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental	(1)										1					1
	(2)										2,33%					2,33%
	(3)										9,09%					2,33%

		A)	B)	C)	D)	E)	F)	G)	H)	I)	J)	K)	L)	M)	N)	Total Geral
	(4)										100%					100%
Organização não governamental	(1)									1						1
	(2)									2,33%						2,33%
	(3)									20%						2,33%
	(4)									100%						100%
	(5)	1	5	1	6	1	1	7	1	5	11	1	1	1	1	43
	(6)	2,33%	11,63%	2,33%	13,95%	2,33%	2,33%	16,28%	2,33%	11,63%	25,58%	2,33%	2,33%	2,33%	2,33%	100%

Legenda: (1) - Número de Projetos; (2) – Percentagem de Projetos; (3) – Percentagem de Projetos por Abordagem; (4) – Percentagem de Projetos por Tipos de Entidade participantes; (5) - Total N.º de Projetos por Abordagem; (6) – Percentagem total de projetos por Abordagem; A) - Abordagem de Rede Social; B) - Análise Funcional; C) - *Documentation Plan* (Análise Funcional); D) - *Documentation Strategy*; E) - *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação; F) História Digital; G) - Macro-avaliação; H) - Macro-Avaliação e Análise Funcional; I) - Modelo Participativo; J) - Não Identificado; K) - Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção; L) - *Records Continuum*; M) - Técnica de amostragem; N) - Tipologia Documental.

FONTE: Elaboração própria (2020)

Outro cruzamento pertinente é o que se refere à dimensão do foco e à dimensão da Abordagem e/ou estratégia, que é apresentado na Tabela 25.

Estes dados permitem comparar as estratégias e/ou abordagens usadas nos projetos com o mesmo foco. Dito de outra forma, permite verificar se as propostas de desenvolvimento e aplicação de soluções são as mesmas para o mesmo foco e, também, se se verifica a existência de estratégias e/ou abordagens que os autores considerem passíveis de serem usadas em focos diferentes. Isto permite responder se as ações são iguais ou diferentes nas mesmas situações e/ou em outras situações.

Verifica-se que a dimensão do foco referente aos problemas das Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação é o que tem os seus projetos distribuídos por uma maior variedade de estratégias e/ou abordagens (nove dimensões diferentes), distinguindo-se o maior peso dos projetos ligados à macro-avaliação (38,89%), que aliás só existem em projetos desta dimensão. Propõe-se como hipótese que esta variedade derive das diferentes estratégias e/ou abordagens, que emanam em cada país, como se verificou anteriormente: o Canadá mais orientado para a macro-avaliação, os Estados Unidos, que apresenta mais projetos no *Documentation Strategy*, a maioria dos países Europeus com a análise funcional, e a Austrália tanto utiliza as propostas dos Estados Unidos como do Canadá, para além da sua e do modelo participativo. Daí que se avenge que cada país recorra à estratégia e/ou abordagem desenvolvida por si, ou que tenha uma maior tradição de implementação.

Os projetos incluídos em quatro dimensões de consórcios de entidades não identificam a estratégia e/abordagem utilizada.

A dimensão da representatividade da Sociedade apresenta-se em segundo lugar em termos de variedade de estratégias e/ou abordagens (quatro dimensões), em que a maioria dos projetos recorre ao modelo participativo (40%), secundados pela *Documentation Strategy* e pelos não identificados (20%), e em último lugar a História Digital e a Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção (10%).

Metade dos projetos, cujo foco está orientado para a memória e informação científica, recorre à *Documentation Strategy* (50%), seguida do *Records Continuum* e da agregação de estratégias e/ou abordagens, a saber, *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação (25%, cada).

Tabela 25 – Focos de Projetos por Abordagem e/ou Estratégia

	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação				Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais				Memória de Unidade Territorial				Memória e Informação Científica				Representatividade da Sociedade				Tipologia de Informação				(5)	(6)		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)				
Abordagem de Rede Social	1	2,33%	100%	5,56%																					1	2,33%		
Análise Funcional	3	6,98%	60%	16,67%	2	4,65%	40%	28,57%																		5	11,63%	
Documentation Plan (Análise Funcional)	1	2,33%	100%	5,56%																						1	2,33%	
Documentation Strategy									2	4,65%	33,33%	100%	2	4,65%	33,33%	50%	2	4,65%	33,33%	20%							6	13,95%
Documentation Strategy e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação													1	2,33%	100%	25%											1	2,33%
História Digital																	1	2,33%	100%	10%							1	2,33%
Macro-avaliação	7	16,28%	100%	38,89%																						7	16,28%	
Macro-Avaliação e análise funcional	1	2,33%	100%	5,56%																						1	2,33%	
Modelo Participativo	1	2,33%	20%	5,56%													4	9,3%	80%	40%							5	11,63%
Não Identificado	2	4,65%	18,18%	11,11%	5	11,63%	45,45%	71,43%									2	4,65%	18,18%	20%	2	4,65%	18,18%	100%		11	25,58%	
Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção																	1	2,33%	100%	10%							1	2,33%
Records Continuum													1	2,33%	100%	25%											1	2,33%
Técnica de amostragem	1	2,33%	100%	5,56%																						1	2,33%	
Tipologia Documental	1	2,33%	100%	5,56%																						1	2,33%	
Total Geral	18	41,86%	41,86%	100%	7	16,28%	16,28%	100%	2	4,65%	4,65%	100%	4	9,30%	9,30%	100%	10	23,26%	23,26%	100%	2	4,65%	4,65%	100%	43	100%		

Legenda: (1) – Número de Projetos; (2) - Percentagem de projetos; (3) - Percentagem da abordagem dos Projetos por Foco; (4) Percentagem do Foco dos Projetos por Abordagem; (5) Total do Número de Projetos por abordagem; (6) – Percentagem total de projetos por abordagem;

FONTE: Elaboração própria (2020)

Os projetos, que se debruçam sobre os problemas da tipologia da informação, não informam explicitamente sobre a estratégia e/ou abordagem que seguem, assim como a maioria dos projetos da dimensão das questões das Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais (71,43%). No que respeita aos projetos orientados para esse foco, que explicitam a estratégia e/ou abordagem, centram-se somente na dimensão da estratégia e/ou abordagem da Análise Funcional (28,57%).

A totalidade dos projetos sobre a memória de Unidade Territorial recorre à *Documentation Strategy*.

Com base nesta análise, aventa-se uma perspetiva de divisão entre as dimensões de focos que se propõe apelar de focos mais técnicos e orientados para a memória organizacional, principalmente da administração pública, e as dimensões cujo foco está mais orientado para a memória mais abrangente da Sociedade, das Comunidades, incluindo a comunidade científica. No primeiro grupo propõe-se a integração das dimensões de Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e das Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais. No segundo grupo propõe-se a inclusão das dimensões de Memória de Unidade Territorial, de Memória e Informação Científica e de Representatividade da Sociedade. No primeiro grupo dominam a macro-avaliação, a análise funcional, enquanto que no segundo grupo dominam a *Documentation Strategy* e o modelo participativo.

5.1.6. Equipas Participantes

A categoria de análise relativa aos participantes compreende os atores, que desempenham algum papel no desenvolvimento do projeto. Assim, a dimensão dos Académicos reporta aos cientistas e investigadores em geral, sejam eles pertencentes aos quadros da instituição ou exerçam uma prestação de serviço com esse fim.

A equipa multidisciplinar consiste nas equipas, que integram variadas pessoas, que podem ser cientistas, investigadores e peritos das mais diversas áreas (física, história, sociologia, a título de exemplo), profissionais de arquivo, profissionais de biblioteca, gestores, profissionais dos serviços jurídicos, dos serviços de tecnologias da informação, profissionais de museologia, produtores e utilizadores da informação produzida e/ou utilizada nas atividades das organizações, administradores dos repositórios, estudantes, membros e representantes das comunidades, clérigos, membros de órgãos consultivos,

sujeitos mencionados na informação registada, e utilizadores em geral.

Os profissionais de arquivo são os técnicos, que desempenham as funções em organizações orientadas para o arquivo definitivo, ou exercem funções na área da gestão documental em organismos cuja função principal não é a salvaguarda de património documental, tal como empresas, entidades de ensino superior, organismos da administração pública.

Também se verifica a existência de projetos em que não foram especificados explicitamente os tipos de participantes.

A Tabela 26 dá conta dos tipos de participantes em cada projeto.

Esta informação é pertinente porque indica as decisões em termos de constituição de equipa para pôr em marcha o projeto, correspondendo também às propostas de soluções para dar resposta aos assuntos, problemas e preocupações, que os projetos pretendem resolver.

Os dados evidenciam o mesmo número de projetos, que recorrem a profissionais de arquivo e que constituíram equipas multidisciplinares. As equipas constituídas exclusivamente por académicos existem em menos de 10% dos projetos e dá-se conta de um projeto que não explicita o tipo de equipa participante.

Tabela 26 – Tipos de Participantes dos Projetos

Tipos de Participantes	Nomes dos Projetos	N.º de Projetos	Percentage m Total
Acadêmicos	<i>History of Recent Physics</i>	4	9,3%
	Projeto para avaliação de e-mails		
	Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e <i>big data</i>		
	Projeto QADEP		
Equipa Multidisciplinar	<i>“A Story Like No Other”</i>	19	44,19%
	<i>Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)</i>		
	Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa		
	<i>Documenting Metropolitan Milwaukee</i>		
	<i>Documenting Western New York</i>		
	<i>Hub – digital human rights archives</i>		
	Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres		
	<i>International Social Science Risk Database (ISSRD)</i>		
	Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi		
	<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>		
	<i>Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project</i>		
	<i>NAA macroappraisal project</i>		
	<i>Open Data Project</i>		
	Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais		
	<i>ECHO DEPository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>		
	<i>September 11th Digital Archive</i>		
	<i>Study of Multi-Institutional Collaborations</i>		
<i>The South Asian Web</i>			
<i>Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System</i>			
Não Identificado	<i>Postal History Project</i>	1	2,33%

Tipos de Participantes	Nomes dos Projetos	N.º de Projetos	Percentage m Total
Profissionais de Arquivo	Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção	19	44,19%
	<i>Legacy E-records pilot</i>		
	Estudo de sítios web de organizações estudantis		
	<i>Government Records Project</i>		
	<i>Government-Wide Plan for the Disposition of Records</i>		
	<i>Intergovernmental Records Program</i>		
	<i>Library's Collecting Genomics project</i>		
	Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489		
	Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”		
	Projeto PIVOT		
	Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos		
	Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo		
	Re-engineering of the government records disposition program		
	Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais		
	Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos		
	Revisão da Metodologia de Macro-avaliação		
	<i>Seven States Project</i>		
	Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – <i>Multi-Institutional Disposition Authority</i>		
<i>Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide</i>			
	Total Geral	43	100%

FONTE: Elaboração própria (2020)

A distribuição dos tipos de equipas dos projetos por períodos cronológicos é explicitada na Tabela 27.

Tabela 27 – Tipos de Equipas de Participantes nos Projetos por Períodos Cronológicos

		1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2016	Total Geral
Acadêmicos	(1)	1					3	4
	(2)	2,33%					6,98%	9,3%
	(3)	50%					37,5%	9,3%
	(4)	25%					75%	100%
Equipa Multidisciplinar	(1)		1	3		12	3	19
	(2)		2,33%	6,98%		27,91%	6,98%	44,19%
	(3)		100%	42,86%		57,14%	37,5%	44,19%
	(4)		5,26%	15,79%		63,16%	15,79%	100%
Não Identificado	(1)				1			1
	(2)				2,33%			2,33%
	(3)				25%			2,33%
	(4)				100%			100%
Profissionais de Arquivo	(1)	1		4	3	9	2	19
	(2)	2,33%		9,3%	6,98%	20,93%	4,65%	44,19%
	(3)	50%		57,14%	75%	42,86%	25%	44,19%
	(4)	5,26%		21,05%	15,79%	47,37%	10,53%	100%
	(5)	2	1	7	4	21	8	43
	(6)	4,65%	2,33%	16,28%	9,30%	48,84%	18,6%	100%

Legenda (1) - Número de Projetos; (2) – Percentagem de Projetos; (3) – Percentagem de Projetos por Período Cronológico; (4) – Percentagem de Projetos por Tipo de Participantes; (5) - Total N.º de Projetos por Período Cronológico; (6) – Percentagem total de projetos por Período Cronológico.

FONTE: Elaboração própria (2020).

Estes dados permitem identificar que nos anos 1960-1969 os projetos recorriam somente a equipas de académicos ou de profissionais de arquivo. Depois de um hiato de cinquenta anos, os projetos com equipas de académicos voltam somente nos anos 2010-2016. O primeiro projeto, que recorre a equipas multidisciplinares, surge no período cronológico seguinte. Apesar disso, os anos 1980-1989 demonstram um maior número de projetos com equipas de profissionais de arquivo (57,14%) do que equipas multidisciplinares (42,86%), ao passo que nos anos 1990-1999 apenas se identificam projetos com equipas de profissionais de arquivo (75%). Os anos 2000-2009 apresentam um maior número de projetos com equipas multidisciplinares (57,14%), comparativamente com os projetos com

equipas de profissionais de arquivo (42,86%), e, nos anos 2010-2016, o número de projetos com este tipo de equipas apresenta-se em subalternidade (25%) com os projetos que utilizam equipas de académicos e os que utilizam equipas multidisciplinares (37,5%, cada).

Interessa saber também a distribuição dos tipos de equipas participantes por área geográfica administrativa, informação que constitui a Tabela 28.

Estes dados permitem verificar que o país onde existem projetos com todos os tipos de participantes é os Estados Unidos (41,86%), que também detém a maioria dos projetos com equipas de académicos (50%) e com equipas multidisciplinares (47,37%), pertencendo a esta dimensão a maioria dos projetos desse país (50%). O Canadá apresenta o maior número de projetos com equipas de Profissionais de Arquivo (36,84%), dimensão que representa a maioria das equipas participantes nesse país (77,78%), sendo que o segundo país é os Estados Unidos (31,58%). A maioria dos projetos de países europeus integra equipas de profissionais de arquivo. A Austrália apresenta uma maioria de projetos com equipas multidisciplinares (75%) face a projetos com equipas de profissionais de arquivo (25%).

Nesta linha, importa também identificar as escolhas, que as entidades fazem em termos de equipas para os seus projetos, informação que se apresenta na Tabela 29

Tabela 28 – Tipos de Equipas de Participantes de Projetos por Origem Geográfica-Administrativa

	Académicos				Equipa Multidisciplinar				Não Identificado				Profissionais de Arquivo				(5)	(6)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)		
Austrália					3	6,98%	75%	15,79%					1	2,33%	25%	5,26%	4	9,3%
Canadá					2	4,65%	22,22%	10,53%					7	16,28%	77,78%	36,84%	9	20,93%
Espanha					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
EUA	2	4,65%	11,11%	50%	9	20,93%	50%	47,37%	1	2,33%	5,56%	100%	6	13,95%	33,33%	31,58%	18	41,86%
Finlândia					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Internacional	1	2,33%	33,33%	25%	2	4,65%	66,67%	10,53%									3	6,98%
Países Baixos													1	2,33%	100%	5,26%	1	2,33%
Portugal													1	2,33%	100%	5,26%	1	2,33%
Reino Unido													2	4,65%	100%	10,53%	2	4,65%
Suécia													1	2,33%	100%	5,26%	1	2,33%
Suíça	1	2,33%	100%	25%													1	2,33%
União Europeia					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Total Geral	4	9,3%	9,3%	100%	19	44,19%	44,19%	100%	1	2,33%	2,33%	100%	19	44,19%	44,19%	100%	43	100%

Legenda: (1) – Número de Projetos; (2) - Percentagem de projetos; (3) - Percentagem de Projetos da área origem geográfica-administrativa; (4) Percentagem de Projetos por tipo de Participante; (5) Total do Número de Projetos da área geográfica-administrativa; (6) – Percentagem total de projetos por área geográfica-administrativa;

FONTE: Elaboração própria (2020)

Tabela 29 – Tipos de Equipas Participantes de Projetos por Tipos de Entidades Participantes

	Académicos				Equipa Multidisciplinar				Não Identificado				Profissionais de Arquivo				(5)	(6)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)		
Entidade Académica	2	4,65%	18,18%	50%	6	13,95%	54,55%	31,58%					3	6,98%	27,27%	15,79%	11	25,58%
Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Administração Pública					3	6,98%	60%	15,79%					2	4,65%	40%	10,53%	5	11,63%
Administração Pública e Biblioteca Pública													2	4,65%	100%	10,53%	2	4,65%
Arquivo Privado					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Biblioteca Pública					2	4,65%	100%	10,53%									2	4,65%
Comunidade e Organismo não-governamentais					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Organismo Internacional					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Organismo Privado	1	2,33%	50%	25%									1	2,33%	50%	5,26%	2	4,65%
Organismo Público de Arquivo					1	2,33%	8,33%	5,26%	1	2,33%	8,33%	100%	10	23,26%	83,33%	52,63%	12	27,91%
Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica	1	2,33%	50%	25%	1	2,33%	50%	5,26%									2	4,65%
Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental													1	2,33%	100%	5,26%	1	2,33%
Organização não governamental					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Total Geral	4	9,3%	9,3%	100%	19	44,19%	44,19%	100%	1	2,33%	2,33%	100%	19	44,19%	44,19%	100%	43	100%

Legenda: (1) – Número de Projetos; (2) - Percentagem de projetos; (3) - Percentagem de Projetos por Entidades Participantes; (4) Percentagem de Projetos por tipo de Participante; (5) Total do Número de Projetos por Entidades Participantes; (6) – Percentagem total de projetos por Entidades Participantes;

FONTE: Elaboração própria (2020)

Os dados evidenciam que as equipas de académicos apenas são escolhidas para os projetos de Entidades Académicas (50%), consórcios de Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica, e organismos privados (25%, cada). As equipas multidisciplinares são as opções para os projetos da maior parte dos tipos de entidades, exceto consórcios de Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental, e organismos privados. Assinala-se de forma pertinente que a maioria dos projetos é desenvolvida por organismos públicos de arquivo que recorre a equipas de profissionais de arquivo (23,26%).

Em termos de variedade, as Entidades Académicas são as únicas que desenvolvem projetos que recorrem aos três tipos de equipas identificados. As entidades da administração pública recorrem a equipas multidisciplinares (60%) e, em segundo lugar, a equipas de profissionais de arquivo (40%). Para além do que já se referiu, os organismos públicos de arquivo recorrem residualmente a equipas multidisciplinares (8,33%), enquanto que os organismos privados dividem os seus projetos entre equipas de académicos e equipas de profissionais de arquivo (50%, cada). Assim, as equipas de profissionais de arquivo só participam em projetos de entidades académicas (15,79%), Administração Pública e consórcios de entidades da Administração Pública e Biblioteca Pública (10,53%, cada), organismos privados (5,26%), organismos públicos de arquivo, e os consórcios de Organismo Público de Arquivo (52,63%) e organismo não governamental (5,26%).

A dimensão das entidades de consórcio Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica distribui os seus projetos entre equipas de académicos e equipas multidisciplinares (50%, cada).

Outro aspeto pertinente é como se distribuem os vários tipos de equipas pelos projetos com diferentes focos, como se verifica na Tabela 30

Tabela 30 – Tipos de Equipas Participantes por Focos de Projetos

	Acadêmicos				Equipa Multidisciplinar				Não Identificado				Profissionais de Arquivo				(5)	(6)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)		
Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	3	6,98%	16,67%	75%	3	6,98%	16,67%	15,79%					12	27,91%	66,67%	63,16%	18	41,86%
Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais					3	6,98%	42,86%	15,79%					4	9,3%	57,14%	21,05%	7	16,28%
Memória de Unidade Territorial					2	4,65%	100%	10,53%									2	4,65%
Memória e Informação Científica	1	2,33%	25%	25%	2	4,65%	50%	10,53%					1	2,33%	25%	5,26%	4	9,3%
Representatividade da Sociedade					8	18,6%	80%	42,11%					2	4,65%	20%	10,53%	10	23,26%
Tipologia de Informação					1	2,33%	50%	5,26%	1	2,33%	50%	100%					2	4,65%
Total Geral	4	9,3%	9,3%	100%	19	44,19%	44,19%	100%	1	2,33%	2,33%	100%	19	44,19%	44,19%	100%	43	100%

Legenda: (1) – Número de Projetos; (2) - Percentagem de projetos; (3) - Percentagem de Projetos por Foco; (4) Percentagem de Projetos por tipo de Participante; (5) Total do Número de Projetos por Foco; (6) – Percentagem total de projetos por Foco;

FONTE: Elaboração própria (2020)

Esta informação é pertinente porque ajuda a aventar que tipos de competências são percecionados pelas entidades como mais importantes para tentar dar resposta aos assuntos, problemas e preocupações, que espoletaram a necessidade de desenvolver os projetos.

A maioria dos projetos foca-se nas Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação com recurso a equipas de Profissionais de Arquivo (27,91%), seguida dos projetos de representatividade da Sociedade que recorrem a equipas multidisciplinares (18,6%), em que tem a sua maior expressão (42,11%), tendo mais de metade do número de projetos dos focos que lhe seguem, a saber, as Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e as Infraestruturas Tecnológicas no âmbito da Memória de organismos governamentais (15,79%, cada).

Assim, verifica-se que as equipas multidisciplinares se distribuem por todos os focos, as equipas de profissionais de arquivo não surgem integradas em projetos orientados quer para as Infraestruturas Tecnológicas no âmbito da Memória de organismos governamentais, quer para os projetos focados nas tipologias de informação. As equipas de académicos surgem integradas somente em projetos relativos a Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação (75%) e de Memória e Informação Científica (25%).

Importa também o cruzamento de dados entre os tipos de equipas participantes e as abordagens e/ou estratégias desenvolvidas e/ou aplicadas nos projetos, que é revelado pela Tabela 31

A importância desta informação prende-se com o facto de associar os tipos de equipas escolhidas para os projetos com as soluções propostas para esses projetos, ou seja, permite verificar se as ações são iguais ou diferentes para os vários autores e situações, incluindo a perceção de se os mesmos autores recorrem a estratégias comuns ou diferentes.

Esta informação permite afirmar que a maioria dos projetos identificados nos dados da amostra recorre à macro-avaliação e a equipas de profissionais de arquivo (no mesmo número de projetos que recorrem a profissionais de arquivo, mas não explicitam a estratégia e/ou abordagem que utilizam, 13,95%), sendo secundada pelos projetos que recorrem ao modelo participativo e a equipas multidisciplinares (11,63%), ficando em terceiro lugar os projetos de *Documentation Strategy*, que recorrem a equipas multidisciplinares (9,3%).

Tabela 31 – Tipos de Equipa Participante por Abordagem e/ou Estratégia dos Projetos

	Acadêmicos				Equipa Multidisciplinar				Não Identificado				Profissionais de Arquivo				(5)	(6)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)		
Abordagem de Rede Social	1	2,33%	100%	25%													1	2,33%
Análise Funcional	1	2,33%	20%	25%	2	4,65%	40%	10,53%					2	4,65%	40%	10,53%	5	11,63%
<i>Documentation Plan</i> (Análise Funcional)													1	2,33%	100%	5,26%	1	2,33%
<i>Documentation Strategy</i>	1	2,33%	16,67%	25%	4	9,3%	66,67%	21,05%					1	2,33%	16,67%	5,26%	6	13,95%
<i>Documentation Strategy</i> e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro- Avaliação													1	2,33%	100%	5,26%	1	2,33%
História Digital					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Macro-avaliação					1	2,33%	14,29%	5,26%					6	13,95%	85,71%	31,58%	7	16,28%
Macro-Avaliação e análise funcional													1	2,33%	100%	5,26%	1	2,33%
Modelo Participativo					5	11,63%	100%	26,32%									5	11,63%
Não Identificado	1	2,33%	9,09%	25%	3	6,98%	27,27%	15,79%	1	2,33%	9,09%	100%	6	13,95%	54,55%	31,58%	11	25,58%
Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
<i>Records Continuum</i>					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Técnica de amostragem													1	2,33%	100%	5,26%	1	2,33%
Tipologia Documental					1	2,33%	100%	5,26%									1	2,33%
Total Geral	4	9,3%	9,3%	100%	19	44,19%	44,19%	100%	1	2,33%	2,33%	100%	19	44,19%	44,19%	100%	43	100%

Legenda: (1) – Número de Projetos; (2) - Percentagem de projetos; (3) - Percentagem de Projetos por Abordagem e/ou Estratégia; (4) Percentagem de Projetos por tipo de Participante; (5) Total do Número de Projetos por Abordagem e/ou Estratégia; (6) – Percentagem total de projetos por Abordagem e/ou Estratégia;

FONTE: Elaboração própria (2020)

As equipas multidisciplinares têm uma maior abrangência de dimensões de estratégia e/ou abordagem, e somente não integram projetos de Abordagem de Rede Social, *Documentation Plan*, Técnica de amostragem, e de agregados de estratégias e/ou abordagens como o *Documentation Strategy* e Análise Funcional, a Análise Técnica, a Micro-Avaliação, e também de Macro-Avaliação e análise funcional. As equipas de profissionais de arquivo não integram projetos, que recorrem às estratégias e/ou abordagem de História Digital, Abordagem de Rede Social, Modelo Participativo, Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção, *Records Continuum*, e Tipologia Documental.

Os três tipos de equipa de participantes surgem tanto em projetos cujo foco é a análise funcional, como em projetos relativos à *Documentation Strategy*. A Abordagem de Rede Social só é usada em projetos que recorrem a equipas de académicos, a História Digital, Modelo Participativo, Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção, *Records Continuum*, e Tipologia Documental só são usadas em projetos que recorrem a equipas multidisciplinares, e a *Documentation Plan*, a Técnica de amostragem e os agregados de estratégias e/ou abordagens como o *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação, e também de Macro-Avaliação e análise funcional, recorrem a equipas de profissionais de arquivo. As equipas de académicos só participam em projetos de Abordagem de Rede Social, Análise Funcional, *Documentation Strategy* (e um que não identifica a abordagem e/ou estratégia).

Por curiosidade, indica-se a existência de um projeto que não identifica nem o tipo de equipa participante nem o tipo de estratégia e/ou abordagem.

5.1.7. Perceções sobre as Consequências e Resultados dos Projetos

Tendo analisado os dados da amostra, que concorrem para nos dar a informação sobre os projetos, importa também responder às questões sobre os resultados dos projetos, ou seja, as consequências das escolhas dos autores identificados anteriormente e qual a perceção que existe sobre essas opções, se deram origem a casos de sucesso ou se, pelo contrário, falharam no seu propósito.

Tendo em vista esta pretensão, verificou-se a necessidade de, tal como se indicou no início deste capítulo, proceder à leitura dos textos completos de todos os resumos que deram origem aos códigos referentes aos projetos e iniciativas aqui analisadas, e ainda a pesquisa e consulta de outros tipos de documentos, que abordassem os projetos e/ou iniciativas.

Apesar disso, a recolha de informação, que pudesse dar resposta às questões que enquadraram este apartado, revelou-se difícil, tendo em conta dois obstáculos percecionados.

O primeiro obstáculo prende-se com o facto de os produtos derivados de alguns projetos e iniciativas já não se encontrarem disponíveis.

O segundo obstáculo prende-se com o facto de a informação sobre alguns projetos se esgotar nos próprios textos completos, concorrendo aqui dois elementos que dificultam a resposta às questões. Um desses elementos prende-se com a pouca distância temporal entre o desenvolvimento e a aplicação do projeto e a publicação do texto, não dando margem suficiente para avaliar os resultados e as consequências do projeto.

O outro elemento prende-se com a proximidade dos autores do texto relativamente ao projeto ou pelo menos à entidade que desenvolve o projeto, o que pode constituir um fator de enviesamento quanto à indicação dos resultados e consequências.

Tanto os resultados como as consequências dos projetos e iniciativas foram considerados categorias analíticas e analisados tendo em conta o seu sucesso. Essa análise operou-se sobre a informação recolhida acerca de cada projeto, e permitiu a avaliação dos resultados e das consequências de cada projeto. Para o efeito foi definida uma escala de valorização para sintetizar a avaliação, apresentada na Tabela 32.

Tabela 32 – Escala de Valorização das Categorias de Análise Referentes aos Resultados e Consequências dos Projetos

Valorização	Categoria
1	Resultado ou Consequência com Sucesso Positivo
0	Resultado ou Consequência com Sucesso Limitado
-1	Resultado ou Consequência sem Sucesso

FONTE - Elaboração própria (2020)

Depois da avaliação de cada projeto no âmbito das duas categorias analítica, recorreu-se à média das duas pontuações para deduzir a valorização final. Os valores finais possíveis são explicados na Tabela 33.

Tabela 33 – Escala da Valorização Final dos Resultados e Consequências dos Projetos

Valorização	Categoria	Indicação
1	Projeto com Sucesso Positivo	As duas categorias de análise do projeto foram consideradas com sucesso positivo
0,5	Projeto com Ligeiro Sucesso	Uma das categorias de análise do projeto foi considerada com sucesso positivo e a outra como sucesso limitado.
0	Projeto com Sucesso Marginal	As duas categorias de análise do projeto foram consideradas com sucesso limitado, ou uma das categorias de análise do projeto foi considerada com sucesso negativo e a outra como sucesso positivo.
-0,5	Projeto com pouco Sucesso	Uma das categorias de análise do projeto foi considerada sem sucesso e a outra como sucesso limitado
-1	Projeto sem Sucesso	As duas categorias de análise do projeto foram consideradas sem sucesso

FONTE - Elaboração própria (2020)

A avaliação dos projetos com a pontuação e os dados que justificam a valorização, está explicitada na Tabela 34, que sintetiza a tabela do Apêndice 8.

Estes dados permitem-nos aferir as valorizações dos projetos, identificados nos dados da amostra, por estratégia e/ou abordagem por foco, que estão plasmadas na Tabela 35, no fim deste subcapítulo.

Neste âmbito, verifica-se que pouco mais de metade dos projetos foi percecionada com sucesso positivo (53,49%), um quinto dos projetos foi considerado com ligeiro sucesso (20,93%), menos de um quinto dos projetos foi considerado com sucesso marginal (18,6%), dois dos projetos foram considerados com pouco sucesso (4,65%), e um projeto foi considerado sem sucesso (o *NAA macroappraisal project*).

A maioria dos projetos percecionados com sucesso positivo tinha como foco a Representatividade da Sociedade (39,13%). Aliás, só um dos projetos com este foco foi considerado de sucesso marginal (10%), ligado à estratégia e/ou abordagem do modelo participativo (Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método *Delphi*, 25%). Assim, no contexto deste foco, o maior leque de projetos com sucesso positivo refere-se à estratégia e/ou abordagem do modelo participativo (13,04%), sendo secundados pelos projetos que recorrem à *Documentation Strategy* (8,7%, em *ex-aequo* com o número de projetos, que não identificam estratégia e/ou abordagem), e finalmente um único projeto que recorre à História Digital e outro que também é o único que se sustenta na Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção (4,35%, cada).

Tabela 34 – Valorização dos Resultados e Consequências dos Projetos

Projeto	Pontuação Resultados	Pontuação Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>History of Recent Physics</i>	1	1	Sucesso positivo	1
Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção	-1	0	Sem sucesso nos resultados.	-0,5
Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres	1	1	Sucesso positivo	1
<i>Government-Wide Plan for the Disposition of Records</i>	1	0	Com sucesso nos resultados, mas, em termos de consequências, o sucesso percebe-se como limitado, por causa da mudança da orientação e evolução da administração pública, das mudanças trazidas pela informatização e os serviços em linha, e porque fica refém das orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5
<i>Seven States Project</i>	-1	1	Os resultados foram negativos, mas as consequências foram positivas.	0
<i>Documenting Western New York</i>	-1	1	Sem sucesso nos resultados, mas há a percepção de ter sucesso nas consequências	0
<i>Government Records Project</i>	-1	1	Sem sucesso nos resultados, mas há a percepção de ter sucesso nas consequências.	0
<i>Intergovernmental Records Program</i>	1	0	Sucesso nos resultados, mas sem sucesso nas consequências.	0,5
<i>Documenting Metropolitan Milwaukee</i>	-1	1	Sem sucesso nos resultados, mas há a percepção de ter sucesso nas consequências.	0
<i>Study of Multi-Institutional Collaborations</i>	1	1	Sucesso positivo	1
Projeto PIVOT	0	0	Sucesso limitado, no resultado (para não dizer negativo, porque não cumpriu o objetivo). As consequências também não demonstram sucesso.	0
Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”	1	0	Apesar de o objetivo ter sido cumprido, foi-o tardiamente, e pouco tempo depois da publicação, a abordagem do órgão coordenador mudaria, logo o sucesso é limitado, para não dizer negativo	0,5
Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos	1	1	Sucesso positivo	1
<i>Postal History Project</i>	1	1	Sucesso positivo	1
<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>	1	1	Sucesso positivo	1
Proposta esboçada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos	1	1	Sucesso positivo	1
<i>September 11th Digital Archive</i>	1	1	Sucesso nos resultados e tendencialmente bem-sucedido nas consequências (exceto no neo-jenkinsonianismo)	1
<i>Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project</i>	1	1	Sucesso positivo	1
Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa	1	1	Sucesso positivo	1
<i>Re-engineering of the government records disposition program</i>	1	0	Sucesso positivo, apesar de limitados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5
<i>Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide</i>	1	0	Sucesso positivo, apesar de limitados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5
Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadenses – <i>Multi-Institutional Disposition Authority</i>	1	0	Sucesso positivo, apesar de limitados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5
Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	1	1	Sucesso positivo	1
<i>NAA macroappraisal project</i>	-1	-1	Sem sucesso	-1
<i>ECHO DEPository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>	1	1	Sucesso positivo	1
Estudo de sítios <i>web</i> de organizações estudantis	1	1	Sucesso positivo	1
Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489	1	0	Sucesso no resultado, mas nas consequências o sucesso é limitado pela ineficácia de identificar os valores secundários	0,5

Projeto	Pontuação Resultados	Pontuação Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System</i>	1	1	Sucesso positivo	1
Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais	1	0	Com sucesso, apesar de limitados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5
Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método <i>Delphi</i>	1	-1	Sucesso no resultado, considera-se sem sucesso nas consequências.	0
Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo	1	1	Sucesso positivo	1
<i>Hub – digital human rights archives</i>	1	1	Sucesso positivo	1
<i>The South Asian Web</i>	1	-1	Sucesso nos resultados, mas sem sucesso nas consequências.	0
<i>Legacy E-records pilot</i>	1	1	Sucesso positivo	1
<i>“A Story Like No Other”</i>	1	1	Sucesso positivo	1
<i>International Social Science Risk Database (ISSRD)</i>	0	-1	Sem sucesso	-0,5
<i>Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)</i>	1	1	Sucesso positivo	1
<i>Library’s Collecting Genomics project</i>	1	1	Sucesso positivo	1
Revisão da Metodologia de Macro-avaliação	1	0	Com sucesso limitado apesar de condicionados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5
Projeto QADEP	1	1	Sucesso positivo	1
Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e <i>big data</i>	1	1	Sucesso positivo	1
<i>Open Data Project</i>	1	1	Sucesso positivo	1
Projeto para avaliação de <i>e-mails</i>	0	0	Sucesso limitado nos resultados e consequências, por não se saber da aplicação após o estudo.	0

FONTE: Ajuntament de Girona (2013); Allen (1992, 1997); Anderson (2005); Australian Research Council Linkage (2008); Bailey (2006, 2013); Beaven (2005); Bearman (1989b); Beneito Arias (2008); Caron e Brown (2013); Casellas Serra (2014); Caswell (2009); Cocciolo (2016a); Cox (1989); Cunningham e Oswald (2005); Cunningham (2014); Daniel (2010); Delaney (2008); Diário da República (Decreto-Lei 121/92, de 2 de julho, 1992) e (Despacho Conjunto 427/99, de 20 de Maio, 1999); Dixon (2005); Ericson (1997); Evans (1986); Fidalgo e Ucha (2006); Fortier (2005); Iacovino (2015); Hackman e Warnow-Blewett (1987); InterPARES Trust Project (2016); Jonker (2005); Kaczmarek (2007); King (1964); Kumar (2011); Levi (2011); Library and Archives of Canada (2006, 2008, 2010); Loewen (2005b, 2005a, 2006); Louisiana Office of Tourism (2010); Makhoul Shabou (2011a, 2011b, 2015); Malkmus (2008); Man (2010); McCarthy et al. (2011); McDonald e Léveillé (2014); McKemmish et al. (2011); Mountain Legacy Project (2017); Mumma, Dingwall e Bigelow (2011); North Carolina State Archives (2004); Novara (2013); Oliver, Kim, et al. (2008); Oliver, Ross, et al. (2008); Pang, Liew, e Chang (2017); Prom e Swain (2007); Rhee (2016); Roberts (2007); Robyns e Woolman (2011); Ruller (1992); Rydén (2014); Sandore e Unsworth (2010); Shilton e Srinivasan (2007); Sloyan (2016); Srinivasan e Shilton (2006); Sternfeld (2011); Taavetti (2016); Thorpe (2001); Tièche (2015); Työvänen Arkisto (2018); Vancouver City Archives (2011); Warnow-Blewett et al. (2001); Wiener (2008); Williams et al. (1997).

O segundo foco com mais projetos posicionados com sucesso positivo é o das Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação (21,74%), sendo que a maioria não identifica a estratégia e/ou abordagem (8,7%) e os restantes projetos distribuem-se pela Análise Funcional, a *Documentation Plan* e a Tipologia Documental (4,35%, cada). Quase metade dos projetos deste foco é considerada como tendo ligeiro sucesso (44,44%), correspondendo à quase totalidade dos projetos com essa valorização (88,89%). A maioria desses projetos refere-se à estratégia e/ou abordagem da macro-avaliação (66,67%) e os restantes dois à análise funcional (22,22%). Este foco também tem três projetos com sucesso marginal (16,67%), correspondendo a mais de um terço dos projetos com esta valorização (37,5%), e que se distribuem pelas estratégias e/ou abordagens da Macro-Avaliação e análise funcional, Modelo Participativo e Abordagem de Rede Social (12,5%, cada). No entanto, ainda neste foco, um dos projetos é considerado com pouco sucesso (50%), que diz respeito à estratégia e/ou abordagem da técnica de amostragem (100%), enquanto que um projeto com a estratégia e/ou abordagem da macro-avaliação (14,29%) é considerado sem sucesso (100%).

O terceiro foco com projetos considerados como tendo sucesso positivo centra-se nas Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais (17,39%). Os quatro projetos que se enquadram nestas categorias de análise distribuem-se pela análise funcional e pela não explicitação da estratégia e/ou abordagem (8,7%, cada). Este foco também tem um projeto considerado com ligeiro sucesso (14,29%) e dois projetos de sucesso marginal (e que também não explicitam a estratégia e/ou abordagem, 28,57%).

O quarto foco em número de projetos considerados como tendo sucesso positivo é o da Memória e Informação Científica (13,04%), cuja maioria está orientada pela estratégia e/ou abordagem da *Documentation Strategy* (8,7%), seguida do projeto que recorre ao agregado composto pela *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação (4,35%). Ainda neste foco, verifica-se a existência de um projeto considerado com pouco sucesso (50%), cuja estratégia e/ou abordagem é o *Records Continuum* (100%).

O último foco com projetos considerados como tendo sucesso positivo é o Tipologia de Informação (8,7%), cujos dois projetos não explicitam a estratégia e/ou abordagem.

Dá-se conta que os dois projetos do foco da Memória de Unidade Territorial, que recorrem à *Documentation Strategy*, são considerados como tendo sucesso marginal (25%).

Verifica-se, assim, que o foco orientado para a Representatividade da Sociedade, tem quase o dobro dos projetos com sucesso positivo (39,13%) do que o foco Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação (21,74%), apesar ter quase metade (23,26%) do número dos projetos deste último foco (41,86%).

Tabela 35 – Valorização dos Resultados e Consequências dos Projetos por Estratégia e/ou Abordagem por Foco

	Projeto sem Sucesso				Projeto com pouco Sucesso				Projeto com Sucesso Marginal				Projeto com Ligeiro Sucesso				Projeto com Sucesso Positivo				(5)	(6)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)		
Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	1	2,33%	11,11%	100%	1	2,33%	5,56%	50%	3	6,98%	16,67%	37,5%	8	18,6%	44,44%	88,89%	5	11,63%	27,78%	21,74%	18	41,86%
Abordagem de Rede Social									1	2,33%	100%	12,5%									1	2,33%
Análise Funcional													2	4,65%	66,67%	22,22%	1	2,33%	33,33%	4,35%	3	6,98%
<i>Documentation Plan</i> (Análise Funcional)																	1	2,33%	100%	4,35%	1	2,33%
Macro-avaliação	1	2,33%	14,29%	100%									6	13,95%	85,71%	66,67%					7	16,28%
Macro-Avaliação e análise funcional									1	2,33%	100%	12,5%									1	2,33%
Modelo Participativo									1	2,33%	100%	12,5%									1	2,33%
Não Identificado																	2	4,65%	100%	8,7%	2	4,65%
Técnica de amostragem					1	2,33%	100%	50%													1	2,33%
Tipologia Documental																	1	2,33%	100%	4,35%	1	2,33%
Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais									2	4,65%	28,57%	25%	1	2,33%	14,29%	11,11%	4	9,30%	57,14%	17,39%	7	16,28%
Análise Funcional																	2	4,65%	100%	8,7%	2	4,65%
Não Identificado									2	4,65%	40%	25%	1	2,33%	20%	11,11%	2	4,65%	40%	8,7%	5	11,63%
Memória de Unidade Territorial									2	4,65%	100%	25%									2	4,65%
<i>Documentation Strategy</i>									2	4,65%	100%	25%									2	4,65%
Memória e Informação Científica					1	2,33%	25%	50%									3	6,98%	75%	13,04%	4	9,3%
<i>Documentation Strategy</i>																	2	4,65%	100%	8,7%	2	4,65%
<i>Documentation Strategy</i> e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação																	1	2,33%	100%	4,35%	1	2,33%
Records Continuum					1	2,33%	100%	50%													1	2,33%
Representatividade da Sociedade									1	2,33%	10%	12,5%					9	20,93%	90%	39,13%	10	23,26%
<i>Documentation Strategy</i>																	2	4,65%	100%	8,7%	2	4,65%
História Digital																	1	2,33%	100%	4,35%	1	2,33%

Modelo Participativo									1	2,33%	25%	12,5%					3	6,98%	75%	13,04%	4	9,3%
Não Identificado																	2	4,65%	100%	8,7%	2	4,65%
Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção																	1	2,33%	100%	4,35%	1	2,33%
Tipologia de Informação																	2	4,65%	100%	8,7%	2	4,65%
Não Identificado																	2	4,65%	100%	8,7%	2	4,65%
Total Geral	1	2,33%	2,33%	100%	2	4,65%	4,65%	100%	8	18,6%	18,6%	100%	9	20,93%	20,93%	100%	23	53,49%	53,49%	100%	43	100%

Legenda: (1) - Número de Projetos; (2) – Percentagem de Projetos; (3) – Percentagem de Projetos por Foco por Abordagem; (4) – Percentagem de Projetos por Valorização; (5) - Total N.º de Projetos por Abordagem/por foco; (6) – Percentagem total de projetos por Abordagem/por foco.

FONTE: Elaboração própria (2020).

5.2. Síntese sobre os Programas, Projetos e Iniciativas

Ao longo deste capítulo, procurou-se responder às questões: Quantos projetos foram identificados? Que estratégias são predominantes? Em quantos países? De quantas instituições? Em que período cronológico? Com que relações? O que eles podem significar? Com que resultados ou consequências? Em que medida as ações são iguais ou diferentes para os vários autores e em outras situações? Ou seja, estratégias comuns, estratégias diferentes, falhanços, casos de sucesso, etc.

Reitera-se que o conteúdo desta análise e interpretação se refere e limita aos dados e aos projetos derivados da amostra, não se pretendendo apresentar esta informação como extrapolação para descrever o universo que está para lá da amostra.

A análise apresentada anteriormente e que parte da amostra de textos recolhidos, permitiu apresentar um conjunto de considerandos, que são seguidamente reiterados. Assim, verifica-se que os projetos identificados começam a surgir nos anos 60 do século XX, e o seu número vai crescendo ao longo dos vários períodos cronológicos, sendo que a diminuição do número de projetos dos anos 2010-2016 se justifica pelo facto da amostra tendencial definida para a seleção das fontes estar balizada entre 2006 e 2016. Perceciona-se a preponderância dos Estados Unidos a vários níveis. Apenas este país apresenta projetos em todos os períodos cronológicos indicados e, excetuando o caso isolado da Suécia, os projetos fora da América do Norte só começam a transparecer, nessa parte da literatura científica consultada, nos anos 90 do século XX. Somente nos anos 2010-2019 é que os Estados Unidos conseguem ser ultrapassados no número de projetos por outro país, também da América do Norte (Canadá).

Nos primeiros períodos cronológicos, identificados pelos dados da amostra, verifica-se que somente as entidades académicas ou organismos públicos de arquivo desenvolvem projetos. Nos anos 1980-1989 surgem os projetos com a participação de bibliotecas públicas e também fruto de consórcios e parcerias. Durante os anos 1990-1999 começam a surgir projetos emanados de organismos da administração pública, possivelmente enquadrados na aplicação de medidas derivadas do *New Public Management*, notando-se nesse período um hiato de projetos das entidades académicas. Os anos 2000-2009 revelam a maior variedade de tipos de entidades participantes e verifica-se que o maior número de projetos é desenvolvido pelas entidades académicas em *ex-aequo* com os organismos públicos de

arquivo. Desse período são originários os projetos derivados dos arquivos privados, organismos internacionais, e das comunidades e dos organismos não-governamentais.

Os primeiros projetos dedicavam-se às questões das Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e aos assuntos da Memória e Informação Científica. Nos anos 1970-1979 surge o primeiro projeto com preocupações referentes à representatividade da Sociedade. Os anos 1980-1989 vêm chegar as preocupações em termos das Infraestruturas Tecnológicas no Âmbito da Memória de organismos governamentais e os únicos projetos cujo assunto reporta à memória de unidade territorial. Os anos 1990-1999 apresentam o primeiro projeto cuja preocupação central são as tipologias da informação, e o segundo localiza-se no período de 2000-2009. Os períodos 1980-1989 e 2000-2009 partilham a maior variedade de focos. Mais de metade dos projetos relativos a Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação inicia-se nos anos 2000-2009, a maioria dos projetos de Infraestruturas Tecnológicas no Âmbito da Memória de organismos governamentais ocorre nos anos 1980-1989, metade dos projetos de Memória e Informação Científica ocorre nos anos 1960-1969, os anos 2000-2009 marcam a explosão de projetos direcionados para a representatividade da Sociedade.

A *Documentation Strategy* e a técnica de amostragem são as estratégias e/ou abordagens utilizadas pelos primeiros projetos, e as políticas de aquisição de documentação baseada em critérios de seleção nos anos 70 do século XX. A utilização da macro-avaliação nos projetos transparece nos anos 80 do século XX, e os projetos integrados na dimensão da análise funcional surgem nos anos 90 do século XX, tal como os projetos de macro-avaliação que enfatizam a análise funcional. Nos anos 2000 a 2009 surgem os projetos relativos às dimensões de *Documentation Plan*, História Digital, Modelo Participativo, e Tipologia Documental. Nos anos 2010-2016 surgem os projetos relativos à Abordagem de Rede Social, da dimensão da agregação de estratégias e/ou abordagens relativas a *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação e *Records Continuum*. A maioria de projetos de *Documentation Strategy* decorre nos anos 1980-1989, enquanto a maioria de projetos de macro-avaliação decorre nos anos 2000-2009, e os projetos de Análise Funcional ocorrem maioritariamente no período cronológico de 2010-2016. De referir também que, no período cronológico em que decorre a maioria de projetos da macro-avaliação, o número de projetos relativos a esta dimensão é o mesmo que o de projetos que recorrem ao modelo participação, que somente surge nesse período.

Os projetos identificados nos dados da amostra, transparecem ter inicialmente

recorrido somente a equipas de académicos ou de profissionais de arquivo, percecionandose um hiato de cinquenta anos para que voltem a surgir, nos dados da amostra, projetos com equipas de académicos. O primeiro projeto que recorre a equipas multidisciplinares surge no período cronológico seguinte. Apesar disso, os anos 1980-1989 demonstram um maior número de projetos com equipas de profissionais de arquivo do que equipas multidisciplinares, ao passo que nos anos 1990-1999 apenas se identificam projetos com equipas de profissionais de arquivo. Os anos 2000-2009 apresentam um maior número de projetos com equipas multidisciplinares, comparativamente com os projetos com equipas de profissionais de arquivo, e nos anos 2010-2016, o número de projetos com este tipo de equipas apresenta-se em subalternidade com os projetos que utilizam equipas de académicos e os que utilizam equipas multidisciplinares.

A preponderância dos Estados Unidos é percebida em termos de números de projetos. O Canadá, em segundo lugar, tem metade do número desses projetos, somente em terceiro lugar surge a Austrália. A maioria dos países europeus identificados tem apenas um projeto. Esta representação queda-se pela Europa Ocidental e do Norte, Oceânia e América do Norte. Aventa-se que estes dados se justificam pelo facto de as publicações utilizadas serem originárias de países maioritariamente anglófonos.

Outro aspeto que demonstra a preponderância dos Estados Unidos, é o número de entidades, correspondendo-lhe pouco menos de metade das identificadas. Consequentemente, pertence-lhe a totalidade dos consórcios de Administração Pública e Biblioteca Pública, das Bibliotecas Públicas e das Comunidades, e a maioria das entidades académicas, organismos não governamentais e organismos privados. O país europeu com mais entidades participantes é a Suécia, que detém a maioria dos organismos públicos de arquivo. O único organismo internacional pertence à União Europeia e o único arquivo privado pertence à Finlândia. O único tipo de entidades que parece ter uma distribuição mais equilibrada corresponde às entidades de Administração Pública (um quinto para cada país, incluindo os Estados Unidos).

A maioria dos países identificados tem projetos desenvolvidos por Organismos Públicos de Arquivo, seguidos das entidades académicas e das bibliotecas públicas. A preponderância dos Estados Unidos também se verifica pelo número de projetos desenvolvidos por entidades académicas, pertencendo a este tipo de entidades a maioria dos projetos internacionais. Mais de metade dos projetos desenvolvidos por organismos públicos de arquivo tem origem no Canadá, sendo este o tipo de entidade que apresenta projetos em

mais dimensões de origem geográfica-administrativa. As bibliotecas públicas são o tipo de entidade que só apresenta projetos nos Estados Unidos. Os únicos tipos de entidade que não desenvolvem projetos nos Estados Unidos, sem ser parcerias, são a organização não governamental, cujo projeto é de origem internacional, o organismo internacional, que é da União Europeia, e o arquivo privado, que é finlandês. Os projetos com participação de entidades da Administração pública estão divididos na mesma percentagem pela Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos e Reino Unido.

A preponderância dos Estados Unidos também fica demonstrada pelo facto de ser a única área geográfica em que se desenvolvem projetos de todos os focos percecionados, incluindo a totalidade dos projetos relativos à Memória de Unidades Territoriais, detendo mais de metade dos projetos relativos ao problema da representatividade da Sociedade e das Infraestruturas Tecnológicas / Memória de Organismos Governamentais. Este país somente não acumula a maioria dos projetos no que tange as Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação, em que o Canadá detém a primeira posição. A Austrália e o Canadá partilham a segunda posição quanto à variedade de abordagens, e somente um dos países europeus, o Reino Unido, distribui os seus projetos em mais de um foco. O foco que abrange uma maior variedade de origens geográficas-administrativas refere-se às Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação, tendência que é acompanhada pela maioria dos países europeus. É também para esta dimensão que o Canadá orienta o foco de dois terços dos seus projetos. Metade dos projetos australianos é relativa a preocupações de representatividade da Sociedade.

Os Estados Unidos são também o país com maior variedade de estratégias e/ou abordagens, e onde decorre a maioria dos projetos de *Documentation Strategy*, Modelo Participativo (e de projetos com a estratégia e/ou abordagem não identificada). A Austrália fica em segundo lugar em termos de variedade de estratégias e/ou abordagens, com a *Documentation Strategy*, macro-avaliação, modelo participativo e o seu *Records Continuum*. Os projetos internacionais incluem-se em três estratégias e/ou abordagens: análise funcional, modelo participativo e tipologia documental. O Canadá compreende mais de metade dos projetos de macro-avaliação, mas também inclui projetos de análise funcional (e dois com a estratégia e/ou abordagem não identificada). O Reino Unido divide os seus projetos entre a dimensão da Análise Funcional e *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação. Isto permite perceber que os projetos dos Estados Unidos, pelo menos no que diz respeito a esta amostra, não utilizam a macro-avaliação e a análise

funcional, na mesma medida em que o Canadá não recorre à *Documentation Strategy*. Ao mesmo tempo, e como já se indicou, a Austrália recorre na mesma medida à *Documentation Strategy*, à macro-avaliação, ao modelo participativo e ao seu *Records Continuum Model*. A dimensão de estratégia e/ou abordagem, que colhe mais projetos de países europeus, é a análise funcional. Geograficamente, a estratégia e/ou abordagem com maior abrangência é a análise funcional, com uma distribuição por cinco países, seguida do modelo participativo. Em terceiro lugar, em *ex-aequo*, surge a *documentation strategy* e a macro-avaliação. As duas dimensões de agregados de estratégias e/ou abordagens apresentam-se cada uma num só país (macro-avaliação e análise funcional nos Países Baixos e *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação no Reino Unido. A maior parte dos países só aplica uma estratégia e/ou abordagem, sendo que tal decorre por terem apenas um projeto cada um.

Também corresponde aos Estados Unidos o lugar onde existem projetos com todos os tipos de participantes, que também detém a maioria dos projetos com equipas de académicos e com equipas multidisciplinares, pertencendo a esta dimensão a maioria dos projetos desse país. O Canadá apresenta o maior número de projetos com equipas de Profissionais de Arquivo, dimensão que representa a maioria das equipas participantes nesse país, sendo o segundo país é os Estados Unidos. A maioria dos projetos de países europeus integra equipas de profissionais de arquivo. A Austrália apresenta a maioria de projetos com equipas multidisciplinares face a projetos com equipas de profissionais de arquivo.

No ponto de vista dos tipos de entidades, a análise permite indicar que mais de um terço é constituído por organismos públicos de arquivo (36,51%) e as entidades académicas correspondem a mais de um quarto (26,98%). Existem mais tipos de entidades que integram uma entidade do que aquelas que só integram uma entidade. Quatro entidades participam em mais de um projeto: a *Library and Archives Canada*, que participa em mais projetos no universo apresentado e também em mais de três quartos dos projetos do próprio país; o *American Institute of Physics*; o *Research Libraries Group*; e a *University of Illinois - Urbana-Champaign*. O projeto sueco sobre a aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção tem o maior número de entidades participantes, seguido do projeto dos Estados Unidos *ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation*. Este último projeto, juntamente com o *Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System*, são os que incluem mais entidades de diferentes

tipologias. A participação de entidades de diferentes tipologias num mesmo projeto orientou a decisão de constituir agregações de dimensões de tipos de entidade diferentes, fruto das parcerias motivadas pelo projeto em que participam. Os projetos participados apenas por organismos públicos do arquivo representam a maioria, seguidos das entidades acadêmicas, compreendendo, cada uma, mais de um quarto da totalidade dos projetos analisados. O único agregado de dimensões de tipos de entidade com mais de um projeto é o relativo a Organismo Público de Arquivo e Entidade Acadêmica, tendo que os restantes somente um projeto, assim como a dimensão organização não governamental, Organismo Internacional, Organismo Privado e Arquivo Privado. A maioria dos projetos é desenvolvida por organismos públicos de arquivo com o fito de dar resposta a questões ligadas a Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação. Abaixo destes, surgem os projetos desenvolvidos por entidades acadêmicas e orientados para estes mesmos assuntos, em *ex aequo* com os projetos deste mesmo tipo de entidades orientados para as preocupações da representatividade da Sociedade. Somente depois, surgem os projetos dedicados à memória e informação científica, também desenvolvidos pelas entidades acadêmicas.

Os projetos que se focam nas Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e os que se focam na representatividade da Sociedade têm ambos a mesma variedade em termos de número de tipos de entidades participantes, enquanto que os projetos dedicados aos assuntos de memória de unidade territorial são apenas desenvolvidos por bibliotecas públicas. Estas entidades, fora as parcerias, também só desenvolvem projetos sobre esta questão. As entidades acadêmicas, as entidades da Administração Pública e os organismos públicos de arquivo partilham a mesma variedade em termos de número de focos de projetos. Os tipos de entidades referentes às dimensões de Arquivo Privado e de Organização não governamental orientam os seus projetos para o foco da representatividade da Sociedade, e o organismo internacional orienta o seu projeto para as Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação. Cada uma das parcerias de entidades orienta os seus projetos para um foco. Os projetos referentes a consórcios de Organismo Público de Arquivo e Entidade Acadêmica dividem-se entre os focos de Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e tipologias de informação. As estratégias e/ou abordagens, que têm maior escolha pelos vários tipos de entidade, são a *Documentation Strategy* e o modelo participativo. Em segundo lugar, fica a análise funcional, cuja maioria dos projetos, que a aplica, são de organismos da Administração Pública. No caso da *Documentation Strategy*, os tipos de entidades participantes, que mais a utilizam, são as entidades acadêmicas e as

bibliotecas públicas, mas também se verifica a sua utilização pela Administração Pública e as Comunidades com o apoio de Organismos não-governamentais. O modelo participativo tem como maiores utilizadores as entidades académicas, tendo também projetos desenvolvidos por organismos internacionais, organizações não governamentais e consórcios em que entram Entidades Académicas, Organismos de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais. Todos os projetos de macro-avaliação são desenvolvidos por organismos públicos de arquivo.

As equipas de académicos apenas são escolhidas para os projetos de Entidades Académicas, consórcios de Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica, e organismos privado. As equipas multidisciplinares são as opções para os projetos da maior parte dos tipos de entidades, exceto consórcios de Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental, e organismos privados. Assinala-se de forma pertinente que a maioria dos projetos é desenvolvida por organismos públicos de arquivo, que recorre a equipas de profissionais de arquivo. Em termos de variedade, as Entidades Académicas são as únicas que desenvolvem projetos que recorrem aos três tipos de equipas identificados. As entidades da administração pública recorrem a equipas multidisciplinares e, em segundo lugar, a equipas de profissionais de arquivo. Para além do que já se referiu, os organismos públicos de arquivo recorrem residualmente a equipas multidisciplinares, enquanto que os organismos privados dividem os seus projetos entre equipas de académicos e equipas de profissionais de arquivo. Assim, as equipas de profissionais de arquivo só participam em projetos de entidades académicas, Administração Pública e consórcios de entidades da Administração Pública e Biblioteca Pública, organismos privados, organismos públicos de arquivo, e os consórcios de Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental. A dimensão das entidades de consórcio Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica distribui os seus projetos entre equipas de académicos e equipas multidisciplinares.

Em termos da perspetiva dos tipos de foco, ou os assuntos, problemas e preocupações, considera-se que a maioria dos projetos está ligada a problemas relativos a Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação, seguida dos problemas ligados à representatividade da Sociedade. Somente em terceiro lugar surgem os projetos, que dão conta dos problemas das Infraestruturas Tecnológicas no âmbito da Memória de organismos governamentais. Em último lugar, surgem as dimensões relativas às questões da memória de unidades territoriais e das tipologias de informação. O foco referente aos problemas das

Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação é o que tem os seus projetos distribuídos por uma maior variedade de estratégias e/ou abordagens (nove tipos diferentes), distinguindo-se o maior peso dos projetos ligados à macro-avaliação, que aliás só existem em projetos deste tipo (Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação). Propõe-se, como hipótese, que esta variedade derive das diferentes estratégias e/ou abordagens que emanam em cada país, como se verificou anteriormente: o Canadá mais orientado para a macro-avaliação, os Estados Unidos, que apresenta mais projetos no *Documentation Strategy*, a maioria dos países Europeus com a análise funcional, e a Austrália tanto utiliza as propostas dos Estados Unidos como do Canadá, para além da sua e do modelo participativo. Daí que se avenge que cada país recorra à estratégia e/ou abordagem desenvolvida por si, ou que tenha uma maior tradição de implementação. O foco da representatividade da Sociedade apresenta-se em segundo lugar em termos de variedade de estratégias e/ou abordagens (quatro dimensões), em que a maioria dos projetos recorre ao modelo participativo, secundados pela *Documentation Strategy* (e pelos não identificados), e em último lugar a História Digital e a Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção. Metade dos projetos, cujo foco está orientado para a memória e informação científica, recorre à *Documentation Strategy*, seguida do *Records Continuum* e da agregação de estratégias e/ou abordagens, a saber, *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação. Os projetos, que se debruçam com os problemas da tipologia da informação, não informam explicitamente sobre a estratégia e/ou abordagem que seguem, assim como a maioria dos projetos da dimensão das questões das Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais. No que respeita aos projetos orientados para esse foco, que explicitam a estratégia e/ou abordagem, centram-se somente na dimensão da estratégia e/ou abordagem da Análise Funcional. A totalidade dos projetos sobre a memória de Unidade Territorial recorre à *Documentation Strategy*.

A maioria dos projetos foca-se nas Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação com recurso a equipas de Profissionais de Arquivo, seguida dos projetos de representatividade da Sociedade que recorrem a equipas multidisciplinares, em que têm a sua maior expressão, tendo mais de metade do número de projetos dos focos, que lhe seguem, a saber, as Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e as Infraestruturas Tecnológicas no âmbito da Memória de organismos governamentais. Assim, verifica-se que as equipas multidisciplinares se distribuem por todos os focos, as equipas de profissionais de arquivo não surgem integradas em projetos orientados quer para as Infraestruturas

Tecnológicas no âmbito da Memória de organismos governamentais, quer para os projetos focados nas tipologias de informação. As equipas de académicos surgem integradas somente em projetos relativos a Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e de Memória e Informação Científica.

Aventa-se uma perspetiva de divisão entre as dimensões de focos, que se propõe designar de focos mais técnicos e orientados para a memória organizacional, principalmente da administração pública, e as dimensões cujo foco está mais orientado para a memória mais abrangente da Sociedade, das Comunidades, incluindo a comunidade científica. No primeiro grupo, propõe-se a integração das dimensões de Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação e das Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais. No segundo grupo, propõe-se a inclusão das dimensões de Memória de Unidade Territorial, de Memória e Informação Científica e de Representatividade da Sociedade. No primeiro grupo, dominam a macro-avaliação, a análise funcional, enquanto que no segundo grupo dominam a *Documentation Strategy* e o modelo participativo. Note-se que não se integra a dimensão de foco referente à tipologia de informação por não explicitar que dimensões de estratégia e/ou abordagem aplicam os seus projetos.

Do ponto de vista da estratégia e/ou abordagem, os dados que transparecem de mais de um quarto dos projetos não expressa claramente a sua estratégia e/ou abordagem (ou pelo menos não foi possível aferi-la). A maioria dos projetos, que indica a sua estratégia e/ou abordagem, recorre à macro-avaliação, seguida da *Documentation Strategy*. Em terceiro lugar, em *ex-aequo*, surgem o modelo participativo e a análise funcional. As restantes dimensões surgem com um projeto cada uma. A maioria dos projetos recorre à macro-avaliação e equipas de profissionais de arquivo (no mesmo número de projetos que recorrem a profissionais de arquivo, mas não explicitam a estratégia e/ou abordagem que utilizam), sendo secundados pelos projetos que recorrem ao modelo participativo e equipas multidisciplinares, ficando em terceiro lugar os projetos de *Documentation Strategy*, que recorrem a equipas multidisciplinares.

As equipas multidisciplinares têm uma maior abrangência de tipos de estratégia e/ou abordagem, e somente não integram projetos de Abordagem de Rede Social, *Documentation Plan*, Técnica de amostragem, e de agregados de estratégias e/ou abordagens como o *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação, e também de Macro-Avaliação e análise funcional. As equipas de profissionais de arquivo não integram projetos, que recorrem às estratégias e/ou abordagem de História Digital,

Abordagem de Rede Social, Modelo Participativo, Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção, *Records Continuum*, e Tipologia Documental. Os três tipos de equipa de participantes surgem tanto em projetos, que recorrem à análise funcional, como em projetos relativos à *Documentation Strategy*. A Abordagem de Rede Social só é usada em projetos, que recorrem a equipas de académicos, a História Digital, Modelo Participativo, Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção, *Records Continuum*, e Tipologia Documental só são usadas em projetos que recorrem a equipas multidisciplinares, e a *Documentation Plan*, a Técnica de amostragem e os agregados de estratégias e/ou abordagens como o *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação, e também de Macro-Avaliação e análise funcional. As equipas de académicos só participam em projetos de Abordagem de Rede Social, Análise Funcional, *Documentation Strategy* (e um que não identifica a abordagem e/ou estratégia).

Quanto aos tipos de equipas participantes, verifica-se o mesmo número de projetos, que recorrem a profissionais de arquivo e os que constituíram equipas multidisciplinares. As equipas constituídas exclusivamente por académicos existem em menos de 10% dos projetos.

Partindo destas constatações, assume-se como pertinente perceber que estratégias e/ou abordagens escolhem as entidades para os seus projetos, tendo em conta o foco do mesmo. A Tabela 36 dá conta dessas escolhas.

Tabela 36 – Distribuição das Estratégias e /ou Abordagens por Foco, por Entidade Participante

	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação							Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais					Memória de Unidade Territorial		Memória e Informação Científica			Representatividade da Sociedade						Tipologia de Informação			Total Geral			
	a)	f)	i)	j)	k)	l)	Total	a)	b)	g)	k)	m)	Total	d)	Total	f)	j)	Total	a)	c)	f)	h)	n)	e)	Total	k)		l)	Total	
A)	(1)			1			1																							1
	(2)			2,33%			2,33%																							2,33%
	(3)			100%			100%																							100%
	(4)			100%			5,56%																							2,33%
B)	(1)	1	1		1		3	2					2																5	
	(2)	2,33%	2,33%		2,33%		6,98%	4,65%					4,65%																11,63%	
	(3)	20%	20%		20%		60%	40%					40%																100%	
	(4)	100%	25%		10%		16,67%	100%					28,57%																11,63%	
C)	(1)		1				1																						1	
	(2)		2,33%				2,33%																						2,33%	
	(3)		100%				100%																						100%	
	(4)		25%				5,56%																						2,33%	
D)	(1)												2	2	2		2	1						1	2				6	
	(2)												4,65%	4,65%	4,65%		4,65%	2,33%						2,33%	4,65%				13,95%	
	(3)												33,33%	33,33%	33,33%		33,33%	16,67%						16,67%	33,33%				100%	
	(4)												100%	100%	66,67%		50%	50%						100%	20%				13,95%	
E)	(1)															1	1												1	
	(2)															2,33%	2,33%												2,33%	
	(3)															100%	100%												100%	
	(4)															100%	25%												2,33%	
F)	(1)																	1							1				1	
	(2)																		2,33%						2,33%				2,33%	
	(3)																		100%						100%				100%	
	(4)																		50%						10%				2,33%	

	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação							Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais					Memória de Unidade Territorial		Memória e Informação Científica			Representatividade da Sociedade							Tipologia de Informação			Total Geral										
	a)	f)	i)	j)	k)	l)	Total	a)	b)	g)	k)	m)	Total	d)	Total	f)	j)	Total	a)	c)	f)	h)	n)	e)	Total	k)	l)		Total									
G)	(1)				7		7																											7				
	(2)				16,28%		16,28%																											16,28%				
	(3)				100%		100%																												100%			
	(4)				70%		38,89%																												16,28%			
H)	(1)				1		1																											1				
	(2)				2,33%		2,33%																												2,33%			
	(3)				100%		100%																												100%			
	(4)				10%		5,56%																												2,33%			
I)	(1)			1			1														2	1	1											4	5			
	(2)			2,33%			2,33%															4,65%	2,33%	2,33%										9,3%	11,63%			
	(3)			20%			20%															40%	20%	20%										80%	100%			
	(4)			100%			5,56%															50%	100%	100%										40%	11,63%			
J)	(1)		1			1	2		2	1	1	1	5								1	1											2	1	1	2	11	
	(2)		2,33%			2,33%	4,65%		4,65%	2,33%	2,33%	2,33%	11,63%									2,33%	2,33%											4,65%	2,33%	2,33%	4,65%	25,58%
	(3)		9,09%			9,09%	18,18%		18,18%	9,09%	9,09%	9,09%	45,45%									9,09%	9,09%											18,18%	9,09%	9,09%	18,18%	100%
	(4)		25%			100%	11,11%		100%	100%	100%	100%	71,43%									100%	25%											20%	100%	100%	100%	25,58%
K)	(1)																					1												1	1			
	(2)																					2,33%												2,33%		2,33%		
	(3)																					100%												100%		100%		
	(4)																						25%											10%		2,33%		
L)	(1)															1		1																	1			
	(2)															2,33%		2,33%																	2,33%			
	(3)															100%		100%																	100%			
	(4)															33,33%		25%																	2,33%			

	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação							Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais					Memória de Unidade Territorial		Memória e Informação Científica			Representatividade da Sociedade						Tipologia de Informação			Total Geral			
	a)	f)	i)	j)	k)	l)	Total	a)	b)	g)	k)	m)	Total	d)	Total	f)	j)	Total	a)	c)	f)	h)	n)	e)	Total	k)		l)	Total	
M)	(1)				1		1																							1
	(2)				2,33%		2,33%																							2,33%
	(3)				100%		100%																							100%
	(4)				10%		5,56%																							2,33%
N)	(1)	1					1																							1
	(2)	2,33%					2,33%																							2,33%
	(3)	100%					100%																							100%
	(4)	25%					5,56%																							2,33%
(5)	1	4	1	1	10	1	18	2	2	1	1	1	7	2	2	3	1	4	2	1	4	1	1	1	1	10	1	1	2	43
(6)	2,33%	9,3%	2,33%	2,33%	23,26%	2,33%	41,86%	4,65%	4,65%	2,33%	2,33%	2,33%	16,28%	4,65%	4,65%	6,98%	2,33%	9,3%	4,65%	2,33%	9,3%	2,33%	2,33%	2,33%	23,26%	2,33%	2,33%	4,65%	100%	

Legenda: (1) - Número de Projetos; (2) – Percentagem de Projetos; (3) – Percentagem de Projetos por Abordagem; (4) – Percentagem de Projetos por Tipos de Entidade participantes; (5) - Total N.º de Projetos por Abordagem; (6) – Percentagem total de projetos por Abordagem; A) Abordagem de Rede Social; B) Análise Funcional; C) *Documentation Plan* (Análise Funcional); D) *Documentation Strategy*; E) *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação; F) História Digital; G) Macro-avaliação; H) Macro-Avaliação e análise funcional; I) Modelo Participativo; J) Não Identificado; K) Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção; L) *Records Continuum*; M) Técnica de amostragem; N) Tipologia Documental; a) Administração Pública; b) Administração Pública e Biblioteca Pública; c) Arquivo Privado; d) Biblioteca Pública; e) Comunidade e Organismo não-governamentais; f) Entidade Acadêmica; g) Entidade Acadêmica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública; h) Entidade Acadêmica, Organismo de Arquivo Público, Organismos não-Governamentais; i) Organismo Internacional; j) Organismo Privado; k) Organismo Público de Arquivo; l) Organismo Público de Arquivo e Entidade Acadêmica; m) Organismo Público de Arquivo e organismo não governamental; n) Organização não governamental.

FONTE: Elaboração própria (2020)

No âmbito da questão sobre se as ações (as estratégias e/ou abordagens utilizadas como solução) são iguais ou diferentes para os vários autores e situações (assuntos, problemas, preocupações), incluindo a percepção de se os mesmos autores recorrem a estratégias comuns ou diferentes, os dados apresentados permitem verificar que, no âmbito dos projetos focados nas Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação:

- Os organismos da administração pública recorrem à Análise Funcional;
- As entidades académicas recorrem à Análise Funcional, *Documentation Plan* (Análise Funcional) e Tipologia Documental (e um projeto não identifica estratégia e/ou abordagem), sendo que se nota a preponderância de algum sobre outro nestas ações;
- O organismo internacional recorre ao modelo participativo;
- O organismo privado recorre à abordagem de rede social;
- Os organismos Públicos de Arquivo recorrem principalmente à Macro-avaliação e, a título vestigial, à Análise Funcional, Macro-avaliação e análise funcional, técnica de amostragem.

No que se refere aos projetos cujo foco são as Infraestruturas Tecnológicas no âmbito da Memória de organismos governamentais:

- Os organismos da administração pública recorrem à Análise Funcional;
- Os organismos públicos de arquivo e os consórcios de administração pública e biblioteca pública, entidade académica, organismo de arquivo público e biblioteca pública, e organismo público de arquivo e organismo não governamental não explicitam que estratégia e/ou abordagem utilizam.

No que se refere aos projetos cujo foco é a Memória de Unidade Territorial:

- As bibliotecas públicas recorrem somente à *Documentation Strategy*.

No que se refere aos projetos cujo foco é a Memória e Informação Científica:

- As entidades académicas recorrem predominantemente à *Documentation Strategy*, e só depois ao *Records Continuum*.
- O organismo privado recorre a um agregado de estratégias e/ou abordagens que integra a *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação.

No que se refere aos projetos cujo foco é a Representatividade da Sociedade:

- Os organismos da administração pública recorrem igualmente à *Documentation Strategy* e à História Digital;
- As entidades académicas recorrem principalmente ao Modelo participativo e, em segundo, a uma Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção, sendo que um dos projetos não explicita que estratégia e/ou abordagem utiliza;
- A organização não governamental recorre ao Modelo participativo;
- O consórcio de entidade académica, organismo de arquivo público, e organismos não-governamentais recorre ao Modelo participativo;
- O consórcio, que integra uma comunidade e um organismo não governamental, recorre à *Documentation Strategy*;
- O arquivo privado não explicita que estratégia e/ou abordagem utiliza.

No que se refere aos projetos cujo foco é a Tipologia de Informação:

- O organismo público de arquivo e o consórcio composto por Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica não explicitam que estratégia e/ou abordagem utilizam.

Tendo em conta os dados relativos às perceções sobre as consequências e resultados dos projetos, verifica-se que o foco orientado para a Representatividade da Sociedade tem quase o dobro dos projetos com sucesso positivo do que o foco Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação, apesar ter quase metade do número dos projetos deste último foco. A maioria dos projetos percecionados com sucesso positivo tem como foco a Representatividade da Sociedade e refere-se à estratégia e/ou abordagem do modelo participativo, sendo secundados pelos projetos que recorrem à *Documentation Strategy* (em *ex-aequo* com o número de projetos que não identificam estratégia e/ou abordagem), e finalmente um único projeto que recorre à História Digital, e outro, que também é o único que se sustenta na Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção. O segundo foco com mais projetos posicionados com sucesso positivo é o das Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação, sendo que a maioria não identifica a estratégia e/ou abordagem e os restantes projetos distribuem-se pela Análise Funcional, a *Documentation Plan* e a Tipologia Documental. O terceiro foco com projetos considerados como tendo sucesso positivo centra-se nas Infraestruturas Tecnológicas/Memória de

organismos governamentais, e os projetos distribuem-se pela análise funcional e pela não explicitação da estratégia e/ou abordagem. O quarto foco em número de projetos considerados como tendo sucesso positivo é o da Memória e Informação Científica, cuja maioria está orientada pela estratégia e/ou abordagem da *Documentation Strategy*, seguida do projeto que recorre ao agregado composto pela *Documentation Strategy* e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação. O último foco com projetos considerados como tendo sucesso positivo é o Tipologia de Informação, cujos dois projetos não explicitam a estratégia e/ou abordagem.

O Quadro 20 apresenta a síntese da informação sobre os projetos.

Quadro 20 – Síntese da Informação dos Projetos

Datas	Projeto	Foco	País	Instituição	Tipo de Entidade	Estratégia/Abordagem	Participantes
1961–1965	<i>History of Recent Physics</i>	Memória e Informação Científica	EUA	<i>American Institute of Physics (AIP)</i>	Entidade Académica	<i>Documentation Strategy</i>	Académicos
1969	Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção.	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Suécia	Arquivos Nacionais da Suécia; Arquivos Regionais de Estocolmo; Arquivos Regionais de Gothenburg; Arquivos Regionais de Hämösand; Arquivos Regionais de Lund; Arquivos Regionais de Östersund; Arquivos Regionais de Uppsala; Arquivos Regionais de Vadstena; Arquivos Regionais de Värmland; Arquivos Regionais de Visby	Organismo Público de Arquivo	Técnica de amostragem	Profissionais de Arquivo
1970s	Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres	Representatividade da Sociedade	EUA	Seção de Coleções Especiais da Universidade de Maryland	Entidade Académica	Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção	Equipa Multidisciplinar
A partir de 1980s	<i>Government-Wide Plan for the Disposition of Records</i>	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo	Macro-avaliação	Profissionais de Arquivo
1986–1988	<i>Seven States Project</i>	Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais	EUA	<i>Research Libraries Group</i>	Administração Pública e Biblioteca Pública	Não Identificado	Profissionais de Arquivo
1986–1988	<i>Documenting Western New York</i>	Memória de Unidade Territorial	EUA	<i>Western New York Library Resources Council (WNYLRC)</i>	Biblioteca Pública	<i>Documentation Strategy</i>	Equipa Multidisciplinar
1988–1990	<i>Government Records Project</i>	Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais	EUA	<i>Research Libraries Group</i>	Administração Pública e Biblioteca Pública	Não Identificado	Profissionais de Arquivo
1988–1990s	<i>Intergovernmental Records Program</i>	Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais	EUA	<i>National Archives and Records Administration e National Association of Government Archives and Records Administrators</i>	Organismo Público de Arquivo e Organismo não governamental	Não Identificado	Profissionais de Arquivo
1989–1991	<i>Documenting Metropolitan Milwaukee</i>	Memória de Unidade Territorial	EUA	<i>Library Council of Metropolitan Milwaukee (LCOMM)</i>	Biblioteca Pública	<i>Documentation Strategy</i>	Equipa Multidisciplinar
1989–2001	<i>Study of Multi-Institutional Collaborations</i>	Memória e Informação Científica	EUA	<i>American Institute of Physics Center for the History of Physics</i>	Entidade Académica	<i>Documentation Strategy</i>	Equipa Multidisciplinar
1991–2001 e seguintes	Projeto PIVOT	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Países Baixos	Arquivos Nacionais dos Países Baixos	Organismo Público de Arquivo	Macro-Avaliação e análise funcional	Profissionais de Arquivo
1992–2006	Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio.”	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Portugal	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo / Direção-Geral de Arquivos (DGARQ)	Organismo Público de Arquivo	Análise Funcional	Profissionais de Arquivo
1997	Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos	Representatividade da Sociedade	Austrália	Archives Working Group of the Cultural Ministers Council	Administração Pública	<i>Documentation Strategy</i>	Profissionais de Arquivo

Datas	Projeto	Foco	País	Instituição	Tipo de Entidade	Estratégia/Abordagem	Participantes
1997	<i>Postal History Project</i>	Tipologia de Informação	EUA	Arquivo Estadual da Carolina do Norte	Organismo Público de Arquivo	Não Identificado	Não Identificado
A partir de 2000	<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>	Representatividade da Sociedade	EUA	Comunidade LGBT (ligações ao <i>Chicago Theological Seminary</i>)	Comunidade e Organismo Não-Governamental	<i>Documentation Strategy</i>	Equipa Multidisciplinar
2001	Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	EUA	<i>Medical Heritage Center (MHC), Prior Health Sciences Library, The Ohio State University</i>	Entidade Académica	Não identificado	Profissionais de Arquivo
2001	<i>September 11th Digital Archive</i>	Representatividade da Sociedade	EUA	<i>City University of New York Graduate Center e George Mason University</i>	Entidade Académica	Modelo Participativo	Equipa Multidisciplinar
2002	<i>Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project.</i>	Tipologia de Informação	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i> e o Departamento de Estudos Ambientais da Universidade de Victoria	Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica	Não identificado	Equipa Multidisciplinar
2002	Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa	Representatividade da Sociedade	Finlândia	<i>Labour Archives (Työväen Arkisto, archive for the Social Democratic Party and labour unions)</i>	Instituição de Arquivo Privada	Não identificado	Equipa Multidisciplinar
2002–2004	<i>Re-engineering of the government records disposition program</i>	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo	Macro-avaliação	Profissionais de Arquivo
2002–2004	<i>Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide;</i>	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo	Macro-avaliação	Profissionais de Arquivo
2002–2004	Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – Multi-Institutional Disposition Authority;	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo	Macro-avaliação	Profissionais de Arquivo
2002-2006	Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Internacional	Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	Entidade Académica	Tipologia Documental	Equipa Multidisciplinar
2003-2004	<i>NAA macroappraisal project</i>	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Austrália	<i>National Archives of Australia</i>	Organismo Público de Arquivo	Macro-avaliação	Equipa Multidisciplinar
2004-2010	<i>ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>	Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais	EUA	<i>University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC), em parceria com o Online Computer Library Center (OCLC), Arizona State Library and Archives, Connecticut State Library, Illinois State Library, North Carolina State Library, Wisconsin State Library, Tufts University Perseus Project, Michigan State University Library.</i>	Entidade Académica, Organismo Público de Arquivo e Biblioteca Pública	Não identificado	Equipa Multidisciplinar

Datas	Projeto	Foco	País	Instituição	Tipo de Entidade	Estratégia/Abordagem	Participantes
2004	Estudo de sítios web de organizações estudantis	Representatividade da Sociedade	EUA	<i>University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC)</i>	Entidade Académica	Não identificado	Profissionais de Arquivo
2004	Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Reino Unido	<i>National Patient Safety Agency</i>	Administração Pública	Análise Funcional	Profissionais de Arquivo
2004	<i>Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory' project (T&T Project) / Koorie Archiving System</i>	Representatividade da Sociedade	Austrália	<i>Monash University; Public Record Office of Victoria, Koorie Heritage Trust Inc., Victorian Koorie Records Taskforce, Australian Society of Archivists, Indigenous Issues Special Interest Group</i>	Entidade Académica, Organismo Público de Arquivo, Organismos não-Governamentais	Modelo Participativo	Equipa Multidisciplinar
2005-2010	Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo	Macro-avaliação	Profissionais de Arquivo
2007	Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	União Europeia	Banco Central Europeu	Organismo Internacional	Modelo Participativo	Equipa Multidisciplinar
2007	Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	EUA	<i>Central Upper Peninsula and Northern Michigan University Archives</i>	Entidade Académica	<i>Documentation Plan (Análise Funcional)</i>	Profissionais de Arquivo
2007	<i>Hub – digital human rights archives</i>	Representatividade da Sociedade	Internacional	<i>Witness</i>	Organismo não governamental	Modelo Participativo	Equipa Multidisciplinar
2007-2009	<i>The South Asian Web</i>	Representatividade da Sociedade	EUA	Universidade da Califórnia	Entidade Académica	Modelo Participativo	Equipa Multidisciplinar
2008	<i>Legacy E-records pilot project</i>	Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais	Canadá	Arquivos do Ontário	Organismo Público de Arquivo	Não identificado	Profissionais de Arquivo
2008	<i>“A Story Like No Other”</i>	Representatividade da Sociedade	EUA	<i>Louisiana Office of Tourism</i>	Administração Pública	História Digital	Equipa Multidisciplinar
2010	<i>International Social Science Risk Database (ISSRD)</i>	Memória e Informação Científica	Austrália	Universidade of Melbourne	Entidade Académica	Records Continuum	Equipa Multidisciplinar
2010	<i>Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC).</i>	Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais	Canadá	Município de Vancouver	Administração Pública	Análise Funcional	Equipa Multidisciplinar
2010	<i>Library's Collecting Genomics project</i>	Memória e Informação Científica	Reino Unido	Fundação Wellcome	Organismo Privado	Documentation Strategy e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação	Profissionais de Arquivo
2010	Revisão da Metodologia de Macro-avaliação	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Organismo Público de Arquivo	Macro-avaliação	Profissionais de Arquivo

Datas	Projeto	Foco	País	Instituição	Tipo de Entidade	Estratégia/Abordagem	Participantes
2011-2015	Projeto QADEP	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Suíça	<i>Geneva Business School; Swiss Federal Archives, Archives of the State of Geneva and Archives of the State of Wallis</i>	Organismo Público de Arquivo e Entidade Acadêmica	Não identificado	Acadêmicos
2012-2019	Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e <i>big data</i>	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	Internacional	Projeto InterPARES	Entidade Acadêmica	Análise Funcional	Acadêmicos
2013	<i>Open Data Project</i>	Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais	Espanha	Município de Girona	Administração Pública	Análise Funcional	Equipa Multidisciplinar
2013-2014	Projeto para avaliação de e-mails	Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação	EUA	Museu no nordeste dos EUA - Não identificado	Organismo Privado	Abordagem de Rede Social	Acadêmicos

FONTE – Elaboração própria (2020), baseado em Allen (1992, 1997), Anderson (2005), Australian Research Council Linkage (2008), Bailey (2006, 2013), Beaven (2005), Beneito Arias (2008), Caron e Brown (2013), Casellas Serra (2014), Caswell (2009), Cocciolo (2016a), Cox (1989), Cunningham (2014), Cunningham & Oswald (2005), Daniel (2010), Delaney (2008), Dixon (2005), Ericson (1997), Evans (1986), Fidalgo & Ucha (2006), Fortier (2005), Hackman e Warnow-Blewett (1987), Iacovino (2015), Jonker (2005), Kaczmarek (2007), King (1964), Levi (2011), Loewen (2005b, 2005a, 2006), Makhlouf Shabou (2011a, 2011b, 2015), Malkmus (2008), Man (2010), McCarthy et al. (2011), McDonald & Léveillé (2014), Mumma et al. (2011), Novara (2013), Oliver, Kim, e Ross (2008), Oliver, Ross, Guercio, e Pala (2008), Prom e Swain (2007), Rhee (2011, 2016), Roberts (2007), Robyns e Woolman (2011), Ruller (1992), Rydén (2014), Shilton e Srinivasan (2007), Sloyan (2016), Srinivasan e Shilton (2006), Sternfeld (2011), Taavetti (2016), Thorpe (2001), Warnow-Blewett et al. (2001), Wiener (2008), Williams et al. (1997).

6. RESULTADOS (II):

INVESTIGAÇÃO SOBRE A AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE INFORMAÇÃO ELETRÓNICA: ANÁLISE TENDENCIAL

Este capítulo pretende identificar os principais autores e perfis e contrastar as suas perceções e significados acerca da avaliação da informação de arquivo eletrónica que emergiram da análise dos dados da amostra, dando cumprimento ao quarto objetivo específico deste estudo.

6.1. Perfil dos Autores Envolvidos na Avaliação Arquivística de Informação Eletrónica

6.1.1. Distribuição dos Autores por País

Os dados sobre as procedências dos autores e a sua ocupação profissional foram retirados dos textos que foram analisados e que se faziam acompanhar de nota biográfica, das notas biográficas dos autores que existiam nos sítios *web* das publicações periódicas e/ou das associações profissionais, que editam essas publicações, dos *curricula vitae* disponíveis nos sítios *web* das entidades de ensino superior onde desenvolvem a sua atividade académica, dos *curricula vitae* existentes na plataforma *LinkedIn*, e ainda na monografia *Encyclopedia of Archival Writers, 1515-2015*, de Duranti e Franks (2019). A menos que seja explicitado o contrário, a informação refere-se ao momento da autoria do(s) texto(s).

Da amostra dos setenta e sete textos utilizados para esta parte da investigação, identificam-se 84 autores, referentes aos quais se apresenta o Quadro-Síntese no Apêndice 9.

Os dados acerca da distribuição dos autores por país no momento da autoria dos textos surgem plasmados na Tabela 37.

Tabela 37 – Distribuição dos Autores por País

País	Autores por País	Número de Autores por país	Porcentagem de autores por país
África do Sul/Zimbabué	Francis Garaba	1	1,19%
Alemanha	Isabel Taylor	4	4,76%
	Leena Fritzsche		
	Paloma Beneito Arias		
	Robert Kretschmar		
Austrália	Adelaide Parr	8	9,52%
	Adrian Cunningham		
	Anne Picot		
	Anne-Marie Condé		
	Cassie Findlay		
	Kate Cumming		
	Livia Iacovino		
	Michael Jones		
Botswana	Nathan Mnjama	1	1,19%
Canadá	Barbara L. Craig	26	30,95%
	Bill Waiser		
	Candace Loewen		
	Catherine A. Bailey		
	Charles Levi		
	Christian Lacombe		
	Claude Meunier		
	Courtney C. Mumma		
	Daniel J. Caron		
	Diane Baillargeon		
	Erik A. Moore		
	Glenn Dingwall		
	Jason Woolman		
	Jill Delaney		
	John McDonald		
	Jordan Bass		
	Kerry Badgley		
	Lara Mancuso		
Mireille Lebeau			
Raymond O. Frogner			
Richard Brown			

País	Autores por País	Número de Autores por país	Percentagem de autores por país
	Seamus Ross		
	Sue Bigelow		
	Sylvian Senécal		
	Terry Cook		
	Valerie Léveillé		
Coreia do Sul	Hea Lim Rhee	2	2,38%
	Eunha Youn		
Espanha	Lluís Esteve Casellas Serra	1	1,19%
Estados Unidos	Anthony Cocciolo	22	26,19%
	Christopher J. Prom		
	Dominique Daniel		
	Doris J. Malkmus		
	Eliot Wilczek		
	Elizabeth Snowden Johnson		
	Ellen D. Swain		
	Gerald Chaudron		
	Heather Soyka		
	Joanne Kaczmarek		
	Joshua Sternfeld		
	Katie Shilton		
	Kit Hughes		
	Larry Hackman		
	Marcus C. Robyns		
	Mark A. Greene		
	Matt Gorzalski		
	Max J. Evans		
	Michelle Caswell		
Peter J. Roberts			
Ramesh Srinivasan			
Sara White			
Finlândia	Riika Taavetti	1	1,19%
Nova Zelândia	Gillian Oliver	3	3,57%
	John Roberts		
	Mark Crookston		
Portugal	Maria José Fidalgo	2	2,38%
	Paula Ucha		
Reino Unido	Caroline Williams	10	11,9%
	Elizabeth Man		
	Geoffrey Yeo		
	Michael Cook		
	Natalie Ceeney		
	Nicole Convery		
	Rachel Anchor		

País	Autores por País	Número de Autores por país	Percentagem de autores por país
	Valerie Johnson		
	Victoria Sloyan		
	Yunhyong Kim		
Suécia	Reine Rydén	1	1,19%
Suíça	Andreas Kellerhals	2	2,38%
	Basma Makhoulf Shabou		
Total Geral		84	100%

FONTE – Elaboração própria (2020)

É possível verificar que, a maioria dos autores é canadiano (30,95%, quase um terço dos autores), seguida dos Estados Unidos (26,19%, pouco mais de um quarto dos autores), Reino Unido (11,9%, mais de um décimo dos autores), Austrália (9,52%, pouco menos de um décimo dos autores). Na lista dos países com mais de um autor, também se incluem a Alemanha, a Nova Zelândia, a Coreia do Sul, Portugal e a Suíça. De notar que dois autores da Alemanha exerciam, na altura, funções no Banco Central Europeu, situado em Frankfurt (Leena Fritzke e Paloma Beneito Arias). Nas situações específicas dos países em que nos apareceu somente um texto publicado por apenas um autor, indica-se uma investigadora universitária finlandesa (Riikka Taavetti), um investigador universitário sueco (Reine Rydén), um profissional de arquivo espanhol (Lluís Casellas Serra), um docente universitário do Botswana (Nathan Mnjama), e um docente universitário no Zimbabué, que produziu o artigo enquanto aluno de doutoramento numa universidade da África do Sul (Francis Garaba).

6.1.2. Ocupação Profissional

Os dados relativos à ocupação profissional dos autores encontram-se na Tabela 38.

Tabela 38 – Ocupação dos Autores

Ocupação	Nome do Autor	Número de Autores	Percentagem de Autores
Consultor Independente	John McDonald	1	1,19%
Curador	Anne-Marie Condé	1	1,19%
Diretor de Empresa	Christian Lacombe	1	1,19%
Docente do Ensino Superior	Anthony Cocciolo	16	19,05%
	Barbara L. Craig		
	Basma Makhlouf Shabou		
	Bill Waiser		
	Caroline Williams		
	Eunha Youn		
	Geoffrey Yeo		
	Gerald Chaudron		
	Gillian Oliver		
	Nathan Mnjama		
	Peter J. Roberts		
	Ramesh Srinivasan		
	Reine Rydén		
	Seamus Ross		
Sylvian Sénécal			
Terry Cook			
Investigador Universitário	Hea Lim Rhee	6	7,14%
	Livia Iacovino		
	Michael Cook		
	Riika Taavetti		
	Valerie Johnson		
	Yunhyong Kim		
Profissional de Arquivo / Gestão Documental	Adelaide Parr	43	51,19%
	Adrian Cunningham		
	Andreas Kellerhals		
	Anne Picot		
	Candace Loewen		
	Cassie Findlay		
	Catherine A. Bailey		
	Charles Levi		
	Courtney C. Mumma		
	Daniel J. Caron		
	Diane Baillargeon		
	Doris J. Malkmus		
	Elizabeth Man		
	Erik A. Moore		
	Glenn Dingwall		
	Isabel Taylor		
Jason Woolman			
Jill Delaney			

Ocupação	Nome do Autor	Número de Autores	Porcentagem de Autores
	Joanne Kaczmarek		
	John Roberts		
	Jordan Bass		
	Kate Cumming		
	Kerry Badgley		
	Larry Hackman		
	Leena Fritzke		
	Lluís Esteve Casellas Serra		
	Maria José Fidalgo		
	Mark A. Greene		
	Mark Crookston		
	Matt Gorzalski		
	Max J. Evans		
	Michael Jones		
	Mireille Lebeau		
	Natalie Ceeney		
	Nicole Convery		
	Paloma Beneito Arias		
	Paula Ucha		
	Raymond O. Frogner		
	Richard Brown		
Robert Kretzschmar			
Sara White			
Sue Bigelow			
Victoria Sloyan			
Profissional de Biblioteca	Dominique Daniel	1	1,19%
Investigador Universitário / Estudante de Doutorado	Rachel Anchor	1	1,19%
Estudante (Mestrado ou Doutorado)	Elizabeth Snowden Johnson	5	5,95%
	Katie Shilton		
	Lara Mancuso		
	Michelle Caswell		
	Valerie Léveillé		
Docente Universitário / Estudante de Doutorado	Francis Garaba	2	2,38%
	Heather Soyka		
Profissional de Arquivo / Estudante de Doutorado	Eliot Wilczek	2	2,38%
	Kit Hughes		
Profissional de Gestão de Informação	Claude Meunier	1	1,19%
Docente Universitário / Profissional de arquivo	Christopher J. Prom	3	3,57%
	Ellen D. Swain		
	Marcus C. Robyns		
Dirigente de Programas de Bolsas	Joshua Sternfeld	1	1,19%
Total Geral		84	100%

FONTE – Elaboração própria (2020).

Estes dados permitem verificar que 21 autores exerciam a docência universitária (25%), sendo que três desses acumulavam também atividade como profissionais de arquivo (14,29% desses professores universitários e 3,57% dos autores abordados, correspondendo a Christopher Prom, Marcus C. Robyns e Ellen D. Swain), e outros dois eram também estudantes de doutoramento (9,52% desses professores universitários e 2,38% dos autores abordados, correspondendo a Francis Garaba e Heather Soyka). Ainda dentro do universo académico, refere-se a existência de sete Investigadores (8,33%), uma delas também estudante de doutoramento (14,29% desses investigadores, correspondendo a Rachel Anchor) e sete estudantes de doutoramento ou mestrado, dois deles igualmente profissionais de arquivo (28,57% desses estudantes, correspondendo a Kit Hughes e Eliot Wilczek, sendo que um deles exerce funções de Diretor das coleções e arquivos digitais). Assim, verifica-se que o número total de autores que é estudante ascende a dez (11,9% dos autores abordados).

Para além dos autores anteriormente mencionados como também acumulando funções de profissionais de arquivo, fazem parte do universo dos restantes 45 profissionais de Informação (53,57% dos autores abordados), uma profissional de biblioteca (Dominique Daniel) e um profissional de gestão de informação (Claude Meunier, com o cargo de Diretor de Projetos), sendo os restantes 43 profissionais de arquivo (51,19%). Este último grupo inclui profissionais que trabalham não só em instituições de arquivo, mas também em unidades orgânicas com funções de gestão documental, desde cargos técnicos juniores até cargos séniores, incluindo-se neste grupo autores como Catherine Bailey, Diane Baillargeon, Richard Brown, Daniel Caron, Natalie Ceeney, Mark Crookston, Kate Cumming, Adrian Cunningham, Max J. Evans, Cassie Findlay, Matt Gorzalski, Andreas Kellerhals, Robert Kretschmar, para além de um profissional de arquivo sénior reformado (Larry Hackman), correspondendo a 16,67% dos autores abordados e a 32,56% dos autores identificados como exercendo somente funções de profissional de arquivo no momento da autoria). Juntamente com os autores, que exercem outra atividade para além de profissional de arquivo, são contabilizados 48 autores com esta ocupação, correspondendo a 57,14% dos autores abordados neste capítulo.

Para além destes, surge uma autora, que exerce funções de curadora de museu (Anne-Marie Condé), um Diretor de uma empresa da área do património documental (Christian Lacombe), um consultor independente (John McDonald) e um autor com funções de dirigente de programas de bolsas para a área das Humanidades (Joshua Sternfeld). Cada um destes autores corresponde a 1,19%.

6.1.3. Distribuição dos Autores por Organismos e Entidades

Importa também saber onde os autores exercem funções, e que tipos de organismo. Essa informação é disponibilizada na Tabela 39.

Tabela 39 – Distribuição dos Autores por Organismo, por Tipo de Entidade

Organismos	Autores	País	Número de Autores	Porcentagem de Autores
Agência Governamental			3	3,37%
Agência Governamental para a Indústria Canadiana	Claude Meunier	Canadá	1	1,12%
Agência Governamental para a Segurança dos Doentes	Elizabeth Man	Reino Unido	1	1,12%
Conselho de Investigação Médica	Nicole Convery	Reino Unido	1	1,12%
Centro de Investigação			2	2,25%
Centro de Investigação de Filme e Teatro do Wisconsin	Kit Hughes	Estados Unidos	1	1,12%
Instituto de Ciência e Tecnologia da Informação da Coreia	Hea Lim Rhee	Coreia do Sul	1	1,12%
Entidade de governo de comunidade autóctone			1	1,12%
<i>Musqueam Indian Band</i> (Primeira Nação Musqueam)	Jason Woolman	Canadá	1	1,12%
Independente			1	1,12%
Consultor	John McDonald	Canadá	1	1,12%
Organismo Privado			2	2,25%
Coleções Lacombe	Christian Lacombe	Canadá	1	1,12%
Fundação Wellcome	Victoria Sloyan	Reino Unido	1	1,12%
Organismo Público do Património Histórico e Cultural			3	3,37%
<i>Kansas State Historical Society</i>	Matt Gorzalski	Estados Unidos	1	1,12%
Museu Nacional da Austrália	Anne-Marie Condé	Austrália	1	1,12%
Museu Real da Colúmbia Britânica	Raymond O. Frogner	Canadá	1	1,12%
Parceria Pública e Privada do Património Histórico e Cultural			1	1,12%
Sociedade Histórica do Wisconsin	Sara White	Estados Unidos	1	1,12%
Organismo Público Independente			1	1,12%
<i>National Endowment for the Humanities</i> (NEH)	Joshua Sternfeld	Estados Unidos	1	1,12%
Organismo Público Local			4	4,49%
Município de Girona	Lluís Esteve Casellas Serra	Espanha	1	1,12%
Município de Vancouver	Courtney C. Mumma	Canadá	3	3,37%
	Glenn Dingwall	Canadá		
	Sue Bigelow	Canadá		
Organismos públicos ligados à área de arquivo e biblioteca			23	25,84%
Arquivos da Nova Zelândia	John Roberts	Nova Zelândia	1	1,12%
Arquivos do Estado de Baden-Württemberg	Robert Kretschmar	Alemanha	1	1,12%
Arquivos do Ontário	Charles Levi	Canadá	1	1,12%
Arquivos Estaduais da Nova Gales do Sul	Kate Cumming	Austrália	1	1,12%
Arquivos Estaduais de Nova Iorque	Larry Hackman	Estados Unidos	1	1,12%
Arquivos Estaduais de Queensland	Adrian Cunningham	Austrália	1	1,12%

Organismos	Autores	País	Número de Autores	Percentagem de Autores
Arquivos Federais Suíços	Andreas Kellerhals	Suíça	1	1,12%
Arquivos Gerais Estaduais de Karlsruhe	Isabel Taylor	Alemanha	1	1,12%
Arquivos Nacionais	Natalie Ceeney	Reino Unido	1	1,12%
Autoridade para a Documentação Estadual da Nova Gales do Sul	Cassie Findlay	Austrália	1	1,12%
<i>Library and Archives Canada</i>	Candace Loewen	Canadá	6	6,74%
	Catherine A. Bailey			
	Daniel J. Caron			
	Jill Delaney			
	Kerry Badgley			
Biblioteca e Arquivos do Quebeque	Mireille Lebeau	Canadá	1	1,12%
Biblioteca Nacional da Nova Zelândia - Biblioteca Alexander Turnbull	Mark Crookston	Nova Zelândia	1	1,12%
Biblioteca Presidencial de Harry Truman	Larry Hackman	Estados Unidos	1	1,12%
Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo	Maria José Fidalgo	Portugal	2	2,25%
	Paula Ucha			
<i>National Historical Publications and Records Commission (NHPRC)</i>	Larry Hackman	Estados Unidos	2	2,25%
	Max J. Evans			
Organismos Supranacionais			2	2,25%
Banco Central Europeu	Leena Fritzke	Alemanha (União Europeia)	2	2,25%
	Paloma Beneito Arias			
Universidade			46	51,69%
Escola Superior de Gestão - Génova	Basma Makhlof Shabou	Suíça	1	1,12%
Instituto Pratt	Anthony Cocciolo	Estados Unidos	1	1,12%
Simmons College	Eliot Wilczek	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA)	Katie Shilton	Estados Unidos	2	2,25%
	Ramesh Srinivasan			
Universidade da Colúmbia Britânica	Lara Mancuso	Canadá	2	2,25%
	Valerie Léveillé			
Universidade de Cambridge	Valerie Johnson	Reino Unido	1	1,12%
Universidade de Helsínquia	Riika Taavetti	Finlândia	1	1,12%
Universidade de Ilinoís (Urbana-Champaign)	Christopher J. Prom	Estados Unidos	3	3,37%
	Ellen D. Swain			
	Joanne Kaczmarek			
Universidade de KwaZulu-Natal	Francis Garaba	África do Sul	1	1,12%
Universidade de Leicester	Rachel Anchor	Reino Unido	1	1,12%
Universidade de Liverpool	Caroline Williams	Reino Unido	2	2,25%
	Michael Cook			
Universidade de Londres (<i>University College London - UCL</i>)	Geoffrey Yeo	Reino Unido	1	1,12%
Universidade de Manitoba	Jordan Bass	Canadá	2	2,25%
	Terry Cook			
Universidade de Melbourne	Adelaide Parr	Austrália	2	2,25%
	Michael Jones			
Universidade de Montréal	Diane Baillargeon	Canadá	1	1,12%

Organismos	Autores	País	Número de Autores	Porcentagem de Autores
Universidade de Oakland, Michigan	Dominique Daniel	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade de Pittsburg	Heather Soyka	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade de Saskatchewan	Bill Waiser	Canadá	1	1,12%
Universidade de Sydney	Anne Picot	Austrália	1	1,12%
Universidade de Toronto	Barbara L. Craig	Canadá	2	2,25%
	Seamus Ross			
Universidade de Uppsala	Reine Rydén	Suécia	1	1,12%
Universidade de Wellington	Gillian Oliver	Austrália	1	1,12%
Universidade de Wisconsin-Madison	Kit Hughes	Estados Unidos	2	2,25%
	Michelle Caswell			
Universidade do Botswana	Nathan Mnjama	Botswana	1	1,12%
Universidade do Minnesota	Erik A. Moore	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade do Norte do Michigan	Marcus C. Robyns	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade do Wyoming	Mark A. Greene	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade Estadual da Geórgia	Peter J. Roberts	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade Estadual da Pensilvânia	Doris J. Malkmus	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade Estadual de Midlands	Francis Garaba	Zimbabué	1	1,12%
Universidade Estadual do Mississippi	Gerald Chaudron	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade Estadual Middle Tennessee	Elizabeth Snowden Johnson	Estados Unidos	1	1,12%
Universidade Hankuk de Estudos Externos	Eunha Youn	Coreia do Sul	1	1,12%
Universidade Laval	Sylvian Senécal	Canadá	1	1,12%
Universidade Monash	Livia Iacovino	Austrália	1	1,12%
Universidade Robert Gordon	Yunhyong Kim	Reino Unido	1	1,12%
Universidade Tufts	Eliot Wilczek	Estados Unidos	1	1,12%
Total Geral			89	100%

FONTE – Elaboração própria (2020)

Nestes dados apresentados, é preciso dar conta de que três entidades (*National Historical Publications and Records Commission* (NHPRC), Arquivos Estaduais de Nova Iorque, Biblioteca Presidencial de Harry Truman) compreendem as instituições onde Larry Hackman desenvolveu a sua atividade antes de se reformar, e que três autores apresentam ligações a duas instituições cada um, por estudarem e trabalharem em entidades diferentes, a saber: Francis Garaba estudava na Universidade de KwaZulu-Natal na África do Sul e era docente na Universidade Estadual de Midlands no Zimbabué; Kit Hughes era profissional de arquivo no Centro de Investigação de Filme e Teatro do Wisconsin e estudava Universidade do Wisconsin – Madison, nos Estados Unidos; Eliot Wilczek era profissional de arquivo na Universidade Tufts e estudante no *Simmons College*, nos Estados Unidos.

Verifica-se, assim, que mais de metade dos autores em questão exercia atividade numa entidade de ensino superior (51,69%), e que ligeiramente mais de um quarto desempenhava funções em Organismos públicos ligados à área de arquivo e biblioteca (25,84%). A entidade que albergava mais autores era a *Library and Archives Canada* (6,74% dos autores abordados), e a entidade de ensino superior relativa a mais autores é a Universidade de Illinóis em Urbana-Champaign (3,37% dos autores em questão). Os tipos de entidade com um só autor são os seguintes: Entidade de governo de comunidade autóctone (*Musqueam Indian Band* com Jason Woolman); Entidade Independente (o Consultor John McDonald); Parceria Pública e Privada do Património Histórico e Cultural (Sociedade Histórica do Wisconsin, com Sara White); e o Organismo Público Independente (*National Endowment for the Humanities* (NEH) com Joshua Sternfeld).

A informação sobre as setenta entidades em que os autores abordados desenvolvem as suas atividades encontra-se na Tabela 40, na qual se deve manter a consideração de que inclui três entidades em que Larry Hackman desenvolveu a sua atividade antes de se reformar, e de três autores que desenvolvem atividades profissionais em entidade diferente de onde estudam (Francis Garaba, Kit Hughes e Eliot Wilczek).

Estes dados permitem perceber que mais de metade das organizações são entidades de ensino Superior (52,86%), correspondendo os Organismos públicos ligados à área de arquivo e biblioteca a mais de um quinto das entidades abordadas (22,86%). Dois tipos de entidades incluem três organismos (as Agências Governamentais e Organismos Públicos do Património Histórico e Cultural), três tipos de entidades referem-se a dois organismos (Centros de Investigação, Organismos Privados, Organismos Públicos Locais) e cinco referem-se a um organismo (Parceria Pública e Privada do Património Histórico e Cultural, Organismo Supranacional, Organismo Público Independente, Independente, Entidade de governo de comunidade autóctone).

As Entidades de Ensino Superior são também as que abrangem a maioria das áreas territoriais-administrativas em apreço, apenas não sendo representada pela Alemanha, pela Espanha, pela Nova Zelândia, por Portugal e pela União Europeia. São seguidos pelos Organismos públicos ligados à área de arquivo e biblioteca, que só não têm representação na África do Sul, no Botswana, na Coreia do Sul, em Espanha, na Finlândia, na Suécia, no Zimbabué e na União Europeia.

Tabela 40 – Entidades por Tipo e País

		África do Sul	Alemanha	Austrália	Botswana	Canadá	Coreia do Sul	Espanha	Estados Unidos	Finlândia	Nova Zelândia	Portugal	Reino Unido	Suécia	Suíça	Zimbabué	União Europeia	Total Geral
Agência Governamental	(1)					1							2					3
	(2)					1,43%							2,86%					4,29%
	(3)					6,67%							22,22%					4,29%
	(4)					33,33%							66,67%					100%
Centro de Investigação	(1)						1		1									2
	(2)						1,43%		1,43%									2,86%
	(3)						50%		4,55%									2,86%
	(4)						50%		50%									100%
Entidade de governo de comunidade autóctone	(1)					1												1
	(2)					1,43%												1,43%
	(3)					6,67%												1,43%
	(4)					100%												100%
Independente	(1)					1												1
	(2)					1,43%												1,43%
	(3)					6,67%												1,43%
	(4)					100%												100%
Organismo Privado	(1)					1							1					2
	(2)					1,43%							1,43%					2,86%
	(3)					6,67%							11,11%					2,86%
	(4)					50%							50%					100%
Organismo Público do Património Histórico e Cultural	(1)			1		1			1									3
	(2)			1,43%		1,43%			1,43%									4,29%
	(3)			12,5%		6,67%			4,55%									4,29%
	(4)			33,33%		33,33%			33,33%									100%
Organismo Público Independente	(1)								1									1
	(2)								1,43%									1,43%
	(3)								4,55%									1,43%

		África do Sul	Alemanha	Austrália	Botswana	Canadá	Coreia do Sul	Espanha	Estados Unidos	Finlândia	Nova Zelândia	Portugal	Reino Unido	Suécia	Suíça	Zimbabué	União Europeia	Total Geral
	(4)								100%									100%
Organismo Público Local	(1)					1		1										2
	(2)					1,43%		1,43%										2,86%
	(3)					6,67%		100%										2,86%
	(4)					50%		50%										100%
Organismo Supranacional	(1)																1	1
	(2)																1,43%	1,43%
	(3)																100%	1,43%
	(4)																100%	100%
Organismos públicos ligados à área de arquivo e biblioteca	(1)		2	3		3			3		2	1	1		1			16
	(2)		2,86%	4,29%		4,29%			4,29%		2,86%	1,43%	1,43%		1,43%			22,86%
	(3)		100%	37,5%		20%			13,64%		100%	100%	11,11%		50%			22,86%
	(4)		12,5%	18,75%		18,75%			18,75%		12,5%	6,25%	6,25%		6,25%			100%
Parceria Pública e Privada do Património Histórico e Cultural	(1)								1									1
	(2)								1,43%									1,43%
	(3)								4,55%									1,43%
	(4)								100%									100%
Entidade do Ensino Superior	(1)	1		4	1	6	1		15	1			5	1	1	1		37
	(2)	1,43%		5,71%	1,43%	8,57%	1,43%		21,43%	1,43%			7,14%	1,43%	1,43%	1,43%		52,86%
	(3)	100%		50%	100%	40%	50%		68,18%	100%			55,56%	100%	50%	100%		52,86%
	(4)	2,7%		10,81%	2,7%	16,22%	2,7%		40,54%	2,7%			13,51%	2,7%	2,7%	2,7%		100%
(5)	1	2	8	1	15	2	1	22	1	2	1	9	1	2	1	1	70	
(6)	1,43%	2,86%	11,43%	1,43%	21,43%	2,86%	1,43%	31,43%	1,43%	2,86%	1,43%	12,86%	1,43%	2,86%	1,43%	1,43%	100%	

Legenda: (1) - Número de Entidades; (2) – Percentagem de Entidades; (3) – Percentagem de Entidades do País; (4) – Percentagem de Entidades por tipo (5) – Total das Entidades por país; (6) - Total da Percentagem de Entidades.

FONTE – Elaboração própria (2020)

Os tipos de entidade que são apenas representados num país ou unidade territorial-administrativa são as Parcerias Pública e Privada do Património Histórico e Cultural, os Organismos Supranacionais, os Organismos Públicos Independentes, as Entidades Independentes e as Entidades de governo de comunidade autóctone.

A maioria das entidades pertence aos Estados Unidos (31,43%, pouco menos de um terço), seguida do Canadá (21,43%, com mais de um quinto das entidades), do Reino Unido (12,86%, pouco mais de um oitavo das entidades), e da Austrália (11,43%, pouco mais de um décimo). Quatro países têm duas entidades indicadas (Alemanha, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Suíça) e oito países ou entidades territoriais têm apenas uma das entidades identificadas (África do Sul, Botswana, Espanha, Finlândia, Portugal, Suécia, Zimbabué, e União Europeia).

Assim, mais de um quinto das entidades abordadas corresponde a Entidades de Ensino Superior dos Estados Unidos (21,43%), seguidas das entidades de Ensino Superior canadianas, que correspondem a menos de um décimo das entidades em causa (8,57%), das Entidades de Ensino Superior do Reino Unido (7,14%) e das Entidades de Ensino Superior Australiana (5,71%). No seu conjunto, prececiona-se a preponderância das Entidades de Ensino Superior do mundo anglo-saxónico, que representam 42,86% das entidades abordadas.

O Canadá apresenta a maior abrangência em termos de tipos de entidade, uma vez que só não apresenta centros de investigação, Organismos públicos independentes, organismos supranacionais e Parcerias Públicas e Privadas do Património Histórico e Cultural. Neste aspeto, o país é secundado pelos Estado Unidos, com seis tipos diferentes de entidades, o Reino Unido com quatro, a Austrália com três, e a Coreia do Sul e a Suíça com dois tipos de organismo.

6.1.4. Distribuição dos Artigos pelas Revistas e por Ano

A informação sobre a distribuição pelas revistas científicas dos artigos utilizados nesta parte do estudo encontra-se na Tabela 41.

Tabela 41 – Distribuição dos Artigos pelas Revistas Científicas

Título dos Periódicos	Número de Artigos	Percentagem de Artigos
<i>African Journal of Library, Archives & Information Science</i>	1	1,3%
<i>American Archivist</i>	14	18,18%
<i>Archival Science</i>	13	16,88%
<i>Archivaria</i>	13	16,88%
<i>Archives and Manuscripts</i>	11	14,29%
<i>Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association</i>	3	3,9%
<i>Journal of Archival Organization</i>	3	3,9%
<i>Journal of the Society of Archivists</i>	2	2,6%
<i>Records Management Journal</i>	9	11,69%
<i>Archives : Bulletin de l'Association des archivistes du Québec</i>	5	6,49%
Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação	1	1,3%
<i>Archives: The Journal of the British Records Association</i>	1	1,3%
<i>Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists</i>	1	1,3%
Total Geral	77	100%

FONTE – Elaboração própria (2020)

Os dados apresentados permitem verificar que os artigos utilizados nesta parte do estudo foram publicados na sua maioria no *American Archivist* (18,18%), sendo a revista científica secundado *ex-aequo* pelo *Archival Science* e *Archivaria* (16,88%, cada), seguidos do *Archives and Manuscripts* (14,29%), *Records Management Journal* (11,69%) e pelo *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec* (6,49%).

De notar que o número de artigos utilizados nesta parte do estudo, têm origem neste último periódico, é igual à soma dos artigos que foram abordados nesta parte do estudo e que têm origem no *Journal of the Society of Archivists* e no *Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association*, uma vez que este último título substituiu o primeiro.

Os periódicos dos quais tem origem apenas um artigo utilizado nesta parte do estudo são o *African Journal of Library, Archives & Information Science*, o *Archives: The Journal of the British Records Association*, os *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, e o *Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists*.

A distribuição cronológica dos textos da amostra é indicada na Tabela 42.

Tabela 42 – Artigos por Ano

Ano	Número de Artigos	Percentagem de Artigos
2005	6	7,79%
2006	4	5,19%
2007	10	12,99%
2008	9	11,69%
2009	1	1,3%
2010	6	7,79%
2011	8	10,39%
2012	4	5,19%
2013	8	10,39%
2014	14	18,18%
2015	3	3,9%
2016	4	5,19%
Total Geral	77	100%

FONTE – Elaboração própria (2020)

Esta informação permite verificar que todos os anos da delimitação cronológica definida para a recolha dos dados estão representados pelo menos por um dos textos da amostra.

De notar que seis textos são de data anterior à delimitação cronológica, derivado da situação que se indicou na introdução deste capítulo sobre o texto de Candace Loewen (2005b, 2006).

O ano de 2014 apresenta-se como aquele em que foi publicado um maior número destes textos (18,18%, quase um quinto), secundado pelo número de textos de 2007 (12,99%), seguido do número de textos de 2008 (11,69%), e dos de 2011 em *ex-aequo* com 2013 (10,39%, cada). O ano 2009 é o que detém menos textos desta amostra (apenas um).

6.1.5. Distribuição dos Autores pelas Revistas e por Procedência

Seguem-se os dados referente aos autores abordados no universo das publicações utilizadas nesta parte do estudo, indicados na Tabela 43.

Tabela 43 – Número de Autores por Revista

Títulos dos Periódicos	Número de Autores	Porcentagem de Autores
<i>African Journal of Library, Archives & Information Science</i>	1	1,12%
<i>American Archivist</i>	18	20,22%
<i>Archival Science</i>	16	17,98%
<i>Archivaria</i>	16	17,98%
<i>Archives: The Journal of the British Records Association</i>	1	1,12%
<i>Archives : Bulletin de l'Association des archivistes du Québec</i>	5	5,62%
<i>Archives and Manuscripts</i>	12	13,48%
<i>Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association</i>	3	3,37%
Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação	2	2,25%
<i>Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists</i>	1	1,12%
<i>Journal of Archival Organization</i>	3	3,37%
<i>Journal of the Society of Archivists</i>	2	2,25%
<i>Records Management Journal</i>	9	10,11%
Total Geral	89	100%

FONTE – Elaboração própria (2020)

Estes dados permitem verificar que o *American Archivist* surge com mais autores no universo das publicações utilizadas nesta parte do estudo (20,22%), secundado em *ex-aequo* pelo *Archival Science* e pela *Archivaria* (17,98%), seguidos do *Archives and Manuscripts* (13,48%), do *Records Management Journal* (10,11%), do *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec* (5,62%), do *Journal of the Society of Archivists* (2,25%), depois chamado *Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association* (3,37%), do *Journal of Archival Organization* (3,37%), e dos *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* (2,25%). Os periódicos relativos a um só autor são o *African Journal of Library, Archives & Information Science* (correspondendo a Francis Garaba), o *Archives: The Journal of the British Records Association* (a autora Valerie Johnson), o *Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists* (o autor Nathan Mnjama). Estes valores têm de ser ponderados em consideração ao facto de alguns autores terem publicações utilizadas nesta parte do estudo em mais de uma revista, como é o caso de Daniel Caron, com publicações *American Archivist*, no *Archival Science* e no *Archivaria*, Richard Brown, que tem publicações no *American Archivist* e *Archivaria*, Terry Cook, com publicações no *Archival Science* e no *Journal of the Society of Archivists*, e Basma Makhoul Shabou, com publicações no

Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec e Records Management Journal.

A informação relativa às revistas por países de origem dos autores dos artigos é fornecida na Tabela 44.

Tabela 44 – Distribuição Geográfica dos Autores por Revista

Periódicos / País dos Autores	Número de Autores	Percentagem de Autores
African Journal of Library, Archives & Information Science	1	1,12%
África do Sul/Zimbabué	1	1,12%
American Archivist	18	20,22%
Canadá	3	3,37%
Estados Unidos	15	16,85%
Archival Science	16	17,98%
Alemanha	1	1,12%
Canadá	7	7,87%
Coreia do Sul	2	2,25%
Finlândia	1	1,12%
Nova Zelândia	2	2,25%
Reino Unido	2	2,25%
Suíça	1	1,12%
Archivaria	16	17,98%
Canadá	12	13,48%
Estados Unidos	3	3,37%
Reino Unido	1	1,12%
Archives: The Journal of the British Records Association	1	1,12%
Reino Unido	1	1,12%
Archives : Bulletin de l'Association des archivistes du Québec	5	5,62%
Canadá	4	4,49%
Suíça	1	1,12%
Archives and Manuscripts	12	13,48%
Alemanha	1	1,12%
Austrália	8	8,99%
Canadá	1	1,12%
Nova Zelândia	1	1,12%
Reino Unido	1	1,12%
Archives and Records	3	3,37%
Reino Unido	2	2,25%
Suécia	1	1,12%
Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação	2	2,25%
Portugal	2	2,25%

<i>Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists</i>	1	1,12%
Botswana	1	1,12%
<i>Journal of Archival Organization</i>	3	3,37%
Estados Unidos	3	3,37%
<i>Journal of the Society of Archivists</i>	2	2,25%
Canadá	1	1,12%
Reino Unido	1	1,12%
<i>Records Management Journal</i>	9	10,11%
Alemanha (União Europeia)	2	2,25%
Canadá	2	2,25%
Espanha	1	1,12%
Estados Unidos	1	1,12%
Reino Unido	2	2,25%
Suíça	1	1,12%
Total Geral	89	100%

FONTE – Elaboração própria (2020)

Esta informação permite constatar que a maioria dos artigos da *American Archivist* presentes na amostra estudada foi escrita por autores dos Estados Unidos (16,85%), incluindo um artigo cuja autoria foi partilhada entre um autor dos Estados Unidos e outro do Canadá (Marcus C. Robyns e Jason Woolman, respetivamente), sendo a exceção um artigo escrito por dois autores canadianos (Richard Brown e Daniel Caron). O *Archival Science* tem uma maioria de autores canadianos (7,87%), sendo que um partilha a autoria com um autor suíço (Daniel Caron e Andreas Kellerhals) e outro partilha a autoria com uma autora neozelandesa e outra do Reino Unido (respetivamente, Seamus Ross, Gillian Oliver e Yunhyong Kim), para além de duas autoras sul coreanas, um autor alemão (Robert Kretzschmar), uma autora finlandesa (Riika Taavetti), um autor neozelandês (John Roberts), e um autor do Reino Unido (Geoffrey Yeo). O *Archivaria* conta com uma maioria de autores canadianos (13,48%), seguidos de autores dos Estados Unidos (3,37%) e uma do Reino Unido (Caroline Williams). Mais de metade dos autores dos artigos abordados e que são publicados no *Archives and Manuscripts* são australianos (8,99%), havendo também uma autora alemã (Isabel Taylor), uma canadiana (Lara Mancuso), um neozelandês (Mark Crookston), e uma do Reino Unido (Nicole Convery). O *Records Management Journal* tem dois autores de uma instituição europeia (Banco Central Europeu) situada na Alemanha, dois autores Canadianos, dois autores do Reino Unido, um autor espanhol (Lluís Casellas Serra), um dos Estados Unidos (Anthony Cociolo), e uma autora oriunda da suíça (Basma Makhoulf Shabou). Esta autora é a única não canadiana que nos surge com publicações no

Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec, sendo as restantes autoras do Canadá (4,49%). O *Journal of the Society of Archivists*, depois chamado *Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association* apresenta uma maioria de autores do Reino Unido (1,12% e 2,25%, respetivamente), um do Canadá (Terry Cook) e um da Suécia (Reine Rydén). O *Journal of Archival Organization* apresenta somente autores dos Estados Unidos (3,37%), os *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* somente autoras portuguesas (2,25%), o *African Journal of Library, Archives & Information Science* apresenta um autor do Zimbabué, mas que era estudante de doutoramento na África do Sul (Francis Garaba), o *Archives: The Journal of the British Records Association* surge com uma autora do Reino Unido (Valerie Johnson), e o *Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists* com um autor do Botswana (Nathan Mnjama). O periódico *Archival Science* é o que detém artigos da amostra de uma maior variedade geográfica de autores, sendo seguido pelo *Records Management Journal*. As revistas que apenas têm artigos da amostra oriundos de um só país incluem, para além dos periódicos que contabilizam um só autor da amostra, os *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* e o *Journal of Archival Organization*. Reitera-se que estes valores têm de ser ponderados em consideração ao facto de alguns autores terem publicações utilizadas nesta parte do estudo em mais de uma revista: três canadianos, como é o caso de Daniel Caron, com publicações no *American Archivist*, no *Archival Science* e no *Archivaria*, Richard Brown, que tem publicações no *American Archivist* e no *Archivaria*, Terry Cook, com publicações no *Archival Science* e no *Journal of the Society of Archivists*; e a suíça Basma Makhlof Shabou, com publicações no *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec* e no *Records Management Journal*.

6.1.6. Autores Mais Frequentes: Produção e Perfil

A informação sobre os autores abordados com mais de um artigo da amostra utilizada nesta parte do estudo e também sobre os artigos com mais de um autor surge no Quadro 21.

Estes dados permitem perceber que os autores com mais artigos, que nos surgem para esta parte do estudo, são Daniel J. Caron (três artigos), sendo que Catherine Bailey, Richard Brown, Anthony Cociolo, Terry Cook, Barbara L. Craig e Basma Makhlof Shabou surgem com dois artigos cada um. Deste conjunto de autores, verifica-se que

Catherine Bailey, Anthony Cocciolo, Terry Cook, Barbara L. Craig e Basma Makhoulf Shabou apresentam mais autorias individuais, e o autor com mais autoria partilhadas é Daniel Caron (três autorias partilhadas), que partilha dois artigos com Richard Brown (que perfaz assim duas autorias partilhadas) e um com Andreas Kellerhals.

Quadro 21 – Autores com Mais de Um Artigo

Autores	Título do Artigo	Ano	Publicação
Catherine Bailey	Turning Macro-appraisal Decisions into Archival Holdings: Crafting Function-based Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records.	2006	<i>Archivaria</i>
Catherine Bailey	Past imperfect? reflections on the evolution of Canadian federal government records appraisal	2013	<i>Archivaria</i>
Daniel J. Caron e Richard Brown	The Documentary Moment in the Digital Age: Establishing New Value Propositions for Public Memory.	2011	<i>Archivaria</i>
Daniel J. Caron e Richard Brown	Appraising Content for Value in the New World: Establishing Expedient Documentary Presence	2013	<i>American Archivist</i>
Daniel J. Caron e Andreas Kellerhals	Archiving for self-ascertainment, identity-building and permanent self-questioning: archives between scepticism and certitude	2013	<i>Archival Science</i>
Anthony Cocciolo	Challenges to born-digital institutional archiving: the case of a New York art museum	2014	<i>Records Management Journal</i>
Anthony Cocciolo	Email as cultural heritage resource: appraisal solutions from an art museum context	2016	<i>Records Management Journal</i>
Terry Cook	Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000	2005	<i>Archival Science</i>
Terry Cook	‘We are what we keep; we keep what we are’: archival appraisal past, present and future	2011	<i>Journal of the Society of Archivists</i>
Barbara L. Craig	Setting the Students’ Bearings and Balance in Appraisal	2005	<i>Archival Science</i>
Barbara L. Craig	Doing archival appraisal in Canada. results from a postal survey of practitioners’ experiences, practices, and opinions	2007	<i>Archival Science</i>
Basma Makhoulf Shabou	Étude sur la définition et la mesure des qualités des archives définitives issues d’une évaluation	2011	<i>Archives: Bulletin de l’Association des archivistes du Québec</i>
Basma Makhoulf Shabou	Digital diplomatics and measurement of electronic public data qualities.	2015	<i>Records Management Journal</i>

FONTE – Elaboração própria (2020)

De referir que dois artigos têm autoria partilhada por três autores, correspondendo um a Kim Yonhyong, Gillian Oliver e Seamus Ross, e outro a Sue Bigelow, Glenn Dingwall e Courtney C. Mumma. Outras partilhas contam-se entre Kerry Badgley e Claude Meunier, Kate Cumming e Anne Picot, Maria José Fidalgo e Paula Ucha, John McDonald e Valerie Léveillé, Christopher J. Prom e Ellen D. Swain, Marcus C. Robysns e Jason Woolman, Katie Shilton e Ramesh Srinivasan, e Heather Soyka e Eliot Wilczek.

Podemos, assim, indicar que os autores que mais se destacam correspondem ao grupo daqueles que mais autorias têm no conjunto de textos considerados pertinentes para esta parte do estudo. **Daniel J. Caron** surge assim com três textos partilhados, que se distribuem pelo *Archivaria*, *American Archivist* (com a co-autoria de **Richard Brown**) e *Archival Science*. **Catherine Bailey** publica os seus textos no *Archivaria*, **Anthony Cocciolo** no *Records Management Journal*, **Terry Cook** no *Archival Science* e no *Journal of the Society*

of *Archivists* (antes de alterar a designação para *Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association*), **Barbara Craig** no *Archival Science*, e **Basma Makhoul Shabou** publica no *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec* e no *Records Management Journal*.

A investigação permitiu verificar que Daniel J. Caron fez os seus estudos superiores na área da Economia (Universidade Laval) e doutorou-se em Humanidades (Universidade de Montreal). Trabalhou durante 31 anos na administração pública em vários departamentos em Ottawa e Quebec. A sua entrada no Arquivo Nacional do Canadá deu-se em 2003 como Diretor-Geral da Área de Gestão Empresarial, tendo sido conduzido como Diretor da *Library and Archives Canada* em 2008 (Library and Archives Canada, 2009), cargo que manteve até à sua reforma da função pública em 2013. Também foi professor em várias Universidades, nomeadamente na Escola Nacional de Administração Pública do Quebec e publicou vários artigos na área da administração pública, nomeadamente os que se focam nos problemas do desenvolvimento de recursos de informação no contexto dos crescentes desafios do ambiente digital e os seus desafios para as sociedades democráticas no século XXI (Canadian Public Sector Excellence Network, 2015).

Terry Cook fez os seus estudos superiores de Letras nas Universidades de Alberta, Carleton e o doutoramento em História na *Queen's University* (Carlton, Ontário). Exerceu funções no Arquivo Nacional do Canadá, entre 1975 e 1998, principalmente no âmbito da avaliação, tendo aí desenvolvido a abordagem macro-avaliação. Também foi docente universitário no Programa de Estudos Arquivísticos da Universidade de Manitoba entre 1998-2012. Foi editor das publicações *Archivaria* e *American Archivist* e teve diversa produção científica sobre a avaliação de informação de arquivo, teoria arquivística, posmodernismo, arquivos comunitários, e organização e descrição arquivística, o contraste entre os pensamentos analógico e digital, as relações entre arquivistas e historiadores, a ação do profissional de arquivo e a transparência arquivística (Association of Canadian Archivists, 2015). Faleceu em 2014 (Association of Canadian Archivists, 2015; Duranti & Franks, 2019, pp. 141–145; Nesmith, 2015).

Barbara L. Craig fez os seus estudos em História na Universidade McMaster (Hamilton, Ontário). Tendo começado a trabalhar nos Arquivos do Ontário em 1970 até 1988, obteve o Diploma em Princípios e Administração de Arquivos do Arquivo Nacional do Canadá, e um Certificado em Gestão Documental do Estado de Ontário. Em 1989 doutora-se em Estudos Arquivísticos na Universidade de Londres, e assume o cargo de

direção dos Arquivos e Coleções Especiais da Universidade de York, entre 1989 e 1994, passando à docência universitária na Universidade de Toronto, em 1994. A sua produção científica passou pela autoria de vários livros e artigos publicados em revistas como *Archivaria*, *Archival Science*, *American Archivist*, principalmente ligados ao contraste da teoria arquivística e a prática empírica, a história dos arquivos, e a avaliação da informação de arquivos. Presidiu a Associação de Arquivistas Canadianos, da qual é membro fundadora, tendo exercido também funções no Conselho Canadano de Arquivos, no Conselho Internacional de Arquivos e na Associação de Arquivos do Ontário, como editora na *Archivaria* e como co-organizadora da primeira Conferência Internacional de História de Documentos e Arquivos (I-CHORA), em 2003 (Association of Canadian Archivists, 2015; Duranti & Franks, 2019, pp. 155–157).

Richard Brown fez os estudos superiores em Letras na Universidade de New Brunswick e doutorou-se em História na Universidade de Edimburgo. A sua carreira de arquivista foi exercida entre 1982 e 2013 no Arquivo Nacional do Canadá (depois *Library and Archives Canada*), primeiro como arquivista e gestor de programas arquivísticos até 1997, liderou a iniciativa de substituição das Tabelas de Temporalidade Generalistas do Governo canadiano pelos documentos legislativos de avaliação documental multi-institucionais emitidas pelos Arquivos Nacionais do Canadá (meados da década de 90), participou no desenvolvimento dos fundamentos teóricos para a estratégia de macro-avaliação nos Arquivos Nacionais do Canadá durante os anos 90 e liderou a sua reengenharia conceptual e subsequente reimplementação no início da primeira década do século XXI, geriu o Programa do Arquivo Nacional para a Avaliação de Documentação Governamental (1997-2002), serviu como diretor da Divisão de Arquivos Governamentais, responsável pela avaliação, eliminação e conservação da documentação do governo canadiano (2002-2006), consultor sénior do secretário de estado, no setor de gestão documental governamental (2006-2008), e desenvolveu o conceito de normas de documentação e co-criou (com o diretor da *Library and Archives Canada*) as bases e os princípios teóricos para a gestão documental no governo canadiano, que deu origem à Diretiva Federal de Gestão Documental, em 2009, e ao Documento Legislativo Transitório sobre a Informação de Arquivo da *Library and Archives Canada*, em 2010. Entre 2010 e 2012, serviu como diretor geral do Grupo de Investigação Estratégica (2010-2012), desenvolvendo a função de inteligência de negócios na *Library and Archives Canada* e liderou o desenvolvimento da abordagem abrangente da sociedade da *Library and Archives Canada* para a identificação e

a qualificação do património documental do Canadá e atuou como consultor especial do vice-diretor em assuntos relacionados com modernização institucional, desenvolvimento de políticas e reorientação de funções e atividades (2012-2013). Produziu também diversa investigação científica para revistas, livros e conferências, relativa à avaliação da informação de arquivo, às atividades e estratégias da *Library and Archives Canada* (Linkedin, 2019b)¹⁶.

Catherine A. Bailey fez os estudos universitários em História Canadiana e Mestrado em Estudos Arquivísticos na Universidade da Colúmbia Britânica, orientada por Luciana Duranti, com uma tese sobre informação de arquivo eletrónica. Exerceu a sua atividade profissional no Arquivo Nacional do Canadá a partir de 1988 no âmbito da saúde e segurança social, imigração, transportes, segurança e justiça, e segurança. A partir de 2008 foi escolhida para a coordenação da função de avaliação, focando-se no desenvolvimento e na manutenção estratégica do programa de avaliação da documentação governamental, incluindo os instrumentos de política e metodologia, detendo atualmente a responsabilidade do desenvolvimento dos instrumentos de política de avaliação e eliminação. Foi editora e fundadora do sítio *web* da Associação de Arquivistas Canadianos (1996–2003), editora das resenhas de livros da *Archivaria* (1998–2004), editora desta revista entre 2007 e 2008, e editora das resenhas de convidados da edição temática da *Archival Science* sobre a macroavaliação. A sua produção científica tem versado a avaliação de informação de arquivo, particularmente o desenvolvimento e a prática da macroavaliação no governo federal canadiano, assim como sobre teoria arquivística e informação de arquivo eletrónica (Duranti & Franks, 2019, pp. 16–18).

Anthony Cocciolo fez os estudos universitários em Ciência da Computação na Universidade da Califórnia, Riverside, e o doutoramento em Comunicação, Computação, Tecnologia na Educação na Universidade de Colúmbia. A sua atividade profissional inclui a direção de tecnologia das bibliotecas *Gottesman* no *Teachers College*, dessa Universidade. Atualmente acumula atividade docente com o cargo de Reitor no Escola de Ciência de Informação e Biblioteconomia do Instituto Pratt (ensino superior privado em Nova Iorque),

¹⁶ *Linkedin*: Richard Brown. Obtido 9 de junho de 2020, de <https://ca.linkedin.com/in/richard-brown-42662537>.

onde a sua investigação e ensino se orienta para as áreas de arquivos digitais, arquivos de som e imagem em movimento e bibliotecas digitais (Linkedin, 2019a)¹⁷.

Basma Makhlouf Shabou fez a sua formação universitária na área dos estudos sociais e em gestão documental na Tunísia, onde ocupou o cargo como Administradora de Arquivos Públicos e Documentação Administrativa nos Arquivos Nacionais da Tunísia, entre 1998 e 2003, que acumula com a atividade de formação de formadores de gestão de arquivos públicos e de docência universitária no Instituto Superior de Documentação de Tunes. Entre 2004 e 2009, exerce funções na Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Montreal, como investigadora e docente, diretora de curso e supervisora do laboratório de arquivística, e onde adquiriu o título de doutora em ciências da informação, em 2011. A partir de 2010, passa a exercer funções docentes na Escola de Administração de Empresas de Genebra (HEG-Genebra), Universidade de Ciências Aplicadas da Suíça Ocidental, onde leciona na área de gestão de arquivos e arquivos no Departamento de Estudos da Informação. Tem participado em projetos como o *Records in the Cloud* e *InterPARES Trust*. As suas principais áreas de investigação concentram-se na definição e na medição da qualidade dos documentos; acessibilidade de documentos; relevância e representatividade dos arquivos; avaliação arquivística e valor dos documentos; medição da qualidade dos dados; práticas de computação e arquivo na nuvem; políticas de governança da informação e suas ferramentas de implementação (Haute École de Gestion Genève, 2017; Linkedin, 2020a).

6.2. Síntese sobre o Perfil dos Autores

Em forma de síntese, pode afirmar-se que, no que respeita aos autores da amostra, a maioria é canadiana, e que os autores dos países anglos-saxónicos representam mais de 80% dos autores, e que o continente europeu (incluindo o Reino Unido) compreende pouco menos de um quarto dos autores abordados nesta parte da investigação. Dá-se também nota de dois

¹⁷ *Linkedin*: Anthony Cocciolo. Obtido 9 de junho de 2020, de <https://www.linkedin.com/in/acocciolo>.

autores do continente africano, e duas da Ásia. O continente americano só é representado por países do hemisfério norte.

Mais de metade destes autores é profissional de arquivo, seguida dos autores que exercem a docência no ensino superior (um quarto dos autores da amostra). Mais de um décimo é estudante, seja a tempo inteiro ou acumulando com outra função. Também são autores uma profissional de biblioteca, uma curadora de museu, um Diretor de uma empresa da área do património documental, um consultor independente e um autor com funções de dirigente de programas de bolsas para a área das Humanidades.

Mais de metade dos autores da amostra exerce atividade numa entidade de ensino superior (seja atividade profissional ou frequência de curso), sendo que a entidade com mais autores desta amostra é a *Library and Archives Canada*. Surgem também tipos de entidades representados por um só autor desta amostra: Entidade de governo de comunidade; Entidade Independente; Parceria Pública e Privada do Património Histórico e Cultural; e o Organismo Público Independente.

Mais de metade das organizações a que os autores da amostra estão ligados é de instituições de ensino superior, que abrangem a maioria das áreas territoriais-administrativas em apreço. Os organismos públicos ligados à área de arquivo e biblioteca correspondem a mais de um quinto. Para além destes, os tipos de entidades que existem em mais de um país são os Organismos Públicos Locais, Organismos Públicos do Património Histórico e Cultural, Organismos Privados, Agências Governamentais, e Centros de Investigação.

A preponderância dos Estados Unidos verifica-se no número de entidades a que se refere esta amostra, sendo que 80% das entidades são de países anglo-saxónicos e que as entidades dos países europeus, incluindo o Reino Unido, ascende a pouco mais de 30%. No caso das Entidades de Ensino Superior da amostra, regista-se também a preponderância dos Estados Unidos, e os países anglo-saxónicos representam mais de dois quintos desse tipo de entidades. No caso dos países europeus, apenas se registam entidades deste tipo na Finlândia, no Reino Unido, na Suécia e na Suíça, correspondendo a 17,15% das entidades da amostra. O Canadá surge como o país com maior abrangência de tipos de entidade em relação à amostra.

A nível de publicações, verifica-se que a maioria dos textos da amostra utilizada nesta parte da investigação foi publicada no *American Archivist*, tendo também a maioria dos autores da amostra publicado nesse periódico. A maioria dos artigos da amostra publicados

neste periódico tem origem em autores oriundos dos Estados Unidos. Para além do *American Archivist*, só a *Archivaria* é que apresenta artigos de mais de dez autores da amostra, desta feita, doze canadianos. O periódico *Archival Science* é o que detém artigos da amostra de uma maior variedade geográfica de autores, e os *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* e o *Journal of Archival Organization* são, a par dos periódicos que contabilizam um só autor da amostra, as revistas que apenas têm artigos da amostra oriundos de um só país. Dá-se conta da existência de apenas 7,79% dos artigos desta amostra não serem em inglês. A maioria dos artigos da amostra foi publicada em 2014.

Finalmente, os autores que mais se destacam em termos de autorias nos textos da amostra são **Daniel J. Caron, Richard Brown, Catherine Bailey, Terry Cook, Barbara Craig, Anthony Cocciolo e Basma Makhoul Shabou**, em que estes dois últimos são os únicos que não são oriundos do Canadá.

6.3. Problemas, Críticas, Entornos, Contornos da Avaliação Arquivística de Informação Eletrónica

Tendo conhecido os autores e como decorre o seu envolvimento, pretende-se também, em sede do Método da Teoria Fundamentada, conhecer o que se está a passar, ou seja, quais os assuntos, problemas e preocupações, procurando saber como é que os autores definem a situação, qual o significado, e se as suas definições e significados são idênticos ou diferentes. No estudo específico, tal traduz-se na procura de saber se as pessoas estão satisfeitas com os modelos de avaliação identificados anteriormente, se compreendem as consequências derivadas desses modelos, se os defendem ou não.

A tentativa de dar resposta a estas questões opera por intermédio do Método da Comparação Constante, procurando-se encontrar as convergências e as divergências (caso existam), apresentando assim um quadro das perceções sobre os problemas, questionamentos, reflexões que os autores transparecem nos seus textos.

Sendo a avaliação de informação de arquivo eletrónica o objeto central da investigação, verifica-se que, como fenómeno, ele surge/manifesta-se na função arquivística da Avaliação. Com efeito, da amostra dos textos transparece que a maioria dos autores apresenta tacitamente essa integração.

O processo de organização dos códigos referentes a problemas, críticas, entornos e contornos, por Dimensão e Conjunto por dimensões e a sistematização destas dimensões em conjuntos, apresenta-se na Tabela 45.

Tabela 45 – Códigos Referentes a Problemas, Críticas, Entornos e Contornos, por Dimensão e Conjunto

Conjuntos e Dimensões	Número de Códigos	Percentagem no Total das dimensões	Percentagem dentro do conjunto
Relação entre Teoria e Prática	57	-	38,78%
Geral	7	4,76%	12,28%
Modelos da Arquivística Moderna (e outros modelos)	9	6,12%	15,79%
Análise Funcional	6	4,08%	10,53%
Macro-avaliação e Análise Funcional	6	4,08%	10,53%
<i>Documentation Strategy</i>	20	13,61%	35,09%
Avaliação Integrada	1	0,68%	1,75%
MPLP	1	0,68%	1,75%
Records Continuum	6	4,08%	10,53%
Abordagens Alemãs	1	0,68%	1,75%
Contexto de Avaliação	37	-	25,17%
Geral	9	6,12%	24,32%
Papeis (Arquivista, Produtor, Utilizador, Públicos)	4	2,72%	10,81%
Objetividade/Subjetividade	7	4,76%	18,92%
Era digital e outros formatos (audiovisuais)	11	7,48%	29,73%
Representação da Sociedade	4	2,72%	10,81%
Participação Ativa	2	1,36%	5,41%
CrITÉrios de Avaliação	22	-	14,97%
Geral	6	4,08%	27,27%
Uso	3	2,04%	13,64%
Responsabilidade, Direitos e Prestação de Contas	4	2,72%	18,18%
Valor Comercial	2	1,36%	9,09%
Representação da Sociedade	4	2,72%	18,18%
Informação não textual	3	2,04%	13,64%
Percepções	18	-	12,24%
Percepção das entidades governamentais	2	1,36%	11,11%
Percepção Organizacional	5	3,40%	27,78%
Percepção dos profissionais de arquivo sobre a tarefa/função de avaliação	11	7,48%	61,11%
Decisões de avaliação	9	6,12%	6,12%
Massas Documentais acumuladas	4	2,72%	2,72%
Total	147	-	100%

FONTE: Produção própria (2020)

Verifica-se que os conjuntos com mais códigos são o que se referem à **Relação entre a Teoria e a Prática**, que inclui mais de um terço dos códigos (38,78%), e o **Contexto da Avaliação**, que tem um quarto dos códigos (25,17%), seguidos dos **Crítérios de Avaliação** (14,97%), das **Percepções** (12,24%), das **Decisões de Avaliação** (6,12%) e das **Massas Documentais Acumuladas** (2,72%).

No entanto, ao desenvolver-se este processo de codificação axial, verificaram-se situações marcadas pela existência de diferentes códigos originários de um mesmo texto e/ou autor(es), e que acabaram por integrar um mesmo eixo ou conjunto, e situações em que um mesmo código recaía sobre diferentes autores e/ou textos. Esta última situação deriva da nossa análise ter considerado/interpretado que esses códigos demonstravam uma convergência (em alguns casos, divergência) e também complementaridade entre os vários autores/textos, que foram marcados com esses códigos.

Assim, considerou-se que a aferição do peso relativo de cada um dos conjuntos – axiais (considerados centrais, no âmbito da análise, para o fenómeno em estudo) ou dos ditos grupos secundários (que gravitam à volta dos conjuntos centrais) – deveria ser reforçada pelo número relativo de autores que exprimiu as suas cogitações nos textos e que foram interpretados/codificados como pertencentes a determinado conjunto. Outro elemento, que também serviu para apoiar a aferição desse peso foi o número de países a que pertencem os autores, considerando-se que este item tinha a potencialidade de apresentar a amplitude/grau de abrangência dos aspetos que transparecem em cada conjunto.

A Tabela 46 apresenta os valores referentes ao número de autores cujos textos foram marcados por códigos, que integram cada dimensão e/ou conjunto, e ainda os valores referentes ao número de países de origem dos autores dos textos, que foram marcados por códigos. É pertinente indicar que a tabela contabiliza os códigos marcados nos textos dos autores, pelo que o mesmo autor pode ser contabilizado em diferentes dimensões e conjuntos, sendo que os totais não se referem ao número total de autores (algo que é abordado no subcapítulo anterior), mas ao número de autores em cujos textos surgem códigos, que foram agrupados em determinada dimensão e/conjunto. O mesmo se aplica à contabilização dos países, em que cada dimensão e/ou conjunto pode ter códigos ligados a diferentes autores do mesmo país.

Neste ponto, a análise permitiu interpretar a existência de um maior peso no eixo relativo ao **Contexto da Avaliação**, seguido de um outro conjunto que se prende com a **Relação entre a Teoria e a Prática**. Não obstante a rede de ligações, que conectam este

eixo e conjuntos, a interpretação dos dados permitiu também evidenciar outros conjuntos com ligações entre si e, obviamente, com o eixo e conjuntos anteriormente identificados. Destes conjuntos ditos secundários, o que surge claramente com maior expressão é o referente às **Decisões de Avaliação**, seguido dos **Critérios de Avaliação**, das **Percepções**, e das **Massas Documentais Acumuladas**.

Tabela 46 – Autores e Países por Dimensão e/ou Conjunto (Problemas, Críticas, Entornos e Contornos, por Dimensão e Conjunto)

Conjunto / Dimensão	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Contexto de Avaliação	45	28,48%	27,83%	8	18,6%	20,88%
Geral	13	22,03%	6,13%	4	21,05%	4,4%
Objetividade/Subjetividade	7	11,86%	3,3%	4	21,05%	4,4%
Era digital e outros formatos (audiovisuais)	35	59,32%	16,51%	8	42,11%	8,79%
Representação da Sociedade	3	5,08%	1,42%	2	10,53%	2,2%
Participação Ativa	1	1,69%	0,47%	1	5,26%	1,1%
Relação entre Teoria e Prática	41	25,95%	33,02%	9	20,93%	31,87%
Modelos da Arquivística Moderna (e outros modelos)	14	20%	6,6%	4	13,79%	4,4%
Análise Funcional	6	8,57%	2,83%	3	10,34%	3,3%
Macro-avaliação e Análise Funcional	14	20%	6,6%	5	17,24%	5,49%
<i>Documentation Strategy</i>	7	10%	3,3%	3	10,34%	3,3%
Avaliação Integrada	1	1,43%	0,47%	1	3,45%	1,1%
MPLP	1	1,43%	0,47%	1	3,45%	1,1%
<i>Records Continuum</i>	3	4,29%	1,42%	3	10,34%	3,3%
Abordagens Alemãs	2	2,86%	0,94%	1	3,45%	1,1%
Geral/Outros	22	31,43%	10,38%	8	27,59%	8,79%
Decisões de Avaliação	32	20,25%	15,09%	8	18,6%	8,79%
Critérios de Avaliação	19	12,03%	14,15%	8	18,6%	23,08%
Geral	9	30%	4,25%	5	23,81%	5,49%
Uso	5	16,67%	2,36%	4	19,05%	4,4%
Responsabilidade, Direitos e Prestação de Contas	5	16,67%	2,36%	3	14,29%	3,3%
Valor Comercial	2	6,67%	0,94%	2	9,52%	2,2%
Representação da Sociedade	7	23,33%	3,3%	5	23,81%	5,49%
Informação não textual	2	6,67%	0,94%	2	9,52%	2,2%
Percepções	13	8,23%	6,13%	4	9,3%	8,79%
Percepção das entidades governamentais	2	15,38%	0,94%	2	25%	2,2%
Percepção Organizacional	6	46,15%	2,83%	3	37,5%	3,3%
Percepção dos profissionais de arquivo sobre a tarefa/função de avaliação	5	38,46%	2,36%	3	37,5%	3,3%
Massas Documentais acumuladas	8	5,06%	3,77%	6	13,95%	3,3%

Legenda: (1) Número de autores cujos textos foram marcados por códigos que integram cada dimensão e conjunto; (2) Percentagem que (1) representa dentro de cada conjunto/eixo; (3) Percentagem que (1) corresponde na totalidade; (4) Número de países de origem dos autores dos textos que foram marcados por códigos; (5) Percentagem que (4) representa dentro de cada conjunto/eixo; (6) Percentagem que (4) corresponde na totalidade.
 FONTE: Elaboração própria (2020)

6.3.1. Contexto da Avaliação

No eixo do **Contexto da Avaliação** identificaram-se cinco dimensões específicas: as linhas gerais, a objetividade/subjetividade da avaliação, a era digital e outros formatos (audiovisuais), e a representação da sociedade e a participação ativa. Estas dimensões vão ser abordadas nos seguintes parágrafos.

Apresenta-se na Figura 13 um esquema que identifica as dimensões deste eixo.



Figura 13 – Dimensões do Contexto da Avaliação
 FONTE: Produção própria (2020)

Assim, em *linhas gerais*, é apresentado um quadro de contexto em evolução (Loewen, 2005b), em que se dá nota de um novo contexto político cada vez mais sensível aos direitos das minorias e à diversidade cultural (Daniel, 2010), um cenário configurado pela “sobrecarga da informação” e cada vez maior “diversidade social e cultural” (Caron & Kellerhals, 2013), com a necessidade da avaliação ter em conta o contexto de produção e a interação entre o cidadão e o Estado, com “o requisito de prestar contas à sociedade” (Bailey, 2013; Waiser, 2014). Num ambiente de superabundância de informação governamental da qual os arquivistas devem selecionar registos com valor arquivístico para preservação a longo prazo, implicando a necessidade de uma abordagem pragmática do processo de avaliação, que se pautar por um equilíbrio entre a necessidade de rigor intelectual, com base na teoria e na metodologia, e o pragmatismo identificado com a exigência de um processo de avaliação, que produza instrumentos e ferramentas para eliminação, necessários atempadamente para atender às necessidades do “cliente” (Bailey, 2013), implica lidar com

informação de arquivo eletrônica em situações em que se devem tomar decisões imediatas sobre que informação digital deve ser conservada e preservada, tendo em conta questões como a garantia de responsabilização e a prestação de contas do governo (Waiser, 2014). A isto junta-se um cenário caracterizado pela redução de pessoal e recursos para a gestão de informação de arquivo, incluindo avaliação, com implicações na pouca progressão na transição para sistemas de gestão documental de tipo funcional, e desinvestimento na avaliação (Bailey, 2006; Loewen, 2005b; Robyns & Woolman, 2011), em que o ambiente organizacional atual é menos hierárquico e mais fluído que as burocracias weberianas, o que aumenta a complexidade ao abordar a funcionalidade, e a análise de conteúdo não fornece informação suficiente sobre como os trâmites podem ter ocorrido (Chaudron, 2008)¹⁸, Tal situação é exemplificada pelo desafio de documentar o envolvimento militar em conflitos extremamente complexos (contrainsurgência, *big data*, dados em ambientes informais, grandes volumes de dados de inteligência) (Soyka & Wilczek, 2014) e pelos desafios intemporais a nível legal e arquivístico na avaliação, preservação e referenciação dos usos e costumes locais não escritos (Frogner, 2015). Neste cenário, Jonhson (2007) refere-se também aos *papeis* do Arquivista, do Produtor, do Utilizador, dos Públicos, indicando que “não existe uma definição autorizada totalmente aceite do papel do arquivista”, e que tal como os “produtores têm mudado as suas relações com a informação de arquivo”, os “utilizadores de arquivos do público em geral também têm sido ativos na procura de mudanças no arquivo, desafiando o direito dos profissionais de mediar as fontes daquilo que consideram como a sua história”, num processo de reversão da “exclusividade do conhecimento e do poder”, em que o “público está agora a recuperar o conhecimento e a tomá-lo para si, removendo esse conhecimento da custódia do arquivista” (Johnson, 2007).

A dimensão mais abordada do **Contexto de Avaliação** prende-se com a *Era Digital e outros formatos*, principalmente em referência aos formatos audiovisuais (por oposição aos formatos ditos tradicionais, essencialmente o formato textual). Nesta linha, destaca-se que a Era digital e os formatos audiovisuais forçam alterações nos arquivos (Caron & Brown,

¹⁸ Perceciona-se que o autor não considera que esta mudança seja problemática em si mesma, dado que não o diz claramente. Antes refere que autores como Foscarini (2006) e Cook (2001) fazem essa afirmação. O que transparece é o problema com a utilização da análise funcional e da análise de conteúdo nesse contexto, que requer que os arquivistas forneçam metainformação sobre o contexto de produção e tramitação da informação de arquivo (Chaudron, 2008, p. 272).

2011, 2013; Caron & Kellerhals, 2013; Ceeney, 2008; Evans, 2007; Frogner, 2015; Iacovino, 2015; Johnson, 2007; Kaczmarek, 2007; Taavetti, 2016), percebendo-se a existência de uma convergência (mas também divergência) entre Informação Digital/Eletrónica¹⁹ e Analógica quanto à avaliação (Casellas Serra, 2014; Cocciolo, 2014; Cumming & Picot, 2014; Kaczmarek, 2007; McDonald & Léveillé, 2014; Mumma et al., 2011; Soyka & Wilczek, 2014; Waiser, 2014). Exemplo dessa divergência é apontada por Waiser (2014), ao referir-se à informação digital como efémera, em contraste com a informação analógica. Por outro lado, no campo das convergências, Cook (2011) defende que na realidade digital ainda há ecos de várias fases de evolução da avaliação²⁰. Verifica-se, deste modo, uma alteração na

¹⁹ Constata-se uma utilização indiferenciada entre os autores, em que uns optam pelo termo digital e outros pelo eletrónico. Por esse motivo, e a menos que seja explicitada a diferenciação, opta-se pelo eletrónico.

²⁰ O autor fala explicitamente do eco do neo-jenkinsonismo na realidade digital nas iniciativas de curadoria digital que se centram na criação e na preservação de evidência e não na seleção, ou em que a verificação/avaliação de gestão de risco é feita pelo produtor para decidir que informação vale a pena guardar com metainformação suficiente para ser considerada informação de arquivo autêntica, contextualizada na desculpa de que o preço do armazenamento digital é cada vez mais baixo, e que coloca o arquivista num papel passivo (Cook, 2011, pp. 176–177). Menciona a abordagem Schellenberguiana de valor, em que o valor da informação de arquivo era definido pelo arquivista historiador e depois pelo arquivista-académico, em que os fundos refletem os interesses restritos da investigação “em vez da totalidade do espectro da experiência humana” (Cook, 2011, p. 178; Ham, 1975, pp. 7–8), como ocorria também na *Documentation Strategy*, por não articularem novos valores de avaliação (Cook, 2011, p. 179) (Cook, 2008, p.179). Cook refere que esta abordagem (schellenberguiana) não aguentou o caráter temporário (*transient*) da informação de arquivo eletrónico (Cook, 2011, p. 178). Menciona também uma terceira fase de evolução, em que os arquivistas têm o papel de identificarem os mecanismos ou processos da Sociedade em que os cidadãos interagem com o Estado para encontrarem as questões públicas e valores da Sociedade, documentados na informação de arquivo relativa a essas interações. Essas organizações desenvolvem funções, programas e atividades sancionadas pela Sociedade democrática, e com as quais interagem os cidadãos, clientes, grupos e organismos privados (Cook, 2011, p. 180). Os arquivistas tentam refletir os valores da sociedade por meio de uma análise funcional da interação do cidadão com o estado, que se reporta a todos os suportes e não só ao texto escrito (Cook, 2011, pp. 180–181). Refere também de uma quarta fase, de abordagem do arquivo total que recorre à informação de arquivo que não é só institucional, sendo esta complementada ou suplementada pela avaliação e aquisição de manuscritos e suportes audiovisuais pessoais, por meio de arquivos particulares de pessoas, famílias e pequenas organizações, incentivando ou lançando projetos de história oral, acedendo a aplicações de plataformas de redes social na Internet, e tendo em conta documentação não arquivística (publicações, literatura cinzenta, inscrições, monumentos, artefatos de museus e galerias) - não todos necessariamente reunidos por arquivistas ou, pelo menos, pelo arquivista da instituição ou empresa, mas por meio de uma estrutura colaborativa de avaliação e aquisição ou estratégia de documentação, com recurso aos cidadão participantes no processo de co-avaliação (Cook, 2011, pp. 181–182). Assim, é possível constatar que Cook menciona explicitamente do eco do neo-jenkinsonismo na realidade digital, e aponta para que a terceira e quarta abordagens ocorrem também sobre informação de arquivo eletrónica, o que permite aventar a hipótese de o autor também considerar terem eco na realidade digital. Sobre a segunda abordagem, verifica-se uma fragilidade em considerar que teve eco na realidade digital, até porque o autor refere que ela soçobrou por causa do caráter temporário da informação eletrónica. No entanto, extrapolando o que o autor refere sobre essa abordagem e a sua relação com a *Documentation Strategy*, percebe-se que esta abordagem de valor ainda é usada em projetos de *Documentation Strategy* eletrónicos, que se focam em determinado objeto (parte da Sociedade), mesmo os projetos participativos, conforme se verifica nos projetos abordados no capítulo 5, o que permite aventar uma perspetiva em que também esta fase teve eco na realidade digital.

perceção do valor/importância de vários tipos de informação (Caron & Brown, 2011, 2013; Delaney, 2008; Findlay, 2014; Frogner, 2015; Hughes, 2014; Iacovino, 2015; Levi, 2011; Prom & Swain, 2007; Soyka & Wilczek, 2014), inclusivamente da informação não escrita (Frogner, 2015). A isso juntam-se as alterações na perceção dos papéis (de arquivistas, produtores, consumidores) relativamente à informação e à sua avaliação (Caron & Brown, 2011; Caron & Kellerhals, 2013; Findlay, 2014; Hughes, 2014; Iacovino, 2015; Johnson, 2007; Kaczmarek, 2007; Senécal, 2013; Soyka & Wilczek, 2014; Taavetti, 2016). Encontra-se também o problema de haver atividade digital cuja informação não é alvo da gestão documental, incluindo a sua avaliação, porque, erradamente, não é considerada como informação de arquivo (Cocciolo, 2014; Cumming & Picot, 2014; Oliver, Kim, et al., 2008; Soyka & Wilczek, 2014), apesar de tal situação se percecionam não ser restrita ao ambiente digital, dado que autores a mencionam sem especificar de que se seja atividade digital (Frogner, 2015; Hughes, 2014). Outro problema prende-se com a perceção (ou sua inexistência) da capacidade e competências dos profissionais de arquivo para intervirem e conseguirem influenciar a gestão da informação de arquivo nos sistemas de gestão de negócios principais, nominalmente derivado de um maior foco na TI e dos seus profissionais nas organizações (Crookston, 2014; Cumming & Picot, 2014; Findlay, 2014; Soyka & Wilczek, 2014)²¹. Surgem também problemas derivados da dependência do ambiente intermediário, ou seja, nos aplicativos, no hardware e software comercial (Cumming & Picot, 2014), “cada vez menos está a ser passado para os arquivos de maneira tradicional”, tanto em termos de formato físico como de estrutura (informação de arquivo organizada em séries formais), para não falar da tecnologia como o uso da Internet e da informação de

²¹ Perceciona-se que os profissionais das tecnologias da informação têm uma maior influência do que os profissionais de arquivo no que respeita às decisões da gestão de topo e à gestão de informação nas organizações. Os profissionais de arquivo não têm ou não conseguem demonstrar deter competências no âmbito da gestão de informação dos processos de negócio, não são tidos em conta nos projetos ligados à definição de requisitos para sistemas aplicativos de gestão de informação, o que amplia a legitimação da preponderância dos profissionais de TI aos olhos da gestão de topo, resultando quase sempre num desinvestimento nas atividades de gestão de informação operadas pelos profissionais de arquivo. Perceciona-se aqui um círculo vicioso em que, havendo menor investimento de recursos para o trabalho dos profissionais de arquivo, também não conseguem executar as tarefas ligadas à avaliação da melhor forma, principalmente quando não podem dar o seu contributo para que os sistemas possam cumprir melhor os requisitos de gestão documental. Não tendo condições (recursos e participação no processo de tomada de decisão) para desempenhar as suas funções, resulta que a gestão de topo e os outros colaboradores da organização percecionem que a ação dos profissionais de arquivo tem uma ação mais delimitada do que idealmente (de acordo com a teoria arquivística) deveria ter (Crookston, 2014, p. 162; Cumming & Picot, 2014, pp. 137, 140; Findlay, 2014, p. 178; Soyka & Wilczek, 2014, p. 187).

arquivo eletrónica que colocam desafios aos “próprios conceitos de documentos, séries e arquivos” (Johnson, 2007). Michael Cook (2010) indica mesmo que “o trabalho eletrónico implica que o momento da decisão não pode ser adiado” e que o “imediatismo das decisões de avaliação que devem ser tomadas muda toda a abordagem”. Apesar disso, Daniel (2010) anota que as novas tecnologias digitais tiveram também um papel de facilitar “a expressão e o arquivo das vozes étnicas”.

Outra dimensão deste eixo remete para a questão da dicotomia *Objetividade/Subjetividade* no âmbito da avaliação de arquivo. Considera-se assim tratar-se de um processo imbuído de subjetividade e não neutro, que requer um “juízo de valor”²² equilibrado (objetividade/subjetividade), com base nas “fontes de valores” (Craig, 2005; Lacombe, 2012; Loewen, 2005b). A assunção da ideia de que a avaliação da informação de arquivo está imbuída de subjetividade implica que não podem continuar as críticas aos profissionais de arquivo no que reporta a um “teste de objetividade”, dado o viés elitista, que acaba por levar à recolha e à seleção da informação dos líderes e organizações importantes e não da vida quotidiana. Isto leva a fazer perdurar a perspetiva das elites e o discurso dos grupos dominantes (Daniel, 2010; Johnson, 2007)²³. Com efeito, “os pós-modernistas

²² Craig (2005) utiliza o conceito *judgment of value* e *qualitative judgement*, aqui traduzido por juízo de valor e juízo qualitativo: *Archival appraisal is equally a judgment of value and a process of choice – one category of thinking embodies a keen sense of complex, even conflicting meanings while the other requires procedures and a managed framework to inhibit variation and idiosyncrasy [...] appraisal, in essence, is a qualitative judgement* (Craig, 2005, p. 392). Também utiliza *sources of valuation* e *scale of value or values*, aqui traduzidos por fontes de valor e por escala de valor ou valores: *I have selected contributions that broaden our understanding of appraisal theory and the sources of valuation we use. These notions are quite distinct from those that support the theoretical understanding of the nature of archives and records, focusing directly on the grounds for seeking the most useful and appropriate scale of value or values in particular environments* (Craig, 2005, p. 392). Lacombe (2012, p. 37) cita Ducharme (2001), que usa *jugement de valeur*, aqui traduzido por juízo de valor: *En dépit des multiples articles théoriques, manuels, guides et procédures qui cherchent à doter la pratique de l'évaluation d'une dimension objective, voire scientifique, il reste que celle-ci s'avère une fonction dont l'arbitraire ne saurait échapper aux archivistes de terrain. Comment pourrait-il en être autrement puisque l'évaluation consiste essentiellement à poser un jugement de valeur suivi d'une décision* (Ducharme, 2001, p. 21).

²³ Daniel (2010) refere-se à exposição dos arquivistas à mesma acusação de viés elitista subjacente ao movimento da história social, que para remediar o seu viés inicial em relação às importantes organizações e líderes étnicos e em resposta aos estudos históricos, que documentam a vida quotidiana em comunidades étnicas, os arquivistas voltaram a sua atenção para as contribuições de mulheres, crianças e unidades familiares. Também indica que os arquivistas reconheceram o viés inerente ao seu trabalho e tentaram encontrar maneiras de minimizar ou até neutralizar esse viés, estabelecendo como objetivo a recolha de um registo representativo da experiência humana (Daniel, 2010, pp. 87–89, 91). Johnson (2007) refere-se à visão naïve e enviesada de que os produtores são os melhores agentes para efetuarem avaliação. No texto também permite perceber que essa ideia promove um viés elitista da avaliação, porque resulta na apresentação da perspetiva e na concentração do discurso nas elites e nos grupos dominantes (Johnson, 2007, p. 138).

exploraram pelo menos dois aspetos que sustentam a teoria arquivística”, nomeadamente através de “um ataque à objetividade e imparcialidade e um apelo para dismantelar o discurso dominante e recuperar as vozes de grupos marginalizados e oprimidos” (Daniel, 2010). Apesar de os “arquivistas reconhecerem o viés inerente ao seu trabalho” e “tentarem encontrar maneiras de minimizar ou até neutralizar esse viés, estabelecendo como objetivo a recolha de um registo representativo da experiência humana”, os “arquivistas influenciados pelo pós-modernismo, pelo contrário, podem negar que a representatividade é possível, ou mesmo uma meta desejável” (Daniel, 2010, p. 91), incentivando-os também a olharem para lá do paradigma da gestão documental, com base na primazia do “registo transaccional” e na função administrativa dos arquivos²⁴ (Daniel, 2010). Isto porque o que é registado não é simplesmente “o que aconteceu”, não é uma coisa fixa e estável, e a informação de arquivo são entidades socialmente construídas e mantidas e alteradas por produtores, custodiantes e utilizadores e, por isso, não são transparentes (Condé, 2011). Esta abrangência em termos de subjetividade transparece também no facto de a legislação de acesso a documentos públicos ter significado “que as políticas de destruição completa ou a simples não produção de informação de arquivo derrubaram completamente qualquer ideia de objetividade por parte do produtor” (Johnson, 2007). Lacombe (2012) critica, tal como os teóricos da macroavaliação, a “subjetividade do valor de conteúdo”²⁵, apresentando como alternativa o contexto de produção. Percebe-se que a análise e a decisão efetuada no âmbito da avaliação implica uma discriminação e esquecimento, com base em princípios relacionados com os

²⁴ O autor refere-se à perspetiva da gestão documental, que perceciona a informação de arquivo como o registo resultante da interação/transação na organização ou entre a organização e terceiros, no âmbito das suas atividades e processos de negócio. Neste âmbito, a função administrativa do arquivo refere-se às atividades e às tarefas desempenhadas para atender às necessidades e obrigações administrativas, legais e financeiras e garantir evidência das transações derivadas dos processos de negócio. O autor opõe a essa visão a perspetiva trazida pelo pós-modernismo, que considera o papel social dos arquivos como repositórios e criadores de memória social (e não só de construtos limitados do passado histórico) e que aumenta a abrangência da ideia da informação de arquivo, como um registo que inclui outras formas de expressão (Daniel, 2010, pp. 91–92).

²⁵ O autor refere que os teóricos da macroavaliação consideram a avaliação dos arquivos a partir do conteúdo, uma prática desatualizada, dando o exemplo de Richard Brown (1992) que se concentra no valor formal da evidência pelo ambiente de produção, isto é, o contexto de produção, e que rejeita, ou considera secundário, o valor subjetivo da informação contida no documento (logo o conteúdo). Brown (1992) refere-se à aplicação da hermenêutica, entendida como teoria da interpretação, para remover o valor informacional subjetivo para concentrar-se nas qualidades evidenciais-objetivas implícitas no contexto da sua criação, ou seja, testar o valor histórico-arquivístico da informação de arquivo inerente à sua produção, composição, formação e organização contra a capacidade do seu conteúdo de informação deter esse valor (Brown, 1992, pp. 39–40) (Brown, 1992 p. 39-40).

projetos do arquivista e o leitor. Não se podendo guardar tudo, lidar com o que resta leva a criar algo de novo (Senécal, 2013).

Outra dimensão deste eixo refere-se à problemática da *Representação da Sociedade*. Nesta linha, é referido que as instituições exercem um poder de representação, e os arquivistas usam do poder de avaliação para fazer valer as narrativas escolhidas, e que, se por um lado se verifica que “as instituições de memória ignoraram as experiências fora da história dos poderosos, criando lacunas nos arquivos”, por outro “os arquivos apropriaram-se da história das comunidades marginalizadas, criando arquivos sobre e não das comunidades”, produzindo narrativas distorcidas, afetando a compreensão da história e da realidade social dos povos marginalizados considerados como o “Outro” (Shilton & Srinivasan, 2007). Regista-se mesmo a leitura, que Johnson (2007) apresenta da ideia de Terry Cook, que dizia acreditar que os arquivistas estão literalmente a criar arquivos, e “desenvolveu novas estratégias para documentar valores e tendências da sociedade em particular”, “mudando o foco da avaliação da informação de arquivo para a função” (Johnson, 2007, p. 137), em que o “arquivista decide que funções e atividades devem ser documentadas, quem deveria criar a documentação para essa função e com quem o produtor deveria interagir na criação ou uso desse documento” (Johnson, 2007, pp. 137–138) e “examinar que funções estão mal documentadas e complementá-las com outra” informação de arquivo para evitar “o privilégio dos poderosos” e promover a “inclusão dos outros”, aceitando “refletir uma visão não oficial”, numa “abordagem que atende ao fator de inclusão sem atribuir valor”, que “impede que o arquivo seja bloqueado pelos produtores num contexto único e, desconstrói as hierarquias dos produtores”, o que “permitirá que o arquivo seja interrogado de novas formas produtivas” (Johnson, 2007, p. 138). Apesar disso, na prática, o foco de Terry Cook “permanece institucional”, mantendo-se o problema de identificar de “quem é a responsabilidade de procurar instituições externas sem voz ou sub-representadas, com que recursos e como é que identificam o que está a faltar” (Johnson, 2007, p. 140).

Isto orienta-nos para a dimensão ligada à questão da *Participação Ativa*, com o esclarecimento da existência de um dinamismo em que as minorias culturais evoluíram de um objeto ou tema das coleções de arquivo para participantes ativos na criação, avaliação, descrição e uso dos seus próprios arquivos, na mesma medida em que as organizações de memória procuram maneiras de envolver ativamente essas comunidades na avaliação, em

relações baseadas na confiança e com captação de registos não escritos (gravações orais) e outros registos de material etnográfico²⁶ (Daniel, 2010).

6.3.2. Relação entre a Teoria e a Prática

Orientando-nos agora para o eixo relativo à **Relação entre a Teoria e a Prática**, que se centra no que emerge nos textos sobre os modelos de avaliação. Este eixo é composto por nove dimensões: as generalidades, os modelos da Arquivística Moderna (e outros modelos), a Análise Funcional, a Macro-avaliação e Análise Funcional, a *Documentation Strategy*, a Avaliação Integrada, o *More Product, Less Process* (MPLP), o *Records Continuum*, e as Abordagens Alemãs, que serão abordados em seguida.

Apresenta-se na Figura 14 um esquema que identifica as dimensões deste eixo.

²⁶ Este aspeto está intimamente ligado ao arquivo etnográfico, que a autora identifica com os processos e objetivos relativos a documentar a experiência imigrante e étnica [*immigrant and ethnic experience*]. A autora centra-se nos Estados Unidos e Canadá, para indicar que o que possibilitou este desenvolvimento foi um novo contexto político mais sensível aos direitos das minorias e diversidade cultural, um crescente interesse na história social, a influência do pensamento posmodernista na cultura e, por extensão, na teoria arquivística, e as novas tecnologias digitais, que também contribuíram para a expressão e o arquivo das vozes étnicas/etnográficas [*ethnic voices*] (Daniel, 2010, p. 82). Ainda segundo Daniel (2015), até aos anos 60 do século XX, os grupos imigrantes e étnicos eram negligenciados pelos arquivos, exceto os que eram geridos pelas organizações étnicas. As grandes coleções etnográficas norte-americanas foram desenvolvidas nos anos 70 e 80 desse século, através de uma abordagem arquivística “base-topo”, que dependia fortemente do trabalho de campo em bairros étnicos [*ethnic neighborhoods*]. Ao mesmo tempo, a profissão de arquivista tomou consciência da necessidade de maior diversidade nas suas fileiras e multiplicou esforços para formar e recrutar membros de minorias étnicas. Desde os anos 90 do século passado, as novas abordagens teóricas e tecnologias web permitiram experiências arquivísticas caracterizadas pela ênfase na colaboração entre arquivos de comunidades e arquivos convencionais e seus doadores e curadores para conseguirem um registo histórico mais representativo (Daniel, 2015, p. 205). Assim, percebe-se que os arquivos etnográficos estão também relacionados com os arquivos comunitários que, de acordo com Flinn (2015), é um conceito que ainda não foi definido de forma precisa ou mesmo considerado de possível definição precisa, sendo que é utilizado em alguns países para descrever comunidades e arquivos de comunidades locais, delimitadas geograficamente, e em outras circunstâncias é utilizado para referir comunidades, que se autoidentificam pela raça, etnicidade, religião, nacionalidade, género, sexualidade, deficiência, classe, ocupação, interesse partilhado, ou uma combinação destes (Flinn, 2015, p. 145).

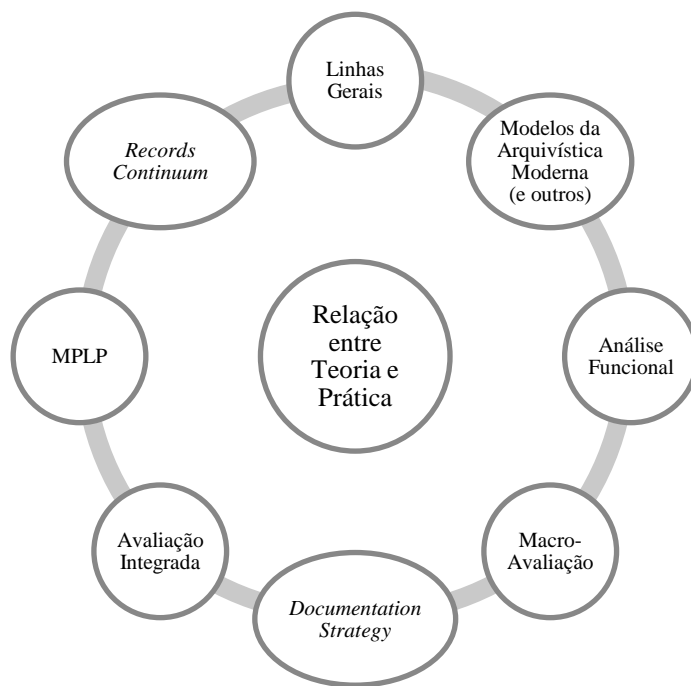


Figura 14 – Dimensões da Relação entre Teoria e Prática

FONTE: Produção própria (2020)

Nesta relação entre Teoria e Prática verifica-se, na *generalidade*, um movimento de evolução do pensamento acerca da avaliação, que Terry Cook (2011) interpreta em quatro fases: o *curatorial guardian* que atribui a responsabilidade da avaliação ao produtor ou administrador da informação de arquivo; o historiador-arquivista que toma decisões de avaliação indiretamente através do filtro das tendências da História-ciência; e o arquivista como especialista, que avalia diretamente os contextos de função e atividade para discernir o valor da avaliação, e uma quarta fase, que Cook considerava estar a surgir: a avaliação participativa com várias comunidades de cidadãos, para que os silêncios que assombram os arquivos possam finalmente ser ouvidos (Cook, 2011). Indica-se que os arquivos modernos exageram na interpretação jurídico-administrativa de origem positivista do valor do arquivo, e que esta continua a influenciar profundamente o método e a avaliação arquivísticas, que continuam a basear-se em teorias administrativas de valor e com um foco na informação e arquivo como personificação direta e linear de factos em suporte textual (Frogner, 2015). Daí que se aponte, como Chaudron (2008), que o conceito da proveniência (originário da

França Revolucionária e sistematizado por Müller, Feith e Fruin²⁷) e a sua associação à análise funcional schellenberguiana (para que o conteúdo deixasse de ser o único elemento a ter em conta na avaliação de informação das organizações), evoluíram como parte importante do pensamento arquivístico na América do Norte, Austrália e Europa, fazendo parte da *Documentation Strategy, Macroavaliação, DIRKS*²⁸ e ISO 15489 (Chaudron, 2008). Esta linha condutora permite-nos aventar a ideia de que as teorias da pós-modernidade não fazem uma quebra total com as teorias da modernidade. No entanto, aponta-se a existência de um dinamismo que leva ao surgimento de diferentes valores (sociais), interesses e públicos no âmbito dos arquivos, que requer uma maior abrangência e inclusão de vozes (Caron & Brown, 2013; Caron & Kellerhals, 2013; Crookston, 2014; Cumming & Picot, 2014; Findlay, 2014; Frogner, 2015; Hughes, 2014; Iacovino, 2015; Jones, 2014; Lacombe, 2012; Senécal, 2013; Soyka & Wilczek, 2014; Taavetti, 2016; White, 2012; Yeo, 2010; Youn, 2013), a que não é estranho o interesse crescente na história social e a influência do pensamento pós-moderno na teoria arquivística, de onde se refere a evolução do arquivo étnico sob a influência das forças epistemológicas, sociais e políticas, como o pós-modernismo e o multiculturalismo (Daniel, 2010). No entanto, Dominique Daniel (2010) remete para Richard Cox (1994) para reforçar a ideia de que, apesar de os esforços para preencher as lacunas dos seus acervos em relação aos “sub-documentados” e aos impotentes, e para melhor identificar os critérios de seleção, tal não resultou no desenvolvimento de uma “nova teoria de avaliação arquivística” (Cox, 1994; Daniel, 2010). Esta ideia é também sustentada por Daniel J. Caron e Richard Brown (2013), quando mencionam que o ambiente conceptual e as aplicações da macro-avaliação, *Documentation Strategy* e outras abordagens semelhantes, até agora não conseguiram “romper com os

²⁷ Thomassen (1999) afirma que, muito embora os autores do Manual Holandês não tivessem redefinido explicitamente os conceitos de respeito dos fundos e o princípio da proveniência, fizeram-no implicitamente.

²⁸ O Projeto e Implementação da Metodologia de Sistemas de Gestão Documental (*Designing and Implementing Recordkeeping Systems - DIRKS*) foi desenvolvido pelos Arquivos Nacionais da Austrália em colaboração com a *State Records Authority de New South Wales*, e descreve o processo de criação de sistemas de gestão documental, incluindo variada informação de arquivo, processos de negócio e transações. O manual, consiste em duas partes, a primeira referente ao guia do utilizador e a segunda parte é o conjunto de etapas. DIRKS é um processo de oito etapas no qual todos os aspetos, ou o maior número possível, de uma atividade ou processo de negócio são estudados, a fim de alcançar uma prática completa de gestão documental. Além dessas oito etapas, inclui vários modelos e questionários, que servem de guia à metodologia DIRKS. O manual DIRKS foi internacionalizado na Norma sobre Gestão Documental ISO 15489, cuja versão portuguesa da primeira versão é a NP 4438 (Instituto Português de Qualidade, 2005b; ISO, 2001; Roberts, 2005, p. 186; State Records Authority of New South Wales, 2003).

vínculos da disciplina” e “os conceitos básicos, técnicas e ferramentas” para recorrer a toda a gama de dimensões e capacidades intelectuais já disponíveis para identificar e selecionar o património documental, na medida em que se continua a fazer referência à teoria social, à epistemologia social e às ciências sociais, mas, na generalidade verifica-se uma relutância em dedicar-se totalmente ou a aventurar-se num território analítico e transdisciplinar potencialmente novo para informar a filosofia e a estratégia de avaliação de arquivo, e tornar a reflexão e a aplicação da tomada de decisão mais científicas (Caron & Brown, 2013). Atenda-se, portanto, que o Diretor (Daniel Caron) e um técnico sénior (Richard Brown) da entidade que desenvolveu a macro-avaliação, em que o segundo também participou nesse desenvolvimento teórico e na sua tradução para instrumentos técnicos para aplicação prática, estão a fazer uma crítica também à sua abordagem.

No que tange à dimensão dos *Modelos da Arquivística Moderna*, incluindo aqueles que são altamente influenciados pelas suas estratégias, considera-se existir uma tensão derivada dos antigos modelos, como os modelos de Jenkinson e Schellenberg não estarem adaptados para o mundo digital (Ceeney, 2008; Johnson, 2007; Senécal, 2013), que Valerie Johnson e Natalie Ceeney do Reino Unido ligam ao peso do modelo de Jenkinson (que se aprofundará mais abaixo) (Ceeney, 2008; Johnson, 2007), e também porque esses antigos modelos não permitem representar a Sociedade (Caron & Brown, 2013; Caron & Kellerhals, 2013; Cook, 2011; Frogner, 2015; Johnson, 2007; Lacombe, 2012)²⁹, não obstante o facto

²⁹ Johnson (2007) critica as abordagens de Jenkinson e Schellenberg, que excluem alguns grupos de pessoas e documentos nos arquivos históricos (Johnson, 2007, p. 131) e mantêm um legado de evidências das estruturas de poder, que foram definidas por critérios de “nascimento e classe e não meritocraticamente e em que a discriminação de género e raça era comum”, resultando no foco da documentação retida referir-se ao topo dessas estruturas, nos indivíduos poderosos, suprimindo ou desvalorizando o resto (Johnson, 2007, p. 132). Cook (2011) indica que as abordagens jenkinsoniana e schellenberguiana limitam a representação da Sociedade dos arquivos aos interesses, preconceitos e influência social dos produtores e dos utilizadores, e que só a partir da perspetiva de avaliação inspirada por Ham (1975) se orientou os arquivistas para refletirem os valores e tendências da Sociedade Contemporânea na criação de informação de arquivo, e traduzir esses valores em estratégias e métodos de investigação de avaliação (Cook, 2011, p. 180). Lacombe (2012) recorre a Brown (1992, p. 37) para indicar que os métodos tradicionais de avaliação e seleção já não são adaptáveis à complexidade e profusão dos arquivos atuais (Lacombe, 2012, p. 40). Caron e Brown (2013) consideram que as abordagens utilizadas até aos anos 80 do século XX derivadas das orientações de Schellenberg eram avaliações pseudo-históricas do conteúdo dos documentos, e que não resolviam as solicitações de eliminação documental dos organismos públicos (Caron & Brown, 2013, pp. 147–148). Uma crise de gestão de informação do governo canadiano (Caron & Brown, 2013, p. 136) levou ao surgimento da macro-avaliação, que resultou numa investigação, por parte dos Arquivo Nacional do Canadá (atualmente *Library and Archives Canada*), das funções, atividades e processos de negócio dos organismos públicos, com o fim de conservar o património documental e facilitar a gestão da informação de arquivo governamental (Caron & Brown, 2013, pp. 144–145). No entanto, a macro-avaliação, que se desenvolveu com base na análise das funções e atividades de cada um

de Daniel J. Caron e Richard Brown (2013) referirem que a macroavaliação, pela análise funcional, também não garante essa representação da Sociedade (Caron & Brown, 2013). Com efeito, Valerie Johnson (2007), refere que o legado de Jenkinson no Reino Unido ainda é grande, no que se refere à avaliação (no que é decidido conservar e quem toma essa decisão), na literatura e na formação, havendo porém uma pressão sobre esse legado, no sentido em que o volume da informação e os avanços tecnológicos foram elementos de pressão, motor de mudança, mas também por uma crítica que se substancia no facto de a passividade (requerida ao arquivista) não corresponder a imparcialidade e a objetividade, já que as decisões dos produtores acabavam por refletir os seus valores e as estruturas de poder, constituindo que essa visão representa uma abdicação da responsabilidade (Johnson, 2007). Havendo o relato de que a gestão documental schelleberguiana do valor primário e secundário com recurso ao princípio da avaliação contínua ao longo do ciclo da vida é a abordagem que predomina na administração pública brasileira (Mancuso, 2013), apontam-se também críticas, que se prendem com a teoria e a prática da avaliação schellenberguiana, que moldou a natureza institucional dos arquivos nos Estados Unidos, e que dificultava a procura de informação sobre indivíduos e grupos marginalizados ou anónimos (Daniel, 2010), a utilização da análise orgânica em que o arquivista organizava as séries identificadas

dos organismos da administração pública, já não respondia à nova organização fluída da administração pública (Caron & Brown, 2013, p. 143) e muito menos à representação da Sociedade, uma vez que estes autores consideram que os resultados da avaliação da *Library and Archives Canada* precisam de se tornar mais objetivamente representativos da maneira como a Sociedade funciona como um todo, inclusive de como o Governo opera dentro dela, desenvolvendo políticas, tomando decisões e interagindo com os cidadãos ao longo do tempo, e dado que “a Sociedade em geral está a passar por mudanças fundamentais a uma velocidade sem precedentes e numa escala evolutiva de transformação” eles creem que a análise contextual, que se tornou a principal fonte de inspiração para a avaliação de arquivo na *Library and Archives Canada*, precisa de se tornar mais científica e abrangente do que anteriormente para permitir que a instituição se torne mais discriminatória quanto ao conteúdo que irá identificar como património documental, atualmente e no futuro. Assim, defendem a necessidade de “ir para lá dos paradigmas da análise estrutural-funcional e entrar em algo mais aproximado da análise social” (Caron & Brown, 2013, p. 162). Caron e Kellerhals (2013) dão o exemplo dos debates sobre o papel da Suíça na 2.^a Guerra Mundial, em que as descobertas dos historiadores contradiziam as recordações das testemunhas dos acontecimentos, e que, por sua vez, acreditavam, devido às suas experiências, que os arquivos, dos quais os académicos dependiam para a sua investigação, nunca estavam completos (Caron & Kellerhals, 2013, p. 208). Perceciona-se que isto põe em causa as abordagens de avaliação orientadas para identificar que documentos têm valor histórico, e que o trabalho do arquivista está orientado para o apoio à investigação histórica, e também à ideia de que os arquivos públicos (resultantes dos documentos dos organismos da administração pública) correspondiam à memória da nação, país, povo, confundindo o Estado com estas entidades (Caron & Kellerhals, 2013, pp. 209–210). Frogner (2015) indica que “vários escritores expressaram preocupação de que os acervos” dos “arquivos públicos não representem uma imagem exata e inclusiva da sociedade”, que “são mandatados para representar” (Frogner, 2015, pp. 123–124). Para ele, a avaliação de informação de arquivo permanece baseada em teorias administrativas de valor e com um foco na informação e arquivo como personificação direta e linear de factos em suporte textual (Frogner, 2015, pp. 125–126).

por essas tabelas de avaliação de acordo com o princípio de proveniência e o conceito de agregação por forma a replicar a hierarquia administrativa da universidade, e recorrendo à avaliação schellenberguiana, que distinguia valor primário e secundário (Robyns & Woolman, 2011). Williams (2006) faz menção de que a análise evidencial e informacional baseada na informação de arquivo, assente em Schellenberg, “um pragmatista cujas teorias se desenvolveram a partir de sua própria experiência”, assim como o Método de Minnesota³⁰, que também se caracteriza por ser uma avaliação pragmática, desenvolvida explicitamente da prática e não da teoria, foi desenvolvida por profissionais e foi recebida com interesse por outros profissionais (Williams, 2006, p. 89).

Acerca da *Análise Funcional*, e em ligação com projetos abordados no capítulo anterior, verificam-se algumas questões, como é a situação já referenciada do ambiente organizacional atual ser menos hierárquico e mais fluído do que as burocracias weberianas, o que aumenta a complexidade ao abordar a funcionalidade, logo o recurso à análise funcional (Chaudron, 2008), e também se evidencia a problemática dos métodos para desenvolvimento de especificações de avaliação e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e *big data*, nomeadamente à luz da iniciativa internacional InterPARES (Projeto *iTrust*), e com recurso a uma abordagem funcional de análise do contexto de processos de negócios e fluxo de trabalho (McDonald & Léveillé, 2014). Em outro projeto (produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489 para a *National Patient Safety Agency* do Reino Unido), onde se pretende desenvolver a prática de avaliação e a definição de prazos centradas na análise funcional, verifica-se que esta é eficaz na definição do contexto de negócio da informação de arquivo e na definição do valor dito primário, mas que se torna menos viável no reconhecimentos dos valores ditos secundários, como o arquivístico, e também a lidar com documentação legada (Man, 2010). Ainda outro projeto de reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo,

³⁰ O “Método de Minnesota” é uma estratégia de seleção de informação de arquivo, que combina aspetos de análise de coleção, *Documentation Strategy*, macro-avaliação e análise funcional. Esta abordagem pragmática de seleção foi desenvolvida por Mark A. Greene e Todd J. Daniels-Howell, enquanto trabalhavam na Sociedade Histórica de Minnesota na década de 90 do século passado. O seu objetivo era equilibrar os esforços para documentar negócios (numa perspetiva económica) com todas as outras áreas documentais, desenvolvendo um método para fazer escolhas melhores e mais racionais sobre que documentação recolher de entre o grande volume de informação de arquivo do Estado. O método abrange uma atividade de negócio no Minnesota e verifica o contributo de cada setor para a economia do estado na compreensão do seu impacto para além do que é sugerido pelo tamanho, produto (interno) bruto e número de trabalhadores (Craig, 2004, pp. 91–92).

desenvolvido pelos Arquivos da Universidade de *Central Upper Peninsula and Northern Michigan*, demonstra que “os métodos tradicionais de avaliação e organização já não funcionam para” o organizador solitário “e exigem mudança e adaptação” (Robyns & Woolman, 2011). Este projeto recorre à análise funcional institucional, e baseia-se no desenvolvimento e implementação de um *Documentation Plan* abrangente e, apesar de, alegadamente, os críticos da análise funcional acusarem os seus proponentes de não oferecerem alguns critérios objetivos para classificar a importância relativa da função das unidades orgânicas dentro das funções e subfunções da instituição maior, Marcus C. Robyn e Jason Woolman (2011) consideram essa crítica amplamente injusta (Robyns & Woolman, 2011).

A dimensão da *Macro-Avaliação* dificilmente se consegue separar do seu elemento de aplicação da Análise Funcional e são várias as críticas, que são feitas a esta, que também são apontadas à macro-avaliação (Caron & Brown, 2013; Chaudron, 2008; Convery, 2014; Cook, 2011; Crookston, 2014; Cumming & Picot, 2014; Delaney, 2008; Hughes, 2014; McDonald & Léveillé, 2014), como aquela que já se mencionou anteriormente sobre Daniel J. Caron e Richard Brown (2013) referirem que a macroavaliação, pela análise funcional, também não garante essa representação da Sociedade (Caron & Brown, 2013). Com efeito, estes autores afirmam que a macro-avaliação oferece os passos iniciais em direção a um *corpus* de pensamento científico (Caron & Brown, 2013, p. 159), considerando que se trata de “algo mais robusto intelectualmente”, “mais fundamentado e deliberado”, “mais rigoroso teoricamente”, e “que se aproxima do contexto das ciências sociais e dos seus modelos e métodos analíticos”, embora tenha permanecido essencialmente expresso na forma de técnica, metodologia e ferramentas (Caron & Brown, 2013). Já Catherine A. Bailey (2006) tinha expressado a dificuldade de traduzir as decisões de avaliação tomadas com recurso à macro-avaliação e à sua metodologia resultante (baseadas na análise funcional) em informação de arquivo que é adquirida pelos arquivos (transferida para os arquivos definitivos) e que a teoria da macro-avaliação não é estática, tendo sido reformulada e codificada ao longo do tempo pelo órgão coordenador da política arquivística canadiana (Bailey, 2006), e desenvolvida por uma combinação daqueles que trabalham em arquivos nacionais e docentes e outros nas universidades (Williams, 2006).

Outra dimensão em apreço centra-se na *Documentation Strategy*, em que Larry Hackman, considerado como um dos seus desenvolvedores originais, apresenta o seu “modelo conceptual” para a *Documentation Strategy*, que refletia a sua “crença em quatro

abordagens principais para abordar os problemas enfrentados pela profissão arquivística”, e que se constituem na verificação “das condições com base nos dados e na experiência”, adoção de “prioridades e estratégias para uma programa de ação”, cooperação e colaboração “com a comunidade arquivística”, e “advogar as ações desejadas com outras partes que podem fazer a diferença” (Hackman, 2009). Para este autor, as *Documentation Strategies* pressupunham que os avaliadores solitários reconheceriam as severas limitações de agir sozinhos e que veriam benefício em partilhar e também em agir em conjunto para exercer influência para lá dos seus programas individuais”, “em parte como uma maneira de influenciar os principais tomadores de decisão nas suas próprias instituições”, e “presumia que a profissão se moveria em direção a valores profissionais que davam mais importância à responsabilidade coletiva relativamente à análise e ação de documentação”, “sem diminuir a obrigação ou a prerrogativa individual”, indicando que, “em grande parte não foi esse o caso” (Hackman, 2009). Denotam-se vários problemas decorrentes destas iniciativas, como o facto de “dependerem amplamente do interesse dos seus utilizadores, bem como do tipo de conteúdo que eles escolhem produzir”; de “exigirem recursos financeiros e humanos extensos”; “os fenómenos que se esforçam para documentar - exceto as populações indígenas - são geralmente de natureza transnacional, enquanto as instituições de património cultural que albergam os resultados de tais esforços permanecem fundamentadas nos territórios nacionais” (Daniel, 2010). Larry Hackman (2009) expressa que não se trata de uma abordagem estática, tendo sofrido evolução desde que participou na sua conceção, mormente com a introdução da análise funcional por Helen W. Samuels (1998), na sua obra *Varsitty Letters* (Hackman, 2009). Hellen W. Samuels “reformulou os detalhes da estrutura conceptual original para a adequar às instituições individuais, em contraste com a *Documentation Strategy* multi-institucional” (Samuels, 1998), instando “os arquivistas a pensarem na documentação em termos da visão geral dos papéis da instituição, em vez de se focarem no resultado da hierarquia administrativa da instituição”, em que apesar de pretender “a análise funcional como uma ferramenta conceptual para as instituições individuais, em vez de um plano de ação concreto e coordenado, os conceitos fundamentais da análise funcional eram os mesmos da *Documentation Strategy*” (Johnson, 2008). Para Daniel J. Caron e Richard Brown (2013), as proposições contemporâneas da *Documentation Strategy* nos Estados Unidos podem ter diferido ligeiramente em termos de teoria, técnicas e aplicações, mas não necessariamente em termos de metas ou objetivos (Caron & Brown, 2013). A *Documentation Strategy* foi desenvolvida por académicos e docentes com base numa teoria específica (Williams, 2006), com a intenção de criar uma imagem abrangente

da Sociedade, não limitada às organizações (Hackman, 2009; Johnson, 2008) e, de acordo com Elizabeth S. Johnson, representou uma mudança para uma interpretação mais ampla da avaliação arquivística, como resposta a um mundo de crescente abundância de documentos e de déficit de informações, e uma tentativa dos arquivistas para descobrirem o sentido da sua nova identidade como arquivistas ativistas (Johnson, 2008). Para esta autora, o seu legado “está na interpretação mais ampla do papel da informação de arquivo na sociedade e na responsabilidade que os arquivistas desempenham na definição desse papel” e se “os valores arquivísticos do ativismo e da documentação foram absorvidos, a conclusão lógica é uma visão do arquivista como criador do passado”, “uma responsabilidade pesada e talvez uma visão irrealista da objetividade”, mas apontando críticas a esta abordagem, como a consideração de que ela “estava enraizada na cooperação interarquivos”, “algo que os arquivistas defendiam continuamente, mas raramente faziam”, que “o nível de envolvimento necessário para implementar” esta abordagem “pressupunha uma prosperidade arquivística, que não correspondia à realidade das instituições subfinanciadas cronicamente (Johnson, 2008). Não obstante, alguns autores considerem que a *Documentation Strategy* se revelou impossível de trabalhar, tendo valor no que representou como aplicação prática de uma mudança de identidade na profissão (Hackman, 2009; Johnson, 2008), outros autores defendem um novo fôlego para esta abordagem. Doris J. Malkmus (2008), no âmbito da sua análise a cinco projetos que recorrem à *Documentation Strategy*, e que foram apresentados em capítulo anterior, defende que esta distingue-se da Análise Funcional, porque não está limitada por esta³¹, e que não é um “Santo Graal” nem um “mastodonte”, pelo se deve ter em conta como ferramenta eficaz em circunstâncias limitadas (quando o tópico do projeto tem um foco restrito, um parceiro institucional envolvido, que sustenta financeira e administrativamente o projeto, e consultores especializados dentro de uma comunidade ou disciplina autoidentificada fornecem orientação), nomeadamente como ferramenta eficaz de divulgação e relações públicas (Malkmus, 2008, p. 385). No entanto, alerta que tem um potencial muito limitado como ferramenta para a recolha de informação de arquivo

³¹ A autora indica que a *Documentation Strategy* difere da análise funcional, porque apesar de também poder aplicar essa análise, não se limita ao estudo e à categorização de um só tópico, assunto ou organização, e também porque “identifica informação de arquivo e planos pertinentes para a sua preservação”. Assim, normalmente, a análise funcional é realizada por um único arquivista em nome de uma única instituição, enquanto que a “*Documentation Strategy* reúne especialistas, produtores, utilizadores e arquivistas para coordenar as aquisições entre vários repositórios” (Malkmus, 2008, p. 387).

eletrónica, pois sabendo-se que “a rápida obsolescência dos formatos eletrónicos exigirá novos métodos proativos de acesso à informação de arquivo digital”, esta abordagem “envolve a avaliação proativa, mas é guiada por especialistas que avaliam toda a documentação disponível acerca de um tópico para selecionar um registo histórico representativo”, uma experiência que “pode levar décadas para ser adquirida, enquanto os formatos e os meios de comunicação vão mudando a cada dez ou quinze anos” (Malkmus, 2008, pp. 408–409). Dominique Daniel (2010) frisa o foco social da *Documentation Strategy*, que considera especialmente apropriada ao arquivo etnográfico (que já se aludiu anteriormente), pois “essa teoria fornece uma estrutura conceptual para as estratégias de alcance “de base” implementadas anteriormente pelos arquivistas interessados na imigração e etnicidade” (Daniel, 2010).

Na dimensão dedicada ao *Records Continuum*, verifica-se que esta incluía uma abordagem para a criação, a gestão e a avaliação “que não tivesse só em consideração as necessidades organizacionais, mas também os interesses mais abrangentes da Sociedade”, e que “a avaliação pró-ativa na etapa de criação garantisse a acessibilidade, autenticidade e integridade continuadas do material digital (Convery, 2014), podendo permitir conceptualizar e descrever não apenas a “vida após a morte” da informação de arquivo, mas as muitas dimensões que ela pode ter: pública e pessoal, originais e cópias, formatos físicos e eletrónicos, “mostrando que nenhuma dessas dimensões é mais importante que outra” (Condé, 2011). Defende-se que continua a ser a abordagem conceptual correta para enfrentar os desafios de implementar sistemas de informação robustos e eficientes na era digital com recursos limitados e influência decrescente (Crookston, 2014), considerando necessário que os profissionais da gestão documental tentassem integrar as preocupações da gestão documental nos sistemas tecnológicos de informação utilizados pelas organizações, à luz do *Records Continuum* (Convery, 2014; Crookston, 2014). No entanto, critica-se que, por um lado o *Records Continuum* é defendido, mas não aplicado (Convery, 2014), e por outro, “a teoria é sólida, mas os métodos de implementação parecem desatualizados” e, no que respeita ao estabelecimento de controlos apropriados para as partes intermédias, considera-se ter cedido “aos métodos custodiais”, considerando necessário “fazer alguma reinvenção”,

nomeadamente, procurando “qual o valor da gestão documental para o sistema de informação, e a melhor forma de o comunicar” (Crookston, 2014)³².

Surtem também neste conjunto outras dimensões que não são tão abordadas pelos textos em apreço, como é o caso da *Avaliação Integrada*, em que Christian Lacombe (2012) menciona a existência de problemas sobre esta abordagem de avaliação de Carol Couture, fazendo uma crítica aos princípios diretores da avaliação da informação de arquivo indicados por Couture (1999), que são seguidos no Quebeque, e que se baseiam globalmente no conhecimento que o arquivista tem da pessoa física ou moral que criou os documentos, não tendo em consideração que o documento não deve ser visto tão somente como um testemunho do passado, assim como não tem em conta a influência que tem na significação do documento os contextos de produção e da sua leitura, apoiando-se para tal nos conceitos de Richard Brown (1992) e Michel Foucault (1969) (Lacombe, 2012). Sobre a abordagem *More Product, Less Process* (MPLP)³³, Matt Gorzalski (2008) indica que, apesar dos

³² Crookston (2014) aborda o *Records Continuum Model*, à luz da sua experiência como profissional de arquivo, indicando que o pensamento sistémico subjacente e a adesão aos princípios de autenticidade e integridade lhe têm sido úteis. O autor refere que os aspetos macro e micro do modelo são importantes no âmbito da avaliação, e considera ter apreendido o modelo para os aspetos macro e alguns bons métodos para o micro. A questão que considera mais problemática, prende-se com o estabelecimento dos controlos relativos aos aspetos que intermedeiam o macro e o micro. Nesse âmbito, o autor refere ter tido dificuldades com alguns dos métodos, particularmente na função de avaliação. Esta dificuldade decorre das situações em que é necessária a intervenção de outrem, interpretando isso como uma falta de competências para a articulação do seu pensamento, métodos e valor geral para o sistema de informação com as outras partes desse sistema. Daí que o autor considera necessário reinventar os seus métodos, à luz da questão do valor da gestão documental para o sistema de informação, e como melhor comunicar esse valor (Crookston, 2014).

³³ *More Product, Less Process* (MPLP) é uma abordagem desenvolvida por Mark A. Greene e Dennis Meissner (2005), ao longo de vários artigos (Greene, 2010; Meissner & Greene, 2016), com o argumento de que o tratamento tradicional de arquivo é muito lento, e que o crescimento das massas documentais acumuladas está a fragilizar a profissão de arquivista, defendendo o uso de um tratamento mínimo para reduzir os atrasos e fornecer acesso às coleções de arquivos o mais rápido possível (Greene & Meissner, 2005, pp. 208–209). Esta abordagem tem tido elogios subsequentes direcionados principalmente para a capacidade de aumentar a acessibilidade do utilizador sem impedir a opção de tratamento futuro (Mersiovsky, 2014; Wright, 2010). Greene e Meissner apresentam um novo conjunto de orientações para a organização, a preservação e a descrição: agilizar a disponibilidade de coleções para os utilizadores; Assegurar o tratamento (organização) adequado dos materiais para as necessidades dos utilizadores; Tomar as medidas mínimas necessárias para preservar fisicamente os materiais da coleção; Descrever os materiais de forma suficiente para o seu uso (Greene & Meissner, 2005, pp. 212–213), defendendo que o tratamento (organização) ao nível do item não é necessário e, em vez disso, enfatizam a importância de criar auxiliares de pesquisa para coleções (Greene & Meissner, 2005, pp. 214–220). Os autores argumentam ainda que algumas preocupações de preservação devem ser abandonadas com o objetivo de fornecer acesso efetivo aos utilizadores das coleções (Greene & Meissner, 2005, pp. 236–237) e apresentam recomendações para os arquivistas, que referem como “princípios para a mudança”: O “mínimo de ouro”: atingir os requisitos de tratamento dos utilizadores atuais e futuros no nível mais básico; Organização: Ao contrário da organização de itens individuais, organizar as coleções nos níveis de série e unidade de instalação simplifica e facilita a pesquisa para possíveis utilizadores; Descrição: para

críticos, as histórias de sucesso com o tratamento mínimo forçaram os arquivistas a reavaliar os seus métodos de tratamento, aplicar o tratamento mínimo à informação de arquivo eletrónica e reavaliar o que é necessário para os serviços de referência eficazes, e Mark A. Greene e Dennis Meissner (2005) colocam em perspetiva qual deve ser o principal objetivo de um arquivista, ou seja “focar-se em fornecer acesso rápido aos acervos arquivísticos aos investigadores” e “fortalecer as relações com os doadores para a disponibilização dos seus materiais para utilização” (Gorzalski, 2008, p. 197), indicando que os “arquivistas devem parar de se preocupar com um nível ideal de tratamento e tratar apenas a um nível apropriado que torne a coleção utilizável” (Gorzalski, 2008). Sobre as *Abordagens Alemãs*, Isabel Taylor (2016) apresenta a abordagem de avaliação, que surgiram na Alemanha a partir dos anos 90 do século passado, referindo o *Federführungsmodell*³⁴ desenvolvido pelo *Bundesarchiv* (arquivos federais), a abordagem de avaliação horizontal e vertical³⁵ do

incorporar os materiais, deve fornecer-se contexto e informação de acesso ao utilizador e refletir o nível de organização; Preservação: Pode confiar-se no armazenamento moderno com recurso ao controlo climatérico para preservar os materiais após o tratamento minimalista; Políticas: As coleções não tratadas devem ser consideradas abertas aos investigadores; Métricas: A consistência deve estar definida no nível aceitável mais básico entre todos os aspetos do tratamento arquivístico (Greene & Meissner, 2005, pp. 240–252). As críticas ao MPLP referem-se principalmente à sua abrangência percecionada, tolerância e perspetiva redutora (Mersiovsky, 2014; Moore, 2017; Phillips, 2015), havendo argumentos sobre a má aplicação da MPLP à digitalização ao nível do item e sobre a ambiguidade de confiar na importância e condição relativas para determinar a prioridade do tratamento (Mersiovsky, 2014), e ainda críticas pelo seu caráter abertamente negativo e negligente em relação aos valores da preservação, com o argumento que esta abordagem coloca as coleções em risco (Phillips, 2015).

³⁴ No que se refere ao *Federführungsmodell*, a autora refere que os “documentos das mais altas autoridades públicas federais, que são da competência do *Bundesarchiv*, são avaliados com base em critérios de avaliação relacionados com as tarefas”, em que a chave é “a diferenciação entre responsabilidade administrativa principal (*Federführung*), o envolvimento qualificado e o envolvimento simples” (Taylor, 2016, p. 15). Nesta abordagem “a indicação formal da responsabilidade administrativa principal não determina, por si só, a validade arquivística”, “isto é, não desencadeia automaticamente a necessidade de transferir a informação de arquivo correspondente ao cumprimento da tarefa, porque o arquivista apresenta a si mesmo a questão finalmente decisiva sobre a pertinência da tarefa cumprida”, sendo, “portanto, um processo de duas partes: o *Federführung* é determinado e a importância das tarefas capturadas na informação de arquivo é avaliada” (Taylor, 2016, p. 15). No entanto, a autora adverte que “este procedimento não consegue superar o problema de grandes volumes de informação de arquivo” “que enfrentam os arquivos estaduais”, “principalmente de dossiês (ou coleções factícias)” (Taylor, 2016, p. 16).

³⁵ A avaliação horizontal e vertical desenvolveu-se parcialmente em resposta ao apelo “de que os arquivistas se deveriam ocupar mais intensamente com a gestão documental nos organismos governamentais e com as práticas da administração pública em geral”, e cujo objetivo é “conseguir uma transferência de arquivo condensada que reflita de forma fiável a seção da realidade da vida à qual está relacionada a tarefa de uma organização governamental”, sendo que “os arquivistas só o conseguem se tiverem conhecimento preciso dos processos realizados pela organização”, uma vez que “a simples análise dos documentos (*Aktenautopsie*) não consegue fornecer esse conhecimento” (Taylor, 2016, p. 16). Assim, “idealmente, o valor arquivístico da informação de arquivo é julgado prospectivamente, no momento da sua produção, e não nos anos ou nas décadas após o processo ter sido fechado”, havendo normalmente o envolvimento de “uma equipa de três a

Landesarchiv (arquivo estadual) de Baden-Württemberg, “não muito diferente da macroavaliação” “e os *Documentation Plans*, tipicamente usados a nível municipal³⁶ e nos arquivos universitários” (Taylor, 2016). A autora indica que os modelos de avaliação alemães se tornaram “mais práticos, esquemáticos e sofisticados”, que “elementos das práticas de avaliação anteriores foram integrados em modelos formalizados”, que existem “agora distinções claras entre diferentes escolas de pensamento”, cada uma focada num setor específico (federal, estadual ou municipal) do mundo dos arquivos alemães reacendendo “o

quatro arquivistas”, e “em primeiro lugar, são analisadas e comparadas as tarefas, funções e competências das organizações individuais das quais o material de arquivo deve ser transferido”, o que implica primeiramente “detetar as entidades administrativas (*Stellen*) envolvidas no cumprimento de as tarefas a serem retratadas” e, “por intermédio do alinhamento das tarefas com as funções na faixa administrativa vertical”, é pesquisada a transferência de material de arquivo mais informativa possível”, para que “a avaliação seja realizada com base no contexto do procedimento” (Taylor, 2016, p. 16). Esta “análise das tarefas, funções e competências é realizada através da leitura de regulamentos, leis, e planos de classificação e de negócios, bem como outras informações escritas, seguidas de entrevistas direcionadas aos funcionários responsáveis pelas tarefas”, apesar de a autora considerar “importante enfatizar que essa análise da administração é necessariamente recursiva” pois, “dada a contínua mudança administrativa, os arquivistas devem conduzir novas análises constantemente para ter isso em conta” (Taylor, 2016, p. 16). Na segunda etapa, “são verificados, descritos e analisados os documentos gerados no decorrer da execução da tarefa administrativa” no reconhecimento de que, no serviço público estadual, várias organizações estão geralmente envolvidas no cumprimento de uma tarefa pública e os documentos mais informativos podem não ser necessariamente encontrados ao mais alto nível” (Taylor, 2016, p. 16), sendo que “o fator decisivo é a função em que um organismo governamental está envolvido no cumprimento de uma tarefa” e que “a transferência de arquivo planeada visa representar os organismos cujas ações moldam o curso de um procedimento administrativo ou de um projeto” (Taylor, 2016, p. 17). Além disso, a autora refere que “a comparação vertical deve ser complementada por uma comparação horizontal em três níveis diferentes”, pelo que a “aplicação do modelo consome bastante tempo na prática, enquanto também pressupõe uma certa coerência no sistema de gestão documental do organismo governamental”, sendo, no entanto, útil para os próprios organismos governamentais “porque a determinação do valor arquivístico da informação de arquivo na sua criação, economiza bastante tempo” e “o organismo governamental pode implementar facilmente o plano de avaliação de informação de arquivo que os arquivistas desenvolveram” (Taylor, 2016, p. 17).

³⁶ A representação arquivística a nível municipal tem a tarefa de representar de maneira abrangente a sociedade local e as realidades da vida, documentar os seus eventos, fenómenos e estruturas, grandes ou pequenas, e assim fazer justiça à pluralidade local (política, económica, cultural e social)”, recorrendo a uma plano de categorias em que “cada uma dessas categorias é dividida em outras subcategorias”, afirmando que “a informação de arquivo assim avaliada não deriva somente de proveniências oficiais (*amtliche*), mas aplica-se ao município como um todo”, “contendo informações relevantes para garantir os direitos do município e do seus cidadãos e descrevendo o seu desenvolvimento histórico e atual”, pelo que também “inclui informação de arquivo de proveniências particulares” (Taylor, 2016, p. 18). Nesta perspetiva, a autora indica que, “devido à natureza complexa do material arquivístico, os *Documentation Plans* não podem ser o ponto de partida para a aplicação de todos os procedimentos de avaliação subsequentes, mas que podem ser experimentados” (Taylor, 2016, p. 18), mencionando a necessidade de uma consciência sempre presente de *Zeitchronik* (crónica de eventos importantes, pessoas e fenómenos)”, mais para ajudar a sensibilizar os arquivistas, do que servir como orientação restrita da avaliação (Taylor, 2016, p. 19), e também do “Catálogo de fenómenos e problemas contemporâneos típicos”, cujo “fator decisivo é que todos os que trabalhem com esse catálogo devem permanecer cientes e abertos aos vestígios de material arquivístico”, o que “uma reflexão contínua”, e que tal “forneceria indicadores para tópicos a serem tido em conta na avaliação”, como “indicar as lacunas que devem ser preenchidas e estimular a reflexão sobre como preenchê-las” (Taylor, 2016, p. 19).

debate de avaliação” “de maneira particularmente animada e prolífica”, e que “o desenvolvimento de informação de arquivo pública cada vez mais caótico após o advento da TI começou a apresentar novos desafios, que agora estão a começar a ser abordados” (Taylor, 2016, p. 20). Kretzschmar (2005) apresenta um documento de posicionamento publicado por uma associação de arquivistas alemães em outubro de 2004 e que se refere ao método de avaliação vertical-horizontal, indicando que resultou de um longo debate acerca do significado de evidência, que ocorreu na Alemanha entre os arquivistas que se apoiavam nas ideias de Schellenberg e aqueles que estavam ligados às ideias de Booms. O autor considera, assim, que o documento de posicionamento combina aspetos das ideias destes dois autores, uma vez que as “listas de verificação recomendadas pelo artigo baseiam-se na abordagem de uma avaliação funcional, mas a orientação para o conteúdo também está na base do documento”, tornando os dois pontos de vista compatíveis e harmonizando estratégias diferentes, mas não contraditórias (Kretzschmar, 2005, p. 227). Refere que o método é “abrangente (ou macro)”, no sentido em que são conduzidas consultas entre instituições de arquivo relativamente a lacunas nos acervos documentais, como parte da tomada de decisão sobre aquisição de informação de arquivo para conservação permanente (Kretzschmar, 2005; Loewen, 2005b, p. 96). Kretzschmar (2005) indica que esse documento de posicionamento estabelece normas nacionais, apresenta princípios para reflexão e estabelece as etapas necessárias para realizar uma avaliação, com a intenção de fornecer uma orientação aos arquivistas para o seu trabalho, promover uma discussão mais ampla sobre a avaliação arquivística e está orientado para que as pessoas que estejam fora da comunidade arquivística, nomeadamente os investigadores, “saibam os princípios básicos a partir dos quais os arquivos realizam a avaliação”, estando composto por princípios básicos, procedimentos de avaliação, a avaliação de grandes quantidades de processos documentais semelhantes, a avaliação de informação de arquivo estatística; a avaliação de informação de arquivo digital e a avaliação de informação de arquivo audiovisual (Kretzschmar, 2005, p. 224). O autor indica que o “objetivo do grupo de trabalho não era apresentar uma teoria elaborada, mas formular regras básicas para o trabalho diário da informação de arquivo geral e especializada” (Kretzschmar, 2005, pp. 224–225), considerando “o procedimento de avaliação como uma sequência de etapas de examinação que começam onde os documentos têm origem”, no seu contexto funcional, em que uma avaliação funcional analisa a função do produtor no contexto da Sociedade, as suas tarefas e procedimentos, os seus clientes e outros elementos importantes para a avaliação do trabalho do produtor, sendo seguida por uma análise do conteúdo (assunto) e da informação dos acervos de arquivo (físicos), “pois

ambos causam impacto nas recomendações de avaliação”. O texto da análise que precede as recomendações define o objetivo da avaliação, a saber, “representar os processos políticos e documentar a sociedade de forma mais abrangente possível”, daí que o autor refira que o grupo de trabalho favorece uma “abordagem trans-arquivos”, na qual os diferentes ramos contribuem para documentar o mais amplamente possível os desenvolvimentos e fenômenos característicos de um determinado período, ou seja, através dos esforços conjuntos, os arquivos dos diferentes ramos auxiliam na composição de um património arquivístico geral, em que a informação de arquivo de fontes governamentais e não governamentais, relacionadas com diferentes atividades e áreas, “contribuem para um património cultural rico e multifacetado”, com o objetivo de não só evidenciar a atividade dessas organizações, mas também registrar as atividades relativas a determinado assunto especificamente a todas as organizações (Kretzschmar, 2005, p. 225). O autor indica ainda que existem vários paralelismos significativos com a abordagem de macro-avaliação canadiana, nomeadamente no que reporta à abordagem global orientada para a realidade social, na qual a vida política e social do país é representada no património arquivística, à abordagem funcional segundo a qual a avaliação de informação de arquivo baseada no produtor deve ser verificada com um foco especial na importância dada ao impacto das suas atividades na Sociedade, à abordagem de cima para baixo na análise de funções multi-institucionais, à abordagem de “avaliação trans-arquivos” quando diferentes tipos de informação de arquivo são complementares entre si, e à orientação para o desenvolvimento de um entendimento dos objetivos da documentação (Kretzschmar, 2005, p. 228).

6.3.3. Decisões de Avaliação

No que tange os desafios, que se prendem com a aplicação das **Decisões de Avaliação**, surgem relatos da existência de problemas na aplicação prática de instrumentos formais, ferramentas desadequadas à realidade digital, derivado das diferenças entre as regras e a realidade da sua interpretação aquando da aplicação (Bailey, 2006; McDonald & Léveillé, 2014; Rydén, 2014). Tal também se prende com os desafios de trabalhar com instrumentos legais de avaliação e seleção “do setor que têm um ciclo de vida de dez anos”, considerando-se que, em parte, tal deriva da falta de consciência e capacidade de resposta que esse instrumento legal de avaliação e seleção “pode fornecer à complexidade do que é a” informação de arquivo eletrónica, ou seja, sistemas de informação multifunções baseados em diversas tecnologias de *hardware*, *software* e suportados por bases de dados (Parr, 2014).

Numa perspetiva mais abrangente, defende-se que a aplicação de normas no exercício da avaliação continua a ser uma questão controversa (Garaba, 2007), para além das dificuldades verificadas nas dimensões dos conjuntos anteriores, como são os problemas em equilibrar a objetividade e a subjetividade no que se refere à medição de valor (Caron & Brown, 2013; Cook, 2011; Craig, 2005; Frogner, 2015; Hughes, 2014; Johnson, 2007; Lacombe, 2012; Loewen, 2005b; Prom & Swain, 2007; Rydén, 2014; Yeo, 2010), e os problemas em termos de recursos e investimento (Crookston, 2014; Cumming & Picot, 2014; Evans, 2007; Garaba, 2007; Gorzalski, 2008; Jones, 2014; Loewen, 2005b; McDonald & Léveillé, 2014; Mumma et al., 2011; Rydén, 2014; Soyka & Wilczek, 2014). Se, por um lado, se considera ser pertinente ter em conta a responsabilidade (Social) das consequências da decisão e prestação de contas (Bailey, 2013; Caswell, 2010; Frogner, 2015; Soyka & Wilczek, 2014; Yeo, 2010), por outro lado é preciso ter consciência da existência da dificuldade de determinar e justificar decisões de avaliação de documentos em organismos públicos (Makhlouf Shabou, 2015). Assim, apesar de se apresentarem cenários como o brasileiro, em que a base fundamental da avaliação em relação à informação de arquivo governamental é o princípio da avaliação contínua ao longo do ciclo de vida da informação de arquivo, e que pretende aproveitar o período em que a informação de arquivo ainda está em uso corrente, facilitando a tomada de decisões informadas (Mancuso, 2013), argumenta-se a existência de diferenças entre as intenções dos decisores e os resultados da avaliação e seleção, e os implementadores da decisão e detentores dos acervos, também ligadas às diferenças de interpretação de decisões (Rydén, 2014).

6.3.4. Critérios de Avaliação

Outro conjunto pretende identificar o que os autores definem em termos de **Critérios de Avaliação**. Este surge com seis dimensões: a dimensão geral, o uso, a responsabilidade, direitos e prestação de contas, o valor comercial, a representação da sociedade e a informação não textual, dos quais se dão conta de seguida.

Apresenta-se na Figura 15 um esquema que identifica as dimensões deste eixo.

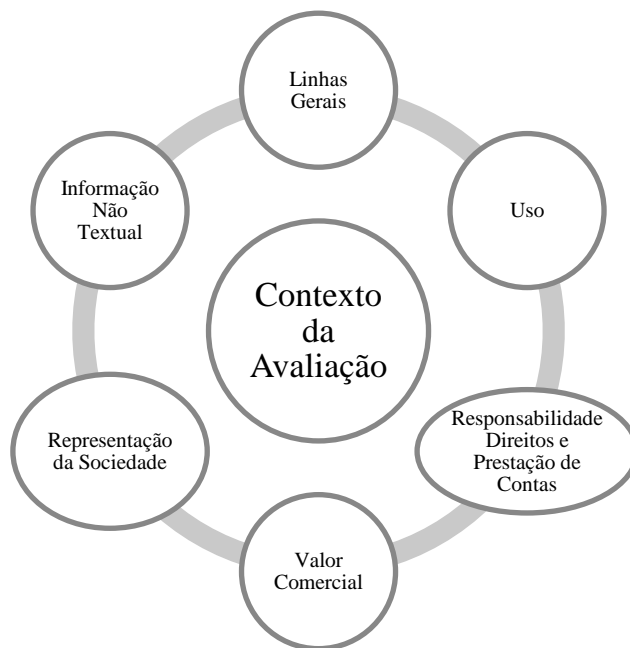


Figura 15 – Dimensões dos Critérios de Avaliação
FONTE: Produção própria (2020)

Numa dimensão *geral*, vários autores indicam a evidência de funções, em que se incluem as atividades, processos de negócio, tarefas, procedimentos (Chaudron, 2008; Cook, 2005; Kretzschmar, 2005; Loewen, 2005b; Williams, 2006) e nos quais Robert Kretzschmar (2005) inclui também a função do produtor no contexto da Sociedade (Kretzschmar, 2005). Alguns destes autores acrescentam a este aspeto a necessidade de também se ter em conta a existência de lacunas nos acervos documentais (Kretzschmar, 2005; Loewen, 2005b), o que requer, de acordo com Michael Jones (2014) documentar e gerir com base no contexto partilhado (Jones, 2014)³⁷. No âmbito específico da informação de arquivo eletrónico, afirma-se que o foco da avaliação da informação, que se encontra em suportes eletrónicos legados, tem sido a preservação da informação e não a preservação dos suportes (Levi, 2011), havendo quem indique os critérios de antiguidade, raridade, autenticidade, integridade e inteligibilidade”, este referido como “particularmente útil no que se refere aos

³⁷ Segundo o autor, o contexto partilhado [*shared context*] existe quando vários organismos de arquivo (e organismos culturais) têm acervos relativos a determinado contexto (pode ser sobre uma entidade, comunidade, etnia, etc.) e que, no seu conjunto, vão completando as lacunas que cada acervo apresenta. Daí ser necessário que esses organismos desenvolvam sinergias na forma de “métodos arquivísticos específicos do contexto” para “apoiar, contribuir e beneficiar da gestão do contexto partilhado”, sendo que tal partilha se estende aos princípios e à “colaboração intersectorial” (Jones, 2014, p. 185).

documentos não textuais, nado-digitais ou digitalizados”, para além da necessidade de explicitar que o conceito de “valor histórico” tem em conta, na sua aplicação, as facetas de “valor jurídico de prova, de valor testemunhal e de valor de informação” (Baillargeon, 2007). Este último aspeto, acerca do valor surge, de forma mais abrangente e não só na informação de arquivo eletrónica, pela mão de Lara Mancuso (2013), quando indica a utilização da abordagem schelleberguiana do valor primário e secundário no Brasil (Mancuso, 2013).

Na dimensão específica do Critério de *Uso*, considera-se como critério as necessidades e uso da informação de arquivo (Williams, 2006). Hea Lim Rhee (2012) afirma que vários investigadores e profissionais de arquivo criticaram o recurso ao utilizador e ao uso como fator de avaliação, porque o uso futuro não pode ser antecipado e a medição do uso é imprecisa e não confiável”, outros “alegam que os utilizadores e o uso de informação de arquivo deveriam ser um fator na prática de avaliação” (Rhee, 2012). Com efeito, vários autores defendem que a utilização futura para investigação não é importante (Cook, 2005; Kretzschmar, 2005; Loewen, 2005b), e Robert Kretzschmar (2005) refere mesmo que na Alemanha o critério relativo ao potencial para a investigação foi alvo de discussão, tendo sido retirada do conjunto de critérios a ter em conta, por ser considerada subjetiva (Kretzschmar, 2005).

Na dimensão que se orienta para as questões da *Responsabilidade, Direitos e Prestação de Contas*, consideram-se as responsabilidades e direitos que são manifestos ou latentes na informação de arquivo (Williams, 2006). Neste âmbito, Michael Cook (2010) defende que a prestação de contas/responsabilização é vista como o princípio mais importante no âmbito da avaliação de informação de arquivo pública, mas estende-se ao setor privado em questões como a proteção ambiental (Cook, 2010), enquanto que Terry Cook (2005) e Candace Loewen (2005b) referem os “pontos quentes” na interação entre cidadão e Estado (Cook, 2005; Loewen, 2005b). Já Livia Iacovino (2015) considera os direitos culturais³⁸ encontrados nas leis internacionais e nacionais australianas como justificativas para a “ação arquivística”, incluindo a avaliação (Iacovino, 2015).

³⁸ Francioni (2008) refere que os direitos culturais dependem da singularidade percecionada do legado que vincula um grupo ou comunidade a uma memória partilhada, sobre a qual é construído um poderoso sentimento de pertença e identidade (Francioni, 2008). Para Iacovino (2015), os direitos culturais estão englobados nos direitos humanos, mas considera que, dentro desses, têm sido os menos explorados, na medida em que são os

No que se refere à dimensão do *Valor Comercial*, este critério parte do apoio evidencial em termos de autenticidade e proveniência (derivados da visão schellenberguiana) nos processos de avaliação do valor comercial de bens (obras de arte) (Fritzke, 2008), considerando-se um conjunto de “critérios que afetam o valor justo de mercado”, que incluem a “raridade, antiguidade, originalidade e unicidade”, “coleção e prestígio”, “exposição”, “história e de investigação” (Lebeau, 2013, p. 58), o “valor sentimental”, em que as “circunstâncias que afetam o valor justo de mercado” incluem a “autenticidade”, a “importância material e complementaridade” (Lebeau, 2013, p. 59), o “potencial de utilização” em que o “avaliador se questiona durante a sessão de avaliação” se os arquivos têm valor documental, de testemunho, de investigação ou histórico”, “condições materiais e de conservação” (Lebeau, 2013, p. 60), e “restrição de acesso excessivo” (Lebeau, 2013, p. 61).

A dimensão da *Representação da Sociedade* inclui a intenção de documentar/representar a sociedade contemporânea (Cook, 2005; Loewen, 2005b; White, 2012) com o fim de estabilizar a identidade social (ou comunitária), e também servir de reservatório para alimentar o ceticismo essencial como um motor do progresso” da Sociedade, com o fito de “arquivar para auto-constatação, construção de identidade e auto-questionamento permanente” (Caron & Kellerhals, 2013). A abrangência e adversidade dessa representação surge também com os exemplos do Arquivo étnico, ou seja, “os processos e objetivos envolvidos na documentação da experiência imigrante e étnica (Daniel, 2010), e a necessidade de encontrar fontes que falem sobre vidas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero (LGBT) (Taavetti, 2016).

A dimensão da *Informação Não Textual*, com óbvias ligações à questão dos Direitos e da Representatividade inclui um aspeto que já foi mencionado anteriormente, e que se prende com os critérios antiguidade, raridade, autenticidade, integridade e inteligibilidade para informação não-textual e eletrônica (Baillargeon, 2007). Neste âmbito, Peter J. Roberts (2007) afirma que a determinação de manter ou não material não-textual (como material

únicos direitos humanos que não são direitos individuais universais. A autora dá como exemplos de instrumentos sobre os direitos culturais a nível internacional, como são, a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, e a Convenção Europeia sobre os Direitos Humanos (Iacovino, 2015).

filatélico) “depende do tipo de repositório de arquivo, da filosofia de avaliação do arquivista e da importância dada aos critérios de avaliação empregados” (Roberts, 2007), e que a “decisão do arquivista de salvar materiais não textuais depende parcialmente de ele ou ela acreditar que o produtor, o utilizador ou a sociedade em geral deve determinar a importância do material (Roberts, 2007).

6.3.5. Percepções

Relativamente às **Percepções**, identificaram-se três dimensões: a percepção das entidades governamentais, a percepção organizacional e a percepção dos profissionais de arquivo sobre a tarefa/função de avaliação, que se abordam nos próximos parágrafos.

Apresenta-se na Figura 16 um esquema que identifica as dimensões deste eixo.



Figura 16 – Dimensões das Percepções
 FONTE: Produção própria (2020)

Verifica-se, no seio da *Percepção das Entidades Governamentais* um exemplo, relatado por Baillargeon (2007), do que, aos nossos olhos, parece ser uma diminuição da consideração, aos olhos das entidades governamentais, da profissão de arquivo e respetivas associações profissionais como potenciais participantes na definição de políticas públicas e legislação para enquadrar essa política³⁹. Sobre as questões da avaliação de informação de

³⁹ Esta percepção baseia-se no relato de Baillargeon (2007), que indica que, apesar da Associação de Arquivistas do Quebec (AAQ) ter depositado uma memória ao Grupo de aconselhamento sobre a política do património cultural, em abril de 2000, o governo, em vez de alterar a Lei sobre os bens culturais, preferiu fazer uma Lei

arquivo, Convery (2014), no contexto do Reino Unido, apresenta um cenário em que as entidades governamentais orientam o seu foco para a gestão dos processos de negócio e a reutilização e a exploração da informação do setor público, e em que a avaliação é ainda perspetivada de forma reativa e não para os interesses mais abrangentes da Sociedade, o que contrasta com a imagem de modernidade, que essas entidades pretendem imprimir⁴⁰. (Convery, 2014, p. 159).

Já no âmbito da *Perceção Organizacional*, considera-se que a informação avaliada não é considerada como mais-valia/recurso (Senécal, 2013), em que a informação de arquivo é considerada como fim de linha (Cumming & Picot, 2014; Senécal, 2013), constatando-se também a existência de um problema de perceção dos funcionários quanto à maneira de tratar a informação digital, por falta de conhecimento/motivação sobre o que conservar - importante para atender às preocupações dos “departamentos jurídicos”, conservar os recursos de TI e conter os custos totais que são uma preocupação para os administradores

sobre a proteção do património cultural, em 2007, cujos documentos de reflexão e consulta revelavam poucas referências ao património arquivístico (Baillargeon, 2007, p. 153). Tendo estas situações em conta, e o facto de a AAQ não ter sido consultada no âmbito da discussão, que originou esses documentos de reflexão e consulta (Baillargeon indica que a AAQ participou como ator maior na criação e revisão de muitas leis e participado nos grandes dossiês culturais do Quebec) (Baillargeon, 2007, p. 154), a associação publicou uma memória com o fim de o ministério reconhecer claramente na nova lei sobre a proteção do património cultural o lugar dos arquivos no património cultural e o papel dos arquivistas do Quebec na sua proteção (Baillargeon, 2007, pp. 166–167).

⁴⁰ Convery (2014) indica que a maioria dos gestores documentais ainda tem de lidar com as massas documentais legadas, tentando aplicar “critérios de avaliação reativos” mais ligados ao enquadramento de conformidade organizacional e apetite de risco e, somente a título secundário, às expectativas sociais. Neste âmbito, verifica-se que a “avaliação continua a ser uma análise reativa de informação de arquivo semi- ou não corrente, muitas vezes ainda em formato papel” (Convery, 2014, p. 158). Esta abordagem reativa para definição dos prazos de conservação e avaliação, principalmente baseada no risco, contraria as estratégias governamentais”, que “pretendem passar para um serviço moderno, baseado no conhecimento, suportado por uma arquitetura de informação eficiente e baseada em normas abertas para apoiar o desenvolvimento de processos de troca de informação mais transparentes, confiáveis e eficientes” (Convery, 2014, p. 158). Tal levou a um foco na gestão de informação no setor público, mas também introduziu a normalização das tabelas de seleção funcionais e a formalização de processos organizacionais, que levam a “registos assépticos”, normalizados e sem dados interessantes, ou por atividades e decisões que não são registadas, seja por haver “tabelas de seleção baseada no risco que determinam qual a informação que chega à etapa de avaliação para conservação permanente num arquivo”, seja pela redução da informação em formulários e minutas (Convery, 2014, pp. 158–159). Convery questiona como é que os interesses mais abrangentes da Sociedade se inserem nesta abordagem orientada para os processos de negócio, quando as orientações políticas recomendam que a informação seja gerida, protegida e usada no seu ciclo de vida como um “ativo valioso”, para reutilização e exploração da informação pelo setor público e pelo público em geral, mas, dado que a pretendida exploração da informação ou a proliferação do conhecimento geral requer que os “dados crus” ou informação não estruturada acessíveis ao público sejam contextualizados e estruturados e sejam avaliados cuidadosamente, as recomendações de implementação não sugerem o envolvimento do público no processo de seleção e avaliação da informação a ser partilhada (ou não partilhada) (Convery, 2014, p. 159).

(Cocciolo, 2016a, p. 69) - e como conservar (para garantir sua disponibilidade a longo prazo), e que se constitui como problema social e cultural e não tanto tecnológico (Cocciolo, 2014, 2016a). Exemplo disso é indicado no contexto do já mencionado projeto de reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo desenvolvido pelos Arquivos da Universidade de *Central Upper Peninsula and Northern Michigan*, em que a cooperação oportuna e eficaz da equipa da unidade orgânica acabou por ser o principal desafio e que “o principal problema com a primeira fase do projeto foi a qualidade da resposta das unidades orgânicas”, com consequências em termos de “falta de memória institucional” (Robyns & Woolman, 2011). Anthony Cocciolo (2016a) afirma que, na generalidade dos departamentos jurídicos até aos departamentos de TI, continuam a entoar “apagar, apagar, apagar”, restringindo para sempre o tipo de informação histórica que, por exemplo, as coleções de mensagens de correio eletrónico podem fornecer (Cocciolo, 2016a).

Sobre a *Perceção dos profissionais de arquivo sobre a tarefa/função de avaliação*, Mark A. Greene (2010) refere que a falta de orientações e políticas para a avaliação explica a dependência naquilo que os arquivistas apelidam de intuição (Greene, 2010). Encontramos estudos sobre esta questão relativos ao Reino Unido e ao Canadá. O caso do Reino Unido é abordado por Caroline Williams (2006) e Valerie Johnson (2007), verificando-se que os profissionais de arquivo consideram haver um maior peso da experiência prática face à teoria no âmbito da avaliação de arquivo, em que esta é uma tarefa moldada pelo contexto organizacional e não pela teoria, recorrendo-se mais à decisão intuitiva baseada na experiência do que às políticas e orientações de avaliação preconcebidas (Williams, 2006). Tal como consideram que não existe uma teoria generalizadamente reconhecida como aplicável ou útil para o desenrolar dos trabalhos dos repositórios de arquivo, também percecionam que se trata de uma tarefa a ser desempenhada pelos profissionais de arquivo (Williams, 2006). O caso do Canadá, estudado por Barbara L. Craig (2007), permite verificar que os profissionais de arquivo consideram que a avaliação é uma tarefa, que deve ser desempenhada pelos profissionais de arquivo e gerentes e supervisores, havendo uma perceção da importância da gestão e do papel de gestor (Craig, 2007). No que se prende com a utilização da macroavaliação pelos arquivistas para escolherem o que consideram representativo da Sociedade (Loewen, 2005b), dá-se nota da maior importância da intuição e experiência de trabalho sobre teoria aprendida na formação e da ambiguidade na prática e

crença relativamente ao momento e a maneira como a Sociedade tem acesso à análise e decisões de avaliação (Craig, 2007).

6.3.6. Massas Documentais Acumuladas

No âmbito das **Massas Documentais Acumuladas**, vários autores mencionam as questões relativas às origens e consequências deste problema que abrange tanto países considerados desenvolvidos como países considerados em desenvolvimento (Convery, 2014; Cumming & Picot, 2014; Gorzalski, 2008; Greene, 2010; Mnjama, 2006; Waiser, 2014). Assim, Convery (2014) indica que a avaliação é ainda uma análise reativa de informação de arquivo semi- ou não corrente, muitas vezes ainda em formato papel, cujos critérios estão mais ligados ao enquadramento de conformidade organizacional e “apetite de risco”⁴¹ do que às expectativas sociais (Convery, 2014, p. 158). Numa linha similar, Cumming e Picot (2014) referem que as instituições arquivísticas optaram também por uma estratégia reativa de produção de normas e instrumentos legais de seleção e eliminação, que não atacou o problema *a priori* da produção da informação e, face à má gestão dos dados e sistemas digitais legados, os autores urgem que se renovem os métodos de avaliação (Cumming & Picot, 2014)⁴². Garaba (2007) também defende que a existência de massas documentais acumuladas também tem consequências em termos de má gestão e perda da informação eletrónica (Garaba, 2007). Ainda no âmbito da informação eletrónica, Waiser

⁴¹ O apetite de risco refere-se ao nível (quantidade e tipo) de risco que uma organização está preparada para aceitar, suportar, no âmbito do cumprimento dos seus objetivos, antes de tomar qualquer medida considerada necessária para reduzir o risco.

⁴² Cumming e Picot (2014) fazem eco da argumentação de David Bearman (1989a), que em 1986 assinalou que os métodos de avaliação (juntamente com os de descrição, preservação e acesso) não conseguiam resolver o problema do volume de documentação a tratar, mas indica que esse problema se mantém com os ambientes digitais, pelo que consideram continuar válida a indicação de Bearman sobre reinventar esses métodos (Cumming & Picot, 2014, p. 133). Isto porque o envolvimento das instituições arquivísticas com gestão documental redundava na definição de normas e na supervisão e aprovação dos instrumentos legais para seleção e eliminação” (Cumming & Picot, 2014, p. 140), ou seja, optaram por atacar o problema no fim da linha e não no momento anterior à produção. Consequentemente “a maioria das organizações têm extensas massas de informação de arquivo em papel” que “carecem de controlo e descrição adequados e não foram avaliados com base em critérios de avaliação para determinar se eles podem ser destruídos ou se requerem retenção contínua”, e tal situação “em breve será ofuscada pelos sistemas e dados digitais legados mal geridos”, pelo que as autoras indicam que as “instituições de arquivo precisam urgentemente de uma estratégia de gestão de legados”, provavelmente “numa abordagem que comprometa a perspetiva dos requisitos arquivísticos tradicionais, mas que é fundamental em termos de obtenção de resultados mais estratégicos” (Cumming & Picot, 2014, p. 141).

(2014) expressa o que considera ser pouca vontade das entidades governamentais canadianas na preservação e garantia da acessibilidade dessa informação a longo prazo, demonstrada pela perda de controlo sobre essa informação pública (Waiser, 2014)⁴³. Gorzalski (2008) indica que o problema das massas documentais acumuladas se deve à disfuncionalidade das técnicas de avaliação, e do planeamento e orçamentação para as tarefas de tratamento da informação (Gorzalski, 2008)⁴⁴. Greene (2010) também imputa a responsabilidade no surgimento da documentação acumulada na própria avaliação, nomeadamente o *timing* dessas tarefas, a relutância dos arquivistas causada pelo medo e crenças relativas à autoimagem do papel da profissão⁴⁵. Nesta linha, considera que os profissionais precisam de admitir que as coleções são demasiado grandes para efetuar a avaliação ao nível do item e até mesmo no nível do processo documental, e que “não se dar a total garantia de que nenhum

⁴³ Waiser (2014) considera haver “pouca vontade do governo canadiano em recolher e conservar informação”, porque os “departamentos e organismos governamentais podem produzir e recolher uma grande quantidade de informação, mas não há garantia de que essa informação de arquivo esteja atualmente completa ou seja acessível no futuro”, pelo que a “informação de arquivo nado-digital será perdida ou, na melhor das hipóteses, incompleta”, “ininteligível, inacessível, ou inautêntica”, até porque os “relatórios recentes sugerem que alguns departamentos do governo não conhecem a extensão ou a localização de toda a sua informação de arquivo eletrónica”, tendo perdido “o controlo sobre a informação de arquivo, um ativo exclusivo que pertence ao povo do Canadá, e não ao governo do Canadá” (Waiser, 2014, p. 162). Waiser aborda também o problema de “lidar com a avaliação de informação de arquivo eletrónica”, que obriga a “tomar decisões imediatas sobre que informação eletrónica deve ser conservada e preservada”, por causa “da sua natureza efémera” (Waiser, 2014, p. 162). O autor conclui que se “perdeu um património documental nado-digital valioso”, e que “já é tempo de iluminar a escuridão”, através da construção de “infraestruturas nacionais necessárias para sair dessa ponte em ruínas e passar com segurança da era dos arquivos analógicos para os digitais e, ao fazê-lo, garantir que os cidadãos e os investigadores têm acesso a património documental confiável e significativo”, por a “alternativa ser um aprofundamento da idade das trevas” (Waiser, 2014, p. 163).

⁴⁴ Gorzalski (2008) refere que a pouca literatura, que aborda as razões sobre o descontrolo das massas acumuladas, imputa a responsabilidade nas “técnicas de avaliação disfuncionais”, e que tal constitui uma ameaça ao futuro da profissão de arquivista, na medida em que se tal documentação não é tratada, a maioria dos utilizadores não terá acesso a essa informação, e a “frustração” destes pode levar a deixar de se investir nos arquivos e a não preservar e perder o acesso à sua memória social e a orientação, o que enfraquece o significado dos arquivos (Gorzalski, 2008, p. 189). Para além disso, refere o problema do mau planeamento a nível financeiro e de orçamentação dos custos de tratamento (Gorzalski, 2008, p. 190), o que leva o autor a defender a revisão das abordagens e a aplicação do tratamento das massas acumuladas (Gorzalski, 2008, p. 191).

⁴⁵ Greene (2010) afirma que a avaliação tem responsabilidades no surgimento da documentação acumulada, “porque os repositórios não desenvolvem operações de avaliação aquando da aquisição ou transferência da documentação”, e quando o tratamento realmente ocorre, o autor refere verificar-se a relutância dos arquivistas para efetuar a avaliação, por medo de cometerem erros e pela convicção de serem guardiães e depositários (Greene, 2010, p. 177). Greene considera que as razões para a avaliação ao nível do item se prendem com o “compromisso contínuo do arquivista com o conhecimento enciclopédico da coleção; o medo de negligenciar documentos historicamente importantes; a preocupação com a falta de itens, que possam ser candidatos a roubo; e a crença generalizada de que a responsabilidade dos arquivistas envolve a identificação de todos e quaisquer documentos na coleção que possam ser “confidenciais” ou ameaçar a privacidade de terceiros” (Greene, 2010, p. 177).

documento que possa ter valor para alguém não possa ser descartado” (Greene, 2010, pp. 177–178), propondo uma abordagem de tratamento rápido da documentação, que indica abranger a informação de arquivo em papel e analógico, e que se percebe assentar numa lógica de “trabalhar de maneira mais inteligente, e não de ter trabalho a mais”; de fazer as coisas “suficientemente bem”, em vez de “da melhor maneira possível”, “para conseguir mais com menos (ou os mesmos) recursos” (Greene, 2010, p. 199)⁴⁶. Greene indica que as acumulações de documentação impedem o uso e fazem erodir a confiança dos depositantes e doadores da documentação, pelo que a sua abordagem, já anteriormente referida, de *More Product, Less Process* (MPLP) se baseia na premissa da utilização como finalidade dos arquivos, e que o tratamento deve ter em conta a missão, o público e os recursos existentes (Greene, 2010)⁴⁷. Ainda no contexto desta abordagem, Gorzalski (2008) refere a inconsistência da literatura sobre o tratamento das massas documentais e a prática dos arquivistas, indicando que esta abordagem provocou alterações na forma como são tratadas as coleções de informação de arquivo eletrónica e em papel (Gorzalski, 2008)⁴⁸. No entanto, e apesar de se terem desenvolvido e aplicado propostas consideradas inovadoras para a tentativa de resolução deste problema, Natham Mnjama (2006) alerta que as abordagens

⁴⁶ A questão da velocidade das decisões de avaliação passaria pelo recurso à amostragem e fazer perguntas relevantes ao produtor ou ao gestor do serviço, até para identificar as relações no contexto da criação, garantindo que as agregações com importância são identificadas, selecionadas e agrupadas numa organização útil, que reflita as funções e a ordem original, em vez de tentar descobrir essas relações *a posteriori* (Greene, 2010, p. 180). No caso específico da informação de arquivo eletrónico, o autor considera que “a organização da maioria dos ficheiros de computador em séries e pastas digitais sugere exatamente a mesma abordagem recomendada para o material em papel” (Greene, 2010, p. 192). Por isso, considera uma abordagem inicial para avaliação e descrição em que a “meta-informação ao nível da série ou coleção pode ser combinada com a capacidade de pesquisar processos documentais, possivelmente fornecendo o melhor dos dois mundos (contexto simplificado e conteúdo detalhado)” e “defender uma abordagem mais granular” (2010, pp. 192–193).

⁴⁷ No que tange a MPLP, Greene (2010) refere que os princípios da MPLP derivam da premissa de que “a finalidade dos arquivos é a sua utilização”, que as acumulações de documentação não apenas impedem o uso, “mas ameaçam os repositórios, minando a confiança dos depositantes e doadores ; que, ao tomar decisões de tratamento, os arquivistas devem considerar, não as tradições do passado, mas a missão, o público e os recursos do presente; e que as coleções e mesmo as séries devem ser avaliadas individualmente, usando a abordagem mais racional e fácil de usar” (Greene, 2010, p. 176).

⁴⁸ De acordo com Gorzalski (2008), os fundadores desta proposta “revelam a inconsistência entre a literatura anterior sobre o tratamento de massas documentais e mostram que os próprios arquivistas caem geralmente em armadilhas contra as quais a literatura alerta explicitamente, acabando por fazer coisas diferentes do que a literatura indica”. Apesar das críticas ao método MPLP, Gorzalski refere que a tendência na literatura recente mostra que esta abordagem “mudou a maneira como os arquivistas abordam o tratamento de grandes coleções de formatos de papel e digital” (Gorzalski, 2008, p. 187) (Gorzalski, 2008, p. 187).

desenvolvidas em outros países podem não ser eficazes para um determinado contexto ⁴⁹, indicando que no contexto da África Austral e de Leste, o problema das massas documentais acumuladas resulta da falta de leis que regem a gestão de arquivos, a ausência de estruturas e serviços com competências na gestão documental e de arquivos na maioria dos departamentos governamentais, a inexistência de avaliação, organização e transferência de arquivos para os arquivos nacionais, a falta de um corpo de arquivistas e especialistas em arquivo, e a falta de espaço nas instalações referentes à administração de arquivos (Mnjama, 2006, p. 48). Refere também a falta de formação para a avaliação e o fornecimento de apoio técnico, a falta de orçamentação e financiamento, os atrasos derivados de procedimentos morosos, que levam à guarda de documentação sem valor, em edifícios que não foram, por vezes, pensados como repositórios de armazenamento arquivístico, resultando na negação do acesso à informação que já ultrapassou os prazos de conservação administrativa (Mnjama, 2006, pp. 49–50).

6.4. Síntese dos Problemas, Críticas, Entornos, Contornos

Assim, da leitura que se fez em sede de análise, percebe-se que os autores consideram que se trata de um contexto em que “a maior constante é a própria mudança” (Ceeney, 2008, pp. 57, 68–69), em linha com a ideia demonstrada por Freitas (2009). Entre as preocupações da objetividade/subjetividade, dos papéis dos diversos interlocutores, da representatividade da Sociedade, os aspetos técnicos e sociais decorrentes da Era digital e da explosão dos formatos não-textuais, da participação na tarefa da avaliação, considerada o

⁴⁹ Mnjama (2006) indica que as abordagens de gestão documental desenvolvidas na Europa, nas Américas e no Canadá não fornecem soluções, porque os “métodos tradicionais, que envolvem levantamentos de informação de arquivo, compilação de prazos de conservação, triagem, avaliação, organização e listagem, podem não funcionar de maneira eficaz”, defendendo a necessidade de desenvolver “novas abordagens para gerir as massas documentais acumuladas” (Mnjama, 2006, p. 50), dado que o “tratamento de massas documentais acumuladas não pode esperar até que os prazos de conservação sejam compilados”, porque o “estado desordenado da informação de arquivo tornaria impossível construir tabelas de seleção significativas”, pelo que a “compilação dos prazos de conservação deve começar somente depois das massas documentais acumuladas terem sido tratadas e novos sistemas de arquivo terem sido desenvolvidos”, sugerindo um conjunto de “medidas para lidar com as massas documentais acumuladas na África Oriental e Austral” (Mnjama, 2006, p. 51).

“Momento Documentário/Documental⁵⁰” (Caron & Brown, 2011, pp. 4–5), os problemas derivados da fraca perceção que as entidades governamentais, empresariais e até mesmo dos próprios profissionais de arquivo, que se ligam numa relação bidirecional com a diminuição do investimento e nos recursos no âmbito da gestão de informação de arquivo, transparecendo uma relação entre a teoria e a prática que continua a procurar o seu sentido. É nesta lógica que parece verificar-se uma quase sintonia dos autores com a ideia de que os modelos de avaliação identificados anteriormente não são satisfatórios, tendo em conta os desafios e os critérios mais alargados da multidimensionalidade da informação de arquivo, da multimedialidade, interatividade, hipermedialidade e virtualidade dos registos, da multiculturalidade da Sociedade, da multifacetaldade dos fenómenos da realidade. Seja por fundamentarem decisões e critérios de avaliação limitativos em termos de papeis das várias partes interessadas, de representatividade da Sociedade (por acabarem por incidir nas funções e nas atividades das organizações), seja por não haver condições materiais, humanas, técnicas para serem traduzidas numa prática de avaliação de informação, e que por isso não são reconhecidas pelos profissionais que praticam a avaliação, seja ainda por estarem numa continua evolução, que implica alteração, modificação, muitas vezes à luz da interpretação de um ou outro teórico ou de um dirigente de um órgão coordenador, ou mesmo de um diretor de projeto de avaliação, considera-se que a compreensão dos autores relativamente às consequências derivadas desses modelos orienta para a ideia de que não dão resposta suficiente, o que pode ser interpretada como uma não aprovação ou, em alternativa, uma aprovação limitada, condicionada a adaptação, a readaptação, a reinvenção ou o acrescento de outros elementos.

Neste âmbito, para dar conta dos aspetos relevantes e dimensões abordadas e das suas associações, optou-se por representar graficamente a complexa rede de ligações entre os diferentes componentes percecionados, identificada na Figura 17.

⁵⁰ *documentary moment*, no original.

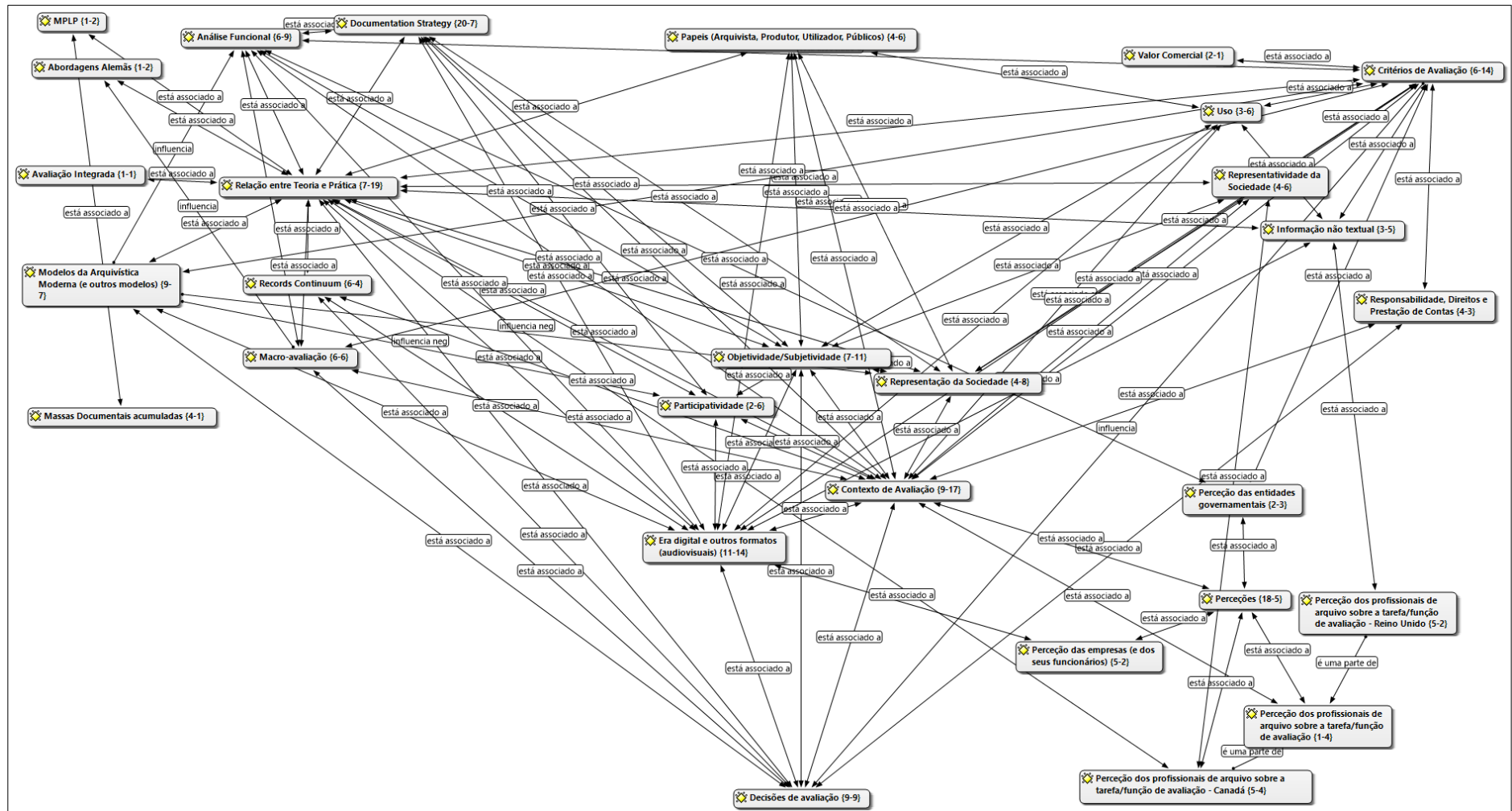


Figura 17 – As Dimensões do Contexto de Avaliação e a sua Rede de Ligações
 FONTE: Elaboração própria (2020)

7. RESULTADOS (III):

INVESTIGAÇÃO SOBRE A AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE INFORMAÇÃO ELETRÓNICA: PROPOSTAS E SOLUÇÕES PARA UM MODELO

Tendo-se anteriormente conhecido quais os assuntos, problemas e preocupações que os autores expressam, no sentido de perceber como é que definem a situação, qual o significado para eles, e se as suas definições e significados são idênticos ou diferentes, verificou-se que não mostram satisfação com os modelos de avaliação identificados anteriormente, e que, face às consequências derivadas desses modelos, não apresentam uma aprovação clara dos mesmos. Nesta linha, procura-se agora saber se propõem modelos alternativos, se os aplicam com sucesso, se essas novas propostas surgem por adaptação, readaptação, reinvenção ou acrescento. Pretende-se neste capítulo, cumprir com o oitavo objetivo específico. Tal como anteriormente, a procura das respostas a estas questões opera por intermédio da Comparação Constante, buscando-se as convergências e as divergências (quando existem), apresentando assim um quadro das perceções sobre os as propostas e soluções que os autores apresentam nos seus textos.

7.1. Propostas e Soluções sobre Avaliação da Informação de Arquivo Eletrónica:

O processo de organização dos códigos relativos a propostas e soluções, por dimensões e a sistematização destas dimensões em conjuntos apresenta-se na Tabela 47.

Tabela 47 – Códigos Relativos a Propostas e Soluções, por Dimensão e Conjunto

Conjuntos e Dimensões	Número de Códigos	Percentagem no Total das dimensões	Percentagem dentro do conjunto
Técnicas para avaliação da informação de arquivo	30	-	29,13%
Geral	4	3,88%	13,33%
Técnicas de Investigação	2	1,94%	6,67%
Ferramentas de apoio à avaliação	8	7,77%	26,67%
Massas documentais acumuladas	4	3,88%	13,33%
Abordagens com fundo (multi)disciplinar	12	11,65%	40%
Definição de Estratégias e Políticas de avaliação	21	-	20,39%
Geral	8	7,77%	38,1%
Legislação e regulamentação	5	4,85%	23,81%
Instituições de Arquivo	4	3,88%	19,05%
Elementos a ter em conta para a tomada de decisão	4	3,88%	19,05%
Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de avaliação	20	-	19,42%
Geral	2	1,94%	10%
Macro-avaliação (com Análise Funcional)	3	2,91%	15%
Análise Funcional	6	5,83%	30%
<i>Documentation Strategy</i>	6	5,83%	30%
<i>Records Continuum</i>	1	0,97%	5%
<i>More Product, Less Process (MPLP)</i>	2	1,94%	10%
Propostas participativas e colaborativas	19	18,45%	18,45%
Novos papeis	7	-	6,80%
Instituições e Profissionais de Arquivo	2	1,94%	28,57%
Formação Profissional e Académica	5	4,85%	71,43%
Propostas centradas no Uso da Informação	4	3,88%	3,88%
Verificação e Avaliação dos resultados da Avaliação de Informação de Arquivo	2	1,94%	1,94%
Total	103	-	100%

FONTE: Produção própria (2020)

Verifica-se que os conjuntos com mais códigos são o que se referem às **Técnicas para avaliação da informação de arquivo**, que inclui quase um terço dos códigos, e a **Definição de Estratégias e Políticas de avaliação**, que tem um quinto dos códigos. Este último é seguido bem perto pelos conjuntos relativos aos **Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de avaliação e Propostas participativas e colaborativas**, cada um com pouco menos de um quinto dos códigos. Os restantes conjuntos referem-se aos **Novos Papeis**, às **Propostas centradas no Uso da Informação**, e finalmente à **Verificação e Avaliação dos resultados da Avaliação de Informação de Arquivo**.

Apesar disso, e tal como ocorreu no processo de codificação axial, que deu origem à análise apresentada nos capítulos anteriores, também aqui se verificaram situações marcadas

pela existência de diferentes códigos originários de um mesmo texto e/ou autor(es), e que acabaram por integrar um mesmo eixo ou conjunto, e situações em que um mesmo código recaía sobre diferentes autores e/ou textos, por motivo de convergência e complementaridade. Isto levou novamente à decisão de optar pela aferição do peso relativo de cada um dos conjuntos com recurso ao número relativo de autores, que exprimiu as suas cogitações nos textos e que foram interpretados/codificados como pertencentes a determinado conjunto, e também o número de países a que pertencem os autores. A Tabela 48 apresenta os valores referentes ao número de autores, cujos textos foram marcados por códigos relacionados com propostas e soluções, que integram cada dimensão e/ou conjunto, e ainda os valores referentes ao número de países de origem dos autores dos textos que foram marcados por códigos.

Reitera-se a indicação de que a tabela contabiliza os códigos nos textos dos autores, pelo que o mesmo autor pode ser contabilizado em diferentes dimensões e conjuntos, sendo que os totais não se referem ao número total de autores (algo que é abordado no capítulo anterior), mas ao número de autores em cujos textos surgem códigos, que foram agrupados em determinada dimensão e/conjunto. O mesmo se aplica à contabilização dos países, em que cada dimensão e/ou conjunto pode ter códigos ligados a diferentes autores do mesmo país.

As propostas e as soluções identificadas com base nesta análise levaram à interpretação de um maior peso do conjunto das **Técnicas para Avaliação da Informação**, com uma dimensão muito orientada para as *Abordagens com fundo (multi)disciplinar*, seguindo-se o eixo relativo às **Propostas Participativas e Colaborativas**.

Também se verificou, a exemplo do capítulo anterior, a existência de uma rede de ligações entre este eixo e os conjuntos. Assim, identificou-se também um conjunto referente à aplicação, adaptação, conjugação, reinvenção, acrescento, dos **Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de avaliação**, outro referente aos **Novos Papeis**, outro sobre as **Propostas centradas no Uso da Informação**, e três conjuntos (de um dos quais já demos conta sobre uma das suas dimensões), que têm uma relação semelhante à das fases ou etapas decorrentes num projeto: no âmbito do Planeamento, temos a **Definição de Estratégias e Políticas de Avaliação**; no âmbito da fase ou etapa de Atuação Operacional, surgem as **Técnicas para Avaliação da Informação de Arquivo**; e no âmbito da fase ou etapa Pós Operatória de Verificação, constata-se a existência da **Verificação e Avaliação dos resultados da Avaliação de Informação de Arquivo**.

Tabela 48 – Autores e Países por Dimensão e/ou Conjunto (Propostas e Soluções)

Conjunto / Dimensão	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Técnicas para avaliação da informação de arquivo	31	25,41%	25,19%	11	25,58%	21,54%
Geral	3	8,82%	2,22%	2	11,76%	3,08%
Técnicas de Investigação	3	8,82%	2,22%	1	5,88%	1,54%
Ferramentas de apoio à avaliação	10	29,41%	7,41%	5	29,41%	7,69%
Massas documentais acumuladas	3	8,82%	2,22%	2	11,76%	3,08%
Abordagens com fundo (multi)disciplinar (conceitos, teorias)	15	44,12%	11,11%	7	41,18%	6,15%
Propostas participativas e colaborativas	24	19,67%	17,78%	9	20,93%	13,85%
Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de avaliação	22	18,03%	17,04%	7	16,28%	23,08%
Geral	3	13,04%	2,22%	2	13,33%	3,08%
Macro-avaliação (com Análise Funcional)	3	13,04%	2,22%	3	20%	4,62%
Análise Funcional	8	34,78%	5,93%	4	26,67%	6,15%
<i>Documentation Strategy</i>	5	21,74%	3,7%	3	20%	4,62%
<i>Records Continuum</i>	1	4,35%	0,74%	1	6,67%	1,54%
<i>More Product, Less Process (MPLP)</i>	3	13,04%	2,22%	2	13,33%	3,08%
Definição de Estratégias e Políticas de avaliação	21	17,21%	20,74%	5	11,63%	7,69%
Geral	14	50%	10,37%	4	40%	6,15%
Legislação e regulamentação	1	3,57%	0,74%	1	10%	1,54%
Instituições de Arquivo	5	17,86%	3,7%	2	20%	3,08%
Elementos a ter em conta para a tomada de decisão	8	28,57%	5,93%	3	30%	4,62%
Novos papéis	17	13,93%	14,07%	6	13,95%	13,85%
Instituições e Profissionais de Arquivo	12	63,16%	8,89%	5	55,56%	7,69%
Formação Profissional e Académica	7	36,84%	5,19%	4	44,44%	6,15%
Propostas centradas no Uso da Informação	5	4,1%	3,7%	3	6,98%	4,62%
Verificação e Avaliação dos resultados da Avaliação de Informação de Arquivo	2	1,64%	1,48%	2	4,65%	3,08%

Legenda: (1) Número de autores cujos textos foram marcados por códigos que integram cada dimensão e conjunto; (2) Percentagem que (1) representa dentro de cada conjunto/eixo; (3) Percentagem que (1) corresponde na totalidade; (4) Número de países de origem dos autores dos textos que foram marcados por códigos; (5) Percentagem que (4) representa dentro de cada conjunto/eixo; (6) Percentagem que (4) corresponde na totalidade.

FONTE: Elaboração própria (2020)

Novamente, e tal como no capítulo anterior, a aferição do peso relativo de cada um dos conjuntos, axial ou dos outros grupos, foi reforçada pelo número de autores que exprimiu as suas cogitações nos textos e que foram interpretados/codificados como pertencentes a determinado conjunto, e também pelo número de países a que pertencem os autores.

Também se procedeu à definição das ligações, que conectam os vários conjuntos de acordo com o que a nossa análise considerou/interpretou haver convergência (em alguns

casos, divergência), complementaridade, para além de terem origem nos mesmos autores e textos.

7.1.1. Técnicas para Avaliação da Informação de Arquivo

Relativamente às **Técnicas para Avaliação da Informação de Arquivo**, orientadas para o fazer/implementar/aplicar, incluem cinco dimensões: a dimensão geral, as técnicas de investigação, as ferramentas de apoio à avaliação, as massas documentais acumuladas e as abordagens com fundo (multi)disciplinar (conceitos, teorias), que serão abordadas de seguida.

Apresenta-se na Figura 18 um esquema que identifica as dimensões deste eixo.



Figura 18 – Dimensões das Técnicas para Avaliação de Informação de Arquivo
FONTE: Produção própria (2020)

Numa perspetiva *geral*, Mark A. Greene (2010) defende a necessidade de “adotar métodos de avaliação que definem as decisões de avaliação *a priori*”, fazendo “transitar a avaliação da mesa de tratamento para o organismo de origem ou o cais de embarque” (Greene, 2010). Ou seja, o autor defende que a decisão de avaliação deve começar antes da documentação entrar na instituição ou unidade orgânica de arquivo, no sentido em que a mesa de tratamento corresponde às tarefas e atividades desenvolvidas pelos profissionais de arquivo para adequar e garantir a preservação e a acessibilidade da documentação considerada pertinente para conservação permanente, e o cais de embarque/desembarque à

zona onde a documentação é descarregada para integrar os acervos na instituição ou unidade orgânica de arquivo⁵¹.

Já Anthony Cocciolo (2014) propõe uma "avaliação proactiva", com uma abordagem de várias etapas para lidar com a grande quantidade de dados digitais, que precisam de ser avaliados para retenção permanente, sistematizada no Quadro 22.

Este autor, posteriormente e no contexto específico de uma entidade cultural museológica dos EUA, expressa a necessidade de estratégias para avaliar a correspondência por mensagens de correio eletrónico para selecionar *emails* com importância para a conservação permanente sem capturar *emails* triviais ou pessoais” (Cocciolo, 2016a).

Quadro 22 – Etapas para a Avaliação Proativa de Informação Nado-Digital

Etapas	Desenvolvimento
Infraestrutural	Desenvolver as capacidades aquisição, preservação e tornar acessível a documentação nado-digital com valor histórico e legal
	Projetar procedimentos detalhados para o efeito
Educacional	Garantir que os funcionários estejam cientes dos recursos e tarefas necessárias para preservar e tornar acessível a documentação nado-digital
	Desenvolver a confiança no processo
Executiva	Realizar o trabalho de seleção e aquisição/recolha na vasta massa de ficheiros digitais que possuem valor permanente
	Destruição de ficheiros que não possuem valor permanente

FONTE: Cocciolo (2014)

No que se refere aos “critérios para distinguir uma mensagem importante de uma mensagem não importante”, o autor indica que “a necessidade de um método uniforme para fazer essa distinção levou ao desenvolvimento” de uma tabela, que se representa na forma de Quadro 23, reiterando que deve ser aplicada com alguma flexibilidade (Cocciolo, 2016a, p. 73).

⁵¹ Segundo o autor, este é o último local onde ainda é plausível efetuar-se a separação (caso ainda não tenha sido feita) entre a documentação para preservação e aquela se se considera não ter pertinência para conservar (Greene, 2010, p. 179-191).

Quadro 23 – Critérios para Distinguir a Importância de Mensagens de Correio Eletrónico

Critérios	Conservar		Eliminar	
	Informação de arquivo muito importante	Informação de arquivo importante	Informação de arquivo não importante	Informação de arquivo nada importante ou que não é informação de arquivo
Assunto	Muito relevante para a missão institucional e as funções orientadas à missão	Relevante para a missão institucional e as funções orientadas à missão	Marginalmente relevante para a missão institucional ou funções orientadas à missão	Tem pouco ou nada a ver com a missão ou funções institucionais. Pode incluir informações da vida pessoal ou informações pessoais (por exemplo, financeiras) que não devem ser arquivadas
Ator que enviou	Enviado por um indivíduo com grande relevância para a missão institucional ou atividades orientadas à missão	Enviado por um indivíduo com relevância para a missão institucional ou atividades orientadas à missão	Enviado por um indivíduo com pouca importância para a missão ou atividades institucionais	Enviado por um indivíduo sem importância para a missão ou atividades institucionais
Ator que recebeu	Membro da organização que opera numa área muito relevante para a missão institucional	Membro da organização que opera numa área relevante para a missão institucional	Membro da organização que opera dentro da instituição, embora a função possa não estar diretamente relacionada com a missão (por exemplo, função de suporte)	Membro transitório da organização, funcionário de baixo nível (por exemplo, funcionário temporário) ou elemento que não é funcionário
Propriedades da mensagem	Idealmente, foi lido e respondido	Idealmente, foi lido e respondido	Pode ter sido lido ou não lido, e respondido ou não	Pode ter sido lido ou não lido, e respondido ou não neste caso. A mensagem pode estar marcada como não solicitada

FONTE: Cocciolo (2016a, p. 74)

Numa perspetiva contextualizada na zona da África Austral e de Leste, Francis Garaba (2007) baseia-se em Ngulube (2001, p. 263) para apontar o recurso a uma abordagem híbrida, que integra a avaliação arquivística e a transferência de suporte. Para o efeito, os autores referem o recurso à digitalização para preservar o registo documental imparcial e à microfilmagem para manter a informação não corrente sem valor, numa clara diferenciação de técnicas de conservação com base na indicação/decisão de valor (Garaba, 2007). Nesta linha, defendem que os arquivistas continuariam a avaliar a informação de arquivo e selecionar aqueles documentos que pretendem manter no suporte e formato originais, e a manter a informação de arquivo não corrente, que consideram sem valor, em microfilme, o que serviria as necessidades da historiografia, facilitaria o acesso da informação a todos os interessados e acabaria com todos os pretextos para justificar a destruição da documentação (Garaba, 2007, p. 264; Ngulube, 2001, p.264-265).

No que tange à dimensão relativa às *Ferramentas de Apoio à Avaliação*, Catherine A. Bailey (2013) apresenta um conjunto de princípios fundamentais e conceitos-chave, que podem e devem apoiar a criação de documentação de avaliação com base em quatro

componentes principais - contexto, descrição, análise e decisão - independentemente da metodologia, processo ou abordagem específica que um arquivo possa usar.

Enraizados na história e na prática, esses princípios, conceitos e componentes são universalmente aplicáveis, sendo igualmente válidos para qualquer avaliação de informação de arquivo governamental e podem ser adaptados aos contextos legais, históricos e / ou políticos apropriados nos quais a avaliação é realizada (Bailey, 2013).

A autora apresenta estes elementos essenciais da visão conceptual da avaliação moderna da informação de arquivo governamental no âmbito de um estudo da evolução da avaliação de informação de arquivo federal canadiana e a sua metodologia nos últimos 140 anos.

Assim, considera que o requisito de prestar contas à sociedade, a superabundância de informação governamental da qual os arquivistas devem selecionar registos com valor arquivístico para preservação a longo prazo e a necessidade de uma abordagem pragmática do processo de avaliação (Bailey, 2013, p. 40), que se pautem por um equilíbrio entre a necessidade de rigor intelectual, com base na teoria e na metodologia, e o pragmatismo (a exigência de um processo de avaliação, que produza instrumentos e ferramentas para eliminação necessários atempadamente para atender às necessidades do cliente) (Bailey, 2013, pp. 39–40), permitem expressar dez princípios básicos da avaliação de informação de arquivo governamental (Bailey, 2013, p. 40), que se apresentam no Quadro 24.

Quadro 24 – Princípios da Avaliação Aplicados à Informação de Arquivo Governamental

#	Princípios
1	O objetivo da avaliação arquivística é identificar um subconjunto de informação de arquivo suficiente, independentemente do suporte, que tenha significância suficiente para uma sociedade coletivamente, de modo que seja considerado como tendo valor arquivístico (permanente) e que, por isso, devam ser preservados a longo prazo
2	Há uma distinção entre avaliação (a determinação do valor arquivístico ou permanente com base em princípios declarados e metodologia definida) e aquisição (uma decisão institucional muitas vezes pragmática de adquirir ou não informação de arquivo, com base nos recursos necessários para os suportar a longo prazo ou quaisquer preocupações substanciais do patrocinador ou partes interessadas)
3	A avaliação de arquivo deve ser um processo planeado e proativo, alinhado com princípios e estratégias de aquisição institucional mais amplos, e que mantenha uma abordagem metodológica consistente a longo prazo, em vez de se focar no uso para investigação imediato ou antecipado
4	Os arquivistas - não investigadores ou criadores - são agentes profissionais da Sociedade, geralmente encarregados legalmente lei para formar a sua memória coletiva. Assim, os arquivistas determinam o valor arquivístico ou permanente dentro do contexto social
5	A avaliação deve identificar informação de arquivo, que demonstre como o Estado governa a Sociedade e, por sua vez, como a Sociedade e os seus cidadãos reagem ao Estado. As decisões de avaliação devem, portanto, ser criadas com rigor e clareza de expressão suficientes para que possam ser aplicadas a longo prazo para identificar informação de arquivo, que documente a evolução dessa relação Sociedade-Estado ao longo do tempo,
6	A “micro-avaliação” (a revisão de informação de arquivo) é uma etapa crítica na validação e verificação de qualquer estratégia ou metodologia de avaliação. Portanto, as decisões arquivísticas resultantes de estratégias de avaliação mais abrangentes (por exemplo, macro-avaliação) são válidas somente após confirmação por uma revisão da própria informação de arquivo independentemente do nível de detalhe que possam garantir ou que os recursos possam permitir
7	As seleções de arquivo resultantes da avaliação devem ser expressas de maneira a permitir a sua aplicação prática e precisa à informação de arquivo de qualquer instituição produtora na qual os arquivos delegam a responsabilidade pelas ações de eliminação

#	Princípios
8	A(s) estratégia(s) e metodologia(s) de avaliação, que suportam e orientam um programa de eliminação de informação de arquivo, bem como todas as recomendações sobre o valor/transfêrencia de informação de arquivo governamental resultantes do processo, devem ser fortemente baseadas na investigação e numa fundamentação completa e bem documentada
9	O fundamento da avaliação inclui a obrigação de fornecer um relato aberto, transparente e defensável do que foi selecionado para retenção. Portanto, as informações necessárias para documentar decisões sobre o valor arquivístico da informação de arquivo governamental devem ser mantidas no sistema de gestão de informação de arquivo da instituição de arquivo para fins de prestação de contas.
10	A avaliação de arquivo requer revisões regulares de seus fundamentos metodológicos. Isso inclui a monitorização das decisões de avaliação e a revisão da coleção da instituição de arquivo para a gestão de informação de arquivo legados.

FONTE: Bailey (2013, p. 40-41)

Segundo Bailey (2013), considerando a natureza subjetiva das decisões de avaliação, que implicam um relato transparente da análise da avaliação, tendo em conta os limites legais e de política, e as múltiplas audiências, internas e externas, para as suas análises ou relatórios, e que não tem o mesmo conhecimento especializado sobre a informação de arquivo ou os processos de avaliação (Bailey, 2013, p. 42), os instrumentos e ferramentas derivadas do processo de avaliação e os princípios atrás indicados devem seguir o “princípio da clareza de linguagem”, evitando, sempre que possível, linguagem técnica (Bailey, 2013, p. 43). Para a autora, o processo de avaliação de arquivo também precisa de ser consistente em três outros aspetos, que apresentamos no Quadro 25.

Quadro 25 – Elementos Necessários para a Consistência do Processo de Avaliação

Elementos	Definição
Consistência da análise	Os arquivistas, que realizam avaliações, devem usar a mesma metodologia aprovada, da mesma maneira, independentemente das circunstâncias específicas da avaliação
Consistência da tomada de decisão	A aplicação dos critérios de avaliação aceites por meio do processo comum de análise resultará em decisões semelhantes, feitas em informação de arquivo semelhante
Consistência da aplicação das decisões	Após as decisões de avaliação serem tomadas e aprovadas, elas devem ser executadas de maneira semelhante em cada instituição arquivística

FONTE: Bailey (2013, p. 43)

Tal exige que uma instituição de arquivo tenha políticas/procedimentos e ferramentas, bem como uma infraestrutura de gestão preparada para orientar e, se necessário, fazer valer a abordagem de avaliação aceite da instituição e as decisões resultantes dela. Todos esses princípios e conceitos são essenciais para a manutenção de uma instituição de arquivo, que possa demonstrar uma abordagem baseada em evidências para sua tomada de decisão e, portanto, a sua responsabilidade social (Bailey, 2013, p. 43)⁵². Segundo a autora,

⁵² A autora indica a existência de dois elementos importantes para qualquer documentação de uma decisão de avaliação de arquivo (Bailey, 2013, p. 43), que dão credibilidade à instituição de arquivo (Bailey, 2013, p. 44).

a avaliação também precisa de “demonstrar os resultados de investigações e análises arquivísticas ao longo do tempo e no espaço” pelo que a documentação, que suporta as decisões arquivísticas, deve conter os componentes centrais que se indicam no Quadro 26.

Quadro 26 – Componentes da Documentação da Avaliação da Informação De Arquivo

Componentes	Definição
Contexto	Uma explicação dos fatores estratégicos e de longo prazo, que afetam a avaliação da informação de arquivo, principalmente a sociedade e a estrutura governamental na qual a informação de arquivo é produzida; a natureza da(s) atividade(s), que resulta na produzida de informação de arquivo; a inter-relação dessas atividades/produtores com outras atividades/produtores; e a teoria/metodologia de arquivística usada para identificar informação de arquivo com valor arquivístico. Esses são os fatores sociais de longo prazo, que mudam lentamente.
Descrição	Uma visão geral da natureza e dos conteúdos do universo de recursos de informação a partir da qual a informação de arquivo com valor arquivístico será identificada para preservação a longo prazo.
Análise	Um resumo completo do processo de avaliação, que resultou na identificação de informação de arquivo com valor arquivístico. Essa análise deve demonstrar, por que alguma informação de arquivo foi considerada mais importante que outra e, portanto, por que razão a decisão de preservar uma e não outra foi tomada. É o cerne de todo o processo de prestação de contas.
Decisão	Uma declaração completa e clara, que identifique qual informação de arquivo tem valor arquivístico e qual não tem e, portanto, qual será preservada pelos arquivos a longo prazo e qual tem autorização para ser eliminada. Qualquer declaração de decisão deve ser compreensível, inequívoca e aplicável por qualquer pessoa responsável pela sua aplicação.

FONTE: Bailey (2013, p. 44-45)

A autora indica que, para garantir a prestação de contas, devem desenvolver-se e documentar-se várias camadas de análise para demonstrar a evolução da decisão de avaliação ao longo do tempo e do espaço. No entanto, ela avisa que a necessidade de incluir os componentes centrais indicados na documentação sobre a avaliação não implica que se produzam grandes quantidades de documentação, nem significa que o arquivista se entregue a longos exercícios de investigação para descobrir tudo sobre a informação de arquivo e o seu contexto antes de apresentar as suas recomendações de avaliação, dado que a emissão de instrumentos legais de avaliação e seleção para os organismos governamentais não pode aguardar a conclusão de uma análise de avaliação longa e abrangente (Bailey, 2013, p. 45).

Nesta linha, Adelaide Parr (2014) apresenta propostas para dar resposta à questão da avaliação da informação de arquivo eletrônica, nomeadamente a aplicação de instrumentos legais de avaliação e seleção, indicando que “o ponto central para obter o apoio dos criadores e fornecedores de sistemas seria ter o papel de avaliação mais amplamente conhecido e

Uma é que deve haver uma metodologia ou estrutura de avaliação declarada, adotada pela instituição arquivística dentro da qual o arquivista trabalha (Bailey, 2013, p. 43). O segundo elemento é que deve haver um método comum de documentar o processo de avaliação, para que, apesar das diferenças que possam existir entre diferentes objetivos de avaliação, sejam sempre encontradas as principais informações necessárias para apoiar qualquer recomendação de avaliação (Bailey, 2013, pp. 43–44).

reconhecido” (Parr, 2014). Heather Soyka e Eliot Wilczek referem a necessidade de uma variedade de abordagens, que combinem as práticas arquivísticas com uma gama de ferramentas, que possam diminuir a escala desse trabalho (Soyka & Wilczek, 2014, p. 182). Nestes incluem-se: sistemas de gestão documental robustos, que as instituições deveriam utilizar para gerir a informação de arquivo (Soyka & Wilczek, 2014, p. 182); ferramentas analíticas para apoio ao trabalho dos profissionais de arquivo em termos de verificação/avaliação, identificação, classificação, interpretação/análise e codificação (Soyka & Wilczek, 2014, p. 183); sistemas automatizados, que podem analisar grandes volumes de informação de arquivo pelas tipologias de documentos para ajudar a automatizar as decisões de avaliação, principalmente em cenários de instituições com tipologias de documentos claramente definidas com regras explícitas para sua produção e uso, como no caso da instituição militar americana⁵³. Essa situação exigirá soluções como o desenvolvimento de “definições de tipologias documentais mecanicamente legíveis” para melhorar as ferramentas digitais usadas pelos arquivistas na avaliação” (Soyka & Wilczek, 2014, p. 183). Por seu lado, e sobre o anúncio de ferramentas de avaliação já desenvolvidas, Catherine A. Bailey (2006) aborda a produção de uma ferramenta para ligação entre avaliação e aquisição, que una a teoria da avaliação de arquivo da *Library and Archives Canada*, e que permita traduzir as decisões dos arquivistas baseadas na macro-avaliação e na análise funcional em ferramentas de avaliação e seleção, que garanta a identificação e a seleção de arquivo em qualquer suporte de informação (Bailey, 2006). O instrumento

⁵³ O facto de muita informação de arquivo militar crítica ser produzida de maneira informal, como em canais de comunicação de texto via Internet, plataformas de redes sociais, fóruns de sítios *web* e documentos em formatos variados, implica que as estratégias de avaliação devam ter em conta esta mistura de ambientes formais e informais de gestão de informação de arquivo, para terem flexibilidade para compreender a importância de toda a gama de registos produzidos em cenários de guerra (Soyka & Wilczek, 2014, p. 184-185). A produção de vastas quantidades de dados observacionais em imagem fixa ou em movimento por veículos aéreos ou submarinos não tripulados, veículos blindados ou capacetes de soldados requer a utilização de algoritmos de inteligência visual para coligir e proceder ao tratamento desses dados, mais ainda necessita de que os humanos tomem as decisões e retirem conclusões (Soyka & Wilczek, 2014, p.185), estando a desenvolver-se investigação para desenvolver câmaras capazes de reconhecer, descrever e prever atividades humanas com recurso a inteligência artificial, que inclui a classificação de ações humana com base em verbos de um enquadramento ontológico para identificação. Isto permite desenvolver processos escaláveis legíveis por máquinas para tomar decisões analíticas de classificação, caracterização, marcação e aplicação de regras e ações a esses dados (Soyka & Wilczek, 2014, p.185-186). No entanto, os arquivistas e militares precisam de se perguntar se esta informação têm pertinência para além do apoio a operações de combate e inteligência, como para apoio para definição de doutrina militar e lições pós-ação, apoio da investigação histórica militar e de outras áreas do saber, e se o valor evidencial e de investigação têm peso suficiente para superar os custos de conservação e acesso (Soyka & Wilczek, 2014, p. 186)

apresentado pela autora é constituído pelas *Orientações do Grupo de Trabalho dos Termos e Condições para a Transferência de Informação de Arquivo Definitiva*⁵⁴ e pelo *Guia de Aplicação*⁵⁵. Bailey apresenta a estrutura do documento, que indica estar dividido em quatro partes, contendo um preâmbulo com “uma declaração de objetivo de alto nível, projetado para enquadrar os termos e condições no processo de avaliação e seleção de informação de arquivo” (Bailey, 2006, p. 162), e define os três documentos, que compõem um instrumento legal de avaliação e eliminação: O instrumento legal propriamente dito, o *Acordo para a Transferência de Informação de Arquivo Definitiva*, e os *Termos e Condições para a Transferência de Informação de Arquivo Definitiva*. As quatro partes destas Orientações são sintetizadas no Quadro 27.

A última parte deste documento, referente à transferência da informação de arquivo, tem como base três princípios orientadores, que indicam que os termos e as condições da seleção de arquivo devem ser complementados por especificações de transferência, as especificações para a transferência informação de arquivo definitiva devem ser claras, inequívocas, abrangentes e independentes, e as especificações técnicas mínimas suficientes para efetuar a transferência devem ser incorporadas em todos os documentos de termos e condições (Bailey, 2006, p. 172).

⁵⁴ As “Orientações e Texto Modelo para a criação de Termos e Condições para a Transferência de Informação de Arquivo Definitiva” tiveram em vista também dois conceitos-chave, em que o primeiro dizia respeito ao papel que este documento desempenharia dentro do contexto mais amplo de formação e instrução de apoio ao processo de avaliação e destino final, e o segundo indicava que o destino final era um esforço de equipa, que envolve não apenas arquivistas, mas também uma grande variedade de funcionários dos departamentos clientes (Bailey, 2006, p. 160). A intenção era uma ferramenta de “mapeamento” personalizada” fora do documento legal que os profissionais de arquivo podem usar para interpretar os critérios baseados em funções para seleccionar informação de arquivo definitiva expressos nos Termos e Condições, e que pode ser alterado ou atualizado à medida que os sistemas de gestão documental evoluem, mas as funções institucionais permanecem constantes, oferecendo uma maior longevidade aos documentos legais para avaliação e seleção e destacando questões relacionadas com a gestão documental, que devem ser tidas em consideração na aplicação do destino final (Bailey, 2006, p. 161). Segundo a autora, este documento esclareceu que o mapeamento sistemático dos sistemas de classificação de informação de arquivo estaria fora do documento legal formal (Bailey, 2006, p. 161), que a identificação e seleção de informação de arquivo definitiva com base na função/atividade não é inerentemente uma tarefa simples (Bailey, 2006, pp. 161–162), e que os termos e condições devem ser expressos com grande simplicidade para permitirem que uma instituição identifique a informação de arquivo definitiva com precisão (Bailey, 2006, p. 162).

⁵⁵ O Guia de Aplicação é apresentado como um complemento administrativo, não juridicamente vinculativo, para o novo estilo de termos e condições (Bailey, 2006, p. 161)

Quadro 27 – Partes Constituintes das Orientações para a Transferência de Informação de Arquivo Definitiva

<i>Parte</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Conteúdo</i>	
<i>Foco Legal</i>	Define os parâmetros dentro dos quais a instituição pode aplicar os termos e condições	Resumo das funções e atividades	
		Linhas de negócio ou programas cobertos pelo instrumento legal	
		Cobertura geográfica	
		Relação com os instrumentos legais existentes	
		Instrumentos legais de avaliação e seleção multi-institucionais e o seu uso por instituições sucessoras	
		Explicitação da possibilidade de aplicação do destino final de informação de arquivo coberta pelo instrumento legal que não seja identificada como tendo valor arquivístico	
<i>Obrigações básicas relacionadas com a informação de arquivo definitiva</i>	Cinco obrigações básicas para a instituição produtora e uma para os arquivos	Proteger a informação de arquivo definitiva até à sua transferência	
		Separar a informação de arquivo definitiva da informação de arquivo sem valor arquivístico aquando da transferência para a custódia dos arquivos	
		Definir prazos de conservação arquivística para informação de arquivo com valor arquivístico	
		Informar os arquivos de qualquer alteração às suas funções ou atividades	
		Informar os arquivos de qualquer alteração no suporte da informação de arquivo	
		Os arquivos são obrigados a informar a instituição produtora antes de qualquer decisão de cancelar a execução do destino final da informação de arquivo adquirida sob os termos do instrumento legal de avaliação e seleção, a fim de permitir à instituição a oportunidade de recuperar a informação de arquivo	
<i>Seleção de informação de arquivo com valor arquivístico</i>	Pretende descrever informação de arquivo com valor arquivístico que, de acordo com as disposições do instrumento legal de avaliação e seleção, deve ser selecionada e transferida para a <i>Library and Archives Canada</i> quando deixar de ser necessária à instituição	Princípios orientadores para o desenvolvimento de formulações para a seleção de arquivo	
		Instruções para a inclusão de critérios de seleção de arquivo se tornam longos e complexos	Formulações de seleção de arquivo expressas em relação à função/atividade
			Ressalvas excecionais que podem ser necessárias para qualificar ou complementar formulações de seleção de arquivo expressas em relação à função/atividade
			Formulações de seleção de arquivo expressas em relação ao suporte (informação eletrónica fora do sistema eletrónico de gestão documental)
			Advertências especiais para garantir uma aplicação precisa
<i>Transferência da informação de arquivo</i>	Aborda as especificações técnicas para garantir que a informação de arquivo definitiva seja transferida num formato apropriado para preservação permanente	Especificações técnicas para informação de arquivo em papel	
		Especificações técnicas para informação de arquivo eletrónica	
		Especificações técnicas informação de arquivo visual e sonoro	

FONTE: Bailey (2006, p. 162-178)

Assim, nesta secção, cada uma dessas subsecções aborda três elementos comuns a todas as transferências de arquivo, a separação da informação de arquivo definitiva, a colocação de informação de arquivo definitiva em contentores, e a preparação da documentação de suporte (Bailey, 2006, p. 173). Especificamente à informação de arquivo eletrónica, Bailey refere que devem aparecer disposições básicas comuns em todos os documentos de termos e condições, que identifiquem informação de arquivo eletrónica com valor arquivístico, assim como os termos que abrangem dois outros elementos-chave, que requerem uma certa quantidade de personalização para cada transferência de informação de arquivo eletrónica: formatação física e lógica do registo e compactação de dados (Bailey, 2006, p. 174). No que concerne às disposições específicas para a transferência de informação de arquivo eletrónica com valor de arquivístico, foram agrupadas em três categorias, que

consistem na informação de arquivo estruturada com objetos digitais vinculados (sistemas de gestão de documentos eletrónicos ou de imagiologia com um componente estruturado, como uma base de dados, e um item ao qual está anexado, como uma imagem ou documento) (Bailey, 2006, p. 175), informação de arquivo estruturada sem objetos digitais vinculados (como informação extraída de bases de dados), e os objetos de dados individuais (itens como fotos digitais, documentos de processamento de texto ou registos audiovisuais, que não são armazenados num sistema eletrónico de gestão documental) (Bailey, 2006, p. 176). Ainda sobre informação de arquivo eletrónica, a autora refere a falta de experiência do grupo de trabalho relativamente à “preservação de informação de arquivo de sítios *Web* ou da *Intranet*” determinou que o grupo tivesse decidido que “não poderia fornecer aos arquivistas termos e condições normalizadas” (Bailey, 2006, p. 176).

Similarmente, Maria José Fidalgo e Paula Ucha (2006) apresentam uma ferramenta de apoio à sistematização e normalização das decisões de avaliação de tipo funcional, a Tabela de Avaliação e Seleção das Funções-Meio, de aplicação transversal aos diferentes serviços da Administração Pública portuguesa, com a intenção de normalizar boas práticas e o estabelecimento de uma política de gestão de documentos coerente (Fidalgo e Ucha, 2006). Ferramenta semelhante é a que Paloma Beneito Arias (2008) apresenta como tabela de avaliação de informação de arquivo estatística aplicada ao Banco Central Europeu (BCE), numa perspetiva participativa consumada com o envolvimento dos utilizadores finais na definição dos prazos de conservação, recorrendo ao método de painel *Delphi* para definição de valores para seleção (Beneito Arias, 2008). Um outro estudo, de Kerry Badgley e Claude Meunier (2005) reporta à “avaliação abrangente de toda a informação de arquivo do Departamento de Pescas e Oceanos Canadiano, que resultou em dois instrumentos legais de avaliação e seleção, uma para a sede e outra para as regiões” (Badgley & Meunier, 2005; Loewen, 2005b, p. 96).

No âmbito das *Massas Documentais Acumuladas*, Nathan Mnjama (2006) refere, num estudo sobre o contexto da África Oriental e Austral, mas com contributos pertinentes para outros contextos onde exista o mesmo problema, que a compilação dos prazos de conservação deve começar somente depois das massas documentais acumuladas terem sido tratadas e novos sistemas de arquivo terem sido desenvolvidos, e defende a existência de novas abordagens para evitar que a acumulação de massas documentais volte a ser um problema. Essas abordagens estão sintetizadas no Quadro 28.

Quadro 28 – Abordagens para Evitar a Acumulação de Massas Documentais

Abordagens	Considerações	
<i>Workshops para tratar massas documentais acumuladas</i>	Apropriada para zonas em que existe uma escassez de arquivistas com formação	
	Cada <i>workshop</i> deve consistir numa equipa de profissionais de arquivo com formação e um grupo de funcionários dos arquivos nacionais e do Ministério ou Departamento cuja informação de arquivo deve ser processada	
	Com o objetivo de triar, organizar, avaliar e descrever a informação de arquivo mantida nos armazéns/depositos ou depositados nos arquivos nacionais:	
	Requer uma área suficiente grande para permitir que a informação de arquivo seja espalhada para identificação”	
	Deve abranger toda a informação necessária para executar as tarefas envolvidas no processamento da informação de arquivo	
	Deve enfatizar a importância de proteger os materiais e preservar a sua ordem original	
	Requer o apoio da gestão de topo para o seu sucesso	
	Os preparativos para aplicação da decisão de destino final do material efémero devem ser elaborados com antecedência, sem o descrever ao nível do item	
<i>Abertura de novos centros de documentação</i>	Fatores	Distância até às instituições produtoras da informação de arquivo
		Tamanho do edifício necessário para acomodar a informação de arquivo produzida
		Número de funcionários necessários
		Qualidade do serviço necessária em termos de tempo de recuperação, confidencialidade, etc.
		Recursos financeiros disponíveis para instalar e equipar o centro
		Tipo de transporte disponível para a transferência da informação de arquivo de e para o centro
	Devem fornecer instalações físicas e equipamentos adequados para:	Permitir que a equipa desempenhe o seu trabalho corretamente
		Permitir que os utilizadores façam uso da informação de arquivo e dos serviços fornecidos
		Acomodar a informação de arquivo no futuro próximo, tendo em consideração a informação de arquivo que provavelmente será transferida para o arquivo definitivo a cada ano
		As atividades do centro de documentação, como limpeza e tratamento de informação de arquivo
		Separar a área de tratamento da área de armazenamento de informação de arquivo Evitar a danificação da informação de arquivo já preparada para a transferência para o arquivo definitivo nas áreas de armazenamento, por parte de informação de arquivo contaminada com mofo ou insetos
<i>Transferência regular e sistemática da informação de arquivo para o centro de documentação</i>	Identificar a informação de arquivo a transferir nas listas de transmissão num formato determinado pelo centro de documentação ou pelos arquivos nacionais	
	O centro de documentação ou a instituição de arquivo não devem aceitar informação de arquivo, a menos que tenha sido dada uma data de ação para indicar quando eles devem ser eliminados, revistos ou colocados nos arquivos	
	Garantir que o centro de documentação não é usado como local de despejo para informação sem valor	
	As datas das ações devem estar em conformidade com o prazo de conservação administrativa	
<i>Compilação de tabelas de seleção e eliminação</i>	Essencial para o bom funcionamento dos centros de documentação e para garantir que a informação de arquivo de valor permanente chega aos arquivos	
	A informação de arquivo transferida para os centros de documentação deve ser revista regularmente para garantir que aquela de valor permanente seja transferida para os arquivos nacionais e que a outra seja eliminada após o término dos prazos de conservação acordados	
	A eliminação de informações confidenciais considerada sem valor deve receber a máxima atenção	
<i>Formação de profissionais de arquivo</i>	Elemento prioritário para as instituições nacionais de arquivo, que devem incluir incentivos para atrair e reter profissionais de arquivo	
<i>Realização de cursos e seminários de curta duração</i>	Com entidades produtoras de informação de arquivo	
	Sensibilização e formação nos procedimentos básicos para o tratamento de informação de arquivo semi-corrente	

FONTE: Mnjama (2006)

Num âmbito mais geral, Matt Gorzalski (2008) e Mark A. Greene (2010) apresentam a abordagem *More Product, Less Process* (MPLP) como solução para o problema das *Massas Documentais Acumuladas*, (Gorzalski, 2008; Greene, 2010), já abordada anteriormente, sugerindo alguns critérios para os arquivistas implementarem a maximização do acesso a custos mais baixos (Gorzalski, 2008).

A dimensão das *Técnicas de Investigação* a utilizar, no âmbito das técnicas para a avaliação, são apresentadas por Christopher J. Prom e Ellen D. Swain (2007), numa proposta para identificação, avaliação e captura de sítios *web* de organizações estudantis como prova das suas atividades, o uso da investigação (recurso a 5 etapas) em programas de documentação (*Documentation Program*) para avaliar o valor potencial dos sítios *web*, identificar padrões de documentação e utilização dos sítios *web* e identificar boas práticas para capturar o seu conteúdo. Essas etapas estão sistematizadas no Quadro 29:

Quadro 29 – Etapas para Avaliação de Informação em Sítios Web

Etapas	Ferramentas	Objetivos
Identificação de tipologias/gama de documentação produzida pela organização	Inquérito	Identificar os tipos de documentação produzida pelas organizações
Relacionar essas formas documentais com atividades e funções da organização que elas documentam		Em que medida essa formas documentais representam as atividades das organizações
Verificar que informação existe no sítio web em relação à totalidade da informação de arquivo produzida pela organização		Em que medida esses sítios <i>web</i> representam atividades organizacionais e que informação contém (ou não) os sítios <i>web</i> em relação a outra documentação produzida pela organização
Compreender o ambiente em que se produz e gere a informação de arquivo, incluindo a administração e fornecimento de acesso à informação no sítio <i>web</i>	Inquérito / Análise das práticas relativas a sítios web de várias instituições	Verificar como as organizações usam os seus sítios <i>web</i> ; Verificar a existência de estruturas administrativas para gerir os ambientes de trabalho em linha
Definir estratégias para identificar, avaliar e capturar a documentação da organização, nomeadamente do sítio <i>web</i>	Literatura científica	Definir estratégia de avaliação

FONTE: Prom & Swain (2007, p. 346, 354-355)

Isto implica também saber que informações sobre os tipos de materiais, que as organizações mantêm, como são mantidos esses materiais e que problemas e questões enfrentam as organizações para gerir informação de arquivo (Prom & Swain, 2007, p. 346), ou seja, a indicação de cada categoria de documentos que produzem, guardam em cópia física e guardam eletronicamente” (Prom & Swain, 2007, pp. 348–349). Também pretenderam saber como e por que as organizações utilizam sítios *web*, qual a importância dos sítios *web* para as organizações, que conteúdo contêm e porquê, qual o papel dos sítios *web* no âmbito da gestão documental das organizações, se a captura dos sítio *web* das organizações seria suficiente para documentar as suas atividades, e até que ponto outras

práticas de gestão documental relativamente ao sítio *web* podem facilitar a memória organizacional (Prom & Swain, 2007, p. 348). Para tal, procuraram identificar os utilizadores primários do sítio *web* da organização, os tipos de informação existente no sítio *web* que eram usados, e a importância dos sítios *web* e correio eletrónico para o funcionamento da organização (Prom & Swain, 2007, p. 351).

No que tange às decisões de avaliação, indicam que, presumindo que o valor “evidencial” é o único que importa quando se lida com informação de arquivo eletrónica, a escolha prática relativa aos sítios *web* das organizações é relativamente clara: deve optar-se por uma abordagem seletiva, capturando somente informação de alguns sítios *web*, ou fazer uma captura mais abrangente (Prom & Swain, 2007, p. 356).

Por outro lado, Anthony Cocciolo (2014), como resposta aos desafios de arquivar objetos nado-digitais em organizações (exemplo de museu de arte nos EUA), recorre a um conjunto de técnicas de investigação expressas no Quadro 30.

Quadro 30 – Técnicas de Investigação para Apoio à Avaliação de Objetos Nado-Digitais em Organizações

Técnicas de investigação	Objetivos
<i>Grupos focais com os funcionários</i>	Descobrir como a equipa mantém a sua informação de arquivo eletrónica, especialmente aquela que possui valor permanente, que pode ser identificada pela tabela de seleção documental da instituição, bem como aquela que pode estar em risco (formatos de ficheiros obsoletos e em suportes de armazenamento amovíveis obsoletos)
<i>Análise da rede de armazenamento de ficheiros</i>	Descobrir até que ponto o armazenamento em rede incluía conteúdo inativo com valor histórico ou legal adequado para transferência para o repositório de arquivos digitais
<i>Análise de informação de arquivo eletrónica em suportes de armazenamento amovíveis (CD-ROM, disquetes, etc.)</i>	Verificar a origem dos formatos de ficheiro nos suportes guardados nas áreas de trabalho e no arquivo, as aplicações necessárias, e a sua obsolescência e se já não fazem parte de um departamento ativo com pessoal para os monitorizar e conhecer o seu conteúdo

FONTE: Cocciolo (2014)

A intenção era estudar as práticas arquivísticas dos objetos nado-digitais de um museu de arte, com o fim de apoiar o planeamento de um projeto de arquivo de objetos nado-digitais para essa instituição. No âmbito dos grupos focais, foram convidados os funcionários, os coordenadores dos departamentos, e os curadores e os conservadores, e as questões versaram a informação de arquivo eletrónica, que produziam, e as agregações documentais criadas no seio de cada departamento, onde essa informação de arquivo eletrónica é armazenada, como as pastas das unidades partilhadas da rede departamental, informação de arquivo eletrónica em unidades de rede, que podem estar em risco porque ninguém no departamento é responsável por ela, outras localizações de informação de arquivo eletrónica como bases de dados especializadas, suportes amovíveis e armazenamento em nuvem, e os formatos de ficheiro, com ênfase nos formatos incomuns.

No que se refere à análise da informação de arquivo eletrónica no armazenamento de arquivo em rede, decidiu investigar-se o conteúdo da rede modificado pela última vez há 10 anos, por poder estar inativo e ainda deter valor histórico e legal, e porque uma parte da informação de arquivo eletrónica podia estar em risco (Cocciolo, 2014, p. 242).

A dimensão sobre as *Abordagens com fundo (multi)disciplinar* refere-se à aplicação de conceitos e teorias de áreas do saber diversificadas à avaliação da informação de arquivo. Estes incluem o recurso à Historiografia Digital (Sternfeld, 2011), aos Estudos culturais (Hughes, 2014), à Ecologia (Moore, 2007), aos Estudos literários, à História, à Filosofia, à Crítica Textual e à Antropologia (Johnson, 2007), à Teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt (Caswell, 2010), à Teoria da incorporação / encarnação / materialização [*embodiment*] complexa (White, 2012), ao uso do conceito de tipologia documental (Oliver, Kim e Ross, 2008), do conceito de atos mediadores (Condé, 2011), das Tipologias de Utilizador e Uso (Rhee, 2012), dos Estudos de Gestão de Informação Pessoal (PIM) (Bass, 2013), e da abordagem de rede social (Cocciolo, 2016a). Perceciona-se que existe uma ligação entre a dimensão das *Técnicas de Investigação* e a dimensão das *Abordagens com fundo (multi)disciplinar*, uma vez que a aplicação de qualquer abordagem com fundo (multi)disciplinar (pelo menos as que foram codificadas) enquadra a utilização das técnicas de investigação para recolha de informação, análise, discussão e conclusões. Neste âmbito, Daniel J. Caron e Andreas Kellerhals (2013) consideram que a avaliação da informação de arquivo implica “uma perspetiva transdisciplinar sobre as noções e conceitos de avaliação e orientação funcional, e o papel dos arquivos” para “identificar soluções” “práticas e sustentáveis na era digital” (Caron & Kellerhals, 2013). A nível de teorias, Joshua Sternfeld (2011) propõe a aplicação da Historiografia Digital, uma teoria e metodologia interdisciplinar que pode criar uma terminologia partilhada para produção, uso e avaliação de representações históricas digitais. Este campo interdisciplinar das Humanidades Digitais cruza a Arquivística, a História e as normas técnicas ou informáticas (Sternfeld, 2011, p. 547), e pretende estudar a interação da tecnologia digital com as práticas históricas (Sternfeld, 2011, p. 555). O seu objeto, as representações históricas digitais, inclui arquivos digitais, coleções, bases de dados, sítios *web*, ferramentas pedagógicas, aplicações móveis, visualizações geoespaciais (Sternfeld, 2011, p. 547). Recorre a três processos arquivísticos – a avaliação, a pesquisa, e a aplicação de metainformação – para contextualizar as representações históricas digitais, e que contribuem para verificar a confiabilidade e eficácia para comunicação do conhecimento histórico (Sternfeld, 2011, p. 548). De acordo com o

autor, a História Digital desafia os setores académicos e culturais a repensarem e analisarem a informação histórica. (Sternfeld, 2011, p. 547). Kit Hughes (2014) apresenta uma proposta de modelo de avaliação baseado nos estudos culturais orientados para a compreensão da cultura popular vivida e as suas relações complexas com a classe, identidade e estruturas de poder (Hughes, 2014, p. 272). Hughes pretende uma mudança orientada para “a teoria cultural”, que possa fortalecer maneiras de pensar acerca da documentação da cultura de forma mais geral, pela inclusão sistemática de perspetivas de baixo para cima sobre indivíduos, que participam nas instituições sociais para além do governo (por exemplo, empresas, universidades e organizações não-governamentais) e documentando as “práticas dispersas da vida quotidiana”, e para tal aborda três facetas dos estudos culturais, que podem ser úteis para a prática de avaliação arquivística, que procura documentar a cultura vivida e cumprir a responsabilidade social dos arquivos: “o foco nas experiências vividas dos indivíduos e a sua relação com estruturas maiores de poder e opressão económicas, sociais e políticos revelada através de um mapeamento”; “o foco na cultura material e nas formas de comunicação popular”; “o foco no potencial de transformação social progressiva” (Hughes, 2014, p. 274). Com o recurso a estas facetas, Hughes pretende demonstrar que a utilização da “cartografia” como um enquadramento da avaliação permite aos arquivistas preencherem as lacunas deixadas no registo documental pelas estratégias de avaliação normalmente utilizadas⁵⁶ (Hughes, 2014, p. 281), para recolher um registo documental mais abrangente”, que “não sobrecarregue os arquivos de maneira expansiva incontrolável e ininteligível”. (Hughes, 2014, p. 274). Assim, Hughes refere que “a avaliação decide ativamente como deseja mapear o terreno do registo documental”, porque “a cartografia” aponta para as “possibilidades multiperspectivas no registo documental” (Hughes, 2014, p. 282)⁵⁷. A topologia, que “representa as conexões entre os elementos do mapa”, permite que

⁵⁶ A noção de cartografia originária dos estudos culturais tenta explicar a mudança temporal ao considerar as mudanças que ocorrem espacialmente. A autora aborda “os contornos teóricos da cartografia como prática arquivística para trabalhar com as possibilidades e implicações sociais, culturais e políticas que resultam dessa estratégia” e “oferece sugestões concretas para vincar o mapeamento na prática de avaliação atual” (Hughes, 2014, p. 281). A cartografia requer que a “avaliação da instituição” procure documentar não só o que ela faz, mas tentar “compreender o que ela significa” para a “miríade de pessoas que têm compromissos com ela” (Hughes, 2014, p. 281), “coincidindo com as conceções” “dos deveres do arquivista (pós-moderno), particularmente a interpretação, seleção e documentação ativa”, tendo em conta a “distorção da realidade”, que “ocorre quando as atividades são sublimadas na informação de arquivo”, assumindo “as implicações políticas” desse enquadramento.

⁵⁷ Tal como “cada mapa posiciona o seu utilizador numa relação única com os seus vários elementos”, a autora

a avaliação “se foque em elucidar e documentar conexões e relações entre diferentes elementos da instituição”, “refine os tipos e quantidades de informação de arquivo para recolha” e se “foque em como as instituições se tornam significativas e impactam a vida dos seus trabalhadores”, “as mesmas pessoas que tornam a instituição possível”, uma vez que, para Hughes, “o maior desafio para o cartógrafo arquivista” é “conectar a vida dessa miríade de pessoas aos objetivos e ações (e desejos) da instituição” (Hughes, 2014, pp. 283–284). Para a autora, o “terceiro elemento da cartografia que figura na prática arquivística é a preocupação sobre como as complexas relações de poder moldam e remodelam fronteiras, categorias e fluxos”, atendendo também ao “processo de engenharia das fronteiras e a permeabilidade destas”, alertando para “os riscos de sobre-racionalizar as funções poder”, com equivalência, em termos da avaliação, “num foco muito intenso na localização de linhas precisas de comunicação, funções abrangentes, áreas temáticas e localizações geográficas” e que “pode ofuscar materiais e práticas que não se encaixam em esquemas rígidos”, uma vez que “as instituições frequentemente abrigam atividades e práticas que nem sempre estão em conformidade com os desejos ou necessidades das funções institucionais” (Hughes, 2014, p. 284) e “a informação de arquivo que pode dar as respostas pretendidas não é muitas vezes aquela informação de arquivo que uma avaliação baseada na análise da estrutura institucional ou funcional conservaria” (Hughes, 2014, pp. 284–285)⁵⁸. Para o efeito, a autora propõe o recurso a entrevistas e inquéritos ocasionais para a “captura da “visão de rua” na avaliação”, “dada a importância dessas culturas institucionais para as operações” e também “para documentar uma parcela significativa da vida de milhões de pessoas” (Hughes, 2014, p. 287)⁵⁹. Também propõe o recurso a observações de campo relativamente

considera que, numa perspetiva arquivística, se deve “também considerar as muitas maneiras pelas quais a instituição é entendida sob diferentes perspetivas dentro” do mapa, sugerindo que não se deve tentar “encontrar o melhor mapa para documentar uma instituição”, mas “perceber como múltiplos mapas podem elucidar o significado de uma instituição para vários utilizadores e participantes” (Hughes, 2014, pp. 282–283), “solicitando a documentação sobre vários modos de vivenciar a instituição (de cima para baixo e de baixo para cima, no sentido de estudos culturais)” (Hughes, 2014, p. 285).

⁵⁸ Isto implica “uma mudança orientada para o idiossincrático, o ilógico e as conversas, que ocorrem paralelamente ou fora do alcance das linhas hierárquicas de comunicação oficial” (Hughes, 2014, p. 285).

⁵⁹ As questões devem incidir em como as pessoas percebem as suas posições nas suas hierarquias institucionais e como creem cumprir a missão da instituição, em perceber o lugar que a participação da instituição ocupa mais amplamente na vida dos membros” (Hughes, 2014, pp. 287–288), e para tal, devem “questionar sobre lendas e outras histórias que os membros usam e fazem circular para dar sentido à instituição e aos seus sistemas de crenças”, “histórias do ofício” que “servem a uma ampla gama de funções culturais, desde o estabelecimento de solidariedade até à demonstração de competência e autoridade”, no fundo, questões sobre “a identidade e as

a “espaços, atividades e rituais institucionais” como “reuniões, formações, eventos institucionais especiais e comemorações dos marcos dos membros”⁶⁰ (Hughes, 2014, p. 288) e a recolha de “cultura material institucional” (Hughes, 2014, pp. 288–289)⁶¹.

Por sua vez, Erik A. Moore (2007) propõe o uso das filosofias ambientais como modelo para avaliar as atividades arquivísticas e desenvolver modelos que podem orientar aplicações práticas na avaliação e acesso arquivísticos, pela análise das ideias e aplicações paralelas da arquivística e da ecologia, e que podem influenciar e apoiar o processo de tomada de decisão (Moore, 2007)⁶². Para o autor, a teoria da avaliação em arquivos, assim como a conservação da natureza, requer do arquivista que aplique a teoria da utilidade ao processo arquivístico orgânico como um método de documentação moderna (Moore, 2007, p. 108), uma abordagem utilitária que sugere que o arquivista assuma um papel ativo na seleção, avaliação e organização de materiais de arquivo. Sugere uma mudança do paradigma utilitário existente para um novo paradigma ambiental que valoriza o pluralismo tanto na aplicação científica quanto na responsabilidade social (Moore, 2007). Este aspeto

maneiras pelas quais a afiliação molda a identidade” e que “podem fornecer outra entrada útil para pensar em como o instituição ganha importância para as pessoas para lá dos limites dos deveres definidos” (Hughes, 2014, p. 288).

⁶⁰ Propõe o recurso a tarefas que podem ser “consideradas inortodoxas”, como “tirar fotos, filmar, desenhar ou documentar de qualquer outra forma os espaços que os membros institucionais ocupam no dia-a-dia”, o que “permite documentar o quotidiano” e “fornecer informação sobre partes da cultura institucional que não são facilmente capturadas na documentação textual”, como “a organização hierárquica do espaço”, “como a instituição pode ou não ser fisicamente construída para permitir a colaboração”, “e como a instituição se posiciona em relação aos não-membros através da arquitetura e do espaço” (Hughes, 2014, p. 288).

⁶¹ Esta “cultura material institucional” inclui quaisquer textos ou objetos que revelem como a instituição tenta afirmar uma determinada imagem de si mesma”, de “como as pessoas percebem o significado da instituição e o seu lugar nela, como certos membros ou grupos formam identidades afiliadas institucionalmente, como e por que são reconhecidos e legitimados certos membros ou maneiras de participar da instituição, e outras questões culturais”, “incluindo materiais efêmeros que normalmente não seriam incluídos no registo documental” (Hughes, 2014, pp. 288–289).

⁶² O autor analisa um conjunto de termos comuns para as duas áreas, considerando que a “preservação garante a condição inalterada de um conjunto de informação de arquivo documental, enfatizando o dever moral de preservar informação de arquivo intacta”, enquanto que a “conservação aplica técnicas utilitárias, enfatizando a seleção limitada num ambiente com quantidades cada vez maiores de documentação, a fim de disponibilizar os materiais”, numa abordagem, que “reflete o imperativo ético escolhido pelo arquivista para documentar toda a informação de arquivo à custa do acesso ou para selecionar materiais com base em juízos quantitativos e pragmáticos, com o fim de apoiar o acesso e a manutenção, seja preservar ou proporcionar uma utilização judiciosa”, sendo que na lógica de Moore, para “os arquivistas, o dilema de preservação *versus* conservação está intimamente ligado aos debates em curso sobre a avaliação” (Moore, 2007, p. 107). Por outro lado, de acordo com o autor, os “conservacionistas da natureza reconhecem a estrutura orgânica que os preservacionistas procuram proteger”, mas tendo em conta que “para que a sociedade se desenvolva, os recursos naturais têm de ser usados”, a “teoria da conservação oferece a proteção da estrutura orgânica possível, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento humano” (Moore, 2007, p. 108).

também se refere à sugestão de Moore de que os arquivos serem ecossistemas (Moore, 2007, p. 109), e considerando que os ecossistemas são “designações artificiais”, “um construto da ciência” e “não o objeto da própria ciência” e, apesar dos arquivistas serem versados em isolar materiais num repositório por coleção ou proveniência, do ponto de vista ecológico, os próprios arquivos são um “conjunto de isolados”, os programas de arquivo são “construções mentais que determinam a distribuição física dos materiais” (Moore, 2007, p. 111)⁶³, e os itens dos arquivos, tão frequentemente percebidos como o ponto de chegada pelo arquivista e pelo investigador, são na verdade apenas parte do sistema através do qual passa o registo humano porque interagimos diariamente com os materiais e as ideias que os criaram ou que deles surgiram, tanto dentro como fora das paredes do contentor físico dos arquivos (Moore, 2007, p. 118).

Valerie Johnson (2007) faz menção das propostas oriundas dos estudos literários, da História, da Filosofia e Crítica Textual e da Antropologia, e que dão exemplos de reconhecimento à “ampliação de pontos de vista”, de dar “voz aos marginalizados e silenciados”, e de “deixar de centrar o discurso nas elites e grupos étnicos dominantes” (Johnson, 2007). Numa linha semelhante, Michelle Caswell (2010) expõe a proposta de utilização da perspectiva da teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt⁶⁴, para alertar os

⁶³ No entanto, para o autor, se os arquivos forem percebidos como “pequenos ecossistemas que contêm cadeias dinâmicas de energia e representações de seus membros não privilegiados, entra em jogo uma nova perspectiva” em que as “interconexões entre arquivos se tornam mais aparentes”, “eles tornam-se menos parecidos com os jardins zoológicos e mais parecidos com biomas, definidos pelo seu enfoque e localização, tal como o clima e latitude”, considerando que perspectivar os “arquivos como biomas” ainda constitui “um contentor designado artificialmente, mas os seus limites estão mais definidos socialmente, tanto pelo produtor como pelos que procuram descrevê-lo, em vez de serem construídos institucionalmente como o jardim zoológico”, ficando o “contexto e o valor” preservados (Moore, 2007, p. 118). Isto porque, segundo Moore, tal como é impossível traçar uma linha em torno de um ecossistema porque é simultaneamente autossuficiente e interdependente em todo o planeta, também é importante parar de pensar os arquivos como o contentor definitivo para as coleções porque são apenas os isolados que foram criados (Moore, 2007, p. 118).

⁶⁴ A Teoria da banalidade do mal surge no livro de Hannah Arendt (1963), *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*, relativo ao julgamento de Eichmann, alta patente das SS alemãs e um dos organizadores e responsáveis pela chamada “Solução Final” e deportação de judeus e outros indesejáveis para os campos de morte na Europa de Leste. O conceito e teoria retiram o nome do subtítulo desta obra, que em parte, se refere à conduta de Eichmann no julgamento, uma vez que ele não demonstrou sentir culpa pelas suas ações nem ódio por aqueles que o julgavam, alegando que não tinha nenhuma responsabilidade porque estava simplesmente a “fazer o seu trabalho”, a “cumprir o seu dever”: não estava apenas a obedecer a ordens, mas também à lei. A sua tese é a de que Eichmann não era realmente um fanático ou um sociopata, mas sim uma pessoa extremamente comum e mundana que confiava em defesas que constituíam lugares-comuns ao invés de pensar por si mesmo, e era motivado pela promoção profissional não ao invés de ideologia, e acreditava no sucesso, que considerava o principal padrão de “boa sociedade”. A Banalidade, neste sentido, não significa que as ações de Eichmann fossem de alguma forma comuns, ou mesmo que existe um Eichmann potencial em todos nós, mas que as suas ações eram motivadas por uma espécie de complacência, que era totalmente normal.

arquivistas a não serem complacentes durante a avaliação, a preservação e o fornecimento de acesso (Caswell, 2010)⁶⁵. Os burocratas sentem-se isolados destes atos de maldade por intermédio da documentação, de duas formas: primeiro, os documentos permitem que ações específicas sejam compartimentadas, distanciando os burocratas do objetivo final das suas tarefas discretas; e, segundo, cumprindo uma função social, que incentiva uma cultura de inconsciência. Assim, através da gestão de documentos, os burocratas são alienados das consequências do seu trabalho, tanto na prática (emitindo ordens em que delegam e nomeiam alguém mais abaixo na cadeia de comando para, por exemplo, apertar o gatilho ou abrir a válvula de gás) como socialmente (ordens de assassinato tornam-se cada vez mais documentos rotineiros numa cultura de obediência e eficiência) (Caswell, 2010, p. 10). Nesta lógica, “a documentação acaba por superar a verdade, substituindo a realidade vivida por uma crença perigosa e constante na infalibilidade da informação registada” (Caswell, 2010, p. 22). As práticas de gestão documental podem apoiar estas situações através da fragmentação e compartimentalização de conhecimento, pela divisão da documentação por tarefas, pela utilização de sistemas tecnológicos de gestão dos documentos, pela atribuição de códigos alfanuméricos para designar as ações, pela implementação de uma cultura técnica de documentação dos atos, com recurso a profissionais especializados na informação e documentação (Caswell, 2010, pp. 11–12).

Por seu lado, Sara White (2012) recorre aos estudos sobre a deficiência para abordar a sua documentação/representação na Sociedade pelos arquivos (White, 2012, p. 111). A autora apresenta a teoria da incorporação/encarnação/materialização⁶⁶, indicando que a

⁶⁵ De acordo com Caswell (2010), a teoria de Arendt, que foi muito influenciada por Marx e Weber, apresenta um afastamento significativo das conceções anteriores do mal e tem implicações maiores para a compreensão das atrocidades em massa modernas. Usando o regime nazi, como um exemplo histórico específico, a teoria do mal de Arendt explica como a documentação obsessiva em uma burocracia totalitária pode ajudar a facilitar o assassinato em massa, alienando os tomadores de decisão da violência de suas decisões. Retira do pensamento marxista o conceito de “peça de engrenagem” e que acaba por se reduzir a um “direito/império de Ninguém”, que é a forma política da burocracia, “um totalitarismo onde nenhum indivíduo reivindica responsabilidade pelas suas próprias ações”. Do pensamento weberiano, retira o conceito de “burocrata inconsciente”, as “características da burocracia moderna (desapego/distanciamento, racionalização e cálculo)” (Caswell, 2010, p. 6).

⁶⁶ White refere que a teoria da incorporação/encarnação/materialização [*Embodiment*] complexa localiza a incapacidade nas interações entre pessoas com e sem deficiência, reconhecendo o poder como apenas um componente. A deficiência está localizada socialmente, e a maneira como as pessoas com deficiência percebem o mundo difere da percepção das pessoas sem deficiência, porque as suas deficiências servem como o ponto de vista a partir do qual veem a sociedade. Para além disso, a maneira como interagem com um ambiente social influencia a maneira como veem as suas debilidades. As pessoas que vivem com dor crónica podem não

avaliação da deficiência a partir desta teoria ajudará a preservar e a respeitar o contexto das coleções e, conseqüentemente, representar com precisão como o indivíduo ou grupos experienciam a deficiência (White, 2012, p. 119). Esta teoria pode ajudar os arquivistas a reconhecerem a deficiência como uma experiência multifacetada (White, 2012). No que diz respeito à informação de arquivo, a modalidade complementa a teoria arquivística, que sugere que a informação de arquivo seja avaliada no contexto de compreensão do objetivo do criador para a produzir, assim como no seu conteúdo (White, 2012, p. 120). Para White, a utilização desta teoria durante a avaliação permite questionar como é que uma pessoa experimenta uma deficiência em diferentes contextos e na presença de outras pessoas, e determinar que informação de arquivo documenta melhor a deficiência (White, 2012, p. 123). Em relação às organizações, esta teoria requer que “os arquivistas considerem como é que uma organização entende a deficiência (White, 2012, pp. 123–124), tendo em conta o problema das preocupações com a privacidade, incluindo a divulgação da situação clínica de outra pessoa” (White, 2012, p. 124). Isto implica que os arquivistas trabalhem em estreita colaboração com os doadores para obter uma maior compreensão dos tipos de documentos nas suas coleções e, na ausência da participação de um criador, os arquivistas precisam de prestar muita atenção à linguagem natural usada na informação de arquivo” (White, 2012, p. 124).

No que tange à utilização de conceitos e tipologias, Gillian Oliver, Yunhyong Kim e Seamus Ross, (2008) propõem o conceito de tipologia como fator de contextualização social no âmbito da avaliação da informação de arquivo, seja ela informação a ser usada pelas organizações ou já seja informação considerada em arquivo definitivo, o que implica

encontrar opressão porque vivem com uma deficiência invisível, mas a dor que experimentam pode fazer com que se sintam incapacitadas. A identidade é uma área em que as pessoas com deficiência negociam entre noções de deficiência, o que requer ainda mais a necessidade de adotar a estrutura da incorporação / encarnação / materialização (White, 2012, p. 116). A teoria da incorporação / encarnação / materialização complexa reconhece que a forma como alguém se identifica como portador de deficiência é uma decisão individual e reconhece a importância das forças internas e externas na maneira como se identifica. White refere que durante a avaliação e a seleção de informação de arquivo, os arquivistas começam a criar uma identidade da deficiência quando decidem preservar ou destruir informação de arquivo (White, 2012, p. 117). Uma vez que a deficiência não é uma mera limitação funcional, nem é apenas uma forma de opressão que as pessoas com limitações funcionais ou debilidade de saúde respondem com ativismo social, mas sim uma “categoria social elástica”, que pode mudar dependendo do contexto social, de acordo com a autora, conseqüentemente, a deficiência é uma experiência individual influenciada pelo contexto social. Como resultado, não existe uma definição para o uso dos arquivistas (White, 2012, p. 118). Para que os arquivistas documentem com sucesso a deficiência é necessário reavaliar a definição de proveniência (White, 2012, p. 118).

verificar a visão estrutural da tipologia e as suas ligações à teoria da gestão documental (Oliver, Kim, et al., 2008, p. 296). Num âmbito de um projeto de investigação da Rede de Excelência DELOS de Bibliotecas Digitais, já abordado, identificaram-se critérios específicos para a avaliação arquivística em bibliotecas digitais, a partir de políticas, diretrizes e estudos de caso publicados (Oliver, Kim, et al., 2008, p. 300; Oliver, Ross, et al., 2008), e foram agrupados nas seguintes categorias apresentadas no Quadro 31.

Quadro 31 – Proposta de Critérios para Avaliação Arquivística em Bibliotecas Digitais

Categorias	Definição	Critérios
Conteúdo	Critérios de avaliação que envolvem a verificação do conteúdo informativo do item, série ou coleção	A completude, a cobertura espacial, o crescimento, as relações, a confiança, a significância, o tempo cronológico, a originalidade, usabilidade
Contexto	Critérios relacionados com a avaliação do contexto em que o item, série ou coleção foi produzido	A documentação técnica, proveniência, importância das fontes/contexto dos dados/informação de arquivo, frequência de utilização
Evidência	Critérios que fornecem evidências de atividades e/ou funções	A capacidade de prestação de contas, artefacto como evidência de como funcionava a organização, autenticidade, precedência
Operacional	Critérios de avaliação, que contribuem para avaliar as implicações da preservação a longo prazo para a entidade que faz a recolha	Os custos de manutenção a longo prazo, ligação com a política da coleção, ligação com a missão organizacional, potencial para outras utilizações, capacidade de ser substituída/replicado
Social	Critérios de avaliação, que se relacionam com a infraestrutura externa/nacional de gestão de informação da sociedade, incluindo preocupações legislativas e éticas	As questões éticas, valor intrínseco, considerações legais, representatividade
Técnico	Critérios de avaliação relacionados com características ou aspetos técnicos da informação de arquivo ou dados	As funcionalidades, integridade da informação de arquivo, questões sobre direitos, riscos, tamanho do objeto ou volume da informação de arquivo, usabilidade da informação de arquivo (localização, recuperação, apresentação, interpretação)

FONTE: Oliver, Kim, et al. (2008, p. 301)

O relatório DELOS (Oliver, Ross, et al., 2008) também documenta as tentativas iniciais para ligar elementos de metainformação específicos aos critérios referidos, indicando os autores, que parecia não ser possível atender a todos os requisitos de avaliação ao nível do item usando metainformação, o que levou ao desenvolvimento de vários modelos para a automatização da avaliação, identificados no Quadro 32.

Quadro 32 – Modelos para a Automatização da Avaliação

Modelos	Definição
Híbrido	Modelo que usaria a tecnologia para realizar tarefas específicas, mas dentro de uma estratégia abrangente de avaliação de cima para baixo, que requer a tomada de decisão humana ou a aplicação automatizada dos prazos de uma tabela de avaliação e seleção, exemplificado com a aplicação da metodologia de avaliação funcional suplementada pela subsequente triagem automatizada para determinar a viabilidade da preservação ao nível do item
Mecanismo de Avaliação	Modelo em que o documento é enviado para um mecanismo de avaliação para análise usando uma combinação de mineração de texto e processamento baseado em regras
Identificador de Perfis	Modelo que passa pelo “desenvolvimento de um protótipo para rever uma variedade de tipos de objetos de informação (imagem, documento, conjunto de dados, por exemplo) e aplicar regras de avaliação, provavelmente” com recurso a metodologias de raciocínio baseadas em regras”

FONTE: Oliver, Kim, et al. (2008, p. 302).

Para além disso, o relatório DELOS sinalizou “a necessidade de incorporar o estabelecimento de canais para facilitar a entrada na tomada de decisões por outras comunidades relevantes”, algo “extremamente difícil de realizar” “no mundo do papel”, mas sem problema no ambiente digital, onde não só “o acesso à informação a ser revista pode ser ativado para lá da instituição de memória, mas as tecnologias atuais também permitem uma recolha e análise de dados eficientes”, devendo as metodologias utilizadas “ser adaptadas para atender às necessidades das comunidades e partes interessadas específicas” (Oliver, Kim, et al., 2008, p. 302). Os autores consideram que esta teoria das tipologias tem um grande potencial para a comunidade arquivística, “já que pode fornecer a riqueza relacionada com o contexto e que levará as ideias relacionadas com a automatização da avaliação para lá de uma experiência técnica estéril, para um dispositivo importante e poderoso para o ambiente digital” (Oliver, Kim, et al., 2008, p. 302).

Anne-Marie Condé (2011), ao considerar que é necessário problematizar e questionar os métodos e o contexto histórico ligados ao arquivo de documentos e como esses elementos podem ter afetado o significado, a validade e o rigor, apresenta o conceito de atos mediadores, “em referência à forma como o processo de produção e arquivo de informação afeta o seu uso contínuo”, sendo assim atos que “moldam o arquivo como o encontramos e transformam os seus significados possíveis” (Condé, 2011). Hea Lim Rhee (2012) propõe explorar e analisar as tipologias de utilizador, de uso de informação de arquivo e a utilização de fontes de informação como um fator na prática de avaliação, principalmente porque podem fornecer “indicadores empíricos do valor e benefício da informação de arquivo”, e, por esse motivo, apresenta um estudo que considera “o primeiro a explorar e analisar as tipologias de utilizador e usar fontes de informação utilizadas como ferramentas de avaliação”, que “aplica os conceitos de tipologia, reportório de tipologia e teoria da estruturação para examinar as relações entre as fontes de informação sobre utilizadores e uso e a estrutura e função organizacional dos programas estatais de gestão de arquivos estatais dos EUA”, mas passível de ser aplicado a diferentes grupos, organizações ou comunidades (Rhee, 2012). Jordan Bass (2013) defende a utilização de estratégias de gestão de informação digital, decisões de avaliação e identificações de valor, bem como práticas de preservação digital oriundas dos estudos de Gestão de Informação Pessoal (PIM), que entende estudos de Gestão de Informação Pessoal (PIM), como a prática e o estudo das atividades que as pessoas realizam para adquirir, organizar, conservar, recuperar, usar e controlar a distribuição de itens de informação, como documentos em papel e digitais, páginas da *Web*

e mensagens de *e-mail* de uso diário para cumprir tarefas relacionadas com as várias funções/papeis de uma pessoa (como parente, funcionário, amigo, membro da comunidade etc.) (Bass, 2013, p. 51), fornecendo uma perspetiva através da qual os arquivistas podem ver não apenas as práticas contemporâneas de gestão documental de indivíduos, mas também decisões de avaliação pessoais e estratégias de preservação digital particulares mais próximas do ponto de seu desempenho real”, devendo também os arquivistas “acompanhar a sociedade à medida que ela se afasta do domínio dos computadores pessoais em direção a ambientes de computação cada vez mais baseados na nuvem” (Bass, 2013, p.73)⁶⁷. O autor identifica esta área de estudo interdisciplinar, que cruza uma variedade de disciplinas, incluindo psicologia cognitiva, interação homem-computador, gestão de bases de dados, recuperação de informação e ciência da informação” (Bass, 2013, p. 51). Bass refere que “a investigação PIM identifica muitos valores que também são comumente atribuídos à informação de arquivo por arquivistas pessoais e serve para complementar e reafirmar as folksonomias de valores dos arquivos pessoais já estabelecidas”, definindo estas “folksonomias de valor” “como uma classificação da terminologia frequentemente usada pelos produtores e arquivistas de informação de arquivo pessoal para descrever os valores dos arquivos pessoais”, considerando que “taxonomia é um termo demasiado formal para ser usado nas discussões sobre o valor de arquivos pessoais”, apresentando “identificações de valor de PIM” derivadas dos estudos PIM, que analisou, e “identificações de valor arquivístico” “baseadas em discussões sobre os valores da informação de arquivo pessoal

⁶⁷ Bass (2013) considera que a investigação PIM complementa o conhecimento existente sobre a informação de arquivo digital pessoal e revela informação adicional sobre esses materiais (Bass, 2013, pp. 49–50), sugerindo que uma compreensão genuína dos processos de mediação de informação de arquivo, que ocorrem no ambiente pré-custodial dos arquivos digitais pessoais, é essencial para a descoberta e a exploração da sua informação de proveniência necessária (Bass, 2013, p. 50), e que estes estudos também são usados para descobrir maneiras inovadoras de ajudar os indivíduos a gerir volumes excessivos de informação digital de maneira mais eficiente por intermédio do desenvolvimento de software e hardware, apelidados de ferramentas ou aplicações PIM” (Bass, 2013, p. 52). O autor, no âmbito das decisões de avaliação de materiais no arquivo digital pessoal, baseia-se num estudo de Marshall, Bly e Brun-Cottan (2006), que “sugere que, à medida que os indivíduos criam e acumulam rapidamente materiais digitais, há ocasiões em que decisões conscientes sobre o que guardar e o que apagar se tornam inevitáveis no esforço de estabelecer controlo sobre o seu ambiente tecnológico” e que “essas decisões podem estar vinculadas a avaliações de designações de valor particulares que são identificadas através da análise da fonte da origem do item digital, das ações tomadas por ele ou relativamente a ele e pela sua eliminação”, argumentando que, “no arquivo digital pessoal, o valor não é totalmente atribuído aos itens no início, mas vai sendo atribuído ao longo do tempo, com o uso, custódia e transmissão” (Bass, 2013, p. 62; Marshall et al., 2006), acabando por “aproveitar as decisões tácitas de avaliação dos indivíduos e expressa-as heurísticamente para advogar um sistema de arquivo orgânico que acelera o processo cognitivo de distinguir entre itens com valor e itens que simplesmente se foram acumulando no arquivo digital pessoal” (Bass, 2013, pp. 62–63; Marshall et al., 2006).

que aparecem na literatura arquivística” (Bass, 2013, p. 66). Assim, apresenta-se o Quadro 33 sobre as Folksonomias de valor para os arquivos pessoais.

Quadro 33 – Folksonomia de Valores para Arquivos Pessoais

Identificações de valor	Valores	Definição
Identificações de valor de PIM	Valor da identidade	Itens envolvidos na construção e expressão contínuas do sujeito
	Valor da memória pessoal	Itens que facilitam o reencontro com o passado pessoal
	Valor histórico pessoal e familiar	Itens que registam a narrativa individual e partilhada
	Valor emocional e sentimental	Itens que testemunham criatividade e conquistas pessoais e que provocam emoções
	Valor funcional	Itens que servem como referência ou utilidade administrativa no dia-a-dia
	Valor de posteridade e legado	Itens que perpetuam uma conceção de vida ou carreira para consideração externa
Identificações de valor arquivístico	Valor evidencial	Informação de arquivo, que documenta funções, atividades e transações pessoais
	Valor informativo	Informação de arquivo, que fornece informação sobre pessoas importantes e de uso potencial para investigação histórica e sociológica
	Valor Narrativo	Informação de arquivo envolvida no processo de contar histórias e autobiografias
	Valor social e cultural	Informação de arquivo, que documenta o caráter, a personalidade, a intimidade, as crenças e a espiritualidade contemporâneos dos indivíduos na sociedade

FONTE: Bass (2013, p. 67).

Já Anthony Cocciolo (2016a) refere-se ao conceito/teoria de redes sociais no âmbito de um conjunto de propostas e constatações em consideração à avaliação de *emails*, referindo que “uma abordagem de rede social é a mais promissora para acelerar o processo de avaliação de *emails*” (Cocciolo, 2016a). De acordo com o autor, esta abordagem permite desenvolver uma compreensão prática do papel social do remetente/destinatário e da relação com o dono da caixa de correio, que está a ser avaliada (Cocciolo, 2016a, p. 79). Para o efeito, podem ser usadas “ferramentas mais sofisticadas para tentar descrever a relação entre o remetente/destinatário e o dono da caixa de correio” por intermédio da “análise de texto de mensagens e outras informações disponíveis na *Web* (por exemplo, relação profissional, relação pessoal, relação misto) e apresentar essas inferências ao arquivista digital” (Cocciolo, 2016a, pp. 79–80) que, no entanto, só as deve “utilizar como sugestões”, uma vez que o “julgamento humano deve ser o árbitro final do valor histórico e cultural das mensagens de *email*” (Cocciolo, 2016a, p. 80). Nesta linha, o autor apresenta critérios para distinguir a importância das mensagens de correio eletrónico, que já foram apresentadas no Quadro 23.

7.1.2. Propostas Participativas e Colaborativas

Sobre as **Propostas Participativas e Colaborativas**, que solicitam a participação de outros interessados para além dos arquivistas e a colaboração de profissionais de arquivo de outras entidades, vários autores defendem o trabalho colaborativo e a utilização de voluntariado (Caron & Brown, 2011; Evans, 2007; Iacovino, 2015; Taavetti, 2016), uma metodologia participativa orientada para a comunidade e o seu empoderamento (Caron & Brown, 2011; Frogner, 2015; Iacovino, 2015; Shilton & Srinivasan, 2007; Taavetti, 2016). Valerie Johnson (2007) defende que os “arquivistas precisam de se unir aos produtores e utilizadores para dar resposta à nova Sociedade da Informação e dar um salto de fé num novo mundo onde os conceitos mudarão e se alterarão e onde não haverá absolutos”, e a “perda das certezas pode ser substituída por novos desafios, novas inclusões e um sentido mais completo da história envolvendo muitos daqueles cuja exclusão no passado foi prejudicial para eles e para nós” (Johnson, 2007). Enquanto que numa perspetiva mais específica, Paloma Beneito Arias (2008) apresenta uma solução de desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação de arquivo estatística aplicada ao Banco Central Europeu (BCE), numa perspetiva participativa dos utilizadores finais na definição dos prazos de conservação, com recurso ao método de painel *Delphi* para definição de valores para seleção (Beneito Arias, 2008), num âmbito mais alargado, surge a ideia de Diane Baillargeon (2007), no que se refere às questões da salvaguarda da memória coletiva, em que os cidadãos, como “pessoas morais e físicas”, têm “um papel preponderante”, e a ideia de que os arquivistas e serviços de arquivo têm um papel essencial na “conservação de fundos e documentos arquivísticos” (Baillargeon, 2007). Esta ideia é semelhante à de Terry Cook (2011), que defende uma “abordagem e estrutura colaborativa de avaliação e aquisição ou estratégia de documentação” que inclua não só os arquivistas das várias entidades, mas que participem também os cidadãos (Cook, 2011, p. 181), sendo que a avaliação passa a incluir estes numa partilha de especialidade, em que “o arquivista participa através de treino, formação e parceria”, enfatizando as noções de “dignidade arquivística”, “democratização dos arquivos” com o fito de “dar voz nos arquivos”, “quebrando os silêncios” e “desarmando os poderes exclusivistas” de quem controla os arquivos (Cook, 2011). Nesta lógica, transparece também uma proposta para aplicação de metodologia participativa orientada para a comunidade, em que Katie Shilton e Ramesh Srinivasan (2007) referem que “os arquivistas que esperam criar documentação socialmente representativa devem ter em conta estas arquiteturas de

conhecimento ou arriscar a perda desse conhecimento contextual”, para além do “dano do conhecimento contextual perdido” e de um “registo histórico consequentemente distorcido” para um arquivista, e que a “marginalização dos espoliados nos repositórios tradicionais de memória histórica” “rouba a identidade cultural às comunidades”, defendendo a preservação do que definem como “narrativas empoderadas”, ou seja, informação de arquivo e histórias faladas diretamente por comunidades tradicionalmente marginalizadas, incorporadas na experiência, prática e conhecimento locais dessa comunidade (Shilton & Srinivasan, 2007). Raymond O. Frogner (2015) propõe que, face aos “elementos modernistas de avaliação interpretativa” que “atenuam a representação arquivística dos múltiplos constituintes da sociedade canadiana contemporânea”, a abordagem às “consequências dos desafios da avaliação contemporânea requer um modelo interpretativo para representar evidências não-textuais” do que é “contingente, do particular, do local e do indutivo dentro do enquadramento interpretativo da sanção social local” (Frogner, 2015, pp. 125–126). De acordo com este autor, para que seja possível “inserir uma indigeneidade contínua na prática arquivística e preservar um documento vivo, como um testemunho oral consuetudinário”, e para “que os arquivos públicos produzam uma representação significativa e representativa dos valores sociais contemporâneos, deve haver um processo participativo de avaliação, seleção e aquisição no qual o papel da descrição” não deve ser “o domínio privilegiado daqueles que estudam sua semântica especializada” (Frogner, 2015). Na lógica de Livia Iacovino (2015), a identidade cultural individual e coletiva pode ser melhorada através de uma abordagem participativa que reconheça o direito dos sujeitos da informação de arquivo a “acrescentar as suas narrativas à informação de arquivo” mantida na instituições de arquivo públicas e privadas e de “participar como cocriadores na tomada de decisão sobre avaliação” (Iacovino, 2015, pp. 29–30), com recurso às tecnologias de plataformas de rede social, referindo um “modelo participativo” que se “foca nos participantes da gestão documental, que participaram na formação da informação de arquivo e nos seus direitos e obrigações com garantias internacionais e, em alguns casos, nos direitos humanos domésticos na Austrália” (Iacovino, 2015). Dominique Daniel (2010) indica que na era da World Wide Web, abrem-se novas oportunidades para o que pode ser chamado de “arquivo multicultural participativo” em que as “tecnologias Web 2.0 permitem projetos colaborativos com um objetivo de património cultural”, e propõe o envolvimento das minorias étnicas e imigrantes como participantes na criação, na avaliação, na descrição e no uso dos seus arquivos, enfatizando a questão do contexto, que “leva à possibilidade de estabelecer a etnia - juntamente com outros contextos – como uma proveniência”, algo que também deriva da *Documentation*

Strategy (Daniel, 2010). A questão do contexto é abordada também no âmbito do anteriormente mencionado projeto de investigação da Rede de Excelência DELOS de Bibliotecas Digitais, que resultou na identificação de critérios específicos para avaliação arquivística em bibliotecas digitais”, em que os “critérios de avaliação foram identificados a partir de políticas, diretrizes e estudos de caso publicados” (Oliver, Kim, et al., 2008, p. 300; Oliver, Ross, et al., 2008), sendo que a investigação previa uma abordagem muito mais flexível à codificação, baseada na tipologia e configurável para diferentes contextos institucionais e culturais e o seu relatório sinalizou “a necessidade de incorporar o estabelecimento de canais para facilitar a entrada na tomada de decisões por outras comunidades relevantes”, algo que consideram extremamente difícil de realizar “no mundo do papel”, mas sem problema no ambiente digital (Oliver, Kim, et al., 2008). A este cenário juntam-se propostas de adequação da documentação/representação da deficiência nos arquivos, com ligações à aplicação das práticas arquivistas de avaliação, organização e descrição (White, 2012). Daniel J. Caron e Andreas Kellerhals (2013) referem que os critérios para avaliação não podem ser desenvolvidos isoladamente, pelo que as instituições de memória devem colaborar com os “atores sociais identificados” para formular uma “metodologia transdisciplinar, que reflita verdadeiramente a Sociedade como um caminho a seguir na avaliação de informação na Era Digital” e “incluir instruções documentais para uso com os factos que criámos e que, portanto, estamos a entregar aos nossos descendentes” (Caron & Kellerhals, 2013), enquanto Kate Cumming e Anne Picot (2014) propõem “alguns caminhos possíveis a explorar para reinventar a avaliação e proteger e gerir de forma eficiente a informação contemporânea” derivada do ambiente digital, e que passam por “reconhecer e envolver-se imediatamente com arquivos de emoção e preocupações da comunidade”, “não se retrair para o passado”, e “envolver-se novamente nas atividades de negócio” (Cumming & Picot, 2014, p. 142), sendo que “as possíveis soluções para avaliação começam com o envolvimento da comunidade”, procurando “que funções de longo prazo com exigências críticas da comunidade estão a passar para ambientes de alto risco”⁶⁸ e “áreas

⁶⁸ Cumming e Picot (2014) referem um conjunto de aspetos da realidade das organizações contemporâneas, que têm impacto na avaliação, e constituem desafios para a produção e gestão de informação de arquivo. Estes aspetos incluem: uma multiplicidade de diferentes profissionais e prestadores serviços que estão a tomar controlo das responsabilidades que eram antes atribuídas aos profissionais de arquivo nas organizações; complicações tecnológicas, resultantes de a avaliação não ser considerada nas políticas de informação organizacionais; delegação e descentralização dos processos de negócio e da informação, derivado de um

de atividade contestadas”, em que as comunidades estão em desacordo com o governo ou as organizações e têm interesses de longo prazo em informação de arquivo adequada para levar as empresas a prestar contas (Cumming & Picot, 2014). Por seu lado, Caroline Williams (2006) propõe o desenvolvimento de comunidades de prática, para que os profissionais aprendam a trabalhar com mais eficiência, compreendam o trabalho mais profundamente e desenvolvam um sentido de missão comum e um desejo de partilhar conhecimentos e experiências relacionados com o trabalho (Williams, 2006). A esta proposta, juntam-se as solicitações de Robert Kretzschmar (2005) para a existência da avaliação colaborativa entre arquivos, orientada para a salvaguarda dos documentos de fontes não governamentais (Kretzschmar, 2005)⁶⁹, e de Michael Jones (2014) para documentar, gerir e eliminar informação de arquivo com base no contexto partilhado (mais abrangente que o contexto de produção, da organização que o produziu), com recurso a colaboração intersectorial, de maneira a que a informação de arquivo se torne compreensível ao longo do tempo, como já se mencionou no capítulo anterior (Jones, 2014), com recurso a métodos arquivísticos contrapontísticos, para a captação das diferentes perspetivas⁷⁰. De uma forma mais abrangente, Larry Hackman (2009) defende que a atividade arquivística no seu país (Estados Unidos) “beneficiaria de uma verificação e relato confiáveis, contínuos e sistemáticos das condições ligadas a um processo para recomendar prioridades e estratégias”, e que, para que tal verificação e planeamento sejam eficazes, “devem envolver especialistas e representantes

ambiente burocrático menos restrito; utilização de sistemas tecnológicos de informação comerciais e proprietários; evolução dos tipos de informação registada utilizados; os volumes de dados produzidos e os riscos derivados do armazenamento de dados.

⁶⁹ Nesse âmbito, Kretzschmar (2005) indica que o documento de posição do grupo de trabalho de avaliação da associação de arquivistas alemães indica que a avaliação arquivística deve ser coordenada entre “todos os ramos e níveis de arquivos” (Kretzschmar, 2005, p. 226), e que deve ser implementado o conceito de “avaliação colaborativa de arquivos”, a fim de conservar os documentos ameaçados de fontes não governamentais (Kretzschmar, 2005, pp. 226–227), em que os planos de avaliação devem sempre ser criados com a participação das entidades que aplicam as decisão de destino final, e que no caso de documentos digitais, essas entidades devem ser ouvidas relativamente aos procedimentos implementados no momento em que a informação de arquivo é criada” (Kretzschmar, 2005, p. 227). Neste ponto, o autor indica que a participação de investigadores e utilizadores interessados também deve ser tida em conta, mas tal questão permaneceu controversa, sem conclusões firmes (Kretzschmar, 2005, p. 227).

⁷⁰ Neste ponto, o autor refere-se à proposta de Charles Maier (2003, p. 301), que se baseia no conceito musical de contraponto, como arquivista que trabalha em múltiplos contextos, apresenta a ideia de “História de contraponto”, onde múltiplas perspetivas, às vezes contraditórias, podem coexistir sem a obrigação de que sejam sintetizadas numa única voz ou verdade, pelo que considera que, para apoiar um “setor arquivístico diversificado”, se devem apoiar métodos arquivísticos de contraponto, que sejam suficientemente independentes para atender a necessidades específicas, permanecendo complementares por meio do apoio a princípios comuns (Jones, 2014, pp. 185–186).

que não pertencem à profissão arquivística, e as conclusões e recomendações devem ser efetivamente levadas ao conhecimento das partes influentes em setores-chave”, uma vez que os “relatórios e recomendações (inclusive sobre a documentação) não devem terminar em discussões dentro da profissão ou ações de arquivistas individuais e dos seus programas (Hackman, 2009).

7.1.3. Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de Avaliação

Relativamente ao conjunto referente à aplicação, adaptação, conjugação, reinvenção, acrescento, dos **Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de avaliação**, transparecem seis dimensões: o âmbito geral, a Macro-avaliação (com Análise Funcional), a Análise Funcional, a *Documentation Strategy*, o *Records Continuum*, e o *More Product, Less Process* (MPLP), que se abordam de seguida.

Apresenta-se na Figura 19 um esquema que identifica as dimensões deste eixo.

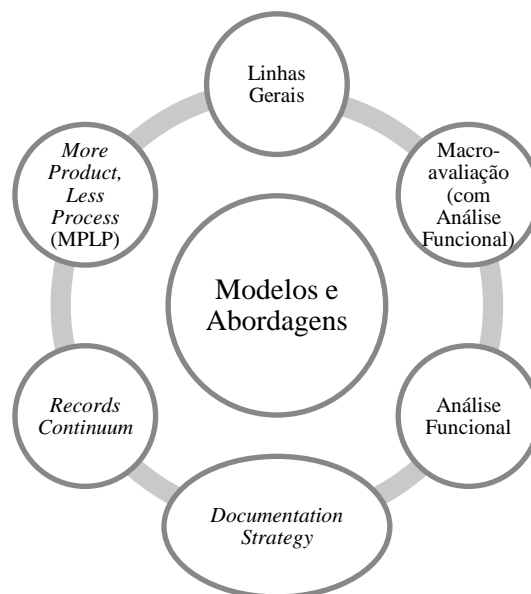


Figura 19 – Dimensões dos Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de Avaliação
FONTE: Produção própria (2020)

Num âmbito mais *geral*, Kate Cumming e Anne Picot (2014) apresentam uma proposta para os profissionais de arquivo reinventarem o método arquivístico de avaliação por conta da evolução dos ambientes digitais nas organizações e cujos métodos de avaliação, descrição, preservação e acesso não são capazes de suportar os volumes de documentação a

tratar pelos arquivistas, semelhante ao apelo que David Bearman (1989a)⁷¹ fez na década de 80 do século XX (Cumming & Picot, 2014). Cumming e Picot (2014) propõem alguns caminhos possíveis a explorar para os arquivistas reinventarem a avaliação e protegerem e gerirem de forma eficiente a informação contemporânea derivada do ambiente digital, sistematizadas no Quadro 34.

Quadro 34 – Propostas para Reinventar a Avaliação

Propostas	Definição
Reconhecer e envolver-se imediatamente com arquivos de emoção e preocupações da comunidade	Envolvimento da comunidade na identificação das funções críticas para as comunidades que estão em ambientes de alto risco, e das áreas de atividade alvo de contestação, em que as comunidades estão em desacordo com o governo ou as organizações, tendo interesse na informação de arquivo adequada para levar as empresas a prestar contas.
Não se retrair para o passado	Demonstrar a utilidade da avaliação como ferramenta de análise, gestão de riscos e conformidade aplicados repetidamente em vários ambientes que exigem ações de gestão documental e procurar maneiras colaborativas de avaliar questões ou atividades complexas, que adotem visões não institucionais e meios não custodiais de gerir a preservação e o acesso, para fugir à visão institucional única que domina a prática atual.
Envolver-se novamente nas atividades de negócio	Estratégia para definir prioridades e envolver-se novamente nas atividades de negócio contemporâneas para superar a invisibilidade da gestão documental, e demonstrar a necessidade da sua implementação nas organizações contemporâneas.

FONTE: Cumming e Picot (2014, p. 142-144)

Para o efeito, apresentam algumas orientações iniciais, que poderiam orientar a discussão sobre um enquadramento da avaliação, que aborde as complexidades das atividades de negócio e da gestão documental contemporâneas, e que se apresentam no Quadro 35.

Quadro 35 – Orientações para Discussão do Enquadramento da Avaliação

Orientações
Fornecer e implementar uma estratégia exemplar de gestão documental nas organizações contemporâneas
Promover uma compreensão das vantagens e responsabilidades da gestão documental nas organizações
Determinar e publicitar uma estratégia de documentação baseada no risco para funções ou competências, para definir prioridades nas áreas mais pertinentes para a comunidade e as atividades de negócios
Desenvolver apoios para a gestão documental através da intervenção no desenho dos ambientes e sistemas de negócios
Definir uma política baseada no risco nos dados legados para permitir a sua conservação ou eliminação adequada.

FONTE: Cumming & Picot (2014)

⁷¹ Bearman (1989a), no que respeita à avaliação, propunha o recurso a abordagens centradas na gestão de risco para substituir as abordagens baseadas no valor inerente aos documentos, uma vez que estas criam uma falsa impressão de serem baseadas em análises de custo-benefício, e defendia o uso de abordagens centradas na avaliação das atividades que produzem registos e na atribuição de responsabilidades de conservação para quem conduzem as atividades, como forma de conseguir lidar com os volumes de documentos a avaliar, e que abordagens baseadas na amostragem não estavam a dar resposta. Também alertava para o facto das abordagens que se centravam tentativa de construir um registo representativo da cultura humana por intermédio da modelação ativa do registo arquivístico não surtiem efeito e desviavam a atenção do debate teleológico sobre o papel dos arquivos na sociedade (Bearman, 1989a).

No entanto, advertem que as soluções precisam de ser rápidas e radicais para atrair atenção e respostas, e cabe aos profissionais de arquivo desenvolvê-las, pelo que, antes de mais, é preciso “definir prioridades com base nas áreas de alto risco”, e que os profissionais de arquivo se comprometam e colaborem desde o primeiro momento (Cumming & Picot, 2014, p. 145).

Robert Kretzschmar (2005) apresenta um documento de posição de um grupo de trabalho de uma associação de arquivistas alemães relativo ao Método de Avaliação Vertical-Horizontal, baseado em Schellenberg e Booms (Kretzschmar, 2005), e que já foi apresentado no capítulo anterior. Segundo o autor, o grupo de trabalho recomenda que a avaliação analise o conteúdo dos documentos e o seu potencial para a investigação e defina os objetivos da documentação em função disso”, mas, como já se verificou anteriormente, refere que a “abertura ao potencial para a investigação” da informação de arquivo tem sido frequentemente discutida, mas no final foi evitada por ser muito subjetiva por causa desse potencial ser quase ilimitado (Kretzschmar, 2005, p. 226). Kretzschmar indica que o grupo de trabalho se opôs a um procedimento de avaliação no qual apenas são avaliadas as responsabilidades e as tarefas das diferentes organizações “tal como é praticado nos Países Baixos com o projeto PIVOT”, e também se opôs a todas as abordagens que colocam em questão a utilidade de autorização continuada para aplicar o destino final à informação de arquivo, tendo decidido que “a avaliação arquivística deve ser coordenada entre todos os ramos e níveis de arquivos” (Kretzschmar, 2005, p. 226), e que deve ser implementado o conceito “de avaliação colaborativa de arquivos”, como também já se indicou anteriormente (Kretzschmar, 2005, pp. 226–227). Segundo o autor, em relação “às áreas especiais de processos documentais homogêneos, bem como à informação de arquivo estatística, digital e audiovisual”, o grupo de trabalho recomendou que estes “tipos específicos de informação de arquivo devem ser sempre avaliados no contexto funcional geral da proveniência e não como áreas especiais a serem consideradas isolados da informação de arquivo do programa correspondente”, uma vez que os “princípios básicos da avaliação de arquivo também são válidos para informação de arquivo digital” (Kretzschmar, 2005, p. 227).

Numa dimensão focada na *Macro-avaliação*, John Roberts (2005) apresenta uma proposta metodológica, no âmbito do contexto neozelandês, que liga a macro-avaliação, avaliação funcional e DIRKS (Loewen, 2005b; Roberts, 2005). Para Roberts (2005), esta proposta permite “uma ampla análise funcional de toda a jurisdição relevante, com funções

definidas a alto nível que podem ultrapassar os limites” de cada organismo público”, fornecendo “um mapa geral do panorama em que o profissional de arquivos está a trabalhar”. Também permite a “avaliação dessas funções, para perceber quais produzem (ou precisam produzir) documentação relevante”, identificando as áreas funcionais, cuja informação de arquivo é importante produzir e conservar. Também facilita a definição de prioridades tendo em conta “a relevância da função para gestão documental e a disponibilidade do(s) contexto(s) estrutural(is)”, o que ajuda a “focar recursos para áreas onde provavelmente trariam retornos”. Finalmente, permite um compromisso de profundidade apropriada, com base em uma avaliação semelhante ao DIRKS, que abranja a informação de arquivo necessária e respetivos prazos de conservação apropriados. Para este autor, tal abordagem apresenta alguns pontos fracos, principalmente as possíveis irregularidades em termos de disponibilidade no seio de uma função e o entendimento não amadurecido, “imaturidade do que os profissionais de arquivo entendem como função”, para não falar de que as “inter-relações desses processos analíticos num modelo de implementação também exigiriam reflexão adicional” (Roberts, 2005, p. 200).

A macro-avaliação também é mencionada por Peter J. Roberts (2007) no âmbito da avaliação de material filatélico (Roberts, 2007). Roberts (2007) refere que o arquivista decide conservar materiais filatélicos se considerar que o produtor, o utilizador ou a Sociedade em geral identificam esses materiais como relevantes. Ele apoia-se em Cook (1999), que identifica as três questões a fazer na avaliação, sendo as duas primeiras sobre as funções e atividades, e sobre os agentes que produzem informação de arquivo no âmbito dessas atividades. E, juntamente com terceira questão, que considera mais importante, e que indaga sobre quais os produtores de informação de arquivo ou "funções" têm mais importância, indicando que também é necessário saber quais as funções que estão mal documentadas na informação de arquivo institucional, que deve ser complementada com documentos pessoais, outros suportes de arquivo, projetos de história oral e documentação não arquivística (publicações, "literatura cinzenta", edifícios, inscrições, monumentos, artefatos de museus e galerias, etc.). Assim, após a macro-avaliação, podem ser aplicados outros critérios de avaliação, que apelida de micro-avaliação, para refinar ainda mais o valor de registos individuais ou pequenos agrupamentos ou séries documentais dentro do enquadramento funcional-estrutural. Esses critérios de microavaliação envolvem a avaliação de fatores como idade, singularidade, estética, período cronológico, autenticidade, integridade, extensão, manipulabilidade, fragilidade, duplicação, valor monetário, uso, etc.

(Cook, 1999). De acordo com o autor os arquivistas “que adotam uma abordagem de macro-avaliação usam a análise funcional para determinar o valor arquivístico”, pelo que “muitas das agregações de informação de arquivo selecionados para conservação permanente podem conter materiais filatélicos”, pelo que “podem aplicar critérios de micro-avaliação para determinar o que merece ser conservado”, o que vai influenciar a decisão relativamente à seleção dos materiais filatélicos (Roberts, 2007, p. 71).

Na dimensão referente à *Análise Funcional*, verifica-se que autores, como Gerald Chaudron (2008) referem que esta abordagem, utilizada em métodos de avaliação como a *Documentation Strategy* e a Macro-avaliação, pode ser utilizada, mas “é difícil considerá-la como a única ou a principal a ser utilizada” e que “a sua escolha deve ser determinada pela informação ou coleção documental⁷² e tendo em conta o que melhor ajudará os utilizadores” (Chaudron, 2008). Esta conclusão do autor resulta da sua reflexão sobre as questões da análise funcional utilizada na avaliação e na descrição documental (ISAAR-CPF (Conselho Internacional de Arquivos, 2004b) e ISDF (Conselho Internacional de Arquivos, 2007)). Indicando que a utilização da função na arquivística surge como proposta de Bearman (Bearman & Lytle, 1986) e, mais tarde, Cook (2001) para atender ao foco da proveniência, no contexto de um cada vez maior volume documental que os sistemas de classificação temáticos não conseguiam dar resposta ao problema. O autor considera que não é a maneira como toda a informação de arquivo é avaliada e descrita, devendo ser aplicada em conjunto com outras formas de apresentar as relações contextuais dos documentos (Chaudron, 2008, pp. 281-284) e apresenta um conjunto de problemas relativamente ao uso desta abordagem⁷³. Para o efeito, defende que os arquivistas têm de usar, entender e participar na criação dos sistemas de classificação derivados da análise funcional, a implementar nos sistemas

⁷² *document or collection*, no original.

⁷³ Relativamente aos problemas, o autor alerta para o facto de esta abordagem se centrar nos processos de negócio e não na própria informação registada, é possível que não reflita a realidade das agregações de documentos existentes e como essa informação foi usada, resultando simplesmente num documentar das "pegadas de burocratas". Para além disso, o autor considera que a sua análise não consegue comprovar a existência de redundância de informação e que, portanto, outras partes da organização terão cópias duplicadas, pelo que a investigação derivada da análise funcional depende das fontes utilizadas pelos arquivistas para garantir que não estão simplesmente a refletir a visão oficial do mundo. Outros problemas prendem-se com o risco de essa análise poder ser realizada com recursos incompletos ou inadequados e que restringirão a compreensão dos arquivistas relativamente à realidade, que estão a avaliar, e também a possibilidade de haver uma disjunção entre uma avaliação baseada na análise funcional e planos de classificação não funcionais (Chaudron, 2008, pp. 282–283).

eletrônicos de gestão documental (Chaudron, 2008, p. 283). Finalmente, coloca a questão da validade da utilização desta abordagem no caso das coleções de documentos pessoais compostas por documentos que são itens únicos ou que se vinculam a outros itens apenas indiretamente ou de forma limitada, situações que limitam a possibilidade de determinar a função em causa. Por esses motivos, indica que a “revolução da proveniência”⁷⁴ advogada por Bearman e Cook não aconteceu de forma tão plena quanto acreditavam, daí não ser a forma como toda a informação de arquivo é avaliada e descrita.

Marcus C. Robys e Jason Woolman (2011) apresentam a análise funcional institucional como a maneira mais eficiente e eficaz para efetuar a avaliação da informação de arquivo, no contexto do projeto já mencionado sobre a reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo de uma instituição de ensino universitário norte-americano, e que se baseia no desenvolvimento e implementação de um *Documentation Plan* abrangente. Para tal recorreu-se a vários elementos do modelo canadiano da macro-avaliação para ajudar a avaliar a importância relativa das funções da unidade orgânica (Robyns & Woolman, 2011), como se pode verificar na Informação a Recolher indicada no Quadro 36, que representa as etapas deste projeto.

⁷⁴ Chaudron (2008) parece referir-se ao apelo de Bearman (Bearman & Lytle, 1986) para o princípio da proveniência se tornar o cerne da avaliação da informação de arquivo das organizações, na medida em que a função era o elemento importante para apontar o conteúdo intelectual desses materiais de arquivo. Esse conceito evoluiu para a *Documentation Strategy*, na lógica de Helen Samuels (1986, 1998), o *Minnesota Method* de Mark Green (Greene & Daniels-Howell, 1997), o DIRKS australiano (State Records Authority of New South Wales, 2003), e a macro-avaliação de Terry Cook (2001). Este último defendia que, pela análise funcional, era possível aos arquivistas exercerem um maior controlo sobre os documentos, em alternativa à necessidade de controlar milhares de sistemas, séries e coleções (Chaudron, 2008, p. 270, 275).

Quadro 36 – Etapas do Projeto de Análise Funcional Institucional da *Northern Michigan University*

Fases	Atividades	Informação a Recolher
Desenvolvimento de históricos administrativos	Pesquisa e redação de históricos administrativos	Principais responsabilidades da unidade orgânica ao longo do tempo.
		Data em que a unidade orgânica foi estabelecida
		Datas das alterações no foco, nome e programas
		Canais de comunicação
		Áreas de responsabilidade
Avaliação da importância relativa das funções da unidade orgânica	Reunião de informação mais específica sobre cada função; Reuniões com os representantes de cada unidade orgânica; Classificação de cada função tendo em conta a sua importância no cumprimento da missão da unidade orgânica; Análise da informação de arquivo da unidade orgânica para ajudar essa classificação; Avaliação do foco da documentação dos arquivos para cada função; Identificação das finalidades institucionais da organização	Momentos críticos no cumprimento das funções da unidade orgânica
		Historial da função
		Como evoluiu a função e quais foram as causas da mudança (determinar se uma unidade orgânica conclui ou não a atividade inteira ou apenas contribui para a conclusão da atividade, realizando uma parte específica)
		Principais políticas, eventos e indivíduos que afetaram o desenvolvimento e a implementação dessa função (identificar e determinar o impacto da legislação)
		Que estruturas foram usadas para executar esta função (determinar o nível de recursos humanos e financeiros investidos pela unidade orgânica para a conclusão da função)
Avaliação da eficácia do programa de gestão documental existente para a documentação das funções de cada unidade orgânica	Eliminar tabelas de seleção redundantes ou desatualizadas; Racionalizar esforços para garantir a conservação de informação de arquivo pertinente para documentar funções consideradas importantes.	Importância da função para a conclusão da missão da unidade orgânica (determinar a influência e o grau em que cada função contribui para as finalidades e subfunções da organização)

FONTE: Robyns e Woolman (2011)

Já no âmbito das ligações com a dimensão referente à *Documentation Strategy*, que será abordada em parágrafo posterior, Victoria Sloyan (2016) apresenta uma solução de processos de trabalho para avaliação de arquivos digitais e híbridos, utilizada no âmbito do projeto *Library's Collecting Genomics*, desenvolvido em 2010 pela Biblioteca da Fundação Wellcome do Reino Unido, que foi aplicada a dois discos rígidos. Este projeto permitiu-lhe verificar que o enquadramento analisado combinava a avaliação funcional de alto nível voltada para funções específicas de carreira com a micro-avaliação (de baixo para cima) realizada no nível da pasta, em vez do nível do registo individual” e que “também havia um elemento de avaliação técnica para ajudar na identificação do formato do ficheiro”, e que tal “precisava de ser testada com os discos rígidos” (Sloyan, 2016). No contexto do Projeto de produção de tabela de avaliação para a Agência de Segurança de Doentes do Reino Unido, já abordado anteriormente, Elizabeth Man (2010) apresenta uma solução aplicada num projeto, que segue a norma ISO 15489 e a abordagem da análise funcional para o desenvolvimento da prática da avaliação e determinação de prazos de conservação,

apresentando um conjunto de elementos, que influenciam o desenvolvimento de uma política e prática de avaliação (Man, 2010).

Já no contexto do projeto *iTrust*, ao abrigo da iniciativa internacional InterPARES, surge uma proposta sob a forma de um cenário fictício de uma entidade que tem a decorrer iniciativas de dados abertos e *big data*, e que serve de exemplo para o uso da análise funcional dos processos de negócio para definição de tabelas de seleção e especificações de conservação permanente e eliminação, sistematizada no Quadro 37 (McDonald & Léveillé, 2014).

Quadro 37 – Fases do Projeto de Definição de Especificações De Seleção, Conservação Permanente e Eliminação para Iniciativas de Dados Abertos e *Big Data*

Fases	Objetivos e atividades
<p>Caracterização dos processos de negócio</p>	<p>Identificar o processo de negócio principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Etapas que constituem esse processo de negócio; - Tipologias da informação de arquivo produzidas no âmbito do processo; - Políticas, regulamentos e normas para cada etapa do processo; - Definição de responsabilidades no processo de negócio; - Sistemas de suporte ao processo; - Metodologia de desenvolvimento desses sistemas; - Definição de responsabilidade pelos sistemas e pela informação de arquivo nele existente; - Responsabilidade de supervisão da integridade do processo de negócio e do sistema que o suporta; - Estrutura de governança responsável pelo sistema, processo de trabalho e a informação de arquivo; - Nível de consciencialização da importância de garantir a integridade do sistema, processo de trabalho e informação de arquivo
<p>Análise na perspetiva da avaliação de informação de arquivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Rigor dos prazos de conservação estabelecidos para vários tipos de informação de arquivo gerada; - Rigor das regras que identifiquem o que deve ser conservado, como e por quanto tempo. - Existência tabelas de seleção e eliminação formais; - Identificar implicações legais da conservação de dados comerciais confidenciais fornecidos por entidades externas por mais tempo do que o esperado por essas entidades e/ou eliminação antes que essas entidades tivessem a possibilidade de os recuperar; - Identificar riscos de não-conformidade com a legislação relativa a conservação e eliminação; - Identificar necessidades das iniciativas de <i>big data</i> e os objetivos de transparência, abertura e responsabilidade que serviam de à base da iniciativa de dados abertos relativamente aos dados das bases de dados da organização; - Identificar riscos a nível de confiabilidade dos cidadãos relativamente à gestão dos dados feita pela entidade; - Verificação da capacidade de manutenção das evidências e pistas de auditoria fornecidas pela informação de arquivo capturada como resultado das iniciativas de <i>big data</i> e de dados abertos - Verificar os constrangimentos relativos ao planeamento da avaliação, seleção e eliminação da informação de arquivo derivados das pressões para a implementação urgente das iniciativas de <i>big data</i> e dados; - Identificar necessidades de sensibilização da gestão de topo e de outros profissionais, nomeadamente os da área das TI, relativamente aos requisitos de avaliação, seleção, conservação permanente e eliminação preservação dos dados.
<p>Definição e de recomendações e princípios orientadores</p>	<p>Sensibilização em termos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação das qualidades da informação de arquivo em termos de integridade, fiabilidade, rigor, autenticidade e ligação entre registos; - Definição dos papéis da informação de arquivo, a nível de evidência, apoio à tomada de decisão, responsabilização nos participantes dos atos, respeito das obrigações legais, apoio à obtenção de direitos e benefícios individuais, utilização para fins mais abrangentes do que o objetivo que orientou a sua produção ou aquisição. - Benefícios da avaliação, seleção e eliminação, como resposta aos problemas de garantir as qualidades da informação de arquivo, custos excessivos em termos de migração e preservação, limites da capacidade dos sistemas informáticos da instituição, e os recursos necessários para desenvolver os esquemas e normas de metainformação necessários para ligar tudo e manter essas ligações ao longo do tempo.

Fases	Objetivos e atividades
<p>Formulação de especificações de seleção, conservação permanente e eliminação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar o processo de desenvolvimento de especificações de seleção, conservação permanente e eliminação em todas as etapas do ciclo de vida de desenvolvimento de sistemas associados ao desenvolvimento e gestão do processo de negócios principal e outros processos de negócios de suporte, e das etapas de planeamento, desenho e implementação associadas ao estabelecimento de iniciativas de <i>big data</i> e de dados abertos; - Análise dos processos de negócio que suportam e estruturam as iniciativas de <i>big data</i> e dados abertos, incluindo os processos de negócio principais ou de suporte de onde são originários os dados usados nessas iniciativas (norma ISO/TR 26122 (International Organization for Standardization, 2008) de análise de processos de negócio para informação de arquivo); - Identificar as relações entre processos de negócio e o contexto das atividades; - Identificar as relações entre os processos de negócio e as regras que regem a sua aplicação; - Decomposição hierárquica dos processos de negócio pelos seus componentes ou partes constituintes; - Identificação da interdependência sequencial entre os processos de negócio discretos ou transações únicas; - Identificar informação de arquivo necessária tendo em conta as transações que compõem os processos de negócio considerados pertinentes; - Definir requisitos para a criação, captura e controlo da informação de arquivo; - Distinção entre os itens disseminados para o público (publicações) e a informação resultante do processo que conduz à produção do conjunto de dados de uso público (informação de arquivo), e que serve de pista de auditoria; - Identificação de dados confidenciais recolhidos das outras entidades, e verificação da necessidade de manutenção de versões anonimizadas para fins de planeamento e investigação; - Análise da finalidade e importância dos processos de aquisição de dados gerados por outras organizações e a sua agregação com dados gerados pela organização, no âmbito da iniciativa de <i>big data</i>; - Definir especificações de conservação e eliminação, incluindo condições de conservação, formatos, suportes, prazos de conservação (elementos espoliadores das formas de contagem dos prazos quando eles se baseiam em eventos e não em datas) e destino final (transferência e eliminação), procedimentos necessários para garantir a fiabilidade e a autenticidade dos dados pelo prazo de tempo designado, tendo em conta as especificidades da informação de arquivo em formato digital; - Identificar requisitos de evidência de integridade dos conjuntos de dados a disponibilizar;
<p>Desenvolver as definições para a documentação da aplicação dos procedimentos de avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação da abrangência do esquema de classificação usado pela organização, em termos de áreas que contribuem para as iniciativas de <i>big data</i> e de dados abertos; - Identificação de requisitos para a metainformação para a descrição, acesso e recuperação, salvaguarda, monitorização e controlo das ações, preservação e aplicação da decisão de destino final. - Verificar condições para a revisão e aprovação de tabela de seleção e eliminação ratificado pelo responsável da área da atividade de negócios responsável e dos responsáveis pelos assuntos jurídicos e de políticas, com a aprovação final pelo Diretor Geral ou, em alternativa, a incorporação das especificações de retenção e eliminação na documentação das iniciativas de <i>big data</i> e dados abertos e sistemas e a sua ratificação como parte dos processos de aprovação estabelecidos para o desenho e gestão dessas iniciativas e sistemas aplicativos da organização; - Definir condições para utilização dos processos de aprovação, monitorização e auditoria das iniciativas de <i>big data</i> e de dados abertos na aprovação, monitorização e auditoria ativa das especificações de retenção e eliminação para garantir o respeito pelos requisitos de preservação a longo prazo dos dados.
<p>Definir o enquadramento das especificações de seleção e eliminação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar para a necessidade de implementar um projeto de enquadramento da captura, retenção e eliminação de informação de arquivo no âmbito gestão de ativos; - Planear e implementar a gestão de informação de arquivo, tendo em conta as leis e políticas, normas e práticas, necessidades em termos de tecnologias e pessoas qualificadas e/ou com formação, apoiadas por um enquadramento de responsabilização e prestação de contas e um enquadramento de governança eficazes, que inclui pessoas com alto nível de consciencialização e compreensão da importância da informação de arquivo para atingir as metas e prioridades do negócio.
<p>Definir liderança e autoridade</p>	<ul style="list-style-type: none"> Identificar competências necessária liderança e facilitar o desenvolvimento de uma estrutura de gestão de informação de arquivo dentro da qual as decisões de retenção e eliminação possam ser tomadas de maneira confiável: - Definir as competências necessárias no enquadramento de gestão de informação de arquivos; - Definir o nível e o foco da autoridade de gestão de informação de arquivo necessários para que o enquadramento seja relevante e eficaz em toda a instituição.

FONTE: McDonald e Léveillé (2014)

Finalmente, e no âmbito do projeto de *Dados Aberto do Município de Girona*, também abordado anteriormente, Lluís Esteves Casellas Serra (2014) apresenta propostas para que o setor arquivístico de uma organização possa dar o seu contributo no âmbito de um projeto de dados abertos do Município de Girona, já abordado anteriormente, e que incluem, entre outros, elementos como a análise funcional (Casellas Serra, 2014). O Quadro 38 sintetiza as fases do projeto.

Quadro 38 – Fases do Projeto de Dados Abertos do Município de Girona

Fases	Objetivos e atividades
Definição de finalidades	- Definição de objetivos e fins do projeto
Identificação de unidades orgânicas participantes e responsabilidades	- Definição de papéis no projeto (coordenação, apoio técnico, etc.);
Localização dos conjuntos de dados	- Definição do tipo de informação a incluir (dados estruturados <i>versus</i> dados não estruturados); - Identificação e análise de Instrumentos (ex.: Quadro de Classificação de carácter funcional; Sistema de registo da informação de arquivo sobre os processos de negócio; Catálogo de aplicações informáticas, que faz a ligação das aplicações às funções e atividades identificadas no Quadro de Classificação; Registo relativo aos dados pessoais) - Identificação dos conjuntos de dados a serem publicados; - Identificação limitações tecnológicas para a extração dos conjuntos de dados;
Seleção dos dados	- Definição de processos para determinar o enfoque cronológico dos conjuntos de dados (identificar que dados são de preservação permanente à luz do Quadro de Classificação, logo no momento da sua criação); - Definição de processos de identificação dos conjuntos de dados para possibilitar a comparação colateral dos produtos de dados abertos com a informação de arquivo original; - Definição de processos de seleção dos dados a serem publicados, em cada conjunto de dados, tendo em conta se se encontram na forma de registo, ou na forma de processo documental; - Definição de estratégia de preservação da informação de arquivo (Sistemas informáticos a utilizar para a preservação de conjuntos de dados e/ou documentos de arquivo eletrónico, definição das responsabilidades das unidades orgânicas que têm funções de preservação, etc.); - Definição da estratégia de promoção da criação e formalização de registos específicos com base no processamento administrativo (ex.: desenvolvimento do sistema de registo da informação de arquivo sobre os processos de negócio; incorporação da perspectiva dos Dados Abertos na análise antes da informatização dos procedimentos administrativos);
Tornar os dados abertos	- Definição e aplicação de orientações e processos de dissociação dos dados pessoais (ex.: Sobre as entradas de informação de dados para facilitar dissociação automática); - Definição e aplicação de requisitos relativos à qualidade da informação (ex.: regras no âmbito da criação da informação na altura da sua captura); - Definição e aplicação de orientações e processos de descrição dos conjuntos de dados, em termos de compreensibilidade do conteúdo e do contexto de produção.

FONTE: Casellas Serra (2014)

Na dimensão sob a rúbrica da *Documentation Strategy*, Doris J. Malkmus (2008), ao apresentar vários projetos, já anteriormente abordados neste estudo, e que recorrem a esta abordagem, defende, demonstrando através desses projetos, que esta tem potencial como ferramenta para recolher proactivamente a informação de arquivo digital. Nesse sentido, identifica parâmetros para a implementação bem-sucedida da *Documentation Strategy*, como a definição do tópico/área, a nomeação do conselho, o estabelecimento da instituição anfitriã, a conceção da implementação do projeto e a garantia do financiamento e apoio

públicos, e apresenta uma reflexão sobre a sua utilização no âmbito da era digital (Malkmus, 2008), sistematizada no Quadro 39, que permite verificar que a autora considera-a uma abordagem com potencial como ferramenta para recolher proactivamente a informação de arquivo eletrónica, uma ferramenta eficaz de divulgação e relações públicas, em que a Internet facilita a colaboração e melhoria do acesso, apesar da sua eficácia depender de circunstâncias específicas, identificadas anteriormente.

Adrian Cunningham (2014) faz um apelo para o desenvolvimento de uma *Documentation Strategy* australiana e de uma abordagem, que pretende reunir a filosofia canadiana dos “Arquivos Totais” com a filosofia australiana de “Coleção Nacional Distribuída”, referindo que se mantém atual (Cunningham, 2014), questão que foi abordada anteriormente.

Tal como referido na dimensão dedicada à *Análise Funcional*, Victoria Sloyan (2016), à luz do projeto *Library’s Collecting Genomics*, da Biblioteca da Fundação *Wellcome* do Reino Unido, apresenta uma ampla abordagem de investigação usada para avaliar e verificar a existência de informação sensível, à luz da legislação sobre dados pessoais e acesso a dados administrativos em duas unidades de armazenamento eletrónico, baseada na *Documentation Strategy*, e expõe o enquadramento das principais abordagens de avaliação usadas no âmbito do caso que analisa, e que inclui: a “macro-avaliação” “realizada a alto nível, avaliando grandes conjuntos de informação em vez de os avaliar a título individual”, e “tem em conta o processo, função e estrutura da informação de arquivo, em vez do conteúdo e valor informativo”; “avaliação funcional”, “um subconjunto de macro-avaliações que envolve a análise das funções do produtor da informação de arquivo e a conservação da informação de arquivo produzidos como resultado dessas funções”; “micro-avaliação”, “um processo muito granular pelo qual cada informação de arquivo é avaliada individualmente”; “avaliação de baixo para cima”, “na qual a micro-avaliação é usada numa amostra de informação de arquivo para determinar uma classificação ampla e determinar se os títulos dos ficheiros e pastas são exatos” (Sloyan, 2016).

Quadro 39 – Aspetos da Reflexão sobre a *Documentation Strategy*

Aspetos de Reflexão	Reflexão
Tópico/área	Condições para definição: - Serem bem definidos e delimitados - Possuir uma comunidade de especialistas que compreende a documentação existente - Haver urgência em preservar essa documentação por parte dos principais interessados.
Conselho consultivo	Forte papel do conselho consultivo na: - Definição do tópico; - Avaliação da documentação existente; - Redação do plano estratégico; - Angariação do apoio da comunidade para o projeto; - Experiência e conhecimento no assunto; - Rede de contactos pessoais importantes.
Instituição anfitriã	Essenciais para sustentar os projetos de documentação em termos de: - Recursos; - Compromisso; - Posição e estabilidade; - Credibilidade aos olhos dos financiadores”; - Processo contínuo de identificação e aquisição da informação de arquivo; - Confiança a longo prazo; - Manutenção das relações após a fase ativa dos projetos.
Implementação do projeto	Elementos que concorrem para o sucesso da implementação: - Implementação do projeto como uma série de projetos sequenciais de foco restrito e não como projetos abrangentes e únicos; - Calendarização que permite descobrir a melhor maneira de proceder;
Garantir financiamento e apoio público	- Prazos prolongados requerem financiamento contínuo; - Existem poucas fontes de financiamento para projetos desta natureza; - Caráter sistemático e completo da <i>Documentation Strategy</i> torna fácil de explicar os projetos aos financiadores; - Os projetos aumentam o relacionamento e o apoio da comunidade;
Constatações e Sugestões: Sucesso do projeto	- Os projetos bem-sucedidos tornam mais fácil garantir financiamento para projetos adicionais; - Os projetos requerem tempo de inicialização para determinar uma abordagem viável e desenvolver conhecimentos na gestão do projeto - Os projetos orientados para a documentação das regiões geográficas apresentam-se com o potencial de serem mais geríveis e eficazes, por poderem ser divididos em vários subprojectos implementados sucessivamente - Os subprojectos devem basear-se em tópicos ou categorias para os quais podem ser reunidos especialistas conhecedores e respeitados e em categorias que reflitam os recursos comunitários existentes e funcionais e não categorias abstratas, académicas e antropológicas; - Os especialistas e líderes da comunidade devem ser cientistas de prestígio ou executivos de empresas, essenciais para criar apoio na comunidade;

Aspetos de Reflexão	Reflexão
Constatações e Sugestões: Potencial de Relações Públicas	<ul style="list-style-type: none"> - A divisão de um projeto em subprojectos interligados apresenta uma oportunidade para aumentar a sensibilização sobre a missão arquivística em cada uma das várias comunidades; - Os projetos demonstram ao público o que os arquivos fazem e destacam o papel do arquivo na preservação de um património partilhado - O processo de orçamentação dos projetos por parte das instituições anfitriãs deve considerar simultaneamente o elemento de desenvolvimento de coleções e o elemento de atividade de relações públicas - As instituições anfitriãs devem procurar recursos aos órgãos do governo local, conselhos consultivos estaduais de arquivos históricos, fundações privadas, organismos federais de financiamento, instituições parceiras e doadores individuais. - Os aspetos administrativos dos projetos podem ser operados como parcerias público-privadas ou organizações sem fins lucrativos afiliadas; - Os líderes dos subprojetos podem ser inovadores, ativistas e publicitários que fazem parceria com os arquivistas por causa dos seus conhecimentos técnicos.
Constatações e Sugestões: Áreas com maior potencial para documentar	<ul style="list-style-type: none"> - Localidades e áreas geográficas; - Movimentos sociais (movimentos antiguerra; libertação das mulheres); - Epidemias; - Ascensão de fundamentalismos ideológicos e religiosos; - Imigração.
Constatações e Sugestões: Instituições Anfitriãs	<ul style="list-style-type: none"> - Entidade com uma missão intimamente relacionada com o tópico ou a área; - Centros académicos; - Fundações privadas; - Organizações sem fins lucrativos; - Associações de comunidades etnográficas; - Grupos profissionais
Constatações e Sugestões: Informação eletrónica	<ul style="list-style-type: none"> - A Internet apresenta novas possibilidades de acesso por tópicos ao material de arquivo em repositórios digitais; - As plataformas digitais facilitam a comunicação e a colaboração necessárias para os projetos; - A rápida obsolescência dos formatos eletrónicos implica estratégias que diminuam as limitações em termos de avaliação da informação de arquivo eletrónica no âmbito destes projetos (solicitação de cópias digitais em formatos normalizados, estratégias de preservação, - O “mundo interconectado” permite aos arquivistas criar relacionamentos com comunidades em localidades físicas ou virtuais e desenvolver projetos para integrar os arquivos na vida contínua dessas comunidades.

FONTE: Malkmus (2008)

A outra autora, Dominique Daniel (2010), enfatiza o contexto derivado da *Documentation Strategy*, que “leva à possibilidade de estabelecer a etnia - juntamente com outros contextos – como uma proveniência”, propondo assim o envolvimento das minorias étnicas e imigrantes como participantes na criação, na avaliação, na descrição e no uso dos seus arquivos (Daniel, 2010). A autora apoia-se em Bastian (2006) e Wurl (2005) para defender um conceito de proveniência de que não se limite a uma visão burocrática da informação de arquivo e da sua produção, somente orientada para contextos de produção como os indivíduos e organizações e governos. O conceito de proveniência mais abrangente incluiria não só novas formas de informação de arquivo e vestígios, mas também as atividades de uma comunidade com os seus valores e práticas. Este contexto de produção pode referir-se ao local geográfico, à etnia ou à memória coletiva (Daniel, 2010, p. 94-95). Esta perspetiva liga-se às preocupações da abordagem da *Documentation Strategy* com o seu foco de documentar tópicos, atividades e áreas geográficas numa perspetiva social (Daniel, 2010, p.90), e cujos projetos se constituem numa parceria e associação continuada entre o repositório e os produtores da informação. É nesta parceria que se enquadra a participação das minorias étnicas e imigrantes.

Na dimensão do *Records Continuum*, verifica-se que Nicole Convery (2014) apresenta um conjunto de propostas orientadas para o *Records Continuum* e contextualizadas na gestão documental das organizações públicas (Convery, 2014).

Finalmente, a dimensão dedicada ao *More Product, Less Process* (MPLP), de Mark A. Greene e Dennis Meissner (2005), é apresentada por vários autores como uma abordagem minimalista de tratamento inicial, como forma de reduzir custos, disponibilizar coleções mais rapidamente, satisfazer necessidades dos utilizadores e doadores (Anchor, 2013; Gorzalski, 2008; Greene, 2010). Este tratamento inicial é seguido do tratamento detalhado, a digitalização em massa, e descrição com recurso ao voluntariado do público, recrutado, treinado e gerido pelos profissionais de arquivo, “produção de pares baseada em bens comuns⁷⁵” (Evans, 2007, p. 394).

⁷⁵ *Commons-based peer production*, no original.

7.1.4. Definição de Estratégias e Políticas de Avaliação

Relativamente à **Definição de Estratégias e Políticas de Avaliação**, este surge com quatro dimensões: a dimensão geral, a legislação e regulamentação, as instituições de arquivo e os elementos a ter em conta para a tomada de decisão, que se abordam nos seguintes parágrafos.

Apresenta-se na Figura 20 um esquema que identifica as dimensões deste eixo.

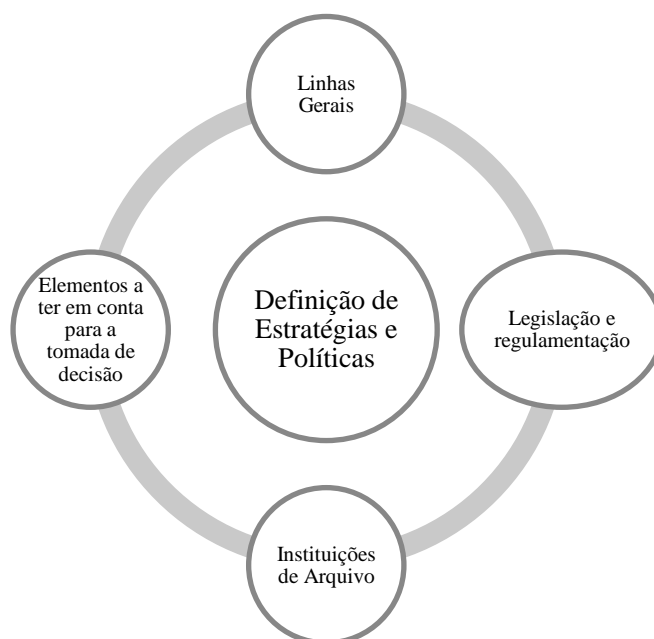


Figura 20 – Dimensões da Definição de Estratégias e Políticas de Avaliação
FONTE: Produção própria (2020)

De uma maneira *geral*, alguns autores alegam a necessidade de procurar um conjunto partilhado de princípios, ideias fundamentais, que podem servir de base para diversos métodos complementares, defendendo que não pode haver um método arquivístico singular ou um conjunto único de métodos arquivísticos, sendo necessárias diferentes abordagens de avaliação para cada situação e/ou tipo de informação (Jones, 2014; Soyka & Wilczek, 2014). Para além disso, Daniel J. Caron e Richard Brown (2013) propõem o desenvolvimento de Investigação sobre a Sociedade para definição de estratégias e política de avaliação (Caron

& Brown, 2013)⁷⁶. Dando-lhe a designação de “abordagem orientada a toda a Sociedade” para a avaliação de conteúdo, une alguns dos conceitos, teorias e métodos de investigação em ciências sociais (por exemplo, análise de domínio e teoria de redes) com as ideias pós-modernas e outras noções filosóficas (Caron & Brown, 2013, p. 144)⁷⁷. A intenção é um resultado da avaliação que seja mais objetivamente representativo da maneira como a Sociedade funciona como um todo, inclusive de como o Governo opera dentro dela, desenvolvendo políticas, tomando decisões e interagindo com os cidadãos ao longo do tempo (Caron & Brown, 2013, p. 162)⁷⁸. Na lógica dos autores, isso significa, na prática, focar a atenção da avaliação na seleção da “*causa materialis* da Sociedade”⁷⁹ (Caron & Brown, 2013, p. 164), pela identificação e análise dos discursos da Sociedade em domínios definidos da conceção epistemológica para estabelecer uma presença documental expedita para apoiar os múltiplos propósitos e vantagens públicas do património documental (Caron & Brown,

⁷⁶ Estes autores fazem essa proposta no contexto da investigação, análise e pensamento da *Library and Archives Canada* sob a rubrica de modernização institucional, em busca de uma base epistemológica mais ampla para a tomada de decisão sobre o valor documental, incluindo o valor patrimonial dos recursos de informação da atividade governamental (Caron & Brown, 2013, p. 144, 162), resultando no “estabelecimento da gestão documental como um alicerce no desenvolvimento de um novo enquadramento documental para a memória pública” canadiana (Caron & Brown, 2013, p. 157) e que constitui um reposicionamento e reorientação da macro-avaliação (Caron & Brown, 2013, p.159) para ultrapassar a perceção da obsolescência desta abordagem (Caron & Brown, 2013, p.151). Os autores consideram que a Sociedade em geral está a passar por mudanças fundamentais a uma velocidade sem precedentes e numa escala evolutiva de transformação, crendo que a “análise contextual, que se tornou a principal fonte de inspiração para a avaliação de arquivo na *Library and Archives Canada*, precisa de se tornar mais científica e abrangente do que anteriormente para permitir que a instituição se torne mais discriminatória quanto ao conteúdo que irá identificar como património documental, atualmente e no futuro (Caron & Brown, 2013, p. 162). Para o efeito, referem que esta instituição tem vindo a construir as novas capacidades e competências intelectuais necessárias para fazer as escolhas documentais corretas e garantir a presença e a persistência expedita de conteúdo de natureza do património documental, abalizado, representativo, registado e persistente (Caron & Brown, 2013, pp. 165–166).

⁷⁷ Caron e Brown, ao transmitir essa “compreensão mais ampla e multicamada do contexto social e a sua relação com a avaliação e a seleção de conteúdo”, defendem a articulação de uma nova epistemologia social enraizada num *corpus* documental, cuja natureza, construção e constituição são inspiradas e informadas pela teoria social e a ciência social, para além das teorias e conceitos arquivísticos, incluindo a diversidade de abordagens expressas nos “escritos socio-cêntricos” de académicos como Bourdieu, Foucault, Ricoeur, Habermas, Goody, Giddens, La Capra, e outros (Caron & Brown, 2013, pp. 164–165).

⁷⁸ Os autores defendem a necessidade de ir para lá dos paradigmas da análise estrutural-funcional e entrar em algo mais aproximado da análise social, principalmente no âmbito do “modelo de avaliação de toda a Sociedade”, que acreditam ser necessário para trazer maior objetividade e lógica analítica à tomada de decisão de avaliação” (Caron & Brown, 2013, p. 162).

⁷⁹ Os documentos, que permitem aos cidadãos “viverem as suas vidas” socialmente, dentro de um Estado de Direito, funcionar coletivamente como uma Democracia, e manter um consenso e progresso sociais contínuos e inclusivos, por meio da distribuição e partilha de recursos de informação e preservação de um património documental acessível (Caron & Brown, 2013, p. 164)

2013, p. 165)⁸⁰ e recorrendo a diferentes prismas da avaliação, suportados por novas questões de avaliação mais abrangentes, outras reflexões, um maior foco na investigação e análise sócio-cêntrica de caráter científico, principalmente no que se refere a abordagens teóricas, métodos, técnicas e colaboração multidisciplinar (Caron & Brown, 2013, p. 165)⁸¹.

O conjunto de projetos referido no capítulo 5 também dá luzes sobre estes aspetos. Assim, no âmbito do projeto de Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo, desenvolvido pelo Arquivo da *Central Upper Peninsula and Northern Michigan University*, Marcus C. Robyns e Jason C. Woolman (2011) consideram que, ao planear um projeto na escala de uma análise funcional institucional, é essencial explicar a importância do projeto para as partes interessadas e prosseguir com a compreensão de que ocorrerão atrasos e que os prazos serão revistos (Robyns & Woolman, 2011). No que reporta ao projeto dos Arquivos do Ontário para analisar as questões derivadas do tratamento e avaliação de informação de arquivo eletrónica, que se encontra em formatos e suportes obsoletos, Charles Levi (2011) reforça a ideia de que é necessário haver preocupação quanto à avaliação de Informação, que se encontra em suportes digitais/eletrónicos legados (Levi, 2011), questão comum com o projeto do Município de Vancouver para incorporação e avaliação dos fundos documentais digitais dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010, em Vancouver (Mumma et al., 2011). Nesta linha, Michael Cook (2010) propõe princípios para desenvolvimento de ações de gestão (incluindo avaliação) documental, principalmente no âmbito digital⁸², expressos no Quadro 40.

⁸⁰ Isto inclui compreender a agência e a funcionalidade da Sociedade, e especialmente a natureza das relações semânticas que animam as ações e as transações humanas e os discursos da sociedade nas redes e ambientes de produção documental do ciberespaço (o novo *locus* do que Pierre Bourdieu chamava *habitus*) (Caron & Brown, 2013, p. 165).

⁸¹ Caron e Brown informam que a *Library and Archives Canada* pretende o desenvolvimento de um novo modelo documental de avaliação com base na investigação, análise e princípios filosóficos primariamente iluminados na teoria social e pelas ciências sociais, e numa adaptação híbrida, que combina as perspetivas da teoria social e das ciências sociais com conceitos e propósitos arquivísticos para investigar mais profundamente o(s) contexto(s) social(ais) da agência humana, produção complexa de recursos de informação, integração da sociotecnologia e redes relacionais (Caron & Brown, 2013, pp. 165–166).

⁸² Michael Cook (2010) refere-se aos princípios da *accountability* (Cook, 2010, p. 5-9), o princípio da sensibilidade/vulnerabilidade da informação pessoal (Cook, 2010, p. 9). Segundo o autor, “o advento da eletrónica intensificou a necessidade de reconhecimento desses princípios, uma vez que, na administração eletrónica toda a relação entre o governo e o cidadão é alterada” (Cook, 2010, p. 5). O autor refere que a existência de profissionais de arquivo nas “equipas de gestão que decidem sobre as especificações dos sistemas de series de informação de arquivo eletrónico”, pode ter vários efeitos, nomeadamente o período de tempo em

Quadro 40 – Princípios para Desenvolvimento de Ações de Gestão Documental

Princípios	Considerações
Princípios da prestação de contas/responsabilidade [<i>accountability</i>]	Tende a longos prazos de conservação, juntamente com o aumento do conjunto de informação de arquivo que provavelmente será para conservação
Princípio da sensibilidade/vulnerabilidade da informação pessoal	Sugere um prolongamento geral dos prazos de conservação, vinculado a um controlo mais rígido do acesso
Interesse para investigação	-
Usos administrativos	-

FONTE: Cook (2010, p. 5-9)

Cook (2010) refere que alguns profissionais de arquivo “decidiram que sabem o que fazer com estas novas incertezas”, tendo declarado que o seu principal objetivo é gestão da informação de arquivo com o fim de garantir a responsabilização das entidades produtoras, incluindo empresas privadas; a liberdade de informação e a igualdade de acesso à mesma; a preservação da privacidade legítima dos indivíduos, controlando a informação pessoal sensível sempre que o princípio da prestação de contas/responsabilidade não for comprometido (Cook, 2010, p. 8). Isto porque considera que a boa gestão documental “é um requisito necessário para a democracia e o estado de direito” (Cook, 2010). No entanto, Cook refere ser curioso que, quanto mais estes amplos e grandes princípios são levados a sério, menor atenção se presta aos princípios mais tradicionais de avaliação e acesso, como o interesse para investigação ou os usos administrativos (Cook, 2010, p. 9).

Este aspeto reitera a proposta de Cassie Findlay (2014) para a utilização de contributos de iniciativas sobre a transparência de informação, como o *Wikileaks*⁸³, para

que uma série pode ser assinalada para conservação (e, é claro, migração para novos sistemas, à medida que vão surgindo).

⁸³ Segundo Findlay (2014), as iniciativas e projetos de transparência da informação, como o *Wikileaks* situam-se num cenário de informação e tecnologia caracterizado pelo lançamento de informação pública pela web, por meios legais (como divulgação proativa, publicação de dados abertos) ou por meios alternativos (como fugas de informação, denúncias no estilo do jornalismo do *WikiLeaks* (Findlay, 2014, p. 178). A autora defende que o aumento de iniciativas baseadas na transparência, em que se assiste a um número maior de atores e organizações independentes, como jornalistas, editores e ativistas, que mantêm as suas fontes primárias em linha, pode ser enquadrada na perspetiva da existência de “arquivos não governamentais e comunitários”. Nesta lógica, a autora coloca a questão que se as suas estruturas e os processos se podem encaixar nas normas da teoria e prática arquivísticas aceites, pelo que deveriam se considerar arquivos “reais”, se eles podem ser confiáveis e se “existe alguma razão para considerar sítios *web* como estes do ponto de vista da gestão documental” (Findlay, 2014, p. 178). De acordo com Findlay, apesar de os participantes desses projetos considerarem que a informação de arquivo, que eles mantêm, não é deles, não é original, a perspetiva da autora é a de que onde há uma atividade ou um processo de negócio e uma solicitação para evidência, a questão da proveniência da informação de arquivo, que faz parte do negócio, é importante, mas não afeta o seu caráter de informação de arquivo no seu novo ambiente, principalmente no mundo digital em que a reutilização de informação de arquivo é uma parte natural dos negócios, pelo que a avaliação é um processo recorrente, e não apenas de um único “dono da informação de arquivo do governo” e, à medida que a informação de arquivo se

melhorar práticas em termos de normas de avaliação, autenticidade e acesso (Findlay, 2014), e as sugestões de Bill Waiser (2014) referentes à informação de arquivo eletrônica governamental, no contexto canadiano⁸⁴. Assim, refere que, principalmente no âmbito da informação de arquivo eletrônica, “os arquivistas precisam de avaliar os próprios contextos de produção e a interação entre os cidadãos e o Estado antes da produção da informação de arquivo” e adverte para a necessidade de “acesso aberto à informação de arquivo governamental, sujeita a restrições específicas” “para garantir a transparência” administrativa, e que a democracia só funciona com “sistemas de gestão documental confiáveis e acesso adequado a informação de arquivo”, que garantam a responsabilização e prestação de contas do governo (Waiser, 2014).

Neste conjunto, surge uma dimensão orientada para a *Legislação e Regulamentação*, originária dos *apports* de Francis Garaba (2007). Este autor defende que a legislação deve definir explicitamente a avaliação e como a tarefa deve ser executada e a responsabilidade pela avaliação e pela seleção deve ser claramente atribuída aos dirigentes da organização apropriados e ao chefe da entidade arquivística, e isso deve ser claramente explicitado pela legislação e regulamentos (Garaba, 2007). Isto também implica revisões periódicas da legislação arquivística, com especial atenção à avaliação arquivística e ao mundo da tecnologia da informação em constante mudança, e que as instituições de arquivo também devem rever periodicamente os seus instrumentos regulamentares de arquivo e incorporar especificamente a avaliação de arquivo e esboçar políticas e diretrizes para atuar como

move por novos contextos e usos, ela acumula camadas adicionais de significado e, em cada sistema de gestão documental, torna-se uma nova informação de arquivo (Findlay, 2014, p. 179). No geral, a autora conclui que, ao compreender e envolver-se em projetos como esses, a profissão de arquivista tem a possibilidade de ir para além da gestão de informação de arquivo morta e inativa e entrar na gestão documental, podendo ter efeitos reais e imediatos na sociedade (Findlay, 2014, p. 180).

⁸⁴ O autor refere que, principalmente no âmbito da informação de arquivo eletrônico, os arquivistas precisam de avaliar os próprios contextos de produção e a interação entre os cidadãos e o Estado antes da produção da informação de arquivo, e adverte para a necessidade de acesso aberto a informação de arquivo governamentais, sujeitos a restrições específicas para garantir a transparência administrativa, e que a democracia só funciona com sistemas de gestão documental confiáveis e acesso adequado a informação de arquivo que garantam a responsabilização e prestação de contas do governo. Para o autor, todos os governos usam a retórica da transparência e responsabilidade, mas a realidade é uma “cultura política e burocrática na qual o sigilo é a norma”, pelo que os arquivistas e a comunidade de investigação precisam de ser ouvidos sobre este assunto e ter sucesso na questão da eliminação ou inclusão. Para Waiser, o Canadá também “precisa de rever e atualizar a Lei de Acesso à Informação e Privacidade para ter em conta as novas realidades de gestão documental do mundo digital”, para além de uma “gestão documental e infraestrutura arquivística”, “que possa lidar com os desafios e as oportunidades do mundo digital” (Waiser, 2014, p. 163).

impulsionadores do exercício (Garaba, 2007). Adicionalmente, as instituições de arquivo devem trabalhar de acordo com as normas estabelecidas, a fim de garantir que os critérios de avaliação sejam adequados para fornecer autoridade para destruir informação de arquivo ou uma declaração de que a informação e arquivo é considerada com valor suficiente para garantir a conservação (Garaba, 2007).

No que se refere à dimensão das *Instituições de Arquivo*, Kate Cumming e Anne Picot (2014) defendem que as Instituições de arquivo precisam de desenvolver relacionamentos estratégicos fortes com a gestão de topo das organizações, e também de definir uma estratégia de gestão de legados analógicos e digitais (Cumming & Picot, 2014), enquanto que Heather Soyka e Eliot Wilczek (2014) apontam para a necessidade de estabelecer parcerias com produtores de informação⁸⁵ para desenvolver sistemas de informação (Soyka & Wilczek, 2014). Soyka e Wilczek (2014) defendem que as recomendações abrangem o documentar de qualquer conflito militar e outras “realizações complexas”, como os desafios de proteger os direitos humanos, reduzir a criminalidade, melhorar a educação e aliviar a pobreza, realizados por “instituições grandes e dinâmicas no século XXI”, trabalho esse que requer um amplo espectro de competências e ações, citando Jeannette Bastian (2009), que afirma que “quem é lembrado com monumentos e quem é apagado da história depende, grandemente, dos arquivistas e da informação de arquivo que eles preservam” (Bastian, 2009, p. 131; Soyka & Wilczek, 2014, pp. 191–192). Nesta linha apresentam um conjunto de recomendações sintetizadas no Quadro 41.

Quadro 41 – Recomendações para Documentar Realidades Complexas

Recomendações
Compreender as funções complexas das grandes organizações e a natureza dos eventos complexos
Estabelecer parcerias com os produtores de informação de arquivo para desenvolver e implementar sistemas de gestão documental, que facilitem a preservação de informação de arquivo e que sejam ferramentas que as pessoas desejam usar para apoiar o seu trabalho diário,
Utilizar ferramentas, que permitam analisar e processar grandes volumes de informação de arquivo
Compreender o papel dessa informação de arquivo no desenvolvimento da memória coletiva de uma sociedade

FONTE: Soyka e Wilczek (2014)

⁸⁵ Soyka e Wilczek (2014) fazem esta recomendação no contexto da sua reflexão sobre as estratégias para documentar a participação Americana nas guerras do Iraque e do Afeganistão, em que indicam vários produtores de informação, que não são identificados com os gestores de topo da instituição militar americana: militares que têm a responsabilidade de registar as atividades e ocorrências das unidades militares em que participam (Soyka & Wilczek, 2014, pp. 177–181, 186-188); os produtores de informação informal na forma de blogs militares, fóruns em linha, e ferramentas aplicativos de comunicação *ad hoc* (Soyka & Wilczek, 2014, pp. 183-185); as entidades militares e de serviços de inteligência, que produzem dados de imagem fixa ou em movimento, nomeadamente de sistemas de observação, que recorrem a veículos não tripulados (Soyka & Wilczek, 2014, pp. 183, 185-186); destacamentos militares, que recolhem registos, entrevistas e histórias das operações em que as unidades militares participam (Soyka & Wilczek, 2014, pp. 189).

Já Adrian Cunningham (2014) afirma a necessidade da existência de um organismo coordenador da política arquivística nacional, que defina e faça pôr em prática uma *Documentation Strategy* ou um *Documentation Plan* da Sociedade australiana (Cunningham, 2014). É no contexto deste país que Cunningham (2014) critica a falta de uma coordenação arquivística a nível nacional e as solicitações, desde os inícios dos anos 70 o século XX, para que se desenvolva um “sistema nacional de arquivos australiano” (Cunningham, 2014, p. 165)⁸⁶. O autor refere que, já em 1997, tinha apelado para o desenvolvimento de uma *Documentation Strategy* australiana para desenvolver coleções de arquivos, incluindo uma grelha de enquadramento para a planear, referindo que se mantém atual com algumas atualizações (Cunningham, 2014, p. 167). Esta grelha, designada por *Matriz para Identificar parceiros e estratégias para assegurar o Acesso a documentos de arquivos privados nos formatos analógico e digital*, surgiu como resultado da procura de um modelo de ação cooperativo, que versava identificar os componentes subsidiários principais da missão de recolha de arquivos, as questões associadas a cada um desses componentes, estratégias potenciais para lidar com essas questões, parceiros potenciais para implementação dessas estratégias, e recomendações de ação específicas para a Biblioteca Nacional da Austrália (Cunningham, 1998). A grelha que apresenta esse possível enquadramento para planear uma estratégia de documentação nacional, tendo em conta as categorias de produção, organização, conservação, acesso e uso da informação, indica que os tópicos avaliação e eliminação são exemplos de componentes no âmbito da categoria produção da informação de arquivo, como se pode verificar no Quadro 42.

De acordo com o autor, isto envolve investigar que informação de arquivo a Sociedade (amplamente definida para incluir todos os seus componentes - indivíduos, organizações, empresas, governos - e todo o conjunto) necessita de produzir, organizar,

⁸⁶ Partindo de uma comparação com outro país de tradição anglo-saxónica, o autor demonstra que diferentes modelos de política arquivística acabam por projetar diferentes enquadramentos de avaliação: enquanto o Canadá é percecionado como tendo um sistema arquivístico nacional (malgrado o desinvestimento governamental) que distingue arquivos públicos de arquivos privados, de arquivos governamentais de arquivos comunitários, tendo o Arquivo Nacional um papel de órgão coordenador da política arquivística nacional (Cunningham, 2014, p. 165), o Arquivo Nacional Australiano é visto apenas como o organismo com responsabilidade de gerir o arquivo do governo do país, e no qual não existe uma estratégia documental nacional ou plano para a documentação da Sociedade australiana (Cunningham, 2014, p. 166).

conservar e usar para funcionar, e perceber e prestar contas, e desenvolver estratégias de cooperação para cumprir esses requisitos de documentação nacional da melhor maneira possível, dados os recursos disponíveis (Cunningham, 2014, pp. 167–168).

Quadro 42 – Proposta de Grelha da Matriz de Planeamento da Estratégia Nacional de Documentação

	Componentes	Questões	Parceiros	Estratégias	Recomendações
Produzir informação de arquivo	Ex: Avaliação; Eliminação				
Organizar Informação de Arquivos	Ex: Controlo Intelectual; Conceção de Sistema de Gestão Documenta				
Conservar Informação de Arquivo	Organização Custodial; Preservação				
Aceder e Utilizar Informação de Arquivo	Redes em Linha; Dados Abertos; etc.				

FONTE: Cunningham (1998, 2014)

O autor refere que estes e outros tópicos precisam de ser abordados tanto ao nível da prática profissional em programas de arquivo individuais, como a um nível sistémico coordenado nacionalmente, e que as categorias não são mutuamente exclusivas, sendo algumas sobreposições inevitáveis e que não devem sugerir qualquer tipo de conjunto sequencial de processos, dado que todos eles ocorrem simultaneamente, sendo apenas uma forma útil de dividir o terreno para fins de elaboração e implementação de estratégias nacionais (Cunningham, 2014, p. 168). Refere também uma recomendação de abordagem nacional, que fez em 1997, que pretende “reunir a filosofia dos “Arquivos Totais” canadiana⁸⁷ com a filosofia de “Coleção Nacional Distribuída” australiana⁸⁸ e que resulte

⁸⁷ O conceito canadiano de *Arquivo Total* defende que as instituições de arquivo devem facilitar a gestão da informação de arquivo corrente da sua instituição ou nível governamental patrocinador/promotor, e também recolher uma pequena porção dessa informação de arquivo a título histórico permanente, e também adquirir informação de arquivo de pessoas, grupos e organizações privadas, que complementem esses acervos institucionais, em qualquer suporte documental. De acordo com Cook (2015), este conceito surgiu mais por acidente histórico do que por teoria consciente, tendo sido codificada nos anos 70 do século XX e sujeita a críticas a partir da década seguinte. Segundo o autor, apesar das limitações de implementação práticas, a visão holística que apresenta constitui um contributo canadiano importante para o pensamento arquivístico, por ser o prenúncio de abordagens teóricas e práticas mais inclusivas e integradas, que surgiram posteriormente no mundo arquivístico (Cook, 2015, p. 397).

⁸⁸ A filosofia australiana da Coleção Nacional Distribuída, que Cunningham indica ter sido predominante nos sectores da museologia e biblioteconomia nos fins da década de 90 do século passado (Cunningham, 2014, p. 168), surge num contexto de aumento de materiais publicados em cada vez mais formatos, aumento de custos para as bibliotecas, aumento das solicitações aos serviços de biblioteca, de reconhecimento da deterioração das condições das coleções das bibliotecas australianas, e de declínio no financiamento desde os anos 70 do século passado (Henty, 1991, p. 53). A cimeira das Bibliotecas Australianas, de 1988, formalizou esta filosofia num

num sistema colaborativo, que assegure que “os acervos distribuídos pelos arquivos do país documentem a diversidade da atividade organizacional, empresarial, cultural e intelectual do país, para garantir” “a compreensão da dinâmica da Sociedade através da gestão e retenção da sua memória pessoal, organizacional e social” (Cunningham, 2014, p. 168)⁸⁹. Cunningham afirma estar ciente da existência do perigo das “meta-narrativas e discursos dominantes”, que podem surgir quando se começa a planear uma coordenação nacional deste tipo, sendo vital a introdução de “mecanismos que acolham os impotentes e que reflitam a pluralidade da Sociedade”, pelo apoio “a iniciativas arquivísticas comunitárias ou de bases” no seio deste sistema nacional (Cunningham, 2014, p. 168).

No que concerne à dimensão dos *Elementos a ter em conta para a tomada de decisão*, Courtney C. Mumma, Glenn Dingwall e Sue Bigelow (2011) referem que, no ambiente digital, as características e limitações das tecnologias utilizadas na produção, manutenção e utilização da informação de arquivo têm um papel maior na definição de como as pessoas interagem com essa informação de arquivo, pelo que precisam de ser tidas em consideração durante a avaliação (Mumma et al., 2011). Kate Cumming e Anne Picot (2014) referem a

conjunto de princípios: a agregação de todas as coleções de bibliotecas dos sectores público e privado na Austrália; abrangência em relação ao país; seletiva em relação ao resto do mundo, tendo em conta as necessidades presentes e futuras; registada adequadamente e de rápido acesso (Henty, 1991, p. 53). Isto trouxe um foco no desenvolvimento de uma infraestrutura de mecanismos e estratégias cooperativos e também nos aspetos ligados às coleções, controlo bibliográfico, preservação, acesso, e coordenação nacional (Henty, 1991, p. 54). No entanto, a sua implementação falhou por vários motivos, como o sistema de base de dados escolhido, os cortes orçamentais da Biblioteca Nacional da Austrália e de outras bibliotecas (Genoni, 2002, pp. 106–108). Apesar disso, verificou-se a aplicação deste conceito em museus, com o Plano Delta para a Preservação do Património Cultural nos Países Baixos, a partir de 1992 (European Group on Museum Statistics, 2012), e Uma Estratégia para o Sector dos Museus na Nova Zelândia, a partir de 2005 (Museums Aotearoa, 2005). Entre 2004 e 2010, o *Cultural Ministers Council* australiano apoiou o Conselho de Coleções da Austrália, que desenvolveu o *Significance 2.0* (Russell & Winkworth, 2009). O encerramento deste Conselho parece ter levado ao surgimento da atividade da entidade *Significance International*, que presta serviços no âmbito da avaliação, preservação e gestão de património cultural, incluindo avaliação arquivística (Significance International, 2020). No Reino Unido, verificam-se os exemplos do grupo de trabalho, que envolveu a *British Library* e outras bibliotecas do país na década de 90 do século passado, quando surgiu a ideia de criar uma abordagem coordenada para desenvolver coleções temáticas para investigação científica (Genoni, 2002) e a iniciativa de gestão de coleções dos museus galeses (Henderson, Kerr, & Gwilt, 2014).

⁸⁹ O autor apresenta um conjunto de iniciativas representativa das potencialidades de existir uma política de coordenação nacional em arquivos, que vem em defesa da teoria da necessidade de tal coordenação nacional, como o trabalho desenvolvido nos anos 90 do século passado pelo Grupo de Trabalho do *Cultural Ministers Council*, especialmente em relação à documentação relativa aos indígenas australianos (Cunningham, 2014, p. 168), para além de outras iniciativas como uma cimeira de 2002 para verificar as opções para o desenvolvimento de uma Rede Nacional de Arquivos em Linha, sem resultados, ou uma minicimeira, em 2006, sobre arquivo digital no século XXI, em preparação para uma cimeira nacional de coleções digitais entre vários domínios (Cunningham, 2014, p. 169).

necessidade de vincular possíveis ações de digitalização à decisão de avaliação (Cumming & Picot, 2014). Outros aspetos a ter em conta têm origem em casos específicos, mas com potencial para outras situações como a avaliação monetária da informação de arquivo e de acervos documentais no contexto canadiano, em que as doações podem originar benefícios fiscais (Lebeau, 2013), ou a implementação de um programa completo de recolha sobre a vida de uma comunidade (como a comunidade estudantil), em que os arquivistas devem continuar a documentar as atividades das organizações de formas mais tradicionais, porque os sítios *web* não são a fonte definitiva sobre a cultura dos alunos (neste caso), mas “uma fonte importante que deve ser capturada com a ressalva de que informação de arquivo importante pode estar em falta” (Prom & Swain, 2007).

7.1.5. Novos Papeis

No âmbito dos **Novos papeis**, dão se conta de duas dimensões: as instituições e profissionais de arquivo e a formação profissional e académica, que se abordam de seguida.

Apresenta-se um na Figura 21 esquema que identifica as dimensões deste eixo.

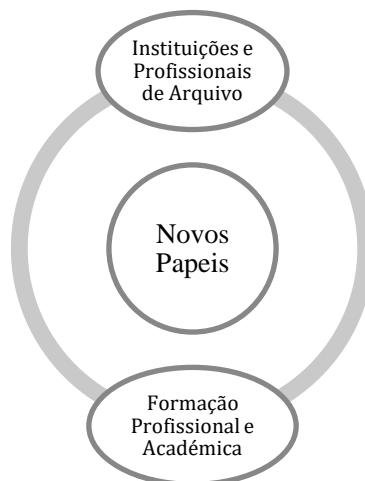


Figura 21 – Dimensões dos Novos Papeis
FONTE: Produção própria (2020)

No que se refere à dimensão das *Instituições Profissionais de Arquivo*, vários autores referem a necessidade da redefinição do papel dos arquivos, passando a ter um papel interventivo, e também dos profissionais de arquivo (Caron & Brown, 2011; Ceeney, 2008; Cumming & Picot, 2014; Frogner, 2015; Iacovino, 2015; Johnson, 2007; Soyka & Wilczek, 2014; Taavetti, 2016). Nessa linha, Sylvian Senécal (2013) apresenta um cenário marcado

pela explosão dos arquivos com origem em iniciativas individuais ou coletivas, e também pela proposta “tecnologista” de “guardar tudo”. No que se refere às iniciativas de desenvolvimento de coleções de arquivo, distinguem-se dos arquivos cujas agregações se baseavam nos registos de uma pessoa singular ou coletiva, por surgirem como recetáculos de acordo com os interesses, contextos de produção, utilização e interpretação dos seus variados autores, e por acesso facilitado pela Internet (Senécal, 2013, p. 207). Quanto à proposta tecnologista, o autor indica que nela não há espaço para a instituição de arquivo como organizador e definidor da memória, uma vez que a definição do que deve ser memória significa uma escolha e a existência de um esquecimento. Para além disso, enquanto a filosofia de “guardar tudo” se centra no presente e nos interesses pessoais de quem conserva, o arquivo preocupa-se com “o outro” e com o futuro, com o património documental a deixar a “Outrem”, o que não se compadece com a ideia do arquivo como simples recetáculo. Assim, defende um papel ativo para o arquivista, de ajudar as pessoas (e organizações) a relatarem e a conservarem as suas narrativas documentais que, de outra forma poderiam desaparecer, enquanto as ajuda a definirem-se como parte da Sociedade, com a preocupação de documentar as relações com “Outrem”, e tendo em vista a utilização plural, que se encontra para lá do que motivou originalmente o registo e/ou agregação. É este papel do arquivista que garante a passagem do círculo pessoal para as perspetivas históricas e para a memória coletiva (Senécal, 2013). (Senécal, 2013, p. 211).

Na dimensão relativa à *Formação Profissional e Académica*, Heather Soyka e Eliot Wilczek (2014) defendem a necessidade de estabelecer novo quadro de competências para os arquivistas (Soyka & Wilczek, 2014). Para Caroline Williams (2006), a avaliação precisa de ser realizada com base em conhecimento explícito e em conhecimento tácito em ação, com formação e experiência para a análise contextual (análise funcional, necessidades e usos de informação de arquivo, responsabilidades e direitos que são manifestos ou latentes nessa informação de arquivo) (Williams, 2006), enquanto Barbara L. Craig (2005) introduz a necessidade de um esforço de sensibilização para o delicado equilíbrio entre objetividade e subjetividade (Craig, 2005). Francis Garaba (2007) reforça a necessidade de fornecer e priorizar a formação para a equipa, que lida com a informação de arquivo, e ajudar a prepará-la para acompanhar as mudanças nas tecnologias da informação, que está sempre em plena mutação (Garaba, 2007). De acordo com Marcus C. Robyns e Jason Woolman (2011), os projetos de investigação intensiva, como os que são necessários para a análise funcional institucional, são bem adaptáveis aos estudantes em áreas orientadas para a investigação,

podendo ser configurados como estágios, programas de estudo e trabalho ou experiências profissionais para aliviar as restrições orçamentais e de recursos humanos que enfrentam a maioria dos programas de arquivo e gestão documental (Robyns & Woolman, 2011). Tal permite perceber que o autor é favorável à capacitação/captação de jovens investigadores para estes projetos de avaliação.

7.1.6. Propostas Centradas no Uso da Informação

Sobre as questões relacionadas com as **Propostas Centradas no Uso da Informação**, verifica-se que a proposta de Hea Lim Rhee (2012), que recorre a tipologias de uso e de utilizador (anteriormente apresentada na dimensão sobre as *Abordagens com fundo (multi)disciplinar*), defende abordagens que se preocupam com os usos e os interesses dos utilizadores como um dos fins a ter em conta durante a avaliação, sugerindo melhorias das fontes de informação sobre utilizador/uso para utilização como ferramentas de avaliação, como o desenvolvimento de sistemas de informação e a consideração de tipologias que possam incorporar a informação sobre utilizador/uso recolhida de todas as fontes de informação e possam ajudar o pessoal de avaliação a utilizar a informação sobre utilizador/uso incorporada na prática de avaliação (Rhee, 2012, p. 480). Isto inclui a proposta de “um sistema de informação que incorpore um módulo de referência, um módulo de avaliação, um módulo de acesso e um módulo de processamento”, que “tornaria a informação sobre utilizador/uso mais acessível” e facilitaria a sua utilização “pelo pessoal de avaliação nas suas práticas de avaliação”, para além de “facilitar a coordenação entre o pessoal de referência e o pessoal de avaliação e poderem constituir uma nova tipologia” (Rhee, 2012, p. 480). Também propõe que os profissionais de arquivo “desenvolvam formulários mais eficientes, que possam facilitar a recolha e utilização de informação sobre utilizador/uso para a prática de avaliação”, que ajudariam os profissionais de avaliação a encontrar facilmente a informação sobre utilizador/uso que necessitam” (Rhee, 2012, p. 480). Recomenda ainda que os profissionais de arquivo, que lidam com a avaliação, realizem “inventários de informação” “e que os formulários de inventário de informação de arquivo incluam a frequência de uso dos produtores dessa mesma informação de arquivo”, indicando que estes inventários “apresentam uma boa oportunidade para o pessoal de avaliação consultar os produtores da informação de arquivo” sobre como utilizam a sua informação de arquivo” e “a informação sobre utilizador/uso nestes inventários ajudaria o pessoal da

avaliação a considerar o valor administrativo, financeiro e jurídico da informação de arquivo e prever o uso futuro em programas arquivísticos estaduais” (Rhee, 2012, p. 480).

Relativamente à avaliação tendo em conta o uso científico da informação, a autora Jill Delaney (2008) aponta a necessidade de uma abordagem mais abrangente do potencial científico da informação a avaliar (Delaney, 2008). No caso específico apresentado pela autora, no contexto do projeto *Mountain Legacy*, apresentado no capítulo 5, ela reporta-se a informação não textual, fotográfica produzida para fins científicos, mas que a decisão de avaliação, em sede da abordagem da macro-avaliação e análise funcional, determinou a conservação pelo seu valor cultural e histórico e não pela sua utilidade científica. A autora considera que a informação produzida para fins científicos tem o potencial de posteriormente poder ser usada para investigações científicas diferentes do contexto científico que lhe deu origem. Isto significa que os arquivistas devem continuar a trabalhar na elaboração de um método, que não documente apenas as funções de uma organização científica, mas também a própria Ciência, que está no mandato central dessa organização ou programa. Ao mesmo tempo, é necessária maior sensibilidade para com o valor dos dados brutos recolhidos durante um processo científico e o seu potencial futuro valor de investigação. (Delaney, 2008, p. 94). “Ao reconsiderar, e talvez reintegrar a ciência e a sua documentação na definição do arquivista do que constitui a nossa história, encontrar-se-á um lugar para a informação que documenta o ambiente em que a nossa cultura habita e interage diariamente” (Delaney, 2008, p. 95). Esta posição contrasta com a abordagem que Kretzschmar (2005) indica ser a da Associação de Arquivistas Alemães, cujo grupo de trabalho sobre a avaliação concordou que a informação de arquivo tem um potencial de investigação quase ilimitado e que não é possível antecipar todas as possíveis questões que essa informação poderia responder e, por isso, só podemos verificar o potencial de investigação da informação de arquivo tendo em conta o nosso ponto de vista presente, o que significa que os motivos da avaliação têm de ser claramente identificados. Assim, o grupo de trabalho considerou que não é sustentável uma avaliação completamente orientada para o potencial de investigação (Kretzschmar, 2005, p. 226). Nesta linha, Cook (2005) indica que o uso para investigação previsto não concorre para determinar o valor da informação de arquivo, uma vez na macro-avaliação, é o contexto social da produção da informação de arquivo e o uso contemporâneo, que estabelece o valor relativo dessa informação e não o uso para investigação previsto (Cook, 2005, p. 128; Loewen, 2005b, p. 94).

7.1.7. Verificação e Avaliação dos Resultados relativos à Avaliação da Informação de Arquivo

Sobre a fase ou etapa da **Verificação e Avaliação dos resultados da Avaliação de Informação de Arquivo**, Catherine A. Bailey (2013) afirma que a avaliação também precisa de “demonstrar os resultados de investigações e análises arquivísticas ao longo do tempo e no espaço” pelo que a documentação que suporta as decisões arquivísticas deve conter os componentes centrais de Contexto, Descrição, Análise, Decisão, os quais foram anteriormente apresentados no Quadro 26 (Bailey, 2013).

Por seu lado, Basma Makhoulf Shabou (2011a, 2011b, 2015) apresenta uma proposta de definição de critérios e métricas de qualidade para arquivos históricos produto da avaliação⁹⁰. A autora identifica “dois tipos de princípios que formam os fundamentos teóricos da avaliação arquivística”, a saber, os “princípios gerais” (princípio do respeito pelos fundos de Nathalis de Wailly e o princípio do ciclo de vida dos documentos) e os “princípios específicos da função de avaliação” (a teoria dos valores de Schellenberg, o princípio da contemporaneidade dos juízos relativos ao valor dos arquivos, a consideração dos arquivos como evidência privilegiada de todas as atividades das instituições da sociedade, o respeito pelas ligações entre a avaliação e outras funções arquivísticas, o equilíbrio entre considerações ligadas com a criação de arquivos e aquelas relacionadas com a sua utilização, e o equilíbrio entre as finalidades do uso administrativo e as finalidades

⁹⁰ Verifica-se que se trata de uma proposta em evolução, dado que ela apresenta na sua tese (Makhoulf Shabou, 2011a) e no primeiro artigo (Makhoulf Shabou, 2011b, p. 59) um quadro conceptual em que apresenta quatro dimensões e suas subdimensões e indicadores. No entanto, só apresenta catorze variáveis relativas aos indicadores de duas dimensões. No artigo mais recente (Makhoulf Shabou, 2015), a autora apresenta alterações a três das dimensões do quadro conceptual original em termos de subdimensões, e de alguns indicadores (dado que ela não identifica todos). Também não é perceptível o que ocorreu à outra dimensão (se ainda existe, se sofreu alterações). Finalmente, refere a existência de 46 variáveis relativas aos indicadores das três dimensões abordadas no estudo mais recente, mas não as explicita. Também se percecionam diferenças na matriz metodológica para definição e medição das qualidades entre os dois primeiros documentos (Makhoulf Shabou, 2011a, 2011b) e o mais recente (Makhoulf Shabou, 2015), sendo que neste último se identifica uma fase concetual de definição de qualidades, composta por duas etapas: etapa de definição das qualidades, organizando-as por dimensões e indicadores; etapa de identificação das variáveis das qualidades e desenho do processo para a sua operacionalização. Depois segue-se o teste da aplicabilidade das medições das dimensões das qualidades, o que dá origem à fase empírica de medição das qualidades, composta pelas seguintes etapas: etapa de desenho e validação dos instrumentos de medição; etapa de aplicação das medições em várias amostras de estudo e em vários locais; etapa de ajustamento do processo; e etapa de análise e descrição dos resultados (Makhoulf Shabou, 2015, p.60).

patrimoniais) (Makhlouf Shabou, 2011b, p. 40, 44-45). Foram também estudadas as abordagens da avaliação arquivística existentes desde 1970 (A *Documentation Plan*, a *Documentation Strategy*, a Macro-avaliação, a abordagem orientada ao utilizador e a abordagem da avaliação integrada) para identificar as qualidades dos arquivos definitivos nessas abordagens (Makhlouf Shabou, 2011b, p. 45-48). Foram ainda abordadas as questões relativas às qualidades dos arquivos na arquivística contemporânea (Makhlouf Shabou, 2011b, p. 48-50) e o próprio conceito de qualidade (Makhlouf Shabou, 2011b, p. 50-52). Percecionando-se como uma proposta em evolução, o Quadro 43 apresenta o enquadramento conceptual apresentado mais recentemente (Makhlouf Shabou, 2015, p.64).

Quadro 43 – Qualidades para Avaliar Informação de Arquivo Eletrónica Pública

Dimensões	Subdimensões	Indicadores
Confiabilidade	Autenticidade	Identidade (indicador)
		Integridade
	Fiabilidade	Rastreabilidade
		Completude
		Conformidade Legal e Administrativa
		Testemunho Extensivo
	Evidência Histórica	Raridade Probatória
Explorabilidade	Acessibilidade Técnica	Legibilidade
		Eficácia de Acesso
	Acessibilidade Cognitiva	Reparabilidade Lógica
		Exaustividade
	Acessibilidade Legal	Autorizações Legais e Regulamentares
Representatividade	Contexto Institucional	Relevância do Produtor
		Relevância dos dados
	Contexto Sócio-cultural	Raridade Contextual
		Valor Estético

FONTE: Makhlouf-Shabou (2015)

7.2. Síntese das Propostas e Soluções

Assim, a análise permitiu verificar uma maior orientação para as propostas colaborativas e participativas, o que requer novos papéis para os profissionais e instituições de arquivo, para os públicos, os criadores e também para o que é objeto da informação registada, e numa avaliação mais orientada para a representação da Sociedade, são propostas abordagens sustentadas em conceitos, teorias e técnicas de investigação científicas de carácter multidisciplinar. Isto também implica uma expressão da necessidade de planeamento para definição de estratégias e políticas, que devem ser não só comunicadas, mas que devem ter a participação dos diversos elementos/comunidades da Sociedade. Isto significa que as entidades arquivísticas e as diversas organizações devem comunicar e colaborar, não só entre si, mas também com outras comunidades heterogéneas e multidisciplinares, que por vezes não se encontram institucionalizadas/burocratizadas, no sentido de desenvolverem sinergias e mais-valias, e resultados que permitam identificar que o resultado da avaliação é informação de arquivo, que deve ser holisticamente representativa da Sociedade, mas cuja apresentação não se limite à perspetiva ou prisma de uma ou poucas instituições. Nessa linha, a formação profissional e académica deve sensibilizar os profissionais de arquivo e orientá-los para porem em marcha as políticas de avaliação, ultrapassando os limites das abordagens teóricas da avaliação já formuladas. Isto não significa necessariamente a negação destas abordagens teóricas, mas antes a admissão da sua utilidade como instrumentos, que devem ser adaptados, fundidos, reorganizados conforme as necessidades da prática da avaliação. Após a tarefa de redução dos códigos nas dimensões apresentadas nesta secção, verificámos que, no âmbito dos conjuntos, estavam a surgir dimensões, que se identificaram com fases da lógica da área gestão de projetos: Planeamento; Implementação; Verificação/Avaliação de resultados do projeto, como as indicadas nos ciclos de Deming. No entanto, percebeu-se a ausência de elementos que pudessem constituir dimensões da fase ou etapa relacionada com as ações após a verificação, como medidas que permitissem a correção, o melhoramento, a afinação e orientassem para um novo planeamento. Isto levou a uma posterior verificação dos códigos captados, na tentativa de identificar algum que se referisse especificamente a questões de correção e melhoramento, que redundou em insucesso. No entanto, nos textos, que enformam os códigos, verifica-se que o planeamento já inclui a definição de tarefas para executar as correções e os melhoramentos, e percebeu-se que a

verificação/avaliação só faz sentido com a intenção de se efetuarem as correções e melhoramentos.

A leitura, que resulta desta análise, permite perceber um conjunto de propostas que tem em vista a resolução das problemáticas ligadas à maior abrangência dos suportes e formatos de informação de arquivo, do caráter holístico do que se considera que deve transparecer a representação da Sociedade e o seu significado, as características dos registos que os autores consideram pertinentes para documentar a (representação da) Sociedade, e os papéis dos diversos atores na escolha desse registo da Sociedade.

Como se verificou no capítulo anterior, os autores não encontraram resposta satisfatória nos modelos identificados, por conta dos papéis limitativos das partes interessadas, do foco na funcionalidade organizacional, e do desinvestimento nos recursos materiais, humanos e técnicos orientados para a avaliação. Desta situação resulta também o não reconhecimento da importância da avaliação e dos profissionais de arquivo. Perceciona-se que esta desvalorização concorre para que os profissionais de arquivo não tomem parte das equipas de projeto e na tomada de decisão no que concerne à política de informação das organizações, o que redundará no surgimento ostensivo de massas documentais acumuladas. Mas esta falta de reconhecimento e desvalorização também permite uma leitura, que reflete o desânimo destes profissionais, pressentido numa atitude não pró-ativa constatada no deixar de aprofundar a sua formação e problematização crítica (em termos de investigação científica) no âmbito da avaliação. Esta falta de problematização crítica, que poderia orientar a constante pesquisa, especificação e delimitação de critérios de avaliação justificativos de decisões de seleção, constitui outro dos elementos, que resulta em massas documentais acumuladas, dado o receio de tomar uma decisão de avaliação, que surge no embate entre a interpretação de um ou outro teórico ou dirigente de órgão coordenador (que foi lido ou estudado anteriormente ou ao qual tem um apego tácito), a ambivalência da direção de topo das organizações entre querer tudo eliminar (principalmente em formato papel) e tudo guardar (normalmente em formato eletrónico) [e que resulta o arredar do papel do profissional de arquivo/gestão documental no processo de tomada de decisão e definição da política de informação], e a realidade da informação de arquivo acumulada (como está organizada ou não-organizada, e que espelha o funcionamento das unidades orgânicas e a importância que atribuem aos registos dos seus procedimentos e tramitações), e o interesse que essa informação poderá ter para outras finalidades e outros atores (o que implicaria

pesquisar quais finalidades e quais atores, havendo consciência de que não se deve cair num interminável exercício de futurologia).

Apesar disso, percebe-se que os modelos metodológicos e as abordagens arquivísticas de avaliação já existentes servem como o ponto de partida para procurar soluções e propostas mais abrangentes, no sentido de dar respostas aos problemas, que esses modelos e abordagens (ainda) não conseguiram dar. Esse parece ser o objetivo das análises críticas, que são feitas a esses modelos, como são exemplos Caron e Brown (2013). Neste âmbito, verificam-se fenómenos de adaptação e ajuste desses modelos e abordagens. Os exemplos desses fenómenos referem-se à melhor delimitação de objetivos e estratégias (no âmbito da *Documentation Strategy* (Malkmus, 2008)), adequação à visão governamental (ou direção de topo) da política de informação do momento (no âmbito da *Macro-avaliação*, conforme Bailey (2013, p.29-37, com ênfase a partir das páginas 32-33) e Caron e Brown (2013, p. 144 a 163, com ênfase a partir da página 149)⁹¹). A estes, soma-se o fenómeno de ligação/junção de vários modelos e/ou abordagens, como são exemplos a proposta metodológica neozelandesa que liga macro-avaliação, avaliação funcional e DIRKS (Roberts, 2005); o uso da micro-avaliação e macro-avaliação (Roberts, 2007; Cook, 1999), por vezes com recurso à análise técnica (Sloyan, 2006); o recurso à análise funcional com base num *Documentation Plan* (Robyns e Woolman, 2011); o uso da análise funcional em modelos e/ou abordagens como a *Documentation Strategy* e a *Macro-avaliação* (Chaudron, 2008); o desenvolvimento de uma *Documentation Strategy* australiana, numa abordagem que pretende reunir a filosofia canadiana dos “Arquivos Totais” com a filosofia de “Coleção Nacional Distribuída” (Cunningham, 2014). Estes elementos, juntamente com o exemplo do método alemão de Avaliação Vertical-Horizontal, baseado em Schellenberg e Booms (Krtzeschmar, 2005), fazem aventar a ideia de uma evolução e não tanto de uma rutura, até porque as propostas parecem vir numa continuidade, agora enquadrada pela evolução dos ambientes digitais (Cumming e Picot, 2014). Ainda sobre os modelos e abordagens, é pertinente referir a manutenção da legitimação referente a modelos e/ou abordagens de avaliação focados na resolução dos problemas de gestão documental no seio das organizações (principalmente os organismos públicos), identificados com a análise funcional

⁹¹ Este fenómeno verifica-se mais claramente na *Macro-avaliação* dado ser um modelo derivado de um órgão coordenador da política arquivística, dependente do poder governamental e, por isso, permeável às orientações político-ideológicas do partido no poder.

(como são exemplos as recentes questões ligadas aos dados abertos e *big data* (McDonald e Léveillé, 2014; Casellas Serra, 2014), o *Records Continuum* (Convery, 2014), e o tratamento mínimo do MPLP (Evans, 2007; Gorzalski, 2008; Greene, 2010; Anchor, 2012).

Um dos aspetos, que revela maiores consensos, reporta-se às propostas participativas e colaborativas, que integrem os vários atores. Este aspeto pretende dar resposta, por um lado, ao problema da representatividade da Sociedade em termos de multiculturalidade e multifacetabilidade dos fenómenos sociais, particularmente a comunidade, e por outro lado, ao problema da falta de recursos, coordenação e mesmo política arquivística. Neste último ponto, frisa-se o problema das várias entidades arquivísticas (instituições públicas, unidades orgânicas dentro de organizações maiores, entidades privadas) funcionarem quase como repositórios-silo e não em repositórios em rede, seguindo orientações/coordenação de uma entidade com funções claras para esse propósito, com base numa política e estratégia de documentação explícitas, com o fito de missão comum, partilha de recursos, conhecimentos e experiências relacionadas com o trabalho (Williams, 2006), colaborando na conservação e acessibilidade dos documentos ameaçados de várias fontes (Kretzschmar, 2005) e que, no seu conjunto, constituem a memória da Sociedade. No que toca à abertura da avaliação à participação, considera-se que esta resolve os problemas derivados da subjetividade da avaliação feita por um só grupo (profissional, principalmente os profissionais de arquivo), e que redundam no questionamento sobre a limitação da transparência das decisões, a distorção do registo histórico (Shilton e Srinivasan, 2007; Caron e Brown, 2011; Frogner, 2015; Iacovino, 2015; Taavetti, 2016) referenciada apenas por um ponto de vista privilegiado. A inclusão das várias comunidades e dos vários constituintes da Sociedade aponta também para a resolução dos problemas identificados com a perceção relativa aos profissionais de arquivo, dando mostra da importância do seu trabalho no seio da Sociedade, numa sensibilização que pode influenciar a valorização da profissão, das entidades arquivísticas, na forma de maior investimento. Aponta ainda para a possibilidade de trazer para a teoria arquivística novas perspetivas, com origem nas práticas de registo de informação e documentação de fenómenos, que quotidianamente vão surgindo, como novidade, e nos novos contextos institucionais e culturais, e que têm de ser tidas em conta como veículo e matéria para estudo e análise, aventando-se uma lógica de ciência-cidadã. Finalmente, aponta também para um maior sentido de pertença, de sentido de cidadania, que pode abrir portas a uma maior participação na “coisa pública” e fazer esbater, ou pelo menos

contrariar, o peso das elites na tomada de decisão na esfera pública, facilitando o processo inacabável de democratização.

Estas propostas participativas e colaborativas implicam outro aspeto, que se verifica também como um outro consenso, desta feita em relação à necessidade de novos papéis. Estes novos papéis reportam a todos os atores sociais com que os profissionais e instituições de arquivo devem colaborar (Caron e Kellerhals, 2013), os múltiplos constituintes da Sociedade contemporânea integrados nas comunidades, cuja identidade cultural individual e coletiva deve ser representada na memória documental (Shilton e Srinivasan, 2007; Caron e Brown, 2011; Frogner, 2015; Iacovino, 2015; Taavetti, 2016), que são identificados como produtores e utilizadores (Johnson, 2007), os cidadãos (Cook, 2011), os sujeitos da informação de arquivo, que devem ser chamados a participar na qualidade de co-criadores dessa informação (Iacovino, 2015). Estes passariam a ter um papel ativo, seja pelo voluntariado ou pelo estabelecimento de outra forma de envolvimento formal no processo de avaliação, para identificar de forma pertinente a matéria que documente os diversos prismas das relações dentro da Sociedade, incluindo os focos de atividade, que geram fricção e contestação, e as questões de prestação de contas perante a Sociedade (Cumming e Picot, 2014). Esta redefinição de papéis obriga a um papel mais interventivo dos profissionais e instituições de arquivo (Johnson, 2007; Ceeney, 2008; Caron e Brown, 2011; Senécal, 2013; Cumming e Picot, 2014; Soyka e Wilczek, 2014; Frogner, 2015; Iacovino, 2015; Taavetti, 2016), que participariam através de treino, formação e parceria (Cook, 2011) e fomentando um sentido de memória mais abrangente, plural e com maior inclusão, e que recusa o discurso único e absoluto (Johnson, 2007). Tal implica um novo quadro de competências para os profissionais de arquivo (Soyka e Wilczek, 2014) e conseqüente alteração em termos de formação profissional e académica, no que tange às questões da subjetividade e da transparência, com reforço de competências de análise contextual, tecnologias da informação, investigação científica intensiva e preparação em estágios em sede de projetos de avaliação (Williams, 2006; Garaba, 2007; Robyns e Woolman, 2011). No seu conjunto, a participação destes atores com estes novos papéis é condição para a formulação de uma metodologia transdisciplinar, que permita refletir a Sociedade no âmbito da avaliação da informação na Era Digital, e que acrescente dispositivos interpretativos dos factos documentados para serem usados pelas gerações futuras da Sociedade (Caron e Kellerhals, 2013). Faltará saber se esses dispositivos serão considerados pelas gerações futuras como úteis, pertinentes, completos, ou antes disruptivos e/ou com uma carga semântica que os

identifica com uma visão politicamente incorreta, marginal ou de privilegiados (à luz dessas gerações futuras) e cuja estrutura não suporte a compreensão do enquadramento sócio-cultural (e quiçá civilizacional), que pretende documentar.

Esta dúvida fundamenta o que se percebe com um dissenso, contextualizado no problema das propostas centradas no recurso aos aspetos dos usos e dos utilizadores como critério a ter em conta no âmbito da avaliação. Este dissenso materializa-se pelo facto de existirem autores, que defendem abordagens, que se preocupam com os usos e os interesses dos utilizadores como um dos fins a ter em conta durante a avaliação (Rhee, 2012), e considerando-a como uma abordagem mais abrangente do potencial científico da informação (Delaney, 2008), enquanto que outros autores defendem que o uso para investigação previsto não deve concorrer para determinar o valor da informação de arquivo (Cook, 2005; Loewen, 2005b), uma vez que não é sustentável uma avaliação completamente orientada para o potencial de investigação (Kretzschmar, 2005), por não se conseguir perceber futuras necessidades e intenções de uso da informação que é hodiernamente alvo de avaliação.

Por outro lado, também se aventa a possibilidade de uma leitura em que transparece o recurso a uma lógica orientada para a gestão do projeto, uma vez que, implicitamente, se percebe abordagens focadas em determinadas etapas da gestão do projeto (planeamento, implementação, verificação de resultados, ...). Tendo em conta a existência deste consenso, mesmo que considerado como não explícito, são identificados aspetos relacionados com a definição de estratégias e políticas de avaliação, que se podem ligar às etapas de planeamento no âmbito da gestão do projeto, os aspetos relativos às técnicas para avaliação da informação de arquivo, que se podem conectar às etapas de aplicação/implementação, e os aspetos ligados à verificação dos resultados, identificados com a verificação e a avaliação dos efeitos e consequências da avaliação.

No que tange à definição de estratégias e políticas, parece clara a necessidade de desenvolver investigação sobre a Sociedade com o fim de determinar a política e as estratégias a aplicar na avaliação (Caron e Brown, 2013). Isto passa por estudar também os contextos de produção e a interação entre os produtores e os elementos com quem interagem (entidades individuais e/ou comunitárias) (Waiser, 2014), à luz dos requisitos democráticos e do Estado de Direito, de garantia da transparência administrativa (Cook, 2010; Findlay, 2014; Waiser, 2014). Para tal, é necessário ter consciência de que não pode haver um método arquivístico singular ou um conjunto único de métodos arquivísticos, mas sim um conjunto partilhado de princípios, ideias fundamentais, que podem servir de base para diversos

métodos complementares/diferentes abordagens de avaliação para cada situação/tipo de informação (Jones, 2014; Soyka e Wilczek, 2014). Nesta lógica, é essencial explicar a importância dos projetos de avaliação para as partes interessadas e prosseguir com a compreensão que ocorrerão atrasos e que os prazos serão revistos (Robyns e Woolman, 2011). Nesta linha, é necessária a existência de um organismo coordenador da política arquivística nacional, que defina e faça pôr em prática uma estratégia/plano para documentar a Sociedade do país (Cunningham, 2014), que inclua aspetos como uma estratégia coordenada para a gestão de legados analógicos e digitais (Cumming e Picot, 2014). Para além disso, as entidades arquivísticas (instituições e/ou unidades orgânicas) precisam de desenvolver relacionamentos estratégicos fortes com a gestão de topo governamental ou das organizações (Cumming e Picot, 2014), incluindo parcerias com produtores de informação para desenvolverem sistemas de informação (Soyka e Wilczek, 2014). Também são importantes os requisitos em termos de um enquadramento legal e regulamentar, que defina especificamente a avaliação, a sua incorporação obrigatória nas atividades das organizações públicas e de interesse para a Sociedade, a especificação de políticas e diretrizes para atuar como impulsionadores do exercício, e também para indicar como a tarefa deve ser executada; explicita a atribuição da responsabilidade pela avaliação e seleção aos dirigentes das organizações apropriados e ao responsável da entidade arquivística; determine a periodicidade das revisões da legislação, políticas, diretrizes e instrumentos arquivísticos, principalmente em relação à avaliação arquivística e ao carácter dinâmico das mudanças em termos de tecnologia da informação (Garaba, 2007). Os aspetos do mundo das tecnologias da informação em constante mudança têm de ser tidos em consideração, como são exemplo o recurso à digitalização (Cumming e Picot, 2014), a existência de novos tipos de registo de informação de arquivo de organizações e comunidades, como os Sítios *Web* (Prom e Swain, 2007), as próprias questões ligadas à interação das pessoas com essa informação de arquivo (Mumma, Dingwall e Bigelow 2011). Outro elemento a ter em consideração reporta-se ao valor económico (monetário) da informação (e acervos), e medidas que podem incentivar a sensibilização das entidades públicas e privadas, individuais e coletivas, a adesão à política e estratégias de avaliação, e a adoção de práticas que tenham em consideração a necessidade de avaliar o valor da informação registada. Uma das medidas sugeridas passa pela introdução de benefícios fiscais para os aderentes (Lebeau, 2013).

Sobre as técnicas para a avaliação da informação de arquivo, parece ser consensual a necessidade de adotar métodos de avaliação, que definem as decisões de avaliação antes

da produção da informação (Greene, 2010), com técnicas de conservação diferenciadas com base na decisão tomada (Garaba, 2007), o que implica um conjunto de etapas para lidar com a grande quantidade de dados analógicos e digitais, e que implique as questões da infraestrutura, as questões da formação (dos produtores, dos utilizadores, dos gestores), e só depois o trabalho de seleção e execução da decisão de destino final (Cocciolo, 2014, 2016a). Para chegar a esses métodos de avaliação, são necessárias técnicas de investigação diversificadas para serem usadas em sede dos planos ou estratégias de documentação (Prom e Swain, 2007; Cocciolo, 2014). Tais técnicas de investigação permitem desenvolver as ferramentas de apoio à avaliação, aspeto também consensual no que se refere à sua necessidade, na medida em que traduzam em termos práticos as decisões tomadas no âmbito dos princípios, conceitos e componentes, que coroam os projetos derivados dos planos ou estratégias de documentação (Bailey, 2006, 2013), ferramentas que sistematizem e normalizem as tarefas de avaliação para fins de criação de instrumentos legais (Loewen, 2005b; Badgley e Meunier, 2005; Bailey, 2006; Fidalgo e Ucha, 2006; Parr, 2014), e mesmo ferramentas que facilitem a avaliação de grandes volumes de informação, como são exemplo os instrumentos de automatização da análise e avaliação, e que implicam definições de tipologias documentais mecanicamente legíveis (Soyka e Wilczek, 2014). Dado o consenso para a diversificação das técnicas de investigação, surgem diversas abordagens com fundo (multi)disciplinar, que propõem o recurso a ciências ou disciplinas (como a Historiografia Digital (Sternfeld, 2011), os Estudos culturais (Hughes, 2014), a Ecologia (Moore, 2007), os Estudos literários, a História, a Filosofia, a Crítica Textual e a Antropologia (Johnson, 2007), e os Estudos de Gestão de Informação Pessoal (PIM) (Bass, 2013)), a teorias (como a Teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt (Caswell, 2010) e a Teoria da incorporação / encarnação / materialização [*embodiment*] complexa (White, 2012)), e conceitos (como o conceito de Tipologia documental (Oliver, Kim e Ross, 2008) e das tipologias de Utilizador e Uso (Rhee, 2012), o conceito de Atos mediadores (Condé, 2011), e o conceito de Rede social (Cocciolo, 2016a)).

Ainda sobre as técnicas para a avaliação da informação de arquivo, considera-se pertinente mencionar o dissenso que se manifesta no âmbito do aspeto das massas acumuladas, demonstrável pelo contraste entre eliminação rápida do tratamento mínimo do MPLP (Greene, 2010 e Gorzalski, 2008) e a salvaguarda de toda informação de arquivo, pela substituição de suporte dos registos a eliminar (Mnjama, 2006). Outra demonstração deste dissenso remete para o contraste da abordagem que defende que a seleção e a

eliminação, derivada da compilação dos prazos de conservação, deve começar somente depois de as massas documentais acumuladas terem sido tratadas e novos sistemas de arquivo terem sido desenvolvidos (Mnjama, 2006), e da abordagem, que sugere um tratamento mínimo, que permita a eliminação da informação considerada sem valor arquivístico nas etapas iniciais, reservando o tratamento mais aprofundado da informação de arquivo em etapas consequentes (Greene, 2010; Gorzalski, 2008).

Finalmente, considera-se haver também consenso sobre a necessidade de uma etapa da verificação dos resultados da avaliação (Bailey, 2013; Makhlouf Shabou, 2011, 2015) em que se demonstre os resultados de investigações e análises arquivísticas ao longo do tempo e no espaço em termos de contexto, descrição, análise e decisão (Bailey, 2013). Sobre o resultado específico da avaliação, consubstanciada nos acervos históricos, a verificação requer também o uso de critérios e métricas de qualidade da informação de arquivo, particularmente para a informação de arquivo pública em suporte eletrónico (Makhlouf Shabou, 2011, 2015).

Face às propostas de abordagens/estratégias/métodos/modelos aqui destacadas, considera-se serem, por vezes, concebidas com a pretensão de serem abrangentes, mas verifica-se serem desenvolvidas pensando num determinado contexto ou finalidades específicas. Daí resulta que podem não ser eficazes noutro contexto e/ou não oferecerem soluções a problemas específicos de outras realidades. Consequentemente, defende-se que não é possível a existência de um modelo único para abordar a avaliação da informação de arquivo no geral, e da informação de arquivo eletrónica em específico. Esta posição sustenta-se pelos resultados da análise, que permitiram perceber que são vários os autores que apresentam ou defendem, antes, a necessidade de perceber diferentes abordagens de avaliação a aplicar em cada situação e/ou tipo de informação específicas, como uma construção de uma ferramenta a utilizar em determinado contexto, e não como um instrumento multiusos, passível de ser aplicado em todos os casos particulares.

Neste âmbito, e tal como no capítulo anterior, apresenta-se uma representação gráfica da rede de ligações dos aspetos relevantes e dimensões abordadas e das suas associações, identificada na Figura 22.

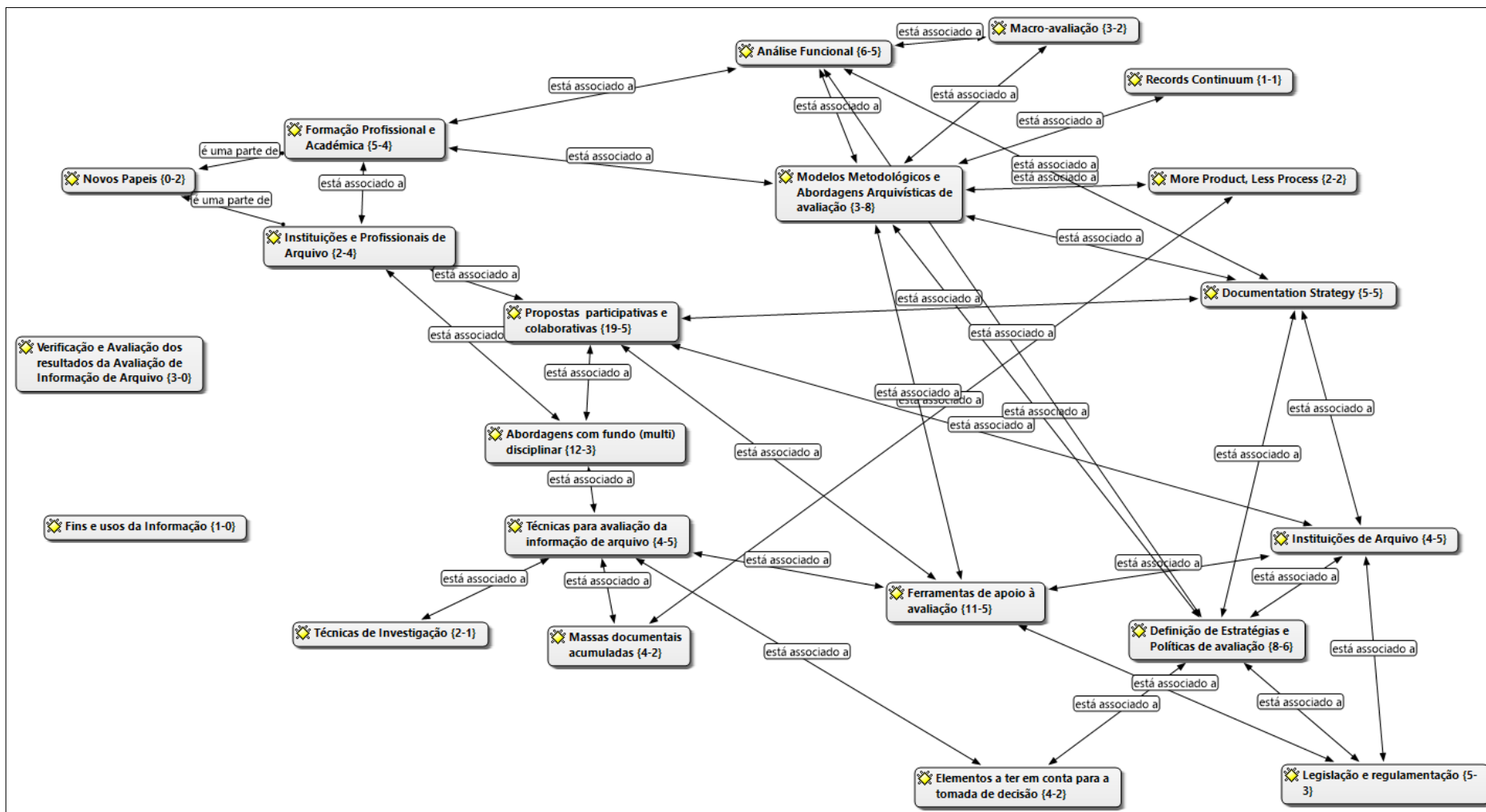


Figura 22 – As Dimensões das Soluções e Propostas e a sua Rede de Ligações
 FONTE: Elaboração própria (2020)

8. PROPOSTAS E CONCLUSÕES

Finalmente, neste capítulo, e em contraste com o quadro teórico e técnico a nível internacional apresentado no capítulo 3, é formulado, sugerido e sistematizado um conjunto de propostas e princípios para lidar com a avaliação da informação de arquivo, que se sustentam nos elementos que emergiram da análise apresentada nos capítulos anteriores, e que possam servir de apoio à avaliação de informação de arquivo, tendo também em conta os aspetos comuns e peculiaridades da informação de arquivo eletrónica, em cumprimento do nono objetivo específico. Para além disso, é feita uma recapitulação do que se alcançou em termos de cumprimento de objetivos, indicando os meios utilizados, as limitações e as dificuldades sentidas, e apresenta ainda as sugestões e expectativas para o desenvolvimento de linhas de investigação futura.

8.1. Propostas e Princípios

À luz do que se expôs nos capítulos anteriores, e em contraste com o quadro teórico e técnico apresentado no capítulo 3, tanto a nível internacional, como a nível nacional português, propõe-se agora apresentar um conjunto de propostas e princípios sustentados nos resultados da análise e discussão desenvolvidas com o recurso ao Método da Teoria Fundamentada. Estas propostas vão no sentido das tendências que emergem nessa análise, revelando os anseios dos autores que discutiram este fenómeno no período delimitado entre 2006 e 2016, considerando-se terem sustentação no terreno empírico. Apontam-se estas propostas para que a comunidade arquivística as tome em consideração nos seus debates teóricos e as reflita pela sua incorporação nas suas práticas. Estas propostas vão seguir a

organização que resultou dessa análise. Pretende-se, assim, dar cumprimento ao nono objetivo específico.

De uma perspetiva mais abrangente, e que não se limita à realidade portuguesa, a investigação permitiu identificar que a avaliação eletrónica e a avaliação de informação em suportes analógicos não podem ser vistas como atividades/tarefas separadas, com abordagens e técnicas diferentes. Antes têm de seguir os mesmos princípios e critérios, uma vez que se trata de informação que documenta a memória da Sociedade. É neste enquadramento que se apresentam as propostas no âmbito da avaliação de informação de arquivo para Portugal.

Estas propostas tomam em consideração que a avaliação tem de deixar de assentar somente em lógicas derivadas do contexto analógico, e deve ser mais abrangente no que respeita o formato e o suporte. Estas propostas também buscam uma maior abrangência no âmbito das finalidades que estão na base dos critérios que se observam na avaliação, principalmente no setor público, e no que se considera património e memória documental da Sociedade.

No que se refere aos Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de Avaliação, já se verificou que o órgão de coordenação da política arquivística plasma o modelo da macro-avaliação com forte orientação para a análise funcional. A proposta que se apresenta não contempla que este modelo deixe de ser utilizado no âmbito da avaliação da informação de arquivo das organizações da administração pública. Com efeito, este modelo deve ser integrado numa abordagem mais abrangente, inclusiva, pluralista, multicultural, sistemática e transparente, que se estenda a toda a Sociedade e não só à Administração Pública, permitindo identificar o conjunto de valores representativos de todos os segmentos da Sociedade, as suas franjas, interpretadas como marginalidades. Esta situação implica a ampliação da equipa, que tem por missão identificar esses valores, que deve assumir uma metodologia participativa orientada para as comunidades, para garantir a representação dos múltiplos constituintes da sociedade contemporânea, que interagem entre si e que se constituem como co-criadores da informação de arquivo que vai constituir a memória coletiva da Sociedade, convergindo numa cidadania ativa.

Esta busca dos valores da Sociedade com recurso aos diversos atores sociais, recorre a premissas emanadas da *Documentation Plan*. Importa, neste ponto, abordar a questão da hierarquia de valores e de funções por grau de importância percebido (por quem). Fruto da cultura, educação e/ou formação, verifica-se que, de forma explícita ou implícita,

consciente ou inconsciente, se aplicam processos de hierarquização do que é considerado mais ou menos importante. Face a isso, realça-se a necessidade de contrapor um modelo não hierárquico em que os diversos aspetos da Sociedade sejam espelhados com idêntico grau de importância, ou seja, nenhum é mais importante que outro, ou a ser, tal terá de ser expresso claramente, justificando o porquê dessa decisão, com indicação de responsabilidade da tomada dessa decisão.

Também é necessário ter em conta que o dinamismo da Sociedade opera transformações no que se prende aos valores assumidos, à forma como as interações se processam e como os diversos aspetos da Sociedade são percecionados e, também, se vão modificando. Isto implica um constante e contínuo trabalho da equipa, em que também esta se deve ir alterando.

Com os valores, interações e aspetos mais abrangentes da Sociedade identificados, torna-se necessário trazer toda a gama de dimensões e capacidades intelectuais disponíveis para identificar e seleccionar o património documental para estabilizar a identidade social (ou comunitária) e também servir de reservatório para alimentar o ceticismo essencial como motor do progresso da Sociedade, para arquivar para a auto-constatação, a construção de identidade(s) e auto-questionamento permanente (Caron & Brown, 2013). Nessa medida, há que escolher como documentar essas interações e aspetos, seleccionar consultores, listar de onde devem ser recolhidos os registos considerados pertinentes, e identificar e aplicar as estratégias de garantia de conservação e acessibilidade do universo documental.

Isto implica uma abordagem multidisciplinar, que integre especialistas de diversas áreas do saber e representantes dos múltiplos constituintes da Sociedade, para além de profissionais de arquivo, para garantir um relato completo, plural e com múltiplos pontos de vista e contextos, dando voz às minorias, aos marginalizados que não são tão representados na documentação oficial, com vista ao empoderamento destes e para evitar a imposição, legitimação e oficialização do relato derivado dos poderes exclusivistas das elites (Cook, 2011). Esta multidisciplinariedade proporcionaria a utilização das várias arquiteturas de conhecimento para limitar a perda do conhecimento contextual e da identidade cultural das várias comunidades, e a distorção do registo histórico, e garantia que as recomendações e relatórios não terminassem apenas em discussões dentro da profissão de arquivista ou em ações individuais de profissionais de arquivo e dos seus projetos.

Implica também a colaboração intersectorial das várias entidades públicas, não públicas, organizações não-governamentais, mormente pela mão dos seus profissionais de

arquivo na identificação dos registos considerados de interesse, que existam na sua organização e as dimensões e as propriedades a terem em conta para a sua conservação e a acessibilidade, considerando as práticas de avaliação, organização e descrição. Esta colaboração estende-se também aos aspetos de partilha de conhecimento, experiências e práticas de trabalho. Implica, ainda, a necessidade de incorporar o estabelecimento de canais para facilitar a entrada na tomada de decisões por outras comunidades relevantes, algo que é facilitado pela maior abrangência do ambiente digital.

Outro aspeto a ter em consideração é o registo das evidências não-textuais, dos testemunhos orais, considerados como documento vivo. Aqui entram questões como a garantia de acrescentar as narrativas dos sujeitos da informação de arquivo, a necessidade de conservar documentos ameaçados de fontes não governamentais (como são exemplo os registos digitais de áudio e vídeo submetidos em plataformas multimédia de multinacionais, com todas as questões de reserva de direitos e risco de eliminação, mas que poderão ser considerados pertinentes para incluir no registo que sirva a compreensão e a memória da Sociedade portuguesa), as preocupações da comunidade, a identificação de funções com exigências críticas da comunidade, que estão a passar para ambientes de alto risco e áreas de atividade contestadas, em que as comunidades estão em desacordo com o governo ou outras organizações, e sobre os interesses das empresas, no sentido de os levar a prestar contas (Cumming & Picot, 2014).

Indica-se que se recorre a aspetos identificados com a *Documentation Strategy*, com largo recurso a estratégias de fomento do trabalho colaborativo e de abordagens participativas.

Sobre as abordagens de fundo multidisciplinar a usar no âmbito da investigação, e também sobre as noções e conceitos de avaliação e o papel dos arquivos na era digital, esta pode beneficiar da utilização de abordagens como a aplicação do conceito de tipologia documental de maneira automatizada como fator de contextualização social; aplicação de tipologia de utilizador à luz da teoria da estruturação para examinar as relações entre as fontes de informação sobre os utilizadores e o uso da informação de arquivo; a aplicação do conceito de atos mediadores, para estudar como a produção e o arquivo da informação afeta o seu uso contínuo e que molda o arquivo (o registo) como o encontramos e transformam os seus significados possíveis; a aplicação do conceito de rede social; a aplicação da teoria da banalidade, para alertar para a não complacência durante a avaliação, conservação e disseminação. a aplicação da teoria do *embodiment* complexo como estrutura analítica

explicativa das experiências de incapacidade; O estudo das atividades que as pessoas realizam para adquirir, organizar, conservar, recuperar, usar e controlar a distribuição de itens de informação, e para desempenhar os vários papéis de uma pessoa; com o recurso à Historiografia Digital, às Humanidades Digitais para o estudo dos produtos da informação histórica digital; aos Estudos Culturais para compreensão da cultura popular vivida e as suas relações complexas com a classe, identidade e estruturas de poder; aos Estudos Literários, à História, à Filosofia e à Crítica Textual e à Antropologia, para apoio à ampliação dos pontos de vista e descentrar o discurso das elites e dos grupos dominantes; como as abordagens derivadas da ecologia, como a aplicabilidade da teoria da utilidade à seleção, avaliação e organização de materiais de arquivo. Como é óbvio, esta lista de abordagens é exemplificativa e não se esgota aqui.

Constata-se, assim, a necessidade da ampliação do que se considera da memória documental da Sociedade também por força da ampliação do volume de registos trazidos pelo digital, e admissão de que não se limita à informação textual produzida e usada pelo setor público, empresas e outras entidades, que assumem tradicionalmente papéis de preponderância na Sociedade.

Nesta linha, a proposta implica também a emergência de novos papéis para os arquivos, que devem orientar-se para práticas mais interventivas. Implica também a ampliação do papel do órgão coordenador da política arquivística, que albergaria a responsabilidade de pôr em prática estas propostas, de identificar necessidades e orientar recursos para este efeito, dando sempre conta não só das suas ações e dos resultados, mas também de todas as ações colaborativas e participativas.

No que se refere aos profissionais de arquivo, estes devem combater a imagem disseminada de um profissional, que é apenas o curador da informação, que o produtor ou administrador avaliou como pertinente para conservação, deve também deixar de se considerar como profissional que toma decisões de avaliação com base nas tendências da Ciência Histórica ou que leva somente em conta os contextos de produção, função e atividade para discernir o valor da informação. Devem, assim, assumir um papel interventivo, que facilite a avaliação participativa com várias comunidades de cidadãos, em busca da salvaguarda da memória documental da Sociedade.

As práticas interventivas dos arquivos e dos profissionais de arquivo devem decorrer com vista à garantia de uma memória numa perspetiva patrimonial e histórica, com preocupação pelo outro e pelo futuro, à luz de uma abordagem mais abrangente do potencial

científico da informação. Para tal, é necessário que desenvolvam esforços para integrar os registos de informação eletrónicos das organizações onde exercem a sua atividade profissional.

Esses esforços passam pelo uso de estratégias de sensibilização dos trabalhadores de outras atividades profissionais, como os profissionais das tecnologias da informação, da área da gestão, no sentido de influenciar as decisões sobre aquisição e/ou adaptação dos sistemas eletrónico de informação, para que os dados que neles serão registados apresentem as qualidades e as propriedades necessárias à sua conservação e acessibilidade após o cumprimento das suas finalidades no âmbito da atividade das organizações. Passam também pela sensibilização e influência na alteração para uma cultura organizacional que preze a garantia da produção, do registo, da utilização, da tramitação, do armazenamento da informação de qualidade, para que esta seja veículo verídico das interações que pretende documentar.

Na medida em que os profissionais de arquivo se encontram, por força das circunstâncias, comprometidos contratualmente e limitados na ação, é preciso realçar a necessidade da separação entre o papel do profissional de arquivo e o papel do cientista da informação, para garantir a independência na investigação, e maior abrangência na produção e comunicação científica, no campo da busca dos valores, interações e aspetos mais abrangentes da Sociedade mas também na identificação e na seleção do património documental. Perceciona-se que, dessa forma, os profissionais de arquivo ficariam escudados contra pressões e influências da organização, por via da produção científica e emissão de orientações e diretivas sobre a informação a salvaguardar, e sobre as práticas e as técnicas a aplicar.

Em ligação com essa separação, há que considerar a diferenciação da formação profissional e académica. Nessa linha, considera-se também necessário rever e estabelecer um novo quadro de competências para os profissionais de arquivo, por forma a garantir que a avaliação seja realizada com base em conhecimento explícito, formação e experiência para a análise contextual, tendo em vista as necessidades, os usos da informação de arquivo e responsabilidades e direitos, que nela estejam manifestos ou latentes. Essa formação deve incluir um forte investimento na sensibilização para o problema da objetividade e subjetividade, e priorizar a preparação dos profissionais para o constante fluxo de mudanças provocadas pelas tecnologias da informação.

Uma vez que, como já se verificou anteriormente, a avaliação eletrónica e a avaliação de informação em suportes analógicos não podem ser vistas como atividades/tarefas separadas (assim, como as outras atividades e funções dos profissionais de arquivo), com abordagens e técnicas diferentes. Neste âmbito, defende-se que se deixe de investir em epítetos como o de Arquivista digital, que tacitamente fazem que haja uma distinção entre estes e os “arquivistas comuns” e cujo foco seria os objetos analógicos. Considera-se que esta questão vai ter de se ultrapassar com formação, sensibilização, mudando a maneira de pensar dos arquivistas e de quem colabora na avaliação.

Em alternativa, os profissionais de arquivo devem deter competências digitais mais profundas do que a simples informática na ótica do utilizador, que lhes permita compreender os modelos e arquiteturas de informação, e lógicas de programação e organização dos sistemas tecnológicos de informação da organização onde trabalham, que lhes permitam dialogar com os profissionais das tecnologias da informação, e assim influenciar e sensibilizar a forma como os sistemas devem ser planeados, desenhados e implementados.

Em suma, têm de ser tanto arquivistas de informação eletrónica como o são (eram) arquivistas de informação analógica. Quanto à formação de carácter científico-académico, devem fomentar-se as competências metodológicas e a existência de projetos de investigação intensiva, com recurso a equipas multidisciplinares, que também contribuirão para a identificação dos valores, interações e demais aspetos da Sociedade que importa documentar.

A investigação multidisciplinar também poderia almejar a descoberta de soluções para a questão dos dados nos sistemas eletrónicos de informação, legados ou não, que atualmente não permitem excisar dados considerados não pertinentes, sem pôr em causa a compreensão da informação a salvaguardar e a continuidade das operações das quais depende essa informação na atividade quotidiana das entidades, que utilizam esse sistema.

Outros estudos a promover poderiam abordar as tensões entre binómios de força, que já se mencionaram: a tensão entre os esforços para que as tecnologias digitais aceitem os constructos intelectuais baseados nas práticas arquivísticas analógicas, e a tentativa de adaptar ou recriar os constructos intelectuais da arquivística para a realidade digital emergente e dinâmica; a tensão ocorre entre o esforço de querer abrir margem para o arquivo desenvolver trabalho de valorização da informação como memória e património, e o esforço de querer limitar o papel do arquivo como uma unidade orgânica ao serviço das necessidades imediatas da instituição; a tensão verifica-se ainda entre o papel do arquivo como identificador e avaliador da informação, que é expressão da Sociedade democrática, plural,

diversa e o papel do arquivo como legitimador do *status quo* nas relações do Estado, das elites, dos grupos económicos com as comunidades locais e a população.

Propõe-se, assim a definição de estratégias e políticas de avaliação baseadas na investigação, que é necessária desenvolver sobre a Sociedade. Isto significa a procura de um conjunto de princípios partilhados, que podem servir de base a diversos métodos complementares entre si. Admite-se que não é possível recorrer a um método ou abordagem singular, mas sim a diferentes abordagens tendo em conta as diferentes situações e/ou tipos de informação.

Um projeto desta escala implica que seja expressa a sua importância para todas as partes e fazer emergir a compreensão para os possíveis atrasos e a necessidade de revisão de prazos, numa lógica de transparência da informação, com aceitação de críticas, que possam melhorar as práticas, e o próprio enquadramento teórico e técnico, à luz da prestação de contas, responsabilidade e responsabilização necessárias para a Democracia e Estado de Direito, que sirvam de motor para uma maior participação e cidadania ativa.

Mais uma vez, se indica o papel potencial que as ferramentas digitais de comunicação podem ter neste ponto. As estratégias e as políticas de avaliação têm de ser sustentadas por um enquadramento legal e normativo, que definam claramente a avaliação e a seleção, os seus objetivos e finalidades, como deve ser executada, e os resultados esperados, e que atribua, explicitamente as responsabilidades dos dirigentes governamentais, do funcionalismo público, das entidades com preponderância na Sociedade, neste âmbito. Essa legislação deve ser alvo de revisões periódicas à luz das necessidades de avaliação e documentação da memória da Sociedade e das constantes mudanças do mundo da tecnologia da informação.

No que tange às instituições de arquivo ou unidades orgânicas a quem foram atribuídas funções de arquivo, devem produzir, aplicar e rever os seus instrumentos regulamentares que incorporem a avaliação e esboçar políticas e diretrizes de atuação como impulsionadores da atividade de avaliação. Estas devem também trabalhar de acordo com o quadro normativo existente, para garantir que os valores e critérios que orientam a avaliação são aplicados adequadamente à informação de arquivo.

Na linha do que já se propôs anteriormente, estas instituições devem desenvolver relacionamentos estratégicos fortes com a gestão de topo, com os produtores de informação, com os profissionais de tecnologias de informação, incluindo parcerias com desenvolvedores

de sistemas de informação. Esta estratégia de relações também tem utilidade para garantir as propriedades e as dimensões necessárias para que a informação de arquivo seja de qualidade ainda antes dela ser registada. Precisam ainda de definir estratégias de gestão de legados analógicos e digitais, às quais a instituição ou a unidade com funções de arquivo só teve acesso ou mesmo conhecimento após cessarem as necessidades da organização no que se refere a essa informação legada.

Finalmente, e tal como se referiu, é necessário a existência de um organismo coordenador da política arquivística nacional, que garanta a definição do planeamento e a colocação em prática das propostas indicadas para garantir a documentação da Sociedade. O prestígio desta instituição é um argumento de peso para que exerça esta função com rigor transparente, fazendo esforços para que não haja um aproveitamento político ou pressões que enviesem o processo de documentação da Sociedade, pese embora a sua dependência da Administração Central do Estado e das vontades dos governantes. Daí que se considere que cabe também às associações profissionais e académicas estabelecer observatórios independentes que analisem criticamente o planeamento, a sua aplicação e os resultados derivados da avaliação. Existem ainda outros elementos a ter em conta na tomada de decisão e que se prendem com o facto de as características e a limitação das tecnologias usadas na produção, na utilização, no acesso, no armazenamento, na conservação e na disseminação da informação de arquivo terem um maior papel na definição de como as pessoas interagem com essa informação. Esta dimensão das interações das pessoas individuais e coletivas com a informação e as tecnologias que suportam essas interações, também é um aspeto a ser estudado no âmbito dos projetos de investigação.

Outros aspetos passam pela sensibilização para a salvaguarda de registos que as organizações tradicionalmente não consideram como informação de arquivo. Um exemplo é a informação dos sítios *web*, que se apresentam cada vez mais como montra preferencial das organizações e que sofrem transformações rápidas. Outro aspeto a ter em conta é a possibilidade de motivar a participação por via de vários incentivos, nomeadamente incentivos fiscais.

Acerca das técnicas para a atuação sobre os registos de informação alvo de avaliação, propõe-se que haja um esforço para sensibilizar as organizações a fazerem transitar a avaliação do fim do ciclo de vida para o seu início, devendo garantir as infraestruturas tecnológicas necessárias para esse efeito, por forma a garantir aspetos como a diferenciação de técnicas de conservação com base na indicação/decisão de valor da informação. Este

aspecto deve orientar-se não só para a informação, que será produzida ou recebida no futuro, mas também para informação que já está registada, nomeadamente aquela que possa estar numa situação de massa documental acumulada. As organizações devem também promover a formação profissional de todos os funcionários, que lidam com essa informação, com o objetivo de sensibilizar para o valor dessa informação como ativo para a organização, como património (Informação/Memória), e como elemento de documentação e representação das interações da Sociedade, que adiram a esse constante trabalho de seleção e avaliação da informação, não só como membros da organização, mas também como cidadãos e participantes na construção da memória da Sociedade. A aplicação de técnicas para a avaliação da informação deve partir da investigação, que pretende identificar o património documental a conservar independentemente da metodologia, processo ou abordagem específica de avaliação, que se possa utilizar, e essa investigação deve incluir nos seus objetivos e conjunto de resultados a produção de ferramentas que traduzam as decisões tomadas baseadas na investigação multidisciplinar e participativa, por forma a garantirem a identificação e a seleção de informação de arquivo em qualquer suporte. Estes instrumentos de apoio devem combinar uma variedade de abordagens específicas orientadas para cada contexto social e documental, como a definição de tipologias mecanicamente legíveis para melhorar as ferramentas digitais a usar na avaliação, e assim permitir analisar e processar grandes volumes de dados, incluindo o desenvolvimento de sistemas automatizados. Estas ferramentas podem assumir o carácter de instrumento legal, tal como ocorrem atualmente com as portarias de gestão documental, para que se expresse que não se trata somente de uma sugestão, mas de determinação executiva.

Sobre a verificação e a avaliação dos resultados da avaliação de arquivo, propõem-se que a investigação multidisciplinar e participativa inclua nos seus objetivos a definição de critérios e métricas de qualidade para verificação de resultados da avaliação, e os instrumentos operacionais, que permitam a identificação das dimensões de qualidade e os indicadores relacionados da informação de arquivo eletrónica e analógica. Para além disso, subscreeve-se a proposta de Bailey (2013) de que a documentação, que suporta as decisões arquivísticas, deve conter os seguintes componentes centrais: Contexto, isto é, uma explicação dos fatores estratégicos e de longo prazo, que afetam a avaliação da informação de arquivo, principalmente a sociedade e a estrutura organizacional na qual a informação de arquivo é produzida; a natureza da(s) atividade(s), que resulta na produção de informação de arquivo; a inter-relação dessas atividades/produtores com outras atividades/produtores; e

a teoria/metodologia de arquivística usada para identificar informação de arquivo com valor arquivístico (incluindo os princípios e os valores, não podendo os princípios da avaliação serem os mesmos da classificação); Descrição, ou seja, uma visão geral da natureza e dos conteúdos do universo de recursos de informação a partir da qual a informação de arquivo com valor arquivístico será identificada para preservação a longo prazo; Análise, na forma de um resumo completo do processo de avaliação, que resultou na identificação de informação de arquivo com valor arquivístico, e que deve prestar contas pela demonstração da razão de alguma informação de arquivo ter sido considerada “mais importante do que outra” e, portanto, porque é que a decisão de preservar uma e não outra foi tomada; Decisão, que conste numa declaração completa, compreensível, inequívoca e aplicável por qualquer pessoa responsável pela sua aplicação, e que identifique claramente qual informação de arquivo tem valor arquivístico e qual não tem, e, portanto, qual será preservada pelos arquivos a longo prazo e qual tem autorização para ser eliminada (Bailey, 2013).

Outra proposta prende-se com as ações decorrentes da verificação e da avaliação dos resultados da avaliação da informação de arquivo. Esta verificação deve identificar pontos a melhorar, a alterar e, se possível, corrigir, num ciclo de um projeto contínuo. Daí que às fases de planeamento, execução e verificação, se atue de acordo com o percecionado na fase de verificação e se proceda à melhoria do planeamento.

Assume-se a não definição de hierarquias no que se refere a valores, a funções, atividades, interações e aspetos da Sociedade, e também nas organizações, comunidades e entidades coletivas e/ou individuais tanto no que se refere à produção e gestão de património documental, como no que se refere ao papel de participantes na investigação, que tem como objetivo a avaliação da informação de arquivo. Esta situação pode dar origem a instrumentos de classificação, avaliação e seleção e a auxiliares de pesquisa que não sejam hierárquicos.

Apresenta-se seguidamente uma síntese das propostas no Quadro 44.

Quadro 44 – Quadro-Síntese das Propostas para a Avaliação de Informação de Arquivo

Propostas para a Avaliação de Informação de Arquivo
Propõe-se que a avaliação seja mais abrangente no que respeita o formato, o suporte, critérios, finalidades, e no que se considera património e memória documental da Sociedade.
Propõe-se que a avaliação da informação eletrónica e a avaliação da informação em suportes analógicos utilizem os mesmos princípios e critérios.
Propõe-se que o modelo de macro-avaliação, vinculado à análise funcional, seja concebido numa perspetiva integral, inclusiva, pluralista, multicultural, sistemática e transparente, de modo a que inclua toda a Sociedade.
Propõe-se que as equipas de identificação dos valores da Sociedade sejam ampliadas, com base numa metodologia participativa e numa abrangência que garanta a representatividade das várias comunidades da Sociedade.
Propõe-se que a análise de valores seja orientada para espelhar o dinamismo derivado das mudanças operadas na Sociedade, e por um modelo não hierárquico, de igualdade de importância de cada valor. Isto poderá trazer implicações nos instrumentos de classificação, de avaliação e seleção e de descrição, cuja estrutura poderá refletir esse modelo não-hierárquico.
Propõe-se que a identificação e seleção do património documental implique uma colaboração e abordagem multidisciplinar, para além dos profissionais de arquivo, e a correção de quaisquer desníveis de representação causados pelas diferenças entre elites e minorias
Propõe-se que o trabalho colaborativo e participativo, tanto da análise de valores, como da identificação e seleção do património documental, seja concebido de forma intersectorial (entidades públicas, não públicas, organizações não-governamentais, ...). A colaboração inclui a partilha de conhecimento, de experiências e de práticas de trabalho.
Propõe-se que sejam criadas condições para garantir o aumento das narrativas dos sujeitos da informação de arquivo, a conservação de registos ameaçados oriundos de fontes não governamentais, a salvaguarda dos registos relativos à prestação de contas e sobre aspetos em que as comunidades estão em desacordo com o governo ou outras organizações.
Propõe-se que a memória documental seja considerada de forma mais abrangente, em termos de suportes, formatos, tipologias e proveniência.
Propõe-se que os arquivos assumam novos papéis e práticas mais interventivas, orientadas para a garantia de uma memória numa perspetiva patrimonial e histórica, com preocupação pelo outro e pelo futuro, à luz de uma abordagem mais abrangente do potencial científico da informação.
Propõe-se a ampliação do papel do órgão coordenador no seio da avaliação orientada para a Sociedade, para que garanta a definição do planeamento e a colocação em prática das propostas indicadas para garantir a documentação da Sociedade.
Propõe-se que os profissionais de arquivo tenham um papel interventivo, facilitador da participação dos cidadãos na salvaguarda da memória documental da Sociedade.
Propõe-se que os profissionais de arquivo devam também assumir o papel de sensibilizar os outros profissionais para a importância de garantir a conservação e acessibilidade a longo prazo da informação que produzem, influenciando para a alteração da cultura organizacional.
Propõe-se a diferenciação entre o profissional e o cientista, para garantir a independência na investigação científica e na procura dos valores da Sociedade e aspetos mais importantes a ter em conta na identificação e seleção do património documental. Esta diferenciação seria em termos de formação profissional e académica e também do quadro de competências profissionais.
Propõe-se que os profissionais de arquivo adquiram e detenham competências digitais mais profundas do que a simples informática na ótica do utilizador.
Propõe-se que a formação académica fomente as competências metodológicas e a existência de projetos de investigação intensiva, com recurso a equipas multidisciplinares, para a resolução das diversas questões percecionadas.
Propõe-se que as estratégias e políticas de avaliação sejam definidas com base na investigação sobre a Sociedade, com vista a um conjunto de princípios partilhados.
Propõe-se que as estratégias e as políticas de avaliação sejam sustentadas por um enquadramento legal e normativo.
Propõe-se que as instituições de arquivo, ou unidades orgânicas a quem foram atribuídas funções de arquivo, produzam, apliquem e revejam os seus instrumentos regulamentares que incorporem a avaliação, e esbocem políticas e diretrizes de atuação como impulsionadores da atividade de avaliação.
Propõe-se que as associações profissionais e académicas estabeleçam observatórios independentes que analisem criticamente o planeamento, a sua aplicação e os resultados derivados da avaliação.
Propõe-se que as organizações não públicas, as comunidades e os cidadãos sejam motivados a participar no processo de avaliação, recorrendo a vários incentivos, nomeadamente incentivos fiscais.
Propõe-se o desenvolvimento de esforços para sensibilizar as organizações a fazerem transitar a avaliação do fim do ciclo de vida para o seu início, e promoverem a formação de todos os funcionários que lidam com a informação.
Propõe-se que a investigação multidisciplinar e participativa inclua nos seus objetivos a definição de critérios e métricas de qualidade para verificação de resultados da avaliação, e os instrumentos operacionais, que permitam a identificação das dimensões de qualidade e os indicadores relacionados da informação de arquivo eletrónica e analógica. Propõe-se que esta verificação identifique pontos a melhorar, a alterar e, se possível, corrigir, num ciclo de um projeto contínuo.

FONTE: Produção Própria (2020)

As propostas para avaliação da informação de arquivo permitiram extrair alguns princípios que se explanam em seguida, e que se sintetizam no Quadro 45.

Estes princípios tomam em consideração o que emergiu da análise no que respeita à consideração da avaliação da informação tanto para a informação de arquivo eletrónico

como para a informação de origem analógica. Assim, reitera-se que as propostas para a informação de arquivo eletrônica, e os princípios delas extraídos, só fazem sentido se apresentadas no contexto mais abrangente da avaliação de informação de arquivo, incluindo a informação de arquivo analógica. Com efeito, e de acordo com a tendência percebida a nível tecnológico, a informação de arquivo a avaliar será cada vez mais identificada como sendo a eletrônica, pelo que a tónica das abordagens e modelos de avaliação será, necessariamente, nessa informação.

- **Princípio 1. Os modelos teóricos de avaliação de informação de arquivo devem ser perspectivados também em termos utilitários.**

Os modelos teóricos não devem ser seguidos de forma dogmática, devendo estes modelos ser considerados flexíveis e maleáveis. Isto implica ultrapassar os modelos de análise somente funcionalistas, atualmente em uso. Esta noção de ultrapassagem não significa a eliminação destes modelos. Pelo contrário, deve-se procurar, e até desenvolver/propor, para este efeito, novos modelos teóricos sociais, que podem ser baseados no Interacionismo, Criticismo, Construtivismo, Teoria do Conflito, e Teoria da Mudança Social.

- **Princípio 2. A definição da política de avaliação deve ser orientada para a Sociedade.**

Esta orientação da política de avaliação deve dirigir-se tanto para as finalidades como para a representação. No âmbito das finalidades, este princípio perspectiva que a avaliação não deve ter somente em consideração um público-alvo único, nomeadamente, o “investigador”, quase sempre o historiador. Deve ter em conta a existência de uma pluralidade de públicos, e multiplicidade de interesses, e que também são sujeitos, e, logo, parte interessada, na informação que é avaliada. No que respeita a questão da representação, a política de avaliação não deve considerar somente as organizações, públicas ou privadas, mais ter uma perspectiva holística, que abranja também as comunidades, os grupos sociais, os indivíduos (cidadãos), as franjas da Sociedade, por vezes consideradas marginalidades. Deve atender à representação das ligações, relações e interações entre estes elementos e o Estado, mas também entre si.

- **Princípio 3. A avaliação deve estar baseada em ações de participação ativa.**

Deve-se promover a participação no processo de avaliação. Essa participação tem de ser orientada: cientificamente, num perfil multidisciplinar; organizacional, incluindo organismos públicos e privados; no contexto mais alargado das áreas culturais, regionais, locais, sublocais da Sociedade, incluindo as diferentes comunidades e cidadãos. Esta promoção da participação ativa deve ser integrada no apelo à cidadania participativa, que tem pertinência em começar nas escolas do ensino básico locais.

- **Princípio 4. A avaliação deve basear-se em ações colaborativas.**

Deve ser motivo de incentivo o aumento da colaboração entre instituições de arquivo, e também profissionais e académicos de arquivo e também de outras áreas culturais, sociais. A intenção é desenvolver dinâmicas entre estes, cujas sinergias permitam o avanço do conhecimento sobre a Sociedade, sempre em mutação, e das novas formas de expressão e de registo de informação, como legado que vincula um grupo ou comunidade a uma memória partilhada e sobre a qual é construído um poderoso sentimento de pertença e identidade.

- **Princípio 5. A avaliação deve garantir que a informação a conservar expressa múltiplas visões da Sociedade.**

A informação considerada com valor para conservar, tem de expressar múltiplas visões da Sociedade. Tal significa que a avaliação de informação de arquivo não deve tomar em consideração a pretensão de uma narrativa única, na perspectiva dos organismos públicos, considerada como visão oficial da Sociedade.

- **Princípio 6. A avaliação deve garantir a recolha de informação não textual.**

Isto significa que devem ser valorizadas as expressões e registos em formatos e suportes audiovisuais, virtuais, interativos, multimédia, suficientemente ricos em conteúdo e contexto. Deve-se desenvolver o registo audiovisual de informação verbalizada, nas situações em que se considere pertinente o registo oral como o testemunho de um evento ou fenómeno com significado para a Sociedade. Esta valorização não deve implicar o menosprezo das formas textuais da informação.

- **Princípio 7. A avaliação deve promover o desenvolvimento de estudos sobre a Sociedade de maneira constante.**

Estes estudos devem debruçar-se e dar a conhecer o que deve ser documentado, em termos de novos dinamismos, novas identidades comunitárias, novas impressões sobre as relações entre comunidades, organismos, empresas, lobbies, grupos de pressão. Também se incluem aqui estudos sobre novas formas de expressão e registo de informação desenvolvidas e optadas por os vários elementos constituintes da Sociedade.

- **Princípio 8. A avaliação deve orientar a organização da informação a conservar permanentemente para um modelo não hierárquico.**

Este aspeto pretende evitar que essa organização acabe por reproduzir as hierarquias da Sociedade, na perspetiva da elite, que define e legitima o que a Sociedade considera mais importante. Este tipo de organização é passível de se constatar nos planos de classificação funcionais, em que os aspetos legais, de regulamentação e de organização institucional surgem sempre antes da parte relativa às pessoas (recursos humanos) e nos últimos lugares ficam os aspetos culturais. Neste ponto, sustenta-se que se deve evitar dar mais importância aos aspetos legais, de regulamentação e de organização, do que em relação às comunidades e pessoas e aos aspetos culturais. Esta questão pode implicar estudos comparativos sobre a esquematização de planos de classificação, principalmente os que partilham uma lógica funcional.

- **Princípio 9. Os modelos teóricos de avaliação e os estudos sobre a Sociedade devem ser perspetivados como transitórios e temporários.**

Pretende-se com este princípio evitar a “cristalização” da avaliação num modelo teórico, que pode derivar de uma perceção de que o modelo é satisfatório e já não se requer qualquer melhoria ou substituição por outro modelo. De igual forma, pretende-se também evitar que os resultados dos estudos sobre a Sociedade sejam considerados conclusivos, quando o dinamismo das relações e das comunidades da Sociedade provocam a desatualização desses resultados. Tanto os modelos teóricos como a investigação científica para a avaliação devem incluir elementos necessários para a aferição da sua qualidade, cujos resultados permitam identificar pontos a melhorar, corrigir, ou mesmo indicar a falência do modelo ou a desatualização da investigação.

• **Princípio 10. A formação de profissionais e de académicos deve ser de carácter transversal.**

O último princípio que aqui se apresenta relaciona-se com os profissionais e académicos que participarão em projetos orientados para a avaliação, e, especialmente, os profissionais e académicos da arquivística. Urge que a sua formação, para além da aquisição de habilitações e competências, deva incluir uma componente transversal de sensibilização, de largo especto, para as dinâmicas e diversidade da Sociedade. Essa sensibilização constitui um recurso precioso para abrir os horizontes para a procura do significado do que é pertinente para a memória abrangente e equitativa da Sociedade, representativa de todas as comunidades.

Quadro 45 – Princípios Propostos para a Avaliação da Informação de Arquivo

Princípios	Efeitos/Impactos
Os modelos teóricos devem ser perspetivados apenas em termos utilitários	Ultrapassar os modelos de análise somente funcionalistas.
	Não eliminar modelos existentes.
	Procurar, e até desenvolver/propor, novos modelos teóricos sociais, que podem ser baseados no Interacionismo, Criticismo, Construtivismo, Teoria do Conflito, e Teoria da Mudança Social.
A definição da política de avaliação deve ser orientada para a Sociedade	Considerar os interesses de um público mais abrangente.
	Ter em conta a representação holística da Sociedade.
	Representar ligações, relações e interações entre estes elementos e o Estado, mas também entre si.
A avaliação deve estar baseada em ações de participação ativa	Promover a participação científica multidisciplinar.
	Promover a participação dos organismos públicos e privados.
	Promover a participação das áreas culturais, regionais, locais, sublocais da Sociedade.
	Apelo à cidadania que deve começar nas escolas locais.
A avaliação deve basear-se em ações colaborativas	Colaboração Institucional.
	Colaboração entre profissionais e académicos de arquivo.
	Colaboração com profissionais e académicos de outras áreas culturais, sociais.
	Desenvolver relações dinâmicas e sinergias que permitam o avanço do conhecimento sobre a Sociedade e das novas formas de expressão e de registo de informação
A avaliação deve garantir que a informação a conservar expressa múltiplas visões da Sociedade	Não tomar, como pretensão, a existência de uma narrativa única, da visão (oficial) dos organismos públicos.
A avaliação deve garantir a recolha de informação não textual	Valorizar as expressões e registos em formatos e suportes audiovisuais, virtuais, interativos, multimédia
	Registo audiovisual de informação verbalizada como o testemunho de um evento ou fenómeno com significado para a Sociedade.
	Não menosprezar as formas textuais da informação.
A avaliação deve promover o desenvolvimento de estudos sobre a Sociedade de maneira constante	Dar a conhecer o que deve ser documentado.
	Dar a conhecer novos dinamismos, novas identidades comunitárias, novas impressões sobre as relações entre comunidades, organismos, empresas, lobbies, grupos de pressão.
	Dar a conhecer novas formas de expressão e registo de informação desenvolvidas e optadas por os vários elementos constituintes da Sociedade.
A avaliação deve orientar a organização da informação a conservar permanentemente para um modelo não hierárquico	Evitar que organização da informação de arquivo representativa da memória da sociedade acabe por reproduzir as hierarquias desta, na perspetiva da elite, que define e legitima o que a sociedade considera mais importante.
	Evitar que se dê maior importância aos aspetos legais, de regulamentação e de organização, em relação às pessoas e aos aspetos culturais.
	Elaborar estudos comparativos sobre a esquematização de planos de classificação.
Os modelos teóricos de avaliação e os estudos sobre a Sociedade devem ser perspetivados como transitórios e temporários	Os Modelos teóricos e a investigação científica devem incluir elementos necessários para a aferição da sua qualidade.
	Os resultados devem identificar pontos a melhorar, corrigir, ou mesmo indicar a falência do modelo ou a desatualização da investigação.
A formação de profissionais e de académicos deve ser de carácter transversal	Sensibilização de largo espectro para as dinâmicas e diversidade da sociedade.
	Abrir os horizontes para a procura do significado do que é pertinente para a memória abrangente e equitativa da Sociedade, representativa de todas as comunidades.

FONTE: Produção própria (2020)

O conjunto de propostas termina, por agora. Admite-se que poderão existir outras propostas, diferentes ou complementares, mas não derivam da análise que se efetuou ao longo deste estudo. Nessa medida, é necessário admitir a necessidade de mais investigação, que recorra a outros dados e mesmo outras metodologias e universos. Implica também debater as questões sobre o assunto em mãos, que haja análise crítica sobre o que aqui se apresenta, como motivação para avançar o conhecimento sobre este problema e que promova a mudança do cenário verificado.

8.2. Conclusões

A avaliação da informação de arquivo é fulcral para identificação do que é (ou melhor, do que deve ser) considerado património documental e, assim, memória da Sociedade.

Esta investigação procurou analisar, de um modo evolutivo, conceptual, terminológico, teórico e tendencial, o tema da avaliação da informação de arquivo no âmbito da literatura científica internacional de ponta, dando especial ênfase à avaliação da informação de arquivo em suporte eletrónico, e assim constituir um quadro teórico que permitisse compreender as discussões que se levam a cabo na literatura científica específica em torno do fenómeno da avaliação da informação de arquivo, em termos nacionais e internacionais, num intervalo de dez anos (2006-2016), e daí inferir propostas e princípios. Este estudo efetuou-se tendo em vista, ou pretendendo perspetivar, partindo de uma análise tendencial sobre a literatura científica específica: os principais autores, projetos, iniciativas e programas a nível internacional e o seu pensamento sobre a avaliação de informação de arquivo eletrónica; o contexto da avaliação de informação de arquivo da realidade portuguesa no seio do quadro teórico e técnico internacional; que propostas e princípios para avaliação da informação de arquivo eletrónica, podem emergir da análise do pensamento, projetos e programas internacionais.

As perguntas de partida, relacionadas com esta perspetiva, procuraram buscar respostas a um problema pressentido no seio da arquivística, enquadrada na Ciência da Informação, e que decorre do fenómeno que resulta do entrosamento das questões ligadas à avaliação da informação de arquivo com a informação em suportes e formatos eletrónicos.

Para essas respostas, recorreu-se a uma abordagem qualitativa com um pendor construtivista, orientada pelo Método da Teoria Fundamentada, e procurou-se compreender o fenómeno em causa, em termos nacionais e internacionais, na perspetiva dos seus autores, por via das discussões, perceções e significados plasmados na literatura científica específica, recorrendo-se a uma análise sistemática comparada da teoria, programas e projetos de expressão internacional, no intervalo cronológico mencionado, e contrastar as perceções emergentes da análise com a realidade portuguesa.

Ao fazer-se uma análise tendencial de 10 anos sobre o tema da avaliação da informação de arquivo no âmbito da literatura científica internacional de ponta, dando especial ênfase à avaliação da informação de arquivo em suporte eletrónico, descortinou-se um cenário em que são mostrados os consensos e os dissensos, as incertezas e as certezas por detrás do que é a avaliação da informação de arquivo eletrónica.

Uma primeira conclusão, e que transparece já nos capítulos do marco teórico geral, revela um contexto imbricado em que se verifica um debate teórico que se mantém entre as perspetivas moderna e pós-moderna, dentro e fora da teoria arquivística. Simultaneamente, percebe-se, no âmbito das organizações, que os sistemas de informação existentes não estão adequados ao tratamento arquivístico, que os instrumentos arquivísticos que não se adequam à informação tal como ela se encontra nos sistemas de informação eletrónicos, a desadequação do sistema de informação analógico e do sistema de informação digital, a falta de reconhecimento destas duas realidades, a falta de diálogo entre as partes interessadas, a falta de sensibilidade dos decisores para o problema, o que redundará num risco de perda de memória institucional e, logo, de património. Percebe-se assim um dissenso entre propostas que pretendem forçar as tecnologias digitais a aceitar os construtos intelectuais baseados nas práticas arquivísticas analógicas e as propostas que querem recriar ou adaptar esses construtos para a realidade digital emergente e em constante mudança.

A segunda conclusão, e que se relaciona com a anterior, refere-se ao dissenso entre propostas que apenas se focam na avaliação da informação de arquivo da informação das organizações, e as propostas que diligenciam a avaliação para fins de património e memória representativa da Sociedade. Enquanto as primeiras orientam o papel do arquivo somente para a resolução das necessidades imediatas das organizações, as segundas promovem a abertura da avaliação, pela participação crítica das várias comunidades, com vista a desenvolver uma memória representativa e diversificada, e que exprima os valores democráticos, plurais e de diversidade da Sociedade. Esta divisão também se presta a ser

vestígio do debate entre as perspectivas modernas e as perspectivas pós-modernas. As primeiras reduzem o património e a memória documental à informação que as organizações produzem e conservam, e à perspectiva da Sociedade que é apresentada nessa informação. As segundas já procuram captar o *zeitgeist* da Sociedade, por vezes (cada vez mais) fora do contexto organizacional público.

A identificação e análise comparada dos principais programas e projetos a nível internacional sobre a avaliação da informação de arquivo, sexto objetivo específico, e em que se centra o primeiro capítulo dos resultados, permitiu demonstrar o quão falhas ou bem-sucedidas são as tentativas de aplicar, na prática, aquilo que se almeja para a avaliação, na teoria. A análise dos dados da amostra permite perceber que cada país recorre essencialmente à estratégia e/ou abordagem desenvolvida nesse/por esse país, ou que tenha uma maior tradição de implementação. Os focos dos projetos analisados podem divididos em dois polos: um mais técnico e orientado para a memória organizacional, outro mais orientado para a memória da Sociedade, o que reforça a segunda conclusão aqui apresentada. Mais uma vez, está patente a dicotomia entre as perspectivas modernas e pós-modernas.

Também se verifica que, na amostra de dados estudados, os projetos orientados para a representatividade da Sociedade transparecem maiores taxas de sucesso que os projetos mais orientados para as questões das abordagens, estratégias e instrumentos de avaliação, o que constitui um argumento para uma reflexão que penda para a defesa da ideia de que está a ocorrer a falência das propostas de perspectiva moderna.

Porém, é preciso ter em atenção que esta dicotomia, existindo, não deve esconder que as perspectivas pós-modernas, ao serem consideradas uma continuidade e não uma rotura, foram desenvolvidas como uma evolução das (ou, pelo menos, em referência às) perspectivas modernas, e contêm em si elementos que não permitem identificá-las como “puras”, no sentido de estarem intocadas pelos aspetos que se podem identificar como motivadores da falência das perspectivas modernas. Esta perceção emana dos capítulos dos resultados que tinham a finalidade de dar resposta aos objetivos específicos que pretendiam identificar os principais autores e contrastar as suas perceções e significados sobre a avaliação da informação de arquivo eletrónica e distinguir dessas perceções e significados as propostas e soluções dos autores. Daí que a falência pressentida anteriormente também é passível de ocorrer nas abordagens pós-modernas, principalmente as que se focam nos aspetos técnicos e orientados para a memória organizacional, dada a tendência menos hierárquica e mais fluída dos ambientes organizacionais atuais.

Outra conclusão, emanada também dos capítulos sobre a emergência das personagens e percepções sobre a avaliação de informação de arquivo eletrónica, o fenómeno em estudo nesta investigação, é que este se manifesta no âmbito mais alargado da avaliação de informação de arquivo, como função arquivística. Isto porque, de acordo com a análise da amostra de textos, se percebe que esta integração surge de forma tácita, o que motiva a consideração de que, para a generalidade dos autores abordados, abordar/problematizar a avaliação de informação de arquivo inclui também a informação de arquivo eletrónico.

Adicionalmente, esta análise fez transparecer um contexto em que a avaliação, na relação entre a sua teoria e a prática, ainda está a tentar encontrar os seus percursos, regras e princípios pelas quais se deve reger. É neste contexto em que se encontra reflexão sobre qual o papel do arquivista no seio da avaliação da informação de arquivo, que se pode perceber como uma procura de sentido, tanto a nível de profissão como a nível académico. Os novos tipos de informação digital, e mesmo a alteração da percepção do valor de informação que anteriormente não era considerada importante, aumentam a complexidade no fenómeno de compreensão do papel dos arquivistas. Mais uma vez, a dicotomia entre a função administrativa do arquivo derivada das propostas modernistas, e o papel social dos arquivos como repositórios criadores de memória social (de visão pós-moderna), surgem, neste cenário como exacerbadores desta complexidade.

A procura de sentido também se verificou na reflexão crítica, por parte dos teóricos, participantes e estudiosos, não só das abordagens modernas, mas também acerca das abordagens que se foram constituindo à luz do pós-modernismo, como se percebe nos estudos que problematizam a *Documentation Strategy* e a macro-avaliação. Estas abordagens transparecem também como representativas de aspetos que podem ser lidos como instabilidade no seio das abordagens, uma vez que vão sofrendo alterações com a intenção de dar resposta a problemas que as propostas iniciais dessas abordagens revelaram não conseguir resolver. Os textos da amostra permitem assim perceber que os autores manifestam que os modelos de avaliação existentes não são satisfatórios, face aos problemas e desafios ligados tanto às características dos objetos a gerir, avaliar, a tratar de acordo com o resultado dessa avaliação (multidimensionalidade, multimedialidade, interatividade, hipermedialidade e virtualidade dos registos de informação), e com o âmbito, abrangência, critérios, públicos e universo a ter em conta na orientação da avaliação (multiculturalidade e pluralidade da Sociedade, multifacetividade dos fenómenos da realidade). Percebe-se que os objetos de informação a gerir revelam também eles uma dimensão de pluralidade

enquadrada pela evolução dos ambientes digitais e democratização da sua produção, o que influencia criticamente a avaliação da informação de arquivo e, inclusive nesta, a avaliação da informação de arquivo eletrónica.

As propostas que os autores fazem transparecer, no âmbito do objetivo sobre a distinção das suas propostas de soluções, indiciam que o trabalho de arquivista não pode ser solitário, devendo desenvolver a avaliação com um conjunto de atores, numa rede colaborativa e pluralista em termos de participantes, seja com outras entidades/organismos arquivísticos, seja com outros profissionais de arquivo, seja com outras partes interessadas, incluindo as que são objeto da informação, e mesmo as partes que antes não surgiam nos relatos da memória, como as franjas da Sociedade, interpretadas como marginalidades. Este aspeto traz novamente à liça a questão do papel dos arquivistas, que deve ser contextualizado no âmbito desta rede de atores, até como forma de combater o risco de entropia em que pode cair a busca de significado.

A pluralidade também concorre, como se indicou anteriormente, no registo da memória, em termos de representatividade da Sociedade e das múltiplas perspetivas e significados, por vezes contraditórios, sobre os fenómenos que nela decorrem, por conta das relações e interações entre os seus elementos constituintes/participantes, e para lá das linhas e posições hierárquicas. Tal encontra-se necessariamente imbricado nos princípios Democráticos, Cidadania e do Estado de Direito, como a transparência, responsabilização e prestação de contas das entidades públicas e privadas; a inclusão de todos os membros e comunidades que enquadram a Sociedade; e a liberdade de acesso, distribuição e partilha de recursos de informação. Faz sentido, nesta lógica pluralista, que a procura de um registo abrangente da memória da Sociedade, recorra à análise da Sociedade, e não só à análise do conteúdo e/ou do contexto de produção/utilização. E, ainda na senda da pluralidade, esta análise social, que se pretende multi-perspetiva e multi-significado, deve ter um fundo científico multi/trans/inter-disciplinar.

A pluralidade também foi percecionada, nos textos estudados, em relação as abordagens/estratégias/métodos/modelos, por vezes concebidas com a pretensão de serem abrangentes, mas desenvolvidas pensando num determinado contexto ou finalidades específicas, podem não ser eficazes noutro contexto e/ou não oferecerem soluções a problemas específicos de outras realidades. Consequentemente, defende-se que não é possível a existência de um modelo único para abordar a avaliação da informação de arquivo no geral, e da informação de arquivo eletrónica em específico. Deve-se, antes, percecionar

diferentes abordagens de avaliação a aplicar em cada situação e/ou tipo de informação, como uma construção de uma ferramenta a utilizar em determinado contexto, e não como um instrumento multiusos.

A análise do contexto português, derivado do objetivo específico que pretendia analisar, numa perspetiva evolutiva e crítica, a avaliação da informação de arquivo neste país, permitiu perceber um contexto em que vigora um modelo de avaliação oriundo do órgão coordenador da política arquivística nacional e que pretende chegar a toda a administração pública, e que se baseia em critérios legais, fiscais, gestionários, ou utilidade administrativa. Transparece assim uma abordagem que se identifica com princípios derivados de modelos funcionais de avaliação e, ao mesmo tempo, não se conseguiu perceber como finalidade crítica, atender a princípios de salvaguarda da memória do Estado e, mais abrangente, a memória coletiva da Sociedade Portuguesa. Para além disso, não se verificou, em contraste com os princípios Democráticos e do Estado de Direito ligados à transparência, responsabilização e prestação de contas públicas, a existência de relatórios que apresentem informação de carácter quantitativo e qualitativo sobre a execução das ações de avaliação e eliminação de informação de arquivo que resultam desse modelo. Tais relatórios deveriam emanar não só do organismo coordenador, como dos organismos que executaram a avaliação e eliminação.

Face a este cenário, e considerando-se a possibilidade da avaliação se poder reger por princípios universais, e passíveis de normalização, verificou-se o surgimento, no fim de 2018, de uma norma internacional dedicada à avaliação, e que foi analisada também no contexto das propostas para avaliação de informação de arquivo. Verificou-se, no entanto, que esta norma ISO/TR 21946:2018 (ISO, 2018) se enquadra numa perspetiva funcional orientada para a gestão de informação de arquivo dos organismos, não mitigando as faltas percebidas na abordagem aplicada na administração pública portuguesa.

Daí que as propostas e princípios propostos para avaliação de informação apresentadas anteriormente, resultantes do contraste com a análise das perceções dos autores estudados, e que vão ao encontro do último objetivo específico de formulação e sistematização de propostas e enunciação de princípios para a avaliação da informação de arquivo eletrónica, sustentadas nos elementos que emergiram da análise, constituem elementos que podem servir de base para diversos métodos complementares, e serem tidas em conta na altura de definir os modelos para avaliação de informação de arquivo eletrónica para cada situação específica.

As propostas e princípios inclinam-se para o desenvolvimento de abordagens que sigam princípios orientados para uma maior abrangência, inclusão, pluralismo, multiculturalidade, sistematização, transparência, extensiva a toda a Sociedade, com recurso à capacitação de todos participantes (indivíduos, comunidades, organismos, incluindo os arquivistas), por via da formação e educação formais (incluindo educação cívica), para identificação dos valores, dimensões, e perspetivas da Sociedade, e os registos que constituem a sua memória documental.

Crê-se assim ter tomado conhecimento das discussões em torno do fenómeno da avaliação em termos internacionais e nacionais, na literatura científica internacional de ponta, entre 2006 e 2016. Ao efetuar-se a análise da teoria e das tendências deste tema, procurando enfatizar a informação de arquivo eletrónica, teve-se sempre a noção de que as perceções emergentes estavam contextualizadas na amostra delimitada pelas publicações consideradas pertinentes, pelo limite cronológico, e pela análise desenvolvida em sede da escala de Likert. Isto significa que a análise de outra amostra de literatura científica, resultante de outros critérios de definição de amostra de dados, poderia tanto ter dado a conhecer outras perceções e outros pontos de vista sobre o fenómeno em estudo, como fazer transparecer os projetos, os autores e as perceções que surgiram no âmbito deste estudo. E esse resultado poderia ter dado azo ao surgimento de outras propostas e princípios para a avaliação de informação, ou das mesmas que foram aqui apresentadas. Assim, o grau de cumprimento das propostas explanadas nos objetivos específicos relativos aos programas, projetos e iniciativas, aos autores e as suas perceções, à análise da realidade portuguesa no quadro do contexto teórico e técnico, e, finalmente às propostas e princípios para a avaliação de informação de arquivo eletrónica que foram elaborados com os dados obtidos, esteve sempre delimitado pela amostra que foi analisada.

Sobre este último objetivo específico, considera-se necessário indicar que a análise da amostra resultou na perceção de que as propostas e princípios para a informação de arquivo eletrónica só fazem sentido se apresentadas no contexto mais abrangente da avaliação de informação de arquivo. Com efeito, e de acordo com a tendência percecionada a nível tecnológico, a informação de arquivo a avaliar será cada vez mais identificada como sendo a eletrónica, pelo que a tónica das abordagens e modelos de avaliação será, necessariamente, nessa informação. Assim, considera-se que se foi mais abrangente em termos da informação de arquivo a avaliar e, assim, se foi além do que pretendia o objetivo.

Fica de fora qualquer pretensão de apresentar um modelo de avaliação de informação

de arquivo eletrônico, que apresente incisivamente requisitos a que essa avaliação tem de obedecer. A análise da amostra em estudo fez transparecer a inviabilidade de um modelo único para avaliação de informação de arquivo, devendo desenvolver-se abordagens de acordo com o contexto e/ou tipo de informação. Qualquer requisito de um modelo que se pretendesse uniformizador correria o risco de se tornar obsoleto e desadequado, por ser impossível predeterminar a evolução da Sociedade da(s) sua(s) cultura(s), das escolhas e interações dos seus elementos constituintes, e das opções tecnológicas para o registo de informação. Se as propostas e princípios que aqui se apresentam tivessem sido formuladas como um modelo (estático), estariam feridas por serem dogmáticas, e porque, ao estarem vinculadas a uma análise de textos contextualizados geo-temporalmente, carregariam o risco, anteriormente indicado, de serem consideradas obsoletas e desadequadas.

Face ao título deste estudo, reitera-se o que se indicou na Introdução, sobre este estudo não pretender apresentar um modelo de avaliação, mas sim aplicar/utilizar um modelo de análise científico (dos estudos) sobre avaliação. Tal aspeto denota-se particularmente pelo facto de a investigação ter servido para mostrar que não há um consenso manifesto sobre um único modelo de avaliação aplicável a todos os casos.

Ao se ter optado pela apresentação de propostas e princípios, considerou-se estar a apresentar um contributo, não só para os modelos e abordagens que possam vir a ser desenvolvidos, mas também para o debate teórico que decorre.

Este terá sido o primeiro estudo, desenvolvido em Portugal, a abordar a avaliação de informação de arquivo eletrônico, e a desenvolver propostas e princípios para tal. A produção académica vinculada a programas universitários de mestrado e doutoramento sobre a problemática da avaliação da informação de arquivo que se analisou como perspetivas e estudos académicos nos subcapítulos 3.5 e 3.6, no âmbito das Estratégias e/ou Abordagens de Portugal e outros países, permitiram realizar uma análise da qual emergiu o ponto de situação do estado da questão, que levou à considerar que se justifica o desenvolvimento desta investigação que aqui se apresenta, e em que medida ela irá contribuir (ou pretende contribuir) para o avanço do que se conhece sobre o tema. Constituem, assim, um conjunto de estudos prévios que contextualiza esta investigação, e serve de demonstração da sua originalidade. No entanto, importa indicar que, apesar da sua origem académica, revelam ser sobretudo estudos de natureza técnica muito assentes em estudos de caso e mais centrados nos aspetos técnicos e profissionais. A análise faz transparecer que, pelo menos nesta amostra, os estudos não se focam nos aspetos mais abstratos, epistemológicos, não se

orientando para discutir os fundamentos, os princípios, os requisitos e os critérios de avaliação de informação em arquivo.

8.3. Linhas Futuras de Investigação

Tendo este estudo um carácter exploratório, o seu desenvolvimento esboçou várias questões e temas aflorados, com pertinência para desenvolvimento de investigação futura, no seguimento deste estudo.

Em primeiro lugar, e numa perspetiva metodológica, propõe-se a exploração de outras amostras de dados específicas, enquadradas noutras coordenadas geo-cronológicas. Isto permitirá verificar se as perceções que esta investigação fez transparecer são consensuais, se se percecionam outros problemas, críticas, propostas e soluções no âmbito do fenómeno da avaliação de informação de arquivo, e especificamente no que tange a informação de arquivo eletrónico. Por outro lado, isto também permitirá percecionar a evolução das tendências relativamente a esta problemática, em recorte cronológico subsequente ao do designado para recolher a amostra. Recordar-se que o recorte cronológico foi definido tendo em consideração as questões de estabilidade da amostra, pela impossibilidade de se proceder a constante atualização da revisão da literatura e reformulação das tabelas e o texto resultante da análise, em virtude do Método da Teoria Fundamentada, e também a dificuldade de se conseguir encontrar resultados e consequências dos modelos, abordagens, estratégias em projetos mais recentes, o que impossibilitava a sua avaliação.

Também numa perspetiva metodológica, e com uma relação forte com a proposta anterior, sugere-se a ampliação da análise das redes que emergiram da análise das perceções acerca da avaliação de informação de arquivo, com o fim de aprofundar o conhecimento das ligações entre as várias dimensões e categorias e caracterizar as suas relações.

Outro caminho de investigação, provavelmente mais óbvio que os anteriores, pode passar pela operacionalização das propostas e princípios, no contexto do desenvolvimento de modelos de avaliação de informação de arquivo. Esta operacionalização passa pela apresentação de propostas de instrumentos e estratégias para planificação, aplicação e avaliação de projetos, que se coadunem com as propostas e princípios derivados deste estudo.

No entanto, queda a questão de saber se os modelos e ferramentas desenhados para avaliação serão considerados pertinentes pelas gerações futuras ou, antes, sofram das mesmas críticas que são apontadas aos modelos e ferramentas estudadas, no que respeita à compreensão da Sociedade de que o património documental constitui memória, e sobre a perspectiva em que essa memória assenta. Isto implica estudos sobre como o resultado da operacionalização das propostas e princípios – os modelos de avaliação de informação de arquivo eletrónico – são percebidos pelas partes interessadas. Embora estes estudos só permitam conhecer as percepções atuais, o desenvolvimento continuado de estudos deste tipo ao longo do tempo, permitirá trazer luzes sobre a evolução das tendências das perspectivas.

Este aspeto traz à liça a questão de como se pode garantir, que elementos são necessários, para se conseguir chegar a uma representação equitativa da memória social da comunidade com um todo. Tal requer estudos aprofundados, de carácter multidisciplinar e com recurso a metodologia variada. Este tipo de estudos pode, em última análise, estender-se às questões de âmbito epistemológico, pela problematização da Ciência como intérprete da Sociedade.

Outro assunto com pertinência passa pelos estudos que permitam perceber o entendimento dos órgãos coordenadores das políticas arquivísticas dos diferentes países, no que respeita a questão da avaliação de informação de arquivo eletrónico, e os instrumentos e orientações desenvolvidos para esse efeito. Aqui também se inclui a procura (nesses entendimentos, instrumentos e orientações) do lugar da memória representativa, abrangente e equitativa da Sociedade, ou seja, o que concebido e aplicado para garantir esse aspeto, à luz dos princípios democráticos. Teria também interesse verificar a possibilidade de coadunar esse entendimento, instrumentos e orientações, com as propostas apresentadas por esta investigação.

Outra sugestão passa pela questão da formação dos profissionais de arquivo. Neste âmbito, propõem-se estudos sobre como a questão da informação de arquivo eletrónica e a sua avaliação é abordada nos currículos académicos e também de formação profissional. Estes estudos podem incluir não só os programas das unidades curriculares, mas também o contacto com os profissionais, os discentes e docentes. Adicionalmente, e também no âmbito da formação, os estudos também poderiam abranger a intersecção das questões da informação de arquivo eletrónico e da memória abrangente e equitativa da Sociedade, representativa de todas as comunidades.

Sugere-se também o desenvolvimento de estudos de caso que permitam conhecer

como as organizações públicas e privadas, principalmente em Portugal, concebem e lidam com a informação de arquivo eletrónica e de que modo a integram nas suas políticas de informação e a gerem em termos arquivísticos, incluindo as medidas tomadas para a sua avaliação e seleção. Não se consideram estranhas a estes estudos, investigações que abordem a questão na perspectiva da cultura organizacional e comportamento informacional. Estes estudos de caso podem, posteriormente, ser conjugados em análises comparativas para se perceber as tendências em termos de práticas de gestão, incluindo a avaliação, da informação de arquivo eletrónico. Outra abordagem, ainda no âmbito organizacional, pode prender-se com estudos relativos à conexão da informação de arquivo eletrónico com a memória organização e, ainda, desta memória organizacional com o âmbito mais alargado da memória documental da Sociedade.

Outra linha de investigação pode passar pelos estudos orientados à interpretação rizomática da avaliação. A lógica rizomática, baseada no conceito de rizoma “imagem do pensamento” de Deleuze e Guattari (1980), pauta-se pela ausência de subordinação hierárquica ou qualquer tipo de assimetria no que respeita às relações entre os participantes, e também em termos de valores, interações e perspectivas da Sociedade. Ora, se as abordagens dos construtos da arquivística analógica se baseiam sobretudo em sistemas taxonómicos (hierárquicos), ao passo que a realidade digital fomenta uma abordagem em rede, é possível que o rizoma seja o marco necessário (não confundir com o meio termo, uma vez que o contentamento pelo mediano pode ser uma consagração da mediocridade), para ir mais além e perspetivar a resolução e ultrapassagem da estagnação das relações biunívocas e a lógica binária da dicotomia, que caracteriza a tensão entre as duas forças. Outras relações biunívocas, de carácter assimétrico, porque hierárquico, estão representadas pela relação entre as forças, que defendem que o Conhecimento arquivístico tem de se abrir para a valorização da memória e do património da Sociedade, e a força que tende a limitar o arquivo a um papel burocrático ao serviço das necessidades e interesses da organização. Outra relação biunívoca existe também entre a força, que configura o arquivo como identificador da informação que reflete a Sociedade plural em todos os seus contornos e a força que defende o arquivo como legitimador *do status quo* no âmbito da distribuição de poder e autoridade na Sociedade. Para além disso, o modelo rizomático, sendo descentralizado, propõe uma organização, que também é um método para exercer uma resistência contra um modelo hierárquico, que traduz uma estrutura social opressiva. Daí que o conceito de rizoma poderá também servir de base à maneira de relacionar, organizar e reorganizar constantemente os valores, as funções, as

atividades, as interações e os aspetos da Sociedade a serem documentados pelo ato de avaliar. Também pode servir de base à interpretação, à organização e à reorganização das relações entre Organizações, comunidades e entidades coletivas e/ou individuais tanto no que se refere à produção e à gestão de património documental, como no que se refere ao papel de participantes na investigação, que tem como objetivo a avaliação da informação de arquivo. A lógica rizomática poderá garantir o carácter de multiplicidade necessária para que a representação da Sociedade evolua permanentemente e fora de qualquer dogma, tal como a Sociedade evolui, numa direção inesperada e sem fim predeterminado. Ou seja, pode-se estudar, problematizar e utilizar este conceito com o objetivo de valorizar o fenómeno de refazer, de melhorar o projeto de avaliação, para que este, tal como a Sociedade, seja dinâmico e não cristalize.

Percebe-se, desta forma, que este estudo, mais do que certezas, tem continuidades possíveis naquilo que ainda se nos encontra como indefinido, pelo que se completa somente na investigação que lhe for consequente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, J. P. L. de. (2017). *Existir em bits : gênese e processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão e seus desafios à teoria arquivística* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Obtido de <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/10837>
- Academia.edu. (2020). Rachel Bates (nee Anchor). Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://leicester.academia.edu/RachelAnchor>
- AENOR. (2016). *UNE-ISO 15489-1:2016 Información y documentación - Gestión de documentos - Parte 1: Generalidades* (1.^a ed.). Madrid: Asociación Española de Normalización e Certificación.
- Ajuntament de Girona. (2013). Girona Open Data. Obtido 15 de Julho de 2020, de <https://www.girona.cat/opendata/>
- Allen, I. E., & Seaman, C. A. (2007). Likert Scales and Data Analyses. *Quality Progress - The official publication of ASQ*.
- Allen, M. B. (1992). Intergovernmental Records in the United States: Experiments in Description and Appraisal. *Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists*, 8(2), 99–103.
- Allen, M. B. (1997). Crossing Boundaries: Intergovernmental Records Cooperation, 1987–1997. *American Archivist*, 60(2), 216–233.
- Alves, I. (Ed.). (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação.
- Amorim, A. A. V. C. de. (2011). *Arquivos e Informação: os caminhos da gestão de documentos na Universidade Federal da Paraíba* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Obtido de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3910>
- An, X. (2003). An integrated approach to records management. *Information Management*, 37(4), 24–30.
- Anchor, R. (2013). ‘More product, less process’: method, madness or practice? *Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association*, 34(2), 156–174. <https://doi.org/10.1080/23257962.2013.818937>
- Anderson, R. J. (2005). Difficult to Document: The History of Physics and Allied Fields in Industrial and Government Labs. *Journal of Archival Organization*,

- 3(1), 7–21. https://doi.org/10.1300/j201v03n01_02
- António, J. (2009). *Desafios Profissionais da Gestão Documental*. Lisboa: Colibri.
- Araújo, C. A. Á. (2013). O que é Ciência da Informação? *Informação & Informação*, 19(1), 1–30. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p01>
- Arendt, H. (1963). *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*. New York: Viking Press.
- ARMA International. (2007). *Glossary of Records and Information Management Terms* (3a ed.). Lenexa, KS: ARMA International. Obtido de <https://web.archive.org/web/20130928220535/http://archive.arma.org/standards/glossaryw2/index.cfm?allTerms=true>
- Arquivo Nacional. (2005). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Casa Civil, Presidência da República, Arquivo Nacional.
- Arreguy, C. A. C. (2016). *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (Brasil).
- Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. (2006). Colaboradores. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, (2), 113–114.
- Association Internationale des Archives Francophones. (2015). PIAF 2.0 Portail International Archivistique Française. Glossaire. Obtido 13 de Dezembro de 2016, de <http://www.piaf-archives.org/se-former/le-glossaire>
- Association of Canadian Archivists. (2015). ACA Award Recipient Biographies. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://web.archive.org/web/20150204214912/http://archivists.ca/content/aca-award-recipient-biographies>
- Association of Canadian Archivists. (2020). *Archivaria: Journal of the Association of Canadian Archivists*. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://archivaria.ca>
- Australian Research Council Linkage. (2008). *Koorie Archiving: Trust and Technology - Final report*. Melbourne: Monash University. Obtido de <https://www.monash.edu/it/our-research/research-centres-and-labs/cosi/projects/completed-projects/trust/final-report>
- Badgley, K., & Meunier, C. (2005). Macroappraisal, the Next Frontier: An Approach for Appraising Large and Complex Government Institutions. *Archival Science*, 5(2), 261–283. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9016-9>
- Bailey, C. A. (2006). Turning Macro-appraisal Decisions into Archival Holdings: Crafting Function-based Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records. *Archivaria*, 61(Spring 2006), 147–179.
- Bailey, C. A. (2013). Past Imperfect? Reflections on the Evolution of Canadian Federal Government Records Appraisal. *Archivaria*, 75(Spring 2013), 5–47.
- Baillargeon, D. (2007). Avant-propos: Les archives, un patrimoine clé pour la culture. *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec*, 39(2), 153–168.
- Barbedo, F., & Corujo, L. (2012). *MetaInformação para interoperabilidade - MIP* (1.0c). Lisboa: Direção-Geral de Arquivos. Obtido de http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/MIP_v1-

Oc.pdf

- Barbedo, F., Corujo, L., & Sant'Ana, M. (2011). *Recomendações para a Produção de Planos de Preservação Digital*. Lisboa: DGARQ.
- Bass, J. (2013). A PIM Perspective: Leveraging Personal Information Management Research in the Archiving of Personal Digital Records. *Archivaria*, 75(Spring 2013), 49–76.
- Bastian, J. (2006). Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation. *Archival Science*, 6(3/4), 267–284.
- Bastian, J. (2009). Flowers for Homestead: A Case Study in Archives and Collective Memory. *American Archivist*, 72(1), 113–132. <https://doi.org/10.17723/aarc.72.1.k751734304667050>
- Baudrillard, J. (1991). *La Guerra del Golfo no ha tenido lugar*. Barcelona: Anagrama.
- Bautier, R. H. (1968). La Phase Cruciale de l'Histoire des Archives: La Constitution des Dépôts d'Archives et la Naissance de l'Archivistique (XVI - Début du XIX siècle). *Archivum*, XVIII, 19–129.
- Bearman, D. (1989a). *Archival Methods – Archives and Museum Informatics Technical Report #9*. Pittsburgh: Archives and Museum Informatics. Obtido de http://www.archimuse.com/publishing/archival_methods/#ixzz2vA8oifsf
- Bearman, D. (1989b). Archives and Manuscript Control with Bibliographic Utilities: Challenges and Opportunities. *American Archivist*, 52(1), 26–39.
- Bearman, D. (1992). Diplomats, Weberian bureaucracy, and the management of electronic records in Europe and America. *American Archivist*, 55(1), 168–181. <http://dx.doi.org/10.17723/aarc.55.1.240053825k3v3648>
- Bearman, D. (1996). Item level control and electronic recordkeeping. *Archives and Museum Informatics*, 10(3), 195–245. <https://doi.org/10.1007/BF02802369>
- Bearman, D. (1999). Reality and Chimeras in the Preservation of Electronic Records. *D-Lib Magazine*, 5(4). <https://doi.org/10.1045/april99-bearman>
- Bearman, D. A., & Lytle, R. H. (1986). The Power of the Principle of Provenance. *Archivaria*, 21((Winter 1985-86)), 14–27.
- Beaven, B. P. N. (2005). “But am I Getting My Records?” Squaring the Circle with Terms and Conditions Expressed in Relation to Function and Activity. *Archival Science*, 5(2–4), 315–341. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9004-0>
- Bellotto, H. L. (1990). Arquivos Públicos: Avaliação e eliminação de documentos. *Ciência e Cultura (Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)*, 42(10), 745–749.
- Bellotto, H. L. (2008). *Arquivos permanentes tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Beneito Arias, P. (2008). Appraising the value of statistical records of the European Central Bank for retention scheduling purposes. *Records Management Journal*, 18(3), 205–220. <https://doi.org/10.1108/09565690810916456>
- Boles, F., & Young, J. M. (1991). *Archival appraisal*. New York: Neal-Schuman Publishers.
- Bonal Zazo, J. L. (2000a). La investigación universitaria sobre archivos y Archivística en España a través de las tesis doctorales. *Cuadernos de documentación*

- multimedia*, (10), 351–358.
- Bonal Zazo, J. L. (2000b). La normalización: Base del análisis documental en los archivos. *Scire: Representación y organización del conocimiento*, 6(1), 55–75.
- Bonal Zazo, J. L., & Lorenzo-Cáceres, M. del P. O. (2001). Archivos en línea: formatos de difusión de información archivística en Internet. *Biblios: Journal of Librarianship and Information Science*, (8).
- Booms, H. (1987). Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of archival sources. *Archivaria*, 24(Summer 1987), 69–107.
- Booms, H. (1991). Überlieferungsbildung: Keeping Archives as a Social and Political Activity. *Archivaria*, 33(Winter 1991-92), 25–33.
- Booms, H. (2001). Ordre social et constitution du patrimoine archivistique. A propôs de l'évaluation des sources d'archives. *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec*, 33(3/4), 7–44.
- Borko, H. (1968). Information Science: What Is It? *American Documentation*, 19(1), 3–5.
- Bowen, G. A. (2009). Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Brenneke, A. (1953). *Arkivkunde. Ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des Europäischen Archivwesens, bearbeit.* Leipzig: Koehler und Amelang.
- Brochu, S. (2019). *Archivage et transmission des films de famille dans l'environnement numérique* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Montréal, Montréal. Obtido de <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/handle/1866/21911>
- Brothman, B. (1999). Declining Derrida: integrity, tensegrity, and the preservation of archives from deconstruction. *Archivaria*, 48(Fall 1999), 64–88.
- Brothman, B. (2001). The past that archives keep: memory, history, and the preservation of archival records. *Archivaria*, 51(Spring 2001), 48–80.
- Brothman, B. (2007). Ordenes de valores: cuestionando los términos teóricos de la práctica archivística. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, (10), 27–58.
- Brown, R. (1992). Records Acquisition Strategy and its Theoretical Foundation: The Case for a Concept of Archival Hermeneutics. *Archivaria*, 33(Winter 1991-92), 34–56.
- Bryant, A. (2002). Re-grounding grounded theory. *Journal of Information Technology Theory and Application*, 4(1), 25–42.
- Bryant, A. (2003). A constructive/ist response to Glaser. *FQS: Forum for Qualitative Social Research*, 4(1). Obtido de <http://www.qualitativeresearch.net/fqs-texte/1-03/1-03bryant-e.htm>
- Bryant, A. (2009). Grounded theory and pragmatism: The curious case of Anselm Strauss. *FQS: Forum for Qualitative Social Research*, 10.
- Bryant, A. (2017). *Grounded Theory and Grounded Theorizing: Pragmatism in Research Practice*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199922604.001.0001>
- Bryant, A., & Charmaz, K. (2007). Grounded theory in historical perspective: An

- epistemological account. Em A. Bryant & K. Charmaz (Eds.), *The SAGE Handbook of Grounded Theory* (pp. 31–57). London: Sage.
- Buckland, M. (1991). Information as a Thing. *Journal of the American Society for Information Science*, 42(5), 351–360.
- Bureau of Canadian Archivists. (2008). *Rules for Archival Description* (ed. revista). Ottawa, Canada: Bureau of Canadian Archivists.
- Bush, V. (1945, Julho). As We May Think. *Atlantic Monthly*, (176), 101–108.
- Cadilhe, M. S. dos S. (2013). *A avaliação da informação da Escola Superior de Tecnologia de Saúde do Porto: estudo de caso* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/69012>
- Campanhoudt, L. V., & Quivy, R. (2011). *Manuel de recherche en sciences sociales*. Paris: Dunod.
- Campillo Torres, I. (2010). *Sistema de gestión integral de documentos de archivo para empresas de la construcción del territorio de Camagüey* (Tese de Doutoramento). Universidad de Granada, Granada. Obtido de <http://digibug.ugr.es/handle/10481/15408>
- Canadian Public Sector Excellence Network. (2015). Daniel J. Caron. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://web.archive.org/web/20150711130036/http://www.cpsen.ca/past-fairs/opsqf-2014/program-2014/41-public/165-daniel-j-caron>
- Candeias, M. S. A. (2016). *O arquivo da Unidade de Saúde Pública do ACES Lisboa Norte - proposta de avaliação e orientações* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Obtido de <https://run.unl.pt/handle/10362/19764>
- Capurro, R. (2003). Epistemologia e Ciência da Informação. Apresentado na V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte (Brasil): Universidade Federal de Minas Gerais. Obtido de http://www.capurro.de/enancib_p.htm
- Capurro, R. (2008). Pasado, presente y futuro de la noción de información (pp. 1–26). Apresentado na Primer Encuentro Internacional de Expertos en Teorías de la Información. Un enfoque interdisciplinar, Leon (Espanha): BITrum. Obtido de <http://www.capurro.de/leon.pdf>
- Caron, D. J., & Brown, R. (2011). The Documentary Moment in the Digital Age: Establishing New Value Propositions for Public Memory. *Archivaria*, 71(Spring 2011), 1–20.
- Caron, D. J., & Brown, R. (2013). Appraising Content for Value in the New World: Establishing Expedient Documentary Presence. *American Archivist*, 76(1), 135–173.
- Caron, D. J., & Kellerhals, A. (2011). Supporting Democratic Values Through a Relevant Documentary Foundation – An Evolutionary Complex. *Archivaria*, 71(Spring 2011), 99–134.
- Caron, D. J., & Kellerhals, A. (2013). Archiving for self-ascertainment, identity-building and permanent self-questioning: archives between scepticism and certitude. *Archival Science*, 13(2/3), 207–216. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9189-y>

- Carvalho, W. P. de. (2012). *Arquivos universitários de entidades públicas de ensino superior do Rio de Janeiro: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro. Obtido de <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/765>
- Carvalho, E. de S. (2010). *O impacto da gestão de documentos no processo de produção digital da TV Senado* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. Obtido de <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000157271>
- Carvalho, F., Neves, H., Gago, R., & Lourenço, A. (2016). *FT5 - Aplicação de uma tabela de seleção*. Lisboa: DGLAB.
- Casanova, E. (1928). *Archivistica*. Stab. arti grafiche Lazzeri.
- Casellas Serra, L. E. (2014). The mapping, selecting and opening of data: The records management contribution to the Open Data project in Girona City Council. *Records Management Journal*, 24(2), 87–98. <https://doi.org/10.1108/RMJ-01-2014-0008>
- Caswell, M. (2009). Instant Documentation: Cell-Phone-Generated Records in the Archives. *American Archivist*, 72(1), 133–145. <https://doi.org/10.17723/aarc.72.1.k7186478626823x9>
- Caswell, M. (2010). Hannah Arendt's World: Bureaucracy, Documentation, and Banal Evil. *Archivaria*, 70(Fall 2010), 1–25.
- Ceeney, N. (2008). The Role of a 21st-century National Archive—The Relevance of the Jenkinsonian Tradition, and a Redefinition for the Information Society. *Journal of the Society of Archivists*, 29(1), 57–71.
- Cermeno Martorell, L., & Rivas Palá, E. (2010). *Valorar y seleccionar documentos: qué es y cómo se hace*. Gijón: Trea.
- Cermeno Martorell, L., & Rivas Palá, E. (2011). Valoración y selección de documentos. Em J. R. Cruz Mundet (Ed.), *Administración de documentos y archivos textos fundamentales* (pp. 215–266). Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros y Gestores de Documentos (CAA). Obtido de <http://www.archiveros.net/administracion-de-documentos-y-archivos-textos-fundamentales/>
- Cezimbra, Á. B. (2014). *La Diplomática como herramienta para la valoración documental : aplicación a los documentos generados en Sesión Parlamentaria* (Tese de Doutoramento). Universidad Carlos III, Madrid. Obtido de <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/18758>
- Chabin, M.-A. (2010). *Nouveau Glossaire De L'archivage*. Obtido de <http://www.arcateg.fr/ressources/glossaire/>
- Charmaz, K. (2000). Constructivist and objectivist grounded theory. Em Denzin, Norman K. & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2.^a ed., pp. 509–535). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Charmaz, K. (2005). Grounded theory in the 21st century: A qualitative method for advancing social justice research. Em Denzin, Norman K. & Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (3.^a ed., pp. 507–535). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Charmaz, K. (2006). *Constructing Grounded Theory: A Practical Guide Through*

- Qualitative Analysis*. London: SAGE.
- Charmaz, K. (2014). *Constructing Grounded Theory* (2.^a ed.). SAGE Publications.
- Charmaz, K., & Bryant, A. (2008). Grounded Theory. Em L. M. Given (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods* (pp. 374–377). SAGE Publications.
- Chaudron, G. (2008). The Potential of “Function” as an Archival Descriptor. *Journal of Archival Organization*, 6(4), 269–287. <https://doi.org/10.1080/15332740802533313>
- Chaves, M. J., & Lourenço, A. (2016). *FTI - Elaboração de Relatórios de Avaliação de Documentação Acumulada*. Lisboa: DGLAB.
- Chomsky, N. (1995). On Postmodernism. Obtido de <https://chomsky.info/letters/>
- Christen, K. (2015). Tribal Archives, Traditional Knowledge, and Local Contexts: Why the “s” Matters. *Journal of Western Archives*, 6(1). Obtido de <https://digitalcommons.usu.edu/westernarchives/vol6/iss1/3>
- Clarke, A. (2005). *Situational Analysis - Grounded Theory After the Postmodern Turn*. SAGE.
- Cocciolo, A. (2014). Challenges to born-digital institutional archiving: the case of a New York art museum. *Records Management Journal*, 24(3), 238–250. <https://doi.org/10.1108/RMJ-04-2014-0023>
- Cocciolo, A. (2016a). Email as cultural heritage resource: appraisal solutions from an art museum context. *Records Management Journal*, 26(1), 68–82. <https://doi.org/10.1108/RMJ-04-2015-0014>
- Cocciolo, A. (2016b). When Archivists and Digital Asset Managers Collide: Tensions and Ways Forward. *American Archivist*, 79(1), 121–136.
- Colás Ayllón, N. (2017). *Avaluació documental : estudi comparatiu dels models de Catalunya, Canadà i Mèxic* (Dissertação de Mestrado). Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona. Obtido de <https://ddd.uab.cat/record/170027>
- Comissão Europeia. (2001). *Model Requirements for the Management of Electronic Records: MoReq Specification*. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.
- Condé, A.-M. (2011). A «gift to the nation»: the diaries and notebooks of CEW Bean. *Archives and Manuscripts*, 39(2), 43–64.
- Conselho Internacional de Arquivos. (1999). *General International Standard Archival Description - ISAD(G)* (2.^a ed.). Ottawa, Canada: International Council on Archives.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2004a). Dictionary of Archival Terminology (Draft Third Edition/DAT III). Obtido 13 de Dezembro de 2016, de <https://internet.archivschule.uni-marburg.de/datiiii/index.html>
- Conselho Internacional de Arquivos. (2004b). *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families - ISAAR (CPF)* (2.^a ed.). Camberra, Austrália: International Council on Archives.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2005). *Estudo ICA 16 - Documentos de Arquivos Eletrônicos: Manual para Arquivistas*. Paris: ICA.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2007). *International Standard for Describing Functions - ISDF*. Paris: International Council on Archives.

- Conselho Internacional de Arquivos. (2010). *ICA-Req: Principes et Exigences Fonctionnelles pour L'archivage dans un Environnement Électronique*. ICA. Obtido de <http://www.ica.org/en/ica-req>
- Conselho Internacional de Arquivos, & InterPARES. (2016). Multilingual Archival Terminology. Obtido 13 de Dezembro de 2016, de <http://www.ciscra.org/mat/mat>
- Conselho Nacional de Arquivos. (2016). *Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (7ª versão)*. Brasília: CONARQ.
- Convery, N. (2014). From reactive to proactive appraisal. *Archives and Manuscripts*, 42(2), 158–160. <https://doi.org/10.1080/01576895.2014.911676>
- Cook, M. (2010). Appraisal and access: We should expect changes driven by the media and by public awareness. *Records Management Journal*, 20(1), 72–77. <https://doi.org/10.1108/09565691011039843>
- Cook, T. (1991). *The Archival Appraisal of Records Containing Personal Information: A RAMP Study with Guidelines (PGI-91/WS/3)*. Obtido de <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000906/090644eo.pdf>
- Cook, T. (1992). Mind over matter: Towards a new theory of archival appraisal. Em B. L. Craig (Ed.), *The Archivist imagination: Essays in honour of Hugh A. Taylor* (pp. 38–70). Ottawa: Association of Canadian Archivists.
- Cook, T. (1993). The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. *Archivaria*, 35(Spring 1993), 24–37.
- Cook, T. (1994). «Another Brick in the Wall»: Terry Eastwood's Masonry and Archival Walls, History, and Archival Appraisal. *Archivaria*, 37(Spring 1994), 96–103.
- Cook, T. (1995). Electronic Records, Paper Minds: The revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era. *Archives and Manuscripts*, 22(2), 300–328.
- Cook, T. (1997a). The impact of David Bearman on modern archival thinking: an essay of personal reflection and critique. *Archives and Museum Informatics*, 11, 15–37.
- Cook, T. (1997b). What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, 43(Spring 1997), 17–63.
- Cook, T. (1999). Archival Appraisal and Collection: Issues, Challenges, New Approaches. Em *Special Lecture Series*. College Park, MD: University of Maryland and National Archives and Records Administration.
- Cook, T. (2001). Archival Science and Postmodernism. New Formulations for old concepts. *Archival Science*, 1(1), 3–24.
- Cook, T. (2004). Macro-appraisal and Functional Analysis: documenting governance rather than government. *Journal of the Society of Archivists*, 25(1), 5–18. <https://doi.org/10.1080/0037981042000199106>
- Cook, T. (2005). Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000. *Archival Science*, 5(2), 101–161. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9010-2>
- Cook, T. (2009). Foreword. Em J. Ridener, *From Polders to Postmodernism: A Concise History of Archival Theory* (pp. xi–xix). Duluth, MN: Litwin Books.

- Cook, T. (2011). 'We Are What We Keep; We Keep What We Are': Archival Appraisal Past, Present and Future. *Journal of the Society of Archivists*, 32(2), 173–189. <https://doi.org/10.1080/00379816.2011.619688>
- Cook, T. (2015). Total Archives. Em L. Duranti & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 397–400). Rowman & Littlefield.
- Corbin, J. M., & Strauss, A. L. (2015). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory* (4.^a ed.). Los Angeles: SAGE.
- Corbin, J., & Strauss, A. (2008). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory* (3.^a ed.). London: SAGE.
- Corujo, L. (2015). *Repositórios digitais e confiança: um exemplo de preservação digital: o RODA* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. Obtido de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/18109>
- Corujo, L., Revez, J., & Silva, C. G. da. (2019). Organização do Conhecimento durante o Processo de Investigação: Utilização do ATLAS.ti em duas Teses de Doutoramento. Apresentado na IV Congresso Espanha-Portugal / XIV Congresso Espanha International Society for Knowledge Organization (ISKO) España/Portugal, Barcelona.
- Council of State Archivists. (2009). Key Terms. Obtido 18 de Janeiro de 2019, de <https://www.statearchivists.org/electronic-records/glossary/>
- Couture, C. (1998). Les fondements théoriques de l'évaluation des archives. Em *L'évaluation des archives: des nécessités de la gestion aux exigences du témoignage* (pp. 7–26). Montréal: Université de Montréal.
- Couture, C. (1999). *Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine*. Sainte-Foy, Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Couture, C. (2003). La función valoración en la Archivística Contemporânea: una sinergia entre varias consideraciones complementarias. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, (6), 23–49.
- Couture, C. (2005). Archival appraisal: A Status Report. *Archivaria*, 59(Spring 2005), 83–107.
- Cox, R. J. (1989). A Documentation Strategy Case Study: Western New York. *American Archivist*, 52(2), 192–200.
- Cox, R. J. (1994). The Documentation Strategy and Archival Appraisal Principles: A Different Perspective. *Archivaria*, 38(Fall 1994). Obtido de <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12021>
- Cox, R. J. (2003). La valoración como un acto de memoria. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, (6), 51–74.
- Craig, B. L. (2004). *Archival appraisal: theory and practice*. München: K.G. Saur.
- Craig, B. L. (2005). Setting the Students' Bearings and Balance in Appraisal. *Archival Science*, 5(2–4), 391–402. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9018-7>
- Craig, B. L. (2007). Doing Archival Appraisal in Canada. Results from a Postal Survey of Practitioners' Experience, Practices, and Opinions. *Archivaria*, 64(Fall 2007), 1–45.
- Creswell, J. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods*

- Approaches* (4th ed). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (5th ed). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Crookston, M. (2014). Reinventing archival methods: am I part of the problem or part of the solution? *Archives and Manuscripts*, 42(2), 161–164.
- Cross, S. N. (2011). *Appraising archivists: documentation and the need for accountability in the appraisal process* (Dissertação de Mestrado). Western Washington University, Bellingham, WA. Obtido de <https://cedar.wwu.edu/wwuet/111>
- Cruz, K. V. P. da. (2012). *O documento oral e o documento arquivístico no contexto da preservação da memória organizacional* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. Obtido de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10938>
- Cruz Mundet, J. R. (2001). *Manual de Archivística* (4.^a ed.). Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- Cruz Mundet, J. R. (2006). *La gestión de documentos en las organizaciones*. Madrid: Pirámide.
- Cruz Mundet, J. R. (2011a). *Administración de documentos y archivos textos fundamentales*. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros y Gestores de Documentos (CAA). Obtido de <http://www.archiveros.net/administracion-de-documentos-y-archivos-textos-fundamentales/>
- Cruz Mundet, J. R. (2011b). *Diccionario de Archivística: (con equivalencias en inglés, francés, alemán, portugués, catalán, euskera y gallego)*. Madrid: Alianza Editorial.
- Cumming, K., & Picot, A. (2014). Reinventing appraisal. *Archives and Manuscripts*, 42(2), 133–145. <https://doi.org/10.1080/01576895.2014.926824>
- Cunningham, A. (1998). From Here To Eternity: Collecting Archives and the Need for a National Documentation Strategy. *LASIE: Library Automated Systems Information Exchange*, 29(1), 32–45.
- Cunningham, A. (2014). Eternity revisited: in pursuit of a national documentation strategy and a national archival system. *Archives and Manuscripts*, 42(2), 165–170.
- Cunningham, A., & Oswald, R. (2005). Some Functions are More Equal than Others: The Development of a Macroappraisal Strategy for the National Archives of Australia. *Archival Science*, 5(2–4), 163–184. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9011-1>
- Daniel, D. (2010). Documenting the immigrant and ethnic experience in American archives. *American Archivist*, 73(1), 82–104.
- Daniel, D. (2015). Ethnicity and Archives. Em L. Duranti & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 205–207). Rowman & Littlefield.
- Dawkins, R. (1998). Postmodernism disrobed. *Nature*, (394), 141–143.
- De Bruyne, P., Herman, J., & De Schoutheete, M. (1974). *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: P.U.F.

- Decreto de 29 de dezembro. (1887). Em *Diário do Governo 4 de janeiro de 1888*.
- Decreto-Lei 16/93, de 23 de janeiro. (1993). Em *Diário da República 19/1993, Série I-A*.
- Decreto-Lei 29/72, de 24 de janeiro. (1972). Em *Diário do Governo n.º 19/1972, Série I*.
- Decreto-Lei 47/2004, de 3 de março. (2004). Em *Diário da República n.º 53/2004, Série I-A*.
- Decreto-Lei 60/97, de 20 de março. (1997). Em *Diário da República n.º 67/1997, Série I-A*.
- Decreto-Lei 93/2007, de 29 de março. (2007). Em *Diário da República n.º 63/2007, Série I*.
- Decreto-Lei 106-G/92, de 1 de junho. (1992). Em *Diário da República n.º 126/1992, 1º Suplemento, Série I-A*.
- Decreto-Lei 121/92, de 2 de julho. (1992). Em *Diário da República n.º 150/1992, Série I-A*.
- Decreto-Lei 149/83, de 5 de abril. (1983). Em *Diário da República n.º 78/1983, Série I*.
- Decreto-Lei 152/88, de 29 de abril. (1988). Em *Diário da República n.º 99/1988, Série I*.
- Decreto-Lei 424/85, de 22 de outubro. (1985). Em *Diário da República n.º 243/1985, Série I*.
- Decreto-Lei 447/88, de 10 de dezembro. (1988). Em *Diário da República n.º 284/1988, Série I*.
- Decreto-Lei 19952, de 27 de julho. (1931). Em *Diário do Governo n.º 147/1931, Série I*.
- Decreto-Lei 39446, de 21 de novembro. (1953). Em *Diário do Governo n.º 259/1953, Série I*.
- Delaney, J. (2008). An inconvenient truth? scientific photography and archival Ambivalence. *Archivaria*, 65(Spring 2008), 75–95.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mille plateaux: Capitalism et Schizophrénie*. Paris: Éditions de minuit.
- Denzin, N. K. (2007). Grounded theory and the politics of interpretation. Em A. Bryant & K. Charmaz (Eds.), *The Sage handbook of grounded theory* (pp. 454–471). London, UK: SAGE.
- Department of Defense. (2015). *DoD Electronic Records Management Application (RMA) Design Criteria STD 5015.2*. Washington DC: DoD. Obtido de <http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/501502p.pdf>
- Despacho 56/P/79, de 30 de outubro. (1979). Em *Diário Municipal de 30 de outubro de 1979*.
- Despacho Conjunto 264/97, de 22 de agosto. (1997). Em *Diário da República n.º 193/1997, Série II*.
- Despacho Conjunto 427/99, de 20 de Maio. (1999). Em *Diário da República n.º 117/1999, Série II*.
- Dias, M. I. de C. D. (2013). *Diagnóstico ao estado dos arquivos fotográficos em Portugal: a importancia da fotografia nos centros especializados de arquivo*

- (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Obtido de <https://run.unl.pt/handle/10362/10247>
- Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. (2013a). *Glossário de apoio à interpretação e utilização da MEF*. Lisboa: DGLAB. Obtido de http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/10/Glossario-MEF-8-3-2013_2.pdf
- Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. (2013b). *MacroEstrutura Funcional (2.0)*. Lisboa: DGLAB. Obtido de http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/2013-03-28_MEF-v2_0.pdf
- Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. (2013c). *Orientações básicas para o desenvolvimento dos 3^{os} níveis de planos de classificação conformes à Macroestrutura Funcional*. Lisboa: DGLAB. Obtido de http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/2013_Orient-3-niveis_PC-MF.pdf
- Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. (2019). *Lista Consolidada para a Classificação e Avaliação da Informação Pública*. DGLAB. Obtido de <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/06/ListaConsolidada20190603.ods>
- Direction des Archives de France. (2002). *Dictionnaire de Terminologie Archivistique*. Paris: Direction des Archives de France. Obtido de <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/static/3226>
- Dixon, M. J. (2005). Beyond Sampling: Returning to Macroappraisal for the Appraisal and Selection of Case Files. *Archival Science*, 5(2–4), 285–313. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9017-8>
- DLM Forum. (2008). *Moreq 2 - Exigences types pour la maîtrise de l'archivage électronique*. Paris: Direction des Archives de France.
- DLM Forum. (2011). *MoReq2010: Modular Requirements for Records Systems - Volume 1: Core Services & Plug-in Modules. Version 1.1*. DLM Forum.
- Dollar, C. (1978). Appraising Machine-Readable Records. *American Archivist*, 41(4), 423–430.
- Dollar, C., & Geda, C. (1979). Archivists, Archives, and Computers: A Starting Point. *American Archivist*, 42(2), 149–151.
- Douglas, J. (2010). Origins: Evolving Ideas about the Principle of Provenance. Em T. Eastwood & H. MacNeil (Eds.), *Currents of Archival Thinking* (pp. 23–44). Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited.
- Ducharme, D. (2001). L'identification de critères d'évaluation pour les archives informatiques. Enquête auprès d'archivistes québécois. *Archives*, 32(2).
- Duranti, L. (1991). Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part V. *Archivaria*, 32(Summer 1995), 7–24.
- Duranti, L. (1994). The concept of appraisal and archival theory. *American Archivist*, 57(2), 328–344.
- Duranti, L. (1995). Reliability and Authenticity: The Concepts and Their Implications. *Archivaria*, 39(Spring 1995), 5–10.
- Duranti, L. (2001). The impact of digital technology on archival science. *Archival Science*, 1(1), 39–55.

- Duranti, L. (2003). Autenticidad y Valoración: La Teoría de la Valoración enfrentada a los documentos electrónicos. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, (6), 13–21.
- Duranti, L., & Franks, P. C. (Eds.). (2015). *Encyclopedia of Archival Science*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.
- Duranti, L., & Franks, P. C. (Eds.). (2019). *Encyclopedia of Archival Writers, 1515-2015*. Rowman & Littlefield.
- Duranti, L., & MacNeil, H. (1996). The Protection of the Integrity of Electronic Records: An Overview of the UBC-MAS Research Project. *Archivaria*, 42(Fall 1996), 46–67.
- Eastwood, T. (1993). How Goes it with Appraisal? *Archivaria*, 36(Fall 1993), 111–121.
- Eastwood, T. (1994). What is Archival Theory and why is it Important? *Archivaria*, 37(Spring 1994), 122–130.
- Eastwood, T. (2003). La valoración archivística en las sociedades democráticas. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, (6), 75–85.
- Eastwood, T., & MacNeil, H. (Eds.). (2010). *Currents of Archival Thinking*. Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited.
- Ecole Nationale des Chartes & Association Française de Normalisation. (1991). *Dictionnaire des archives: français-anglais-allemand: de l'archivage aux systèmes d'information*. Paris-La Défense: AFNOR.
- Elias, A. A. V. (2012). *A vontade da verdade, a informação e o arquivo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro. Obtido de <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/772>
- Elias, E. D. (2015). *Arquivometria: procedimentos e operações técnicas da gestão documental* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Obtido de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160678>
- Ellis, J. (Ed.). (1993). *Keeping Archives* (2ª ed.). Fort Melbourne: D W Thorpe.
- Elsevier. (2016). *SCOPUS*. Amesterdão: Elsevier. Obtido de <https://www.elsevier.com/>
- Ericson, T. (1997). «To Approximate June Pasture»: The Documentation Strategy in the Real World. *Archival Issues: The Journal of the Midwest Archives Conference*, 22(1), 5–20.
- European Group on Museum Statistics. (2012). *The Netherlands National Report 2012*. Obtido de http://www.egmus.eu/en/countries/national_reports_publications/
- Evans, M. J. (1986). The Visible Hand: Creating a Practical Mechanism for Cooperative Appraisal. *Midwestern Archivist*, 11(1), 7–13.
- Evans, M. J. (2007). Archives of the People, by the People, for the People. *American Archivist*, 70(2), 387–400.
- Evans, T. S. (2015). *Legislative records at the California State Archives: processing the papers of State Legislator Tim Leslie* (Dissertação de Mestrado). California State University, Sacramento, CA. Obtido de

- <http://dspace.calstate.edu/handle/10211.3/138574>
- Faria, M. I., & Pericão, M. G. (2008). *Dicionário do Livro : Da Escrita ao Livro Electrónico*. Coimbra: Almedina.
- Fereday, J., & Muir-Cochrane, E. (2006). Demonstrating Rigor Using Thematic Analysis: A Hybrid Approach of Inductive and Deductive Coding and Theme Development. *International Journal of Qualitative Methods*. <https://doi.org/10.1177/160940690600500107>
- Fernandes, I. A. (2014). *Avaliação, Armazenamento e Preservação da Informação Audiovisual: O Caso dos «Brutos» de Reportagem da SIC - Porto* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/89259>
- Fidalgo, M. J. V., & Ucha, P. C. (2006). Projecto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, (2), 30–36.
- Figueiredo, M. C. M. de B. (2013). *Avaliação e seleção nos arquivos fotográficos digitais: o caso do Arquivo Histórico Parlamentar* (masterThesis). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Obtido de <https://run.unl.pt/handle/10362/11959>
- Findlay, C. (2014). Full docs or it didn't happen. *Archives and Manuscripts*, 42(2), 178–180.
- Fishbein, M. (1972). Appraising information in machine language form. *American Archivist*, 35(1), 35–43.
- Flinn, A. (2015). Community Archives. Em L. Duranti & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 145–147). Rowman & Littlefield.
- Folkerts, M. (2011). *The documentation of tragedy in the archives: exploring the records of the campus shooting on Northern Illinois University, collective memory, and the archivist* (Dissertação de Mestrado). Western Washington University, Bellingham, WA. Obtido de <https://cedar.wvu.edu/wwuet/134>
- Fortier, N. (2005). Transparency, Compliance, and Accountability: Developing a Knowledge Infrastructure for Macroappraisal at Library and Archives Canada. *Archival Science*, 5(2–4), 343–360. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9005-z>
- Foscarini, F. (2006). Records Classification and Functions: An Archival Perspective. *Knowledge Organization*, 33(4), 188–198.
- Foucault, M. (1969). *L'Archéologue du Savoir*. Paris: Gallimard.
- Francioni, F. (2008). Culture, Heritage, and Human Rights: An Introduction. Em F. Francioni & M. Scheinin (Eds.), *Cultural Human Rights*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers.
- Fredriksson, B. (2003). Postmodernistic Archival Science - Rethinking the Methodology of a Science. *Archival science*, 3(2), 177–197.
- Freitas, M. C. V. de. (2003). *Tudo passa e tudo fica no caminho que se faz: um estudo qualitativo de acervo e fundo de arquivo de instituição cultural, sob o paradigma que insere a Arquivologia no contexto de uma ciência da informação*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (Brasil). Obtido de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID->

- 5SDJJE/ci_ninforma__o_mariacristinavieirafreitas_disserta__o.pdf?sequenc
e=1
- Freitas, M. C. V. de. (2009). *A Arquivística sob o Signo da Mudança: Cenários Arquivísticos Desenhos pelo Documentos Eletrônico* (Tese de Doutorado). Universidade de Salamanca, Salamanca.
- Freitas, M. C. V. de. (2016, Junho). *Guardar ou não guardar? O Carácter Transversal da Avaliação Arquivística nos Novos Contextos Digitais*. Apresentado na Encontro de Curadoria Digital, Lisboa. Obtido de <http://curadoriadigital.fct.pt/wp-content/uploads/2016/07/Cristina-Freitas.pdf>
- Freitas, M. C. V. de, Corujo, L., & Sousa, D. S. S. (2015). Projeto Comum de Gestão Documental nas Universidades Portuguesas: harmonização e estabilização do vocabulário. Em *Actas do 12º Congresso BAD*. Évora: APBAD.
- Fritzke, L. (2008). An examination of the impact of records on the value of artworks. *Records Management Journal*, 18(3), 221–235.
- Frogner, R. O. (2015). «Lord, Save Us from the Et Cetera of the Notary»: Archival Appraisal, Local Custom, and Colonial Law. *Archivaria*, 79(Spring 2015), 121–158.
- Fundação CAPES. (2019). *Catálogo de Teses e Dissertações*. Brasília: Fundação CAPES. Obtido de <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>
- Garaba, F. (2007). The State of Archival Appraisal Practices in the ESARBICA Region. *African Journal of Library, Archives & Information Science*, 17(1), 59–63.
- Genoni, P. (2002). Distributed national collections: Concept and reality in two countries. *Alexandria*, 14(3), 103–115.
- Glaser, B. G. (1978). *Theoretical sensitivity*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. G. (1992). *Basics of grounded theory analysis*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1965). *Awareness of dying*. Chicago, IL: Aldine Transaction.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago, IL: Aldine Transaction.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1968). *Time for dying*. Chicago, IL: Aldine.
- Gomes, Z., & Lourenço, A. (2016). *FT4 - Elaboração de uma Portaria de Gestão de Documentos a partir da Lista Consolidada*. Lisboa: DGLAB.
- Gordon, A. A. (2014). *Eurocentric Archival Knowledge Production and Decolonizing Archival Theory* (Tese de Doutorado). York University, Toronto, Canadá.
- Gorzalski, M. (2008). Minimal Processing: Its Context and Influence in the Archival Community. *Journal of Archival Organization*, 6(3), 186–200. <https://doi.org/10.1080/15332740802421915>
- Governo do Canadá. (2016). TERMIUM Plus - The Government of Canada's terminology and linguistic data bank. Obtido 13 de Dezembro de 2016, de <http://www.btb.termiumplus.gc.ca/tpv2alpha/alpha-eng.html?lang=eng>
- Grande Dicionário da Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo*. (1996) (25.ª ed., Vol. I). Venda Nova: Bertrand.
- Greene, M. (2010). MPLP: It's Not Just for Processing Anymore. *American Archivist*,

- 73(1), 175–203.
- Greene, M. A., & Daniels-Howell, T. J. (1997). Documentation with Attitude: A Pragmatist's Guide to the Selection and Acquisition of Modern Business Records. Em J. M. O'Toole (Ed.), *The Records of American Business* (pp. 161–229). Chicago: Society of American Archivists.
- Greene, M., & Meissner, D. (2005). More Product, Less Process: Revamping Traditional Archival Processing. *American Archivist*, 68(2), 208–263. <https://doi.org/10.17723/aarc.68.2.c741823776k65863>
- Griffin, A., Keakopa, S., Mansfield, W., Millar, L., & Nordland, L. P. (2009). *Training in Electronic Records Management: Glossary of Terms*. London, UK: International Records Management Trust. Obtido de https://www.irmt.org/documents/educ_training/term%20modules/IRMT%20TERM%20Glossary%20of%20Terms.pdf
- Grupo de Trabalho da Macroavaliação. Direção-Geral de Arquivo. (2009). *Relatório do questionário sobre aplicação de Portarias de Gestão de Documentos*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivo.
- Guimarães, R. V. (2018). *Avaliação de documentos de arquivo: uma análise de diferentes abordagens* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília. Obtido de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32587>
- Hackman, L. (2009). The Origins of Documentation Strategies in Context: Recollections and Reflections. *American Archivist*, 72(2), 436–459.
- Hackman, L., & Warnow-Blewett, J. (1987). The Documentation Strategy Process: A Model and a Case Study. *American Archivist*, 50(1), 12–47.
- Ham, F. (1975). The Archival Edge. *American Archivist*, 38(1), 5–13.
- Ham, F. (1981). Archival Strategies for the Post-Custodial Era. *American Archivist*, 44(3), 207–216. <https://doi.org/10.17723/aarc.44.3.6228121p01m8k376>
- Harris, V. (1997). Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa. *Archivaria*, 44(Fall 1997), 132–141.
- Harris, V. (1998). Postmodernism and archival appraisal: Seven theses. *S. A. Archives Journal*, 40, 48.
- Haute École de Gestion Genève. (2017). Basma Makhoulf-Shabou. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://www.hesge.ch/heg/annuaire/basma-makhoulf-shabou/actualites>
- Hebdige, D. (2006). Postmodernism and «the other side». Em J. Storey (Ed.), *Cultural Theory and Popular Culture: A Reader*. University of Georgia Press.
- Hedman, L. (2013). *Allt som finns kvar: Om personarkiv hos föräldrar som förlorat små barn* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Uppsala, Uppsala, Suécia. Obtido de <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:uu:diva-200596>
- Hedstrom, M. (1993). Descriptive practices for electronic records: Deciding what is essential and imagining what is possible. *Archivaria*, 36(Fall 1993), 53–63.
- Henderson, J., Kerr, L.-A., & Gwilt, D. (2014). The Distributed National Collection in Wales – Conservation on the national agenda. Em *ICOM-CC 17th Triennial Conference Preprints*. Melbourne: International Council of Museums.

- Henriques, C., Gomes, E., Barbedo, F., & Lagoas, J. (2002). *Programa SIADÉ - Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos - 2. Modelo de requisitos para a gestão de arquivos electrónicos*. Lisboa: IAN/TT.
- Henty, M. (1991). The Distributed National Collection. *Australian Academic & Research Libraries*, 22(4), 53–59.
- Heredia Herrera, A. (1989). *Archivística general: teoría y práctica* (4. ed). Sevilla: Publ. de la Excm. Dip. Provincial de Sevilla.
- Heredia Herrera, A. (2003). Modelos y experiencias de valoración documental. El caso andaluz. propuesta terminológica. *Revista d'Arxius*, (2), 199–234.
- Heredia Herrera, A. (2007). *¿Qué es un archivo?* Gijón: Trea.
- Heredia Herrera, A. (2011). *Lenguaje y Vocabulario Archivísticos: Algo más que un diccionario*. Sevilha: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.
- Heredia Herrera, A. (2013). *Manual de Archivística Básica. Gestión y Sistemas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.
- Hering, R., & Schenk, D. (2013). Über die Autorinnen und Autoren. Em *Wie mächtig sind Archive?/Perspektiven der Archivwissenschaft*. (p. 188). Hamburg: Hamburg University Press. Obtido de <http://www.oapen.org/download?type=document&docid=1002448>
- Hernández Olivera, L. (2013). Sobre la constitución de la memoria social. Hacia una valoración de documentos postmoderna. Em *Actas de las Jornadas Archivando* (pp. 5–20). Leon (Espanha): Fundación Sierra-Pambley. Obtido de https://archivosierrapambley.files.wordpress.com/2014/02/master_actas_2013_new2.pdf
- Hitchens, C. (2002). *Why Orwell matters*. New York: Basic Books.
- Hives, C. L. (1994). Thinking Globally, Acting Locally. *Archivaria*, 38(Fall 1994). Obtido de <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12033/13004>
- Högman, N. (2010). *Hur arkiverar Sveriges byggföretag? : Ett försök att finna arkiveringspraxis i en för kulturarvet viktig företagsbransch* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Uppsala, Uppsala, Suécia. Obtido de <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:uu:diva-125887>
- Holmstrom, H. (2012). *Motion picture film as a government record: framing films within archival theory and preparing for the digital future* (Dissertação de Mestrado). Western Washington University, Bellingham, WA. Obtido de <https://cedar.wwu.edu/wwuet/225>
- Hughes, K. (2014). Appraisal as Cartography: Cultural Studies in the Archives. *American Archivist*, 77(1), 270–296.
- Iacovino, L. (2015). Shaping and reshaping cultural identity and memory: maximising human rights through a participatory archive. *Archives and Manuscripts*, 43(1), 29–41. <https://doi.org/10.1080/01576895.2014.961491>
- Indolfo, A. C. (2013). *Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, Rio de Janeiro. Obtido de <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/893>

- Instituto Português de Arquivos. (1989). *Subprojecto DAI – Diagnóstico aos Arquivos Intermédios* ((relatório policopiado)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1990a). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Direcção-Geral da Contabilidade Pública – Região de Lisboa* ((relatório policopiado nº 2)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1990b). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos – Região de Lisboa* ((relatório policopiado nº 4)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1990c). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais – Região de Lisboa* ((relatório policopiado nº 3)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1990d). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Tribunais – Região de Lisboa* ((relatório policopiado nº 1)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1991a). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Direcção-Geral da Administração Pública* ((relatório policopiado nº 8)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1991b). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Direcção-Geral da Higiene e Segurança no Trabalho* ((relatório policopiado nº 6)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1991c). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Direcção-Geral da Indústria* ((relatório policopiado nº 5)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1991d). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Direcção-Geral de Geologia e Minas* ((relatório policopiado nº 10)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1991e). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Direcção-Geral dos Registos e do Notariado* ((relatório policopiado nº 9)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1991f). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica* ((relatório policopiado nº 7)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1991g). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros* ((relatório policopiado nº 11)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1992a). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Direcção Geral dos Transportes Terrestres* ((relatório policopiado nº 12)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Arquivos. (1992b). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios: Marinha* ((relatório policopiado nº 13)). Lisboa: IPA.
- Instituto Português de Qualidade. (2005a). *NP 4041: 2005 – Informação e documentação: Terminologia arquivística. Conceitos básicos*. Lisboa: IPQ.
- Instituto Português de Qualidade. (2005b). *NP 4438-1: 2005 – Informação e documentação: Gestão de documentos de arquivo – Parte 1: Princípios directores*. Lisboa: IPQ.
- InterPARES. (2007). InterPARES 2 Terminology Database. Obtido 13 de Dezembro de 2016, de http://www.interpares.org/ip2/ip2_terminology_db.cfm

- InterPARES. (2012). Base de Dados de Terminologia do InterPARES 3. Obtido 13 de Dezembro de 2016, de http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?team=4&status=glossary
- InterPARES Trust Project. (2016). *NA08 The Implications of Open Government, Open Data, and Big Data on the Management of Digital Records in an Online Environment*. InterPARES Trust Project.
- ISO. (2001). *ISO 15489-1:2001 Information and documentation - Records management - Part 1: General*. Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2008). *ISO/TR 26122:2008 Information and documentation — Work process analysis for records*. Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2009). *ISO 23081-2:2009 Information and documentation - Managing metadata for records - Part 2: Conceptual and implementation issues*. Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2010). *ISO 16175-1:2010 Information and documentation - Principles and functional requirements for records in electronic office environments - Part 1: Overview and statement of principles*. Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2011a). *ISO 30300:2011 Information and documentation — Management Systems for Records - Fundamentals and Vocabulary*. Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2011b). *ISO/TR 23081-3:2011 Information and documentation - Managing metadata for records - Part 3: Self-assessment method*. Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2012). *ISO 14721:2012 Space data and information transfer systems - Open archival information system (OAIS) - Reference model*. Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2016). *ISO 15489-1:2016 Information and documentation - Records management - Part 1: General* (2.^a ed.). Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2017a). *ISO 5127:2017 Information and documentation — Foundation and Vocabulary*. Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2017b). *ISO 23081-1:2017 Information and documentation — Records Management Processes - Metadata for Records - Part 1: Principles*. Geneva: International Standard Organization.
- ISO. (2018). *ISO/TR 21946:2018 Information and documentation — Appraisal for managing records*. Geneva: International Standard Organization.
- Japiassu, R. C. (2017). *Usos e apropriações da memória: documentos arquivísticos em centros de memória do judiciário federal brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Obtido de <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10860>
- Jardim, J. M. (1996). A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, 25(2), 209–211.
- Jardim, J. M. (2015). Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, 28(2), 19–50.
- Jenkinson, H. (1922). *A Manual of Archive Administration including the problems of*

- War Archives and Archive Making*. Oxford: The Clarendon Press.
- Johnson, E. (2008). Our Archives, Our Selves: Documentation Strategy and the Re-Appraisal of Professional Identity. *American Archivist*, 71(1), 190–202.
- Johnson, V. (2007). Creating History? Confronting the Myth of Objectivity in the Archive. *Archives: The Journal of British Records Association*, 32(117), 128–143.
- Jones, M. (2014). Contrapuntal archival methods. *Archives and Manuscripts*, 42(2), 184–186.
- Jonker, A. E. M. (2005). Macroappraisal in the Netherlands. The First Ten Years, 1991–2001, and Beyond. *Archival Science*, 5(2), 203–218. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9013-z>
- Kaczmarek, J. (2007). The Complexities of Digital Resources: Collection Boundaries and Management Responsibilities. *Journal of Archival Organization*, 4(1/2), 215–227. https://doi.org/10.1300/J201v04n01_11
- Katuu, S. A. (Ed.). (2019). *Diverse applications and transferability of maturity models*. Hershey, PA: IGI Global, Business Science Reference.
- Ketelaar, E. (2000). Archivistics Research Saving the Profession. *American Archivist*, 63(2), 322–340.
- Ketelaar, E. (2001). Tacit narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*, 1(2), 131–141. <https://doi.org/10.1007/BF02435644>
- King, J. (1964). The Project on the History of Recent Physics in the United States. *American Archivist*, 27(2), 237–243.
- Kolsrud, O. (1992). The Evolution of Basic Appraisal Principles - Some Comparative observations. *American Archivist*, 55(1), 26–39.
- Kretschmar, R. (2005). Archival Appraisal in Germany: A Decade of Theory, Strategies, and Practices. *Archival Science*, 5(2–4), 219–238. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9014-y>
- Kuhn, T. S. (1962). *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kumar, S. (2011). *Archives Principles & Practices*. Gyan Publishing House.
- Labuschagne, A. (2003). Qualitative Research - Airy Fairy or Fundamental? *The Qualitative Report*, 8(1), 100–103.
- Lacombe, C. (2012). Les principes directeurs de l'évaluation archivistique en question. *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec*, 44(1), 35–43.
- Lebeau, M. (2013). Comment préparer une évaluation monétaire d'archives privées? *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec*, 45(2), 53–68.
- Lei 107/2001, de 8 de setembro. (2001). Em *Diário da República n.º 209/2001, Série I-A*.
- Levi, C. (2011). Five Hundred 5.25-Inch Discs and One (Finicky) Machine: A Report on a Legacy E-Records Pilot Project at the Archives of Ontario. *Archivaria*, 32(Fall 2011), 239–246.
- Library and Archives Canada. (2006). *Operational Case File Records (Authority No. 2005/006) issued to Government Institution subject to the Library and Archives of Canada Act for Operational Case File Records*.

- Library and Archives Canada. (2008). *Creating Documentation Standards for Government Programs, Services and Results: A Developmental Framework and Guide for Business Managers and Information Resource Specialists*. Obtido de [www .collectionscanada.gc.ca/obj/007001/f6/007001-5000.1-e.rtf](http://www.collectionscanada.gc.ca/obj/007001/f6/007001-5000.1-e.rtf)
- Library and Archives Canada. (2009, Abril 24). Biography of Dr. Daniel J. Caron. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://web.archive.org/web/20170511070928/http://www.collectionscanada.gc.ca/whats-new/013-395-e.html>
- Library and Archives Canada. (2010). *Multi-Institutional Disposition Authorities, 4.9 The disposal of Transitory Information Resources of government institutions subject to the Library and Archives Canada Act (Authority N°. 2010/003)*,.
- Likert, R. (1932). A Technique for the measurement of Attitudes. *Archives of Psychology*, 22(140), 5–55.
- LinkedIn. (2019a). Anthony Cocciolo. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://www.linkedin.com/in/acocciolo>
- LinkedIn. (2019b). Richard Brown. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://ca.linkedin.com/in/richard-brown-42662537>
- LinkedIn. (2020a). Basma Makhoulf-Shabou. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://ch.linkedin.com/in/basma-makhoulf-shabou-3b501a4a>
- LinkedIn. (2020b). Christian Lacombe. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://fr.linkedin.com/in/christianlacombe>
- LinkedIn. (2020c). Diane Baillargeon. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://ca.linkedin.com/in/baillargeon-diane-93911313>
- LinkedIn. (2020d). Joanne Kaczmarek. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://www.linkedin.com/in/joanne-kaczmarek-579b5915>
- LinkedIn. (2020e). Mark Crookston. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://nz.linkedin.com/in/mark-crookston-925b9a41>
- LinkedIn. (2020f). Matt Gorzalski. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://www.linkedin.com/in/matthewgorzalski>
- LinkedIn. (2020g). Natalie Ceeney. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://uk.linkedin.com/in/natalieceeney>
- LinkedIn. (2020h). Rachel Bates. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://uk.linkedin.com/in/dr-rachel-bates-a5a93a42>
- LinkedIn. (2020i). Reine Rydén. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://www.linkedin.com/in/reine-ryden-bb964926/sv>
- Lodolini, E. (1984). *Archivistica. Principi e Problemi*. Milão: Franco Angelo.
- Lodolini, E. (1991). *Lineamenti di Storia dell'Archivistica italiana. Dalle origini alla metà del secolo XX*. Roma: La Nuova Italia Scientifici.
- Loewen, C. (2005a). Accounting for Macroappraisal at Library and Archives Canada: From Disposition to Acquisition and Accessibility. *Archival Science*, 5(2–4), 239–259. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9015-x>
- Loewen, C. (2005b). The Evolution, Application, and Future of Macroappraisal. *Archival Science*, 5(2–4), 93–99. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9003-1>
- Loewen, C. (2006). The evolution, application, and future of macroappraisal. *Archival Science*, 6(2), 263–263. <https://doi.org/10.1007/s10502-006-9039-x>

- Lopes, E. M. dos S. (2017). *Elaboração de critérios para identificar valor informativo e definição de prazo de guarda auxiliares na avaliação de prontuários de interesse para pesquisa clínica do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - Fiocruz* (Dissertação de Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz. Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, Rio de Janeiro. Obtido de <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/33429>
- Louisiana Office of Tourism. (2010). A Story Like No Other: Louisiana's African American Heritage Trail. Obtido 15 de Julho de 2020, de <http://web.archive.org/web/20100206125254/http://www.astorylikenoother.com/>
- Lourenço, A. (2019). *FT8 - Aplicação do destino final: O papel do dono e do participante*. Lisboa: DGLAB.
- Lourenço, A., Melo, D., Neves, H., Ribeiro, M., Antónia, N., & Penteadó, P. (2019). *Orientações para a aplicação de Tabela de Seleção derivada da Lista Consolidada*. Lisboa: DGLAB.
- Macedo, L. S. A. de. (2015). *Políticas de avaliação de informação no sistema arquivístico da Região Autónoma da Madeira: análise de conteúdo às portarias de gestão de documentos (2004-2014)* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. Obtido de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/22991>
- Maciel, S. G. (2013). *Uma avaliação arquivística no Ministério dos Negócios Estrangeiros* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Obtido de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/10196>
- Mackenzie, N., & Knipe, S. (2006). Research dilemmas: paradigms, methods and methodology. *Issues in Educational Research*, 16(2), 193–205.
- MacNeil, H. M. (1998). *Trusting Records: The Evolution of Legal, Historical, and Diplomatic Methods of Assessing the Trustworthiness of Records from Antiquity to the Digital Age* (Tese de Doutoramento). British Columbia University, Vancouver. Obtido de <https://open.library.ubc.ca/media/stream/pdf/831/1.0076929/2>
- Maier, C. (2003). Overcoming the Past? Narrative and Negotiation, Remembering and Reparation: Issues at the Interface of History and the Law. Em J. Torpey (Ed.), *Politics and the Past: On Repairing Historical Injustices* (pp. 295–304). Lanham, MD.: Rowman & Littlefield.
- Makhlouf Shabou, B. (2011a). Étude sur la définition et la mesure des qualités des archives définitives issues d'une évaluation. *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec*, 43(2), 39–70.
- Makhlouf Shabou, B. (2011b). *Étude sur la définition et la mesure des qualités des archives définitives issues d'une évaluation* (Tese de Doutoramento). Université de Montréal, Montréal. Obtido de <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/handle/1866/4955>
- Makhlouf Shabou, B. (2015). Digital diplomacy and measurement of electronic public data qualities: What lessons should be learned? *Records Management Journal*, 25(1), 56–77. <https://doi.org/10.1108/RMJ-01-2015-0006>
- Malkmus, D. (2008). Documentation Strategy: Mastodon or Retro-Success? *American Archivist*, 71(2), 384–409.

- Man, E. (2010). A functional approach to appraisal and retention scheduling. *Records Management Journal*, 20(1), 104–116. <https://doi.org/10.1108/09565691011039870>
- Mancuso, L. (2013). Archival appraisal in Brazil. *Archives and Manuscripts*, 41(2), 146–159. <https://doi.org/10.1080/01576895.2013.801101>
- Marshall, C., Bly, S., & Brun-Cottan, F. (2006). The Long Term Fate of Our Personal Digital Belongings: Toward a Service Model for Personal Archives. *Proceedings of Archiving 2006*. Obtido de <https://www.microsoft.com/en-us/research/publication/the-long-term-fate-of-our-personal-digital-belongings-toward-a-service-model-for-personal-archives/>
- Marshall, J. A. (1998). Documentation Strategies in the Twenty-First Century?: Rethinking Institutional Priorities and Professional Limitations. *Archival Issues: The Journal of the Midwest Archives Conference*, 23(1), 59–74.
- Martín-Pozuelo Campillos, M. P. (1996). *La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid : Boletín Oficial del Estado.
- McCarthy, G. J., Smith, A., & Zinn, J. O. (2011). Knowledge for the «risk society»: developing an International Social Science Risk Database (ISSRD). *Archives and Manuscripts*, 39(2), 23–42.
- McDonald, J., & Léveillé, V. (2014). Whither the retention schedule in the era of big data and open data? *Records Management Journal*, 24(2), 99–121.
- McKemmish, S., Faulkhead, S., & Russell, L. (2011). Distrust in the archive: reconciling records. *Archival Science*, 11(3/4), 211–239. <https://doi.org/10.1007/s10502-011-9153-2>
- McKemmish, S., & Gilliland, A. (2013). Archival and recordkeeping research: past, present and future. Em K. Williamson & G. Johanspn (Eds.), *Research Methods: Information, Systems and Contexts*. Prahran: Tilde Publishing. Obtido de <http://ozk.unizd.hr/rams/wp-content/uploads/2013/04/Chapter4.ResearchMethods-WilliamsonJohanson-2.pdf>
- Meissner, D., & Greene, M. A. (2016). To the Editor. *American Archivist*, 79(1), 219–221.
- Menezes, I. P. de. (2015). *Avaliação arquivística: reflexões sobre a constituição do patrimônio documental* (Dissertação de Mestrado). Fundação Getulio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro. Obtido de <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13685>
- Menne-Haritz, A. (1994). Appraisal or documentation: can we appraise archives by selecting content? *American Archivist*, 57(3), 528–542.
- Merriam, S. B. (1988). *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Mersiovsky, K. (2014, Dezembro 14). The Pros and Cons of «MPLP». Obtido 12 de Junho de 2020, de <https://medium.com/archives-records/the-pros-and-cons-of-mplp-586b0efc8fba>
- Mertens, D. M. (2014). *Research methods in education and psychology: Integrating diversity with quantitative and qualitative approaches* (4.^a ed.). Thousand

- Oaks, CA: Sage Publications.
- Minayo, M. C. (1994). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (3.^a edição). São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.
- Ministério da Ciência e Tecnologia. (2016). *Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto OASISBR*. Brasília: IBICT. Obtido de <http://oasisbr.ibict.br/>
- Ministério da Ciência e Tecnologia. (2019). *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*. Brasília: IBICT. Obtido de <http://bdtb.ibict.br/vufind/>
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (2016a). *Biblioteca Online do Conhecimento – B On : serviço de pesquisa*. Lisboa: FCT; FCCN. Obtido de <http://www.b-on.pt/>
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (2016b). *RCAAP Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal*. Lisboa: FCT; FCCN; Universidade do Minho. Obtido de <https://www.rcaap.pt/>
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (2019). *RENATES Registo Nacional de Teses e Dissertações*. Obtido de <https://renates2.dgeec.mec.pt/>
- Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades. (2016). *Recolecta - Recolector de Ciencia Abierta*. Madrid: FECYT. Obtido de <https://www.recolecta.fecyt.es/>
- Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. (2019). *Base de datos de Tesis Doctorales (TESEO)*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Obtido de <https://www.educacion.gob.es/teseo/irGestionarConsulta.do>
- Ministério do Interior. Direção-Geral da Administração Política e Civil, 2.^a Repartição. (1967, Março). Circular L.^o 39-A, P^o Z-1/12, N^o A-18/67.
- Mnjama, N. (2006). Dealing with Backlog Accumulations of Archival Materials in Eastern and Southern Africa. *Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists*, 22(1), 48–57.
- Montoya Mogollón, J. B. (2017). *A emergência de uma “adequada” produção e organização de documentos arquivísticos digitais em organizações* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de São Paulo, Marília, SP. Obtido de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/149809>
- Moore, E. A. (2007). Birds of a Feather: Some Fundamentals on the Archives-Ecology Paradigm. *Archivaria*, 63(Spring 2007), 103–119.
- Moore, K. (2017, Junho 23). More Product, Less Process: A Reassessment. Obtido 12 de Junho de 2020, de <https://digital.library.sc.edu/blogs/scpc/2017/06/23/more-product-less-process/>
- Moro Cabero, M., & Hernández Olivera, L. (2003). Seleccionar Documentos com el Calendario de Conservación: Una Propuesta para Castilla y León. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, (6), 121–152.
- Morse, J. M. (2009). Tussles, Tensions, and Resolutions. Em J. M. Morse (Ed.), *Developing Grounded Theory: The Second Generation*. New York, NY: Routledge.
- Mountain Legacy Project. (2017). Mountain Legacy Project. Obtido 15 de Julho de 2020, de <http://mountainlegacy.ca/>
- Müller, S., Feith, J. A., & Fruin, R. (2003). *Manual for the arrangement and*

- description of archives*. Chicago, IL: Society of American Archivists.
- Mumma, C. C., Dingwall, G., & Bigelow, S. (2011). A First Look at the Acquisition and Appraisal of the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games Fonds: or, SELECT FROM VANOC_Records AS Archives WHERE Value="true". *Archivaria*, 72(Fall 2011), 93–122.
- Museums Aotearoa. (2005). *A strategy for the museum sector in New Zealand, Museums Aotearoa*. Wellington.
- Nascimento, M. I. G. do. (2015). *Avaliação de documento de arquivo na Administração Pública Federal Brasileira : um estudo à luz das concepções teóricas e da legislação e normas nacionais* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília. Obtido de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/17870>
- Nascimento, N. M. do. (2019). *Inter-relação entre os fluxos informacionais, a identificação de tipos documentais e a avaliação de documentos: um modelo processual para a Salutar de Marília* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo. Obtido de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181728>
- National Archives and Records Administration. (1990). *Managing Electronic Records*. Washington DC: National Archives and Records Administration, Office of Records Administration. Obtido de <https://hdl.handle.net/2027/pur1.32754050097017>
- National Archives of Australia. (2015). *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard (AGRkMS) V 2.2*. Canberra: National Archives of Australia.
- National Archives of Australia. (2016). Glossary of Records Management Terms. Obtido 16 de Janeiro de 2019, de <http://www.naa.gov.au/information-management/support/a-z/index.aspx>
- Naugler, H. (1984). *The Archival Appraisal of Machine-Readable Records: A RAMP Study with Guidelines (PGI-84/WS/27)*. Paris: UNESCO.
- Nesmith, T. (2002). Seeing archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives. *American Archivist*, 65(1), 24–41.
- Nesmith, T. (2015). Obituary: Terry Cook, 1947-2014. *Archivaria*, 79(Spring 2015), 207–213.
- Newby, J. (2014). *No file left behind: the predicament of archival appraising in the digital age* (Dissertação de Mestrado). Western Washington University, Bellingham, WA. Obtido de <https://cedar.wwu.edu/wwuet/366>
- Neyedly, A. (2011). *Filling up the house: building an appraisal strategy for curling archives in Manitoba* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Manitoba, Canadá. Obtido de <https://mspace.lib.umanitoba.ca/xmlui/handle/1993/5012>
- Ngulube, P. (2001). Archival Appraisal and the Future of Historical Research in Southern Africa. *South African Historical Journal*, 45(1), 249–265.
- Nishitani, P. K. (2010). *Gestão documental em agências bancárias : estudo de caso em um banco da cidade de Londrina* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Obtido de <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000157271>
- North Carolina State Archives. (2004). Postal History Project. Obtido 15 de Julho de

- 2020, de
<https://web.archive.org/web/20051020063448/http://www.ah.dcr.state.nc.us/archives/postal/default.htm>
- Novara, E. (2013). Documenting Maryland Women State Legislators: The Politics of Collecting Women's Political Papers. *American Archivist*, 76(1), 196–214.
- OATD.org. (2019). *Open Access Theses and Dissertations OATD.org*. OATD.org. Obtido de <https://oatd.org/>
- Observatório das Actividades Culturais, & Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2003). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- O'Donnell, L. (1994). Towards Total Archives: The Form and Meaning of Photographic Records. *Archivaria*, 38(Fall 1994). Obtido de <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12028>
- Office Québécoise de la Langue Française. (2012). La grande dictionnaire terminologique. Obtido 13 de Dezembro de 2016, de <http://www.granddictionnaire.com/>
- Oliveira, A. B. C. E. (2016). *Gestão de documentos e de arquivos no poder executivo estadual brasileiro: estudo de identificação das políticas, programas e instrumentos metodológicos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Obtido de <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10787>
- Oliver, G., Kim, Y., & Ross, S. (2008). Documentary genre and digital recordkeeping: red herring or a way forward? *Archival Science*, 8(4), 295–305. <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9090-5>
- Oliver, G., Ross, S., Guercio, M., & Pala, C. (2008). *Report on Automated Re-appraisal: Managing Archives in Digital Libraries* (DELOS NoE). Pisa.
- O'Toole, J. (1994). On the Idea of Uniqueness. *American Archivist*, 57(4), 632–658.
- Pang, N., Liew, K. K., & Chang, B. (2017). *Participatory archives in a world of ubiquitous media*. Routledge.
- Parr, A. (2014). In an interconnected world - why do we think in functions? *Archives and Manuscripts*, 42(2), 197–199.
- Pearce-Moses, R. (2005). *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Chicago: Society of American Archivists.
- Pennock, M. (2007). Digital Curation: A Life-Cycle Approach to Managing and Preserving Usable Digital Information. *Library & Archives Journal*, (1), 1–3.
- Penteado, P., & Lourenço, A. (2015). A caminho da ASIA—Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística. Apresentado na 12º Congresso Nacional BAD, Évora: APBAD. Obtido de <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1458>
- Pereira, M. G. da S. (2018a). *A aplicabilidade do Big Data nas práticas arquivísticas* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. Obtido de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/33261>
- Pereira, T. M. de M. (2016). *Análise do fluxo de documentos fotográficos de arquivo : estudo de caso da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. Obtido de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21089>

- Pereira, Z. M. C. (2018b). *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização* (Tese de Doutoramento). Universidade de Évora, Évora. Obtido de <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23260>
- Phillips, J. (2015). A Defense of Preservation in the Age of MPLP. *American Archivist*, 78(2), 470–487.
- Pinto, C. (2015). *Os princípios da avaliação da informação arquivística em Portugal: contributos para a sua discussão* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. Obtido de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/18111>
- Pocariço, D. N. (2016). *A avaliação documental nos Cuidados de Saúde Primários: estudo de caso do Centro de Saúde da Lapa* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Obtido de <https://docplayer.com.br/13297411-A-avaliacao-documental-nos-cuidados-de-saude-primarios-apresentacao-de-casos-de-estudo.html>
- Portaria 6/2017, de 4 de janeiro. (2017). Em *Diário da República n.º 3/2017, Série I*.
- Portaria 11/2019, de 14 de janeiro. (2019). Em *Diário da República n.º 9/2019, Série I*.
- Portaria 116/2011, de 25 de março. (2011). Em *Diário da República n.º 60/2011, Série I*.
- Portaria 192/2012, de 19 de junho. (2012). Em *Diário da República n.º 117/2012, Série I*.
- Portaria 330/91, de 11 de abril. (1991). Em *Diário da República n.º 84/1991, Série I-B*.
- Portaria 372/2007, de 30 de março. (2007). Em *Diário da República n.º 64/2007, Série I*.
- Portaria 390/72, de 15 de julho. (1972). Em *Diário do Governo n.º 164/1972, Série I*.
- Portaria 503/86, de 9 de setembro. (1986). Em *Diário da República n.º 207/1986, Série I*.
- Portaria 553/88, de 16 de agosto. (1988). Em *Diário da República n.º 188/1988, Série I*.
- Portaria 738/73, de 25 de outubro. (1973). Em *Diário do Governo n.º 250/1973, Série I*.
- Prom, C., & Swain, E. (2007). From the college democrats to the falling Illini: Identifying, appraising, and capturing student organization websites. *American Archivist*, 70(2), 344–363.
- Ralph, N., Birks, M., & Chapman, Y. (2014). Contextual Positioning: Using Documents as Extant Data in Grounded Theory Research. *SAGE Open*, 4(3), 1–7. <https://doi.org/10.1177/2158244014552425>
- Raventós Pajares, P., & Alfier, A. (2016). Y ahora que hemos logrado cumplir con el estándar OAIS, ¿qué hacemos? Más allá del mito de la autosuficiencia de OAIS. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, (19), 311–330.
- Regulamento Provisional de 30 de Abril. (1823). Em *Collecção da Legislação Moderna Portuguesa* (Vol. Tomo III, pp. 88–94). Lisboa: Typographia Maignense.

- Reitz, J. M. (2004). *Online Dictionary for Library and Information Science*. Libraries Unlimited. Obtido de http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_i.aspx
- Rhee, H. L. (2011, Junho 30). *Exploring the Relationship Between Archival Appraisal Practice and User Studies: U.S. State Archives and Records Management Programs* (Tese de Doutoramento). University of Pittsburgh ETD. Obtido de <http://d-scholarship.pitt.edu/8233/>
- Rhee, H. L. (2012). Genres and genre repertoires of user and use information sources in U.S. state archival and records management appraisal practice. *Archival Science*, 12(4), 461–483. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9176-3>
- Rhee, H. L. (2016). Archival appraisal practice in U.S. state archives and records management programs. *Archival Science*, 16(2), 167–194. <https://doi.org/10.1007/s10502-014-9237-x>
- Ridener, J. (2007). *From polders to postmodernism: an intellectual history of archival theory* (Tese de Mestrado). San Jose State University, San José, CA.
- Ridener, J. (2009). *From Polders to Postmodernism: A Concise History of Archival Theory*. Litwin Books. Obtido de <https://books.google.pt/books?id=R3Y1T113HzcC>
- Roberts, J. (2005). Macroappraisal Kiwi Style: Reflections on the Impact and Future of Macroappraisal in New Zealand. *Archival Science*, 5(2–4), 185–201. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9012-0>
- Roberts, P. J. (2007). Philatelic Materials in Archival Collections: Their Appraisal, Preservation, and Description. *American Archivist*, 70(1), 70–92.
- Robyns, M., & Woolman, J. (2011). Institutional Functional Analysis at Northern Michigan University: A New Process of Appraisal and Arrangement of Archival Records. *American Archivist*, 74(1), 241–256.
- Rodrigues, A. C. S. (2015). *A Avaliação e Seleção na produção de Informação da SIC Notícias* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Obtido de <https://run.unl.pt/handle/10362/19585>
- Rodrigues, M. J. A. C. da S. (2017). *A avaliação da informação acumulada dos Governos Civis: 1974-2011* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. Obtido de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28738>
- Rodríguez, A. D., Bonilla, V. M., & Olivera, L. H. (2016). La transformación digital: una oportunidad de innovación en los archivos. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, (19), 13–17.
- Rousseau, J.-Y., & Couture, C. (1994). *Les fondements de la discipline archivistique*. Quebec: Presses de l'Université de Québec.
- Ruller, T. J. (1992). Dissimilar Appraisal Documentation as an Impediment to Sharing Appraisal Data: A Survey of Appraisal Documentation in Government Archival Repositories. *Archival Issues: The Journal of the Midwest Archives Conference*, 17(1), 65–73.
- Russell, R., & Winkworth, K. (2009). *Significance 2.0: A guide to assessing the significance of collections*. Collections Council of Australia.
- Rydén, R. (2014). Implementation of appraisal regulations including the selection of sample archives. A case study on the Swedish country district police. *Archives*

- and Records: The Journal of the Archives and Records Association*, 35(1), 43–53. <https://doi.org/10.1080/23257962.2013.864581>
- Samuels, H. W. (1986). Who controls the past. *American Archivist*, 49(2), 109–124.
- Samuels, H. W. (1991). Improving our disposition: Documentation strategy. *Archivaria*, 33(Winter 1991-92), 125–40.
- Samuels, H. W. (1998). *Varsity letters: documenting modern colleges and universities*. Lanham, Md. : [Chicago, Ill.]: Scarecrow Press ; The Society of American Archivists.
- Sandore, B., & Unsworth, J. (2010). *ECHO DEPository -Phase 2: 2008-2010 Final Report of Project Activities*. National Digital Information Infrastructure & Preservation Program.
- Sandri, L. (1968). La Storia degli Archivi. *Archivum*, XVIII, 101–113.
- Santos, R. S. dos. (2013). *Gestão do documentos na administração pública estadual de Minas Gerais: um estudo de caso* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Obtido de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9D7FNZ>
- Saracevic, T. (1996). Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 1(1), 41–62.
- Saracevic, T. (1999). Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(12), 1051–1063.
- Schellenberg, T. R. (1956). *Modern Archives: Principles and Techniques*. [Chicago]: University of Chicago Press.
- Schwartz, J. M. (1995). «We Make Our Tools and Our Tools Make Us»: Lessons from Photographs for the Practice, Politics, and Poetics of Diplomats. *Archivaria*, 40(Fall 1995). Obtido de <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12096>
- Secretaría General de Administración Digital. (2016). Portal Administración electrónica. Obtido 9 de Janeiro de 2017, de https://administracionelectronica.gob.es/pae_Home/pae_Estrategias/Archivo_electronico/pae_documento_expediente_electronico.html
- Senécal, S. (2013). Archives historiques et organisation: une difficile rencontre. *Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec*, 45(1), 201–214.
- Shannon, C., & Weaver, W. (1948). The mathematical theory of communication. *Bell System Technical Journal*, 27(Jul&Out), 379–423, 623–656.
- Shilton, K., & Srinivasan, R. (2007). Participatory Appraisal and Arrangement for Multicultural Archival Collections. *Archivaria*, 63(Spring 2007), 87–101.
- Significance International. (2020). Significance International. Obtido de <https://significanceinternational.com>
- Silva, A. (2006). *A informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto: Afrontamento.
- Silva, A., & Ribeiro, F. (2002a). A Avaliação em Arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Cenário Arquivístico*, 1(2), 15–41.
- Silva, A., & Ribeiro, F. (2002b). *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto:

Afrontamento.

- Silva, A., Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (1998). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. (A. Silva, Ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, D. de A. (2009). *Arquivo: o meio digital e os agentes públicos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.27.2009.tde-25102010-164233>
- Silva, C. G. da, Melo, D., Machado, F., Neves, H., Salgueiro, I., Antonia, N., & Gago, R. (2015). Projeto de Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA): tecendo relações. Apresentado na 15º Congresso Nacional BAD, Évora: APBAD. Obtido de <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1445>
- Silva, S. C. P. da. (2011a). *O que o estado português quis conservar: a avaliação e aquisição de documentos de arquivo em Portugal nos séculos XIX e XX* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora, Évora. Obtido de <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14829>
- Silva, S. L. da. (2015). *O descarte seguro de documentos arquivísticos em suporte digital: um estudo de caso na Justiça Trabalhista paraibana* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Obtido de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4968>
- Silva, W. M. da. (2011b). *Arquivos de interesse público e social: a atuação do conselho nacional de arquivos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Obtido de <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10245>
- Silver, C., & Lewins, A. (2014). *Using Software in Qualitative Research: A Step-by-Step Guide* (2ª). SAGE Publications Ltd. Obtido de <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/using-software-in-qualitative-research/book238134>
- Sloyan, V. (2016). Born-digital archives at the Wellcome Library: appraisal and sensitivity review of two hard drives. *Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association*, 37(1), 20–36. <https://doi.org/10.1080/23257962.2016.1144504>
- Smith, E. S. (2013). *Theatre in the archive: processing the Larson Collection* (Dissertação de Mestrado). California State University, Sacramento, CA. Obtido de <http://dspace.calstate.edu/handle/10211.9/2161>
- Society of American Archivists. (2007a). Additional Matter (Contributors, Ads, Council Minutes, etc.). *The American Archivist*, 70(2), 443–443. <https://doi.org/10.17723/aarc.70.2.7r5206g807089573>
- Society of American Archivists. (2007b). Additional Matter (Contributors, Ads, Council Minutes, etc.). *The American Archivist*, 70(1), 199–204. <https://doi.org/10.17723/aarc.70.1.j861416148140076>
- Society of American Archivists. (2008). Gallery of Contributors. *The American Archivist*, 71(2), 307, 579–314, 600. <https://doi.org/10.17723/aarc.71.2.hh5r122536571604>
- Society of American Archivists. (2009). Additional Matter (Contributors, Ads, Council Minutes, etc.). *The American Archivist*, 72(2), 538–596. <https://doi.org/10.17723/aarc.72.2.d2n223043846t46g>

- Society of American Archivists. (2010). Additional Matter (Contributors, Ads, Council Minutes, etc.). *The American Archivist*, 73(1), 4–406. <https://doi.org/10.17723/aarc.73.1.82t7272n4664n725>
- Society of American Archivists. (2011a). Additional Matter. *The American Archivist*, 74(1), 4–11. <https://doi.org/10.17723/aarc.74.1.p67172244t561524>
- Society of American Archivists. (2011b). Additional Matter. *The American Archivist*, 74(2), 369–734. <https://doi.org/10.17723/aarc.74.2.26455612w42u7612>
- Society of American Archivists. (2012). Gallery of Contributors. *The American Archivist*, 75(1), 5–9. <https://doi.org/10.17723/aarc.75.1.801u271538647097>
- Society of American Archivists. (2020). American Archivist. Obtido 9 de Junho de 2020, de <https://americanarchivist.org>
- Sokal, A., & Bricmont, J. (1998). *Fashionable Nonsense*. New York: Picador.
- Sousa, R. T. B. (2006). Classificação de Documentos Arquivísticos: Trajetória de um Conceito. *Arquivística.net*, 2(2), 120–142.
- Souza, L. M. K. (2018). *Legislação arquivística e gestão de documentos do município de Joinville (SC): preservação do patrimônio documental arquivístico* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Obtido de http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/3015/legislacao_arquivistica_e_gestao_de_documentos.pdf
- Soyka, H., & Wilczek, E. (2014). Documenting the American Military Experience in the Iraq and Afghanistan Wars. *American Archivist*, 77(1), 175–200.
- Srinivasan, R., & Shilton, K. (2006). “The South Asian Web”: An Emerging Community Information System in the South Asian Diaspora. Em *Proceedings Participatory Design Conference, 2006* (pp. 125–133). Trento, Itália.
- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- State Records Authority of New South Wales. (2003). *The DIRKS Manual: Strategies for Documenting Government Business*. Sydney: National Archives of Australia. Obtido de <https://www.opengov.nsw.gov.au/publications/17383>
- Sternfeld, J. (2011). Archival Theory and Digital Historiography: Selection, Search, and Metadata as Archival Processes for Assessing Historical Contextualization. *American Archivist*, 74(2), 544–575.
- Strauss, A. L., & Corbin, J. M. (1990). *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques* (1.^a ed.). Newbury Park, Calif: Sage Publications.
- Strauss, A. L., & Corbin, J. M. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory* (2.^a ed.). London: SAGE.
- Subdirección General de Información, Documentación y Publicaciones. (2016). *Esquema de Metadatos para la Gestión del Documento Electrónico (e-EMGDE) V2.0* (2.^a ed.). Madrid: Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas, Secretaría General Técnica.
- Subdirección General de los Archivos Estatales. (1995). *Diccionario de terminología archivística* (2.^a ed.). Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Archivos Estatales.

- Suderman, J. (2001). Context, Structure and Content: New criteria for appraising electronic records. Apresentado na Association of Canadian Archivists Annual Conference (ACA 2001), Winnipeg, MB, Canada. Obtido de http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip1_dissemination_cp_suderman_aca_2001.pdf
- Taavetti, R. (2016). A marshall in love. Remembering and forgetting queer pasts in the Finnish archives. *Archival Science*, 16(3), 289–307.
- Taavetti, R. (2020). Riikka Taavetti. Obtido 9 de Junho de 2020, de <http://riikkataavetti.fi>
- Taylor, I. (2016). The German appraisal discussion since 1990: an overview. *Archives and Manuscripts*, 44(1), 14–23. <https://doi.org/10.1080/01576895.2015.1136226>
- Taylor, S. J., Bogdan, R., & DeVault, M. L. (2016). *Introduction to qualitative research methods: a guidebook and resource* (4th edition). Hoboken, New Jersey: Wiley.
- Terrón Quintero, G. (2016). *La colección facticia de Emilio Roig de Leuchsenring: un análisis integral de sus valores patrimoniales como cuerpo documental en el contexto histórico cultural cubano* (Tese de Doutorado). Universidad de Granada, Granada. Obtido de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=56016>
- The National Archives. (2020). Dr Valerie Johnson. Obtido 9 de Junho de 2020, de <http://www.nationalarchives.gov.uk/about/our-role/executive-team/dr-valerie-johnson/>
- The Sedona Conference. (2010). *Glossary: E-Discovery & Digital Information management* (3ª ed.). Sedona, AZ: The Sedona Conference.
- Thomassen, T. (1999). The Development of Archival Science and its European Dimension. Em *The Archivist and the Archival Science* (pp. 67–74). Lund, SE: Landsarkivet. Obtido de <http://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>
- Thomassen, T. (2001). A first introduction to archival science. *Archival science*, 1(4), 373–385.
- Thomassen, T. (2015). Archival Science. Em L. Duranti & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 84–84). Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.
- Thorpe, K. (2001). Indigenous Records: How Far Have We Come in Bringing the History Back Home. *Archives & Manuscripts*, 29(2), 10–31.
- Tièche, J. (2015). *La mesure des dimensions de la qualité des archives électroniques : apport des textes normatifs en matière d'archivage électronique à long terme* (Bacharelato em Information Documentaire). Haute École de Gestion de Genève, Geneva.
- Tonello, I. M. S. (2019). *Um estudo do acervo fotográfico do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina - SAUEL com base no modelo RAMP - Records and Archives Management Programme* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo. Obtido de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181520>
- Työväen Arkisto. (2018). Työväen Arkisto. Obtido 15 de Julho de 2020, de

- <https://www.tyark.fi/>
- Universitat de Barcelona. Facultat de Biblioteconomia i Documentació. (2016). *Information Matrix for the Analysis of Journals – MIAR: versión 2016*. Barcelona: Universitat de Barcelona. Facultat de Biblioteconomia i Documentació. Obtido de <http://miar.ub.edu/>
- Université de Montréal, École de bibliothéconomie et des sciences de l'information. (1999). *Terminologie archivistique de base proposé aux étudiants*. Montréal: Université de Montréal. Obtido de https://issuu.com/archi725/docs/terminologie_de_base_propos_e_aux__tudia nts
- Upward, F. (1996). Structuring the Records Continuum - Part One: Postcustodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*, 24(2), 268–285.
- Upward, F. (1997). Structuring the Records Continuum, Part Two: Structuration Theory and Recordkeeping. *Archives and Manuscripts*, 25(1), 10–35.
- Vancouver City Archives. (2011). Fonds AM1550 - Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC) fonds. Obtido 15 de Julho de 2020, de <https://searcharchives.vancouver.ca/vanoc>
- Vivas Moreno, A. (2004). El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. *Ciência da Informação*, 33(3), 76–96. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000300010>
- Waiser, B. (2014). Integrity and Accountability: Why It Matters. *Archivaria*, 78(Fall 2014), 161–163.
- Walne, P. (Ed.). (1988). *Dictionary of Archival Terminology / Dictionnaire de terminologie archivistique: English and French with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish*. ICA Handbooks Series (2a ed. revista). Munique: K.G. Saur.
- Warnow-Blewett, J., Genuth, J., & Weart, S. R. (2001). *AIP Study of Multi-Institutional Collaborations: Final Report Documenting Multi-Institutional Collaborations*. College Park, Md.: Center for History of Physics American Institute of Physics. Obtido de <https://history.aip.org/history/pubs/collabs/highlights.html>
- Wellcome Library. (2020). Author: Victoria Sloyan. Obtido 9 de Junho de 2020, de <http://blog.wellcomelibrary.org/author/vsloyan/>
- White, S. (2012). Crippling the Archives: Negotiating Notions of Disability in Appraisal and Arrangement and Description. *American Archivist*, 75(1), 109–124.
- Wiener, J. A. (2008). The Element of Surprise: Preparing for the Possibility of Hazardous Materials Within Archival Collections. *Journal of Archival Organization*, 5(4), 33–49. <https://doi.org/10.1080/15332740802153344>
- Williams, C. (2006). Studying Reality: The Application of Theory in an Aspect of UK Practice. *Archivaria*, 62(Fall 2006), 77–101.
- Williams, E., Cultural Ministers Council (Australia), & Stuartfield House Consulting Group. (1997). *Records of national cultural significance: indigenous Australians ; a report of the Archives Working Group of the Cultural Ministers Council*. Canberra, A.C.T.: Archives Working Group of the Cultural Ministers

Council.

- Wright, J. (2010, Agosto 17). How Much is Enough? Obtido 12 de Junho de 2020, de <https://siarchives.si.edu/blog/how-much-enough>
- Wurl, J. (2005). Ethnicity as Provenance: In Search of Values and Principles for Documenting the Immigrant Experience. *Archival Issues*, 29(1), 65–743.
- Yeo, G. (2010). ‘Nothing is the same as something else’: significant properties and notions of identity and originality. *Archival Science*, 10(2), 85–116. <https://doi.org/10.1007/s10502-010-9119-9>
- Yin, R. K. (1994). *Case study research: Design and methods* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Youn, E. (2013). Archival traditions in Korean history: from medieval practice to the contemporary Public Records Management Act. *Archival Science*, 13(1), 23–44.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Dados Recolhidos

Os dados recolhidos (artigos científicos) encontram-se identificados na plataforma Zenodo, podendo-se aceder em <https://doi.org/10.5281/zenodo.4036065>.



The screenshot displays the Zenodo interface for a dataset. At the top, the Zenodo logo and navigation options like 'Search', 'Upload', and 'Communities' are visible. The main heading is 'Resultados da Recolha de dados' by Luis Corujo, dated September 18, 2020. A 'Dataset' and 'Open Access' badge is present. On the right, a sidebar shows '18 views' and 'Indexed in Open Access'. Below the main heading, a 'Preview' section shows a document titled 'Relatório Zotero' with the following metadata:

- Arca, archívulo, archivo: the keeping, use and status of historical documents about the Spanish Conquista.
- Tipo: Artigo em Revista Científica
- Autor: Amândi, amândi.brendeska@hist.unlula.ch Bredeska
- URL: <http://search.ezproxy.com/login.aspx?user=corujo&password=7941077&site=zenodo-lu>
- Volume: 10
- Número: 3
- Páginas: 287-283
- Publicação: Archival Science
- ISSN: 11890149
- Data: September 2010
- Abreviatura da Publicação: Archival Science
- Catálogo de Bibliotecas: EBSCOhost
- Resumo: Developing a relativistic concept of the pre-modern archive, this article considers the relationship between inventories (arcs), private collections of documents (archivaria), or the actual state archives (archives). The distribution across various archives and collections. It draws particular attention to the use of historical document FROM AUTHOR(S)
- Arquivo: 10
- Data de Adição: 19-10-2016, 12:29:02
- Modificado: 19-10-2016, 12:29:02

At the bottom of the preview, it indicates 'Files (7.7 MB)' and 'Versions' (Version 1: 10.5281/zenodo.4036065).

Figura 23 – Apresentação dos Dados na Plataforma Zenodo
FONTE: Zenodo (2020)

Apêndice 2 – Textos da Amostra Sobre Projetos, Programas e Iniciativas

N.º	Textos
1	Bailey, C. A. (2006). Turning Macro-appraisal Decisions into Archival Holdings: Crafting Function-based Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records. <i>Archivaria</i> , 61(Spring 2006), 147–179.
2	Bailey, C. A. (2013). Past Imperfect? Reflections on the Evolution of Canadian Federal Government Records Appraisal. <i>Archivaria</i> , 75(Spring 2013), 5–47.
3	Beneito Arias, P. (2008). Appraising the value of statistical records of the European Central Bank for retention scheduling purposes. <i>Records Management Journal</i> , 18(3), 205–220.
4	Caron, D. J., & Brown, R. (2013). Appraising Content for Value in the New World: Establishing Expedient Documentary Presence. <i>American Archivist</i> , 76(1), 135–173.
5	Casellas Serra, L. E. (2014). The mapping, selecting and opening of data: The records management contribution to the Open Data project in Girona City Council. <i>Records Management Journal</i> , 24(2), 87–98.
6	Caswell, M. (2009). Instant Documentation: Cell-Phone-Generated Records in the Archives. <i>American Archivist</i> , 72(1), 133–145.
7	Cocciolo, A. (2016a). Email as cultural heritage resource: appraisal solutions from an art museum context. <i>Records Management Journal</i> , 26(1), 68–82.
8	Cunningham, A. (2014). Eternity revisited: in pursuit of a national documentation strategy and a national archival system. <i>Archives and Manuscripts</i> , 42(2), 165–170.
9	Delaney, J. (2008). An inconvenient truth? scientific photography and archival Ambivalence. <i>Archivaria</i> , 65(Spring 2008), 75–95.
10	Fidalgo, M. J. V., & Ucha, P. C. (2006). Projecto de Tabela de Avaliação e Selecção das “Funções-Meio”. <i>Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação</i> , (2), 30–36.
11	Iacovino, L. (2015). Shaping and reshaping cultural identity and memory: maximising human rights through a participatory archive. <i>Archives and Manuscripts</i> , 43(1), 29–41.
12	Kaczmarek, J. (2007). The Complexities of Digital Resources: Collection Boundaries and Management Responsibilities. <i>Journal of Archival Organization</i> , 4(1/2).
13	Levi, C. (2011). Five Hundred 5.25-Inch Discs and One (Finicky) Machine: A Report on a Legacy E-Records Pilot Project at the Archives of Ontario. <i>Archivaria</i> , 32(Fall 2011), 239–246.
13	Loewen, C. (2005b). The Evolution, Application, and Future of Macroappraisal. <i>Archival Science</i> , 5(2–4), 93–99.
14	Loewen, C. (2006). The evolution, application, and future of macroappraisal. <i>Archival Science</i> , 6(2), 263–263.
15	Makhlouf Shabou, B. (2011a). Étude sur la définition et la mesure des qualités des archives définitives issues d’une évaluation. <i>Archives: Bulletin de l’Association des archivistes du Québec</i> , 43(2), 39–70
16	Makhlouf Shabou, B. (2015). Digital diplomatics and measurement of electronic public data qualities: What lessons should be learned? <i>Records Management Journal</i> , 25(1), 56–77.
17	Malkmus, D. (2008). Documentation Strategy: Mastodon or Retro-Success? <i>American Archivist</i> , 71(2), 384–409.
18	Man, E. (2010). A functional approach to appraisal and retention scheduling. <i>Records Management Journal</i> , 20(1), 104–116.
19	McCarthy, G. J., Smith, A., & Zinn, J. O. (2011). Knowledge for the «risk society»: developing an International Social Science Risk Database (ISSRD). <i>Archives and Manuscripts</i> , 39(2), 23–42.
20	McDonald, J., & Léveillé, V. (2014). Whither the retention schedule in the era of big data and open data? <i>Records Management Journal</i> , 24(2), 99–121.
21	Mumma, C. C., Dingwall, G., & Bigelow, S. (2011). A First Look at the Acquisition and Appraisal of the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games Fonds: or, SELECT FROM VANOC_Records AS Archives WHERE Value="true". <i>Archivaria</i> , 72(Fall 2011), 93–122.
22	Novara, E. (2013). Documenting Maryland Women State Legislators: The Politics of Collecting Women’s Political Papers. <i>American Archivist</i> , 76(1), 196–214.
23	Oliver, G., Kim, Y., & Ross, S. (2008). Documentary genre and digital recordkeeping: red herring or a way forward? <i>Archival Science</i> , 8(4), 295–305.
24	Prom, C., & Swain, E. (2007). From the college democrats to the falling Illini: Identifying, appraising, and capturing student organization websites. <i>American Archivist</i> , 70(2), 344–363.
25	Rhee, H. L. (2016). Archival appraisal practice in U.S. state archives and records management programs. <i>Archival Science</i> , 16(2), 167–194.
26	Roberts, P. J. (2007). Philatelic Materials in Archival Collections: Their Appraisal, Preservation, and Description. <i>American Archivist</i> , 70(1), 70–92.
27	Robyns, M., & Woolman, J. (2011). Institutional Functional Analysis at Northern Michigan University: A New Process of Appraisal and Arrangement of Archival Records. <i>American Archivist</i> , 74(1), 241–256.
28	Rydén, R. (2014). Implementation of appraisal regulations including the selection of sample archives. A case study on the Swedish country district police. <i>Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association</i> , 35(1), 43–53.
29	Shilton, K., & Srinivasan, R. (2007). Participatory Appraisal and Arrangement for Multicultural Archival Collections. <i>Archivaria</i> , 63(Spring 2007), 87–101.
30	Sloyan, V. (2016). Born-digital archives at the Wellcome Library: appraisal and sensitivity review of two hard drives. <i>Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association</i> , 37(1), 20–36.
31	Sternfeld, J. (2011). Archival Theory and Digital Historiography: Selection, Search, and Metadata as Archival Processes for Assessing Historical Contextualization. <i>American Archivist</i> , 74(2), 544–575.
32	Taavetti, R. (2016). A marshall in love. Remembering and forgetting queer pasts in the Finnish archives. <i>Archival Science</i> , 16(3), 289–307.
33	Wiener, J. A. (2008). The Element of Surprise: Preparing for the Possibility of Hazardous Materials Within Archival Collections. <i>Journal of Archival Organization</i> , 5(4), 33–49.

FONTE: Produção Própria (2020)

Apêndice 3 – Outros Documentos Sobre Projetos, Programas e Iniciativas Consultados

N.º	Documento	Tipo
1	Ajuntament de Girona. (2013). Girona Open Data. Obtido 15 de Julho de 2020, de https://www.girona.cat/opendata/	Sítio Web
2	Allen, M. B. (1992). Intergovernmental Records in the United States: Experiments in Description and Appraisal. <i>Information Development: The International Journal for Librarians, Archivists and Information Specialists</i> , 8(2), 99–103.	Artigo Científico
3	Allen, M. B. (1997). Crossing Boundaries: Intergovernmental Records Cooperation, 1987–1997. <i>American Archivist</i> , 60(2), 216–233.	Artigo Científico
4	Anderson, R. J. (2005). Difficult to Document: The History of Physics and Allied Fields in Industrial and Government Labs. <i>Journal of Archival Organization</i> , 3(1), 7–21.	Artigo Científico
5	Australian Research Council Linkage. (2008). <i>Koorie Archiving: Trust and Technology - Final report</i> . Melbourne: Monash University. Obtido de https://www.monash.edu/it/our-research/research-centres-and-labs/cosi/projects/completed-projects/trust/final-report	Relatório
6	Bearman, D. (1989b). Archives and Manuscript Control with Bibliographic Utilities: Challenges and Opportunities. <i>American Archivist</i> , 52(1), 26–39.	Artigo Científico
7	Beaven, B. P. N. (2005). “But am I Getting My Records?” Squaring the Circle with Terms and Conditions Expressed in Relation to Function and Activity. <i>Archival Science</i> , 5(2–4), 315–341.	Artigo Científico
8	Cox, R. J. (1989). A Documentation Strategy Case Study: Western New York. <i>American Archivist</i> , 52(2), 192–200.	Artigo Científico
9	Cunningham, A., & Oswald, R. (2005). Some Functions are More Equal than Others: The Development of a Macroappraisal Strategy for the National Archives of Australia. <i>Archival Science</i> , 5(2–4), 163–184.	Artigo Científico
10	Daniel, D. (2010). Documenting the immigrant and ethnic experience in American archives. <i>American Archivist</i> , 73(1), 82–104.	Artigo Científico
11	Decreto-Lei 121/92, de 2 de julho. (1992). Em <i>Diário da República n.º 150/1992, Série I-A</i> .	Legislação
12	Despacho Conjunto 427/99, de 20 de Maio. (1999). Em <i>Diário da República n.º 117/1999, Série II</i> .	Legislação
13	Dixon, M. J. (2005). Beyond Sampling: Returning to Macroappraisal for the Appraisal and Selection of Case Files. <i>Archival Science</i> , 5(2–4), 285–313.	Artigo Científico
14	Ericson, T. (1997). «To Approximate June Pasture»: The Documentation Strategy in the Real World. <i>Archival Issues: The Journal of the Midwest Archives Conference</i> , 22(1), 5–20	Artigo Científico
15	Evans, M. J. (1986). The Visible Hand: Creating a Practical Mechanism for Cooperative Appraisal. <i>Midwestern Archivist</i> , 11(1), 7–13.	Artigo Científico
16	Fortier, N. (2005). Transparency, Compliance, and Accountability: Developing a Knowledge Infrastructure for Macroappraisal at Library and Archives Canada. <i>Archival Science</i> , 5(2–4), 343–360.	Artigo Científico
17	Hackman, L., & Warnow-Blewett, J. (1987). The Documentation Strategy Process: A Model and a Case Study. <i>American Archivist</i> , 50(1), 12–47.	Artigo Científico
18	InterPARES Trust Project. (2016). <i>NA08 The Implications of Open Government, Open Data, and Big Data on the Management of Digital Records in an Online Environment</i> . InterPARES Trust Project.	Relatório
19	Jonker, A. E. M. (2005). Macroappraisal in the Netherlands. The First Ten Years, 1991–2001, and Beyond. <i>Archival Science</i> , 5(2), 203–218.	Artigo Científico
20	King, J. (1964). The Project on the History of Recent Physics in the United States. <i>American Archivist</i> , 27(2), 237–243.	Artigo Científico
21	Kumar, S. (2011). <i>Archives Principles & Practices</i> . Gyan Publishing House.	Artigo Científico
22	Library and Archives Canada. (2006). <i>Operational Case File Records (Authority No. 2005/006) issued to Government Institution subject to the Library and Archives of Canada Act for Operational Case File Records</i> .	Documentação Técnica
23	Library and Archives Canada. (2008). <i>Creating Documentation Standards for Government Programs, Services and Results: A Developmental Framework and Guide for Business Managers and Information Resource Specialists</i> .	Documentação Técnica
24	Library and Archives Canada. (2010). <i>Multi-Institutional Disposition Authorities, 4.9 The disposal of Transitory Information Resources of government institutions subject to the Library and Archives Canada Act (Authority N.º. 2010/003)</i> .	Documentação Técnica
26	Loewen, C. (2005a). Accounting for Macroappraisal at Library and Archives Canada: From Disposition to Acquisition and Accessibility. <i>Archival Science</i> , 5(2–4), 239–259.	Artigo Científico
27	Louisiana Office of Tourism. (2010). A Story Like No Other: Louisiana’s African American Heritage Trail. Obtido 15 de Julho de 2020, de http://web.archive.org/web/20100206125254/http://www.astorylikenoother.com/	Sítio Web
28	Makhlouf Shabou, B. (2011b). <i>Étude sur la définition et la mesure des qualités des archives définitives issues d’une évaluation</i> (Tese de Doutoramento). Université de Montréal, Montréal.	Tese de Doutoramento
29	McKemmish, S., Faulkhead, S., & Russell, L. (2011). Distrust in the archive: reconciling records. <i>Archival Science</i> , 11(3/4), 211–239.	Artigo Científico
30	Mountain Legacy Project. (2017). Mountain Legacy Project. Obtido 15 de Julho de 2020, de http://mountainlegacy.ca/	Sítio Web
31	North Carolina State Archives. (2004). Postal History Project. Obtido 15 de Julho de 2020, de https://web.archive.org/web/20051020063448/http://www.ah.dcr.state.nc.us/archives/postal/default.htm	Sítio Web

N.º	Documento	Tipo
32	Oliver, G., Ross, S., Guercio, M., & Pala, C. (2008). <i>Report on Automated Re-Appraisal: Managing Archives in Digital Libraries (DELOS NoE)</i> . Pisa.	Relatório
33	Pang, N., Liew, K. K., & Chang, B. (2017). <i>Participatory archives in a world of ubiquitous media</i> . Routledge.	Monografia
34	Ruller, T. J. (1992). Dissimilar Appraisal Documentation as an Impediment to Sharing Appraisal Data: A Survey of Appraisal Documentation in Government Archival Repositories. <i>Archival Issues: The Journal of the Midwest Archives Conference</i> , 17(1), 65–73.	Artigo Científico
35	Sandore, B., & Unsworth, J. (2010). <i>ECHO DEpository -Phase 2: 2008-2010 Final Report of Project Activities</i> . National Digital Information Infrastructure & Preservation Program.	Relatório
36	Srinivasan, R., & Shilton, K. (2006). "The South Asian Web": An Emerging Community Information System in the South Asian Diaspora. Em <i>Proceedings Participatory Design Conference, 2006</i> (pp. 125–133). Trento, Itália.	Artigo Científico
37	Thorpe, K. (2001). Indigenous Records: How Far Have We Come in Bringing the History Back Home. <i>Archives & Manuscripts</i> , 29(2), 10–31.	Artigo Científico
38	Tièche, J. (2015). <i>La mesure des dimensions de la qualité des archives électroniques : apport des textes normatifs en matière d'archivage électronique à long terme</i> (Bacharelato em Information Documentaire). Haute École de Gestion de Genève, Geneva.	Dissertação de Bacharelato
39	Työväen Arkisto. (2018). Työväen Arkisto. Obtido 15 de Julho de 2020, de https://www.tyark.fi/	Sítio Web
40	Vancouver City Archives. (2011). Fonds AM1550 - Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC) fonds. Obtido 15 de Julho de 2020, de https://searcharchives.vancouver.ca/vanoc	Sítio Web
41	Warnow-Blewett, J., Genuth, J., & Weart, S. R. (2001). <i>AIP Study of Multi-Institutional Collaborations: Final Report Documenting Multi-Institutional Collaborations</i> . College Park, Md.: Center for History of Physics American Institute of Physics.	Relatório
42	Williams, E., Cultural Ministers Council (Australia), & Stuartfield House Consulting Group. (1997). <i>Records of national cultural significance: indigenous Australians ; a report of the Archives Working Group of the Cultural Ministers Council</i> . Canberra, A.C.T.: Archives Working Group of the Cultural Ministers Council.	Relatório

FONTE: Produção Própria (2020)

Apêndice 4 – Códigos e Supercódigos Substantivos (Codificação Aberta e Axial)

Code-Filter: All

HU: Resumos
 File: [D:\Users\luisc\OneDrive\tese\Atlas.Ti\Resumos.hpr7]
 Edited by: luiscorujo
 Date/Time: 2020-10-11 08:42:03

- *Ambiente e Arquivo Digital.
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Reflexos
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Aplicações
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Divergências/Convergências
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Enquadramento
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Impactos
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Implicações
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Limites
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Métodos
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Problemas
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Soluções
- *Avaliação de Informação Eletrónica: Teorias
- *Avaliação Participativa
- *Instrumentos para a tomada de decisão da Avaliação
- *Massas Documentais Acumuladas
- *REDE: Análise Funcional
- *REDE: Avaliação como Valorização
- *REDE: Documentary Moment
- *REDE: Documentation Strategy
- *REDE: Macro-Avaliação
- *REDE: MPLP
- *Representatividade na Avaliação
- *Significância e Propriedades Significativas
- *Teoria da Banalidade do Mal.
- *Utilizadores e Uso
- @ l'acte de compréhension, qui caractérise la philosophie herméneutique, apporterait une assise théorique pour l'évaluation des archives.
- @ risk-based retention schedule
- @a implementação de uma tabela de retenção correrá melhor se os utilizadores finais estiverem envolvidos desde o início do processo de concepção e se compreenderem os benefícios desta ferramenta
- @a prática arquivística interage activamente com as necessidades ideológicas e sociais no seu contexto histórico
- @a profissão deve desenvolver uma consciência social
- @a tomada de decisão da retenção de documentos em organismos publicos é difícil de estabelecer e justificar porque geralmente se baseia em práticas subjectivas e não fundamentadas
- @aborda a reinvenção de métodos de arquivo, incluindo records continuum e a avaliação e retenção de informação de arquivo
- @aborda os problemas da avaliação no âmbito da metainformação na gestão documental
- @abordagem da análise funcional para avaliação e identificação de Prazos de Conservação

- @abordagem da avaliação que utiliza uma combinação de vários métodos de avaliação: avaliação funcional, técnica, e "bottom-up"
- @abordagem de avaliação horizontal e vertical dos Arquivos do Estado de Baden-Württemberg
- @abordagem sobre as questões funcionais (da avaliação) no âmbito da descrição documental
- @abordagens para verificação, planificação e defesa pela profissão
- @accountability visto como princípio base da avaliação de documentação pública, mas tal é extensível ao sector privado em alguns aspectos, como a proteção ambiental
- @activismo e defesa podem lidar com questões sociais sem abandonar referências de equidade, honestidade, independência e transparência
- @análise da literatura sobre a Documentation Strategy: o papel e influência do arquivista na avaliação (interseção entre a teoria arquivista e a identidade profissional)/aplicação prática de uma mudança de identidade dentro da profissão
- @aplicação da teoria da avaliação documental num conjunto de arquivos do Reino Unido
- @apoio às necessidades informacionais dos utilizadores no ambiente digital necessita uma redefinição das responsabilidades das pessoas que praticam o desenvolvimento de coleções e/ou estratégias de avaliação de arquivo
- @application of MPLP to appraisal
- @appraisal and, to an extent, access decisions should be considered by public sector organisations as soon as information is created and/or received
- @appraisal is mostly still a reactive assessment of semi- or non-current records, often even still in paper format
- @Appraisal of digital information is dependent on systems setup to support recordkeeping processes and systems built with information management processes in mind.
- @archivist as expert
- @archivists in Canadian repositories
- @archivists want to be certain that they have made their value judgements as conscientiously and sensitively as possible
- @arquivista intervem para garantir a seleção e decidir como os arquivos de uma organização podem ser utilizados numa perspectiva patrimonial e histórica, em relação a outrem e para o futuro
- @arquivistas são cada vez mais responsabilizados pela Sociedade pelas suas recomendações de conservar ou destruir documentos/informação de Arquivo
- @ARQUIVOS: Instituições Multifuncionais
- @ARQUIVOS: MEDIDAS: preservar o património cultural de todos os grupos (diversidade)
- @ARQUIVOS: MEDIDAS: Seleção
- @as nossas vidas registadas pela Surveillance (vigilância interna) e Sousveillance (vigilância externa)
- @automatização do processo de avaliação
- @avaliação (macroavaliação) tenta ser objectiva, mas tem sempre elementos de subjetividade
- @avaliação como uma das responsabilidades mais importantes dos arquivistas
- @avaliação de arquivo contemporânea continua a privilegiar a evidência textual e enforma as decisões de avaliação em modelos jurídicos estruturados/hierárquicos de governança e autoridade
- @avaliação de suportes digitais/eletrónicos legados
- @avaliação documental de organismo governamental Canadiano, resulta em dois Records Disposition Authorities
- @avaliação envolve uma indicação de valor
- @avaliação próactiva também requer que os profissionais da gestão da informação sejam activos na avaliação da informação corrente
- @avaliação refere-se a valor, no pressuposto que os arquivistas podem escolher o que é importante para a posteridade
- @avaliar big data
- @avaliar dados informais
- @coleções de fotografia levantam questões sobre decisões de avaliação e aquisição de documentação científica, e do valor desses registos/documentação/informação
- @como a implementação da decisão de avaliação afeta os potenciais de investigação
- @Como é que os arquivistas definem conceptualmente a avaliação em arquivo?

- @como é que os profissionais de arquivo praticam a avaliação de arquivo de informação estatal/governamental?
- @como lidar com informação de arquivo eletrónica em situações em que se devem tomar decisões imediatas sobre que informação digital deve ser conservada e preservada.
- @comparação arquivos públicos Canadá e Austrália
- @contexto
- @critérios para efectuar uma avaliação monetária de arquivos ou documentos
- @cultural studies model of appraisal
- @curatorial guardian
- @decisões erradas na avaliação constituem uma barreira no acesso aos documentos e arquivos
- @delicadeza da tarefa de avaliar: o futuro potencial de investigação dos documentos é uma variável difícil de determinar
- @desafios de arquivar objectos nadodigitais num museu de arte
- @desafios intemporais a nível legal e arquivístico na avaliação, preservação e referência dos costumes locais não escritos
- @desfasamento entre as abordagens actuais para definir especificações de retenção e disposição e as tabelas de prazos
- @determinação das propriedades significativas da informação é semelhante ao debate relativo à avaliação arquivística, por causa das diferentes percepções das várias comunidades de utilizadores
- @diferenças de percepção do que consiste "significância" em diferentes comunidades de utilizador
- @diferenças entre as intenções dos decisores e os resultados da avaliação e seleção
- @direitos daqueles que são sujeitos na documentação a acrescentarem as suas próprias narrativas aos documentos/informação que estão nas instituições de arquivo
- @discurso sobre a importância da avaliação, descrição, preservação no âmbito da memória e a responsabilidade dos arquivistas
- @distinguir objectividade da neutralidade
- @documentação da avaliação deve basear-se em quatro componentes centrais: contexto, descrição, análise e decisão - independente de qualquer metodologia, processo ou abordagem utilizada
- @documentar actividades e eventos complexos
- @documentary moment
- @documentary moment na era digital: arquivos e arquivistas, em conjunto com outrem, podem continuar a ter papéis proeminentes e cumprir com as responsabilidades agora e no futuro
- @documento normalizador de boas práticas para a avaliação das funções-meio
- @educação e formação do arquivista pode levar a negligenciar algum tipo de valor potencial nos documentos (neste caso o valor científico)
- @efeito dos media e percepção pública no âmbito da avaliação e acesso a informação de arquivo
- @elementos modernistas e interpretativistas de avaliação atenuam a representatividade arquivística
- @elementos que demonstram problemas do processo de avaliação: existência de legislação desactualizada; falta de competências/conhecimentos e de normas definidas para execução
- @envolvimento das minorias como participantes na criação, avaliação, descrição e uso dos seus arquivos: imigrantes e "ethnic"
- @envolvimento dos utilizadores finais relativamente à definição de períodos de retenção
- @equilíbrio entre objectividade e subjectividade aquando do julgamento de valor
- @estipula abordagem proactiva para criação, gestão e avaliação de informação de arquivo
- @estratégias fundamentadas empiricamente para avaliação de e-mail para retenção permanente
- @estratégias pessoais de gestão documental digital , de decisões de avaliação, e de identificação de valor, e de práticas de preservação na perspectiva de estudos de PIM - Gestão de Informação Pessoal
- @Estudo da evolução da avaliação de informação de arquivo federal canadiana e sua metodologia nos últimos 140 anos
- @evolução da prática e tradição arquivística coreana

@evolução do pensamento sobre a avaliação
@existem princípios fundamentais e conceitos-chave que podem e devem apoiar a documentação da avaliação
@expectativa do público para que todo e qualquer documento esteja em linha e indexado
@falta de métodos e ferramentas para os arquivistas apoiarem a sua tomada de decisão relativa à avaliação arquivística
@ferramentas que podem agilizar o processo de avaliação: DROID
@fundamento da avaliação arquivística no Brasil: princípio da avaliação contínua/permanente ao longo do ciclo de vida do documento, para poupar tempo e recursos, diminuir o risco de destruição inapropriada, e promover a accountability e transparência
@gathered information specifically about appraisal as a work process
@historian-archivist
@identificação e preservação da "causa materialis" documental da Sociedade
@impacto da proposta MPLP no trabalho com massas documentais acumuladas
@interoperabilidade da informação e bases de dados nas universidades, tendo em conta a avaliação e "disposal" (numa perspectiva funcional)
@investigação sobre a avaliação
@Jenkinson: criadores têm o direito de incluir ou destruir os documentos que quiserem
@l'évaluation archivistique ne peut pas se réduire à de la grammaire.
@l'évaluation consiste essentiellement à poser un jugement de valeur suivi d'une décision
@ligação entre avaliação e aquisição
@macroavaliação: Experiência nos Arquivos Nacionais do Canadá
@macroavaliação: Qual o resultado para a representatividade da Sociedade
@macroavaliação: valor de negócio das funções e a sua importância relativa ao contexto alargado da Sociedade
@metodologia: Black Boxes
@método de avaliação vertical-horizontal na Alemanha
@métodos para desenvolver especificações de retenção e disposição de tabela de prazos para iniciativas de open data e big data
@modelo QADEP oferece métricas específicas para avaliar e identificar o que tem valor e o que pode ser eliminado no contexto da informação eletrónica institucional
@modelos de avaliação que não estão adaptados aos ambientes dinâmicos, media colaborativos, governança e autoridades culturais interligadas e distribuídas, de constituição socialmente diversa
@momento dentro do processo de memória quando ficam cientes e confrontam a natureza instável, frágil e efémera da memória
@momento em que as colectividades têm que investir e garantir deliberadamente e conscientemente a preservação da informação
@muitas instituições da ESARBICA usam uma abordagem baseada no valor, como metodologia para avaliação arquivística
@natureza da memória
@natureza e dimensões da experiência crítica de tomada de decisão, chamada por muitos profissionais de informação por avaliação ou acquisition, mas que nós chamamos documentary moment
@necessidade de decisões de avaliação bem documentadas, baseadas na teoria e prática arquivística, tendo em conta o enquadramento legal e de política, são essenciais no contexto governamental
@necessidade de flexibilidade dos profissionais de arquivo na adaptação de novos sistemas
@necessidade de repensar a ciência arquivística, dado que o mundo empresarial foi transformado pelas TI
@necessidade de verificar se os resultados da avaliação - os arquivos históricos - constituem um património documental com significancia, e verificar se vale a pena o investimento na sua conservação, em termos de recursos materiais, técnicos, financeiros e hu
@normas, práticas, avaliação, retenção e disposal, etc. na perspectiva do utilizador e suas necessidades
@nova teoria e metodologia que parte da Arquivística e da História pode criar uma terminologia partilhada para a produção, uso e avaliação de representações históricas digitais

- @o papel do arquivista na decisão de conservar documentos de arquivo e como a Internet e ficheiros eletrónicos afetam os documentos de arquivo**
- @os arquivistas devem mudar fundamentalmente a maneira como pensam sobre seus papéis e desenvolver meios e métodos alternativos de fazer o trabalho de arquivo**
- @papel da objectividade na exclusão de alguns grupos de pessoas e documentos nos arquivos históricos**
- @papel das normas de avaliação, autenticidade e acesso relativamente a iniciativas e projectos de transparência da informação, como o Wikileaks**
- @papel do arquivista/gestor documental na criação de sistemas de informação robustos, com recursos limitados**
- @papel do profissional de arquivo como promotor de valores da Sociedade Democrática**
- @Para os teóricos da macroavaliação, a avaliação dos arquivos a partir de seu conteúdo é uma prática passada**
- @participar como co-criadores na tomada de decisão sobre avaliação, acesso e controlo, e, assim, a modelar e remodelar o arquivo a partir da sua perspectiva**
- @participatory appraisal**
- @política de avaliação**
- @políticas e práticas arquivísticas afetam que passados são lembrados oficialmente e quais são esquecidos.**
- @Porque é que as instituições de arquivo tem massas documentais acumuladas?**
- @práticas arquivísticas centrais (como avaliação) podem divergir em relação a práticas já estabelecidas, quando se muda para o ambiente digital**
- @preservar o património cultural de todos os grupos (diversidade) para facilitar a construção da sua identidade**
- @Preservar um abundante Património documental**
- @princípios, conceitos e componentes alicerçados na história e práticas actuais, devem servir de fundamento à documentação necessária para dar conta das decisões de avaliação**
- @problematizar métodos e história ligada ao arquivamento de documentos e como podem afetar o significado, validade e rigor**
- @process-driven approach to managing information**
- @processo de avaliação na África Austral e de Leste não é conduzido de maneira profissional, pondo em risco o futuro da investigação histórica, a memória organizacional e o património nacional**
- @produção e consumo de informação**
- @Profissionais de arquivo devem contribuir nas fases de aquisição e implementação dos sistemas de informação de ambiente eletrónico**
- @proposta de definição e medição de qualidade de arquivos históricos produto da avaliação.**
- @proposta de estratégia para lidar com massas documentais acumuladas na África Oriental e Austral**
- @proposta de reinvenção do método arquivístico de avaliação**
- @proposta de utilização da perspectiva da teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt, para alertar os arquivistas a não serem complacentes durante a avaliação, preservação e fornecimento de acesso**
- @proposta de verificação da teoria arquivista e adequação da documentação/representação da deficiência nos arquivos, estando ligado à aplicação das práticas arquivistas de avaliação, organização e descrição**
- @proposta metodológica que mistura macroavaliação, avaliação funcional e DIRKS na Nova Zelândia**
- @proposta para aplicação de metodologia participativa orientada para a comunidade nos processos de avaliação , organização e descrição**
- @proposta para aplicação de visão ecológica na prática da avaliação e acesso em arquivos.**
- @Proposta para identificação, avaliação e captura de sítios web de organizações estudantis como prova das suas actividades**
- @proposta para reinventar os arquivos pelo trabalho colaborativo**
- @proposta para seleção da informação organizacional para fins da memória histórica**
- @propõe princípios para desenvolvimento de ações de gestão (incluindo avaliação) documental**
- @public endowment and preservation**

@Public organisations can make the appraisal process more open and transparent
@public sector information belongs to the public and that it should have some involvement in its selection and appraisal. Public organisations can make the appraisal process more open and transparent.
@Qual a capacidade dos arquivos para lidarem com documentação/informação produzida pelos governos?
@Qual é o nível de percepção dos problemas associados a massas documentais acumuladas?
@Quando o arquivista avalia documentos/informação, determinam o que se conserva e o que se destrói, i.é, decidem quem tem voz e quem continua sem voz
@Que mecanismos precisam de serem postos em marcha para evitar que a acumulação de massas documentais voltem a ser um problema?
@questões e problemas relacionados com a disposição dos materiais filatélicos
@questões sobre o futuro da macroavaliação
@raisons du manque d'assurance des professionnels au moment d'évaluer
@records continuum
@recuperação de informação versus preservação de suportes obsoletos
@Reduzir massa de informação
@Ref_Autor: Aby Warburg
@Ref_Autor: Adrian Cunningham
@Ref_Autor: Agnes Jonker
@Ref_Autor: Barbara Craig
@Ref_Autor: Brian Beaven
@Ref_Autor: Candace Loewen
@Ref_Autor: Carol Couture
@Ref_Autor: Catherine Bailey
@Ref_Autor: Claude Meunier
@Ref_Autor: Daniel Ducharme
@Ref_Autor: David Bearman
@Ref_Autor: Dennis Meissner
@Ref_Autor: Eric Ketelaar
@Ref_Autor: Giles Deleuze
@Ref_Autor: Hannah Arendt
@Ref_Autor: Hans Booms
@Ref_Autor: Helen Samuels
@Ref_Autor: Hilary Jenkinson
@Ref_Autor: Jean Favier
@Ref_Autor: Jean Yves Rousseau
@Ref_Autor: Jeannette Bastian
@Ref_Autor: Karen Anderson
@Ref_Autor: Kerry Badgley
@Ref_Autor: Lara Wilson
@Ref_Autor: Leopold von Ranke
@Ref_Autor: Margaret Dixon
@Ref_Autor: Mark A. Greene
@Ref_Autor: Michael Piggott
@Ref_Autor: Michel Foucault
@Ref_Autor: Natalis de Wailly
@Ref_Autor: Normand Fortier
@Ref_Autor: Richard Brown
@Ref_Autor: Richard J. Cox
@Ref_Autor: Robert Kretzschmar
@Ref_Autor: Robyn Oswald
@Ref_Autor: T.R. Schellenberg
@Ref_Autor: Terry Cook
@Ref_Autor: Terry Eastwood
@Ref_Autor: W Kaye Lamb

@reflexão sobre a história e desenvolvimentos e experiência no âmbito da Documentation Strategy, nos EUA
 @reflexão sobre o desafio da sociedade digital, na qual os modelos de gestão documental jenkisionianos não são as mais apropriadas
 @registamos-nos continuamente e instantaneamente em várias situações da vida pública e privada, no trabalho, na diversão, em conversas públicas e privadas e nas nossas relações profissionais e sociais
 @requer um modelo interpretativo capaz de representar a evidência não textual de grupos representativos, indivíduos, regiões e inferência dentro da estrutura de interpretação das sanções sociais locais
 @riscos sobre a macroavaliação
 @Selecionar documentos para Preservação
 @serve de reservatório para alimentar o cepticimo essencial como motor do progresso
 @serve para estabilizar a identidade social ou comunitária
 @sistemas aplicativos que podem avaliar documentação/informação de arquivo
 @standardisation and formalisation of organisational processes
 @tabelas de "disposal" funcionais
 @Teoria da banalidade do mal aplicada aos arquivos: enfatiza a importância do contexto, a (agency) capacidade de actuação do produtor do documentos, a capacidade da documentação banal criar uma burocracia do bem em vez do mal
 @teoria da personificação/representação/materialização complexa liga-se à teoria arquivística, particularmente a literatura que põe em causa a definição de proveniência
 @the implementation recommendations do not suggest involving the public in the selection and appraisal process of the information that is being shared (or not shared, more importantly)
 @Total Archives (Canadá)+Distributed National Collection (Austrália): Abordagem que assegura que os arquivos documentem a diversidade da actividade empresarial, cultural e intelectual do país
 @trabalho com massas documentais acumuladas
 @traduzir as decisões de macro-avaliação do arquivista em ferramentas de "disposition"
 @transferência de material para um arquivo digital depende de uma variedade de valores que podem ser abordados através da educação, desenvolvimento de infraestruturas e avaliação proactiva para retenção permanente
 @uso da análise funcional em métodos de avaliação como a Documentation Strategy e a Macro-avaliação
 @uso de fontes de utilização e de utilizadores dos documentos para efectuar a avaliação
 @uso do conceito de género na documentação eletrónica como forma de contextualização social
 @uso dos documentos como recursos históricos
 @utilidade e limitações da análise funcional na avaliação
 @utilização dos conceitos de género e reportório de género e teoria da estruturação para examinar as relações entre fontes de utilização e de utilizadores e a estrutura organizacional e funções dos programas de gestão documental dos arquivos estatais do EUA
 @Valor científico dos documentos (avaliação documental)
 @valor documental dos sítios web das organizações estudantis
 @valorização de obras de arte baseada em documentação
 @variáveis de medição podem ser automatizadas
 'Nothing is the same as something else'
 'We are what we keep; we keep what we are'
 "Lord, Save Us from the Et Cetera of the Notary"
 A "gift to the nation"
 A marshall in love
 aborda a necessidade de avaliar tendo em conta o contexto de criação e interação cidadão-Estado: censos no Canadá
 am I part of the problem or part of the solution
 ambientes de negócio digitais trazem desafios para os métodos arquivísticos - volumes de informação a processar
 An inconvenient truth?

Appraisal as Cartography
archival Ambivalence
archival profession
archives- ecology paradigm
archives between scepticism and certitude
Archives for all
Archives of the People, by the People, for the People
Archiving for self-ascertainment, identity building and permanent self-questioning
Arquivar para auto-constatação, construção de identidade e auto-questionamento permanente
ARQUIVISTAS e GESTORES DOCUMENTAIS: FUNÇÃO: Influenciar na fase de criação de documentos de arquivo
ARQUIVISTAS: Arquivistas de Fotografia
ARQUIVISTAS: moldadores do passado e não simples guardiões do passado
ARQUIVISTAS: moldaram o documento histórico através de avaliações arquivísticas baseadas em juízos pessoais
ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Compreender e documentar a deficiência
ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Condições arquivísticas no país (EUA) e advocate com as partes essenciais para lidar com isso
ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: promover accountability, open government, diversity e social justice: Advocacy e activism
ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Repensar a política de avaliação
ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Repensar orientação funcional
ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Ter em conta a primazia do mal insidioso aquando das decisões de avaliação, preservação e decisões de acesso
ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: vigilância das complexidades de documentar as mulheres e outros grupos subrepresentados na cena política americana
ARQUIVISTAS: Papel de Preservar a História
arquivos entre o cepticismo e a certeza
ARQUIVOS: DESAFIOS: Acumulação de massas documentais
ARQUIVOS: DESAFIOS: Crescente diversidade Social
ARQUIVOS: DESAFIOS: instituições a arquivarem informação nadodigital: desafio social e cultural e não tanto tecnológico
ARQUIVOS: DESAFIOS: Sobrecarga de Informação
ARQUIVOS: DESAFIOS: Vida numa Sociedade Digital
ARQUIVOS: FUNÇÕES: Servir os princípios da Democracia e apoio ao Estado de Direito
ARQUIVOS: NECESSIDADE: Abordagem cooperativa para cumprimento de desafios e deveres
ARQUIVOS: NECESSIDADE: Compreensão profunda do passado institucional
ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Alinhar com serviços para uma organização relativa a normas democráticas de accountability e transparência
ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Alinhar com uma política de memória direcionada para a documentação extensa da enorme diversidade social,
ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Coleções de documentação de mulheres políticas
ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Relembrar e esquecer os passados queer
ARQUIVOS: NECESSIDADE: Orientação Funcional Clara
ARQUIVOS: NECESSIDADE: Processo de Seleção transparente e participativo
As etapas da descrição, classificação ou indexação, e mesmo a análise de conteúdo resultam diretamente da avaliação.
Autor@_Anchor, Rachel
Autor@_Association des archivistes du..
Autor@_Bailey, Catherine
Autor@_Bass, Jordan
Autor@_Beneito Arias, Paloma
Autor@_Bigelow, Sue
Autor@_Boles, Frank
Autor@_Brown, Richard
Autor@_Caron, Daniel
Autor@_Caswell, Michelle

Autor@_Ceeney, Natalie
Autor@_Chaudron, Gerald
Autor@_Cocciolo, Anthony
Autor@_Condé, Anne-Marie
Autor@_Convery, Nicole
Autor@_Cook, Michael
Autor@_Cook, Terry
Autor@_Craig, Barbara. L.
Autor@_Crookston, Mark
Autor@_Cumming, Kate
Autor@_Cunningham, Adrian
Autor@_Daniel, Dominique
Autor@_Delaney, Jill
Autor@_Dingwall, Glenn
Autor@_Evans, Joanne
Autor@_Evans, Max J.
Autor@_Fidalgo, Maria José Vaz
Autor@_Findlay, Cassie
Autor@_Fritzke, Leena
Autor@_Frogner, Raymond O.
Autor@_Garaba, Francis
Autor@_Gorzalski, Matt
Autor@_Greene, Mark A.
Autor@_Hackman, Larry
Autor@_Hughes, Kit
Autor@_Iacovino, Livia
Autor@_Jimerson, Randall
Autor@_Johnson, Elizabeth Snowden
Autor@_Johnson, Valerie
Autor@_Jones, Michael
Autor@_Kaczmarek, Joanne
Autor@_Kellerhals, Andreas
Autor@_Kim, Yunhyong
Autor@_Kingsley, Nicholas
Autor@_Lacombe, Christian
Autor@_Lebeau, Mireille
Autor@_Levi, Charles
Autor@_Léveillé, Valerie
Autor@_Loewen, Candace
Autor@_Malkmus, Doris J.
Autor@_Man, Elizabeth
Autor@_Mancuso, Lara
Autor@_McCarthy, Gavan J.
Autor@_McDonald, John
Autor@_Mnjama, Nathan
Autor@_Moore, Erik. A.
Autor@_Mumma, Courtney C.
Autor@_Não Identificado
Autor@_Novara, Elizabeth A.
Autor@_Oliver, Gillian
Autor@_Parr, Adelaide
Autor@_Picot, Anne
Autor@_Preston, Louise
Autor@_Prom, Christopher J.
Autor@_Pugh, Mary
Autor@_Rhee, Hea Lim
Autor@_Roberts, Peter J.

Autor@_Robyns, Marcus
Autor@_Ross, Seamus
Autor@_Rydén, Reine
Autor@_Senécal, Sylvian
Autor@_Serra, Luis Esteve Casellas
Autor@_Shabou, Basma Makhoulf
Autor@_Shilton, Katie
Autor@_Sloyan, Victoria
Autor@_Smith, Allie
Autor@_Soyka, Heather
Autor@_Srinivasan, Ramesh
Autor@_Sternfeld, Joshua
Autor@_Swain, Ellen D.
Autor@_Taavetti, Riikka
Autor@_Taylor, Isabel
Autor@_Ucha, Paula Cristina
Autor@_Waiser, Bill
Autor@_Waters, Jill
Autor@_White, Sara
Autor@_Wiener, Judith A.
Autor@_Wilczek, Eliot
Autor@_Williams, Caroline
Autor@_Woolman, Jason
Autor@_Yeo, Geoffrey
Autor@_Youn, Eunha
Autor@_Zinn, Jens O.
Birds of a feather
Bureaucracy, Documentation, and Banal Evil
But a Thin Veil of Paper
Cimeira sobre arquivística digital no século XXI
commons-based peer-production
Confronting the myth of objectivity
Contrapuntal archival methods
Crippling the Archives
Data_Publ: 2006
Data_Publ: 2007
Data_Publ: 2008
Data_Publ: 2009
Data_Publ: 2010
Data_Publ: 2011
Data_Publ: 2012
Data_Publ: 2013
Data_Publ: 2014
Data_Publ: 2015
Data_Publ: 2016
development of retention policy and practice
Dificuldade de delimitar as coleções de Recursos Digitais:
ENTIDADE: American Institute of Physics
ENTIDADE: Archives New Zealand
ENTIDADE: Archives of Ontario
ENTIDADE: Archives of the State of Geneva
ENTIDADE: Archives of the State of Wallis
ENTIDADE: Archives Office of Tasmania
ENTIDADE: Arquivos Nacionais/Biblioteca e Arquivos do Canadá
ENTIDADE: Australian War Memorial
ENTIDADE: Bundesarchiv
ENTIDADE: City Council of Girona

ENTIDADE: City of Vancouver Archives
ENTIDADE: cultural institution in the Northeastern USA
ENTIDADE: Environmental Studies Department of the University of Victoria
ENTIDADE: European Central Bank
ENTIDADE: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
ENTIDADE: Labour Archives (Työväen Arkisto)
ENTIDADE: Landesarchiv (State Archives) of Baden-Württemberg
ENTIDADE: National Archives of Australia
ENTIDADE: National Patient Safety Agency
ENTIDADE: New York Archive Museum
ENTIDADE: Parramatta City Council Archives
ENTIDADE: Swedish National Archives
ENTIDADE: The Central Upper Peninsula and Northern Michigan University Archives
ENTIDADE: The National Archives
ENTIDADE: University of Illinois at Urbana-Champaign,
ENTIDADE: University of Maryland, College Park
ENTIDADE: Wellcome Library
ENTIDADE: Wikileaks
Establishing Expedient Documentary Presence
Establishing New Value Propositions for Public Memory
ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Análise Funcional
ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Documentation Strategy
ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Macro-avaliação
ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Social network approach
Eternity revisited
Federführungsmodell
FERRAMENTA: Termos e Condições para a transferência de "Informação de arquivo" dentro da autorização para efetuar a [disposition] (equivalente à Portaria de Gestão Documental) dos documentos e guia de aplicação
From the College Democrats to the Falling Illini
Full docs or it didn't happen
Hannah Arendt's World
In an interconnected world
INFORMAÇÃO COMO: as a valued asset that is managed, protected and exploited throughout its lifecycle
INFORMAÇÃO COMO: foundational civic goods
INFORMAÇÃO: PERCEPÇÃO: como bem público acessível da memória Pública
INFORMAÇÃO: PERCEPÇÃO: como capital económico ou social
INFORMAÇÃO: PERCEPÇÃO: valor de mercado (preço) de um documento
INFORMAÇÃO: Pessoal
INFORMAÇÃO: TIPOS: correspondência de correio eletrónico
INFORMAÇÃO: TIPOS: costumes locais não escritos
INFORMAÇÃO: TIPOS: documentos/informação gerada por telemóveis
INFORMAÇÃO: TIPOS: information in our books and other documentary media and artifacts
INFORMAÇÃO: TIPOS: material filatélico
INFORMAÇÃO: TIPOS: metainformação
INFORMAÇÃO: TIPOS: original documents
INFORMAÇÃO: TIPOS: Representações históricas digitais
INFORMAÇÃO: USO: a Sociedade articular, exprimir e partilhar objectivos, pressupostos, valores e éticas comuns
INFORMAÇÃO: USO: apoio na avaliação do valor financeiro de obras de arte
INFORMAÇÃO: USO: cumprir com as necessidades de negócio
INFORMAÇÃO: USO: cumprir com interesses sociais em permanência
INFORMAÇÃO: USO: garantir a responsabilização da administração pública e uma governação responsável no âmbito do Estado de Direito
INFORMAÇÃO: USO: habilitar e garantir a participação democrática nas comunidades
Instant Documentation

Integrity and Accountability

It's Not Just for Processing Anymore

Knowledge for the "risk society"

Leveraging personal information management research

Local: Alemanha

Local: Austrália

Local: África Austral e Oriental

Local: Brasil

Local: Canadá

Local: Coreia do Sul

Local: Espanha

Local: Estados Unidos da América

Local: Finlândia

Local: Internacional

Local: Nova Zelândia

Local: Países Baixos

Local: Portugal

Local: Reino Unido

Local: Suécia

Local: Suíça

Local: União Europeia

Mastodon or Retro-Success?

MEMÓRIA: NECESSIDADE: Selectividade e Esquecimento

MEMÓRIA: Tendência das organizações viverem no presente contínuo, sem ideia de um futuro ou memória

method, madness or practice?

METODOLOGIA: More Product, Less Process (MPLP)

metodologia: valor evidencial e valor informacional de Schellenberg

Não é possível existir um equilíbrio entre os fins administrativos e os fins patrimoniais na intervenção do arquivista

Negotiating Notions of Disability in Appraisal

Nome_Publ: African Journal of Library, Archive & Information Science

Nome_Publ: American Archivist

Nome_Publ: Archival Science: International Journal on Recorded Information

Nome_Publ: Archivaria

Nome_Publ: Archives & Manuscripts

Nome_Publ: Archives and Records The Journal of the Archives and Records Association

Nome_Publ: Archives La Revue de l'Association des Archivistes du Québec (00449423)

Nome_Publ: Archives The Journal of the British Records Association (00039535)

Nome_Publ: Cadernos BAD

Nome_Publ: Information Development

Nome_Publ: Journal of Archival Organization

Nome_Publ: Journal of the Society of Archivists

Nome_Publ: Records Management Journal

O princípio da proveniência procura constituir uma unidade de significado, procura esclarecer e assegurar uma proximidade entre cada documento, mas ignorando/omitindo as rupturas na história das ideias (mesmo num curto prazo).

Our archives, our selves

Past imperfect?

patrimoine clé pour la culture

Problemas e perigos das meta-narrativas e discursos dominantes requerem mecanismos que acolham os impotentes e que reflitam a pluralidade da sociedade: apoio a iniciativas arquivísticas comunitárias ou de bases

processo de memória

PROFISSIONAL DE GESTÃO DOCUMENTAL: should concentrate on embedding recordkeeping concerns into ICT systems used in modern organisations

PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO: Como se manifesta essa relevância?

PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO: Qual a sua Relevância numa sociedade repleta de informação e intensiva?

PROJECTO(?) aumentar acessibilidade @sistema de informação sobre Records Disposition Authorities do LAC, no Canadá, apoia a investigação dos arquivistas, para medir a qualidade do programa de avaliação, e para descrição das séries documentais de arquivo defin

PROJECTO(?) desenvolver coleções de documentos sobre a actividade política de mulheres, idenrificando critérios de seleção

PROJECTO(?) Entidades académicas e estatais desenvolvem infraestruturas para salvaguarda da informação de arquivo eletrónica a longo prazo, e as responsabilidades dos profissionais, por exemplo, na avaliação

PROJECTO(?) Internacional Social Science Risk Database, criada com base no sistema arquivístico e de controlo de metainformação, com o fim de apoiar a gestão de risco da Sociedade (Verificar se isto tem que ver com avaliação)

PROJECTO(?) Ligar análise funcional ao ambiente aonde se criam e geridos os documentos... aonde trabalham os gestores

PROJECTO(?) orientações para avaliação, preservação e descrição de material filatélico

PROJECTO(?) proposta de abordagem para tratamento (avaliação incluída) de arquivos arquitectónicos

PROJECTO(?) Proposta de abordagem participatória de criação e avaliação de arquivos para garantir o aprofundamento dos direitos culturais e identidade cultural, na Austrália

PROJECTO(?) Proposta para criação de plano de riscos sobre avaliação e tratamento de informação de arquivo em coleções com materiais perigosos

PROJECTO(?): avaliação com apoio da historiografia para contextualização da informação histórica digital nos EUA

PROJECTO(?): avaliação de massas documentais acumuladas no Arquivo da Câmara Municipal de Parramatta

PROJECTO(?): Avaliação e PCA baseado nos princípios da ISO 15489

PROJECTO(?): criação de processos de trabalho para processamento de arquivos digitais e híbridos. inclui avaliação e sensitivity review

PROJECTO(?): proposta de método validado para dar "valores de retenção" aos documentos, no Banco Central Europeu

PROJECTO(?): Reconfiguração do processo de avaliação e organização dos arquivos históricos de uma Universidade dos EUA

PROJECTO(?):Arquivos LGBTx finlandeses

PROJECTO(?):Documentar a experiência militar americana nas guerras do Iraque e Afeganistão. Desafios da avaliação apresentados pelas complexidades da guerra

PROJECTO(?):proposta de modelo de medição de qualidade dos documentos e arquivos electrónicos públicos (QADEPS) e sua aplicação

PROJECTO(?)Estudo de caso sobre a utilização de amostragem na avaliação e seleção em arquivos e suas consequências para a investigação: arquivos de polícia na Suécia, datada de 1969- será que inclui informação eletrónica?

PROJECTO(?)iniciativas britânicas face a coleções eletrónicas

PROJECTO(?)programas de arquivo e gestão documental para avaliação arquivística nos EUA

PROJECTO: Avaliação de informação de arquivo eletrónica da câmara municipal no âmbito do Open Data Project

PROJECTO: Desenvolver quadro de referência das funções a nível governamental nacional na Austrália

PROJECTO: implementação de projectos de documentation strategy, alguns em ambiente eletrónico

PROJECTO: Incorporação e avaliação dos fundos documentais digitais dos Jogos Olímpicos no Canadá

PROJECTO: iTRUST métodos para desenvolver especificações de retenção e disposição de tabelas de prazos para processos de negócio que lidam com dados abertos e big data

PROJECTO: Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project. uso de fotos em arquivo histórico para comparação da evolução de locais ao longo do tempo. Valor dos documentos científicos (avaliação documental)

PROJECTO: PIVOT Países Baixos, analisar funções e massas acumuladas desde a 2ªGuerra Mundial
PROJECTO: plano de macroavaliação da Biblioteca e Arquivos do Canadá para todo o Governo
PROJECTO: Produção de termos e condições de âmbito funcional
PROJECTO: Recuperação de informação de arquivo em disquetes. Arquivos Ontário
Projecto: Solução de avaliação para "case files" nos organismos governamentais canadianos
PROJECTO: Tabela de Seleção das Funções-Meio. TT, Portugal
proposta para o Canadá de nova lei da protecção do património cultural
PROPRIEDADE: Memória: ephemeral
PROPRIEDADE: Memória: fragility of public memory
PROPRIEDADE: Memória: instability
re-appraisal of professional identity
records relating to indigenous Australians
Recorrência do termo: Acquisition
Recorrência do termo: Appraisal
Recorrência do termo: Archival Case Records
Recorrência do termo: Archival Records
Recorrência do termo: Assessing
Recorrência do termo: Autorisation de disposer des documents
Recorrência do termo: Case Files
Recorrência do termo: Conservation
Recorrência do termo: Custody Arrangement
Recorrência do termo: Data
Recorrência do termo: Disposal Schedule
Recorrência do termo: Disposer
Recorrência do termo: Disposition/Disposal
Recorrência do termo: Document
Recorrência do termo: Document d'archives
Recorrência do termo: Documental
Recorrência do termo: Documentary
Recorrência do termo: Documentary Heritage
Recorrência do termo: Documentary Moment
Recorrência do termo: Documentation
Recorrência do termo: Documentation pour disposer des documents
Recorrência do termo: Documentation Strategy
Recorrência do termo: Documented
Recorrência do termo: Documenté
Recorrência do termo: Documenting
Recorrência do termo: Documention Plan
Recorrência do termo: Documentons
Recorrência do termo: documents d'archives
Recorrência do termo: Documents Numériques
Recorrência do termo: Documents Numériques Patrimoniaux
Recorrência do termo: Draft Appraisal Reports
Recorrência do termo: E-Records
Recorrência do termo: Electronic information management
Recorrência do termo: Enduring Value
Recorrência do termo: Evaluation
Recorrência do termo: Évaluation
Recorrência do termo: File Case Records
Recorrência do termo: Files
Recorrência do termo: Functional Analysis
Recorrência do termo: Gestion des documents
Recorrência do termo: Gestionnaires d'Informations Personnelles
Recorrência do termo: Heritage
Recorrência do termo: Identity
Recorrência do termo: Indexes/Indexation

Recorrência do termo: Legacy records
 Recorrência do termo: Macroappraisal
 Recorrência do termo: Memory
 Recorrência do termo: Monetary Evaluation
 Recorrência do termo: Patrimonial
 Recorrência do termo: Permanent Preservation
 Recorrência do termo: Personal Information Management (PIM)
 Recorrência do termo: Preservation
 Recorrência do termo: Préservation
 Recorrência do termo: Proactive Appraisal
 Recorrência do termo: Reactive appraisal
 Recorrência do termo: Record (verbo)
 Recorrência do termo: Recorded
 Recorrência do termo: Recordkeeping
 Recorrência do termo: Recordkeeping Systems
 Recorrência do termo: Records
 Recorrência do termo: Records Continuum
 Recorrência do termo: Records Disposition Authority
 Recorrência do termo: Remember
 Recorrência do termo: Retention
 Recorrência do termo: Retention and disposal schedule
 Recorrência do termo: Retention Scheduling
 Recorrência do termo: Schedule/Scheduling
 Recorrência do termo: Selection
 Recorrência do termo: Sensitivity Review
 Recorrência do termo: Sélection
 Recorrência do termo: Value Based
 Recorrência do termo: Value/Valeur
 red herring or a way forward?
 Reinventing appraisal
 Reinventing archival methods
 Remembering and forgetting queer pasts
 SELECT * FROM VANOC_Records AS Archives WHERE Value="true"
 Shaping and reshaping cultural identity and memory
 Statistical Records
 Studying Reality
 TERMO: en- :records
 TERMO: en-au: Custody arrangements
 TERMO: en-au: Disposal
 TERMO: en-au: Disposal Schedule
 TERMO: en-au: documentation plan
 TERMO: en-au: indexes
 TERMO: en-au: record- keeping
 TERMO: en-au: retention
 TERMO: en-ca: Acquisition
 TERMO: en-ca: appraisal
 TERMO: en-ca: Archival Case Records
 TERMO: en-ca: Archival Records
 TERMO: en-ca: assessing
 TERMO: en-ca: Case Files
 TERMO: en-ca: Disposition
 TERMO: en-ca: e-records
 TERMO: en-ca: enduring value
 TERMO: en-ca: Evaluation
 TERMO: en-ca: legacy e-records
 TERMO: en-ca: monetary evaluation
 TERMO: en-ca: Personal Information Management (PIM)

TERMO: en-ca: preservation
TERMO: en-ca: record
TERMO: en-ca: recorded
TERMO: en-ca: Recordkeeping
TERMO: en-ca: recordkeeping systems
TERMO: en-ca: Records Disposition Authority
TERMO: en-ca: Selection
TERMO: en-uk: draft appraisal reports
TERMO: en-uk: electronic information management
TERMO: en-uk: permanent preservation
TERMO: en-uk: reactive appraisal
TERMO: en-uk: recordkeeping
TERMO: en-uk: retention
TERMO: en-uk: retention scheduling
TERMO: en-uk: sensitivity review
TERMO: en-uk: staff files
TERMO: en-us(?): appraisal and retention scheduling
TERMO: en-us: appraisal
TERMO: en-us: permanent preservation
TERMO: en-us: retention
TERMO: en-za: value based approach
TERMO: fr-ca: l'autorisation de disposer des documents
TERMO: fr-ca: acquisition
TERMO: fr-ca: conservation
TERMO: fr-ca: conserver
TERMO: fr-ca: documentation pour disposer des documents
TERMO: fr-ca: documentées
TERMO: fr-ca: documentons
TERMO: fr-ca: documents
TERMO: fr-ca: documents d'archives
TERMO: fr-ca: documents numériques
TERMO: fr-ca: documents numériques patrimoniaux
TERMO: fr-ca: évaluation
TERMO: fr-ca: gestion des documents
TERMO: fr-ca: gestionnaires d'informations personnelles
TERMO: fr-ca: préservation
TERMO: fr-ca: Préservation Numérique
TERMO: fr-ca: sélection
The Documentary Moment in the Digital Age
The Element of Surprise
Título_P 1-01: Transformar decisões de Macro-Avaliação em acervos/fundos de arquivo: elaboração de termos e condições baseadas nas funções para a transferência da Informação/Documentos de Arquivo Eletrónico
Título_P 1-02: O Momento Documentário na Idade Digital: Estabelecimento de novas propostas de valor para a memória pública
Título_P 1-03: Arquivar para a auto-constatação, construção de identidade e auto questionamento permanente: Arquivos entre o cepticismo e a certeza
Título_P 1-04: Avaliar conteúdo para valorização no Novo Mundo: determinar documentação adequada
Título_P 1-05: O E-mail como um recurso de património cultural: soluções de avaliação no contexto de um museu de arte
Título_P 1-06: Da avaliação reactiva para a avaliação proactiva
Título_P 1-07: "Somos aquilo que guardamos/conservamos; Guardamos/Conservamos aquilo que nós somos: O passado, presente e futuro da avaliação arquivística
Título_P 1-08: Fazer Avaliação arquivística no Canadá: resultado de um inquérito às experiências, prática e opiniões dos praticantes
Título_P 1-09: Reinventar a avaliação

- Título_P 1-10: Eternidade Revisitada: À procura de uma estratégia documental nacional e um sistema arquivístico nacional**
- Título_P 1-11: "Mais Produto, Menos Processo": já não é apenas para processamento**
- Título_P 1-12: A avaliação como cartografia: estudos culturais nos arquivos**
- Título_P 1-13: Questionar os princípios orientadores da avaliação arquivística**
- Título_P 1-14: A evolução, aplicação e futuro da macroavaliação**
- Título_P 1-15: Documentation Strategy: Mastodonte ou Retro-sucesso**
- Título_P 1-16: Uma abordagem funcional para avaliação e Prazos de Conservação**
- Título_P 1-17: <Pessoas que têm personalidade similar>: Alguns elementos indispensáveis sobre sobre o paradigma da ecologia de arquivos**
- Título_P 1-18: Género Documentário e gestão documental eletrónica: Engano ou caminho a seguir?**
- Título_P 1-19: Análise Funcional institucional na Universidade do Norte do Michigan: Um novo processo de avaliação e organização de Informação/documentos de arquivo**
- Título_P 1-20: Avaliação e Organização Participativa para Coleções de Arquivo Multiculturais**
- Título_P 1-21: A Discussão da avaliação alemã desde 1990: uma panorâmica**
- Título_P 1-22: Estudar a Realidade: A aplicação de Teoria num aspecto da prática do Reino Unido**
- Título_P 1-23: Os Arquivos, um património-chave para a cultura**
- Título_P 2-01: Avaliação arquivística, uso local (consuetudinário), e lei colonial**
- Título_P 2-02: MPLP: Método, loucura ou prática?**
- Título_P 2-03: propriedades e noções significativas de identidade e originalidade**
- Título_P 2-04: Aquisição/Incorporação(?) e avaliação dos fundos dos Jogos Olímpicos de Inverno 2010**
- Título_P 2-05: Oferta para a nação: diários e cadernos de CEW Bean**
- Título_P 2-06: Lembrando e esquecendo os passados "queer" nos arquivos finlandeses**
- Título_P 2-07: Potenciar a investigação sobre gestão de informação pessoal no arquivamento de registos/documentos digitais pessoais**
- Título_P 2-08: impacto de registos/documentos no valor de obras de arte**
- Título_P 2-09: "Uma verdade inconveniente?": Fotografia científica e ambivalência arquivística**
- Título_P 2-10: Avaliação e acesso: Devemos esperar mudanças impulsionadas pelos suportes e pela conscientização pública**
- Título_P 2-11: Avaliação do valor dos registos/documentos estatísticos do Banco Central Europeu para efeitos de programação de retenção (prazos de conservação)**
- Título_P 2-12: avaliação de arquivos no Brasil**
- Título_P 2-13: Prática de avaliação nos arquivos estaduais dos EUA e nos programas de gestão documental**
- Título_P 2-14: Teoria de Arquivística e Historiografia Digital: Seleção, Pesquisa e Metadados como Processos Arquivísticos para Verificação da Contextualização Histórica**
- Título_P 2-15: Tradições arquivísticas na história coreana: da prática medieval ao contemporâneo Public Records Management Act**
- Título_P 2-16: Arquivos para todos: responsabilidade profissional e justiça social**
- Título_P 2-17: Arquivos históricos e organização: um encontro difícil.**
- Título_P 2-18: Arquivos do povo, pelo povo, para o povo**
- Título_P 2-19: Archives Office of Tasmania.**
- Título_P 2-20: Arquivos nadodigitais na Wellcome Library: avaliação e análise de sensibilidade de dois discos rígidos.**
- Título_P 2-21: Um ténue véu de papel**
- Título_P 2-22: Desafios do arquivar nadodigital institucional : o caso de um museu de arte de Nova York.**
- Título_P 2-23: Como preparar uma avaliação monetária de arquivos privados**
- Título_P 2-24: Métodos arquivísticos de contraponto(?)**
- Título_P 2-25: Criando História? Confrontando o mito da objectividade no Arquivo**
- Título_P 2-26: Negociando noções de Deficiência na Avaliação, Organização e Descrição**
- Título_P 2-27: Lidando com massa documentais acumuladas na África Oriental e Austral**
- Título_P 2-28: Diplomática digital e medição de qualidades de dados públicos eletrónicos.**

Título_P 2-29: Documentar mulheres legisladoras do Estado de Maryland: A Política de Recolher Documentos Políticos de Mulheres

Título_P 2-30: Documentando a experiência militar americana nas guerras do Iraque e do Afeganistão

Título_P 2-31: Documentando a experiência imigrante e étnica nos arquivos americanos

Título_P 2-32: Definição e medição das qualidades/atributos/características dos arquivos definitivos/históricos resultantes de uma avaliação

Título_P 2-33: Identificar, avaliar e capturar sítios web de organizações estudantil

Título_P 2-34: Documentos completos ou isso não aconteceu.

Título_P 2-35: Géneros e reportórios de género de utilizadores e fontes de informações sobre utilização na prática de avaliação nos arquivos e gestão documental estaduais dos EUA

Título_P 2-36: Mundo de Hannah Arendt: Burocracia, Documentação e Mal Banal

Título_P 2-37: Implementação de regulamentos de avaliação incluindo a seleção de amostras de arquivo: estudo de caso sobre a polícia do distrito sueco

Título_P 2-38: Num mundo interconectado - por que pensamos em funções?

Título_P 2-39: Documentação Instantânea: Documentos/Registos Gerados por Telemóvel nos Arquivos

Título_P 2-40: Integridade e responsabilidade (accountability): por que é importante

Título_P 2-41: Conhecimento para a "Sociedade de Risco": Desenvolvimento de uma base de dados de Risco para a Ciência Social Internacional

Título_P 2-42: Processamento Mínimo: O seu Contexto e Influência na Comunidade Arquivística

Título_P 2-43: Notas e Comunicações em quinhentos Discos de 5,25 polegadas e uma máquina (Finicky): Um relatório sobre um projeto-piloto sobre registos/documentos eletrónicos legados (antigos) nos Arquivos de Ontário

Título_P 2-44: Nossos arquivos, nós mesmos: Estratégia de documentação (Documentation Strategy) e reavaliação da identidade profissional

Título_P 2-45: Arquivos da Câmara Municipal de Parramatta

Título_P 2-46: Pretérito Imperfeito? Reflexões sobre a evolução da avaliação dos documentos de arquivo do governo federal canadiano

Título_P 2-47: Materiais filatélicos em coleções de arquivos: sua avaliação, preservação e descrição.

Título_P 2-48: Projecto de Tabela de Avaliação e Seleção das "Funções-meio"

Título_P 2-49: Reflexões sobre a promessa e as armadilhas na reinvenção da metainformação da gestão documental

Título_P 2-50: Reinventando os métodos de arquivo: sou parte do problema ou parte da solução?

Título_P 2-51: Modelação e remodelação da Identidade e Memória Cultural: Maximizar os direitos Humanos através de um arquivo participativo

Título_P 2-52: As Complexidades dos Recursos Digitais: Delimitação de Coleções e Responsabilidades de Gestão

Título_P 2-53: O elemento de Surpresa: Preparando-se para a Possibilidade de Materiais Perigosos dentro de Coleções Arquivísticas

Título_P 2-54: O mapeamento, selecção e abertura de dados: A contribuição da gestão documental para o projecto Open Data na Câmara Municipal de Girona

Título_P 2-55: Arquivo Arquitectónico: Oportunidades e Desafios

Título_P 2-56: As origens das estratégias de documentação (Documentation Strategies) no contexto: recordações e reflexões.

Título_P 2-57: O potencial de "função" como um descritor de arquivo

Título_P 2-58: O Papel de um Arquivo Nacional do Século XXI: A Relevância da Tradição Jenkinsoniana e uma Redefinição para a Sociedade da Informação.

Título_P 2-59: O estado das práticas de avaliação de arquivos na região da ESARBICA

Título_P 2-60: Qual o cronograma de retenção (retention schedule) na era da Big Data e Dados Abertos?

Turning Macro-appraisal Decisions into Archival Holdings

understandings of Australian life through the management and retention of its personal, corporate and societal memory

une difficile rencontre

uso das plataformas sociais digitais para reforçar os direitos culturais e a identidade cultural
We should expect changes driven by the media and by public awareness

Apêndice 5 – Famílias e Superfamílias de Códigos (Codificação Aberta e Axial)

Code Families

HU: Resumos
 File: [D:\Users\luisc\OneDrive\tese\Atlas.Ti\Resumos.hpr7]
 Edited by: luiscorujo
 Date/Time: 2020-10-11 09:06:46

Code Family: *Elementos de Metodologia e Teoria da Avaliação indicados no..

Created: 2019-03-21 12:28:46 (luiscorujo)

Codes (173): [@ l'acte de compréhension, qui caractérise la philosophie herméneutique, apporterait une assise théorique pour l'évaluation des archives.] [@ risk-based retention schedule] [@a implementação de uma tabela de retenção correrá melhor se os utilizadores finais estiverem envolvidos desde o início do processo de concepção e se compreenderem os benefícios desta ferramenta] [@a prática arquivística interage activamente com as necessidades ideológicas e sociais no seu contexto histórico] [@a tomada de decisão da retenção de documentos em organismos publicos é difícil de estabelecer e justificar porque geralmente se baseia em práticas subjectivas e não fundamentadas] [@aborda a reinvenção de métodos de arquivo, incluindo records continuum e a avaliação e retenção de informação de arquivo] [@abordagem da análise funcional para avaliação e identificação de Prazos de Conservação] [@abordagem da avaliação que utiliza uma combinação de vários métodos de avaliação: avaliação funcional, técnica, e "bottom-up"] [@abordagem de avaliação horizontal e vertical dos Arquivos do Estado de Baden-Württemberg] [@abordagem sobre as questões funcionais (da avaliação) no âmbito da descrição documental] [@abordagens para verificação, planificação e defesa pela profissão] [@análise da literatura sobre a Documentation Strategy: o papel e influência do arquivista na avaliação (intersecção entre a teoria arquivista e a identidade profissional)/aplicação prática de uma mudança de identidade dentro da profissão] [@aplicação da teoria da avaliação documental num conjunto de arquivos do Reino Unido] [@application of MPLP to appraisal] [@appraisal and, to an extent, access decisions should be considered by public sector organisations as soon as information is created and/or received] [@appraisal is mostly still a reactive assessment of semi- or non-current records, often even still in paper format] [@Appraisal of digital information is dependent on systems setup to support recordkeeping processes and systems built with information management processes in mind.] [@automatização do processo de avaliação] [@avaliação (macroavaliação) tenta ser objectiva, mas tem sempre elementos de subjetividade] [@avaliação de arquivo contemporânea continua a privilegiar a evidência textual e enforma as decisões de avaliação em modelos jurídicos estruturados/hierárquicos de governança e autoridade] [@avaliação de suportes digitais/eletrónicos legados] [@avaliação documental de organismo governamental Canadano, resulta em dois Records Disposition Authorities] [@avaliação envolve uma indicação de valor] [@avaliação refere-se a valor, no pressuposto que os arquivistas podem escolher o que é importante para a posteridade] [@avaliar big data] [@avaliar dados informais] [@coleções de fotografia levantam questões sobre decisões de avaliação e aquisição de documentação científica, e do valor desses registos/documentação/informação] [@como a implementação da decisão de avaliação afeta os potenciais de investigação] [@como lidar com informação de arquivo eletrónica em situações em que se devem tomar decisões imediatas sobre que informação digital deve ser conservada e preservada.] [@comparação arquivos públicos Canadá e Austrália] [@contexto] [@critérios para efectuar uma avaliação monetária de arquivos ou documentos] [@cultural studies model of appraisal] [@decisões erradas na avaliação constituem uma barreira no acesso aos documentos e arquivos] [@delicadeza da tarefa de avaliar: o futuro potencial de investigação dos documentos é uma variável difícil de determinar] [@desafios de arquivar objectos nadodigitais num museu de arte] [@desafios intemporais a nível legal e arquivístico na avaliação, preservação e referenciação dos costumes locais não escritos] [@desfasamento entre as abordagens actuais para definir especificações de retenção e disposição e as tabelas de prazos] [@determinação das propriedades significativas da informação é semelhante ao debate relativo à avaliação arquivística, por causa das diferentes percepções das várias comunidades de utilizadores] [@diferenças de percepção do que consiste "significância" em diferentes comunidades de utilizador] [@diferenças entre as intenções dos decisores e os resultados da avaliação e seleção] [@direitos daqueles que são sujeitos na documentação a acrescentarem as suas próprias narrativas aos documentos/informação que estão nas instituições de arquivo] [@documentação da avaliação deve basear-se em quatro componentes centrais: contexto, descrição, análise e decisão - independente de qualquer metodologia, processo ou abordagem utilizada] [@documentar actividades e eventos complexos] [@documentary moment] [@documentary moment na era digital: arquivos e

arquivistas, em conjunto com outrem, podem continuar a ter papéis proeminentes e cumprir com as responsabilidades agora e no futuro] [documento normalizador de boas práticas para a avaliação das funções-meio] [elementos modernistas e interpretativistas de avaliação atenuam a representatividade arquivística] [elementos que demonstram problemas do processo de avaliação: existência de legislação desactualizada; falta de competências/conhecimentos e de normas definidas para execução] [envolvimento das minorias como participantes na criação, avaliação, descrição e uso dos seus arquivos: imigrantes e "ethnic"] [envolvimento dos utilizadores finais relativamente à definição de períodos de retenção] [equilíbrio entre objectividade e subjectividade aquando do julgamento de valor] [estipula abordagem proactiva para criação, gestão e avaliação de informação de arquivo] [estratégias fundamentadas empiricamente para avaliação de e-mail para retenção permanente] [estratégias pessoais de gestão documental digital, de decisões de avaliação, e de identificação de valor, e de práticas de preservação na perspectiva de estudos de PIM - Gestão de Informação Pessoal] [Estudo da evolução da avaliação de informação de arquivo federal canadiana e sua metodologia nos últimos 140 anos] [evolução da prática e tradição arquivística coreana] [evolução do pensamento sobre a avaliação] [existem princípios fundamentais e conceitos-chave que podem e devem apoiar a documentação da avaliação] [expectativa do público para que todo e qualquer documento esteja em linha e indexado] [falta de métodos e ferramentas para os arquivistas apoiarem a sua tomada de decisão relativa à avaliação arquivística] [ferramentas que podem agilizar o processo de avaliação: DROID] [fundamento da avaliação arquivística no Brasil: princípio da avaliação contínua/permanente ao longo do ciclo de vida do documento, para poupar tempo e recursos, diminuir o risco de destruição inapropriada, e promover a accountability e transparência] [gathered information specifically about appraisal as a work process] [identificação e preservação da "causa materialis" documental da Sociedade] [impacto da proposta MPLP no trabalho com massas documentais acumuladas] [interoperabilidade da informação e bases de dados nas universidades, tendo em conta a avaliação e "disposal" (numa perspectiva funcional)] [Jenkinson: criadores têm o direito de incluir ou destruir os documentos que quiserem] [évaluation archivistique ne peut pas se réduire à de la grammaire.] [évaluation consiste essentiellement à poser un jugement de valeur suivi d'une décision] [ligação entre avaliação e aquisição] [macroavaliação: Experiência nos Arquivos Nacionais do Canadá] [macroavaliação: Qual o resultado para a representatividade da Sociedade] [macroavaliação: valor de negócio das funções e a sua importância relativa ao contexto alargado da Sociedade] [metodologia: Black Boxes] [método de avaliação vertical-horizontal na Alemanha] [métodos para desenvolver especificações de retenção e disposição de tabela de prazos para iniciativas de open data e big data] [modelo QADEP oferece métricas específicas para avaliar e identificar o que tem valor e o que pode ser eliminado no contexto da informação eletrónica institucional] [modelos de avaliação que não estão adaptados aos ambientes dinâmicos, media colaborativos, governança e autoridades culturais interligadas e distribuídas, de constituição socialmente diversa] [muitas instituições da ESARBICA usam uma abordagem baseada no valor, como metodologia para avaliação arquivística] [natureza e dimensões da experiência crítica de tomada de decisão, chamada por muitos profissionais de informação por avaliação ou acquisition, mas que nós chamamos documentary moment] [necessidade de decisões de avaliação bem documentadas, baseadas na teoria e prática arquivística, tendo em conta o enquadramento legal e de política, são essenciais no contexto governamental] [necessidade de verificar se os resultados da avaliação - os arquivos históricos - constituem um património documental com significancia, e verificar se vale a pena o investimento na sua conservação, em termos de recursos materiais, técnicos, financeiros e hu] [normas, práticas, avaliação, retenção e disposal, etc. na perspectiva do utilizador e suas necessidades] [nova teoria e metodologia que parte da Arquivística e da História pode criar uma terminologia partilhada para a produção, uso e avaliação de representações históricas digitais] [papel da objectividade na exclusão de alguns grupos de pessoas e documentos nos arquivos históricos] [papel das normas de avaliação, autenticidade e acesso relativamente a iniciativas e projectos de transparência da informação, como o Wikileaks] [papel do arquivista/gestor documental na criação de sistemas de informação robustos, com recursos limitados] [Para os teóricos da macroavaliação, a avaliação dos arquivos a partir de seu conteúdo é uma prática passada] [participar como co-criadores na tomada de decisão sobre avaliação, acesso e controlo, e, assim, a modelar e remodelar o arquivo a partir da sua perspectiva] [participatory appraisal] [política de avaliação] [políticas e práticas arquivísticas afectam que passados são lembrados oficialmente e quais são esquecidos.] [práticas arquivísticas centrais (como avaliação) podem divergir em relação a práticas já estabelecidas, quando se muda para o ambiente digital] [Preservar um abundante Património documental] [problematizar métodos e história ligada ao arquivamento de documentos e como podem afetar o significado, validade e rigor] [process-driven approach to managing information] [processo de avaliação na África Austral e de Leste não é conduzido de maneira profissional, pondo em risco o futuro da investigação histórica, a memória organizacional e o património nacional] [produção e consumo de informação] [proposta de definição e medição de qualidade de arquivos históricos produto da avaliação.] [proposta de estratégia para lidar com massas documentais acumuladas na África Oriental e Austral] [proposta de reinvenção do método arquivístico de avaliação] [proposta de utilização da perspectiva da teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt, para alertar os arquivistas a não serem complacentes durante a avaliação, preservação e fornecimento de acesso] [proposta de verificação da teoria arquivista e adequação da documentação/representação da deficiência nos arquivos, estando ligado à aplicação das práticas arquivistas de avaliação, organização e descrição] [proposta metodológica que mistura macroavaliação, avaliação funcional e DIRKS na Nova Zelândia] [proposta para aplicação de metodologia participativa orientada para a comunidade nos processos de avaliação, organização e descrição] [proposta para aplicação de visão ecológica na prática da avaliação e acesso em arquivos.] [Proposta para identificação,

avaliação e captura de sítios web de organizações estudantis como prova das suas actividades] [@proposta para reinventar os arquivos pelo trabalho colaborativo] [@proposta para seleção da informação organizacional para fins da memória histórica] [@propõe princípios para desenvolvimento de ações de gestão (incluindo avaliação documental)] [@public endowment and preservation] [@public sector information belongs to the public and that it should have some involvement in its selection and appraisal. Public organisations can make the appraisal process more open and transparent.] [@Qual a capacidade dos arquivos para lidarem com documentação/informação produzida pelos governos?] [@Que mecanismos precisam de serem postos em marcha para evitar que a acumulação de massas documentais voltem a ser um problema?] [@questões e problemas relacionados com a disposição dos materiais filatélicos] [@questões sobre o futuro da macroavaliação] [@records continuum] [@recuperação de informação versus preservação de suportes obsoletos] [@Reduzir massa de informação] [@reflexão sobre a história e desenvolvimentos e experiência no âmbito da Documentation Strategy, nos EUA] [@reflexão sobre o desafio da sociedade digital, na qual os modelos de gestão documental jenkisionianos não são as mais apropriadas] [@requer um modelo interpretativo capaz de representar a evidência não textual de grupos representativos, indivíduos, regiões e inferência dentro da estrutura de interpretação das sanções sociais locais] [@riscos sobre a macroavalição] [@Selecionar documentos para Preservação] [@sistemas aplicativos que podem avaliar documentação/informação de arquivo] [@tabelas de "disposal" funcionais] [@Teoria da banalidade do mal aplicada aos arquivos: enfatiza a importância do contexto, a (agency) capacidade de actuação do produtor do documentos, a capacidade da documentação banal criar uma burocracia do bem em vez do mal] [@the implementation recommendations do not suggest involving the public in the selection and appraisal process of the information that is being shared (or not shared, more importantly)] [@Total Archives (Canadá)+Distributed National Collection (Austrália): Abordagem que assegura que os arquivos documentem a diversidade da actividade empresarial, cultural e intelectual do país] [@trabalho com massas documentais acumuladas] [@traduzir as decisões de macro-avaliação do arquivista em ferramentas de "disposition"] [@transferência de material para um arquivo digital depende de uma variedade de valores que podem ser abordados através da educação, desenvolvimento de infraestruturas e avaliação proactiva para retenção permanente] [@uso da análise funcional em métodos de avaliação como a Documentation Strategy e a Macro-avaliação] [@uso de fontes de utilização e de utilizadores dos documentos para efectuar a avaliação] [@uso do conceito de género na documentação eletrónica como forma de contextualização social] [@utilidade e limitações da análise funcional na avaliação] [@utilização dos conceitos de género e reportório de género e teoria da estruturação para examinar as relações entre fontes de utilização e de utilizadores e a estrutura organizacional e funções dos programas de gestão documental dos arquivos estatais do EUA] [@valor documental dos sítios web das organizações estudantis] [@valorização de obras de arte baseada em documentação] [@variáveis de medição podem ser automatizadas] [aborda a necessidade de avaliar tendo em conta o contexto de criação e interação cidadão-Estado: censo no Canadá] [ambientes de negócio digitais trazem desafios para os métodos arquivísticos - volumes de informação a processar] [archival profession] [Arquivar para auto-constatação, construção de identidade e auto-questionamento permanente] [ARQUIVOS: DESAFIOS: instituições a arquivarem informação nadodigital: desafio social e cultural e não tanto tecnológico] [ARQUIVOS: DESAFIOS: Vida numa Sociedade Digital] [As etapas da descrição, classificação ou indexação, e mesmo a análise de conteúdo resultam diretamente da avaliação.] [commons-based peer-production] [development of retention policy and practice] [Dificuldade de delimitar as coleções de Recursos Digitais:] [ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Análise Funcional] [ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Documentation Strategy] [ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Macro-avaliação] [ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Social network approach] [Federführungsmodell] [FERRAMENTA: Termos e Condições para a transferência de "Informação de arquivo" dentro da autorização para efetuar a [disposition] (equivalente à Portaria de Gestão Documental) dos documentos e guia de aplicação] [INFORMAÇÃO: TIPOS: correspondência de correio eletrónico] [METODOLOGIA: More Product, Less Process (MPLP)] [metodologia: valor evidencial e valor informacional de Schellenberg] [Não é possível existir um equilíbrio entre os fins administrativos e os fins patrimoniais na intervenção do arquivista] [Problemas e perigos das meta-narrativas e discursos dominantes requerem mecanismos que acolham os impotentes e que reflitam a pluralidade da sociedade: apoio a iniciativas arquivísticas comunitárias ou de bases] [PROJECTO(?) Entidades académicas e estatais desenvolvem infraestruturas para salvaguarda da informação de arquivo eletrónica a longo prazo, e as responsabilidades dos profissionais, por exemplo, na avaliação] [PROJECTO(?): avaliação com apoio da historiografia para contextualização da informação histórica digital nos EUA] [PROJECTO(?): criação de processos de trabalho para processamento de arquivos digitais e híbridos. inclui avaliação e sensitivity review] [PROJECTO(?): proposta de método validado para dar "valores de retenção" aos documentos, no Banco Central Europeu] [PROJECTO(?): proposta de modelo de medição de qualidade dos documentos e arquivos electrónicos públicos (QADEPS) e sua aplicação] [PROJECTO(?) Estudo de caso sobre a utilização de amostragem na avaliação e seleção em arquivos e suas consequências para a investigação: arquivos de polícia na Suécia, datada de 1969- será que inclui informação eletrónica?] [PROJECTO: Avaliação de informação de arquivo eletrónica da câmara municipal no âmbito do Open Data Project] [PROJECTO: implementação de projectos de documentation strategy, alguns em ambiente eletrónico] [PROJECTO: Incorporação e avaliação dos fundos documentais digitais dos Jogos Olímpicos no Canadá] [proposta para o Canadá de nova lei da protecção do património cultural] [uso das plataformas sociais digitais para reforçar os direitos culturais e a identidade cultural]

Quotation(s): 185

Code Family: *Elementos de Metodologia e Teoria da Avaliação indicados no.. [SN 1]

Created: 2019-03-21 12:28:59 (luiscorujo)

Comment:

Codes (106): [*Ambiente e Arquivo Digital.] [*Avaliação Participativa] [*Instrumentos para a tomada de decisão da Avaliação] [*Massas Documentais Acumuladas] [*REDE: Análise Funcional] [*REDE: Avaliação como Valorização] [*REDE: Documentary Moment] [*REDE: Documentation Strategy] [*REDE: Macro-Avaliação] [*REDE: MPLP] [*Representatividade na Avaliação] [*Significância e Propriedades Significativas] [*Teoria da Banalidade do Mal.] [*Utilizadores e Uso] [@ l'acte de compréhension, qui caractérise la philosophie herméneutique, apportera it une assise théorique pour l'évaluation des archives.] [@a prática arquivística interage activamente com as necessidades ideológicas e sociais no seu contexto histórico] [@abordagem de avaliação horizontal e vertical dos Arquivos do Estado de Baden-Württemberg] [@abordagens para verificação, planificação e defesa pela profissão] [@aplicação da teoria da avaliação documental num conjunto de arquivos do Reino Unido] [@appraisal and, to an extent, access decisions should be considered by public sector organisations as soon as information is created and/or received] [@appraisal is mostly still a reactive assessment of semi- or non-current records, often even still in paper format] [@automatização do processo de avaliação] [@avaliação de arquivo contemporânea continua a privilegiar a evidência textual e enforma as decisões de avaliação em modelos jurídicos estruturados/hierárquicos de governança e autoridade] [@avaliar big data] [@avaliar dados informais] [@como a implementação da decisão de avaliação afeta os potenciais de investigação] [@comparação arquivos públicos Canadá e Austrália] [@contexto] [@critérios para efectuar uma avaliação monetária de arquivos ou documentos] [@cultural studies model of appraisal] [@decisões erradas na avaliação constituem uma barreira no acesso aos documentos e arquivos] [@delicadeza da tarefa de avaliar: o futuro potencial de investigação dos documentos é uma variável difícil de determinar] [@desafios intemporais a nível legal e arquivístico na avaliação, preservação e referência dos costumes locais não escritos] [@diferenças entre as intenções dos decisores e os resultados da avaliação e seleção] [@direitos daqueles que são sujeitos na documentação a acrescentarem as suas próprias narrativas aos documentos/informação que estão nas instituições de arquivo] [@documentação da avaliação deve basear-se em quatro componentes centrais: contexto, descrição, análise e decisão - independente de qualquer metodologia, processo ou abordagem utilizada] [@documentar actividades e eventos complexos] [@elementos modernistas e interpretativistas de avaliação atenuam a representatividade arquivística] [@elementos que demonstram problemas do processo de avaliação: existência de legislação desactualizada; falta de competências/conhecimentos e de normas definidas para execução] [@envolvimento das minorias como participantes na criação, avaliação, descrição e uso dos seus arquivos: imigrantes e "ethnic"] [@estipula abordagem proactiva para criação, gestão e avaliação de informação de arquivo] [@estratégias fundamentadas empiricamente para avaliação de e-mail para retenção permanente] [@Estudo da evolução da avaliação de informação de arquivo federal canadiana e sua metodologia nos últimos 140 anos] [@evolução da prática e tradição arquivística coreana] [@evolução do pensamento sobre a avaliação] [@expectativa do público para que todo e qualquer documento esteja em linha e indexado] [@fundamento da avaliação arquivística no Brasil: princípio da avaliação contínua/permanente ao longo do ciclo de vida do documento, para poupar tempo e recursos, diminuir o risco de destruição inapropriada, e promover a accountability e transparência] [@gathered information specifically about appraisal as a work process] [@identificação e preservação da "causa materialis" documental da Sociedade] [@Jenkinson: criadores têm o direito de incluir ou destruir os documentos que quiserem] [@l'évaluation archivistique ne peut pas se réduire à de la grammaire.] [@ligação entre avaliação e aquisição] [@metodologia: Black Boxes] [@método de avaliação vertical-horizontal na Alemanha] [@modelo QADEP oferece métricas específicas para avaliar e identificar o que tem valor e o que pode ser eliminado no contexto da informação eletrónica institucional] [@modelos de avaliação que não estão adaptados aos ambientes dinâmicos, media colaborativos, governança e autoridades culturais interlacionadas e distribuídas, de constituição socialmente diversa] [@necessidade de decisões de avaliação bem documentadas, baseadas na teoria e prática arquivística, tendo em conta o enquadramento legal e de política, são essenciais no contexto governamental] [@necessidade de verificar se os resultados da avaliação - os arquivos históricos - constituem um património documental com significância, e verificar se vale a pena o investimento na sua conservação, em termos de recursos materiais, técnicos, financeiros e hu] [@papel da objectividade na exclusão de alguns grupos de pessoas e documentos nos arquivos históricos] [@papel das normas de avaliação, autenticidade e acesso relativamente a iniciativas e projectos de transparência da informação, como o Wikileaks] [@participar como co-criadores na tomada de decisão sobre avaliação, acesso e controlo, e, assim, a modelar e remodelar o arquivo a partir da sua perspectiva] [@participatory appraisal] [@política de avaliação] [@políticas e práticas arquivísticas afectam que passados são lembrados oficialmente e quais são esquecidos.] [@Preservar um abundante Património documental] [@problematizar métodos e história ligada ao arquivamento de documentos e como podem afetar o significado, validade e rigor] [@process-driven approach to managing information] [@processo de avaliação na África Austral e de Leste não é conduzido de maneira profissional, pondo em risco o futuro da investigação histórica, a memória organizacional e o património nacional] [@produção e consumo de informação] [@proposta de definição e medição de qualidade de arquivos históricos produto da avaliação.] [@proposta de reinvenção do

método arquivístico de avaliação] [proposta de verificação da teoria arquivista e adequação da documentação/representação da deficiência nos arquivos, estando ligado à aplicação das práticas arquivistas de avaliação, organização e descrição] [proposta para aplicação de metodologia participativa orientada para a comunidade nos processos de avaliação, organização e descrição] [proposta para aplicação de visão ecológica na prática da avaliação e acesso em arquivos.] [Proposta para identificação, avaliação e captura de sítios web de organizações estudantis como prova das suas actividades] [proposta para reinventar os arquivos pelo trabalho colaborativo] [proposta para seleção da informação organizacional para fins da memória histórica] [propõe princípios para desenvolvimento de ações de gestão (incluindo avaliação) documental] [public endowment and preservation] [public sector information belongs to the public and that it should have some involvement in its selection and appraisal. Public organisations can make the appraisal process more open and transparent.] [Qual a capacidade dos arquivos para lidarem com documentação/informação produzida pelos governos?] [questões e problemas relacionados com a disposição dos materiais filatélicos] [records continuum] [recuperação de informação versus preservação de suportes obsoletos] [Reduzir massa de informação] [requer um modelo interpretativo capaz de representar a evidência não textual de grupos representativos, indivíduos, regiões e inferência dentro da estrutura de interpretação das sanções sociais locais] [Selecionar documentos para Preservação] [sistemas aplicativos que podem avaliar documentação/informação de arquivo] [the implementation recommendations do not suggest involving the public in the selection and appraisal process of the information that is being shared (or not shared, more importantly)] [Total Archives (Canadá)+Distributed National Collection (Austrália): Abordagem que assegura que os arquivos documentem a diversidade da actividade empresarial, cultural e intelectual do país] [uso de fontes de utilização e de utilizadores dos documentos para efectuar a avaliação] [uso do conceito de género na documentação eletrónica como forma de contextualização social] [utilização dos conceitos de género e relatório de género e teoria da estruturação para examinar as relações entre fontes de utilização e de utilizadores e a estrutura organizacional e funções dos programas de gestão documental dos arquivos estatais do EUA] [variáveis de medição podem ser automatizadas] [aborda a necessidade de avaliar tendo em conta o contexto de criação e interação cidadão-Estado: censos no Canadá] [archival profession] [Arquivar para auto-constatação, construção de identidade e auto-questionamento permanente] [As etapas da descrição, classificação ou indexação, e mesmo a análise de conteúdo resultam diretamente da avaliação.] [commons-based peer-production] [development of retention policy and practice] [ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Social network approach] [Federführungsmodell] [metodologia: valor evidencial e valor informacional de Schellenberg] [Não é possível existir um equilíbrio entre os fins administrativos e os fins patrimoniais na intervenção do arquivista] [Problemas e perigos das meta-narrativas e discursos dominantes requerem mecanismos que acolham os impotentes e que reflitam a pluralidade da sociedade: apoio a iniciativas arquivísticas comunitárias ou de bases] [proposta para o Canadá de nova lei da protecção do património cultural] Quotation(s): 172

Code Family: Anos de publicação dos textos

Created: 2018-10-29 14:17:45 (luiscorujo)

Codes (11): [Data_Publ: 2006] [Data_Publ: 2007] [Data_Publ: 2008] [Data_Publ: 2009] [Data_Publ: 2010] [Data_Publ: 2011] [Data_Publ: 2012] [Data_Publ: 2013] [Data_Publ: 2014] [Data_Publ: 2015] [Data_Publ: 2016]

Quotation(s): 83

Code Family: Autores referenciados nos textos

Created: 2019-01-18 16:40:19 (luiscorujo)

Codes (39): [Ref_Autor: Aby Warburg] [Ref_Autor: Adrian Cunningham] [Ref_Autor: Agnes Jonker] [Ref_Autor: Barbara Craig] [Ref_Autor: Brian Beaven] [Ref_Autor: Candace Loewen] [Ref_Autor: Carol Couture] [Ref_Autor: Catherine Bailey] [Ref_Autor: Claude Meunier] [Ref_Autor: Daniel Ducharme] [Ref_Autor: David Bearman] [Ref_Autor: Dennis Meissner] [Ref_Autor: Eric Ketelaar] [Ref_Autor: Giles Deleuze] [Ref_Autor: Hannah Arendt] [Ref_Autor: Hans Booms] [Ref_Autor: Helen Samuels] [Ref_Autor: Hilary Jenkinson] [Ref_Autor: Jean Favier] [Ref_Autor: Jean Yves Rousseau] [Ref_Autor: Jeannette Bastian] [Ref_Autor: Karen Anderson] [Ref_Autor: Kerry Badgley] [Ref_Autor: Lara Wilson] [Ref_Autor: Leopold von Ranke] [Ref_Autor: Margaret Dixon] [Ref_Autor: Mark A. Greene] [Ref_Autor: Michael Piggott] [Ref_Autor: Michel Foucault] [Ref_Autor: Natalis de Wailly] [Ref_Autor: Normand Fortier] [Ref_Autor: Richard Brown] [Ref_Autor: Richard J. Cox] [Ref_Autor: Robert Kretzschmar] [Ref_Autor: Robyn Oswald] [Ref_Autor: T.R. Schellenberg] [Ref_Autor: Terry Cook] [Ref_Autor: Terry Eastwood] [Ref_Autor: W Kaye Lamb]

Quotation(s): 44

Code Family: Códigos e Famílias Pré-textuais

Created: 2019-01-29 16:51:38 (luiscorujo)

Codes (200): [Autor@_Anchor, Rachel] [Autor@_Association des archivistes du..] [Autor@_Bailey, Catherine] [Autor@_Bass, Jordan] [Autor@_Beneito Arias, Paloma] [Autor@_Bigelow, Sue] [Autor@_Boles, Frank] [Autor@_Brown, Richard] [Autor@_Caron, Daniel] [Autor@_Caswell, Michelle] [Autor@_Ceeney, Natalie] [Autor@_Chaudron, Gerald] [Autor@_Cocciolo, Anthony] [Autor@_Condé, Anne-Marie] [Autor@_Convery, Nicole] [Autor@_Cook, Michael] [Autor@_Cook, Terry] [Autor@_Craig, Barbara. L.] [Autor@_Crookston, Mark] [Autor@_Cumming, Kate] [Autor@_Cunningham, Adrian] [Autor@_Daniel, Dominique] [Autor@_Delaney, Jill] [Autor@_Dingwall, Glenn] [Autor@_Evans, Joanne] [Autor@_Evans, Max J.] [Autor@_Fidalgo, Maria José Vaz] [Autor@_Findlay, Cassie] [Autor@_Fritzke, Leena] [Autor@_Frogner, Raymond O.] [Autor@_Garaba, Francis] [Autor@_Gorzalski, Matt] [Autor@_Greene, Mark A.] [Autor@_Hackman, Larry] [Autor@_Hughes, Kit] [Autor@_Iacovino, Livia] [Autor@_Jimerson, Randall] [Autor@_Johnson, Elizabeth Snowden] [Autor@_Johnson, Valerie] [Autor@_Jones, Michael] [Autor@_Kaczmarek, Joanne] [Autor@_Kellerhals, Andreas] [Autor@_Kim, Yunhyong] [Autor@_Kingsley, Nicholas] [Autor@_Lacombe, Christian] [Autor@_Lebeau, Mireille] [Autor@_Levi, Charles] [Autor@_Léveillé, Valerie] [Autor@_Loewen, Candace] [Autor@_Malkmus, Doris J.] [Autor@_Man, Elizabeth] [Autor@_Mancuso, Lara] [Autor@_McCarthy, Gavan J.] [Autor@_McDonald, John] [Autor@_Mnjama, Nathan] [Autor@_Moore, Erik. A.] [Autor@_Mumma, Courtney C.] [Autor@_Não Identificado] [Autor@_Novara, Elizabeth A.] [Autor@_Oliver, Gillian] [Autor@_Parr, Adelaide] [Autor@_Picot, Anne] [Autor@_Preston, Louise] [Autor@_Prom, Christopher J.] [Autor@_Pugh, Mary] [Autor@_Rhee, Hea Lim] [Autor@_Roberts, Peter J.] [Autor@_Robyns, Marcus] [Autor@_Ross, Seamus] [Autor@_Rydén, Reine] [Autor@_Senécal, Sylvian] [Autor@_Serra, Luis Esteve Casellas] [Autor@_Shabou, Basma Makhlouf] [Autor@_Shilton, Katie] [Autor@_Sloyan, Victoria] [Autor@_Smith, Allie] [Autor@_Soyka, Heather] [Autor@_Srinivasan, Ramesh] [Autor@_Sternfeld, Joshua] [Autor@_Swain, Ellen D.] [Autor@_Taavetti, Riikka] [Autor@_Taylor, Isabel] [Autor@_Ucha, Paula Cristina] [Autor@_Waiser, Bill] [Autor@_Waters, Jill] [Autor@_White, Sara] [Autor@_Wiener, Judith A.] [Autor@_Wilczek, Eliot] [Autor@_Williams, Caroline] [Autor@_Woolman, Jason] [Autor@_Yeo, Geoffrey] [Autor@_Youn, Eunha] [Autor@_Zinn, Jens O.] [Data_Publ: 2006] [Data_Publ: 2007] [Data_Publ: 2008] [Data_Publ: 2009] [Data_Publ: 2010] [Data_Publ: 2011] [Data_Publ: 2012] [Data_Publ: 2013] [Data_Publ: 2014] [Data_Publ: 2015] [Data_Publ: 2016] [Nome_Publ: African Journal of Library, Archive & Information Science] [Nome_Publ: American Archivist] [Nome_Publ: Archival Science: International Journal on Recorded Information] [Nome_Publ: Archivaria] [Nome_Publ: Archives & Manuscripts] [Nome_Publ: Archives and Records The Journal of the Archives and Records Association] [Nome_Publ: Archives La Revue de l'Association des Archivistes du Québec (00449423)] [Nome_Publ: Archives The Journal of the British Records Association (00039535)] [Nome_Publ: Cadernos BAD] [Nome_Publ: Information Development] [Nome_Publ: Journal of Archival Organization] [Nome_Publ: Journal of the Society of Archivists] [Nome_Publ: Records Management Journal] [Título_P 1-01: Transformar decisões de Macro-Avaliação em acervos/fundos de arquivo: elaboração de termos e condições baseadas nas funções para a transferência da Informação/Documentos de Arquivo Eletrónico] [Título_P 1-02: O Momento Documentário na Idade Digital: Estabelecimento de novas propostas de valor para a memória pública] [Título_P 1-03: Arquivar para a auto-constatação, construção de identidade e auto questionamento permanente: Arquivos entre o cepticismo e a certeza] [Título_P 1-04: Avaliar conteúdo para valorização no Novo Mundo: determinar documentação adequada] [Título_P 1-05: O E-mail como um recurso de património cultural: soluções de avaliação no contexto de um museu de arte] [Título_P 1-06: Da avaliação reactiva para a avaliação proactiva] [Título_P 1-07: "Somos aquilo que guardamos/conservamos; Guardamos/Conservamos aquilo que nós somos: O passado, presente e futuro da avaliação arquivística] [Título_P 1-08: Fazer Avaliação arquivística no Canadá: resultado de um inquérito às experiências, prática e opiniões dos praticantes] [Título_P 1-09: Reinventar a avaliação] [Título_P 1-10: Eternidade Revisitada: À procura de uma estratégia documental nacional e um sistema arquivístico nacional] [Título_P 1-11: "Mais Produto, Menos Processo": já não é apenas para processamento] [Título_P 1-12: A avaliação como cartografia: estudos culturais nos arquivos] [Título_P 1-13: Questionar os princípios orientadores da avaliação arquivística] [Título_P 1-14: A evolução, aplicação e futuro da macroavaliação] [Título_P 1-15: Documentation Strategy: Mastodonte ou Retro-sucesso] [Título_P 1-16: Uma abordagem funcional para avaliação e Prazos de Conservação] [Título_P 1-17: <Pessoas que têm personalidade similar>: Alguns elementos indispensáveis sobre sobre o paradigma da ecologia de arquivos] [Título_P 1-18: Género Documentário e gestão documental eletrónica: Engano ou caminho a seguir?] [Título_P 1-19: Análise Funcional institucional na Universidade do Norte do Michigan: Um novo processo de avaliação e organização de Informação/documentos de arquivo] [Título_P 1-20: Avaliação e Organização Participativa para Coleções de Arquivo Multiculturais] [Título_P 1-21: A Discussão da avaliação alemã desde 1990: uma panorâmica] [Título_P 1-22: Estudar a Realidade: A aplicação de Teoria num aspecto da prática do Reino Unido] [Título_P 1-23: Os Arquivos, um património-chave para a cultura] [Título_P 2-01: Avaliação arquivística, uso local (consuetudinário), e lei colonial] [Título_P 2-02: MPLP: Método, loucura ou prática?] [Título_P 2-03: propriedades e noções significativas de identidade e originalidade] [Título_P 2-04: Aquisição/Incorporação(?) e avaliação dos fundos dos Jogos Olímpicos de Inverno 2010] [Título_P 2-05: Oferta para a nação: diários e cadernos de CEW Bean] [Título_P 2-06: Lembrando e esquecendo os passados "queer" nos arquivos finlandeses] [Título_P 2-07: Potenciar a investigação sobre gestão de informação pessoal no arquivamento de registos/documentos digitais pessoais] [Título_P 2-08: impacto de registos/documentos no valor de obras de arte] [Título_P 2-09: "Uma verdade inconveniente?": Fotografia científica e ambivalência arquivística] [Título_P 2-10: Avaliação e acesso: Devemos esperar mudanças impulsionadas pelos suportes e pela conscientização pública] [Título_P 2-11: Avaliação do valor dos registos/documentos estatísticos do Banco Central Europeu para efeitos de programação de retenção (prazos de conservação)] [Título_P 2-12: avaliação de arquivos no Brasil] [Título_P 2-13: Prática de avaliação nos arquivos

estaduais dos EUA e nos programas de gestão documental] [Título_P 2-14: Teoria de Arquivística e Historiografia Digital: Seleção, Pesquisa e Metadados como Processos Arquivísticos para Verificação da Contextualização Histórica] [Título_P 2-15: Tradições arquivísticas na história coreana: da prática medieval ao contemporâneo Public Records Management Act] [Título_P 2-16: Arquivos para todos: responsabilidade profissional e justiça social] [Título_P 2-17: Arquivos históricos e organização: um encontro difícil.] [Título_P 2-18: Arquivos do povo, pelo povo, para o povo] [Título_P 2-19: Archives Office of Tasmania.] [Título_P 2-20: Arquivos nadodigitais na Wellcome Library: avaliação e análise de sensibilidade de dois discos rígidos.] [Título_P 2-21: Um ténue véu de papel] [Título_P 2-22: Desafios do arquivar nadodigital institucional : o caso de um museu de arte de Nova York.] [Título_P 2-23: Como preparar uma avaliação monetária de arquivos privados] [Título_P 2-24: Métodos arquivísticos de contraponto(?)] [Título_P 2-25: Criando História? Confrontando o mito da objectividade no Arquivo] [Título_P 2-26: Negociando noções de Deficiência na Avaliação, Organização e Descrição] [Título_P 2-27: Lidando com massa documentais acumuladas na África Oriental e Austral] [Título_P 2-28: Diplomática digital e medição de qualidades de dados públicos eletrónicos.] [Título_P 2-29: Documentar mulheres legisladoras do Estado de Maryland: A Política de Recolher Documentos Políticos de Mulheres] [Título_P 2-30: Documentando a experiência militar americana nas guerras do Iraque e do Afeganistão] [Título_P 2-31: Documentando a experiência imigrante e étnica nos arquivos americanos] [Título_P 2-32: Definição e medição das qualidades/atributos/características dos arquivos definitivos/históricos resultantes de uma avaliação] [Título_P 2-33: Identificar, avaliar e capturar sítios web de organizações estudantil] [Título_P 2-34: Documentos completos ou isso não aconteceu.] [Título_P 2-35: Géneros e reportórios de género de utilizadores e fontes de informações sobre utilização na prática de avaliação nos arquivos e gestão documental estaduais dos EUA] [Título_P 2-36: Mundo de Hannah Arendt: Burocracia, Documentação e Mal Banal] [Título_P 2-37: Implementação de regulamentos de avaliação incluindo a seleção de amostras de arquivo: estudo de caso sobre a polícia do distrito sueco] [Título_P 2-38: Num mundo interconectado - por que pensamos em funções?] [Título_P 2-39: Documentação Instantânea: Documentos/Registos Gerados por Telemóvel nos Arquivos] [Título_P 2-40: Integridade e responsabilidade (accountability): por que é importante] [Título_P 2-41: Conhecimento para a "Sociedade de Risco": Desenvolvimento de uma base de dados de Risco para a Ciência Social Internacional] [Título_P 2-42: Processamento Mínimo: O seu Contexto e Influência na Comunidade Arquivística] [Título_P 2-43: Notas e Comunicações em quinhentos Discos de 5,25 polegadas e uma máquina (Finicky): Um relatório sobre um projeto-piloto sobre registos/documentos eletrónicos legados (antigos) nos Arquivos de Ontário] [Título_P 2-44: Nossos arquivos, nós mesmos: Estratégia de documentação (Documentation Strategy) e reavaliação da identidade profissional] [Título_P 2-45: Arquivos da Câmara Municipal de Parramatta] [Título_P 2-46: Pretérito Imperfeito? Reflexões sobre a evolução da avaliação dos documentos de arquivo do governo federal canadiano] [Título_P 2-47: Materiais filatélicos em coleções de arquivos: sua avaliação, preservação e descrição.] [Título_P 2-48: Projecto de Tabela de Avaliação e Seleção das "Funções-meio"] [Título_P 2-49: Reflexões sobre a promessa e as armadilhas na reinvenção da metainformação da gestão documental] [Título_P 2-50: Reinventando os métodos de arquivo: sou parte do problema ou parte da solução?] [Título_P 2-51: Modelação e remodelação da Identidade e Memória Cultural: Maximizar os direitos Humanos através de um arquivo participativo] [Título_P 2-52: As Complexidades dos Recursos Digitais: Delimitação de Coleções e Responsabilidades de Gestão] [Título_P 2-53: O elemento de Surpresa: Preparando-se para a Possibilidade de Materiais Perigosos dentro de Coleções Arquivísticas] [Título_P 2-54: O mapeamento, selecção e abertura de dados: A contribuição da gestão documental para o projecto Open Data na Câmara Municipal de Girona] [Título_P 2-55: Arquivo Arquitectónico: Oportunidades e Desafios] [Título_P 2-56: As origens das estratégias de documentação (Documentation Strategies) no contexto: recordações e reflexões.] [Título_P 2-57: O potencial de "função" como um descritor de arquivo] [Título_P 2-58: O Papel de um Arquivo Nacional do Século XXI: A Relevância da Tradição Jenkinsoniana e uma Redefinição para a Sociedade da Informação.] [Título_P 2-59: O estado das práticas de avaliação de arquivos na região da ESARBICA] [Título_P 2-60: Qual o cronograma de retenção (retention schedule) na era da Big Data e Dados Abertos?]

Quotation(s): 349

Code Family: Códigos in Vivo

Created: 2019-01-21 10:48:15 (luiscorujo)

Codes (231): [@ l'acte de compréhension, qui caractérise la philosophie herméneutique, apporterait une assise théorique pour l'évaluation des archives.] [@ risk-based retention schedule] [@ a implementação de uma tabela de retenção correrá melhor se os utilizadores finais estiverem envolvidos desde o início do processo de concepção e se compreenderem os benefícios desta ferramenta] [@ a prática arquivística interage activamente com as necessidades ideológicas e sociais no seu contexto histórico] [@ a profissão deve desenvolver uma consciência social] [@ a tomada de decisão da retenção de documentos em organismos publicos é difícil de estabelecer e justificar porque geralmente se baseia em práticas subjectivas e não fundamentadas] [@ aborda a reinvenção de métodos de arquivo, incluindo records continuum e a avaliação e retenção de informação de arquivo] [@ aborda os problemas da avaliação no âmbito da metainformação na gestão documental] [@ abordagem da análise funcional para avaliação e identificação de Prazos de Conservação] [@ abordagem da avaliação que utiliza uma combinação de vários métodos de avaliação: avaliação funcional, técnica, e "bottom-up"] [@ abordagem de avaliação horizontal e vertical dos Arquivos do Estado de Baden-Württemberg] [@ abordagens para verificação, planificação e defesa pela profissão] [@ análise da literatura sobre a Documentation Strategy: o papel e influência do arquivista na

avaliação (interseção entre a teoria arquivista e a identidade profissional)/aplicação prática de uma mudança de identidade dentro da profissão] [aplicação da teoria da avaliação documental num conjunto de arquivos do Reino Unido] [application of MPLP to appraisal] [appraisal and, to an extent, access decisions should be considered by public sector organisations as soon as information is created and/or received] [appraisal is mostly still a reactive assessment of semi- or non-current records, often even still in paper format] [Appraisal of digital information is dependent on systems setup to support recordkeeping processes and systems built with information management processes in mind.] [automatização do processo de avaliação] [avaliação (macroavaliação) tenta ser objectiva, mas tem sempre elementos de subjetividade] [avaliação de arquivo contemporânea continua a privilegiar a evidência textual e enforma as decisões de avaliação em modelos jurídicos estruturados/hierárquicos de governança e autoridade] [avaliação documental de organismo governamental Canadano, resulta em dois Records Disposition Authorities] [avaliação envolve uma indicação de valor] [avaliação refere-se a valor, no pressuposto que os arquivistas podem escolher o que é importante para a posteridade] [coleções de fotografia levantam questões sobre decisões de avaliação e aquisição de documentação científica, e do valor desses registos/documentação/informação] [como a implementação da decisão de avaliação afeta os potenciais de investigação] [como lidar com informação de arquivo eletrônica em situações em que se devem tomar decisões imediatas sobre que informação digital deve ser conservada e preservada.] [critérios para efectuar uma avaliação monetária de arquivos ou documentos] [cultural studies model of appraisal] [decisões erradas na avaliação constituem uma barreira no acesso aos documentos e arquivos] [delicadeza da tarefa de avaliar: o futuro potencial de investigação dos documentos é uma variável difícil de determinar] [desafios de arquivar objectos nadodigitais num museu de arte] [desafios intemporais a nível legal e arquivístico na avaliação, preservação e referenciação dos costumes locais não escritos] [desfasamento entre as abordagens actuais para definir especificações de retenção e disposição e as tabelas de prazos] [determinação das propriedades significativas da informação é semelhante ao debate relativo à avaliação arquivística, por causa das diferentes percepções das várias comunidades de utilizadores] [diferenças de percepção do que consiste "significância" em diferentes comunidades de utilizador] [diferenças entre as intenções dos decisores e os resultados da avaliação e seleção] [direitos daqueles que são sujeitos na documentação a acrescentarem as suas próprias narrativas aos documentos/informação que estão nas instituições de arquivo] [discurso sobre a importância da avaliação, descrição, preservação no âmbito da memória e a responsabilidade dos arquivistas] [distinguir objectividade da neutralidade] [documentação da avaliação deve basear-se em quatro componentes centrais: contexto, descrição, análise e decisão - independente de qualquer metodologia, processo ou abordagem utilizada] [documentar actividades e eventos complexos] [documentary moment] [documentary moment na era digital: arquivos e arquivistas, em conjunto com outrem, podem continuar a ter papeis proeminentes e cumprir com as responsabilidades agora e no futuro] [documento normalizador de boas práticas para a avaliação das funções-meio] [educação e formação do arquivista pode levar a negligenciar algum tipo de valor potencial nos documentos (neste caso o valor científico)] [elementos modernistas e interpretativistas de avaliação atenuam a representatividade arquivística] [elementos que demonstram problemas do processo de avaliação: existência de legislação desactualizada; falta de competências/conhecimentos e de normas definidas para execução] [envolvimento das minorias como participantes na criação, avaliação, descrição e uso dos seus arquivos: imigrantes e "ethnic"] [equilíbrio entre objectividade e subjectividade aquando do julgamento de valor] [estipula abordagem proactiva para criação, gestão e avaliação de informação de arquivo] [estratégias fundamentadas empiricamente para avaliação de e-mail para retenção permanente] [estratégias pessoais de gestão documental digital, de decisões de avaliação, e de identificação de valor, e de práticas de preservação na perspectiva de estudos de PIM - Gestão de Informação Pessoal] [evolução do pensamento sobre a avaliação] [existem princípios fundamentais e conceitos-chave que podem e devem apoiar a documentação da avaliação] [expectativa do público para que todo e qualquer documento esteja em linha e indexado] [falta de métodos e ferramentas para os arquivistas apoiarem a sua tomada de decisão relativa à avaliação arquivística] [fundamento da avaliação arquivística no Brasil: princípio da avaliação contínua/permanente ao longo do ciclo de vida do documento, para poupar tempo e recursos, diminuir o risco de destruição inapropriada, e promover a accountability e transparência] [gathered information specifically about appraisal as a work process] [historian-archivist] [identificação e preservação da "causa materialis" documental da Sociedade] [investigação sobre a avaliação] [Jenkinson: criadores têm o direito de incluir ou destruir os documentos que quiserem] [l'évaluation archivistique ne peut pas se réduire à de la grammaire.] [l'évaluation consiste essentiellement à poser un jugement de valeur suivi d'une décision] [ligação entre avaliação e aquisição] [métodos para desenvolver especificações de retenção e disposição de tabela de prazos para iniciativas de open data e big data] [modelo QADEP oferece métricas específicas para avaliar e identificar o que tem valor e o que pode ser eliminado no contexto da informação eletrônica institucional] [modelos de avaliação que não estão adaptados aos ambientes dinâmicos, media colaborativos, governança e autoridades culturais interligadas e distribuídas, de constituição socialmente diversa] [momento dentro do processo de memória quando ficam cientes e confrontam a natureza instável, frágil e efêmera da memória] [momento em que as colectividades têm que investir e garantir deliberadamente e conscientemente a preservação da informação] [muitas instituições da ESARBICA usam uma abordagem baseada no valor, como metodologia para avaliação arquivística] [natureza e dimensões da experiência crítica de tomada de decisão, chamada por muitos profissionais de informação por avaliação ou acquisition, mas que nós chamamos documentary moment] [necessidade de decisões de avaliação bem documentadas, baseadas na teoria e prática arquivística, tendo em conta o enquadramento legal e de política, são

essenciais no contexto governamental] [@necessidade de flexibilidade dos profissionais de arquivo na adaptação de novos sistemas] [@necessidade de repensar a ciência arquivística, dado que o mundo empresarial foi transformado pelas TI] [@necessidade de verificar se os resultados da avaliação - os arquivos históricos - constituem um património documental com significancia, e verificar se vale a pena o investimento na sua conservação, em termos de recursos materiais, técnicos, financeiros e hu] [@nova teoria e metodologia que parte da Arquivística e da História pode criar uma terminologia partilhada para a produção, uso e avaliação de representações históricas digitais] [@o papel do arquivista na decisão de conservar documentos de arquivo e como a Internet e ficheiros eletrónicos afetam os documentos de arquivo] [@os arquivistas devem mudar fundamentalmente a maneira como pensam sobre seus papéis e desenvolver meios e métodos alternativos de fazer o trabalho de arquivo] [@papel da objectividade na exclusão de alguns grupos de pessoas e documentos nos arquivos históricos] [@papel do arquivista/gestor documental na criação de sistemas de informação robustos, com recursos limitados] [@Para os teóricos da macroavaliação, a avaliação dos arquivos a partir de seu conteúdo é uma prática passada] [@participar como co-criadores na tomada de decisão sobre avaliação, acesso e controlo, e, assim, a modelar e remodelar o arquivo a partir da sua perspectiva] [@participatory appraisal] [@política de avaliação] [@políticas e práticas arquivísticas afectam que passados são lembrados oficialmente e quais são esquecidos.] [@Porque é que as instituições de arquivo tem massas documentais acumuladas?] [@práticas arquivísticas centrais (como avaliação) podem divergir em relação a práticas já estabelecidas, quando se muda para o ambiente digital] [@preservar o património cultural de todos os grupos (diversidade) para facilitar a construção da sua identidade] [@Preservar um abundante Património documental] [@princípios, conceitos e componentes alicerçados na história e práticas actuais, devem servir de fundamento à documentação necessária para dar conta das decisões de avaliação] [@problematizar métodos e história ligada ao arquivamento de documentos e como podem afetar o significado, validade e rigor] [@process-driven approach to managing information] [@produção e consumo de informação] [@proposta de definição e medição de qualidade de arquivos históricos produto da avaliação.] [@proposta de estratégia para lidar com massas documentais acumuladas na África Oriental e Austral] [@propõe princípios para desenvolvimento de ações de gestão (incluindo avaliação) documental] [@public endowment and preservation] [@Public organisations can make the appraisal process more open and transparent] [@public sector information belongs to the public and that it should have some involvement in its selection and appraisal. Public organisations can make the appraisal process more open and transparent.] [@Qual a capacidade dos arquivos para lidarem com documentação/informação produzida pelos governos?] [@Qual é o nível de percepção dos problemas associados a massas documentais acumuladas?] [@Quando o arquivista avalia documentos/informação, determinam o que se conserva e o que se destrói, i.é, decidem quem tem voz e quem continua sem voz] [@Que mecanismos precisam de serem postos em marcha para evitar que a acumulação de massas documentais voltem a ser um problema?] [@questões e problemas relacionados com a disposição dos materiais filatélicos] [@raisons du manque d'assurance des professionnels au moment d'évaluer] [@records continuum] [@recuperação de informação versus preservação de suportes obsoletos] [@Reduzir massa de informação] [@registamos-nos continuada e instantaneamente em várias situações da vida pública e privada, no trabalho, na diversão, em conversas públicas e privadas e nas nossas relações profissionais e sociais] [@requer um modelo interpretativo capaz de representar a evidência não textual de grupos representativos, indivíduos, regiões e inferência dentro da estrutura de interpretação das sanções sociais locais] [@Selecionar documentos para Preservação] [@serve de reservatório para alimentar o cepticimo essencial como motor do progresso] [@serve para estabilizar a identidade social ou comunitária] [@standardisation and formalisation of organisational processes] [@tabelas de "disposal" funcionais] [@Teoria da banalidade do mal aplicada aos arquivos: enfatiza a importância do contexto, a (agency) capacidade de actuação do produtor do documentos, a capacidade da documentação banal criar uma burocracia do bem em vez do mal] [@teoria da personificação/representação/materialização complexa liga-se à teoria arquivística, particularmente a literatura que põe em causa a definição de proveniência] [@the implementation recommendations do not suggest involving the public in the selection and appraisal process of the information that is being shared (or not shared, more importantly)] [@trabalho com massas documentais acumuladas] [@traduzir as decisões de macro-avaliação do arquivista em ferramentas de "disposition"] [@transferência de material para um arquivo digital depende de uma variedade de valores que podem ser abordados através da educação, desenvolvimento de infraestruturas e avaliação proactiva para retenção permanente] [@uso de fontes de utilização e de utilizadores dos documentos para efectuar a avaliação] [@uso dos documentos como recursos históricos] [@utilidade e limitações da análise funcional na avaliação] [@utilização dos conceitos de género e relatório de género e teoria da estruturação para examinar as relações entre fontes de utilização e de utilizadores e a estrutura organizacional e funções dos programas de gestão documental dos arquivos estatais do EUA] [@valor documental dos sítios web das organizações estudantis] [@variáveis de medição podem ser automatizadas] ['Nothing is the same as something else'] ['We are what we keep; we keep what we are'] ['Lord, Save Us from the Et Cetera of the Notary'] [A "gift to the nation"] [A marshall in love] [am I part of the problem or part of the solution] [An inconvenient truth?] [Appraisal as Cartography] [archival Ambivalence] [archives- ecology paradigm] [archives between scepticism and certitude] [Archives for all] [Archives of the People, by the People, for the People] [Archiving for self-ascertainment, identity building and permanent self-questioning] [ARQUIVISTAS: moldadores do passado e não simples guardiões do passado] [ARQUIVISTAS: moldaram o documento histórico através de avaliações arquivísticas baseadas em juízos pessoais] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Compreender e documentar a deficiência] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Ter em conta a primazia do mal insidioso aquando das decisões de avaliação, preservação e decisões de acesso] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: vigilância das complexidades de

documentar as mulheres e outros grupos subrepresentados na cena política americana] [ARQUIVISTAS: Papel de Preservar a História] [ARQUIVOS: DESAFIOS: Crescente diversidade Social] [ARQUIVOS: DESAFIOS: Sobrecarga de Informação] [ARQUIVOS: FUNÇÕES: Servir os princípios da Democracia e apoio ao Estado de Direito] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: Abordagem cooperativa para cumprimento de desafios e deveres] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: Compreensão profunda do passado institucional] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Alinhar com serviços para uma organização relativa a normas democráticas de accountability e transparência] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Alinhar com uma política de memória direcionada para a documentação extensa da enorme diversidade social.] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Coleções de documentação de mulheres políticas] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Relembrar e esquecer os passados queer] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: Orientação Funcional Clara] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: Processo de Seleção transparente e participativo] [As etapas da descrição, classificação ou indexação, e mesmo a análise de conteúdo resultam diretamente da avaliação.] [Birds of a feather] [Bureaucracy, Documentation, and Banal Evil] [But a Thin Veil of Paper] [commons-based peer-production] [Confronting the myth of objectivity] [Contrapuntal archival methods] [Crippling the Archives] [development of retention policy and practice] [Establishing Expedient Documentary Presence] [Establishing New Value Propositions for Public Memory] [Eternity revisited] [FERRAMENTA: Termos e Condições para a transferência de "Informação de arquivo" dentro da autorização para efetuar a [disposition] (equivalente à Portaria de Gestão Documental) dos documentos e guia de aplicação] [From the College Democrats to the Falling Illini] [Full docs or it didn't happen] [Hannah Arendt's World] [In an interconnected world] [INFORMAÇÃO COMO: as a valued asset that is managed, protected and exploited throughout its lifecycle] [INFORMAÇÃO COMO: foundational civic goods] [INFORMAÇÃO: PERCEPÇÃO: como capital económico ou social] [INFORMAÇÃO: PERCEPÇÃO: valor de mercado (preço) de um documento] [INFORMAÇÃO: TIPOS: correspondência de correio eletrónico] [INFORMAÇÃO: TIPOS: costumes locais não escritos] [INFORMAÇÃO: TIPOS: documentos/informação gerada por telemóveis] [INFORMAÇÃO: TIPOS: information in our books and other documentary media and artifacts] [INFORMAÇÃO: TIPOS: material filatélico] [INFORMAÇÃO: TIPOS: Representações históricas digitais] [INFORMAÇÃO: USO: a Sociedade articular, exprimir e partilhar objetivos, pressupostos, valores e éticas comuns] [INFORMAÇÃO: USO: cumprir com as necessidades de negócio] [INFORMAÇÃO: USO: cumprir com interesses sociais em permanência] [INFORMAÇÃO: USO: garantir a responsabilização da administração pública e uma governação responsável no âmbito do Estado de Direito] [Instant Documentation] [Integrity and Accountability] [It's Not Just for Processing Anymore] [Knowledge for the "risk society"] [Leveraging personal information management research] [Mastodon or Retro-Success?] [MEMÓRIA: NECESSIDADE: Selectividade e Esquecimento] [MEMÓRIA: Tendência das organizações viverem no presente contínuo, sem ideia de um futuro ou memória] [method, madness or practice?] [metodologia: valor evidencial e valor informacional de Schellenberg] [Não é possível existir um equilíbrio entre os fins administrativos e os fins patrimoniais na intervenção do arquivista] [Negotiating Notions of Disability in Appraisal] [O princípio da proveniência procura constituir uma unidade de significado, procura esclarecer e assegurar uma proximidade entre cada documento, mas ignorando/omitindo as rupturas na história das ideias (mesmo num curto prazo).] [Our archives, our selves] [Past imperfect?] [patrimoine clé pour la culture] [PROFISSIONAL DE GESTÃO DOCUMENTAL: should concentrate on embedding recordkeeping concerns into ICT systems used in modern organisations] [PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO: Como se manifesta essa relevância?] [PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO: Qual a sua Relevância numa sociedade repleta de informação e intensiva?] [PROJECTO(?): proposta de modelo de medição de qualidade dos documentos e arquivos electrónicos públicos (QADEPS) e sua aplicação] [re-appraisal of professional identity] [records relating to indigenous Australians] [Recorrência do termo: Autorisation de disposer des documents] [Recorrência do termo: Draft Appraisal Reports] [Recorrência do termo: Electronic information management] [Recorrência do termo: Reactive appraisal] [red herring or a way forward?] [Reinventing appraisal] [Reinventing archival methods] [Remembering and forgetting queer pasts] [SELECT * FROM VANOC _Records AS Archives WHERE Value="true"] [Shaping and reshaping cultural identity and memory] [Studying Reality] [The Documentary Moment in the Digital Age] [The Element of Surprise] [Turning Macro-appraisal Decisions into Archival Holdings] [understandings of Australian life through the management and retention of its personal, corporate and societal memory] [une difficile rencontre] [uso das plataformas sociais digitais para reforçar os direitos culturais e a identidade cultural] [We should expect changes driven by the media and by public awareness]

Quotation(s): 233

Code Family: Elementos de Metodologia e Teoria da Avaliação indicados nos textos

Created: 2018-10-29 14:30:23 (luiscorujo)

Comment:

Codes (173): [@ l'acte de compréhension, qui caractérise la philosophie herméneutique, apporterait une assise théorique pour l'évaluation des archives.] [@ risk-based retention schedule] [@ a implementação de uma tabela de retenção correrá melhor se os utilizadores finais estiverem envolvidos desde o início do processo de concepção e se compreenderem os benefícios desta ferramenta] [@ a prática arquivística interage activamente com as necessidades ideológicas e sociais no seu contexto histórico] [@ a tomada de decisão da retenção de documentos em organismos publicos é difícil de estabelecer e justificar porque geralmente se baseia em práticas

subjectivas e não fundamentadas] [aborda a reinvenção de métodos de arquivo, incluindo records continuum e a avaliação e retenção de informação de arquivo] [abordagem da análise funcional para avaliação e identificação de Prazos de Conservação] [abordagem da avaliação que utiliza uma combinação de vários métodos de avaliação: avaliação funcional, técnica, e "bottom-up"] [abordagem de avaliação horizontal e vertical dos Arquivos do Estado de Baden-Württemberg] [abordagem sobre as questões funcionais (da avaliação) no âmbito da descrição documental] [abordagens para verificação, planificação e defesa pela profissão] [análise da literatura sobre a Documentation Strategy: o papel e influência do arquivista na avaliação (intersecção entre a teoria arquivista e a identidade profissional)/aplicação prática de uma mudança de identidade dentro da profissão] [aplicação da teoria da avaliação documental num conjunto de arquivos do Reino Unido] [application of MPLP to appraisal] [appraisal and, to an extent, access decisions should be considered by public sector organisations as soon as information is created and/or received] [appraisal is mostly still a reactive assessment of semi- or non-current records, often even still in paper format] [Appraisal of digital information is dependent on systems setup to support recordkeeping processes and systems built with information management processes in mind.] [automatização do processo de avaliação] [avaliação (macroavaliação) tenta ser objectiva, mas tem sempre elementos de subjetividade] [avaliação de arquivo contemporânea continua a privilegiar a evidência textual e enforma as decisões de avaliação em modelos jurídicos estruturados/hierárquicos de governança e autoridade] [avaliação de suportes digitais/eletrónicos legados] [avaliação documental de organismo governamental Canadano, resulta em dois Records Disposition Authorities] [avaliação envolve uma indicação de valor] [avaliação refere-se a valor, no pressuposto que os arquivistas podem escolher o que é importante para a posteridade] [avaliar big data] [avaliar dados informais] [coleções de fotografia levantam questões sobre decisões de avaliação e aquisição de documentação científica, e do valor desses registos/documentação/informação] [como a implementação da decisão de avaliação afeta os potenciais de investigação] [como lidar com informação de arquivo eletrónica em situações em que se devem tomar decisões imediatas sobre que informação digital deve ser conservada e preservada.] [comparação arquivos públicos Canadá e Austrália] [contexto] [critérios para efectuar uma avaliação monetária de arquivos ou documentos] [cultural studies model of appraisal] [decisões erradas na avaliação constituem uma barreira no acesso aos documentos e arquivos] [delicadeza da tarefa de avaliar: o futuro potencial de investigação dos documentos é uma variável difícil de determinar] [desafios de arquivar objectos nadodigitais num museu de arte] [desafios intemporais a nível legal e arquivístico na avaliação, preservação e referência dos costumes locais não escritos] [desfasamento entre as abordagens actuais para definir especificações de retenção e disposição e as tabelas de prazos] [determinação das propriedades significativas da informação é semelhante ao debate relativo à avaliação arquivística, por causa das diferentes percepções das várias comunidades de utilizadores] [diferenças de percepção do que consiste "significância" em diferentes comunidades de utilizador] [diferenças entre as intenções dos decisores e os resultados da avaliação e seleção] [direitos daqueles que são sujeitos na documentação a acrescentarem as suas próprias narrativas aos documentos/informação que estão nas instituições de arquivo] [documentação da avaliação deve basear-se em quatro componentes centrais: contexto, descrição, análise e decisão - independente de qualquer metodologia, processo ou abordagem utilizada] [documentar actividades e eventos complexos] [documentary moment] [documentary moment na era digital: arquivos e arquivistas, em conjunto com outrem, podem continuar a ter papéis proeminentes e cumprir com as responsabilidades agora e no futuro] [documento normalizador de boas práticas para a avaliação das funções-meio] [elementos modernistas e interpretativistas de avaliação atenuam a representatividade arquivística] [elementos que demonstram problemas do processo de avaliação: existência de legislação desactualizada; falta de competências/conhecimentos e de normas definidas para execução] [envolvimento das minorias como participantes na criação, avaliação, descrição e uso dos seus arquivos: imigrantes e "ethnic"] [envolvimento dos utilizadores finais relativamente à definição de períodos de retenção] [equilíbrio entre objectividade e subjectividade aquando do julgamento de valor] [estipula abordagem proactiva para criação, gestão e avaliação de informação de arquivo] [estratégias fundamentadas empiricamente para avaliação de e-mail para retenção permanente] [estratégias pessoais de gestão documental digital, de decisões de avaliação, e de identificação de valor, e de práticas de preservação na perspectiva de estudos de PIM - Gestão de Informação Pessoal] [Estudo da evolução da avaliação de informação de arquivo federal canadiana e sua metodologia nos últimos 140 anos] [evolução da prática e tradição arquivística coreana] [evolução do pensamento sobre a avaliação] [existem princípios fundamentais e conceitos-chave que podem e devem apoiar a documentação da avaliação] [expectativa do público para que todo e qualquer documento esteja em linha e indexado] [falta de métodos e ferramentas para os arquivistas apoiarem a sua tomada de decisão relativa à avaliação arquivística] [ferramentas que podem agilizar o processo de avaliação: DROID] [fundamento da avaliação arquivística no Brasil: princípio da avaliação contínua/permanente ao longo do ciclo de vida do documento, para poupar tempo e recursos, diminuir o risco de destruição inapropriada, e promover a accountability e transparência] [gathered information specifically about appraisal as a work process] [identificação e preservação da "causa materialis" documental da Sociedade] [impacto da proposta MPLP no trabalho com massas documentais acumuladas] [interoperabilidade da informação e bases de dados nas universidades, tendo em conta a avaliação e "disposal" (numa perspectiva funcional)] [Jenkinson: criadores têm o direito de incluir ou destruir os documentos que quiserem] [l'évaluation archivistique ne peut pas se réduire à de la grammaire.] [l'évaluation consiste essentiellement à poser un jugement de valeur suivi d'une décision] [ligação entre avaliação e aquisição] [macroavaliação: Experiência nos Arquivos Nacionais do Canadá] [macroavaliação: Qual o resultado para a representatividade da Sociedade]

[@macroavaliação: valor de negócio das funções e a sua importância relativa ao contexto alargado da Sociedade] [@metodologia: Black Boxes] [@método de avaliação vertical-horizontal na Alemanha] [@métodos para desenvolver especificações de retenção e disposição de tabela de prazos para iniciativas de open data e big data] [@modelo QADEP oferece métricas específicas para avaliar e identificar o que tem valor e o que pode ser eliminado no contexto da informação eletrónica institucional] [@modelos de avaliação que não estão adaptados aos ambientes dinâmicos, media colaborativos, governança e autoridades culturais interligadas e distribuídas, de constituição socialmente diversa] [@muitas instituições da ESARBICA usam uma abordagem baseada no valor, como metodologia para avaliação arquivística] [@natureza e dimensões da experiência crítica de tomada de decisão, chamada por muitos profissionais de informação por avaliação ou acquisition, mas que nós chamamos documentary moment] [@necessidade de decisões de avaliação bem documentadas, baseadas na teoria e prática arquivística, tendo em conta o enquadramento legal e de política, são essenciais no contexto governamental] [@necessidade de verificar se os resultados da avaliação - os arquivos históricos - constituem um património documental com significância, e verificar se vale a pena o investimento na sua conservação, em termos de recursos materiais, técnicos, financeiros e hu] [@normas, práticas, avaliação, retenção e disposal, etc. na perspectiva do utilizador e suas necessidades] [@nova teoria e metodologia que parte da Arquivística e da História pode criar uma terminologia partilhada para a produção, uso e avaliação de representações históricas digitais] [@papel da objectividade na exclusão de alguns grupos de pessoas e documentos nos arquivos históricos] [@papel das normas de avaliação, autenticidade e acesso relativamente a iniciativas e projectos de transparência da informação, como o Wikileaks] [@papel do arquivista/gestor documental na criação de sistemas de informação robustos, com recursos limitados] [@Para os teóricos da macroavaliação, a avaliação dos arquivos a partir de seu conteúdo é uma prática passada] [@participar como co-criadores na tomada de decisão sobre avaliação, acesso e controlo, e, assim, a modelar e remodelar o arquivo a partir da sua perspectiva] [@participatory appraisal] [@política de avaliação] [@políticas e práticas arquivísticas afectam que passados são lembrados oficialmente e quais são esquecidos.] [@práticas arquivísticas centrais (como avaliação) podem divergir em relação a práticas já estabelecidas, quando se muda para o ambiente digital] [@Preservar um abundante Património documental] [@problematizar métodos e história ligada ao arquivamento de documentos e como podem afetar o significado, validade e rigor] [@process-driven approach to managing information] [@processo de avaliação na África Austral e de Leste não é conduzido de maneira profissional, pondo em risco o futuro da investigação histórica, a memória organizacional e o património nacional] [@produção e consumo de informação] [@proposta de definição e medição de qualidade de arquivos históricos produto da avaliação.] [@proposta de estratégia para lidar com massas documentais acumuladas na África Oriental e Austral] [@proposta de reinvenção do método arquivístico de avaliação] [@proposta de utilização da perspectiva da teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt, para alertar os arquivistas a não serem complacentes durante a avaliação, preservação e fornecimento de acesso] [@proposta de verificação da teoria arquivista e adequação da documentação/representação da deficiência nos arquivos, estando ligado à aplicação das práticas arquivistas de avaliação, organização e descrição] [@proposta metodológica que mistura macroavaliação, avaliação funcional e DIRKS na Nova Zelândia] [@proposta para aplicação de metodologia participativa orientada para a comunidade nos processos de avaliação, organização e descrição] [@proposta para aplicação de visão ecológica na prática da avaliação e acesso em arquivos.] [@Proposta para identificação, avaliação e captura de sítios web de organizações estudantis como prova das suas actividades] [@proposta para reinventar os arquivos pelo trabalho colaborativo] [@proposta para seleção da informação organizacional para fins da memória histórica] [@propõe princípios para desenvolvimento de ações de gestão (incluindo avaliação) documental] [@public endowment and preservation] [@public sector information belongs to the public and that it should have some involvement in its selection and appraisal. Public organisations can make the appraisal process more open and transparent.] [@Qual a capacidade dos arquivos para lidarem com documentação/informação produzida pelos governos?] [@Que mecanismos precisam de serem postos em marcha para evitar que a acumulação de massas documentais voltem a ser um problema?] [@questões e problemas relacionados com a disposição dos materiais filatélicos] [@questões sobre o futuro da macroavaliação] [@records continuum] [@recuperação de informação versus preservação de suportes obsoletos] [@Reduzir massa de informação] [@reflexão sobre a história e desenvolvimentos e experiência no âmbito da Documentation Strategy, nos EUA] [@reflexão sobre o desafio da sociedade digital, na qual os modelos de gestão documental jenkisionianos não são as mais apropriadas] [@requer um modelo interpretativo capaz de representar a evidência não textual de grupos representativos, indivíduos, regiões e inferência dentro da estrutura de interpretação das sanções sociais locais] [@riscos sobre a macroavaliação] [@Selecionar documentos para Preservação] [@sistemas aplicativos que podem avaliar documentação/informação de arquivo] [@tabelas de "disposal" funcionais] [@Teoria da banalidade do mal aplicada aos arquivos: enfatiza a importância do contexto, a (agency) capacidade de actuação do produtor do documentos, a capacidade da documentação banal criar uma burocracia do bem em vez do mal] [@the implementation recommendations do not suggest involving the public in the selection and appraisal process of the information that is being shared (or not shared, more importantly)] [@Total Archives (Canadá)+Distributed National Collection (Austrália): Abordagem que assegura que os arquivos documentem a diversidade da actividade empresarial, cultural e intelectual do país] [@trabalho com massas documentais acumuladas] [@traduzir as decisões de macro-avaliação do arquivista em ferramentas de "disposition"] [@transferência de material para um arquivo digital depende de uma variedade de valores que podem ser abordados através da educação, desenvolvimento de infraestruturas e avaliação proactiva para retenção permanente] [@uso da análise funcional em métodos de avaliação como a Documentation Strategy e a Macro-avaliação] [@uso de fontes de utilização e de

utilizadores dos documentos para efectuar a avaliação] [@uso do conceito de género na documentação eletrónica como forma de contextualização social] [@utilidade e limitações da análise funcional na avaliação] [@utilização dos conceitos de género e reportório de género e teoria da estruturação para examinar as relações entre fontes de utilização e de utilizadores e a estrutura organizacional e funções dos programas de gestão documental dos arquivos estatais do EUA] [@valor documental dos sítios web das organizações estudantis] [@valorização de obras de arte baseada em documentação] [@variáveis de medição podem ser automatizadas] [aborda a necessidade de avaliar tendo em conta o contexto de criação e interação cidadão-Estado: censos no Canadá] [ambientes de negócio digitais trazem desafios para os métodos arquivísticos - volumes de informação a processar] [archival profession] [Arquivar para auto-constatação, construção de identidade e auto-questionamento permanente] [ARQUIVOS: DESAFIOS: instituições a arquivarem informação nadodigital: desafio social e cultural e não tanto tecnológico] [ARQUIVOS: DESAFIOS: Vida numa Sociedade Digital] [As etapas da descrição, classificação ou indexação, e mesmo a análise de conteúdo resultam diretamente da avaliação.] [commons-based peer-production] [development of retention policy and practice] [Dificuldade de delimitar as coleções de Recursos Digitais:] [ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Análise Funcional] [ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Documentation Strategy] [ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Macro-avaliação] [ESTRATÉGIA/METODOLOGIA: Social network approach] [Federführungsmodell] [FERRAMENTA: Termos e Condições para a transferência de "informação de arquivo" dentro da autorização para efetuar a [disposition] (equivalente à Portaria de Gestão Documental) dos documentos e guia de aplicação] [INFORMAÇÃO: TIPOS: correspondência de correio eletrónico] [METODOLOGIA: More Product, Less Process (MPLP)] [metodologia: valor evidencial e valor informacional de Schellenberg] [Não é possível existir um equilíbrio entre os fins administrativos e os fins patrimoniais na intervenção do arquivista] [Problemas e perigos das meta-narrativas e discursos dominantes requerem mecanismos que acolham os impotentes e que reflitam a pluralidade da sociedade: apoio a iniciativas arquivísticas comunitárias ou de bases] [PROJECTO(?) Entidades académicas e estatais desenvolvem infraestruturas para salvaguarda da informação de arquivo eletrónica a longo prazo, e as responsabilidades dos profissionais, por exemplo, na avaliação] [PROJECTO(?): avaliação com apoio da historiografia para contextualização da informação histórica digital nos EUA] [PROJECTO(?): criação de processos de trabalho para processamento de arquivos digitais e híbridos. inclui avaliação e sensitivity review] [PROJECTO(?): proposta de método validado para dar "valores de retenção" aos documentos, no Banco Central Europeu] [PROJECTO(?): proposta de modelo de medição de qualidade dos documentos e arquivos electrónicos públicos (QADEPS) e sua aplicação] [PROJECTO(?) Estudo de caso sobre a utilização de amostragem na avaliação e seleção em arquivos e suas consequências para a investigação: arquivos de polícia na Suécia, datada de 1969- será que inclui informação eletrónica?] [PROJECTO: Avaliação de informação de arquivo eletrónica da câmara municipal no âmbito do Open Data Project] [PROJECTO: implementação de projectos de documentation strategy, alguns em ambiente eletrónico] [PROJECTO: Incorporação e avaliação dos fundos documentais digitais dos Jogos Olímpicos no Canadá] [proposta para o Canadá de nova lei da protecção do património cultural] [uso das plataformas sociais digitais para reforçar os direitos culturais e a identidade cultural]

Quotation(s): 185

Code Family: Entidades(Actores) que lidam com a Avaliação

Created: 2019-01-18 16:24:04 (luiscorujo)

Codes (102): [a profissão deve desenvolver uma consciência social] [activismo e defesa podem lidar com questões sociais sem abandonar referências de equidade, honestidade, independência e transparência] [análise da literatura sobre a Documentation Strategy: o papel e influência do arquivista na avaliação (intersecção entre a teoria arquivista e a identidade profissional)/aplicação prática de uma mudança de identidade dentro da profissão] [aplicação da teoria da avaliação documental num conjunto de arquivos do Reino Unido] [apoio às necessidades informacionais dos utilizadores no ambiente digital necessita uma redefinição das responsabilidades das pessoas que praticam o desenvolvimento de coleções e/ou estratégias de avaliação de arquivo] [archivist as expert] [archivists in Canadian repositories] [archivists want to be certain that they have made their value judgements as conscientiously and sensitively as possible] [arquivista intervem para garantir a seleção e decidir como os arquivos de uma organização podem ser utilizados numa perspectiva patrimonial e histórica, em relação a outrem e para o futuro] [arquivistas são cada vez mais responsabilizados pela Sociedade pelas suas recomendações de conservar ou destruir documentos/informação de Arquivo] [ARQUIVOS: Instituições Multifuncionais] [ARQUIVOS: MEDIDAS: preservar o património cultural de todos os grupos (diversidade)] [ARQUIVOS: MEDIDAS: Seleção] [avaliação (macroavaliação) tenta ser objectiva, mas tem sempre elementos de subjetividade] [avaliação como uma das responsabilidades mais importantes dos arquivistas] [avaliação próactiva também requer que os profissionais da gestão da informação sejam activos na avaliação da informação corrente] [avaliação refere-se a valor, no pressuposto que os arquivistas podem escolher o que é importante para a posteridade] [Como é que os arquivistas definem conceptualmente a avaliação em arquivo?] [como é que os profissionais de arquivo praticam a avaliação de arquivo de informação estatal/governamental?] [curatorial guardian] [discurso sobre a importância da avaliação, descrição, preservação no âmbito da memória e a responsabilidade dos arquivistas] [documentary moment na era digital: arquivos e arquivistas, em conjunto com outrem, podem continuar a ter papéis proeminentes e cumprir com as responsabilidades agora e no futuro] [educação e formação do arquivista pode levar a negligenciar algum tipo de valor potencial nos documentos]

(neste caso o valor científico) [@elementos que demonstram problemas do processo de avaliação: existência de legislação desatualizada; falta de competências/conhecimentos e de normas definidas para execução] [@expectativa do público para que todo e qualquer documento esteja em linha e indexado] [@falta de métodos e ferramentas para os arquivistas apoiarem a sua tomada de decisão relativa à avaliação arquivística] [@historian-archivist] [@investigação sobre a avaliação] [@necessidade de flexibilidade dos profissionais de arquivo na adaptação de novos sistemas] [@o papel do arquivista na decisão de conservar documentos de arquivo e como a Internet e ficheiros eletrónicos afetam os documentos de arquivo] [@os arquivistas devem mudar fundamentalmente a maneira como pensam sobre seus papéis e desenvolver meios e métodos alternativos de fazer o trabalho de arquivo] [@papel do arquivista/gestor documental na criação de sistemas de informação robustos, com recursos limitados] [@papel do profissional de arquivo como promotor de valores da Sociedade Democrática] [@participatory appraisal] [@Porque é que as instituições de arquivo tem massas documentais acumuladas?] [@Profissionais de arquivo devem contribuir nas fases de aquisição e implementação dos sistemas de informação de ambiente eletrónico] [@proposta para reinventar os arquivos pelo trabalho colaborativo] [@Public organisations can make the appraisal process more open and transparent] [@Qual a capacidade dos arquivos para lidarem com documentação/informação produzida pelos governos?] [@Qual é o nível de percepção dos problemas associados a massas documentais acumuladas?] [@Quando o arquivista avalia documentos/informação, determinam o que se conserva e o que se destrói, i.e., decidem quem tem voz e quem continua sem voz] [@Que mecanismos precisam de serem postos em marcha para evitar que a acumulação de massas documentais voltem a ser um problema?] [@raisons du manque d'assurance des professionnels au moment d'évaluer] [archival profession] [ARQUIVISTAS e GESTORES DOCUMENTAIS: FUNÇÃO: Influenciar na fase de criação de documentos de arquivo] [ARQUIVISTAS: Arquivistas de Fotografia] [ARQUIVISTAS: moldadores do passado e não simples guardiões do passado] [ARQUIVISTAS: moldaram o documento histórico através de avaliações arquivísticas baseadas em juízos pessoais] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Compreender e documentar a deficiência] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Condições arquivísticas no país (EUA) e advocate com as partes essenciais para lidar com isso] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: promover accountability, open government, diversity e social justice: Advocacy e activism] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Repensar a política de avaliação] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Repensar orientação funcional] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Ter em conta a primazia do mal insidioso aquando das decisões de avaliação, preservação e decisões de acesso] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: vigilância das complexidades de documentar as mulheres e outros grupos subrepresentados na cena política americana] [ARQUIVISTAS: Papel de Preservar a História] [arquivos entre o cepticismo e a certeza] [ARQUIVISTAS: DESAFIOS: Acumulação de massas documentais] [ARQUIVISTAS: DESAFIOS: Crescente diversidade Social] [ARQUIVISTAS: DESAFIOS: instituições a arquivarem informação nadodigital: desafio social e cultural e não tanto tecnológico] [ARQUIVISTAS: DESAFIOS: Sobrecarga de Informação] [ARQUIVISTAS: DESAFIOS: Vida numa Sociedade Digital] [ARQUIVISTAS: FUNÇÕES: Servir os princípios da Democracia e apoio ao Estado de Direito] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Abordagem cooperativa para cumprimento de desafios e deveres] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Compreensão profunda do passado institucional] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Alinhar com serviços para uma organização relativa a normas democráticas de accountability e transparência] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Alinhar com uma política de memória direcionada para a documentação extensa da enorme diversidade social.] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Coleções de documentação de mulheres políticas] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Relembrar e esquecer os passados queer] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Orientação Funcional Clara] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Processo de Seleção transparente e participativo] [ENTIDADE: American Institute of Physics] [ENTIDADE: Archives New Zealand] [ENTIDADE: Archives of Ontario] [ENTIDADE: Archives of the State of Geneva] [ENTIDADE: Archives of the State of Wallis] [ENTIDADE: Archives Office of Tasmania] [ENTIDADE: Arquivos Nacionais/Biblioteca e Arquivos do Canadá] [ENTIDADE: Australian War Memorial] [ENTIDADE: Bundesarchiv] [ENTIDADE: City Council of Girona] [ENTIDADE: City of Vancouver Archives] [ENTIDADE: cultural institution in the Northeastern USA] [ENTIDADE: Environmental Studies Department of the University of Victoria] [ENTIDADE: European Central Bank] [ENTIDADE: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo] [ENTIDADE: Labour Archives (Työväen Arkisto)] [ENTIDADE: Landesarchiv (State Archives) of Baden-Württemberg] [ENTIDADE: National Archives of Australia] [ENTIDADE: National Patient Safety Agency] [ENTIDADE: New York Archive Museum] [ENTIDADE: Parramatta City Council Archives] [ENTIDADE: Swedish National Archives] [ENTIDADE: The Central Upper Peninsula and Northern Michigan University Archives] [ENTIDADE: The National Archives] [ENTIDADE: University of Illinois at Urbana-Champaign,] [ENTIDADE: University of Maryland, College Park] [ENTIDADE: Wellcome Library] [ENTIDADE: Wikileaks] [PROFISSIONAL DE GESTÃO DOCUMENTAL: should concentrate on embedding recordkeeping concerns into ICT systems used in modern organisations] [PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO: Como se manifesta essa relevância?] [PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO: Qual a sua Relevância numa sociedade repleta de informação e intensiva?]

Quotation(s): 110

Code Family: Execução ou propostas mencionadas nos textos com potencial interesse no desenvolvimento de projetos e iniciativas ligados à avaliação

Created: 2018-10-29 14:22:03 (luiscorujo)

Codes (35): [Cimeira sobre arquivística digital no século XXI] [Problemas e perigos das meta-narrativas e discursos dominantes requerem mecanismos que acolham os impotentes e que reflitam a pluralidade da sociedade: apoio a iniciativas arquivísticas comunitárias ou de bases] [PROJECTO(?) aumentar acessibilidade @sistema de informação sobre Records Disposition Authorities do LAC, no Canadá, apoia a investigação dos arquivistas, para medir a qualidade do programa de avaliação, e para descrição das séries documentais de arquivo defin] [PROJECTO(?) desenvolver coleções de documentos sobre a actividade política de mulheres, idenrificando critérios de seleção] [PROJECTO(?) Entidades académicas e estatais desenvolvem infraestruturas para salvaguarda da informação de arquivo eletrónica a longo prazo, e as responsabilidades dos profissionais, por exemplo, na avaliação] [PROJECTO(?) Internacional Social Science Risk Database, criada com base no sistema arquivístico e de controlo de metainformação, com o fim de apoiar a gestão de risco da Sociedade (Verificar se isto tem que ver com avaliação)] [PROJECTO(?) Ligar análise funcional ao ambiente aonde se criam e geridos os documentos... aonde trabalham os gestores] [PROJECTO(?) orientações para avaliação, preservação e descrição de material filatélico] [PROJECTO(?) proposta de abordagem para tratamento (avaliação incluída) de arquivos arquitectónicos] [PROJECTO(?) Proposta de abordagem participatória de criação e avaliação de arquivos para garantir o aprofundamento dos direitos culturais e identidade cultural, na Austrália] [PROJECTO(?) Proposta para criação de plano de riscos sobre avaliação e tratamento de informação de arquivo em coleções com materiais perigosos] [PROJECTO(?): avaliação com apoio da historiografia para contextualização da informação histórica digital nos EUA] [PROJECTO(?): avaliação de massas documentais acumuladas no Arquivo da Câmara Municipal de Parramatta] [PROJECTO(?): Avaliação e PCA baseado nos princípios da ISO 15489] [PROJECTO(?): criação de processos de trabalho para processamento de arquivos digitais e híbridos. inclui avaliação e sensitivity review] [PROJECTO(?): proposta de método validado para dar "valores de retenção" aos documentos, no Banco Central Europeu] [PROJECTO(?): Reconfiguração do processo de avaliação e organização dos arquivos históricos de uma Universidade dos EUA] [PROJECTO(?):Arquivos LGBTx finlandeses] [PROJECTO(?):Documentar a experiência militar americana nas guerras do Iraque e Afeganistão. Desafios da avaliação apresentados pelas complexidades da guerra] [PROJECTO(?):proposta de modelo de medição de qualidade dos documentos e arquivos electrónicos públicos (QADEPS) e sua aplicação] [PROJECTO(?)Estudo de caso sobre a utilização de amostragem na avaliação e seleção em arquivos e suas consequências para a investigação: arquivos de polícia na Suécia, datada de 1969- será que inclui informação eletrónica?] [PROJECTO(?)iniciativas britânicas face a coleções eletrónicas] [PROJECTO(?)programas de arquivo e gestão documental para avaliação arquivística nos EUA] [PROJECTO: Avaliação de informação de arquivo eletrónica da câmara municipal no âmbito do Open Data Project] [PROJECTO: Desenvolver quadro de referência das funções a nível governamental nacional na Austrália] [PROJECTO: implementação de projectos de documentation strategy, alguns em ambiente eletrónico] [PROJECTO: Incorporação e avaliação dos fundos documentais digitais dos Jogos Olímpicos no Canadá] [PROJECTO: iTRUST métodos para desenvolver especificações de retenção e disposição de tabelas de prazos para processos de negócio que lidam com dados abertos e big data] [PROJECTO: Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project. uso de fotos em arquivo histórico para comparação da evolução de locais ao longo do tempo. Valor dos documentos científicos (avaliação documental)] [PROJECTO: PIVOT Países Baixos, analisar funções e massas acumuladas desde a 2ªGuerra Mundial] [PROJECTO: plano de macroavaliação da Biblioteca e Arquivos do Canadá para todo o Governo] [PROJECTO: Produção de termos e condições de âmbito funcional] [PROJECTO: Recuperação de informação de arquivo em disquetes. Arquivos Ontário] [Projecto: Solução de avaliação para "case files" nos organismos governamentais canadianos] [PROJECTO: Tabela de Seleção das Funções-Meio. TT, Portugal]

Quotation(s): 35

Code Family: Nome das entidades referenciadas nos textos que desenvolvem actividades, práticas e propostas relacionadas com questões e aspectos da avaliação

Created: 2018-10-29 14:18:42 (luiscorujo)

Codes (28): [ENTIDADE: American Institute of Physics] [ENTIDADE: Archives New Zealand] [ENTIDADE: Archives of Ontario] [ENTIDADE: Archives of the State of Geneva] [ENTIDADE: Archives of the State of Wallis] [ENTIDADE: Archives Office of Tasmania] [ENTIDADE: Arquivos Nacionais/Biblioteca e Arquivos do Canadá] [ENTIDADE: Australian War Memorial] [ENTIDADE: Bundesarchiv] [ENTIDADE: City Council of Girona] [ENTIDADE: City of Vancouver Archives] [ENTIDADE: cultural institution in the Northeastern USA] [ENTIDADE: Environmental Studies Department of the University of Victoria] [ENTIDADE: European Central Bank] [ENTIDADE: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo] [ENTIDADE: Labour Archives (Työväen Arkisto)] [ENTIDADE: Landesarchiv (State Archives) of Baden-Württemberg] [ENTIDADE: National Archives of Australia] [ENTIDADE: National Patient Safety Agency] [ENTIDADE: New York Archive Museum] [ENTIDADE: Parramatta City Council Archives] [ENTIDADE: Swedish National Archives] [ENTIDADE: The Central Upper Peninsula and Northern Michigan University Archives] [ENTIDADE: The National Archives] [ENTIDADE: University of Illinois at Urbana-Champaign,] [ENTIDADE: University of Maryland, College Park] [ENTIDADE: Wellcome Library] [ENTIDADE: Wikileaks]

Quotation(s): 36

Code Family: Nomes dos autores dos textos

Created: 2018-10-29 14:16:15 (luiscorujo)

Codes (93): [Autor@_Anchor, Rachel] [Autor@_Association des archivistes du..] [Autor@_Bailey, Catherine] [Autor@_Bass, Jordan] [Autor@_Beneito Arias, Paloma] [Autor@_Bigelow, Sue] [Autor@_Boles, Frank] [Autor@_Brown, Richard] [Autor@_Caron, Daniel] [Autor@_Caswell, Michelle] [Autor@_Ceeney, Natalie] [Autor@_Chaudron, Gerald] [Autor@_Cocciolo, Anthony] [Autor@_Condé, Anne-Marie] [Autor@_Convery, Nicole] [Autor@_Cook, Michael] [Autor@_Cook, Terry] [Autor@_Craig, Barbara. L.] [Autor@_Crookston, Mark] [Autor@_Cumming, Kate] [Autor@_Cunningham, Adrian] [Autor@_Daniel, Dominique] [Autor@_Delaney, Jill] [Autor@_Dingwall, Glenn] [Autor@_Evans, Joanne] [Autor@_Evans, Max J.] [Autor@_Fidalgo, Maria José Vaz] [Autor@_Findlay, Cassie] [Autor@_Fritzke, Leena] [Autor@_Frogner, Raymond O.] [Autor@_Garaba, Francis] [Autor@_Gorzalski, Matt] [Autor@_Greene, Mark A.] [Autor@_Hackman, Larry] [Autor@_Hughes, Kit] [Autor@_Iacovino, Livia] [Autor@_Jimerson, Randall] [Autor@_Johnson, Elizabeth Snowden] [Autor@_Johnson, Valerie] [Autor@_Jones, Michael] [Autor@_Kaczmarek, Joanne] [Autor@_Kellerhals, Andreas] [Autor@_Kim, Yunhyong] [Autor@_Kingsley, Nicholas] [Autor@_Lacombe, Christian] [Autor@_Lebeau, Mireille] [Autor@_Levi, Charles] [Autor@_Léveillé, Valerie] [Autor@_Loewen, Candace] [Autor@_Malkmus, Doris J.] [Autor@_Man, Elizabeth] [Autor@_Mancuso, Lara] [Autor@_McCarthy, Gavan J.] [Autor@_McDonald, John] [Autor@_Mnjama, Nathan] [Autor@_Moore, Erik. A.] [Autor@_Mumma, Courtney C.] [Autor@_Não Identificado] [Autor@_Novara, Elizabeth A.] [Autor@_Oliver, Gillian] [Autor@_Parr, Adelaide] [Autor@_Picot, Anne] [Autor@_Preston, Louise] [Autor@_Prom, Christopher J.] [Autor@_Pugh, Mary] [Autor@_Rhee, Hea Lim] [Autor@_Roberts, Peter J.] [Autor@_Robyns, Marcus] [Autor@_Ross, Seamus] [Autor@_Rydén, Reine] [Autor@_Senécal, Sylvian] [Autor@_Serra, Luis Esteve Casellas] [Autor@_Shabou, Basma Makhlouf] [Autor@_Shilton, Katie] [Autor@_Sloyan, Victoria] [Autor@_Smith, Allie] [Autor@_Soyka, Heather] [Autor@_Srinivasan, Ramesh] [Autor@_Sternfeld, Joshua] [Autor@_Swain, Ellen D.] [Autor@_Taavetti, Riikka] [Autor@_Taylor, Isabel] [Autor@_Ucha, Paula Cristina] [Autor@_Waiser, Bill] [Autor@_Waters, Jill] [Autor@_White, Sara] [Autor@_Wiener, Judith A.] [Autor@_Wilczek, Eliot] [Autor@_Williams, Caroline] [Autor@_Woolman, Jason] [Autor@_Yeo, Geoffrey] [Autor@_Youn, Eunha] [Autor@_Zinn, Jens O.]
Quotation(s): 100

Code Family: Nomes dos autores que transparecem nos textos como produtores de investigação sobre a Avaliação

Created: 2019-01-18 16:51:14 (luiscorujo)

Codes (132): [@Ref_Autor: Aby Warburg] [@Ref_Autor: Adrian Cunningham] [@Ref_Autor: Agnes Jonker] [@Ref_Autor: Barbara Craig] [@Ref_Autor: Brian Beaven] [@Ref_Autor: Candace Loewen] [@Ref_Autor: Carol Couture] [@Ref_Autor: Catherine Bailey] [@Ref_Autor: Claude Meunier] [@Ref_Autor: Daniel Ducharme] [@Ref_Autor: David Bearman] [@Ref_Autor: Dennis Meissner] [@Ref_Autor: Eric Ketelaar] [@Ref_Autor: Giles Deleuze] [@Ref_Autor: Hannah Arendt] [@Ref_Autor: Hans Booms] [@Ref_Autor: Helen Samuels] [@Ref_Autor: Hilary Jenkinson] [@Ref_Autor: Jean Favier] [@Ref_Autor: Jean Yves Rousseau] [@Ref_Autor: Jeannette Bastian] [@Ref_Autor: Karen Anderson] [@Ref_Autor: Kerry Badgley] [@Ref_Autor: Lara Wilson] [@Ref_Autor: Leopold von Ranke] [@Ref_Autor: Margaret Dixon] [@Ref_Autor: Mark A. Greene] [@Ref_Autor: Michael Piggott] [@Ref_Autor: Michel Foucault] [@Ref_Autor: Natalis de Wailly] [@Ref_Autor: Normand Fortier] [@Ref_Autor: Richard Brown] [@Ref_Autor: Richard J. Cox] [@Ref_Autor: Robert Kretzschmar] [@Ref_Autor: Robyn Oswald] [@Ref_Autor: T.R. Schellenberg] [@Ref_Autor: Terry Cook] [@Ref_Autor: Terry Eastwood] [@Ref_Autor: W Kaye Lamb] [Autor@_Anchor, Rachel] [Autor@_Association des archivistes du..] [Autor@_Bailey, Catherine] [Autor@_Bass, Jordan] [Autor@_Beneito Arias, Paloma] [Autor@_Bigelow, Sue] [Autor@_Boles, Frank] [Autor@_Brown, Richard] [Autor@_Caron, Daniel] [Autor@_Caswell, Michelle] [Autor@_Ceeney, Natalie] [Autor@_Chaudron, Gerald] [Autor@_Cocciolo, Anthony] [Autor@_Condé, Anne-Marie] [Autor@_Convery, Nicole] [Autor@_Cook, Michael] [Autor@_Cook, Terry] [Autor@_Craig, Barbara. L.] [Autor@_Crookston, Mark] [Autor@_Cumming, Kate] [Autor@_Cunningham, Adrian] [Autor@_Daniel, Dominique] [Autor@_Delaney, Jill] [Autor@_Dingwall, Glenn] [Autor@_Evans, Joanne] [Autor@_Evans, Max J.] [Autor@_Fidalgo, Maria José Vaz] [Autor@_Findlay, Cassie] [Autor@_Fritzke, Leena] [Autor@_Frogner, Raymond O.] [Autor@_Garaba, Francis] [Autor@_Gorzalski, Matt] [Autor@_Greene, Mark A.] [Autor@_Hackman, Larry] [Autor@_Hughes, Kit] [Autor@_Iacovino, Livia] [Autor@_Jimerson, Randall] [Autor@_Johnson, Elizabeth Snowden] [Autor@_Johnson, Valerie] [Autor@_Jones, Michael] [Autor@_Kaczmarek, Joanne] [Autor@_Kellerhals, Andreas] [Autor@_Kim, Yunhyong] [Autor@_Kingsley, Nicholas] [Autor@_Lacombe, Christian] [Autor@_Lebeau, Mireille] [Autor@_Levi, Charles] [Autor@_Léveillé, Valerie] [Autor@_Loewen, Candace] [Autor@_Malkmus, Doris J.] [Autor@_Man, Elizabeth] [Autor@_Mancuso, Lara] [Autor@_McCarthy, Gavan J.] [Autor@_McDonald, John] [Autor@_Mnjama, Nathan] [Autor@_Moore, Erik. A.] [Autor@_Mumma, Courtney C.] [Autor@_Não Identificado] [Autor@_Novara, Elizabeth A.] [Autor@_Oliver, Gillian] [Autor@_Parr, Adelaide] [Autor@_Picot, Anne] [Autor@_Preston, Louise] [Autor@_Prom, Christopher J.] [Autor@_Pugh, Mary] [Autor@_Rhee, Hea Lim] [Autor@_Roberts, Peter J.] [Autor@_Robyns, Marcus] [Autor@_Ross, Seamus] [Autor@_Rydén, Reine] [Autor@_Senécal, Sylvian] [Autor@_Serra, Luis Esteve Casellas] [Autor@_Shabou, Basma Makhlouf] [Autor@_Shilton, Katie] [Autor@_Sloyan, Victoria] [Autor@_Smith, Allie] [Autor@_Soyka, Heather] [Autor@_Srinivasan, Ramesh] [Autor@_Sternfeld, Joshua] [Autor@_Swain, Ellen D.] [Autor@_Taavetti, Riikka] [Autor@_Taylor, Isabel] [Autor@_Ucha, Paula Cristina] [Autor@_Waiser, Bill] [Autor@_Waters, Jill] [Autor@_White,

Sara] [Autor@_Wiener, Judith A.] [Autor@_Wilczek, Eliot] [Autor@_Williams, Caroline] [Autor@_Woolman, Jason] [Autor@_Yeo, Geoffrey] [Autor@_Youn, Eunha] [Autor@_Zinn, Jens O.]

Quotation(s): 144

Code Family: O papel e o impacto das organizações e dos profissionais da Informação de Arquivo na Avaliação

Created: 2018-10-29 14:26:11 (luiscorujo)

Codes (74): [a profissão deve desenvolver uma consciência social] [activismo e defesa podem lidar com questões sociais sem abandonar referências de equidade, honestidade, independência e transparência] [análise da literatura sobre a Documentation Strategy: o papel e influência do arquivista na avaliação (interseção entre a teoria arquivista e a identidade profissional)/aplicação prática de uma mudança de identidade dentro da profissão] [aplicação da teoria da avaliação documental num conjunto de arquivos do Reino Unido] [apoio às necessidades informacionais dos utilizadores no ambiente digital necessita uma redefinição das responsabilidades das pessoas que praticam o desenvolvimento de coleções e/ou estratégias de avaliação de arquivo] [archivist as expert] [archivists in Canadian repositories] [archivists want to be certain that they have made their value judgements as conscientiously and sensitively as possible] [arquivista intervem para garantir a seleção e decidir como os arquivos de uma organização podem ser utilizados numa perspectiva patrimonial e histórica, em relação a outrem e para o futuro] [arquivistas são cada vez mais responsabilizados pela Sociedade pelas suas recomendações de conservar ou destruir documentos/informação de Arquivo] [ARQUIVOS: Instituições Multifuncionais] [ARQUIVOS: MEDIDAS: preservar o património cultural de todos os grupos (diversidade)] [ARQUIVOS: MEDIDAS: Seleção] [avaliação (macroavaliação) tenta ser objectiva, mas tem sempre elementos de subjetividade] [avaliação como uma das responsabilidades mais importantes dos arquivistas] [avaliação próactiva também requer que os profissionais da gestão da informação sejam activos na avaliação da informação corrente] [avaliação refere-se a valor, no pressuposto que os arquivistas podem escolher o que é importante para a posteridade] [Como é que os arquivistas definem conceptualmente a avaliação em arquivo?] [como é que os profissionais de arquivo praticam a avaliação de arquivo de informação estatal/governamental?] [curatorial guardian] [discurso sobre a importância da avaliação, descrição, preservação no âmbito da memória e a responsabilidade dos arquivistas] [documentary moment na era digital: arquivos e arquivistas, em conjunto com outrem, podem continuar a ter papéis proeminentes e cumprir com as responsabilidades agora e no futuro] [educação e formação do arquivista pode levar a negligenciar algum tipo de valor potencial nos documentos (neste caso o valor científico)] [elementos que demonstram problemas do processo de avaliação: existência de legislação desactualizada; falta de competências/conhecimentos e de normas definidas para execução] [expectativa do público para que todo e qualquer documento esteja em linha e indexado] [falta de métodos e ferramentas para os arquivistas apoiarem a sua tomada de decisão relativa à avaliação arquivística] [historian-archivist] [investigação sobre a avaliação] [necessidade de flexibilidade dos profissionais de arquivo na adaptação de novos sistemas] [o papel do arquivista na decisão de conservar documentos de arquivo e como a Internet e ficheiros eletrónicos afetam os documentos de arquivo] [os arquivistas devem mudar fundamentalmente a maneira como pensam sobre seus papéis e desenvolver meios e métodos alternativos de fazer o trabalho de arquivo] [papel do arquivista/gestor documental na criação de sistemas de informação robustos, com recursos limitados] [papel do profissional de arquivo como promotor de valores da Sociedade Democrática] [participatory appraisal] [Porque é que as instituições de arquivo tem massas documentais acumuladas?] [Profissionais de arquivo devem contribuir nas fases de aquisição e implementação dos sistemas de informação de ambiente eletrónico] [proposta para reinventar os arquivos pelo trabalho colaborativo] [Public organisations can make the appraisal process more open and transparent] [Qual a capacidade dos arquivos para lidarem com documentação/informação produzida pelos governos?] [Qual é o nível de percepção dos problemas associados a massas documentais acumuladas?] [Quando o arquivista avalia documentos/informação, determinam o que se conserva e o que se destrói, i.é, decidem quem tem voz e quem continua sem voz] [Que mecanismos precisam de serem postos em marcha para evitar que a acumulação de massas documentais voltem a ser um problema?] [raisons du manque d'assurance des professionnels au moment d'évaluer] [archival profession] [ARQUIVISTAS e GESTORES DOCUMENTAIS: FUNÇÃO: Influenciar na fase de criação de documentos de arquivo] [ARQUIVISTAS: Arquivistas de Fotografia] [ARQUIVISTAS: moldadores do passado e não simples guardiões do passado] [ARQUIVISTAS: moldaram o documento histórico através de avaliações arquivísticas baseadas em juízos pessoais] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Compreender e documentar a deficiência] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Condições arquivísticas no país (EUA) e advocate com as partes essenciais para lidar com isso] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: promover accountability, open government, diversity and social justice: Advocacy and activism] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Repensar a política de avaliação] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Repensar orientação funcional] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: Ter em conta a primazia do mal insidioso aquando das decisões de avaliação, preservação e decisões de acesso] [ARQUIVISTAS: NECESSIDADE: vigilância das complexidades de documentar as mulheres e outros grupos subrepresentados na cena política americana] [ARQUIVISTAS: Papel de Preservar a História] [arquivos entre o cepticismo e a certeza] [ARQUIVOS: DESAFIOS: Acumulação de massas documentais] [ARQUIVOS: DESAFIOS: Crescente diversidade Social] [ARQUIVOS: DESAFIOS: instituições a arquivarem informação nadodigital: desafio social e cultural e não tanto tecnológico] [ARQUIVOS:

DESAFIOS: Sobrecarga de Informação [ARQUIVOS: DESAFIOS: Vida numa Sociedade Digital] [ARQUIVOS: FUNÇÕES: Servir os princípios da Democracia e apoio ao Estado de Direito] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: Abordagem cooperativa para cumprimento de desafios e deveres] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: Compreensão profunda do passado institucional] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Alinhar com serviços para uma organização relativa a normas democráticas de accountability e transparência] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Alinhar com uma política de memória direcionada para a documentação extensa da enorme diversidade social.] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Coleções de documentação de mulheres políticas] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: FUNÇÕES: Lembrar e esquecer os passados queer] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: Orientação Funcional Clara] [ARQUIVOS: NECESSIDADE: Processo de Seleção transparente e participativo] [PROFISSIONAL DE GESTÃO DOCUMENTAL: should concentrate on embedding recordkeeping concerns into ICT systems used in modern organisations] [PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO: Como se manifesta essa relevância?] [PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO: Qual a sua Relevância numa sociedade repleta de informação e intensiva?]

Quotation(s): 74

Code Family: Países a que pertencem as localidades, instituições ou nacionalidades referidas nos textos
Created: 2018-10-29 14:19:34 (luiscorujo)
Codes (17): [Local: Alemanha] [Local: Austrália] [Local: África Austral e Oriental] [Local: Brasil] [Local: Canadá] [Local: Coreia do Sul] [Local: Espanha] [Local: Estados Unidos da América] [Local: Finlândia] [Local: Internacional] [Local: Nova Zelândia] [Local: Países Baixos] [Local: Portugal] [Local: Reino Unido] [Local: Suécia] [Local: Suíça] [Local: União Europeia]

Quotation(s): 63

Code Family: Princípios e Fundamentos de Arquivo e Avaliação indicados nos textos

Created: 2018-10-29 14:34:45 (luiscorujo)

Codes (50): [accountability visto como princípio base da avaliação de documentação pública, mas tal é extensível ao sector privado em alguns aspectos, como a proteção ambiental] [apoio às necessidades informacionais dos utilizadores no ambiente digital necessita uma redefinição das responsabilidades das pessoas que praticam o desenvolvimento de coleções e/ou estratégias de avaliação de arquivo] [arquivista intervem para garantir a seleção e decidir como os arquivos de uma organização podem ser utilizados numa perspectiva patrimonial e histórica, em relação a outrem e para o futuro] [avaliação (macroavaliação) tenta ser objectiva, mas tem sempre elementos de subjetividade] [contexto] [decisões erradas na avaliação constituem uma barreira no acesso aos documentos e arquivos] [direitos daqueles que são sujeitos na documentação a acrescentarem as suas próprias narrativas aos documentos/informação que estão nas instituições de arquivo] [discurso sobre a importância da avaliação, descrição, preservação no âmbito da memória e a responsabilidade dos arquivistas] [distinguir objectividade da neutralidade] [documentar actividades e eventos complexos] [efeito dos media e percepção pública no âmbito da avaliação e acesso a informação de arquivo] [expectativa do público para que todo e qualquer documento esteja em linha e indexado] [fundamento da avaliação arquivística no Brasil: princípio da avaliação contínua/permanente ao longo do ciclo de vida do documento, para poupar tempo e recursos, diminuir o risco de destruição inapropriada, e promover a accountability e transparência] [identificação e preservação da "causa materialis" documental da Sociedade] [Jenkinson: criadores têm o direito de incluir ou destruir os documentos que quiserem] [évaluation archivistique ne peut pas se réduire à de la grammaire.] [évaluation consiste essentiellement à poser un jugement de valeur suivi d'une décision] [momento dentro do processo de memória quando ficam cientes e confrontam a natureza instável, frágil e efémera da memória] [momento em que as colectividades têm que investir e garantir deliberadamente e conscientemente a preservação da informação] [natureza da memória] [necessidade de repensar a ciência arquivística, dado que o mundo empresarial foi transformado pelas TI] [papel da objectividade na exclusão de alguns grupos de pessoas e documentos nos arquivos históricos] [participar como co-criadores na tomada de decisão sobre avaliação, acesso e controlo, e, assim, a modelar e remodelar o arquivo a partir da sua perspectiva] [preservar o património cultural de todos os grupos (diversidade) para facilitar a construção da sua identidade] [Preservar um abundante Património documental] [princípios, conceitos e componentes alicerçados na história e práticas actuais, devem servir de fundamento à documentação necessária para dar conta das decisões de avaliação] [proposta de utilização da perspectiva da teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt, para alertar os arquivistas a não serem complacentes durante a avaliação, preservação e fornecimento de acesso] [registamos-nos continuamente e instantaneamente em várias situações da vida pública e privada, no trabalho, na diversão, em conversas públicas e privadas e nas nossas relações profissionais e sociais] [serve de reservatório para alimentar o cepticismo essencial como motor do progresso] [serve para estabilizar a identidade social ou comunitária] [standardisation and formalisation of organisational processes] [Teoria da banalidade do mal aplicada aos arquivos: enfatiza a importância do contexto, a (agency) capacidade de actuação do produtor do documentos, a capacidade da documentação banal criar uma burocracia do bem em vez do mal] [teoria da personificação/representação/materialização complexa liga-se à teoria arquivística, particularmente a literatura que põe em causa a definição de proveniência] [uso dos documentos como recursos históricos] [Valor científico dos

documentos (avaliação documental)] [@valor documental dos sítios web das organizações estudantis] [MEMÓRIA: NECESSIDADE: Selectividade e Esquecimento] [MEMÓRIA: Tendência das organizações viverem no presente contínuo, sem ideia de um futuro ou memória] [O princípio da proveniência procura constituir uma unidade de significado, procura esclarecer e assegurar uma proximidade entre cada documento, mas ignorando/omitindo as rupturas na história das ideias (mesmo num curto prazo).] [processo de memória] [PROPRIEDADE: Memória: ephemeral] [PROPRIEDADE: Memória: fragility of public memory] [PROPRIEDADE: Memória: instability] [Recorrência do termo: Documentary Heritage] [Recorrência do termo: Documentary Moment] [Recorrência do termo: Heritage] [Recorrência do termo: Identity] [Recorrência do termo: Memory] [Recorrência do termo: Patrimonial] [Recorrência do termo: Remember]

Quotation(s): 107

Code Family: Recorrências dos termos que surgem nos textos

Created: 2019-01-21 16:01:25 (luiscorujo)

Codes (72): [Recorrência do termo: Acquisition] [Recorrência do termo: Appraisal] [Recorrência do termo: Archival Case Records] [Recorrência do termo: Archival Records] [Recorrência do termo: Assessing] [Recorrência do termo: Autorisation de disposer des documents] [Recorrência do termo: Case Files] [Recorrência do termo: Conservation] [Recorrência do termo: Custody Arrangement] [Recorrência do termo: Data] [Recorrência do termo: Disposal Schedule] [Recorrência do termo: Disposer] [Recorrência do termo: Disposition/Disposal] [Recorrência do termo: Document] [Recorrência do termo: Document d'archives] [Recorrência do termo: Documental] [Recorrência do termo: Documentary] [Recorrência do termo: Documentary Heritage] [Recorrência do termo: Documentary Moment] [Recorrência do termo: Documentation] [Recorrência do termo: Documentation pour disposer des documents] [Recorrência do termo: Documentation Strategy] [Recorrência do termo: Documented] [Recorrência do termo: Documenté] [Recorrência do termo: Documenting] [Recorrência do termo: Documention Plan] [Recorrência do termo: Documentons] [Recorrência do termo: documents d'archives] [Recorrência do termo: Documents Numériques] [Recorrência do termo: Documents Numériques Patrimoniaux] [Recorrência do termo: Draft Appraisal Reports] [Recorrência do termo: E-Records] [Recorrência do termo: Electronic information management] [Recorrência do termo: Enduring Value] [Recorrência do termo: Evaluation] [Recorrência do termo: Évaluation] [Recorrência do termo: File Case Records] [Recorrência do termo: Files] [Recorrência do termo: Functional Analysis] [Recorrência do termo: Gestion des documents] [Recorrência do termo: Gestionnaires d'Informations Personnelles] [Recorrência do termo: Heritage] [Recorrência do termo: Identity] [Recorrência do termo: Indexes/Indexation] [Recorrência do termo: Legacy records] [Recorrência do termo: Macroappraisal] [Recorrência do termo: Memory] [Recorrência do termo: Monetary Evaluation] [Recorrência do termo: Patrimonial] [Recorrência do termo: Permanent Preservation] [Recorrência do termo: Personal Information Management (PIM)] [Recorrência do termo: Preservation] [Recorrência do termo: Préservation] [Recorrência do termo: Proactive Appraisal] [Recorrência do termo: Reactive appraisal] [Recorrência do termo: Record (verbo)] [Recorrência do termo: Recorded] [Recorrência do termo: Recordkeeping] [Recorrência do termo: Recordkeeping Systems] [Recorrência do termo: Records] [Recorrência do termo: Records Continuum] [Recorrência do termo: Records Disposition Authority] [Recorrência do termo: Remember] [Recorrência do termo: Retention] [Recorrência do termo: Retention and disposal schedule] [Recorrência do termo: Retention Scheduling] [Recorrência do termo: Schedule/Scheduling] [Recorrência do termo: Selection] [Recorrência do termo: Sensitivity Review] [Recorrência do termo: Sélection] [Recorrência do termo: Value Based] [Recorrência do termo: Value/Valeur]

Quotation(s): 1098

Code Family: Terminologia Substantiva

Created: 2019-01-21 17:35:39 (luiscorujo)

Codes (131): [Recorrência do termo: Acquisition] [Recorrência do termo: Appraisal] [Recorrência do termo: Archival Case Records] [Recorrência do termo: Archival Records] [Recorrência do termo: Assessing] [Recorrência do termo: Autorisation de disposer des documents] [Recorrência do termo: Case Files] [Recorrência do termo: Conservation] [Recorrência do termo: Custody Arrangement] [Recorrência do termo: Data] [Recorrência do termo: Disposal Schedule] [Recorrência do termo: Disposer] [Recorrência do termo: Disposition/Disposal] [Recorrência do termo: Document] [Recorrência do termo: Document d'archives] [Recorrência do termo: Documental] [Recorrência do termo: Documentary] [Recorrência do termo: Documentary Heritage] [Recorrência do termo: Documentary Moment] [Recorrência do termo: Documentation] [Recorrência do termo: Documentation pour disposer des documents] [Recorrência do termo: Documentation Strategy] [Recorrência do termo: Documented] [Recorrência do termo: Documenté] [Recorrência do termo: Documenting] [Recorrência do termo: Documention Plan] [Recorrência do termo: Documentons] [Recorrência do termo: documents d'archives] [Recorrência do termo: Documents Numériques] [Recorrência do termo: Documents Numériques Patrimoniaux] [Recorrência do termo: Draft Appraisal Reports] [Recorrência do termo: E-Records] [Recorrência do termo: Electronic information management] [Recorrência do termo: Enduring Value] [Recorrência do termo: Evaluation] [Recorrência do termo: Évaluation] [Recorrência do termo: File Case Records] [Recorrência do termo: Files] [Recorrência do termo: Functional Analysis] [Recorrência do termo: Gestion des documents] [Recorrência do termo: Gestionnaires d'Informations Personnelles]

[Recorrência do termo: Heritage] [Recorrência do termo: Identity] [Recorrência do termo: Indexes/Indexation] [Recorrência do termo: Legacy records] [Recorrência do termo: Macroappraisal] [Recorrência do termo: Memory] [Recorrência do termo: Monetary Evaluation] [Recorrência do termo: Patrimonial] [Recorrência do termo: Permanent Preservation] [Recorrência do termo: Personal Information Management (PIM)] [Recorrência do termo: Preservation] [Recorrência do termo: Préservation] [Recorrência do termo: Proactive Appraisal] [Recorrência do termo: Reactive appraisal] [Recorrência do termo: Record (verbo)] [Recorrência do termo: Recorded] [Recorrência do termo: Recordkeeping] [Recorrência do termo: Recordkeeping Systems] [Recorrência do termo: Records] [Recorrência do termo: Records Continuum] [Recorrência do termo: Records Disposition Authority] [Recorrência do termo: Remember] [Recorrência do termo: Retention] [Recorrência do termo: Retention and disposal schedule] [Recorrência do termo: Retention Scheduling] [Recorrência do termo: Schedule/Scheduling] [Recorrência do termo: Selection] [Recorrência do termo: Sensitivity Review] [Recorrência do termo: Sélection] [Recorrência do termo: Value Based] [Recorrência do termo: Value/Valeur] [TERMO: en- :records] [TERMO: en-au: Custody arrangements] [TERMO: en-au: Disposal] [TERMO: en-au: Disposal Schedule] [TERMO: en-au: documentation plan] [TERMO: en-au: indexes] [TERMO: en-au: record- keeping] [TERMO: en-au: retention] [TERMO: en-ca: Acquisition] [TERMO: en-ca: appraisal] [TERMO: en-ca: Archival Case Records] [TERMO: en-ca: Archival Records] [TERMO: en-ca: assessing] [TERMO: en-ca: Case Files] [TERMO: en-ca: Disposition] [TERMO: en-ca: e-records] [TERMO: en-ca: enduring value] [TERMO: en-ca: Evaluation] [TERMO: en-ca: legacy e-records] [TERMO: en-ca: monetary evaluation] [TERMO: en-ca: Personal Information Management (PIM)] [TERMO: en-ca: preservation] [TERMO: en-ca: record] [TERMO: en-ca: recorded] [TERMO: en-ca: Recordkeeping] [TERMO: en-ca: recordkeeping systems] [TERMO: en-ca: Records Disposition Authority] [TERMO: en-ca: Selection] [TERMO: en-uk: draft appraisal reports] [TERMO: en-uk: electronic information management] [TERMO: en-uk: permanent preservation] [TERMO: en-uk: reactive appraisal] [TERMO: en-uk: recordkeeping] [TERMO: en-uk: retention] [TERMO: en-uk: retention scheduling] [TERMO: en-uk: sensitivity review] [TERMO: en-uk: staff files] [TERMO: en-us(?): appraisal and retention scheduling] [TERMO: en-us: appraisal] [TERMO: en-us: permanent preservation] [TERMO: en-us: retention] [TERMO: en-za: value based approach] [TERMO: fr-ca: l'autorisation de disposer des documents] [TERMO: fr-ca: acquisition] [TERMO: fr-ca: conservation] [TERMO: fr-ca: conserver] [TERMO: fr-ca: documentation pour disposer des documents] [TERMO: fr-ca: documentées] [TERMO: fr-ca: documentons] [TERMO: fr-ca: documents] [TERMO: fr-ca: documents d'archives] [TERMO: fr-ca: documents numériques] [TERMO: fr-ca: documents numériques patrimoniaux] [TERMO: fr-ca: évaluation] [TERMO: fr-ca: gestion des documents] [TERMO: fr-ca: gestionnaires d'informations personnelles] [TERMO: fr-ca: préservation] [TERMO: fr-ca: Préservation Numérique] [TERMO: fr-ca: sélection]

Quotation(s): 1117

Code Family: Termos dos textos identificados pela origem linguística-geográfica

Created: 2019-01-21 17:20:18 (luiscorujo)

Codes (59): [TERMO: en- :records] [TERMO: en-au: Custody arrangements] [TERMO: en-au: Disposal] [TERMO: en-au: Disposal Schedule] [TERMO: en-au: documentation plan] [TERMO: en-au: indexes] [TERMO: en-au: record- keeping] [TERMO: en-au: retention] [TERMO: en-ca: Acquisition] [TERMO: en-ca: appraisal] [TERMO: en-ca: Archival Case Records] [TERMO: en-ca: Archival Records] [TERMO: en-ca: assessing] [TERMO: en-ca: Case Files] [TERMO: en-ca: Disposition] [TERMO: en-ca: e-records] [TERMO: en-ca: enduring value] [TERMO: en-ca: Evaluation] [TERMO: en-ca: legacy e-records] [TERMO: en-ca: monetary evaluation] [TERMO: en-ca: Personal Information Management (PIM)] [TERMO: en-ca: preservation] [TERMO: en-ca: record] [TERMO: en-ca: recorded] [TERMO: en-ca: Recordkeeping] [TERMO: en-ca: recordkeeping systems] [TERMO: en-ca: Records Disposition Authority] [TERMO: en-ca: Selection] [TERMO: en-uk: draft appraisal reports] [TERMO: en-uk: electronic information management] [TERMO: en-uk: permanent preservation] [TERMO: en-uk: reactive appraisal] [TERMO: en-uk: recordkeeping] [TERMO: en-uk: retention] [TERMO: en-uk: retention scheduling] [TERMO: en-uk: sensitivity review] [TERMO: en-uk: staff files] [TERMO: en-us(?): appraisal and retention scheduling] [TERMO: en-us: appraisal] [TERMO: en-us: permanent preservation] [TERMO: en-us: retention] [TERMO: en-za: value based approach] [TERMO: fr-ca: l'autorisation de disposer des documents] [TERMO: fr-ca: acquisition] [TERMO: fr-ca: conservation] [TERMO: fr-ca: conserver] [TERMO: fr-ca: documentation pour disposer des documents] [TERMO: fr-ca: documentées] [TERMO: fr-ca: documentons] [TERMO: fr-ca: documents] [TERMO: fr-ca: documents d'archives] [TERMO: fr-ca: documents numériques] [TERMO: fr-ca: documents numériques patrimoniaux] [TERMO: fr-ca: évaluation] [TERMO: fr-ca: gestion des documents] [TERMO: fr-ca: gestionnaires d'informations personnelles] [TERMO: fr-ca: préservation] [TERMO: fr-ca: Préservation Numérique] [TERMO: fr-ca: sélection]

Quotation(s): 75

Code Family: Tipologias, características e perceções da Informação alvo de avaliação

Created: 2018-10-29 14:31:21 (luiscorujo)

Codes (30): [@aborda os problemas da avaliação no âmbito da metainformação na gestão documental] [@as nossas vidas registadas pela Surveillance (vigilância interna) e Sousveillance (vigilância externa)] [@avaliação de suportes digitais/eletrónicos legados] [@avaliar big data] [@avaliar dados informais] [@coleções de fotografia levantam questões sobre decisões de avaliação e aquisição de documentação científica, e do valor desses

registos/documentação/informação] [@métodos para desenvolver especificações de retenção e disposição de tabela de prazos para iniciativas de open data e big data] [@Proposta para identificação, avaliação e captura de sítios web de organizações estudantis como prova das suas actividades] [INFORMAÇÃO COMO: as a valued asset that is managed, protected and exploited throughout its lifecycle] [INFORMAÇÃO COMO: foundational civic goods] [INFORMAÇÃO: PERCEPÇÃO: como bem público acessível da memória Pública] [INFORMAÇÃO: PERCEPÇÃO: como capital económico ou social] [INFORMAÇÃO: PERCEPÇÃO: valor de mercado (preço) de um documento] [INFORMAÇÃO: Pessoal] [INFORMAÇÃO: TIPOS: correspondência de correio eletrónico] [INFORMAÇÃO: TIPOS: costumes locais não escritos] [INFORMAÇÃO: TIPOS: documentos/informação gerada por telemóveis] [INFORMAÇÃO: TIPOS: information in our books and other documentary media and artifacts] [INFORMAÇÃO: TIPOS: material filatélico] [INFORMAÇÃO: TIPOS: metainformação] [INFORMAÇÃO: TIPOS: original documents] [INFORMAÇÃO: TIPOS: Representações históricas digitais] [INFORMAÇÃO: USO: a Sociedade articular, exprimir e partilhar objectivos, pressupostos, valores e éticas comuns] [INFORMAÇÃO: USO: apoio na avaliação do valor financeiro de obras de arte] [INFORMAÇÃO: USO: cumprir com as necessidades de negócio] [INFORMAÇÃO: USO: cumprir com interesses sociais em permanência] [INFORMAÇÃO: USO: garantir a responsabilização da administração pública e uma governação responsável no âmbito do Estado de Direito] [INFORMAÇÃO: USO: habilitar e garantir a participação democrática nas comunidades] [Recorrência do termo: documents d'archives] [Statistical Records]

Quotation(s): 29

Code Family: Títulos das Revistas que publicaram os textos

Created: 2018-10-29 14:20:30 (luiscorujo)

Codes (13): [Nome_Publ: African Journal of Library, Archive & Information Science] [Nome_Publ: American Archivist] [Nome_Publ: Archival Science: International Journal on Recorded Information] [Nome_Publ: Archivaria] [Nome_Publ: Archives & Manuscripts] [Nome_Publ: Archives and Records The Journal of the Archives and Records Association] [Nome_Publ: Archives La Revue de l'Association des Archivistes du Québec (00449423)] [Nome_Publ: Archives The Journal of the British Records Association (00039535)] [Nome_Publ: Cadernos BAD] [Nome_Publ: Information Development] [Nome_Publ: Journal of Archival Organization] [Nome_Publ: Journal of the Society of Archivists] [Nome_Publ: Records Management Journal]

Quotation(s): 83

Code Family: Títulos dos Artigos

Created: 2019-01-29 16:08:30 (luiscorujo)

Codes (83): [Título_P 1-01: Transformar decisões de Macro-Avaliação em acervos/fundos de arquivo: elaboração de termos e condições baseadas nas funções para a transferência da Informação/Documentos de Arquivo Eletrónico] [Título_P 1-02: O Momento Documentário na Idade Digital: Estabelecimento de novas propostas de valor para a memória pública] [Título_P 1-03: Arquivar para a auto-constatação, construção de identidade e auto questionamento permanente: Arquivos entre o cepticismo e a certeza] [Título_P 1-04: Avaliar conteúdo para valorização no Novo Mundo: determinar documentação adequada] [Título_P 1-05: O E-mail como um recurso de património cultural: soluções de avaliação no contexto de um museu de arte] [Título_P 1-06: Da avaliação reactiva para a avaliação proactiva] [Título_P 1-07: "Somos aquilo que guardamos/conservamos; Guardamos/Conservamos aquilo que nós somos: O passado, presente e futuro da avaliação arquivística] [Título_P 1-08: Fazer Avaliação arquivística no Canadá: resultado de um inquérito às experiências, prática e opiniões dos praticantes] [Título_P 1-09: Reinventar a avaliação] [Título_P 1-10: Eternidade Revisitada: À procura de uma estratégia documental nacional e um sistema arquivístico nacional] [Título_P 1-11: "Mais Produto, Menos Processo": já não é apenas para processamento] [Título_P 1-12: A avaliação como cartografia: estudos culturais nos arquivos] [Título_P 1-13: Questionar os princípios orientadores da avaliação arquivística] [Título_P 1-14: A evolução, aplicação e futuro da macroavaliação] [Título_P 1-15: Documentation Strategy: Mastodonte ou Retro-sucesso] [Título_P 1-16: Uma abordagem funcional para avaliação e Prazos de Conservação] [Título_P 1-17: <Pessoas que têm personalidade similar>: Alguns elementos indispensáveis sobre o paradigma da ecologia de arquivos] [Título_P 1-18: Género Documentário e gestão documental eletrónica: Engano ou caminho a seguir?] [Título_P 1-19: Análise Funcional institucional na Universidade do Norte do Michigan: Um novo processo de avaliação e organização de Informação/documentos de arquivo] [Título_P 1-20: Avaliação e Organização Participativa para Coleções de Arquivo Multiculturais] [Título_P 1-21: A Discussão da avaliação alemã desde 1990: uma panorâmica] [Título_P 1-22: Estudar a Realidade: A aplicação de Teoria num aspecto da prática do Reino Unido] [Título_P 1-23: Os Arquivos, um património-chave para a cultura] [Título_P 2-01: Avaliação arquivística, uso local (consuetudinário), e lei colonial] [Título_P 2-02: MPLP: Método, loucura ou prática?] [Título_P 2-03: propriedades e noções significativas de identidade e originalidade] [Título_P 2-04: Aquisição/Incorporação(?) e avaliação dos fundos dos Jogos Olímpicos de Inverno 2010] [Título_P 2-05: Oferta para a nação: diários e cadernos de CEW Bean] [Título_P 2-06: Lembrando e esquecendo os passados "queer" nos arquivos finlandeses] [Título_P 2-07: Potenciar a investigação sobre gestão de informação pessoal no arquivamento de registos/documentos digitais pessoais] [Título_P 2-08: impacto de registos/documentos no valor de obras de arte] [Título_P 2-09: "Uma verdade

inconveniente?": Fotografia científica e ambivalência arquivística] [Título_P 2-10: Avaliação e acesso: Devemos esperar mudanças impulsionadas pelos suportes e pela conscientização pública] [Título_P 2-11: Avaliação do valor dos registos/documentos estatísticos do Banco Central Europeu para efeitos de programação de retenção (prazos de conservação)] [Título_P 2-12: avaliação de arquivos no Brasil] [Título_P 2-13: Prática de avaliação nos arquivos estaduais dos EUA e nos programas de gestão documental] [Título_P 2-14: Teoria de Arquivística e Historiografia Digital: Seleção, Pesquisa e Metadados como Processos Arquivísticos para Verificação da Contextualização Histórica] [Título_P 2-15: Tradições arquivísticas na história coreana: da prática medieval ao contemporâneo Public Records Management Act] [Título_P 2-16: Arquivos para todos: responsabilidade profissional e justiça social] [Título_P 2-17: Arquivos históricos e organização: um encontro difícil.] [Título_P 2-18: Arquivos do povo, pelo povo, para o povo] [Título_P 2-19: Archives Office of Tasmania.] [Título_P 2-20: Arquivos nadodigitais na Wellcome Library: avaliação e análise de sensibilidade de dois discos rígidos.] [Título_P 2-21: Um ténue véu de papel] [Título_P 2-22: Desafios do arquivar nadodigital institucional : o caso de um museu de arte de Nova York.] [Título_P 2-23: Como preparar uma avaliação monetária de arquivos privados] [Título_P 2-24: Métodos arquivísticos de contraponto(?)] [Título_P 2-25: Criando História? Confrontando o mito da objectividade no Arquivo] [Título_P 2-26: Negociando noções de Deficiência na Avaliação, Organização e Descrição] [Título_P 2-27: Lidando com massa documentais acumuladas na África Oriental e Austral] [Título_P 2-28: Diplomática digital e medição de qualidades de dados públicos eletrônicos.] [Título_P 2-29: Documentar mulheres legisladoras do Estado de Maryland: A Política de Recolher Documentos Políticos de Mulheres] [Título_P 2-30: Documentando a experiência militar americana nas guerras do Iraque e do Afeganistão] [Título_P 2-31: Documentando a experiência imigrante e étnica nos arquivos americanos] [Título_P 2-32: Definição e medição das qualidades/atributos/características dos arquivos definitivos/históricos resultantes de uma avaliação] [Título_P 2-33: Identificar, avaliar e capturar sítios web de organizações estudantil] [Título_P 2-34: Documentos completos ou isso não aconteceu.] [Título_P 2-35: Géneros e reportórios de género de utilizadores e fontes de informações sobre utilização na prática de avaliação nos arquivos e gestão documental estaduais dos EUA] [Título_P 2-36: Mundo de Hannah Arendt: Burocracia, Documentação e Mal Banal] [Título_P 2-37: Implementação de regulamentos de avaliação incluindo a seleção de amostras de arquivo: estudo de caso sobre a polícia do distrito sueco] [Título_P 2-38: Num mundo interconectado - por que pensamos em funções?] [Título_P 2-39: Documentação Instantânea: Documentos/Registos Gerados por Telemóvel nos Arquivos] [Título_P 2-40: Integridade e responsabilidade (accountability): por que é importante] [Título_P 2-41: Conhecimento para a "Sociedade de Risco": Desenvolvimento de uma base de dados de Risco para a Ciência Social Internacional] [Título_P 2-42: Processamento Mínimo: O seu Contexto e Influência na Comunidade Arquivística] [Título_P 2-43: Notas e Comunicações em quinhentos Discos de 5,25 polegadas e uma máquina (Finicky): Um relatório sobre um projeto-piloto sobre registos/documentos eletrônicos legados (antigos) nos Arquivos de Ontário] [Título_P 2-44: Nossos arquivos, nós mesmos: Estratégia de documentação (Documentation Strategy) e reavaliação da identidade profissional] [Título_P 2-45: Arquivos da Câmara Municipal de Parramatta] [Título_P 2-46: Pretérito Imperfeito? Reflexões sobre a evolução da avaliação dos documentos de arquivo do governo federal canadiano] [Título_P 2-47: Materiais filatélicos em coleções de arquivos: sua avaliação, preservação e descrição.] [Título_P 2-48: Projecto de Tabela de Avaliação e Seleção das "Funções-meio"] [Título_P 2-49: Reflexões sobre a promessa e as armadilhas na reinvenção da metainformação da gestão documental] [Título_P 2-50: Reinventando os métodos de arquivo: sou parte do problema ou parte da solução?] [Título_P 2-51: Modelação e remodelação da Identidade e Memória Cultural: Maximizar os direitos Humanos através de um arquivo participativo] [Título_P 2-52: As Complexidades dos Recursos Digitais: Delimitação de Coleções e Responsabilidades de Gestão] [Título_P 2-53: O elemento de Surpresa: Preparando-se para a Possibilidade de Materiais Perigosos dentro de Coleções Arquivísticas] [Título_P 2-54: O mapeamento, selecção e abertura de dados: A contribuição da gestão documental para o projecto Open Data na Câmara Municipal de Girona] [Título_P 2-55: Arquivo Arquitectónico: Oportunidades e Desafios] [Título_P 2-56: As origens das estratégias de documentação (Documentation Strategies) no contexto: recordações e reflexões.] [Título_P 2-57: O potencial de "função" como um descritor de arquivo] [Título_P 2-58: O Papel de um Arquivo Nacional do Século XXI: A Relevância da Tradição Jenkinsoniana e uma Redefinição para a Sociedade da Informação.] [Título_P 2-59: O estado das práticas de avaliação de arquivos na região da ESARBICA] [Título_P 2-60: Qual o cronograma de retenção (retention schedule) na era da Big Data e Dados Abertos?] Quotation(s): 83

Code Family: Títulos dos Artigos de Carácter Original/Investigação (Empírico)

Created: 2019-01-21 18:57:16 (luiscorujo)

Codes (16): [Título_P 1-05: O E-mail como um recurso de património cultural: soluções de avaliação no contexto de um museu de arte] [Título_P 1-08: Fazer Avaliação arquivística no Canadá: resultado de um inquérito às experiências, prática e opiniões dos praticantes] [Título_P 1-16: Uma abordagem funcional para avaliação e Prazos de Conservação] [Título_P 1-19: Análise Funcional institucional na Universidade do Norte do Michigan: Um novo processo de avaliação e organização de Informação/documentos de arquivo] [Título_P 1-22: Estudar a Realidade: A aplicação de Teoria num aspecto da prática do Reino Unido] [Título_P 2-02: MPLP: Método, loucura ou prática?] [Título_P 2-08: impacto de registos/documentos no valor de obras de arte] [Título_P 2-11: Avaliação do valor dos registos/documentos estatísticos do Banco Central Europeu para efeitos de programação de retenção (prazos de conservação)] [Título_P 2-13: Prática de avaliação nos arquivos estaduais dos EUA e nos programas de gestão

documental] [Título_P 2-22: Desafios do arquivar nadodigital institucional : o caso de um museu de arte de Nova York.] [Título_P 2-28: Diplomática digital e medição de qualidades de dados públicos eletrónicos.] [Título_P 2-32: Definição e medição das qualidades/atributos/características dos arquivos definitivos/históricos resultantes de uma avaliação] [Título_P 2-33: Identificar, avaliar e capturar sítios web de organizações estudantil] [Título_P 2-35: Géneros e reportórios de género de utilizadores e fontes de informações sobre utilização na prática de avaliação nos arquivos e gestão documental estaduais dos EUA] [Título_P 2-37: Implementação de regulamentos de avaliação incluindo a seleção de amostras de arquivo: estudo de caso sobre a polícia do distrito sueco] [Título_P 2-39: Documentação Instantânea: Documentos/Registos Gerados por Telemóvel nos Arquivos]

Quotation(s): 16

Code Family: Títulos dos Artigos de Revisão/Discussão (Caráter Teórico)

Created: 2019-01-21 18:53:13 (luiscorujo)

Codes (67): [Título_P 1-01: Transformar decisões de Macro-Avaliação em acervos/fundos de arquivo: elaboração de termos e condições baseadas nas funções para a transferência da Informação/Documentos de Arquivo Eletrónico] [Título_P 1-02: O Momento Documentário na Idade Digital: Estabelecimento de novas propostas de valor para a memória pública] [Título_P 1-03: Arquivar para a auto-constatação, construção de identidade e auto questionamento permanente: Arquivos entre o cepticismo e a certeza] [Título_P 1-04: Avaliar conteúdo para valorização no Novo Mundo: determinar documentação adequada] [Título_P 1-06: Da avaliação reactiva para a avaliação proactiva] [Título_P 1-07: "Somos aquilo que guardamos/conservamos; Guardamos/Conservamos aquilo que nós somos: O passado, presente e futuro da avaliação arquivística] [Título_P 1-09: Reinventar a avaliação] [Título_P 1-10: Eternidade Revisitada: À procura de uma estratégia documental nacional e um sistema arquivístico nacional] [Título_P 1-11: "Mais Produto, Menos Processo": já não é apenas para processamento] [Título_P 1-12: A avaliação como cartografia: estudos culturais nos arquivos] [Título_P 1-13: Questionar os princípios orientadores da avaliação arquivística] [Título_P 1-14: A evolução, aplicação e futuro da macroavaliação] [Título_P 1-15: Documentation Strategy: Mastodonte ou Retro-sucesso] [Título_P 1-17: <Pessoas que têm personalidade similar>: Alguns elementos indispensáveis sobre sobre o paradigma da ecologia de arquivos] [Título_P 1-18: Género Documentário e gestão documental eletrónica: Engano ou caminho a seguir?] [Título_P 1-20: Avaliação e Organização Participativa para Coleções de Arquivo Multiculturais] [Título_P 1-21: A Discussão da avaliação alemã desde 1990: uma panorâmica] [Título_P 1-23: Os Arquivos, um património-chave para a cultura] [Título_P 2-01: Avaliação arquivística, uso local (consuetudinário), e lei colonial] [Título_P 2-03: propriedades e noções significativas de identidade e originalidade] [Título_P 2-04: Aquisição/Incorporação(?) e avaliação dos fundos dos Jogos Olímpicos de Inverno 2010] [Título_P 2-05: Oferta para a nação: diários e cadernos de CEW Bean] [Título_P 2-06: Lembrando e esquecendo os passados "queer" nos arquivos finlandeses] [Título_P 2-07: Potenciar a investigação sobre gestão de informação pessoal no arquivamento de registos/documentos digitais pessoais] [Título_P 2-09: "Uma verdade inconveniente?": Fotografia científica e ambivalência arquivística] [Título_P 2-10: Avaliação e acesso: Devemos esperar mudanças impulsionadas pelos suportes e pela conscientização pública] [Título_P 2-12: avaliação de arquivos no Brasil] [Título_P 2-14: Teoria de Arquivística e Historiografia Digital: Seleção, Pesquisa e Metadados como Processos Arquivísticos para Verificação da Contextualização Histórica] [Título_P 2-15: Tradições arquivísticas na história coreana: da prática medieval ao contemporâneo Public Records Management Act] [Título_P 2-16: Arquivos para todos: responsabilidade profissional e justiça social] [Título_P 2-17: Arquivos históricos e organização: um encontro difícil.] [Título_P 2-18: Arquivos do povo, pelo povo, para o povo] [Título_P 2-19: Archives Office of Tasmania.] [Título_P 2-20: Arquivos nadodigitais na Wellcome Library: avaliação e análise de sensibilidade de dois discos rígidos.] [Título_P 2-21: Um ténue véu de papel] [Título_P 2-23: Como preparar uma avaliação monetária de arquivos privados] [Título_P 2-24: Métodos arquivísticos de contraponto(?)] [Título_P 2-25: Criando História? Confrontando o mito da objectividade no Arquivo] [Título_P 2-26: Negociando noções de Deficiência na Avaliação, Organização e Descrição] [Título_P 2-27: Lidando com massa documentais acumuladas na África Oriental e Austral] [Título_P 2-29: Documentar mulheres legisladoras do Estado de Maryland: A Política de Recolher Documentos Políticos de Mulheres] [Título_P 2-30: Documentando a experiência militar americana nas guerras do Iraque e do Afeganistão] [Título_P 2-31: Documentando a experiência imigrante e étnica nos arquivos americanos] [Título_P 2-34: Documentos completos ou isso não aconteceu.] [Título_P 2-36: Mundo de Hannah Arendt: Burocracia, Documentação e Mal Banal] [Título_P 2-38: Num mundo interconectado - por que pensamos em funções?] [Título_P 2-40: Integridade e responsabilidade (accountability): por que é importante] [Título_P 2-41: Conhecimento para a "Sociedade de Risco": Desenvolvimento de uma base de dados de Risco para a Ciência Social Internacional] [Título_P 2-42: Processamento Mínimo: O seu Contexto e Influência na Comunidade Arquivística] [Título_P 2-43: Notas e Comunicações em quinhentos Discos de 5,25 polegadas e uma máquina (Finicky): Um relatório sobre um projeto-piloto sobre registos/documentos eletrónicos legados (antigos) nos Arquivos de Ontário] [Título_P 2-44: Nossos arquivos, nós mesmos: Estratégia de documentação (Documentation Strategy) e reavaliação da identidade profissional] [Título_P 2-45: Arquivos da Câmara Municipal de Parramatta] [Título_P 2-46: Pretérito Imperfeito? Reflexões sobre a evolução da avaliação dos documentos de arquivo do governo federal canadiano] [Título_P 2-47: Materiais filatélicos em coleções de arquivos: sua avaliação, preservação e descrição.] [Título_P 2-48: Projecto de Tabela de Avaliação e Seleção das "Funções-meio"] [Título_P 2-49: Reflexões sobre a promessa e as armadilhas na reinvenção da metainformação da gestão documental] [Título_P 2-50: Reinventando

os métodos de arquivo: sou parte do problema ou parte da solução?] [Título_P 2-51: Modelação e remodelação da Identidade e Memória Cultural: Maximizar os direitos Humanos através de um arquivo participativo] [Título_P 2-52: As Complexidades dos Recursos Digitais: Delimitação de Coleções e Responsabilidades de Gestão] [Título_P 2-53: O elemento de Surpresa: Preparando-se para a Possibilidade de Materiais Perigosos dentro de Coleções Arquivísticas] [Título_P 2-54: O mapeamento, selecção e abertura de dados: A contribuição da gestão documental para o projecto Open Data na Câmara Municipal de Girona] [Título_P 2-55: Arquivo Arquitectónico: Oportunidades e Desafios] [Título_P 2-56: As origens das estratégias de documentação (Documentation Strategies) no contexto: recordações e reflexões.] [Título_P 2-57: O potencial de “função” como um descritor de arquivo] [Título_P 2-58: O Papel de um Arquivo Nacional do Século XXI: A Relevância da Tradição Jenkinsoniana e uma Redefinição para a Sociedade da Informação.] [Título_P 2-59: O estado das práticas de avaliação de arquivos na região da ESARBICA] [Título_P 2-60: Qual o cronograma de retenção (retention schedule) na era da Big Data e Dados Abertos?] Quotation(s): 67

Apêndice 6 – Códigos e Supercódigos Substantivos (Codificação Seletiva)

Code-Filter: All

HU: Fase 3
File: [D:\Users\luisc\OneDrive\tese\Fábrica\Fase 3.hpr7]
Edited by: luiscorujo
Date/Time: 2020-10-21 04:37:19

-- aborda a avaliação de material filatélico
-- abordagem minimalista MPLP
-- estudo de Badgley e Meunier..
-- processamento inicial que s..
- (Tensão) antigos modelos não permitem representar a Sociedade
- Conceito de atos mediadores,..
- Contexto em evolução
- Definir critérios e métricas..
- informação avaliada não é considerada como mais-valia/recurso
- minorias culturais evoluíram para participantes ativos
- More Product, Less Process (..
- MPLP como solução
- uso das filosofias ambientais
!Contexto de Avaliação
!Critérios de Avaliação
!Decisões de avaliação
!Definição de Estratégias e Políticas de avaliação (Plan)
!Massas Documentais Acumuladas
!Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de avaliação
!Propostas participativas e colaborativas
!Propostas Centradas no Uso da Informação
!Relação entre Teoria e Prática
!Técnicas para avaliação da informação de arquivo (Do - Actuar/Agir)
!Verificação e Avaliação dos resultados da Avaliação de Informação de Arquivo (Check)
(Tensão) antigos modelos não estão adaptados para o mundo digital
@Administração Pública
@Administração Pública e Biblioteca Pública
@Biblioteca Pública
@Comunidade e Organismo não governamental
@Entidade Académica
@Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública
@Entidade Académica, Organismo Público de Arquivo, Organismos não-Governamentais
@Instituição de Arquivo Privado
@Organismo Internacional
@Organismo não governamental
@Organismo Privado
@Organismo Público de Arquivo
@Organismo Público de Arquivo e Entidade Académica
@Organismo Público de Arquivo e Organismo não governamental
[problema da análise funcional] ambiente organizacional actual é menos hierárquico e mais
fluido burocraticamente
"A Story Like No Other"
1960-1969
1970-1979
1980-1989
1990-1999

2000-2009

2010-2016

a avaliação precisa ser realizada com base em conhecimento explícito e em conhecimento tácito em ação

A legislação deve definir explicitamente a avaliação

a macro-avaliação e a análise funcional institucional alteram o processo de avaliação através da identificação e avaliação da função que originou a informação de arquivo, em vez da própria informação de arquivo

a macro-avaliação oferece os passos iniciais em direção a um corpus de pensamento científico, embora permaneça expresso na forma de técnica, metodologia e ferramentas

abordagem e estrutura colaborativa de avaliação e aquisição ou estratégia de documentação que inclua não só os arquivistas das várias entidades, mas que participem também os cidadãos

abordagem mais abrangente do potencial científico da informação

abordagem schelleberguiana do valor primário e secundário

Abordagens Alemãs

Abordagens com fundo (multi)disciplinar (conceitos, teorias)

abordagens de avaliação que surgiram na Alemanha a partir de 1990

abordagens desenvolvidas noutros países podem não ser eficazes para um determinado contexto

abordagens usadas para avaliar e analisar a sensibilidade de dois discos rígidos externos

Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação

Acadêmicos

Administração Pública

Administração Pública e Biblioteca Pública

Alteração na percepção do valor/importância de vários tipos de informação

Alterações na percepção dos papéis (arquivistas, produtores, consumidores) relativamente à informação e sua avaliação

ambiguidade na prática

American Institute of Physics (AIP)

American Institute of Physics Center for the History of Physics

Análise Funcional

Análise Funcional [Propostas]

análise funcional é eficaz na definição do contexto de negócio da informação de arquivo e na definição do valor dito primário, mas que se torna menos viável no reconhecimento dos valores ditos secundários, e a lidar com documentação legada

análise funcional institucional como a maneira mais eficiente e eficaz para efetuar a avaliação da informação de arquivo numa instituição de ensino universitário

análise funcional institucional se baseia-se no desenvolvimento e implementação de um

Documentation Plan abrangente

análise funcional: a sua escolha deve ser determinada pela informação ou coleção documental [document or collection] e tendo em conta o que melhor ajudará os utilizadores

antiguidade, raridade, autenticidade, integridade e inteligibilidade para informação não-textual e eletrónica

Aplicação de normas no exercício da avaliação contínua continua a ser uma questão controversa

Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção

apoio evidencial (autenticidade e proveniência)

apresenta a teoria da incorporação/encarnação/materialização [embodiment] complexa

apresenta propostas para dar resposta à questão da avaliação da informação de arquivo

eletrónica

apresenta propostas para o contexto australiano

apresenta um conjunto de princípios fundamentais e conceitos-chave que podem e devem

apoiar a criação de documentação de avaliação

apresenta um conjunto de propostas orientadas para o Records Continuum

apresenta um conjunto de sugestões referente à informação de arquivo eletrónica

governamental

apresenta uma solução aplicada num projeto que segue a norma ISO 15489

apresenta uma solução de processos de trabalho para avaliação de arquivos digitais e híbridos

Archives of the State of Geneva
Archives of the State of Wallis
Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)
Archives Working Group of the Cultural Ministers Council
Arizona State Library and Archives
Arquivo Estadual da Carolina do Norte
Arquivo étnico
arquivo multicultural participativo em que as tecnologias Web 2.0 permitem projetos colaborativos com um objetivo de património cultural
arquivos apropriaram-se da história das comunidades marginalizadas, criando arquivos sobre e não das comunidades
Arquivos do Ontário
arquivos modernos exageram na interpretação jurídico-administrativa de origem positivista do valor do arquivo
Arquivos Nacionais da Suécia
Arquivos Nacionais dos Países Baixos
Arquivos Regionais de Estocolmo
Arquivos Regionais de Gothenburg
Arquivos Regionais de Härnösand
Arquivos Regionais de Lund
Arquivos Regionais de Östersund
Arquivos Regionais de Uppsala
Arquivos Regionais de Vadstena
Arquivos Regionais de Värmland
Arquivos Regionais de Visby
as instituições de memória ignoraram as experiências fora da história dos poderosos
as instituições exercem um poder de representação, e os arquivistas usam do poder de avaliação para fazer valer as narrativas escolhidas
as teorias da pós-modernidade não fazem uma quebra total com as teorias da modernidade aumenta a complexidade ao abordar a funcionalidade [análise funcional], e a análise de conteúdo não fornece informação suficiente sobre como os trâmites podem ter ocorrido
Australian Society of Archivists Indigenous Issues Special Interest Group
Austrália
avaliação colaborativa de arquivos, a fim de conservar os documentos ameaçados
Avaliação Integrada
avaliação monetária de informação de arquivo
avaliar dados militares exigirá uma variedade de abordagens que combinam as práticas arquivísticas com uma variedade de ferramentas
Banco Central Europeu
Biblioteca Pública
Canadá
capacidade e competências dos profissionais de arquivo para intervirem e conseguirem influenciar a gestão da informação de arquivo nos sistemas de gestão de negócios causas da existência de massas documentais acumuladas
cenário configurado pela sobrecarga da informação e cada vez maior diversidade social e cultural
Central Upper Peninsula and Northern Michigan University Archives
Chicago Theological Seminary
City University of New York Graduate Center
compilação dos prazos de conservação
Comunidade
Comunidade LGBT
conceito de tipologia documental no âmbito da gestão documental digital
conjunto de propostas e constatações em consideração à avaliação de emails
Connecticut State Library
Contexto de redução de pessoal e recursos para a gestão de informação de arquivo

contexto político cada vez mais sensível aos direitos das minorias e à diversidade cultural continua a ser abordagem conceptual correta para enfrentar os desafios de implementar sistemas de informação robustos e eficientes na era digital

Contraste entre defesa e crítica do Uso como critério

contributo no âmbito de um projeto de dados abertos

Convergência (e divergência) entre Informação Digital/Eletrónico e Analógica quanto à avaliação

cooperação oportuna e eficaz da equipa da unidade orgânica acaba por ser o principal desafio

Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa

critérios de antiguidade, raridade, autenticidade, integridade e inteligibilidade

critérios de avaliação foram identificados a partir de políticas, diretrizes e estudos de caso publicados

critérios que afetam o valor justo de mercado

crítica ao Records Continuum

crítica a Jenkinson: a passividade não corresponde a imparcialidade e objetividade

Crítica a teoria e prática da avaliação Schellenberg

Crítica à utilização da análise orgânica

Críticas aos profissionais de arquivo no que reporta a um teste de objetividade

críticas à abordagem Documentation Strategy

Críticas e Problemas sobre a abordagem da avaliação integrada

Críticas e Problemas sobre a Análise Funcional

críticos da análise funcional acusam os seus proponentes de não oferecerem alguns critérios objetivos para classificar a importância relativa da função

decisão do arquivista de salvar materiais não textuais

decisão intuitiva baseada na experiência versus políticas e orientações de avaliação preconcebidas

defende abordagens que se preocupam com os usos e os interesses dos utilizadores

Departamento de Estudos Ambientais da Universidade de Victoria

departamentos jurídicos até aos departamentos de TI continuam a entoar "apagar, apagar, apagar"

desafio de documentar o envolvimento militar em conflitos extremamente complexos

desafios de trabalhar com instrumentos legais de avaliação e seleção

desafios intemporais a nível legal e arquivístico na avaliação, preservação e referência dos usos e costumes locais não escritos

desenvolvimento de comunidades de prática

Desenvolvimento de Investigação sobre a Sociedade para definição de estratégias e política de avaliação

desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação de arquivo estatística

determinação de manter ou não material não-textual

Débil percepção das entidades governamentais

diferenças entre as intenções dos decisores e os resultados da avaliação e seleção

Diferentes valores (sociais), interesses e públicos

dificuldade de determinar e justificar decisões de avaliação de documentos em organismos públicos

Dificuldade de traduzir as decisões de avaliação tomadas com recurso à macro-avaliação e sua metodologia resultante (baseadas na análise funcional) em informação de arquivo que é adquirida pelos arquivos (

direitos culturais encontrados nas leis internacionais e nacionais como justificativas para a ação arquivística

Distingue-se, porque não se limita, da Análise Funcional

documentação/representações da sociedade contemporânea

documentar e gerir com base no contexto partilhado

documentar, gerir e eliminar com base no contexto partilhado

Documentation Strategy

Documentation Strategy [Propostas]

Documentation Strategy é especialmente apropriada ao arquivo étnico

Documentation Strategy é uma abordagem tem potencial como ferramenta para recolher proactivamente a informação de arquivo digital
documentation strategy foi desenvolvida por académicos e docentes com base numa teoria específica
Documentation Strategy representou um reconhecimento da necessidade de ativismo
Documentation Strategy, muito embora se tenha revelado impossível de trabalhar, representou uma aplicação prática de uma mudança de identidade na profissão
Documenting Metropolitan Milwaukee
Documenting Western New York
ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation
Elementos a ter em conta para a tomada de decisão
Entidade Académica
Equipa Multidisciplinar
Era digital e outros formatos (audiovisuais)
esforços para preencher as lacunas dos seus acervos em relação aos sub-documentados e aos impotentes
Espanha
Estabelecer novo quadro de competências para arquivistas
Estabelecer parcerias com produtores de informação
estabilizar a identidade social (ou comunitária), e também servir de reservatório para alimentar o ceticismo essencial como um motor do progresso da Sociedade
estágios, programas de estudo e trabalho ou experiências profissionais
Estratégias de gestão de informação digital (PIM)
estratégias para avaliar a correspondência por email
Estudo de sítios web de organizações estudantis
EUA
evidência de funções
falta de orientações e políticas para a avaliação
ferramenta eficaz de divulgação e relações públicas
ferramenta eficaz em circunstâncias limitadas
Ferramentas de Apoio à Avaliação
ferramentas desadequadas à realidade digital
ferramentas que unam a teoria da avaliação de arquivo
Finlândia
foco da avaliação de informação que se encontra em suportes eletrónicos legados
foco na gestão para os processos de negócio
foco permanece institucional
Força alterações nos arquivos
Formação Profissional e Académica
Fundação Wellcome
Geneva Business School
George Mason University
Government-Wide Plan for the Disposition of Records
Government Records Project
há uma relutância em dedicar-se totalmente ou a aventurar-se num território analítico e transdisciplinar potencialmente novo para informar a filosofia e a estratégia de avaliação de arquivo, e tornar a reflexão e a aplicação da tomada de decisão mais científicas
History of Recent Physics
Hub – digital human rights archives
identidade cultural individual e coletiva pode ser melhorada através de uma abordagem participativa que reconheça o direito dos sujeitos da informação de arquivo a acrescentar as suas narrativas à informação de arquivo mantida na instituições de arquivo públicas e privadas e de participar como cocriadores na tomada de decisão sobre avaliação
identifica parâmetros para a implementação bem sucedida da Documentation Strategy
Illinois State Library
imediatismo das decisões de avaliação que devem ser tomadas muda toda a abordagem

implementar programa completo de recolha sobre a vida estudantil
 implica uma perspetiva transdisciplinar
 importância da intuição e experiência de trabalho versus teoria aprendida na formação
 informação de arquivo como fim de linha
 informação de arquivo são entidades socialmente construídas e mantidas e alteradas por
 produtores, custodiantes e utilizadores
 Informação não textual
 Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais
 Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres
 Instituição de Arquivo Privado
 Instituições de Arquivo
 instituições de arquivo devem trabalhar de acordo com as normas estabelecidas
 Instituições de arquivo precisam de definir uma estratégia de gestão de legados analógicos e
 digitais
 Instituições de arquivo precisam de desenvolver relacionamentos estratégicos fortes com a
 gestão de topo das organizações
 instituições de arquivo também devem rever periodicamente os seus instrumentos
 regulamentares
 instituições de memória devem colaborar com os atores sociais identificados para formular uma
 metodologia transdisciplinar que reflita verdadeiramente a Sociedade como um caminho a
 seguir na avaliação de informação na Era Digital
 Instituições e Profissionais de Arquivo
 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo / Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ)
 interesse crescente na história social e a influência do pensamento pós-moderno na teoria
 arquivística
 Intergovernmental Records Program
 Internacional
 International Social Science Risk Database (ISSRD)
 Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação
 estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi
 Koorie Heritage Trust Inc.
 Labour Archives (Työväen Arkisto, archive for the Social Democratic Party and labour unions)
 lacunas nos acervos documentais
 Legacy E-records pilot project
 legado da Documentation Strategy
 legislação de acesso a documentos públicos derrubaram qualquer ideia de objetividade por
 parte do produtor
 Legislação e Regulamentação
 Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network
 Library and Archives Canada
 Library Council of Metropolitan Milwaukee (LCOMM)
 Library's Collecting Genomics project
 Louisiana Office of Tourism
 Macro-avaliação (com Análise Funcional)
 Macro-avaliação e Análise Funcional
 macro-avaliação foi desenvolvida por uma combinação daqueles que trabalham em arquivos
 nacionais e docentes e outros nas universidades
 Massas Documentais Acumuladas [Propostas]
 Medical Heritage Center (MHC), Prior Health Sciences Library, The Ohio State University
 Memória de Unidade Territorial
 Memória e Informação Científica
 metodologia participativa orientada para o empoderamento da comunidade
 Método de Avaliação Vertical-Horizontal, baseado em Schellenberg e Booms
 Método de Minnesota e a análise evidencial e informacional baseada na informação de
 arquivo [Schellenberg]
 Michigan State University Library
 modelo conceptual para a Documentation Strategy

modelo de avaliação baseado nos estudos culturais
Modelos da Arquivística Moderna (e outros modelos)
Monash University
More Product, Less Process (MPLP) [Propostas]
Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project.
MPLP
mudança para uma interpretação mais ampla da avaliação arquivística
Município de Girona
Município de Vancouver
Museu no nordeste dos EUA - Não identificado
na realidade digital ainda há ecos de todas as fases de evolução da avaliação
NAA macroappraisal project
National Archives and Records Administration
National Archives of Australia
National Association of Government Archives and Records Administrators
National Patient Safety Agency
não existe uma definição autorizada totalmente aceite do papel do arquivista
não existe uma teoria generalizadamente reconhecida como aplicável ou útil
não é estática, tendo sofrido evolução desde Hackman
não é sustentável uma avaliação completamente orientada para o potencial de investigação
Necessária a existência de um organismo coordenador da política arquivística nacional
necessário fornecer e priorizar formação para a equipa que lida com a informação de arquivo e
ajudar a prepará-los para acompanhar as mudanças nas tecnologias
necessário que os profissionais da gestão documental tentassem integrar as preocupações da
gestão documental nos sistemas tecnológicos de informação utilizados pelas organizações
necessidade da avaliação ter em conta o contexto de produção e a interação entre o cidadão e o
Estado
necessidade de adotar métodos de avaliação que definem as decisões de avaliação a priori
necessidade de encontrar fontes que falem sobre vidas LGBT
necessidades e uso da informação
No ambiente digital, as características e limitações das tecnologias utilizadas na produção,
manutenção e utilização da informação de arquivo têm um papel maior na definição de como as
pessoas interagem
North Carolina State Library
novas abordagens para evitar que a acumulação de massas documentais voltem a ser um
problema
O legado de Jenkinson no Reino Unido ainda é grande na literatura e formação
o uso para investigação previsto não concorre para determinar o valor da informação
Objetividade / Subjetividade
Online Computer Library Center (OCLC)
Open Data Project
Organismo Internacional
Organismo Não-Governamental
Organismo Privado
Organismo Público de Arquivo
Organizações de memória procuram maneiras de envolver ativamente comunidades na
avaliação: relações baseadas na confiança
origens e consequências (Massas Acumuladas)
os arquivistas devem parar de se preocupar com um nível ideal de processamento e processar
apenas a um nível apropriado que torne a coleção utilizável
os arquivistas precisam de se unir aos produtores e utilizadores para dar resposta à nova
Sociedade da Informação e dar um salto de fé num novo mundo
os métodos tradicionais de avaliação e organização já não funcionam
os pós-modernistas exploraram dois aspetos que sustentam a teoria arquivística
Países Baixos
Papéis (Arquivista, Produtor, Utilizador, Públicos)

para que tal verificação e planeamento sejam eficazes, devem envolver especialistas e representantes que não pertencem à profissão arquivística

Para responder aos desafios de arquivar objectos nadodigitais em organizações, recorre a um conjunto de técnicas de investigação

Participação Ativa

Perceção das Entidades Governamentais

Perceção dos profissionais de arquivo sobre a tarefa/função de avaliação

Perceção Organizacional

percepção da importância da gestão e do papel de gestor

percepção de que a análise implica uma discriminação e esquecimento,

perspetiva participativa dos utilizadores finais na definição dos prazos de conservação

Peso da experiência prática versus teoria

planear um projeto na escala de uma análise funcional institucional

pontos quentes na interação entre cidadão e Estado

Portugal

Postal History Project

potencial muito limitado como uma abordagem para a recolha de informação de arquivo eletrónica

Precisa demonstrar os resultados de investigações e análises arquivísticas

Predomínio da gestão documental schelleberguiana do valor primário e secundário com recurso ao princípio da avaliação contínua ao longo do ciclo da vida

preocupação de avaliar Informação que se encontra em suportes digitais/eletrónicos legados

pressão sobre o legado de Jenkinson

prestação de contas/responsabilização é vista como o principal princípio na avaliação

presumia que a profissão se moveria em direção a valores profissionais que davam mais importância à responsabilidade coletiva

pretendia criar uma imagem abrangente da Sociedade, não limitada às organizações

princípio da avaliação contínua ao longo do ciclo de vida da informação de arquivo

princípios básicos da avaliação de informação de arquivo governamental

Problema de haver atividade digital cuja informação não é alvo da gestão documental

Problema de percepção dos funcionários quanto à maneira de tratar a informação digital

Problemas derivados da dependência do ambiente intermediário

Problemas em equilibrar a objetividade e subjetividade [medição de valor]

Problemas em termos de recursos e investimento

problemática questão dos métodos para desenvolvimento de especificações de avaliação e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e big data

Processo imbuído de subjetividade e não neutro

procurar um conjunto partilhado de princípios, ideias fundamentais que podem servir de base para diversos métodos complementares

Produção de ferramentas de apoio à sistematização e normalização das decisões de avaliação de tipo funcional

produtores têm mudado as suas relações com a informação de arquivo

Profissionais de Arquivo

Proj: Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção

Proj: Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)

Proj: Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa

Proj: Documenting Metropolitan Milwaukee

Proj: Documenting Western New York

Proj: ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation

Proj: Estudo de sítios web de organizações estudantis

Proj: Government-Wide Plan for the Disposition of Records

Proj: Government Records Project

Proj: History of Recent Physics

Proj: Hub – digital human rights archives

Proj: Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres

Proj: Intergovernmental Records Program
Proj: International Social Science Risk Database (ISSRD)
Proj: Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi
Proj: Legacy E-records pilot project
Proj: Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network
Proj: Library's Collecting Genomics project
Proj: Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project.
Proj: NAA macroappraisal project
Proj: Open Data Project
Proj: Postal History Project
Proj: Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais
Proj: Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489
Proj: Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das "Funções-Meio."
Proj: Projeto para avaliação de e-mails
Proj: Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e big data
Proj: Projeto PIVOT
Proj: Projeto QADEP
Proj: Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos
Proj: Re-engineering of the government records disposition program
Proj: Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo
Proj: Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais
Proj: Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos
Proj: Revisão da Metodologia de Macro-avaliação
Proj: September 11th Digital Archive
Proj: Seven States Project
Proj: Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – Multi-Institutional Disposition Authority
Proj: Study of Multi-Institutional Collaborations
Proj: Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide;
Proj: The South Asian Web
Proj: Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory' project (T&T Project) / Koorie Archiving System
Proj: "A Story Like No Other"
Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais
Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489
Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das "Funções-Meio."
Projeto InterPARES
Projeto para avaliação de e-mails
Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e big data
Projeto PIVOT
Projeto QADEP
Projetos: Abordagem de Rede Social
Projetos: Análise Funcional
Projetos: Documentation Plan (Análise Funcional)
Projetos: Documentation Strategy
Projetos: Documentation Strategy e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação
Projetos: Estratégias/abordagens Não Identificadas
Projetos: História Digital
Projetos: Macro-avaliação
Projetos: Macro-Avaliação e análise funcional
Projetos: Modelo Participativo
Projetos: Participantes Não Identificados

Projetos: Percepções: Consequências com Sucesso Limitado
Projetos: Percepções: Consequências com Sucesso Positivo
Projetos: Percepções: Consequências sem Sucesso
Projetos: Percepções: Resultados com Sucesso Limitado
Projetos: Percepções: Resultados com Sucesso Positivo
Projetos: Percepções: Resultados sem Sucesso
Projetos: Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção
Projetos: Records Continuum
Projetos: Técnica de amostragem
Projetos: Tipologia Documental
Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Com Ligeiro Sucesso
Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Com Pouco Sucesso
Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Sem Sucesso
Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Sucesso Marginal
Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Sucesso Positivo
proposições contemporâneas da Documentation Strategy
proposta de adequação da documentação/representação da deficiência nos arquivos
proposta de iniciativas de dados abertos e big data
Proposta de os cidadãos terem um papel preponderante no que se refere às questões da salvaguarda da memória coletiva
proposta de processamento mínimo
proposta de utilização da perspectiva da teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt
Proposta de utilização de contributos de projectos sobre transparência de informação
Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos
proposta metodológica de Roberts (2005) com quatro partes
Proposta metodológica que liga macro-avaliação, avaliação funcional e DIRKS
proposta para aplicação de metodologia participativa orientada para a comunidade
proposta para os profissionais de arquivo reinventarem o método arquivístico de avaliação por conta da evolução dos ambientes digitais nas organizações
propostas oriundas dos estudos literários, da História, da Filosofia e Crítica Textual e da antropologia
propõe o envolvimento das minorias étnicas e imigrantes como participantes
propõe princípios para desenvolvimento de ações de gestão (incluindo avaliação) documental, principalmente no âmbito digital
propõe uma abordagem de várias etapas para lidar com a grande quantidade de dados digitais que precisam ser avaliados para retenção permanente
propõem alguns caminhos possíveis a explorar para reinventar a avaliação e proteger e gerir de forma eficiente a informação contemporânea derivada do ambiente digital
Public Record Office of Victoria
Quatro fases do pensamento de avaliação
Re-engineering of the government records disposition program
Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo
Records Continuum
Records Continuum [Propostas]
Records Continuum defendido mas não aplicado
Records Continuum incluía uma abordagem para a criação, gestão e avaliação que não tivesse só em consideração as necessidades organizacionais, mas também os interesses mais abrangentes da Sociedade
Records Continuum pode permitir conceptualizar e descrever as muitas dimensões que a informação pode ter
Recurso à digitalização para preservar o registo documental imparcial
Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais
Redefinição do papel dos arquivos e profissionais de arquivo
Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais
Reino Unido
Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos

Representação da Sociedade [Contexto de Avaliação]
Representação da Sociedade [Critério de Avaliação]
Representatividade da Sociedade
requer um modelo interpretativo para representar evidências não-textuais
Research Libraries Group
Responsabilidade (Social) das consequências da decisão e prestação de contas
responsabilidade pela avaliação e seleção deve ser claramente atribuída aos dirigentes da organização
Responsabilidade, Direitos e Prestação de Contas
responsabilidades e direitos que são manifestos ou latentes na informação
resposta a um mundo de crescente abundância de documentos e de déficit de informações
reversão da exclusividade do conhecimento e do poder
Revisão da Metodologia de Macro-avaliação
revisões periódicas da legislação arquivística
Samuels reformulou os detalhes da estrutura conceptual original para a adequar às instituições individuais
Seção de Coleções Especiais da Universidade de Maryland
Sensibilização para o delicado equilíbrio entre objetividade e subjetividade
September 11th Digital Archive
Seven States Project
Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadenses
– Multi-Institutional Disposition Authority;
soluções utilizadas no projeto de incorporação e avaliação dos fundos documentais digitais dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010
Study of Multi-Institutional Collaborations
Suécia
Suíça
Swiss Federal Archives
tarefa a ser desempenhada pelos profissionais de arquivo
tarefa desempenhada pelos profissionais de arquivo e gerentes e supervisores
tarefa moldada pelo contexto organizacional e não pela teoria
tecnologia coloca desafios aos próprios conceitos de documentos, séries e arquivos
tecnologias digitais têm facilitado a expressão e o arquivo das vozes étnicas
tentativa dos arquivistas para descobrirem o sentido da sua nova identidade como arquivistas
ativistas
teoria da Macroavaliação não é estática, tendo sido reformulada e codificada ao longo do tempo
teoria e metodologia Historiografia Digital
Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide;
Técnicas de Investigação
The South Asian Web
Tipologia de Informação
tipologias de utilizador e uso e a utilização de fontes de informação
Trabalho colaborativo e utilização de voluntariado
Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory' project (T&T Project) / Koorie Archiving System
Tufts University Perseus Project
Um modelo para a intervenção dos arquivistas nessa construção narrativa ainda precisa ser descoberto
União Europeia
Universidade da Califórnia
Universidade de Melbourne
University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC)
Uso
Uso da investigação (recurso a 5 etapas) em programas de documentação

utilização da Macroavaliação pelos arquivistas para escolher o que consideram representativo da Sociedade

utilização futura para investigação não é importante

utilizadores de arquivos têm sido ativos na procura de mudanças

Utilizar ferramentas que permitam analisar e processar grandes volumes de dados

Valor Comercial

vários problemas decorrentes das iniciativas de Documentation Strategy

Victorian Koorie Records Taskforce

viés inerente ao trabalho arquivístico

Vincular a digitalização à decisão de avaliação

Western New York Library Resources Council (WNYLRC)

Wisconsin State Library

Witness

Apêndice 7 – Famílias e Superfamílias de Códigos (Codificação Seletiva)

Code Families

HU: Fase 3
File: [D:\Users\luisc\OneDrive\tese\Fábrica\Fase 3.hpr7]
Edited by: luiscorujó
Date/Time: 2020-10-22 17:06:56

Code Family: Autores e Perceções acerca dos Programas, Projetos e Iniciativas

Created: 2020-11-25 15:44:07 (luiscorujó)

Codes (4): [Académicos] [Equipa Multidisciplinar] [Profissionais de Arquivo] [Projetos: Participantes Não Identificados]

Quotation(s): 43

Code Family: Contexto de Avaliação

Created: 2020-10-11 15:17:25 (luiscorujó)

Codes (43): [- Contexto em evolução] [- minorias culturais evoluíram para participantes ativos] [!Contexto de Avaliação] [Alteração na percepção do valor/importância de vários tipos de informação] [Alterações na percepção dos papéis (arquivistas, produtores, consumidores) relativamente à informação e sua avaliação] [arquivos apropriaram-se da história das comunidades marginalizadas, criando arquivos sobre e não das comunidades] [as instituições de memória ignoraram as experiências fora da história dos poderosos] [as instituições exercem um poder de representação, e os arquivistas usam do poder de avaliação para fazer valer as narrativas escolhidas] [aumenta a complexidade ao abordar a funcionalidade [análise funcional], e a análise de conteúdo não fornece informação suficiente sobre como os trâmites podem ter ocorrido] [capacidade e competências dos profissionais de arquivo para intervirem e conseguirem influenciar a gestão da informação de arquivo nos sistemas de gestão de negócios] [cenário configurado pela sobrecarga da informação e cada vez maior diversidade social e cultural] [Contexto de redução de pessoal e recursos para a gestão de informação de arquivo] [contexto político cada vez mais sensível aos direitos das minorias e à diversidade cultural] [Convergência (e divergência) entre Informação Digital/Eletrónico e Analógica quanto à avaliação] [Críticas aos profissionais de arquivo no que reporta a um teste de objetividade] [desafio de documentar o envolvimento militar em conflitos extremamente complexos] [desafios intemporais a nível legal e arquivístico na avaliação, preservação e referência dos usos e costumes locais não escritos] [Era digital e outros formatos (audiovisuais)] [foco permanece institucional] [Força alterações nos arquivos] [imediatismo das decisões de avaliação que devem ser tomadas muda toda a abordagem] [informação de arquivo são entidades socialmente construídas e mantidas e alteradas por produtores, custodiantes e utilizadores] [legislação de acesso a documentos públicos derrubaram qualquer ideia de objetividade por parte do produtor] [na realidade digital ainda há ecos de todas as fases de evolução da avaliação] [não existe uma definição autorizada totalmente aceite do papel do arquivista] [necessidade da avaliação ter em conta o contexto de produção e a interação entre o cidadão e o Estado] [Objetividade / Subjetividade] [Organizações de memória procuram maneiras de envolver ativamente comunidades na avaliação: relações baseadas na confiança] [os pós-modernistas exploraram dois aspetos que sustentam a teoria arquivística] [Papeis (Arquivista, Produtor, Utilizador, Públicos)] [Participação Ativa] [percepção de que a análise implica uma discriminação e esquecimento,] [princípios básicos da avaliação de informação de arquivo governamental] [Problema de haver atividade digital cuja informação não é alvo da gestão documental] [Problemas derivados da dependência do ambiente intermediário] [Processo imbuído de subjetividade e não neutro] [produtores têm mudado as suas relações com a informação de arquivo] [Representação da Sociedade [Contexto de Avaliação]] [reversão da exclusividade do conhecimento e do poder] [tecnologia coloca desafios aos próprios conceitos de documentos, séries e arquivos] [tecnologias digitais têm facilitado a expressão e o arquivo das vozes étnicas] [utilizadores de arquivos têm sido ativos na procura de mudanças] [viés inerente ao trabalho arquivístico]

Quotation(s): 37

Code Family: Critérios de Avaliação

Created: 2020-10-11 15:47:35 (luiscorujó)

Codes (28): [!Critérios de Avaliação] [abordagem schelleberguiana do valor primário e secundário] [antiguidade, raridade, autenticidade, integridade e inteligibilidade para informação não-textual e eletrónica] [apoio evidencial (autenticidade e proveniência)] [Arquivo étnico] [Contraste entre defesa e crítica do Uso como critério]

[critérios de antiguidade, raridade, autenticidade, integridade e inteligibilidade] [critérios que afetam o valor justo de mercado] [decisão do arquivista de salvar materiais não textuais] [determinação de manter ou não material não-textual] [direitos culturais encontrados nas leis internacionais e nacionais como justificativas para a ação arquivística] [documentação/representações da sociedade contemporânea] [documentar e gerir com base no contexto partilhado] [estabilizar a identidade social (ou comunitária), e também servir de reservatório para alimentar o ceticismo essencial como um motor do progresso da Sociedade] [evidência de funções] [foco da avaliação de informação que se encontra em suportes eletrônicos legados] [Informação não textual] [lacunas nos acervos documentais] [necessidade de encontrar fontes que falem sobre vidas LGBT] [necessidades e uso da informação] [pontos quentes na interação entre cidadão e Estado] [prestação de contas/responsabilização é vista como o principal princípio na avaliação] [Representação da Sociedade [Critério de Avaliação]] [Responsabilidade, Direitos e Prestação de Contas] [responsabilidades e direitos que são manifestos ou latentes na informação] [Uso] [utilização futura para investigação não é importante] [Valor Comercial]

Quotation(s): 22

Code Family: Decisões de Avaliação

Created: 2020-10-11 15:33:46 (luiscorujo)

Codes (10): [!Decisões de avaliação] [Aplicação de normas no exercício da avaliação contínua continua a ser uma questão controversa] [desafios de trabalhar com instrumentos legais de avaliação e seleção] [diferenças entre as intenções dos decisores e os resultados da avaliação e seleção] [dificuldade de determinar e justificar decisões de avaliação de documentos em organismos públicos] [ferramentas desadequadas à realidade digital] [princípio da avaliação contínua ao longo do ciclo de vida da informação de arquivo] [Problemas em equilibrar a objetividade e subjetividade [medição de valor]] [Problemas em termos de recursos e investimento] [Responsabilidade (Social) das consequências da decisão e prestação de contas]

Quotation(s): 9

Code Family: Definição de Estratégias e Políticas de avaliação (Plan)

Created: 2020-10-11 16:30:09 (luiscorujo)

Codes (25): [Definição de Estratégias e Políticas de avaliação (Plan)] [A legislação deve definir explicitamente a avaliação] [apresenta um conjunto de sugestões referente à informação de arquivo eletrônica governamental] [avaliação monetária de informação de arquivo] [Desenvolvimento de Investigação sobre a Sociedade para definição de estratégias e política de avaliação] [Elementos a ter em conta para a tomada de decisão] [Estabelecer parcerias com produtores de informação] [implementar programa completo de recolha sobre a vida estudantil] [Instituições de Arquivo] [instituições de arquivo devem trabalhar de acordo com as normas estabelecidas] [Instituições de arquivo precisam de definir uma estratégia de gestão de legados analógicos e digitais] [Instituições de arquivo precisam de desenvolver relacionamentos estratégicos fortes com a gestão de topo das organizações] [instituições de arquivo também devem rever periodicamente os seus instrumentos regulamentares] [Legislação e Regulamentação] [Necessária a existência de um organismo coordenador da política arquivística nacional] [No ambiente digital, as características e limitações das tecnologias utilizadas na produção, manutenção e utilização da informação de arquivo têm um papel maior na definição de como as pessoas interagem] [planear um projeto na escala de uma análise funcional institucional] [preocupação de avaliar Informação que se encontra em suportes digitais/eletrônicos legados] [procurar um conjunto partilhado de princípios, ideias fundamentais que podem servir de base para diversos métodos complementares] [Proposta de utilização de contributos de projectos sobre transparência de informação] [propõe princípios para desenvolvimento de ações de gestão (incluindo avaliação) documental, principalmente no âmbito digital] [responsabilidade pela avaliação e seleção deve ser claramente atribuída aos dirigentes da organização] [revisões periódicas da legislação arquivística] [soluções utilizadas no projeto de incorporação e avaliação dos fundos documentais digitais dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010] [Vincular a digitalização à decisão de avaliação]

Quotation(s): 21

Code Family: Massas Documentais Acumuladas

Created: 2020-10-11 15:36:15 (luiscorujo)

Codes (5): [- More Product, Less Process (...)] [!Massas Documentais Acumuladas] [abordagens desenvolvidas noutros países podem não ser eficazes para um determinado contexto] [causas da existência de massas documentais acumuladas] [origens e consequências (Massas Acumuladas)]

Quotation(s): 4

Code Family: Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de avaliação

Created: 2020-10-11 16:05:14 (luiscorujo)

Codes (26): [-- aborda a avaliação de material filatélico] [-- abordagem minimalista MPLP] [-- processamento inicial que s..] [!Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de avaliação] [abordagens usadas para avaliar e analisar a sensibilidade de dois discos rígidos externos] [Análise Funcional [Propostas]] [análise funcional institucional como a maneira mais eficiente e eficaz para efetuar a avaliação da informação de arquivo numa instituição de ensino universitário] [análise funcional: a sua escolha deve ser determinada pela informação ou coleção documental [document or collection] e tendo em conta o que melhor ajudará os utilizadores] [apresenta propostas para o contexto australiano] [apresenta um conjunto de propostas orientadas para o Records Continuum] [apresenta uma solução aplicada num projeto que segue a norma ISO 15489] [apresenta uma solução de processos de trabalho para avaliação de arquivos digitais e híbridos] [contributo no âmbito de um projeto de dados abertos] [Documentation Strategy [Propostas]] [Documentation Strategy é uma abordagem tem potencial como ferramenta para recolher proactivamente a informação de arquivo digital] [identifica parâmetros para a implementação bem sucedida da Documentation Strategy] [Macro-avaliação (com Análise Funcional)] [Método de Avaliação Vertical-Horizontal, baseado em Schellenberg e Booms] [More Product, Less Process (MPLP) [Propostas]] [para que tal verificação e planeamento sejam eficazes, devem envolver especialistas e representantes que não pertencem à profissão arquivística] [proposta de iniciativas de dados abertos e big data] [proposta metodológica de Roberts (2005) com quatro partes] [Proposta metodológica que liga macro-avaliação, avaliação funcional e DIRKS] [proposta para os profissionais de arquivo reinventarem o método arquivístico de avaliação por conta da evolução dos ambientes digitais nas organizações] [propõe o envolvimento das minorias étnicas e imigrantes como participantes] [Records Continuum [Propostas]]

Quotation(s): 20

Code Family: Novos Papeis

Created: 2020-10-11 16:24:09 (luiscorujo)

Codes (9): [a avaliação precisa ser realizada com base em conhecimento explícito e em conhecimento tácito em ação] [Estabelecer novo quadro de competências para arquivistas] [estágios, programas de estudo e trabalho ou experiências profissionais] [Formação Profissional e Académica] [Instituições e Profissionais de Arquivo] [necessário fornecer e priorizar formação para a equipa que lida com a informação de arquivo e ajudar a prepará-los para acompanhar as mudanças nas tecnologias] [Redefinição do papel dos arquivos e profissionais de arquivo] [Sensibilização para o delicado equilíbrio entre objetividade e subjetividade] [Um modelo para a intervenção dos arquivistas nessa construção narrativa ainda precisa ser descoberto]

Quotation(s): 7

Code Family: Percepções

Created: 2020-10-11 15:40:21 (luiscorujo)

Codes (21): [- informação avaliada não é considerada como mais-valia/recurso] [ambiguidade na prática] [cooperação oportuna e eficaz da equipa da unidade orgânica acaba por ser o principal desafio] [decisão intuitiva baseada na experiência versus políticas e orientações de avaliação preconcebidas] [departamentos jurídicos até aos departamentos de TI continuam a entoar "apagar, apagar, apagar"] [Débil percepção das entidades governamentais] [falta de orientações e políticas para a avaliação] [foco na gestão para os processos de negócio] [importância da intuição e experiência de trabalho versus teoria aprendida na formação] [informação de arquivo como fim de linha] [não existe uma teoria generalizadamente reconhecida como aplicável ou útil] [Percepção das Entidades Governamentais] [Percepção dos profissionais de arquivo sobre a tarefa/função de avaliação] [Percepção Organizacional] [percepção da importância da gestão e do papel de gestor] [Peso da experiência prática versus teoria] [Problema de percepção dos funcionários quanto à maneira de tratar a informação digital] [tarefa a ser desempenhada pelos profissionais de arquivo] [tarefa desempenhada pelos profissionais de arquivo e gerentes e supervisores] [tarefa moldada pelo contexto organizacional e não pela teoria] [utilização da Macroavaliação pelos arquivistas para escolher o que consideram representativo da Sociedade]

Quotation(s): 18

Code Family: Percepções sobre os Problemas, Críticas, Entornos e Contornos

Created: 2020-10-11 16:03:27 (luiscorujo)

Codes (173): [- (Tensão) antigos modelos não permitem representar a Sociedade] [- Contexto em evolução] [- informação avaliada não é considerada como mais-valia/recurso] [- minorias culturais evoluíram para participantes ativos] [- More Product, Less Process (..) [!Contexto de Avaliação] [!Critérios de Avaliação] [!Decisões de avaliação] [!Massas Documentais Acumuladas] [!Relação entre Teoria e Prática] [(Tensão) antigos modelos não estão adaptados para o mundo digital] [[problema da análise funcional] ambiente organizacional actual é menos hierárquico e mais fluido burocraticamente] [a macro-avaliação e a análise funcional institucional alteram o processo de avaliação através da identificação e avaliação da função que originou a informação de arquivo, em vez

da própria informação de arquivo] [a macro-avaliação oferece os passos iniciais em direção a um corpus de pensamento científico, embora permaneça expresso na forma de técnica, metodologia e ferramentas] [abordagem schelleberguiana do valor primário e secundário] [Abordagens Alemãs] [abordagens de avaliação que surgiram na Alemanha a partir de 1990] [abordagens desenvolvidas noutros países podem não ser eficazes para um determinado contexto] [Alteração na percepção do valor/importância de vários tipos de informação] [Alterações na percepção dos papéis (arquivistas, produtores, consumidores) relativamente à informação e sua avaliação] [ambiguidade na prática] [Análise Funcional] [análise funcional é eficaz na definição do contexto de negócio da informação de arquivo e na definição do valor dito primário, mas que se torna menos viável no reconhecimento dos valores ditos secundários, e a lidar com documentação legada] [análise funcional institucional se baseia-se no desenvolvimento e implementação de um Documentation Plan abrangente] [antiguidade, raridade, autenticidade, integridade e inteligibilidade para informação não-textual e eletrônica] [Aplicação de normas no exercício da avaliação contínua continua a ser uma questão controversa] [apoio evidencial (autenticidade e proveniência)] [Arquivo étnico] [arquivos apropriaram-se da história das comunidades marginalizadas, criando arquivos sobre e não das comunidades] [arquivos modernos exageram na interpretação jurídico-administrativa de origem positivista do valor do arquivo] [as instituições de memória ignoraram as experiências fora da história dos poderosos] [as instituições exercem um poder de representação, e os arquivistas usam do poder de avaliação para fazer valer as narrativas escolhidas] [as teorias da pós-modernidade não fazem uma quebra total com as teorias da modernidade] [aumenta a complexidade ao abordar a funcionalidade [análise funcional], e a análise de conteúdo não fornece informação suficiente sobre como os trâmites podem ter ocorrido] [Avaliação Integrada] [capacidade e competências dos profissionais de arquivo para intervirem e conseguirem influenciar a gestão da informação de arquivo nos sistemas de gestão de negócios] [causas da existência de massas documentais acumuladas] [cenário configurado pela sobrecarga da informação e cada vez maior diversidade social e cultural] [Contexto de redução de pessoal e recursos para a gestão de informação de arquivo] [contexto político cada vez mais sensível aos direitos das minorias e à diversidade cultural] [continua a ser abordagem conceptual correta para enfrentar os desafios de implementar sistemas de informação robustos e eficientes na era digital] [Contraste entre defesa e crítica do Uso como critério] [Convergência (e divergência) entre Informação Digital/Eletrónico e Analógica quanto à avaliação] [cooperação oportuna e eficaz da equipa da unidade orgânica acaba por ser o principal desafio] [critérios de antiguidade, raridade, autenticidade, integridade e inteligibilidade] [critérios que afetam o valor justo de mercado] [crítica ao Records Continuum] [crítica a Jenkinson: a passividade não corresponde a imparcialidade e objetividade] [Crítica a teoria e prática da avaliação Schellenberg] [Crítica à utilização da análise orgânica] [Críticas aos profissionais de arquivo no que reporta a um teste de objetividade] [críticas à abordagem Documentation Strategy] [Críticas e Problemas sobre a abordagem da avaliação integrada] [Críticas e Problemas sobre a Análise Funcional] [críticas da análise funcional acusam os seus proponentes de não oferecerem alguns critérios objetivos para classificar a importância relativa da função] [decisão do arquivista de salvar materiais não textuais] [decisão intuitiva baseada na experiência versus políticas e orientações de avaliação preconcebidas] [departamentos jurídicos até aos departamentos de TI continuam a entoar "apagar, apagar, apagar"] [desafio de documentar o envolvimento militar em conflitos extremamente complexos] [desafios de trabalhar com instrumentos legais de avaliação e seleção] [desafios intemporais a nível legal e arquivístico na avaliação, preservação e referenciação dos usos e costumes locais não escritos] [determinação de manter ou não material não-textual] [Débil percepção das entidades governamentais] [diferenças entre as intenções dos decisores e os resultados da avaliação e seleção] [Diferentes valores (sociais), interesses e públicos] [dificuldade de determinar e justificar decisões de avaliação de documentos em organismos públicos] [Dificuldade de traduzir as decisões de avaliação de informação tomadas com recurso à macro-avaliação e sua metodologia resultante (baseadas na análise funcional) em informação de arquivo que é adquirida pelos arquivos ()] [direitos culturais encontrados nas leis internacionais e nacionais como justificativas para a ação arquivística] [Distingue-se, porque não se limita, da Análise Funcional] [documentação/representações da sociedade contemporânea] [documentar e gerir com base no contexto partilhado] [Documentation Strategy] [Documentation Strategy é especialmente apropriada ao arquivo étnico] [documentation strategy foi desenvolvida por académicos e docentes com base numa teoria específica] [Documentation Strategy representou um reconhecimento da necessidade de ativismo] [Documentation Strategy, muito embora se tenha revelado impossível de trabalhar, representou uma aplicação prática de uma mudança de identidade na profissão] [Era digital e outros formatos (audiovisuais)] [esforços para preencher as lacunas dos seus acervos em relação aos sub-documentados e aos impotentes] [estabilizar a identidade social (ou comunitária), e também servir de reservatório para alimentar o ceticismo essencial como um motor do progresso da Sociedade] [evidência de funções] [falta de orientações e políticas para a avaliação] [ferramenta eficaz de divulgação e relações públicas] [ferramenta eficaz em circunstâncias limitadas] [ferramentas desadequadas à realidade digital] [foco da avaliação de informação que se encontra em suportes eletrónicos legados] [foco na gestão para os processos de negócio] [foco permanece institucional] [Força alterações nos arquivos] [há uma relutância em dedicar-se totalmente ou a aventurar-se num território analítico e transdisciplinar potencialmente novo para informar a filosofia e a estratégia de avaliação de arquivo, e tornar a reflexão e a aplicação da tomada de decisão mais científicas] [imediatismo das decisões de avaliação que devem ser tomadas muda toda a abordagem] [importância da intuição e experiência de trabalho versus teoria aprendida na formação] [informação de arquivo como fim de linha] [informação de arquivo são entidades socialmente construídas e mantidas e alteradas por produtores, custodiantes e utilizadores] [Informação não textual] [interesse crescente na história social e a influência do pensamento pós-moderno na teoria arquivística] [lacunas nos acervos documentais] [legado da Documentation Strategy] [legislação de acesso a documentos públicos derrubaram

qualquer ideia de objetividade por parte do produtor] [Macro-avaliação e Análise Funcional] [macro-avaliação foi desenvolvida por uma combinação daqueles que trabalham em arquivos nacionais e docentes e outros nas universidades] [Método de Minnesota e a análise evidencial e informacional baseada na informação de arquivo][Schellenberg]] [modelo conceptual para a Documentation Strategy] [Modelos da Arquivística Moderna (e outros modelos)] [MPLP] [mudança para uma interpretação mais ampla da avaliação arquivística] [na realidade digital ainda há ecos de todas as fases de evolução da avaliação] [não existe uma definição autorizada totalmente aceite do papel do arquivista] [não existe uma teoria generalizadamente reconhecida como aplicável ou útil] [não é estática, tendo sofrido evolução desde Hackman] [necessário que os profissionais da gestão documental tentassem integrar as preocupações da gestão documental nos sistemas tecnológicos de informação utilizados pelas organizações] [necessidade da avaliação ter em conta o contexto de produção e a interação entre o cidadão e o Estado] [necessidade de encontrar fontes que falem sobre vidas LGBT] [necessidades e uso da informação] [O legado de Jenkinson no Reino Unido ainda é grande na literatura e formação] [Objetividade / Subjetividade] [Organizações de memória procuram maneiras de envolver ativamente comunidades na avaliação: relações baseadas na confiança] [origens e consequências (Massas Acumuladas)] [os arquivistas devem parar de se preocupar com um nível ideal de processamento e processar apenas a um nível apropriado que torne a coleção utilizável] [os métodos tradicionais de avaliação e organização já não funcionam] [os pós-modernistas exploraram dois aspetos que sustentam a teoria arquivística] [Papeis (Arquivista, Produtor, Utilizador, Públicos)] [Participação Ativa] [Percepção das Entidades Governamentais] [Percepção dos profissionais de arquivo sobre a tarefa/função de avaliação] [Percepção Organizacional] [percepção da importância da gestão e do papel de gestor] [percepção de que a análise implica uma discriminação e esquecimento.] [Peso da experiência prática versus teoria] [pontos quentes na interação entre cidadão e Estado] [potencial muito limitado como uma abordagem para a recolha de informação de arquivo eletrónica] [Predomínio da gestão documental schelleberguiana do valor primário e secundário com recurso ao princípio da avaliação contínua ao longo do ciclo da vida] [pressão sobre o legado de Jenkinson] [prestação de contas/responsabilização é vista como o principal princípio na avaliação] [presumia que a profissão se moveria em direção a valores profissionais que davam mais importância à responsabilidade coletiva] [pretendia criar uma imagem abrangente da Sociedade, não limitada às organizações] [princípio da avaliação contínua ao longo do ciclo de vida da informação de arquivo] [princípios básicos da avaliação de informação de arquivo governamental] [Problema de haver atividade digital cuja informação não é alvo da gestão documental] [Problema de percepção dos funcionários quanto à maneira de tratar a informação digital] [Problemas derivados da dependência do ambiente intermediário] [Problemas em equilibrar a objetividade e subjetividade [medição de valor]] [Problemas em termos de recursos e investimento] [problemática questão dos métodos para desenvolvimento de especificações de avaliação e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e big data] [Processo imbuído de subjetividade e não neutro] [produtores têm mudado as suas relações com a informação de arquivo] [proposições contemporâneas da Documentation Strategy] [Quatro fases do pensamento de avaliação] [Records Continuum] [Records Continuum defendido mas não aplicado] [Records Continuum incluía uma abordagem para a criação, gestão e avaliação que não tivesse só em consideração as necessidades organizacionais, mas também os interesses mais abrangentes da Sociedade] [Records Continuum pode permitir conceptualizar e descrever as muitas dimensões que a informação pode ter] [Representação da Sociedade [Contexto de Avaliação]] [Representação da Sociedade [Critério de Avaliação]] [Responsabilidade (Social) das consequências da decisão e prestação de contas] [Responsabilidade, Direitos e Prestação de Contas] [responsabilidades e direitos que são manifestos ou latentes na informação] [resposta a um mundo de crescente abundância de documentos e de déficit de informações] [reversão da exclusividade do conhecimento e do poder] [Samuels reformulou os detalhes da estrutura conceptual original para a adequar às instituições individuais] [tarefa a ser desempenhada pelos profissionais de arquivo] [tarefa desempenhada pelos profissionais de arquivo e gerentes e supervisores] [tarefa moldada pelo contexto organizacional e não pela teoria] [tecnologia coloca desafios aos próprios conceitos de documentos, séries e arquivos] [tecnologias digitais têm facilitado a expressão e o arquivo das vozes étnicas] [tentativa dos arquivistas para descobrirem o sentido da sua nova identidade como arquivistas ativistas] [teoria da Macroavaliação não é estática, tendo sido reformulada e codificada ao longo do tempo] [Uso] [utilização da Macroavaliação pelos arquivistas para escolher o que consideram representativo da Sociedade] [utilização futura para investigação não é importante] [utilizadores de arquivos têm sido ativos na procura de mudanças] [Valor Comercial] [vários problemas decorrentes das iniciativas de Documentation Strategy] [viés inerente ao trabalho arquivístico]

Quotation(s): 147

Code Family: Percepções sobre Propostas e Soluções

Created: 2020-10-11 16:54:17 (luiscorujo)

Codes (121): [-- aborda a avaliação de material filatélico] [-- abordagem minimalista MPLP] [-- estudo de Badgley e Meunier..] [-- processamento inicial que s..] [- Conceito de atos mediadores..] [- Definir critérios e métricas..] [- MPLP como solução] [- uso das filosofias ambientais] [!Definição de Estratégias e Políticas de avaliação (Plan)] [!Modelos Metodológicos e Abordagens Arquivísticas de avaliação] [!Propostas participativas e colaborativas] [!Propostas Centradas no Uso da Informação] [!Técnicas para avaliação da informação de arquivo (Do - Actuar/Agir)] [!Verificação e Avaliação dos resultados da Avaliação de Informação de Arquivo (Check)] [a avaliação

precisa ser realizada com base em conhecimento explícito e em conhecimento tácito em ação] [A legislação deve definir explicitamente a avaliação] [abordagem e estrutura colaborativa de avaliação e aquisição ou estratégia de documentação que inclua não só os arquivistas das várias entidades, mas que participem também os cidadãos] [abordagem mais abrangente do potencial científico da informação] [Abordagens com fundo (multi)disciplinar (conceitos, teorias)] [abordagens usadas para avaliar e analisar a sensibilidade de dois discos rígidos externos] [Análise Funcional [Propostas]] [análise funcional institucional como a maneira mais eficiente e eficaz para efetuar a avaliação da informação de arquivo numa instituição de ensino universitário] [análise funcional: a sua escolha deve ser determinada pela informação ou coleção documental [document or collection] e tendo em conta o que melhor ajudará os utilizadores] [apresenta a teoria da incorporação/encarnação/materialização [embodiment] complexa] [apresenta propostas para dar resposta à questão da avaliação da informação de arquivo eletrónica] [apresenta propostas para o contexto australiano] [apresenta um conjunto de princípios fundamentais e conceitos-chave que podem e devem apoiar a criação de documentação de avaliação] [apresenta um conjunto de propostas orientadas para o Records Continuum] [apresenta um conjunto de sugestões referente à informação de arquivo eletrónica governamental] [apresenta uma solução aplicada num projeto que segue a norma ISO 15489] [apresenta uma solução de processos de trabalho para avaliação de arquivos digitais e híbridos] [arquivo multicultural participativo em que as tecnologias Web 2.0 permitem projetos colaborativos com um objetivo de património cultural] [avaliação colaborativa de arquivos, a fim de conservar os documentos ameaçados] [avaliação monetária de informação de arquivo] [avaliar dados militares exigirá uma variedade de abordagens que combinam as práticas arquivísticas com uma variedade de ferramentas] [compilação dos prazos de conservação] [conceito de tipologia documental no âmbito da gestão documental digital] [conjunto de propostas e constatações em consideração à avaliação de emails] [contributo no âmbito de um projeto de dados abertos] [critérios de avaliação foram identificados a partir de políticas, diretrizes e estudos de caso publicados] [defende abordagens que se preocupam com os usos e os interesses dos utilizadores] [desenvolvimento de comunidades de prática] [Desenvolvimento de Investigação sobre a Sociedade para definição de estratégias e política de avaliação] [desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação de arquivo estatística] [documentar, gerir e eliminar com base no contexto partilhado] [Documentation Strategy [Propostas]] [Documentation Strategy é uma abordagem tem potencial como ferramenta para recolher proactivamente a informação de arquivo digital] [Elementos a ter em conta para a tomada de decisão] [Estabelecer novo quadro de competências para arquivistas] [Estabelecer parcerias com produtores de informação] [estágios, programas de estudo e trabalho ou experiências profissionais] [Estratégias de gestão de informação digital (PIM)] [estratégias para avaliar a correspondência por email] [Ferramentas de Apoio à Avaliação] [ferramentas que unam a teoria da avaliação de arquivo] [Formação Profissional e Académica] [identidade cultural individual e coletiva pode ser melhorada através de uma abordagem participativa que reconheça o direito dos sujeitos da informação de arquivo a acrescentar as suas narrativas à informação de arquivo mantida na instituições de arquivo públicas e privadas e de participar como cocriadores na tomada de decisão sobre avaliação] [identifica parâmetros para a implementação bem sucedida da Documentation Strategy] [implementar programa completo de recolha sobre a vida estudantil] [implica uma perspectiva transdisciplinar] [Instituições de Arquivo] [instituições de arquivo devem trabalhar de acordo com as normas estabelecidas] [Instituições de arquivo precisam de definir uma estratégia de gestão de legados analógicos e digitais] [Instituições de arquivo precisam de desenvolver relacionamentos estratégicos fortes com a gestão de topo das organizações] [Instituições de arquivo também devem rever periodicamente os seus instrumentos regulamentares] [instituições de memória devem colaborar com os atores sociais identificados para formular uma metodologia transdisciplinar que reflita verdadeiramente a Sociedade como um caminho a seguir na avaliação de informação na Era Digital] [Instituições e Profissionais de Arquivo] [Legislação e Regulamentação] [Macro-avaliação (com Análise Funcional)] [Massas Documentais Acumuladas [Propostas]] [metodologia participativa orientada para o empoderamento da comunidade] [Método de Avaliação Vertical-Horizontal, baseado em Schellenberg e Booms] [modelo de avaliação baseado nos estudos culturais] [More Product, Less Process (MPLP) [Propostas]] [não é sustentável uma avaliação completamente orientada para o potencial de investigação] [Necessária a existência de um organismo coordenador da política arquivística nacional] [necessário fornecer e priorizar formação para a equipa que lida com a informação de arquivo e ajudar a prepará-los para acompanhar as mudanças nas tecnologias] [necessidade de adotar métodos de avaliação que definem as decisões de avaliação a priori] [No ambiente digital, as características e limitações das tecnologias utilizadas na produção, manutenção e utilização da informação de arquivo têm um papel maior na definição de como as pessoas interagem] [novas abordagens para evitar que a acumulação de massas documentais voltem a ser um problema] [o uso para investigação previsto não concorre para determinar o valor da informação] [os arquivistas precisam de se unir aos produtores e utilizadores para dar resposta à nova Sociedade da Informação e dar um salto de fé num novo mundo] [para que tal verificação e planeamento sejam eficazes, devem envolver especialistas e representantes que não pertencem à profissão arquivística] [Para responder aos desafios de arquivar objectos nadodigitais em organizações, recorre a um conjunto de técnicas de investigação] [perspetiva participativa dos utilizadores finais na definição dos prazos de conservação] [planear um projeto na escala de uma análise funcional institucional] [Precisa demonstrar os resultados de investigações e análises arquivísticas] [preocupação de avaliar Informação que se encontra em suportes digitais/eletrónicos legados] [procurar um conjunto partilhado de princípios, ideias fundamentais que podem servir de base para diversos métodos complementares] [Produção de ferramentas de apoio à sistematização e normalização das decisões de avaliação de tipo funcional] [proposta de adequação da documentação/representação da deficiência nos arquivos] [proposta de iniciativas de dados abertos e big data] [Proposta de os cidadãos terem um papel preponderante no que se refere às questões da salvaguarda

da memória coletiva] [proposta de processamento mínimo] [proposta de utilização da perspectiva da teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt] [Proposta de utilização de contributos de projectos sobre transparência de informação] [proposta metodológica de Roberts (2005) com quatro partes] [Proposta metodológica que liga macro-avaliação, avaliação funcional e DIRKS] [proposta para aplicação de metodologia participativa orientada para a comunidade] [proposta para os profissionais de arquivo reinventarem o método arquivístico de avaliação por conta da evolução dos ambientes digitais nas organizações] [propostas oriundas dos estudos literários, da História, da Filosofia e Crítica Textual e da antropologia] [propõe o envolvimento das minorias étnicas e imigrantes como participantes] [propõe princípios para desenvolvimento de ações de gestão (incluindo avaliação) documental, principalmente no âmbito digital] [propõe uma abordagem de várias etapas para lidar com a grande quantidade de dados digitais que precisam ser avaliados para retenção permanente] [propõem alguns caminhos possíveis a explorar para reinventar a avaliação e proteger e gerir de forma eficiente a informação contemporânea derivada do ambiente digital] [Records Continuum [Propostas]] [Recurso à digitalização para preservar o registo documental imparcial] [Redefinição do papel dos arquivos e profissionais de arquivo] [requer um modelo interpretativo para representar evidências não-textuais] [responsabilidade pela avaliação e seleção deve ser claramente atribuída aos dirigentes da organização] [revisões periódicas da legislação arquivística] [Sensibilização para o delicado equilíbrio entre objetividade e subjetividade] [soluções utilizadas no projeto de incorporação e avaliação dos fundos documentais digitais dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010] [teoria e metodologia Historiografia Digital] [Técnicas de Investigação] [tipologias de utilizador e uso e a utilização de fontes de informação] [Trabalho colaborativo e utilização de voluntariado] [Um modelo para a intervenção dos arquivistas nessa construção narrativa ainda precisa ser descoberto] [Uso da investigação (recurso a 5 etapas) em programas de documentação] [Utilizar ferramentas que permitam analisar e processar grandes volumes de dados] [Vincular a digitalização à decisão de avaliação]

Quotation(s): 101

Code Family: Projetos

Created: 2020-08-25 17:36:49 (luiscorujo)

Codes (43): [Proj: Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção] [Proj: Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)] [Proj: Criação da coleção de arquivo LGBTQ finlandesa] [Proj: Documenting Metropolitan Milwaukee] [Proj: Documenting Western New York] [Proj: ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation] [Proj: Estudo de sítios web de organizações estudantis] [Proj: Government-Wide Plan for the Disposition of Records] [Proj: Government Records Project] [Proj: History of Recent Physics] [Proj: Hub – digital human rights archives] [Proj: Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres] [Proj: Intergovernmental Records Program] [Proj: International Social Science Risk Database (ISSRD)] [Proj: Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi] [Proj: Legacy E-records pilot project] [Proj: Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network] [Proj: Library's Collecting Genomics project] [Proj: Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project.] [Proj: NAA macroappraisal project] [Proj: Open Data Project] [Proj: Postal History Project] [Proj: Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais] [Proj: Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489] [Proj: Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das "Funções-Meio."] [Proj: Projeto para avaliação de e-mails] [Proj: Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e big data] [Proj: Projeto PIVOT] [Proj: Projeto QADEP] [Proj: Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos] [Proj: Re-engineering of the government records disposition program] [Proj: Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo] [Proj: Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais] [Proj: Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos] [Proj: Revisão da Metodologia de Macro-avaliação] [Proj: September 11th Digital Archive] [Proj: Seven States Project] [Proj: Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – Multi-Institutional Disposition Authority] [Proj: Study of Multi-Institutional Collaborations] [Proj: Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide;] [Proj: The South Asian Web] [Proj: Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory' project (T&T Project) / Koorie Archiving System] [Proj:"A Story Like No Other"]

Quotation(s): 499

Code Family: Projetos: Distribuição dos Tipos de Entidades pelos Projetos

Created: 2020-08-25 10:46:13 (luiscorujo)

Codes (14): [@Administração Pública] [@Administração Pública e Biblioteca Pública] [@Biblioteca Pública] [@Comunidade e Organismo não governamental] [@Entidade Académica] [@Entidade Académica, Organismo de Arquivo Público e Biblioteca Pública] [@Entidade Académica, Organismo Público de Arquivo, Organismos não-Governamentais] [@Instituição de Arquivo Privado] [@Organismo Internacional] [@Organismo não governamental]

[@Organismo Privado] [@Organismo Público de Arquivo] [@Organismo Público de Arquivo e Entidade Acadêmica]
 [@Organismo Público de Arquivo e Organismo não governamental]
 Quotation(s): 43

Code Family: Projetos: Estratégias e Abordagens

Created: 2020-08-25 12:00:45 (luiscorujo)

Codes (14): [Projetos: Abordagem de Rede Social] [Projetos: Análise Funcional] [Projetos: Documentation Plan (Análise Funcional)] [Projetos: Documentation Strategy] [Projetos: Documentation Strategy e Análise Funcional, Análise Técnica, Micro-Avaliação] [Projetos: Estratégias/abordagens Não Identificadas] [Projetos: História Digital] [Projetos: Macro-avaliação] [Projetos: Macro-Avaliação e análise funcional] [Projetos: Modelo Participativo] [Projetos: Política de Aquisições de documentação baseada em critérios de seleção] [Projetos: Records Continuum] [Projetos: Técnica de amostragem] [Projetos: Tipologia Documental]

Quotation(s): 43

Code Family: Projetos: Foco

Created: 2020-08-25 10:01:12 (luiscorujo)

Codes (6): [Abordagens, Estratégias e Instrumentos para Avaliação] [Infraestruturas Tecnológicas/Memória de organismos governamentais] [Memória de Unidade Territorial] [Memória e Informação Científica] [Representatividade da Sociedade] [Tipologia de Informação]

Quotation(s): 43

Code Family: Projetos: Instituições

Created: 2020-08-25 11:29:03 (luiscorujo)

Codes (63): [American Institute of Physics (AIP)] [American Institute of Physics Center for the History of Physics] [Archives of the State of Geneva] [Archives of the State of Wallis] [Archives Working Group of the Cultural Ministers Council] [Arizona State Library and Archives] [Arquivo Estadual da Carolina do Norte] [Arquivos do Ontário] [Arquivos Nacionais da Suécia] [Arquivos Nacionais dos Países Baixos] [Arquivos Regionais de Estocolmo] [Arquivos Regionais de Gothenburg] [Arquivos Regionais de Härnösand] [Arquivos Regionais de Lund] [Arquivos Regionais de Östersund] [Arquivos Regionais de Uppsala] [Arquivos Regionais de Vadstena] [Arquivos Regionais de Värmland] [Arquivos Regionais de Visby] [Australian Society of Archivists Indigenous Issues Special Interest Group] [Banco Central Europeu] [Central Upper Peninsula and Northern Michigan University Archives] [Chicago Theological Seminary] [City University of New York Graduate Center] [Comunidade LGBT] [Connecticut State Library] [Departamento de Estudos Ambientais da Universidade de Victoria] [Fundação Wellcome] [Geneva Business School] [George Mason University] [Illinois State Library] [Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo / Direção-Geral de Arquivos (DGARQ)] [Koorie Heritage Trust Inc.] [Labour Archives (Työväen Arkisto, archive for the Social Democratic Party and labour unions)] [Library and Archives Canada] [Library Council of Metropolitan Milwaukee (LCOMM)] [Louisiana Office of Tourism] [Medical Heritage Center (MHC), Prior Health Sciences Library, The Ohio State University] [Michigan State University Library] [Monash University] [Município de Girona] [Município de Vancouver] [Museu no nordeste dos EUA - Não identificado] [National Archives and Records Administration] [National Archives of Australia] [National Association of Government Archives and Records Administrators] [National Patient Safety Agency] [North Carolina State Library] [Online Computer Library Center (OCLC)] [Projeto InterPARES] [Public Record Office of Victoria] [Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais] [Research Libraries Group] [Seção de Coleções Especiais da Universidade de Maryland] [Swiss Federal Archives] [Tufts University Perseus Project] [Universidade da Califórnia] [Universidade de Melbourne] [University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC)] [Victorian Koorie Records Taskforce] [Western New York Library Resources Council (WNYLRC)] [Wisconsin State Library] [Witness]

Quotation(s): 72

Code Family: Projetos: Nome do Projeto

Created: 2020-08-25 09:46:25 (luiscorujo)

Codes (43): ["A Story Like No Other"] [Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção] [Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)] [Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa] [Documenting Metropolitan Milwaukee] [Documenting Western New York] [ECHO DEpository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation] [Estudo de sítios web de organizações estudantis] [Government-Wide Plan for the Disposition of Records] [Government Records Project] [History of Recent Physics] [Hub – digital human rights archives] [Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres] [Intergovernmental

Records Program] [International Social Science Risk Database (ISSRD)] [Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método Delphi] [Legacy E-records pilot project] [Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network] [Library's Collecting Genomics project] [Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project.] [NAA macroappraisal project] [Open Data Project] [Postal History Project] [Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais] [Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489] [Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das "Funções-Meio."] [Projeto para avaliação de e-mails] [Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e big data] [Projeto PIVOT] [Projeto QADEP] [Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos] [Re-engineering of the government records disposition program] [Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo] [Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais] [Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos] [Revisão da Metodologia de Macro-avaliação] [September 11th Digital Archive] [Seven States Project] [Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – Multi-Institutional Disposition Authority;] [Study of Multi-Institutional Collaborations] [Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide;] [The South Asian Web] [Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory' project (T&T Project) / Koorie Archiving System]

Quotation(s): 43

Code Family: Projetos: Origem Geográfica-Administrativa

Created: 2020-08-25 10:09:50 (luiscorujo)

Codes (12): [Austrália] [Canadá] [Espanha] [EUA] [Finlândia] [Internacional] [Países Baixos] [Portugal] [Reino Unido] [Suécia] [Suíça] [União Europeia]

Quotation(s): 43

Code Family: Projetos: Percepções sobre Consequências e Resultados

Created: 2020-08-25 12:45:36 (luiscorujo)

Codes (11): [Projetos: Percepções: Consequências com Sucesso Limitado] [Projetos: Percepções: Consequências com Sucesso Positivo] [Projetos: Percepções: Consequências sem Sucesso] [Projetos: Percepções: Resultados com Sucesso Limitado] [Projetos: Percepções: Resultados com Sucesso Positivo] [Projetos: Percepções: Resultados sem Sucesso] [Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Com Ligeiro Sucesso] [Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Com Pouco Sucesso] [Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Sem Sucesso] [Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Sucesso Marginal] [Projetos: Valorização da Percepções dos Resultados e Consequências: Sucesso Positivo]

Quotation(s): 129

Code Family: Projetos: Período Cronológico

Created: 2020-08-25 09:31:48 (luiscorujo)

Codes (6): [1960-1969] [1970-1979] [1980-1989] [1990-1999] [2000-2009] [2010-2016]

Quotation(s): 43

Code Family: Projetos: Tipos de Entidades

Created: 2020-08-25 11:40:09 (luiscorujo)

Codes (10): [Administração Pública] [Administração Pública e Biblioteca Pública] [Biblioteca Pública] [Comunidade] [Entidade Académica] [Instituição de Arquivo Privado] [Organismo Internacional] [Organismo Não-Governamental] [Organismo Privado] [Organismo Público de Arquivo]

Quotation(s): 72

Code Family: Projetos: Tipos de Equipas Participantes

Created: 2020-08-25 12:12:26 (luiscorujo)

Codes (4): [Académicos] [Equipa Multidisciplinar] [Profissionais de Arquivo] [Projetos: Participantes Não Identificados]

Quotation(s): 43

Code Family: Propostas Participativas e Colaborativas

Created: 2020-10-11 16:18:59 (luiscorujo)

Codes (20): [!Propostas participativas e colaborativas] [abordagem e estrutura colaborativa de avaliação e aquisição ou estratégia de documentação que inclui não só os arquivistas das várias entidades, mas que participem também os cidadãos] [arquivo multicultural participativo em que as tecnologias Web 2.0 permitem projetos colaborativos com um objetivo de património cultural] [avaliação colaborativa de arquivos, a fim de conservar os documentos ameaçados] [critérios de avaliação foram identificados a partir de políticas, diretrizes e estudos de caso publicados] [desenvolvimento de comunidades de prática] [documentar, gerir e eliminar com base no contexto partilhado] [identidade cultural individual e coletiva pode ser melhorada através de uma abordagem participativa que reconheça o direito dos sujeitos da informação de arquivo a acrescentar as suas narrativas à informação de arquivo mantida na instituições de arquivo públicas e privadas e de participar como cocriadores na tomada de decisão sobre avaliação] [instituições de memória devem colaborar com os atores sociais identificados para formular uma metodologia transdisciplinar que reflita verdadeiramente a Sociedade como um caminho a seguir na avaliação de informação na Era Digital] [metodologia participativa orientada para o empoderamento da comunidade] [os arquivistas precisam de se unir aos produtores e utilizadores para dar resposta à nova Sociedade da Informação e dar um salto de fé num novo mundo] [para que tal verificação e planeamento sejam eficazes, devem envolver especialistas e representantes que não pertencem à profissão arquivística] [perspetiva participativa dos utilizadores finais na definição dos prazos de conservação] [proposta de adequação da documentação/representação da deficiência nos arquivos] [Proposta de os cidadãos terem um papel preponderante no que se refere às questões da salvaguarda da memória coletiva] [proposta para aplicação de metodologia participativa orientada para a comunidade] [propõe o envolvimento das minorias étnicas e imigrantes como participantes] [propõem alguns caminhos possíveis a explorar para reinventar a avaliação e proteger e gerir de forma eficiente a informação contemporânea derivada do ambiente digital] [requer um modelo interpretativo para representar evidências não-textuais] [Trabalho colaborativo e utilização de voluntariado]

Quotation(s): 19

Code Family: Propostas Centradas no Uso da Informação

Created: 2020-10-11 16:28:05 (luiscorujo)

Codes (5): [!Propostas Centradas no Uso da Informação] [abordagem mais abrangente do potencial científico da informação] [defende abordagens que se preocupam com os usos e os interesses dos utilizadores] [não é sustentável uma avaliação completamente orientada para o potencial de investigação] [o uso para investigação previsto não concorre para determinar o valor da informação]

Quotation(s): 4

Code Family: Relação entre Teoria e Prática

Created: 2020-10-11 14:35:06 (luiscorujo)

Codes (66): [- (Tensão) antigos modelos não permitem representar a Sociedade] [!Relação entre Teoria e Prática] [(Tensão) antigos modelos não estão adaptados para o mundo digital] [[problema da análise funcional] ambiente organizacional actual é menos hierárquico e mais fluído burocraticamente] [a macro-avaliação e a análise funcional institucional alteram o processo de avaliação através da identificação e avaliação da função que originou a informação de arquivo, em vez da própria informação de arquivo] [a macro-avaliação oferece os passos iniciais em direção a um corpus de pensamento científico, embora permaneça expresso na forma de técnica, metodologia e ferramentas] [Abordagens Alemãs] [abordagens de avaliação que surgiram na Alemanha a partir de 1990] [Análise Funcional] [análise funcional é eficaz na definição do contexto de negócio da informação de arquivo e na definição do valor dito primário, mas que se torna menos viável no reconhecimentos do valores ditos secundários, e a lidar com documentação legada] [análise funcional institucional se baseia-se no desenvolvimento e implementação de um Documentation Plan abrangente] [arquivos modernos exageram na interpretação jurídico-administrativa de origem positivista do valor do arquivo] [as teorias da pós-modernidade não fazem uma quebra total com as teorias da modernidade] [Avaliação Integrada] [continua a ser abordagem conceptual correta para enfrentar os desafios de implementar sistemas de informação robustos e eficientes na era digital] [crítica ao Records Continuum] [crítica a Jenkinson: a passividade não corresponde a imparcialidade e objetividade] [Crítica a teoria e pratica da avaliação Schellenberg] [Crítica à utilização da análise orgânica] [críticas à abordagem Documentation Strategy] [Críticas e Problemas sobre a abordagem da avaliação integrada] [Críticas e Problemas sobre a Análise Funcional] [críticos da análise funcional acusam os seus proponentes de não oferecerem alguns critérios objetivos para classificar a importância relativa da função] [Diferentes valores (sociais), interesses e públicos] [Dificuldade de traduzir as decisões de avaliação tomadas com recurso à macro-avaliação e sua metodologia resultante (baseadas na análise funcional) em informação de arquivo que é adquirida pelos arquivos] [Distingue-se, porque não se limita, da Análise Funcional] [Documentation Strategy] [Documentation Strategy é especialmente apropriada ao arquivo étnico] [documentation strategy foi desenvolvida por académicos e docentes com base numa teoria específica]

[Documentation Strategy representou um reconhecimento da necessidade de ativismo] [Documentation Strategy, muito embora se tenha revelado impossível de trabalhar, representou uma aplicação prática de uma mudança de identidade na profissão] [esforços para preencher as lacunas dos seus acervos em relação aos sub-documentados e aos impotentes] [ferramenta eficaz de divulgação e relações públicas] [ferramenta eficaz em circunstâncias limitadas] [há uma relutância em dedicar-se totalmente ou a aventurar-se num território analítico e transdisciplinar potencialmente novo para informar a filosofia e a estratégia de avaliação de arquivo, e tornar a reflexão e a aplicação da tomada de decisão mais científicas] [interesse crescente na história social e a influência do pensamento pós-moderno na teoria arquivística] [legado da Documentation Strategy] [Macro-avaliação e Análise Funcional] [macro-avaliação foi desenvolvida por uma combinação daqueles que trabalham em arquivos nacionais e docentes e outros nas universidades] [Método de Minnesota e a análise evidencial e informacional baseada na informação de arquivo[Schellenberg]] [modelo conceptual para a Documentation Strategy] [Modelos da Arquivística Moderna (e outros modelos)] [MPLP] [mudança para uma interpretação mais ampla da avaliação arquivística] [não é estática, tendo sofrido evolução desde Hackman] [necessário que os profissionais da gestão documental tentassem integrar as preocupações da gestão documental nos sistemas tecnológicos de informação utilizados pelas organizações] [O legado de Jenkinson no Reino Unido ainda é grande na literatura e formação] [os arquivistas devem parar de se preocupar com um nível ideal de processamento e processar apenas a um nível apropriado que torne a coleção utilizável] [os métodos tradicionais de avaliação e organização já não funcionam] [potencial muito limitado como uma abordagem para a recolha de informação de arquivo eletrónica] [Predomínio da gestão documental schelleberguiana do valor primário e secundário com recurso ao princípio da avaliação contínua ao longo do ciclo da vida] [pressão sobre o legado de Jenkinson] [presumia que a profissão se moveria em direção a valores profissionais que davam mais importância à responsabilidade coletiva] [pretendia criar uma imagem abrangente da Sociedade, não limitada às organizações] [problemática questão dos métodos para desenvolvimento de especificações de avaliação e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e big data] [proposições contemporâneas da Documentation Strategy] [Quatro fases do pensamento de avaliação] [Records Continuum] [Records Continuum defendido mas não aplicado] [Records Continuum incluía uma abordagem para a criação, gestão e avaliação que não tivesse só em consideração as necessidades organizacionais, mas também os interesses mais abrangentes da Sociedade] [Records Continuum pode permitir conceptualizar e descrever as muitas dimensões que a informação pode ter] [resposta a um mundo de crescente abundância de documentos e de déficit de informações] [Samuels reformulou os detalhes da estrutura conceptual original para a adequar às instituições individuais] [tentativa dos arquivistas para descobrirem o sentido da sua nova identidade como arquivistas ativistas] [teoria da Macroavaliação não é estática, tendo sido reformulada e codificada ao longo do tempo] [vários problemas decorrentes das iniciativas de Documentation Strategy]

Quotation(s): 57

Code Family: Técnicas para avaliação da informação de arquivo (Do - Actuar/Agir)

Created: 2020-10-11 16:38:51 (luiscorujo)

Codes (35): [-- estudo de Badgley e Meunier..] [- Conceito de atos mediadores..] [- MPLP como solução] [- uso das filosofias ambientais] [!Técnicas para avaliação da informação de arquivo (Do - Actuar/Agir)] [Abordagens com fundo (multi)disciplinar (conceitos, teorias)] [apresenta a teoria da incorporação/encarnação/materialização [embodiment] complexa] [apresenta propostas para dar resposta à questão da avaliação da informação de arquivo eletrónica] [apresenta um conjunto de princípios fundamentais e conceitos-chave que podem e devem apoiar a criação de documentação de avaliação] [avaliar dados militares exigirá uma variedade de abordagens que combinam as práticas arquivísticas com uma variedade de ferramentas] [compilação dos prazos de conservação] [conceito de tipologia documental no âmbito da gestão documental digital] [conjunto de propostas e constatações em consideração à avaliação de emails] [desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação de arquivo estatística] [Estratégias de gestão de informação digital (PIM)] [estratégias para avaliar a correspondência por email] [Ferramentas de Apoio à Avaliação] [ferramentas que unam a teoria da avaliação de arquivo] [implica uma perspectiva transdisciplinar] [Massas Documentais Acumuladas [Propostas]] [modelo de avaliação baseado nos estudos culturais] [necessidade de adotar métodos de avaliação que definem as decisões de avaliação a priori] [novas abordagens para evitar que a acumulação de massas documentais voltem a ser um problema] [Para responder aos desafios de arquivar objectos nadodigitais em organizações, recorre a um conjunto de técnicas de investigação] [Produção de ferramentas de apoio à sistematização e normalização das decisões de avaliação de tipo funcional] [proposta de processamento mínimo] [proposta de utilização da perspectiva da teoria da banalidade do mal de Hannah Arendt] [propostas oriundas dos estudos literários, da História, da Filosofia e Crítica Textual e da antropologia] [propõe uma abordagem de várias etapas para lidar com a grande quantidade de dados digitais que precisam ser avaliados para retenção permanente] [Recurso à digitalização para preservar o registo documental imparcial] [teoria e metodologia Historiografia Digital] [Técnicas de Investigação] [tipologias de utilizador e uso e a utilização de fontes de informação] [Uso da investigação (recurso a 5 etapas) em programas de documentação] [Utilizar ferramentas que permitam analisar e processar grandes volumes de dados]

Quotation(s): 30

Code Family: Verificação e Avaliação dos resultados da Avaliação de Informação de Arquivo (Check)
Created: 2020-10-11 16:50:23 (luiscorujo)
Codes (3): [- Definir critérios e métricas..] [!Verificação e Avaliação dos resultados da Avaliação de Informação de Arquivo (Check)] [Precisa demonstrar os resultados de investigações e análises arquivísticas]
Quotation(s): 2

Apêndice 8 – Valorização e Justificação dos Resultados e Consequências dos Projetos

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>History of Recent Physics</i>	1	Angariou informação biográfica e documentação sempre que possível, com recurso às doações aos repositórios de Universidades enquanto o instituto só aceitava coleções que o Projeto considerava importantes e que não fossem alvo de doação a repositórios das Universidades (King, 1964; Malkmus, 2008, p. 392).	1	Criação do <i>Center for History of Physics</i> (Anderson, 2005, p. 10), que seguiu as orientações do projeto até ao fim do período de 1980-1989s para documentar a geofísica, astrofísica, física nuclear, entre outras (Malkmus, 2008, p. 392). Marcou o início da aplicação de princípios de cooperação entre várias organizações como estratégia de preservação (Anderson, 2005, p. 19). Tornou-se o protótipo da <i>Documentation Strategy</i> delineada por Hackman e Warnow-Blewett (Hackman & Warnow-Blewett, 1987)	Sucesso positivo	1
Aplicação de regulamentos de avaliação que incluem a amostragem na seleção	-1	A maioria dos arquivos regionais não implementou totalmente a decisão, na medida em que, apesar dos Arquivos Nacionais terem mais vontade de eliminar uma grande quantidade de informação de arquivo para economizar espaço, alguns arquivistas ao nível regional parecem não ter gostado da ideia de destruir tanta informação de arquivo potencialmente valiosa (Rydén, 2014, p. 48). Também contribuíram para o insucesso deste projeto a escassez de recursos humanos e de tempo para cumprir todas as tarefas, a autonomia dos arquivos regionais; o facto de existir um prazo de conservação de trinta anos para a documentação a eliminar, determinado pela decisão de avaliação dos Arquivos Nacionais.	0	A decisão não pode ser concluída antes de 1995, quando a política de avaliação adotada nessa altura exibiu uma visão cética sobre a amostragem. Foi preservada muito mais informação de arquivo do que o pretendido, o que afetou as possibilidades de uso do material para Investigação. Evidencia que as regras e a realidade nem sempre andam de mãos dadas, e os estudos sobre decisões tomadas pelas autoridades centrais revelam apenas parte da história (Rydén, 2014)	Sem sucesso nos resultados.	-0,5
Iniciativa de aquisição de coleções documentais de material político de mulheres	1	A entidade fica a deter um repositório resultante de uma longa história de recolha de documentos políticos do estado de Maryland e, mais especificamente, de recolher materiais relacionados com mulheres na política local, estadual e nacional.	1	Demonstra que tendências historiográficas abrangentes influenciaram a profissão de arquivo e a aquisição de coleções centradas nas mulheres em geral. A análise mais aprofundada das coleções políticas sobre mulheres, especialmente os papéis das legisladoras estaduais, ajudará os arquivistas a terem uma visão mais crítica da política de desenvolvimento de coleções políticas e das complexidades inerente à recolha de materiais relacionados com mulheres, questões de género, e outros grupos sub-representados (Novara, 2013).	Sucesso positivo	1

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>Government-Wide Plan for the Disposition of Records</i>	1	Surgimento de algumas revelações e conclusões importantes sobre o valor arquivístico e histórico da informação de arquivo público e a identificação e determinação dessas qualidades Codificação estratégica, metodológica e funcionalmente de um <i>corpus</i> de teorias e processos apelidado de macro-avaliação, formalmente inaugurado em 1991.	0	A macro-avaliação representou uma mudança de orientação do conteúdo documental para o contexto documental, de mudança direcional dentro das instituições e profissão arquivísticas (Caron & Brown, 2013, p. 160) Quando estava a ser introduzida, a macro-avaliação já estava um pouco fora de sincronia com a orientação e a evolução da administração pública, pela renovação administrativa lançada pelo governo federal e também pela explosão da Internet e das ferramentas de redes sociais digitais. Tudo isto implicou uma reformulação, re-expressão e refinação ao longo dos períodos 1990-1999 e 2000-2009 (Caron & Brown, 2013, p. 160), demonstrando a falta de estabilidade e necessidade de constante mudança.	Com sucesso nos resultados, ma, em termos de consequências, o sucesso perceciona-se como limitado, por causa da mudança da orientação e evolução da administração pública, das mudanças trazidas pela informatização e os serviços em linha, e porque fica refém das orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>Seven States Project</i>	-1	<p>O RLG testou a partilha de informação de avaliação entre os arquivos da administração pública, com recurso ao seu recurso bibliográfico nacional, a Rede de Informação de Bibliotecas de Investigação (RLIN) (Bearman, 1989b).</p> <p>Os arquivos dos estados participantes forneceram informação tão ajustada à sua própria organização, que ninguém, a não ser o fornecedor, as conseguia compreender (Ruller, 1992, p. 71)O relatório final identificou três áreas a serem abordadas, a fim de tornar os dados de avaliação úteis para as instituições onde eles não foram produzidos: O conteúdo da avaliação da documentação deveria ser definido mais claramente; Devia determinar se a avaliação é realizada com base numa metodologia comum ou com base em práticas localizadas, que não têm tradução para outras instituições; Devia desenvolver-se terminologia consistente para descrever a informação de arquivo para permitir que os investigadores compreendam os informação de arquivo descrita (Rhee, 2016; Ruller, 1992).</p>	1	<p>Mostrou a impraticabilidade de partilhar informações de avaliação na RLIN (Ruller, 1992).</p> <p>Teve como consequência o <i>Government Records Project</i> (GRP).</p>	Os resultados foram negativos, mas as consequências foram positivas.	0
<i>Documenting Western New York</i>	-1	<p>O projeto nunca passou da análise das coleções de fontes manuscritas.</p> <p>Não conseguiu desenvolver um <i>Documentation Plan</i>, porque, à medida que o projeto avançava percebeu-se que “<i>a region equaled the world in the complexity of documentation</i>”, ou seja, aperceberam-se da complexidade para atingir a dimensão necessária para cumprir os objetivos.</p> <p>Cox (1989) refere que o projeto falhou no cumprimento das suas metas porque o objetivo de documentar toda a atividade humana no oeste de Nova York era irrealista no contexto de um processo totalmente novo e não testado.</p>	1	<p>A falha dos objetivos ditou o fim do projeto (Malkmus, 2008, p. 403).</p> <p>Cox (1989) refere que o foco estendeu os limites do conceito de <i>Documentation Strategy</i>.</p> <p>Para Cox (1989), o seu sucesso consistiu na melhoria da comunicação e cooperação entre os membros da comunidade ligados à História Regional, como os historiadores, os utilizadores, os criadores e os profissionais de arquivo e biblioteca (Malkmus, 2008).</p>	Sem sucesso nos resultados, mas há a perceção de ter sucesso nas consequências	0
<i>Government Records Project</i>	-1	<p>A tentativa de dividir a informação sobre a avaliação numa série de elementos de dados discretos verificou-se impossível devido à variação nos tipos de documentação de avaliação disponíveis nas várias instituições. Para resolver esse problema, o grupo de trabalho tentou compreender os processos pelos quais os vários participantes produziram a sua documentação, sem ter a perceção de ter ignorado o problema fundamental com as tentativas de partilha de informação sobre decisões de avaliação: a documentação é inadequada (Ruller, 1992, pp. 69–73).</p>	1	<p>Apoiou o intercâmbio de dados descritivos e de avaliação de fundos de arquivo, utilizando um formato normalizado para partilha de informação descritiva da informação de arquivo - o <i>Machine Readable Cataloging format for Archives and Manuscripts Control</i> (MARC-AMC) – e o RLIN (Allen, 1992, 1997; Evans, 1986; Rhee, 2016).</p>	Sem sucesso nos resultados, mas há a perceção de ter sucesso nas consequências.	0

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>Intergovernmental Records Program</i>	1	Em 1989, ampliou a sua rede de colaboração ao ingressar no <i>Government Records Project</i> do RLG. Embora a avaliação e a definição de prazos de conservação de informação de arquivo não tenham sido considerados assuntos importantes na primeira fase do IRP, eles foram a peça central da segunda fase (Rhee, 2016). Em 1991, a <i>National Association of Government Archives and Records Administrators</i> (NAGARA) e o NARA formaram um comitê conjunto para orientar a cooperação intergovernamental. Esta parceria para avaliação e programação intergovernamental foi denominada <i>Intergovernmental Cooperative Appraisal Program</i> (ICAP). A missão do ICAP enfatizou a “reforma regulatória e mandato federal de redução de legislação federal dos últimos anos” (Allen, 1997). Esse programa prosseguiu por meio de um projeto de revisão de terminologia de avaliação e definição de prazos de conservação, o <i>Food Stamp Records Project</i> e o <i>Criminal Justice Records Project</i> (CRIME).	0	Apesar desses esforços de colaboração ao longo do ano, os resultados do IRP não tiveram muita influência no desempenho da avaliação em arquivos estaduais individuais ou na partilha de informação de avaliação entre os arquivos estaduais (Rhee, 2016).	Sucesso nos resultados, mas sem sucesso nas consequências.	0,5
<i>Documenting Metropolitan Milwaukee</i>	-1	De acordo com Ericson (1997), os objetivos não foram cumpridos, devido à falta de incentivos à cooperação e a uma infraestrutura que era demasiado débil para apoiar o trabalho do projeto. Verificou-se a dificuldade em completar o trabalho descritivo, porque o controlo intelectual inadequado das coleções por parte dos repositórios participantes impediu uma análise eficaz das coleções na região metropolitana e também porque os repositórios participantes se recusaram a assinar uma política de recolha unificada para a zona metropolitana.	1	Houve um reforço do valor da cooperação na consecução de objetivos comuns, o projeto garantiu a inclusão de mais de três mil registos na base de dados nacional da OCLC, e fomentou a sensibilização dos líderes da cidade, a imprensa e o público para as questões da preservação histórica (Malkmus, 2008). Ericson (1997) acrescenta que a realização do projeto ajudou os arquivistas a melhorarem as suas competências em avaliação, descrição e referência. Também revelou coleções marginais, há muito invisíveis nas prateleiras, que foram submetidas a uma avaliação mais crítica. Da mesma forma, "ressuscitou" materiais de qualidade que tinham sido esquecidos devido à má descrição ou, em alguns casos, à falta de descrição (Ericson, 1997, p. 16).	Sem sucesso nos resultados, mas há a perceção de ter sucesso nas consequências.	0

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>Study of Multi-Institutional Collaborations</i>	1	Resultou no relatório final (Warnow-Blewett et al., 2001), que forneceu uma tipologia, os critérios de avaliação e uma pesquisa das práticas de arquivo existentes como um prelúdio necessário para qualquer projeto para documentar qualquer investigação colaborativa, tendo-lhe granjeado a estima pelo relato investigativo inovador sobre a documentação de colaborações e documentação nado-digital (Anderson, 2005; Malkmus, 2008, pp. 390, 393, 398; Warnow-Blewett et al., 2001).	1	Segundo Anderson (2005), as consequências incluíram o amplo reconhecimento da necessidade de incluir a informação de arquivo dos laboratórios governamentais da <i>Big Science</i> e das colaborações multi-institucionais, e o facto dos arquivistas e outros terem modelos de estratégias que podem adaptar para documentar laboratórios e colaborações individuais; a suspensão da Tabela de Seleção e Avaliação para informação de arquivo de I&D pelos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos no início dos anos 90, por o considerarem inadequado, e terem trabalhado com várias agências científicas federais para projetar e implementar novas Tabelas de Seleção para conservar informação de arquivo de cientistas individuais e de colaborações historicamente valiosas; Alguns laboratórios governamentais passaram a ter arquivistas na sua equipa e todos melhoraram seus programas de gestão documental (Anderson, 2005, pp. 13–14).	Sucesso positivo	1
Projeto PIVOT	0	Apesar de fornecer um método para avaliação e desenvolvimento de relatórios e tabelas de seleção, não cumpriu o objetivo de resolver o problema das massas documentais acumuladas em dez anos.	0	O projeto teve de ser renovado várias vezes. Existência de críticas relativamente ao perigo de perda de património documental e do material para investigação futura, por conta do peso evidencial e não informacional na avaliação feita pelo projeto. Os vestígios da representação burocrática apresentam uma visão do mundo que arrisca ser paroquial e estatista, o que tem como consequência a supressão da diversidade que os utilizadores procuram nos arquivos. Levou o projeto a tentar ajudar à reestruturação da gestão documental nos organismos públicos para evitar mais acumulação de massas documentais, com recurso às tabelas de seleção desenvolvidas, mas com resultados dúbios, por desinteresse dos organismos da administração pública e porque as tabelas de seleção não são as melhores ferramentas para a organização e a descrição de informação de arquivo. Verifica-se a dificuldade em aplicar a análise funcional de forma retrospectiva, sugerindo a integração da macro-avaliação logo na etapa de produção e organização da informação de arquivo eletrónico (Jonker, 2005; Loewen, 2005b).	Sucesso limitado, no resultado (para não dizer negativo, porque não cumpriu o objetivo). As consequências também não demonstram sucesso.	0

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
Projeto de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio”	1	Produção de Tabela de Avaliação e Seleção das “Funções-Meio” quatorze anos depois da legislação o requerer (Decreto-Lei 121/92, de 2 de julho, 1992) e (Despacho Conjunto 427/99, de 20 de Maio, 1999) (Fidalgo & Ucha, 2006).	0	Até ao surgimento da Macro-Estrutura Funcional e da Lista consolidada, seria um dos instrumentos utilizados no desenvolvimento de Relatórios de Avaliação de Documentação Acumulada e Portarias de Gestão Documental, apesar de, já antes disso ser criticada por se basear num enquadramento teórico que diferenciava “funções-meio” de “funções-fim”, mesmo quando essas “funções-meio” constituíssem as “funções-fim” de um organismo.	Apesar de o objetivo ter sido cumprido, foi-o tardiamente, e pouco tempo depois da publicação, a abordagem do órgão coordenador mudaria, logo o sucesso é limitado, para não dizer negativo	0,5
Relatório sobre os arquivos referentes aos indígenas australianos	1	Publicação de um relatório sobre os arquivos de importância cultural a nível nacional referentes aos indígenas australianos, e que detalha e descreve documentação sobre indígenas existentes em mais de 55 instituições, governamentais ou não governamentais (Cunningham, 2014; Thorpe, 2001; Williams et al., 1997).	1	O relatório continua a ser um ponto de referência importante para localizar informação de arquivo e entrar em contato com os organismos. Representa um esforço para desenvolver uma coordenação comum a nível nacional australianos em áreas da atividade arquivística. Também é indicado como o primeiro passo na tentativa de fornecer uma abordagem para localizar informação de arquivo relacionada com os povos indígenas no século XX, que abrange toda a Austrália (Cunningham, 2014; Thorpe, 2001; Williams et al., 1997)	Sucesso positivo	1
<i>Postal History Project</i>	1	O projeto foi concluído ⁹² (North Carolina State Archives, 2004).	1	Traz um <i>apport</i> para os arquivistas pensarem em novas formas de avaliação para objetos de informação não textual, que não são usualmente tidos em conta nos processos de avaliação da informação no âmbito das atividades das organizações, e levarem a utilizar uma nova linguagem. Este esforço é pertinente, dado o número de investigadores que mostram interesse e a significância cultural de objetos de informação normalmente não considerados (Roberts, 2007).	Sucesso positivo	1

⁹² Postal History Project: <https://web.archive.org/web/20041010121117/http://www.ah.dcr.state.nc.us/archives/postal/default.htm> (Acedido em 15 de julho 2020).

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender Religious Archives Network</i>	1	A Rede de Arquivos Religiosos LGBTRAN existe desde 2000. Optou por utilizar a Internet para criar um vínculo virtual dessas coleções, passando a ser um centro coordenador e de recursos para facilitar a doação de documentação aos repositórios existentes e promover o seu uso por académicos.	1	Demonstra o potencial da Internet para facilitar a colaboração e aprimorar o acesso e é um exemplo da iniciativa de uma comunidade não institucional (Malkmus, 2008).	Sucesso positivo	1
Proposta espoletada pelas iniciativas tomadas aquando do surgimento de materiais perigosos na coleção documental oferecida: Plano de Riscos	1	O texto é resultado de uma ocorrência em que foi necessário lidar com material perigosos.	1	O projeto fornece aos profissionais de arquivo ferramentas para planear, identificar e responder efetivamente aos perigos que possam residir em qualquer coleção de arquivo (Wiener, 2008).	Sucesso positivo	1
<i>September 11th Digital Archive</i>	1	Foi lançado no mesmo ano em que a ocorrência.	1	Serve como um catalisador para os arquivistas terem em conta coleções digitais, dado que, em setembro de 2003, a Biblioteca do Congresso aceitou este Arquivo Digital nas suas coleções permanentes, garantindo a sua preservação a longo prazo do Arquivo e marcou a primeira grande aquisição digital da Biblioteca. As mensagens de correio de voz gravadas durante e após os ataques representam uma importante mudança no tipo de material disponível para os investigadores (Caswell, 2009). No entanto, é representativo do fenómeno de uma visão neo-jenkinsoniana da seleção, numa lógica de conservar tudo, que parece surgir na era da informação de arquivo eletrónica, em que as restrições do espaço físico dão lugar à capacidade de armazenamento digital. Outro aspeto prende-se com o facto de o ónus de determinar a fiabilidade e a autenticidade é passado mais para o utilizador, algo que não ocorre tanto nos repositórios em papel.	Sucesso nos resultados e tendencialmente bem-sucedido nas consequências (exceto no neo-jenkinsonianismo)	1

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>Mountain Legacy Project/Rocky Mountain Repeat Photography Project</i>	1	O sítio <i>web</i> está disponível ⁹³ (Mountain Legacy Project, 2017).	1	Delaney (2008) recomenda alguma cautela no contexto do uso de abordagens como a macro-avaliação e análise funcional em relação ao valor informativo com potencial científico (Delaney, 2008).	Sucesso positivo	1
Criação da coleção de arquivo LGBTIQ finlandesa	1	A coleção está disponível para consulta, só com permissão do arquivista. O acesso ao auxiliar de pesquisa pode ser feito no sítio <i>web</i> ⁹⁴ (Työväen Arkisto, 2018).	1	Permite verificar que este tipo de projetos implica um conjunto de questões e decisões a nível de políticas e práticas arquivísticas, que afetam a forma de garantir a lembrança ou memória pública de quem é lembrado ou esquecido, tendo os profissionais de arquivo a cooperação de investigadores, ativistas de comunidades e organizações LGBT (Taavetti, 2016).	Sucesso positivo	1
<i>Re-engineering of the government records disposition program</i>	1	Substituição da submissão de documentos de avaliação por um memorando de entendimento entre cada uma das instituições governamentais e o LAC, o desenvolvimento de novas Condições Gerais para a Transferência de informação de arquivo, a nota informativa do diretor do LAC, os instrumentos legais de avaliação e seleção supra-institucionais. Parte da reengenharia do programa de avaliação e seleção envolveu o desenvolvimento de novas funcionalidades e uma nova plataforma para o RDACS, o sistema eletrónico que contém todas as informações sobre os instrumentos legais de avaliação e seleção, incluindo relatórios de avaliação e as Condições Gerais para a Transferência de Informação de Arquivo. Além disso, foi possível estabelecer uma ligação entre esse sistema e o sistema de descrição de informação de arquivos, MIKAN, para determinar se a informação de arquivo identificada para transferência no documento das Condições Gerais é realmente adquirida e disponibilizada para acesso pelos investigadores (Loewen, 2005b, 2005a). A plataforma RDACS teve a sua origem durante os anos 90 do século XX e serviu de suporte para a revisão dos instrumentos legais de avaliação e seleção, que espoletaram este projeto.	0	O RDACS, a ferramenta de investigação e pesquisa para os arquivistas, tem sido utilizado para a medição da qualidade da eficácia do programa de avaliação e também para a descrição das séries documentais. No seu processo de reengenharia teve-se em conta as garantias de acessibilidade para as instituições clientes via Internet e a intenção de ficar disponível ao público através do sítio <i>web</i> da LAC (Fortier, 2005; Loewen, 2005b).	Sucesso positivo, apesar de limitados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5

⁹³ Mountain Legacy Project: <http://mountainlegacy.ca/> (acedido em 15 de julho 2020).

⁹⁴ Työväen Arkisto: <https://www.tyark.fi/> (Acedido a 15 de julho 2020)

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>Terms and Conditions for the Transfer of Archival Records within the Records Disposition Authority, and Commentary Application Guide</i>	1	Desenvolvimento de uma metodologia, que permitisse que as decisões dos arquivistas baseadas na macro-avaliação se traduzissem num documento, que constitui uma ferramenta para avaliar e selecionar a informação de arquivo, na forma de Condições Gerais para a Transferência de Informação de Arquivo, no âmbito dos instrumentos legais de avaliação e seleção da informação de arquivo, e o respetivo guia de aplicação complementar (Bailey, 2006).	0	Este documento faz a ligação entre a abordagem de avaliação teorizada pela LAC com a sua aplicação prática em ambientes de gestão de informação de arquivo, incluindo informação de arquivo eletrónica (Bailey, 2006). A reorientação do foco da avaliação dos documentos para as funções foi um elemento a ter em conta neste instrumento, por forma a garantir a conformidade, a transparência, a responsabilidade e responsabilização da informação de arquivo alvo de avaliação, suprimindo as questões tanto dos apoiantes funcionalistas como dos neotradicionalistas dentro do LAC (Beaven, 2005).	Sucesso positivo, apesar de limitados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5
Solução de avaliação para dossiês/coleções factícias nos organismos governamentais canadianos – <i>Multi-Institutional Disposition Authority</i>	1	Desenvolve uma proposta de instrumento legal multi-institucional de avaliação passível de ser utilizado pelos organismos governamentais do Canadá para eliminar informação de dossiês (ou coleções factícias) ⁹⁵ , com base não na análise funcional, mas na definição de "documento de coleção factícia" e em sete critérios de avaliação para a conservação de informação de arquivo de coleções factícias selecionada (Library and Archives Canada, 2006).	0	A proposta foi aprovada e tem servido para eliminar a informação de arquivo derivada de coleções factícias e conservação de informação de arquivo relativa à proteção de direitos individuais ou coletivos e obrigações dos cidadãos; algumas decisões judiciais ou quase judiciais; algumas decisões autorizadas por burocratas seniores ou ministros; documentação de obrigações fiduciárias; obrigações derivadas de tratados; documentação sobre algumas atividades investigativas; e algumas atividades de investigação (Dixon, 2005; Loewen, 2005b).	Sucesso positivo, apesar de limitados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5
Projeto de investigação Rede de Excelência DELOS em Bibliotecas Digitais	1	Resultou na produção de um relatório com a identificação de critérios específicos para avaliação automatizada de arquivos em bibliotecas digitais, com base em políticas, orientações e estudos de caso.	1	Não parecendo possível atender a todos os requisitos de avaliação ao nível do item usando metainformação, foram descritos vários modelos para a automação da avaliação: híbrido; Motor de avaliação; e Definidor de perfis. Sinaliza a necessidade de incorporar o estabelecimento de canais para facilitar a inclusão de contributos na tomada de decisões por outras comunidades relevantes. Conclui que a avaliação continua a ser pertinente no ambiente digital e a sua aplicabilidade é mais abrangente do que o domínio da gestão que lhe deu origem.(Oliver, Kim, et al., 2008, p. 300; Oliver, Ross, et al., 2008).	Sucesso positivo	1

⁹⁵ case files, no original.

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>NAA macroappraisal project</i>	-1	O projeto é mencionado a partir de 2005 (Cunningham & Oswald, 2005; Loewen, 2005b, 2006). Em 2011, que ainda não se sabiam os resultados do projeto, que deveria ter sido implementado em 2005 (Kumar, 2011, p. 148).	-1	A promessa da macro-avaliação na Austrália continuou por cumprir (Kumar, 2011, p. 148)	Sem sucesso	-1
<i>ECHO DEPository: Exploring Collaborations to Harness Objects with a Digital Environment for Preservation</i>	1	O projeto desenvolveu ferramentas de <i>web archiving</i> , avaliou <i>softwares</i> de repositório, desenvolveu uma arquitetura para melhorar os recursos de interoperabilidade e preservação dos repositórios existentes e modelar os repositórios da próxima geração para suportarem a preservação a longo prazo, e ainda ferramentas para criação e extração de metainformação e ferramentas de verificação de formatos de dados para preservação a longo prazo (Kaczmarek, 2007; Sandore & Unsworth, 2010).	1	Este projeto permitiu verificar a necessidade da colaboração entre profissionais de arquivo, profissionais de biblioteca e profissionais das tecnologias da informação para delimitar coleções de recursos digitais e apoiar as necessidades dos utilizadores no atual ambiente digital. Tal implica a redefinição de responsabilidades dos profissionais, que gerem coleções biblioteconômicas tradicionais e também estratégias de avaliação arquivística (Kaczmarek, 2007).	Sucesso positivo	1
Estudo de sítios <i>web</i> de organizações estudantis	1	O projeto foi concluído e resultou no modelo para avaliação dos sítios <i>web</i> de organizações estudantis.	1	Tal permitiu verificar que, apesar dos “sítios <i>web</i> oferecerem uma janela importante para as atividades dos alunos, eles não são a fonte definitiva sobre a cultura dos alunos”, mas “uma fonte importante que deve ser capturada com a ressalva de que informação de arquivo importante pode estar em falta” (Prom & Swain, 2007, p. 352). Prom e Swain constatam que “documentar a vida do estudante na era eletrônica não elimina a necessidade de contato pessoal” (Prom & Swain, 2007, p. 353). Para os autores, a Internet oferece à profissão arquivística uma nova oportunidade para se conseguirem desenvolver programas documentais (<i>documentary programs</i>) (Prom & Swain, 2007, p. 363).	Sucesso positivo	1
Projeto de produção de tabela de avaliação funcional com base na ISO 15489	1	Resultou na produção de tabela de avaliação (Man, 2010).	0	Permitiu identificar o valor operacional e administrativo contínuo da informação deste organismo, os requisitos legais, regulamentares, de responsabilização e transparência aplicáveis, e ainda o potencial valor arquivístico, que tal informação possa ter para fins de conservação permanente (Man, 2010). Elizabeth Man (2010) indica que, no entanto, as técnicas de análise funcional e de inquérito utilizadas não foram muito eficazes na identificação dos “valores secundários tal como o valor arquivístico ou lidar com informação de arquivo legada” (Man, 2010, p. 115).	Sucesso no resultado, mas nas consequências o sucesso é limitado pela ineficácia de identificar os valores secundários	0,5

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>Trust and Technology: building an archival system for Indigenous oral memory project (T&T Project) / Koorie Archiving System</i>	1	O projeto desenvolveu-se de acordo com modelo participativo e com recurso às plataformas digitais de rede sociais (Australian Research Council Linkage, 2008; Iacovino, 2015).	1	Deu origem a uma agenda de ação para a reconciliação de caráter arquivístico, no que se refere ao desenvolvimento de políticas, estratégias, protocolos e gestão de direitos, que tratem de questões de propriedade, custódia, divulgação e acessibilidade das fontes de arquivo do conhecimento indígena, onde se inclui uma declaração de princípios de orientação da prática, investigação e educação/formação arquivísticas (McKemmish et al., 2011, pp. 230–236).	Sucesso positivo	1
Regime regulatório para gestão documental nos organismos governamentais	1	Surgiram várias premissas estratégicas, que acabariam por fornecer a plataforma para a nova Diretiva do Governo do Canadá sobre Gestão Documental.	0	Surgimento de um Livro Branco da LAC para as Normas de Documentação em 2008 (Library and Archives Canada, 2008), cujo objetivo principal é garantir a presença documental essencial na administração pública federal na forma de evidência documental para apoiar a tomada de decisões e o desenvolvimento de programas e serviços ao longo do tempo (Caron & Brown, 2013, pp. 156–158). Especificamente, a intenção documental é fornecer contexto, coerência e explicação para a tomada de decisões institucionais, programas, serviços, resultados e resultados dentro do governo. Outra consequência foi o desenvolvimento e a aprovação de um novo Instrumento Legal para Avaliação multi-institucional para a seleção e eliminação de recursos de informação transitória das instituições governamentais sujeitas à Lei da Bibliotecas e Arquivos do Canadá em 2010 (Caron & Brown, 2013, p. 159; Library and Archives Canada, 2010).	Com sucesso, apesar de limitados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5
Investigação no âmbito do desenvolvimento de uma tabela de avaliação de informação estatística com o envolvimento dos utilizadores finais, com recurso ao método <i>Delphi</i>	1	Resultou num método para definição de valores para seleção de tipo participativo (Beneito Arias, 2008).	-1	Não se sabe se chegou a concluir e a implementar a proposta de tabela de avaliação e seleção no Banco Central Europeu. Não se encontraram mais publicações sobre o assunto e/ou a autora, e as tentativas de entrar em contacto com ela não tiveram sucesso.	Sucesso no resultado, considera-se sem sucesso nas consequências.	0

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo	1	Resultou na Reconfiguração do processo de avaliação e organização da informação de arquivo da Universidade.	1	O projeto demonstrou que os métodos tradicionais de avaliação e organização já não funcionam para o arquivista solitário e requerem alterações e adaptações. Deu origem a um modelo de avaliação e organização de informação de arquivo para entidades de ensino superior com limitações a nível de recursos financeiros e humanos, com recurso aos estudantes, por intermédio de estágios (Robyns & Woolman, 2011).	Sucesso positivo	1
<i>Hub – digital human rights archives</i>	1	O projeto foi lançado em 2007.	1	Permitiu verificar que a maior diferença na avaliação entre materiais gerados por telemóvel e materiais de papel não é tanto a diferença entre menos digital ou analógica, mas principalmente entre fontes anónimas/geradas por utilizadores e as fontes ditas confiáveis. É necessário ser muito seletivo em relação aos vídeos do telemóvel e outras tipos de informação geradas pelos utilizadores, por falta de um relacionamento com o produtor, e por as imagens não serem provenientes de uma fonte conhecida (Caswell, 2009).	Sucesso positivo	1
<i>The South Asian Web</i>	1	Desenvolveu um centro de comunicação cooperativa e arquivo digital para a comunidade diaspórica do sul da Ásia em Los Angeles (Daniel, 2010; Shilton & Srinivasan, 2007; Srinivasan & Shilton, 2006).	-1	O projeto não sobreviveu, revelando não ser sustentável (Pang et al., 2017, p. 78).	Sucesso nos resultados, mas sem sucesso nas consequências.	0
<i>Legacy E-records pilot</i>	1	O projeto saiu da fase piloto e os resultados foram comunicados no texto (Levi, 2011).	1	O projeto forneceu elementos para diminuir o impacto de informação de arquivo eletrónica legada no processo de avaliação (Levi, 2011).	Sucesso positivo	1
<i>“A Story Like No Other”</i>	1	A iniciativa deu origem ao sítio <i>Web</i> ⁹⁶ (Louisiana Office of Tourism, 2010).	1	É exemplo de iniciativas ligadas à determinação da contextualização de uma representação histórica digital, em que a avaliação pode ajudar na verificação da sua confiabilidade e eficácia para comunicar conhecimento histórico. Tal é contextualizado no âmbito da investigação da História digital, com a colaboração dos historiadores e arquivistas para a criação de novo vocabulário partilhado para a produção, utilização e avaliação de representações históricas digitais (Sternfeld, 2011).	Sucesso positivo	1

⁹⁶ *A Story Like No Other: Louisiana’s African American Heritage Trail*: <http://web.archive.org/web/20100206125254/http://www.astorylikenoother.com/> (Acedido a 15 de julho de 2020).

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
<i>International Social Science Risk Database (ISSRD)</i>	0	Foi desenvolvido um protótipo (McCarthy et al., 2011), mas não surge implementado nem se encontra mais informação sobre a Base de Dados em questão.	-1	Não se encontrou fundamento para que se considere ter tido seguimento.	Sem sucesso	-0,5
<i>Archives of the Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC)</i>	1	O projeto cumpriu os objetivos, apesar dos problemas mencionados por Mumma, Dingwall e Bigelow (2011).	1	O fundo documental está descrito e disponível no sítio <i>web</i> dos arquivos do município de Vancouver ⁹⁷ (Vancouver City Archives, 2011).	Sucesso positivo	1
<i>Library's Collecting Genomics project</i>	1	As práticas definidas permitiram fazer o tratamento da informação digital em causa.	1	Sloyan (2016) considera que este projeto permite verificar que as práticas tradicionais aplicadas ao papel podem ser transpostas para a informação de arquivo eletrónica, o que pode quebrar as barreiras mentais dos arquivistas (Sloyan, 2016).	Sucesso positivo	1
Revisão da Metodologia de Macro-avaliação	1	De acordo com Bailey (2013), o Grupo de Trabalho para Revisão da Metodologia de Macro-avaliação da <i>Library and Archives Canada</i> propôs um novo conjunto de instrumentos, que poderiam orientar uma abordagem renovada e modernizada da avaliação de informação de arquivo governamental. O conjunto de políticas proposto visava garantir uma abordagem consistente e harmonizada da avaliação, com recurso a uma metodologia de macro-avaliação refinada e renovada, a fim de cumprir os requisitos de avaliação e seleção estabelecidos na legislação regulamentar referente à <i>Library and Archives Canada</i> . Nem todos os documentos propostos foram desenvolvidos por causa do desenvolvimento de uma estratégia mais abrangente de avaliação e aquisição da LAC, com base no modelo de “toda a sociedade”, uma abordagem definida pelo Governo federal, que deveria ser apoiada por uma nova metodologia de gestão documental.	0	Muitos dos resultados da revisão e análise interna do grupo de trabalho foram revistos e incorporados pelos membros do grupo nas iniciativas subsequentes de modernização (Bailey, 2013, p. 36).	Com sucesso limitado apesar de limitados pelas futuras orientações do governo federal e possíveis intenções políticas.	0,5

⁹⁷ *Fonds AM1550 - Vancouver Organizing Committee for the 2010 Olympic and Paralympic Winter Games (VANOC) fonds*: <https://searcharchives.vancouver.ca/vanoc> (Acedido a 15 de julho de 2020).

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
Projeto QADEP	1	Foi definido um modelo original e um método completo, com ferramentas para definir métricas para avaliação em termos de confiabilidade, usabilidade e representatividade, e que ajudam à tomada de decisão da avaliação e seleção de informação eletrónica de uma organização. (Makhlouf Shabou, 2011a, 2011b, 2015) O projeto foi testado e os resultados foram publicados.	1	O modelo foi testado positivamente nos Arquivos do Estado de Wallis e nos Arquivos do Estado de Genebra, graças a diferentes ferramentas de medição projetadas especialmente para esta investigação, numa amostra de informação de arquivo eletrónica pública. Deu origem a projetos de desenvolvimento de <i>software</i> de automação de avaliação das métricas de autenticidade e fiabilidade da informação eletrónica. Os resultados foram partilhados e utilizados no âmbito da iniciativa InterPARES. A autora refere que o modelo oferece métricas específicas para avaliar e identificar o que tem valor e o que pode ser eliminado no contexto da informação eletrónica institucional (Makhlouf Shabou, 2015, p. 70) Originou outros trabalhos de investigação (Tièche, 2015).	Sucesso positivo	1
Projeto para o desenvolvimento de especificações de prazos de conservação, destino final e tabelas de seleção para iniciativas de dados abertos e <i>big data</i>	1	Os resultados da primeira fase do projeto são apresentados (McDonald & Léveillé, 2014). O projeto foi concluído.	1	Os resultados finais foram publicados no relatório final (InterPARES Trust Project, 2016).	Sucesso positivo	1
<i>Open Data Project</i>	1	O sítio <i>web Girona Open Data</i> está disponível ⁹⁸ (Ajuntament de Girona, 2013).	1	Casellas Serra refere que este projeto permitiu verificar o quão essencial pode ser o contributo da gestão documental para os projetos de dados abertos, tendo em conta a transformação futura dos dados dos sistemas de informação em património documental (Casellas Serra, 2014, p. 95).	Sucesso positivo	1

⁹⁸ *Girona Open Data*: <https://www.girona.cat/opendata/> (acedido em 15 de julho 2020).

Projeto	Pontuação Resultados	Resultados	Pontuação Consequências	Consequências	Sucesso	Final (Média)
Projeto para avaliação de e-mails	0	Apesar de apresentar os resultados do teste, não se percebe se a sua aplicação se estendeu posteriormente ao resto da organização.	0	Cocciolo propõe a utilização de uma abordagem de rede social, que consiste ter em conta o papel social do remetente, no caso das mensagens recebidas, e do papel social do destinatário, no caso das mensagens enviadas, e que se proceda à avaliação manual das mensagens agrupadas por remetente (para as mensagens recebidas) e por destinatário (para as mensagens enviadas) (Cocciolo, 2016a).	Sucesso limitado nos resultados e consequências, por não se saber da aplicação após o estudo.	0

FONTE: Ajuntament de Girona (2013); Allen (1992, 1997); Anderson (2005); Australian Research Council Linkage (2008); Bailey (2006, 2013); Beaven (2005); Bearman (1989b); Beneito Arias (2008); Caron e Brown (2013); Casellas Serra (2014); Caswell (2009); Cocciolo (2016a); Cox (1989); Cunningham e Oswald (2005); Cunningham (2014); Daniel (2010); Delaney (2008); Diário da República (Decreto-Lei 121/92, de 2 de julho, 1992) e (Despacho Conjunto 427/99, de 20 de Maio, 1999); Dixon (2005); Ericson (1997); Evans (1986); Fidalgo e Ucha (2006); Fortier (2005); Hackman e Warnow-Blewett (1987); Iacovino (2015); InterPARES Trust Project (2016); Jonker (2005); Kaczmarek (2007); King (1964); Kumar (2011); Levi (2011); Library and Archives of Canada (2006, 2008, 2010); Loewen (2005b, 2005a, 2006); Louisiana Office of Tourism (2010); Makhlouf Shabou (2011a, 2011b, 2015); Malkmus (2008); Man (2010); McCarthy et al (2011); McDonald e Léveillé (2014); McKemmish et al. (2011); Mountain Legacy Project (2017); Mumma, Dingwall e Bigelow (2011); North Carolina State Archives (2004); Novara (2013); Oliver, Kim, et al. (2008); Oliver, Ross, et al. (2008); Pang, Liew, e Chang (2017); Prom e Swain (2007); Rhee (2016); Roberts (2007); Robyns e Woolman (2011); Ruller (1992); Rydén (2014); Sandore e Unsworth (2010); Shilton e Srinivasan (2007); Sloyan (2016); Srinivasan e Shilton (2006); Sternfeld (2011); Taavetti (2016); Thorpe (2001); Tièche (2015); Työväinen Arkisto (2018); Vancouver City Archives (2011); Warnow-Blewett et al. (2001); Wiener (2008); Williams et al. (1997).

Apêndice 9 – Quadro-Síntese da Informação dos Autores

Autor	País	Instituição	Ocupação	Publicação	Artigos
Anchor, Rachel	Reino Unido	Universidade de Leicester	Investigadora Universitária / Estudante de Doutorado	<i>Archives and Records</i>	(Anchor, 2013)
Badgley, Kerry	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Profissional de Arquivo	<i>Archival Science</i>	(Badgley e Meunier, 2005)
Bailey, Catherine A.	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Profissional de Arquivo	<i>Archivaria</i>	(Bailey, 2006)
					(Bailey, 2013)
Baillargeon, Diane	Canadá	Universidade de Montréal	Profissional de Arquivo (Diretora da Divisão de Documentos e Arquivos)	<i>Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec</i>	(Baillargeon, 2007)
Bass, Jordan	Canadá	Universidade de Manitoba	Profissional de Arquivo	<i>Archivaria</i>	(Bass, 2013)
Beneito Arias, Paloma	Alemanha (União Europeia)	Banco Central Europeu	Profissional de Arquivo	<i>Records Management Journal</i>	(Beneito Arias, 2008)
Bigelow, Sue	Canadá	Município de Vancouver	Profissional de Arquivo	<i>Archivaria</i>	(Mumma, Dingwall e Bigelow 2011)
Brown, Richard	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Profissional de Arquivo (Diretor de Investigação Estratégica)	<i>Archivaria</i>	(Caron e Brown, 2011)
			Profissional de Arquivo (Conselheiro do Vice-Diretor)	<i>American Archivist</i>	(Caron e Brown, 2013)
Caron, Daniel J.	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Profissional de Arquivo (Diretor)	<i>Archivaria</i>	(Caron e Brown, 2011)
				<i>American Archivist</i>	(Caron e Brown, 2013)
				<i>Archival Science</i>	(Caron e Kellerhals, 2013)
Casellas Serra, Lluís Esteve	Espanha	Município de Girona	Profissional de Arquivo	<i>Records Management Journal</i>	(Casellas Serra, 2014)
Caswell, Michelle	Estados Unidos	Universidade de Wisconsin-Madison	Estudante de Doutorado	<i>Archivaria</i>	(Caswell, 2010)
Ceeney, Natalie	Reino Unido	Arquivos Nacionais	Profissional de Arquivo (Dirigente)	<i>Journal of the Society of Archivists</i>	(Ceeney, 2008)
Chaudron, Gerald	Estados Unidos	Universidade Estadual do Mississippi	Docente Universitário	<i>Journal of Archival Organization</i>	(Chaudron, 2008)
Cocciolo, Anthony	Estados Unidos	Instituto Pratt	Docente Universitário	<i>Records Management Journal</i>	(Cocciolo, 2014)
					(Cocciolo, 2016a)
Condé, Anne-Marie	Austrália	Museu Nacional da Austrália	Curador	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Condé, 2011)
Convery, Nicole	Reino Unido	Conselho de Investigação Médica	Profissional de Arquivo	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Convery, 2014)
Cook, Michael	Reino Unido	Universidade de Liverpool	Investigador Universitário	<i>Records Management Journal</i>	(Cook, 2010)
Cook, Terry	Canadá	Universidade de Manitoba	Docente Universitário	<i>Archival Science</i>	(Cook, 2005)
				<i>Journal of the Society of Archivists</i>	(Cook, 2011)

Autor	País	Instituição	Ocupação	Publicação	Artigos
Craig, Barbara L.	Canadá	Universidade de Toronto	Docente Universitária	<i>Archival Science</i>	(Craig, 2005)
					(Craig, 2007)
Crookston, Mark	Nova Zelândia	Biblioteca Nacional da Nova Zelândia - Biblioteca Alexander Turnbull	Profissional de Arquivo (Diretor de Estratégia da Coleção Digital)	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Crookston, 2014)
Cumming, Kate	Austrália	Arquivos Estaduais da Nova Gales do Sul	Profissional de Arquivo (Membro da equipa de Estratégia Digital)	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Cumming e Picot, 2014)
Cunningham, Adrian	Austrália	Arquivos Estaduais de Queensland	Profissional de Arquivo (Diretora dos Arquivos Digitais e da Gestão de Documentos Governamentais)	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Cunningham, 2014)
Daniel, Dominique	Estados Unidos	Universidade de Oakland, Michigan	Profissional de Biblioteca	<i>American Archivist</i>	(Daniel, 2010)
Delaney, Jill	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Profissional de Arquivo	<i>Archivaria</i>	(Delaney, 2008)
Dingwall, Glenn	Canadá	Município de Vancouver	Profissional de Arquivo	<i>Archivaria</i>	(Mumma, Dingwall e Bigelow 2011)
Evans, Max J.	Estados Unidos	National Historical Publications and Records Commission (NHPRC)	Profissional de Arquivo (Diretor)	<i>American Archivist</i>	(Evans, 2007)
Fidalgo, Maria José	Portugal	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (actualmente Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas)	Profissional de Arquivo	<i>Cadernos BAD</i>	(Fidalgo e Ucha, 2006)
Findlay, Cassie	Austrália	Autoridade para a Documentação Estadual da Nova Gales do Sul	Profissional de Arquivo (Gestor de Projeto de Arquivos Digitais)	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Findlay, 2014)
Fritzke, Leena	Alemanha (União Europeia)	Banco Central Europeu	Profissional de Arquivo	<i>Records Management Journal</i>	(Fritzke, 2008)
Frogner, Raymond O.	Canadá	Museu Real da Colúmbia Britânica	Profissional de Arquivo	<i>Archivaria</i>	(Frogner, 2015)
Garaba, Francis	África do Sul/Zimbabué	Universidade Estadual de Midlands/Universidade de KwaZulu-Natal	Docente Universitário/ Estudante de Doutoramento	<i>African Journal of Library, Archives & Information Science</i>	(Garaba, 2007)
Gorzalski, Matt	Estados Unidos	Kansas State Historical Society	Profissional de Arquivo (Projeto)	<i>Journal of Archival Organization</i>	(Gorzalski, 2008)
Greene, Mark A.	Estados Unidos	Universidade do Wyoming – Centro do Património Americano	Profissional de Arquivo (Diretor)	<i>American Archivist</i>	(Greene, 2010)
Hackman, Larry	Estados Unidos	Anteriormente, National Historical Publications and Records Commission (NHPRC), Arquivos Estaduais de Nova Iorque, Biblioteca Presidencial de Harry Truman	Reformado (anteriormente Profissional de Arquivo)	<i>American Archivist</i>	(Hackman, 2009)
Hughes, Kit	Estados Unidos	Centro de Investigação de Filme e Teatro do Wisconsin/ Universidade do Wisconsin - Madison	Profissional de Arquivo/ Estudante de Doutoramento	<i>American Archivist</i>	(Hughes, 2014)

Autor	País	Instituição	Ocupação	Publicação	Artigos
Iacovino, Livia	Austrália	Universidade Monash	Investigadora Universitária	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Iacovino, 2015)
Johnson, Elizabeth Snowden	Estados Unidos	Universidade Estadual Middle Tennessee	Estudante	<i>American Archivist</i>	(Johnson, 2008)
Johnson, Valerie	Reino Unido	Universidade de Cambridge	Investigadora Universitária	<i>Archives: The Journal of British Records Association</i>	(Johnson, 2007)
Jones, Michael	Austrália	Universidade de Melbourne	Profissional de Arquivo	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Jones, 2014)
Kaczmarek, Joanne	Estados Unidos	Universidade de Ilinoís (Urbana-Champaign)	Profissional de Arquivos	<i>Journal of Archival Organization</i>	(Kaczmarek, 2007)
Kellerhals, Andreas	Suíça	Arquivos Federais Suíços	Profissional de Arquivo (Diretor)	<i>Archival Science</i>	(Caron e Kellerhals, 2013)
Kim, Yunhyong	Reino Unido	Universidade Robert Gordon	Investigadora Universitária	<i>Archival Science</i>	(Oliver, Kim e Ross, 2008)
Kretzschmar, Robert	Alemanha	Arquivos do Estado de Baden-Württemberg	Profissional de Arquivo (Diretor)	<i>Archival Science</i>	(Kretzschmar, 2005)
Lacombe, Christian	Canadá	Coleções Lacombe	Diretor da Empresa	<i>Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec</i>	(Lacombe, 2012)
Lebeau, Mireille	Canadá	Biblioteca e Arquivos do Quebeque	Profissional de Arquivo	<i>Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec</i>	(Lebeau, 2013)
Léveillé, Valerie	Canadá	Universidade da Colúmbia Britânica	Estudante	<i>Records Management Journal</i>	(McDonald e Léveillé, 2014)
Levi, Charles	Canadá	Arquivos do Ontário	Profissional de Arquivo	<i>Archivaria</i>	(Levi, 2011)
Loewen, Candance	Canadá	<i>Library and Archives Canada</i>	Profissional de Arquivo	<i>Archival Science</i>	(Loewen, 2005b)
Makhlouf Shabou, Basma	Suíça	Escola Superior de Gestão - Genéva	Docente Universitária	<i>Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec</i>	(Makhlouf Shabou, 2011b)
				<i>Records Management Journal</i>	(Makhlouf Shabou, 2015)
Malkmus, Doris J.	Estados Unidos	Universidade Estadual da Pensilvânia	Profissional de Arquivo	<i>American Archivist</i>	(Malkmus, 2008)
Man, Elizabeth	Reino Unido	Agência Governamental para a Segurança dos Doentes	Profissional de Arquivo	<i>Records Management Journal</i>	(Man, 2010)
Mancuso, Lara	Canadá	Universidade da Colúmbia Britânica	Estudante de Mestrado	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Mancuso, 2013)
McDonald, John	Canadá	Independente (anteriormente Arquivos Nacionais do Canadá)	Consultor independente	<i>Records Management Journal</i>	(McDonald e Léveillé, 2014)
Meunier, Claude	Canadá	Agência Governamental para a Indústria Canadiana	Profissional de Gestão de Informação (Diretor de Projetos)	<i>Archival Science</i>	(Badgley e Meunier, 2005)
Mnjama, Nathan	Botswana	Universidade do Botswana	Docente Universitário	<i>Information Development</i>	(Mnjama, 2006)
Moore, Erik A.	Canadá	Universidade do Minnesota	Profissional de Arquivo	<i>Archivaria</i>	(Moore, 2007)
Mumma, Courtney C.	Canadá	Município de Vancouver	Profissional de Arquivo	<i>Archivaria</i>	(Mumma, Dingwall e Bigelow 2011)
Oliver, Gillian	Nova Zelândia	Universidade de Wellington	Docente Universitário	<i>Archival Science</i>	(Oliver, Kim e Ross, 2008)

Autor	País	Instituição	Ocupação	Publicação	Artigos
Parr, Adelaide	Austrália	Universidade de Melbourne	Profissional de Arquivo	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Parr, 2014)
Picot, Anne	Austrália	Universidade de Sydney	Profissional de Arquivo	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Cumming e Picot, 2014)
Prom, Christopher J.	Estados Unidos	Universidade de Ilinóis (Urbana-Champaign)	Docente Universitário e Profissional de arquivo	<i>American Archivist</i>	(Prom e Swain, 2007)
Rhee, Hea Lim	Coreia do Sul	Instituto de Ciência e e Tecnologia da Informação da Coreia	Investigadora Universitária	<i>Archival Science</i>	(Rhee, 2012)
Roberts, John	Nova Zelândia	Arquivos da Nova Zelândia	Profissional de Arquivo	<i>Archival Science</i>	(Roberts, 2005)
Roberts, Peter J.	Estados Unidos	Universidade Estadual da Georgia	Docente Universitário	<i>American Archivist</i>	(Roberts, 2007)
Robyns, Marcus C.	Estados Unidos	Universidade do Norte do Michigan	Docente Universitário e Profissional de arquivo	<i>American Archivist</i>	(Robyns e Woolman, 2011)
Ross, Seamus	Canadá	Universidade de Toronto	Docente Universitário	<i>Archival Science</i>	(Oliver, Kim e Ross, 2008)
Rydén, Reine	Suécia	Universidade de Uppsala	Docente Universitário	<i>Archives and Records</i>	(Rydén, 2014)
Senécal, Sylvian	Canadá	Universidade Laval	Docente Universitário	<i>Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec</i>	(Senécal, 2013)
Shilton, Katie	Estados Unidos	Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA)	Estudante	<i>Archivaria</i>	(Shilton e Srinivasan, 2007)
Sloyan, Victoria	Reino Unido	Fundação Wellcome	Profissional de Arquivo	<i>Archives and Records</i>	(Sloyan, 2016)
Soyka, Heather	Estados Unidos	Universidade de Pittsburg	Docente Universitária/Estudante de Doutoramento	<i>American Archivist</i>	(Soyka e Wilczek, 2014)
Srinivasan, Ramesh	Estados Unidos	Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA)	Docente Universitário	<i>Archivaria</i>	(Shilton e Srinivasan, 2007)
Sternfeld, Joshua	Estados Unidos	National Endowment for the Humanities (NEH)	Dirigente de Programas	<i>American Archivist</i>	(Sternfeld, 2011)
Swain, Ellen D.	Estados Unidos	Universidade de Ilinóis (Urbana-Champaign)	Docente Universitário e Profissional de arquivo	<i>American Archivist</i>	(Prom e Swain, 2007)
Taavetti, Riikka	Finlândia	Universidade de Helsínquia	Investigadora Universitária	<i>Archival Science</i>	(Taavetti, 2016)
Taylor, Isabel	Alemanha	Arquivos Gerais Estaduais de Karlsruhe	Profissional de Arquivo	<i>Archives and Manuscripts</i>	(Taylor, 2016)
Ucha, Paula	Portugal	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (actualmente Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas)	Profissional de Arquivo	<i>Cadernos BAD</i>	(Fidalgo e Ucha, 2006)
Waiser, Bill	Canadá	Universidade de Saskatchewan	Docente Universitário	<i>Archivaria</i>	(Waiser, 2014)
White, Sara	Estados Unidos	Sociedade Histórica do Wisconsin	Profissional de Arquivo	<i>American Archivist</i>	(White, 2012)
Wilczek, Eliot	Estados Unidos	Universidade Tufts/ Simmons College	Profissional de Arquivo (Diretor das coleções e arquivos digitais) / Estudante de doutoramento	<i>American Archivist</i>	(Soyka e Wilczek, 2014)

Autor	País	Instituição	Ocupação	Publicação	Artigos
Williams, Caroline	Reino Unido	Universidade de Liverpool	Docente Universitária	<i>Archivaria</i>	(Williams, 2006)
Woolman, Jason	Canadá	Musqueam Indian Band	Profissional de Arquivo	<i>American Archivist</i>	(Robyns e Woolman, 2011)
Yeo, Geoffrey	Reino Unido	Universidade de Londres (University College London - UCL)	Docente Universitária	<i>Archival Science</i>	(Yeo, 2010)
Youn, Eunha	Coreia do Sul	Universidade Hankuk de Estudos Externos	Docente Universitária	<i>Archival Science</i>	(Youn, 2013)

FONTE – Elaboração própria (2020), com base em Academia.edu (2020); Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (2006); *Association des Archivistes du Québec* (2020); *Association of Canadian Archivists* (2015, 2020); Badgley e Meunier (2005); Beneito Arias (2008); *Canadian Public Sector Excellence Network* (2015); Caron e Kellerhals (2013); Casellas Serra (2014); Chaudron (2008); Condé (2011); Convery (2014); Cook (2010); Cumming e Picot (2014); Cunningham (2014); Durante e Franks (2019); Findlay (2014); Fritske (2008); Garaba (2007); *Haute École de Gestion Genève* (2017); Hering e Schenk (2013); Hughes (2014); Iacovino (2015); Johnson (2008); Jones (2014); Katuu (2019); Lebeau (2013); *Library and Archives Canada* (2009); LinkedIn (2019b, 2019a, 2020h, 2020c, 2020g, 2020e, 2020f, 2020d, 2020b, 2020a, 2020i); Loewen (2005a); Man (2010); Mancuso (2013); McDonald e Léveillé (2014); Mnjama (2006); Nesmith (2015); Oliver, Kim e Ross (2008); Parr (2014); Rhee (2012); Roberts (2005); Senécal (2013); *Society of American Archivists* (2007a, 2007b, 2008, 2009, 2010, 2011a, 2011b, 2012, 2020); Soyka e Wilczek (2014); Taavetti (2020); *The National Archives* (2020); *Wellcome Library* (2020); Yeo (2010); Youn (2013).